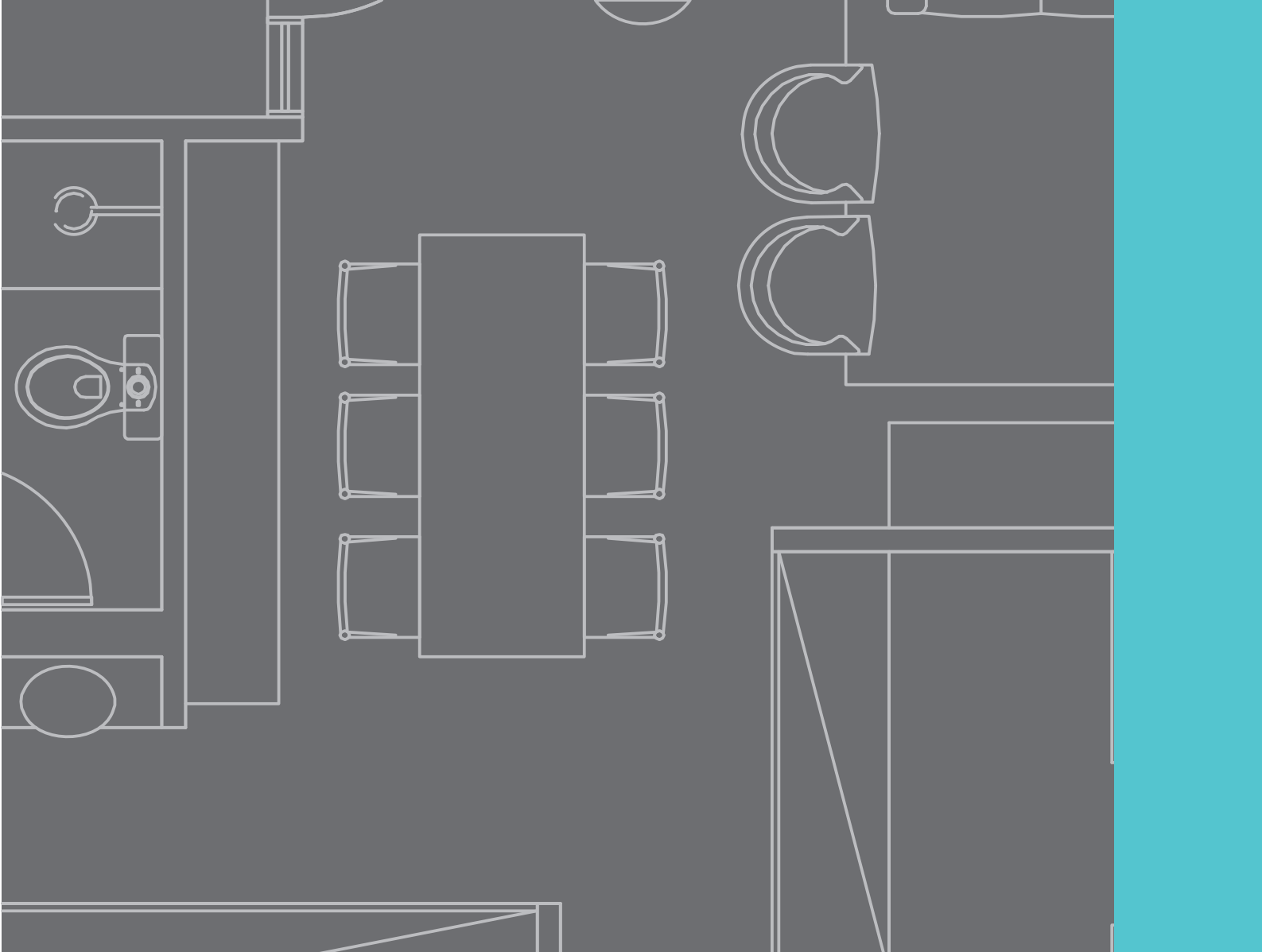




Quando o *luxo é necessário*

Sobre projetos de apartamento no Recife

Cristiana Maria Sobral Griz

Recife - 2012



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Quando o *luxo é necessário*

Sobre projetos de apartamento no Recife

Cristiana Maria Sobral Griz

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do Título de Doutora em Desenvolvimento Urbano.

Orientador: Profº. Dr. Luiz Amorim

Co-orientadora. Profa. Dra. Claudia Loureiro

Recife – 2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréa Marinho, CRB4-1667

G846q Griz, Cristiana Maria Sobral
Quando o luxo é necessário: sobre projetos de apartamento no Recife
/ Cristiana Maria Sobral Griz. – Recife: O Autor, 2012.
369f.: Il.; fig. e quadros.

Orientador: Luiz Manuel do Eirado Amorim.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC.
Desenvolvimento Urbano, 2012.

Inclui bibliografia e apêndices.

1. Planejamento urbano. 2. Arquitetura de Habitações. 3. Espaço (Arquitetura). 4. Habitação. I. Amorim, Luiz Manuel do Eirado (orientador). III. Título.

711.4 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC2012-115)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de tese em Desenvolvimento Urbano da doutoranda Cristiana Maria Sobral Griz.

Às 09.00 horas do dia 23 de novembro de 2012 reuniu-se no Mini Auditório 1 do Centro de Artes e Comunicação, a Comissão Examinadora de tese, composta pelos seguintes professores: Luiz Manuel do Eirado Amorim (orientador), Kátia Medeiros de Araújo, Frederico Rosa Borges de Holanda e Decio Rigatti (examinadores externos) e Maria de Jesus de Brito Leite (examinadora interna), para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: “Quando o luxo é necessário. Sobre projetos de apartamento no Recife”, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Luiz Manuel do Eirado Amorim, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada _____. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 23 de novembro de 2012.

- Indicação da Banca para publicação ()

Luiz Manuel do Eirado Amorim
Orientador

Kátia Medeiros de Araújo
Examinadora Externa/UFPE/ Deptº de Design

Decio Rigatti
Examinador Externo/ UFRGS/Deptº de Arquitetura
e Urbanismo

Maria de Jesus de Brito Leite
Examinadora Interna/PPG/MDU

Frederico Rosa Borges de Holanda
Examinador Externo/UNB/ Deptº de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo

Rebeca Júlia de Melo Tavares
Secretaria do PPG/MDU

Cristiana Maria Sobral Griz
Candidata

Dedico este trabalho a minha filha,
CLARA,
minha fonte de energia que me enche
de alegria a cada novo dia!

Agradecimentos

Essa tese é resultado de uma longa caminhada, cujo percurso foi acompanhado e compartilhado de perto por várias pessoas, as quais sou imensamente grata.

Agradeço especialmente aos professores **Luiz Amorim** e **Claudia Loureiro**, meus orientadores nesta tese e em outros trabalhos por mim realizados. É um privilégio poder compartilhar de seus conhecimentos, de seus trabalhos, das suas orientações precisas e pacientes, que sempre me transmitiram incentivo e confiança.

Muito obrigada também para as empresas **AC Cruz** e **Moura Dubeux**, cuja parceria tornou possível a realização deste trabalho.

Agradeço aos **colegas, professores e funcionários do MDU**, que direta ou indiretamente contribuíram com esta investigação, principalmente a **Isabel Oliveira**, **Kainara dos Anjos**, **Lourival Costa** e **Paula Maciel**, amigos da turma DO-10 do MDU, cuja troca de experiências e expectativas foi muito enriquecedora.

Muito obrigada aos amigos e colegas professores do **Departamento de Expressão Gráfica da UFPE**, em especial ao professor **Flávio de Souza**, chefe do departamento nos últimos três anos, e às professoras **Gisele de Carvalho** e **Angélika Peixoto**, por conseguirem me conceder um tempo indispensável para a finalização deste trabalho e me dar suporte na minha ausência em sala de aula.

Essa investigação também contou com a grande contribuição do amigo e professor **Henrique Marinho**, que me ajudou a trabalhar com mais clareza com o mundo dos números e da estatística.

E meus agradecimentos finais vão para o imenso apoio dado por minha família. Agradeço a meu marido, **Augusto**, e a nossa filha, **Clara**, que me deram carinho e compreensão pelo pouco tempo disponível. Agradeço também ao meu pai, **Gilberto Griz**, e a minha mãe, **Graça Griz**, pelo constante incentivo na minha realização profissional. Aos meus irmãos, **Gianna**, **Giovanni** e **Luciana**, pela torcida e apoio, e principalmente a **Silvana**, cujo suporte em todos os momentos desta caminhada foi fundamental.

Resumo

A tese trata da relação entre espaço doméstico e modos de habitar contemporâneos. Investiga esse tema por meio da análise de projetos de apartamentos produzidos pelo mercado imobiliário do Recife na primeira década do século XXI e das reformas feitas pelos compradores - a elite recifense. O produto lançado e comercializado ainda 'na planta' – o projeto original - difere, em grande medida, daquele acabado - o projeto reformado -, resultado do modo de habitar específico dessa classe de consumidor. Baseada fundamentalmente nos conceitos e métodos descritos na teoria da lógica social do espaço, a análise busca entender em que medida alguns atributos da sociedade contemporânea (ou a sociedade do consumo) redefinem certos padrões de conduta social familiar, em particular seus modos de habitar, e como esses têm impacto sobre os padrões espaciais do apartamento. Os resultados da análise dos projetos confirmam a existência da padronização nos projetos concebidos pelo mercado imobiliário, corroboram a diversidade de atributos sociais que caracterizam a família contemporânea e seus modos de habitar (expressos nos projetos reformados) e atestam o poder da mídia, ainda que limitado, em condicionar a elite recifense a tornar o luxo uma necessidade.

Palavras-chave: Projeto de apartamentos, configuração espacial, modos de habitar.

Abstract

This thesis deals with the relationship between domestic space and contemporary ways of living. It investigates this issue by analyzing apartment projects produced by the state market in Recife and the changes made by the new buyers - the elite of Recife, during the first decade of the Twenty First Century. The product released and commercialized still under construction – know as the original project - largely differs from the finished product – the reformed project –, which is a result of a specific ways of living of this class of consumer. Based primarily on the concepts and methods described in the theory of social logic of space, the analysis seeks to understand the extent in which some attributes of the contemporary society (or the society of consumption) redefine certain social behavior partners of the family, particularly, their ways of living, and how those ways of living could cause impact on the spatial patterns of the apartment. The results from the analysis of the projects confirm that there is a standardization for the original projects designed by the state market, corroborate with the diversity of social attributes which characterize the contemporary family and their ways of living (expressed in the reformed projects) and, also, point to the power of the media, although limited, in conditioning the elite of Recife to make luxury a necessity.

Keywords: Apartment design, spatial configuration, ways of living.

Lista de Figuras

Figura 1.1	Relação de influência mútua entre o ambiente e o comportamento.	50
Figura 1.2	Modelo Dinâmico de Privacidade	64
Figura 1.3	Modelo de tendências culturais formulado por Mary Douglas.	83
Figura 2.1	Edifício Inconfidência, projeto do arquiteto Carlos Frederico Ferreira.	93
Figura 2.2	Edifício Califórnia, projeto de Acácio Gil Borsoi.	93
Figura 2.3	Edifício Pirapama, projeto de Delfim Amorim.	94
Figura 2.4	Edifício Walfrido Antunes, projeto de Waldecy Fernandes Pinto.	94
Figura 2.5	Edifício Acaiaca, projeto de Delfim Amorim e Lúcio Estelita.	95
Figura 2.6	À esquerda, edifício Mirage, de Acácio Gil Borsoi. À direita, edifício Barão do Rio Branco, de Delfim Amorim.	95
Figura 2.7	Edifícios construídos na década de 1970, na Av. Boa Viagem. À esquerda, edifício Debret. À direita, edifício Rembrant.	98
Figura 2.8	Edifícios construídos na década de 1970, no bairro Parnamirim. À esquerda, edifício Villa Mariana. À direita, edifício Villa da Praia.	98
Figura 2.9	À esquerda, edifício Puerto Banus; à direita, edifício Flat Casa Forte – ambos projeto de Pontual Arquitetos.	99
Figura 2.10	Conjunto de edifícios Morada Recife Antigo, projeto dos arquitetos Waldecy Pinto, Carlos Roberto Lins e Marcia Lima.	100
Figura 2.11	Empreendimentos distintos, produtos de construtoras e arquitetos distintos, que apresentam a mesma solução formal e espacial. À esquerda, PO C22c; à direita, PO C11c.	103
Figura 2.12	Empreendimento que oferece quatro opções de plantas, além da alternativa de compra do apartamento sem nenhuma partição interna.	106
Figura 2.13	Plantas do primeiro empreendimento do grupo paulista Movimento Um: edifício Aimberê, projeto do escritório Andrade Morettin.	108
Figura 2.14	Reforma de apartamento para melhor acomodar um novo membro na família.	114
Figura 2.15	Reforma que no lugar da ‘sala’ oferece um ‘home theater’.	115
Figura 2.16	Reforma que oferece home theater no setor íntimo e que integra sala e cozinha.	116
Figura 2.17	Reforma de apartamento para “homem solteiro”.	118
Figura 2.18	Esquema do modelo tradicional.	124

Figura 2.19	Esquema do modelo de transição.	124
Figura 3.1	No projeto à esquerda (V03D), a função é expressa pelo layout. No projeto à direita (V01F), a função é expressa pelo rótulo.	144
Figura 3.2	Ilustração dos tipos de alteração na variável funcional.	155
Figura 3.3	Frequência das alterações programáticas por setor.	155
Figura 3.4	Frequência do tipo de alteração programática por setor.	155
Figura 3.5	Confecção do mapa convexo.	160
Figura 3.6	Exemplo de visibilidade direta entre a varanda e a cozinha, inexistente no PO à esquerda (C10a) e existente no PO à direita (C13a1).	161
Figura 3.7	Acima, as linhas indicam a relação de acessibilidade entre os espaços. Abaixo, as linhas indicam a relação de visibilidade entre os espaços.	162
Figura 3.8	Grafo justificado, com destaque para formas de conexão em sequencia, arbusto e anel.	163
Figura 3.9	Representação dos setores em grafo. Procedimento baseado em Amorim (1997).	164
Figura 3.10	Grafo setorial com controle de acesso permeável.	164
Figura 3.11	Grafo setorial com restrito controle de acesso.	164
Figura 3.12	Tipos de espaços num grafo.	164
Figura 3.13	Relação de simetria e distributividade.	165
Figura 3.14	Mapa convexo com distribuição de integração.	168
Figura 3.15	Quatro tipos de grafo setorial, destacando a 'assinatura genotípica'.	172
Figura 3.16	PO C16a.	172
Figura 3.17	Modelo de 04 regiões.	173
Figura 3.18	Percentual de POs por bairro.	176
Figura 3.19	Percentual de POs por número de quartos.	177
Figura 3.20	Percentual de POs por número de apartamentos por andar.	177
Figura 3.21	Exemplos de seleção dos PRs.	178
Figura 4.1	PO C12c, com destaque para a segunda sala de estar.	185
Figura 4.2	PO C9a3, com destaque para o <i>home theater</i> e o <i>home office</i> íntimo.	185
Figura 4.3	Frequência do número de rótulos de luxo acrescentado ao núcleo funcional base.	186
Figura 4.4	Frequência de ocorrência dos rótulos de luxo.	186

Figura 4.5	À esquerda, PO C1b1; à direita, PO C1b2. Destaque para o quarto que se transforma <i>em home theater</i> .	187
Figura 4.6	Exemplo de quartos que viram home theater e home Office (Villa 07 e V07F).	188
Figura 4.7	À esquerda, PO C25a1; à direita, PO C25a5. Destaque para quarto de serviço reversível, que se transforma no <i>home office</i> .	188
Figura 4.8	Frequência de ocorrência das inequações com valores de área setorial.	190
Figura 4.9	Exemplo de PO (o C12b) cuja proporção de área setorial é <i>int</i> (50%) > <i>soc</i> (30%) > <i>serv</i> (20%).	190
Figura 4.10	Exemplo de PR, onde a proporção de área do setor social aumenta, mas ainda não ultrapassa a do setor íntimo (PR V02D).	191
Figura 4.11	Exemplo de suíte principal que ocupa aproximadamente 50% do setor íntimo (PO C22a3).	191
Figura 4.12	Exemplo de suíte principal que ocupa aproximadamente 18% do setor íntimo (PO C20a1).	192
Figura 4.13	Exemplo de suíte principal que ocupa aproximadamente 26% do setor íntimo (PR V06F).	192
Figura 4.14	Exemplo de suíte principal com aproximadamente 75% do setor íntimo (PR V04C).	192
Figura 4.15	Exemplo de quarto com dimensão de necessidade (PO C2a).	192
Figura 4.16	Maior área de varanda dentre os POs (PO C20i1)	193
Figura 4.17	Exemplo de sala de estar que ocupa, em média, 42% do setor social (PO C20h).	193
Figura 4.18	Exemplo de sala de jantar com aproximadamente 23m ² (PO C29b).	194
Figura 4.19	Exemplo de sala de estar com 25m ² (PR V07A).	194
Figura 4.20	Exemplo de sala de jantar com 38m ² (PR P1D).	195
Figura 4.21	Exemplo de cozinha com 60,50% da área do setor serviço (PO C20g).	195
Figura 4.22	Exemplo de cozinha com 66,00% do setor serviço (PR V03C).	195
Figura 4.23	Exemplo de copa – mesmo ambiente da cozinha (PO C13d).	195
Figura 4.24	Exemplo de área de serviço com 14m ² (PO C24a).	196
Figura 4.25	Exemplo de quarto de serviço cujo rótulo da planta indica ‘depósito’ (PO C11c).	197
Figura 4.26	Exemplo de quarto de serviço com área de luxo (C26a).	197
Figura 4.27	Correlação entre o número de rótulos de luxo presentes nos projetos e a área total do apartamento.	198

Figura 4.28	Exemplo de sala de jantar que assume a função de ‘mediador’ (PO C11b).	201
Figura 4.29	Exemplo de projeto com padrão de acessibilidade incomum (PO C20a1).	201
Figura 4.30	Tipos de grafos setoriais.	204
Figura 4.31	Exemplo de projeto (C20e) cujo grafo setorial é do tipo ‘n’.	205
Figura 4.32	Exemplo de projeto (V05C) cujo grafo setorial é do tipo ‘i’.	205
Figura 4.33	Exemplo de projeto (C21a) cujo grafo setorial é do tipo ‘e’.	205
Figura 4.34	Exemplo de projeto (C10c) cujo grafo setorial é do tipo ‘k’.	205
Figura 4.35	Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) da estrutura espacial total dos POs e PRs, distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).	206
Figura 4.36	Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) do setor social dos POs e PRs, distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).	207
Figura 4.37	Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) do setor íntimo dos POs e PRs, distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).	208
Figura 4.38	Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) do setor serviço dos POs e PRs, distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).	209
Figura 4.39	À esquerda, o PO Villa 05. À direita, o PR V05D, cuja estrutura espacial possibilita uma maior visibilidade entre os setores social e serviço.	210
Figura 4.40	Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) dos ambientes do setor social dos POs (acima) e PRs (abaixo), distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).	211
Figura 4.41	Exemplo de projeto (C13c) cuja visibilidade da varanda é alta.	211
Figura 4.42	Exemplo de projeto (C12a) cuja visibilidade da varanda é baixa.	211
Figura 4.43	Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) dos ambientes do setor íntimo dos POs (acima) e PRs (abaixo), distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).	213

Figura 4.44	Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) dos ambientes do setor serviço dos POs (acima) e PRs (abaixo), distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).	214
Figura 4.45	Grafo de permeabilidade justificado com indicação da posição da suíte principal num dos ramos do arbusto e do quarto de empregada no espaço mais profundo de uma sequência.	215
Figura 4.46	Frequência da localização nos quatro quadrantes dos setores domésticos.	217
Figura 4.47	Frequência da localização nos quatro quadrantes dos ambientes do setor social.	217
Figura 4.48	Frequência da localização nos quatro quadrantes dos ambientes do setor íntimo.	218
Figura 4.49	Frequência da localização nos quatro quadrantes dos ambientes do setor serviço.	219
Figura 4.50	Correlação entre o modelo de tendência cultural de Mary Douglas (substituindo o termo que nomeia os quatro tipos de cultura pelas características que os descrevem) e as categorias do grau de tipicidade dos projetos (GTP).	227
Figura 4.51	Graus de tipicidade funcional (GTf), dimensional (GTd) e configuracional (GTc) dos dois tipos de projetos.	229
Figura 4.52	PO (C24b) e PR (V01C) mais atípicos do ponto de vista funcional.	231
Figura 4.53	PO (C7a) e PR (P1H) mais atípicos do ponto de vista dimensional.	233
Figura 4.54	PO (C24c) e PR (P1E) mais atípicos do ponto de vista configuracional.	235
Figura 4.55	Gráficos que mostram o comportamento das categorias de tipicidade da função e da dimensão, quando a configuração é mantida.	237
Figura 4.56	Graus de tipicidade dos projetos (GTP). À esquerda, classificando-os em quatro categorias e, à direita, em duas.	237
Figura 4.57	PO (C20a1) e PR (P1F) mais atípico.	239
Figura 4.58	Gráficos que mostram o comportamento das dos GT das três variáveis, quando o GTP é mantido.	240
Figura 4.59	Correlação entre o GTP e a área dos projetos.	241
Figura 5.1	Graus de Tipicidade dos POs que dão origem aos PRs.	247
Figura 5.2	Alterações no tipo de projeto.	248
Figura 5.3	Os nove POs selecionados.	251
Figura 5.4	Tipo de alteração por setor.	252

Figura 5.5	Ambientes mais alterados (em ordem crescente, da esquerda para a direita) e o tipo de alteração.	252
Figura 5.6	Exemplo de alteração do tipo mudança de rótulo, cuja ação consiste em alternar a posição de dois dormitórios: quarto ou suíte.	254
Figura 5.7	Exemplo de alteração do tipo mudança de rótulo, cuja ação consiste em introduzir um novo rótulo.	254
Figura 5.8	Frequência de introdução de novos rótulos (em ordem crescente, da esquerda para a direita).	255
Figura 5.9	Exemplo de suíte que aglutina dois dormitórios do PO.	256
Figura 5.10	Percentual médio da área dos setores dos POs que deram origem aos PRs.	257
Figura 5.11	Percentual da área dos setores por PO.	257
Figura 5.12	Tipo de alteração dimensional por setor.	258
Figura 5.13	Número absoluto de PRs de cada grupo que modificam a inequação com valor decrescente de área.	258
Figura 5.14	Exemplo de reforma que faz mudar a inequação com valor decrescente de área setorial.	259
Figura 5.15	Tipo de alteração dimensional por ambientes, mostrada em ordem crescente do número de alterações.	259
Figura 5.16	Exemplo de reforma que faz reduzir a dimensão do quarto de serviço para ampliar a da área de serviço.	260
Figura 5.17	Alteração de área da suíte principal.	261
Figura 5.18	Alteração de área da sala de estar.	261
Figura 5.19	Exemplo de PR cuja ampliação da sala de jantar é decorrente da solução projetual.	261
Figura 5.20	Alteração de área da sala de jantar.	261
Figura 5.21	Alteração de área da cozinha	262
Figura 5.22	Categorias de integração da estrutura espacial total e dos setores dos POs.	264
Figura 5.23	Categorias de integração dos ambientes do núcleo funcional base dos POs.	265
Figura 5.24	Quadrantes da estrutura espacial total e dos setores dos POs.	265
Figura 5.25	Quadrantes da dos ambientes do núcleo funcional base dos POs.	265
Figura 5.26	Frequência de alterações nas inequações de acessibilidade (acima) e de visibilidade (abaixo), montadas com os espaços destinados às atividades domésticas nucleares (ADN – à esquerda) e os setores (à direita).	267

Figura 5.27	Frequência e tipo de alterações dos grafos setoriais.	268
Figura 5.28	Frequência de alterações do resultado da correlação entre as inequações setoriais de acessibilidade e os grafos setoriais.	268
Figura 5.29	Frequência de alterações nas categorias de integração de acessibilidade e de visibilidade da estrutura espacial total e dos setores.	268
Figura 5.30	Frequência de alterações nas categorias de integração de acessibilidade e de visibilidade da dos ambientes do núcleo funcional base.	269
Figura 5.31	Frequência de alterações nos quadrantes da estrutura espacial total, dos setores e dos ambientes que formam o núcleo funcional base.	269
Figura 5.32	Alterações no GTf, por grupo, que definem PRs do tipo genérico, similar 1ª e similar 2ª.	271
Figura 5.33	Tipo de alterações funcionais por grupo, mostrado em ordem crescente do valor médio do GAF.	271
Figura 5.34	Alterações no GTd, por grupo de PR que classifica os projetos em genérico, similar 1ª e similar 2ª.	272
Figura 5.35	Tipo de alterações dimensionais por grupo, mostrado em ordem crescente do valor médio do GAd.	272
Figura 5.36	Alterações no GTc, por grupo de PR que classifica os projetos em genérico, similar 1ª e similar 2ª.	273
Figura 5.37	Alterações configuracionais por grupo, mostrado em ordem crescente do valor médio do GAc.	273
Figura 5.38	Alterações nos GTs (eixo x) e a frequência de combinações verificadas nos PRs (eixo y).	274
Figura 5.39	Alterações no GTP, por grupo de PR que classifica os projetos em genérico, similar 1ª e similar 2ª, mostrado em ordem crescente de valor médio de GAP.	274
Figura 5.40	Exemplos de um PR similar 1ª e genérico do grupo do P1.	278
Figura 5.41	Exemplos de um PR similar 1ª, similar 2ª. e genérico do grupo do P2.	281
Figura 5.42	Exemplos de um PR similar 1ª do grupo do Villa 01.	284
Figura 5.43	Exemplos de um PR similar 1ª e um similar 2ª do grupo do Villa 02.	287
Figura 5.44	Exemplos de um PR similar 1ª e um genérico do grupo do Villa 03.	289
Figura 5.45	Exemplos de um PR similar 1ª do grupo do Villa 04.	292

Figura 5.46	Exemplos de um PR similar 1ª e um genérico do grupo do Villa 05.	294
Figura 5.47	Exemplos de um PR similar 1ª, um similar 2ª e um genérico do grupo do Villa 06.	296
Figura 5.48	Exemplos de um PR similar 1ª e um genérico do grupo do Villa 07.	299
Figura 5.49	Frequência de PRs típicos e atípicos por grupos de PO.	303
Figura 5.50	Exemplo de PR típico, com destaque para alguns padrões de referência funcional, como a presença do banheiro social, de duas suítes, de um quarto e da varanda	305
Figura 5.51	Exemplo de PR atípico, com destaque para alguns padrões de referência funcional, como a presença do lavabo, de duas suítes, do closet na suíte principal e a ausência de quartos, da varanda e do banheiro social.	306
Figura 5.52	Exemplo de PR atípico, com destaque para alguns padrões de referência dimensional, como grande dimensão da suíte principal, da cozinha e da sala de jantar, todas superando o IM.	308
Figura 5.53	Exemplo de PR atípico, com destaque para alguns padrões de referência configuracional, como o espaço da cozinha mais acessível e visível que o do estar, o grafo setorial tipo 'b' e o menor grau de isolamento da suíte principal e do quarto de serviço (ambos no Q4).	312
Figura 5.54.	Exemplo de PR típico, com destaque para alguns padrões de referência configuracional, como o espaço da sala de estar mais acessível e visível que a da cozinha, o menor grau de privacidade da suíte principal (quadrante Q3) e do quarto de serviço no Q4.	313
Figura 5.55	Exemplo de PR cujo setor íntimo é representado por grafo de permeabilidade em arbusto com ramos simétricos.	321

Lista de Quadros

Quadro 3.1	Funções, atividades e rótulos de uma habitação.	147
Quadro 3.2	Indicação do rótulo, suas variações de nomenclatura e das atividades ligadas a ele.	152
Quadro 4.1	Itens mensurados em cada variável, para medir o grau de tipicidade (GT).	224
Quadro 5.1	Itens mensurados em cada variável, para medir o grau de alteração (GA).	249
Quadro 5.2	PRs típicos e atípicos	302
Quadro 5.3	Características semelhantes entre PRs típicos e atípicos.	315
Quadro 5.4	Principais características dos PRs típicos.	319
Quadro 5.5	Principais características dos PRs atípicos.	322

Lista de Tabelas

Tabela 3.1	Dimensões mínimas para os ambientes	157
Tabela 3.2	Dimensões dos ambientes: valor mínimo, de necessidade e de luxo	158
Tabela 3.3	Normalização dos valores de RRA de um sistema espacial.	171
Tabela 3.4	POs selecionados e suas características gerais.	175
Tabela 3.5	POs cujos PRs serão analisados.	178
Tabela 4.1a	Variações de nomenclatura ambientes setor social (PO e PRs).	183
Tabela 4.1b	Variações de nomenclatura ambientes setor serviço e íntimo (PO e PRs).	183
Tabela 4.2	Frequência dos rótulos nos projetos, em números absolutos e em porcentagem, com destaque para os de rótulos de necessidade.	184
Tabela 4.3	Dados estatísticos referentes à dimensão dos projetos.	189
Tabela 4.4	Área média por ambiente, em valores absolutos e proporcionais à área do setor.	191
Tabela 4.5	Frequência, em número absoluto e em porcentagem, dos padrões de acessibilidade e de visibilidade das atividades domésticas nucleares nos POs e PRs.	199
Tabela 4.6	Frequência, em número absoluto e em porcentagem, dos padrões de acessibilidade e de visibilidade dos setores domésticos nos POs e PRs.	202
Tabela 4.7	Frequência de ocorrência dos grafos setoriais nos POs e nos PRs, em número absoluto e em porcentagem.	204
Tabela 4.8	Correlação entre os padrões de acessibilidade das atividades domésticas nucleares e os grafos setoriais dos POs (valores percentuais).	220
Tabela 4.9	Correlação entre os padrões de acessibilidade das atividades domésticas nucleares e os grafos setoriais dos PRs (valores percentuais)	221
Tabela 4.10	Resumo dos principais dados configuracionais dos POs e PRs.	222
Tabela 4.11	Intervalo médio de área por ambiente e por setor.	225
Tabela 4.12	Exemplo de cálculo do grau de tipicidade funcional (GTf) - que, mudando os itens analisados, é igual ao do grau de tipicidade dimensional (GTd) e ao do grau de tipicidade configuracional (GTc) – e do grau de tipicidade dos projetos (GTP), bem como a classificação nas 04 categorias de tipicidade.	226

Tabela 4.13	Características que formam o padrão de referência funcional dos projetos.	230
Tabela 4.14	Características que formam o padrão de referência dimensional dos projetos.	232
Tabela 4.15	Características que formam o padrão de referência configuracional dos projetos.	234
Tabela 5.1	Graus de tipicidade (GTs) das três variáveis e do Projeto, POs que dão origem aos PRs.	247
Tabela 5.2	Frequência de rótulos nos nove POs.	250
Tabela 5.3	Características dimensionais dos POs que deram origem aos PRs.	257
Tabela 5.4	Características configuracionais dos nove POs.	263
Tabela 5.5	Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do P01 e seus PRs.	276
Tabela 5.6	Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do P02 e seus PRs.	280
Tabela 5.7	Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 01 e seus PRs.	283
Tabela 5.8	Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 02 e seus PRs.	285
Tabela 5.9	Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 03 e seus PRs.	288
Tabela 5.10	Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 04 e seus PRs.	291
Tabela 5.11	Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 05 e seus PRs.	293
Tabela 5.12	Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 06 e seus PRs.	295
Tabela 5.13	Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 07 e seus PRs.	298
Tabela 5.14	Características que formam os padrões de referência funcional dos PRs típicos e atípicos	304
Tabela 5.15	Características que formam os padrões de referência dimensional dos PRs típicos e atípicos	307
Tabela 5.16	Características que formam os padrões de referência configuracional dos PRs típicos e atípicos	309
Tabela 5.17	Dados configuracionais dos PRs típicos.	310
Tabela 5.18	Dados configuracionais dos PRs atípicos.	311

Lista de Siglas

ADN	Atividades domésticas nucleares
Bse	Bwc de serviço
Bso	Bwc social
C	Cozinha
Cd	Categoria de tipicidade dimensional
Cf	Categoria de tipicidade funcional
Cf	Categoria de tipicidade configuracional
CO	Copa
CP	Categoria de tipicidade do projeto
Cq	Closet no quarto
Cs	Closet na suíte principal
Cs2	Closet na suíte secundária
DE	Despensa
DP	Depósito
E	Sala de estar
E2	Segunda sala de estar
EI	Estar íntimo
Est. T.	Estrutura espacial total
GA	Grau de alteração
GAc	Grau de alteração configuracional
GAd	Grau de alteração dimensional
GAf	Grau de alteração funcional
GAP	Grau de alteração do projeto
GT	Grau de Tipicidade
GTc	Grau de Tipicidade Configuracional
GTd	Grau de Tipicidade Dimensional
GTf	Grau de Tipicidade Funcional
GTP	Grau de Tipicidade do Projeto
HOi	Home office íntimo
HOs	Home Office social

HT	Home theater
int	Setor íntimo
J	Sala de jantar
LV	Lavabo
NFB	Núcleo funcional base
PAa	Padrão de acessibilidade das atividades domésticas nucleares
PAs	Padrão de acessibilidade setorial
PVa	Padrão de visibilidade das atividades domésticas nucleares
PVs	Padrão de visibilidade setorial
Q	Quarto
QS	Quarto de serviço
RP	Rouparia
S	Suíte principal
SE	Área de serviço
serv	Setor serviço
soc	Setor social
SS	Suíte secundária
V	Varanda

Sumário

Introdução	23
Sobre o tema	24
Sobre o paradigma projetual da habitação	29
Sobre a questão, as teorias, o objeto, os métodos, as análises e a conclusão	33
 Capítulo 01. O referencial teórico e conceitual: sobre o espaço e sobre a sociedade	40
1.1. Sobre o espaço	42
1.1.1. Relação ambiente x comportamento (ou espaço x sociedade)	44
1.1.1.1. A teoria da lógica social do espaço	50
1.1.2. O espaço doméstico em destaque	58
1.1.2.1. O espaço doméstico e a privacidade	62
1.1.2.2. O espaço doméstico e o status	66
1.2. Sobre a sociedade	69
1.2.1. Introdução	70
1.2.2. As teorias sociais e antropológicas que abordam as relações de consumo	73
1.2.2.1. A teoria do <i>habitus</i>	76
1.2.2.2. A teoria cultural	82
 Capítulo 2. O objeto de pesquisa: a ordem espacial (o apartamento) e a ordem social (a família)	87
2.1. O edifício de apartamentos	89
2.1.1. O apartamento como objeto histórico (sobre a sua história)	89
2.1.2. O apartamento como produto (de consumo) imobiliário (sobre o mercado imobiliário)	101
2.1.3. O apartamento como expressão do modo de habitar (sobre o mercado de arquitetura de interiores)	111
2.2. A família contemporânea	119
2.2.1. A família como objeto histórico (sobre a evolução da família ocidental até a contemporaneidade)	120
2.2.2. A família como unidade de consumo	127

2.2.3. A família “de elite”, como símbolo de distinção (sobre os grupos recifenses com gosto de luxo)	131
2.3. Os aspectos observáveis das duas ordens	136
Capítulo 03. Os métodos e as técnicas de análise	141
3.1. As variáveis de análise	142
3.1.1. Variável funcional	143
3.1.2. Variável dimensional	155
3.1.3. Variável configuracional	158
3.1.2.1. Os elementos espaciais	158
3.1.2.2. As relações espaciais: propriedades e medidas	160
3.1.2.3. Os padrões espaciais	169
3.2. Seleção das amostras	174
Capítulo 04. Os projetos originais e reformados	180
4.1. A descrição e a análise dos projetos	181
4.1.1. Variável funcional	181
4.1.2. Variável dimensional	188
4.1.3. Variável configuracional	198
4.1.3.1. Padrão espacial expresso nas inequações	198
4.1.3.2. Padrão espacial expresso nos grafos setoriais	203
4.1.3.3. Padrão espacial expresso nas categorias de integração	206
4.1.3.4. Padrão espacial expresso no grau de privacidade	216
4.1.3.5. Padrão espacial expresso na correlação entre inequação e grafo setorial.	220
4.2. Classificação dos projetos: o método de medição do grau de tipicidade (GT)	223
4.2.1. Os graus de tipicidade (GT)	228
4.2.1.1. O grau de tipicidade funcional (GTf)	229
4.2.1.2. O grau de tipicidade dimensional (GTd)	231
4.2.1.3. O grau de tipicidade configuracional (GTc)	233
4.3.1.4. O grau de tipicidade do Projeto (GTP)	237
4.3. Algumas conclusões e outros questionamentos	241

Capítulo 05. Os projetos reformados: das alterações à caracterização	245
5.1. As alterações	246
5.1.1. Variável funcional	250
5.1.2. Variável dimensional	257
5.1.3. Variável configuracional	263
5.2. Os GAs de cada grupo de PO e seus respectivos PRs	271
5.2.1. Projeto Original P1 e seus PRs	275
5.2.2. Projeto Original P2 e seus PRs	280
5.2.3. Projeto Original Villa 01 e seus PRs	283
5.2.4. Projeto Original Villa 02 e seus PRs	285
5.2.5. Projeto Original Villa 03 e seus PRs	288
5.2.6. Projeto Original Villa 04 e seus PRs	291
5.2.7. Projeto Original Villa 05 e seus PRs	293
5.2.8. Projeto Original Villa 06 e seus PRs	295
5.2.9. Projeto Original Villa 07 e seus PRs	298
5.3. A caracterização dos PRs – os dois extremos	302
5.3.1. Padrão de referência funcional	303
5.3.2. Padrão de referencia dimensional	307
5.3.3. Padrão de referencia configuracional	308
5.4. Os modos de habitar da elite recifense	314
5.4.1. O modo de habitar típico (ou as tendências de afirmação)	318
5.3.2. Os PRS atípicos (ou as tendências de negação)	322
5.5. Últimas constatações	225
 Capítulo 6. Conclusão	 329
 Referências	 337
 Apêndices	 352
Apêndice 1. Modelo de quatro regiões, que expressa o grau de privacidade de espaços e setores.	353
Apêndice 2. Dados das variáveis funcional, dimensional e configuracional	358
Apêndice 3. Grafos de permeabilidade justificado	367

INTRODUÇÃO

Sobre o tema

Sobre o paradigma projetual da habitação

Sobre a questão, as teorias, o objeto, os métodos, as análises e a conclusão

Sobre o tema

A tese trata da relação entre espaço doméstico e modos de habitar¹ contemporâneos. Mais especificamente, a organização do espaço doméstico e as ideias que norteiam os projetos arquitetônicos desenvolvidos por profissionais arquitetos, supostamente baseadas no modo de habitar contemporâneo. Investiga esse tema por meio da análise de projetos de apartamentos da elite² recifense³, produzidos pelo mercado imobiliário do Recife na primeira década do século XXI, e das reformas para adaptá-los às demandas específicas dos compradores. Parte-se do pressuposto que a análise e caracterização destes projetos de reforma podem revelar algumas características que indicam traços típicos do modo de habitar da elite recifense.

Investigações que analisam a relação entre espaço doméstico e modos de habitar fazem parte de um campo de estudo mais amplo, que discute a natureza da relação entre ambiente construído – seja ele arquitetônico ou urbano - e sociedade – nas suas mais variadas manifestações. Rapoport (1997) alerta para as distintas naturezas dessas duas entidades, o que pode, em certa medida, dificultar o entendimento da relação entre elas. Uma determinada sociedade é caracterizada por sua cultura, que, por sua vez, é um campo vasto, do qual o ambiente construído é uma pequena parte dela. Para ser possível entender como acontece essa relação é preciso identificar, então, quais são os aspectos potencialmente observáveis da cultura de uma sociedade que podem ser relacionados com aspectos particulares do ambiente construído.

Como a ideia de casa, de moradia, de habitação⁴ está tradicionalmente associada à ideia de família⁵, a relação observada é entre alguns atributos dos espaços que a formam e certas características dos usuários (os membros da família) que dela se utilizam. Ou seja, o estudo

¹ A expressão modos de habitar se refere às práticas, costumes e comportamentos dos moradores, desenvolvidos no espaço doméstico e é melhor discutida no capítulo 1.

² Adjetivo comumente utilizado para designar grupos hierarquicamente superiores. Neste caso, econômico e socialmente superior.

³ Descrita no capítulo 2.

⁴ Casa, moradia, habitação, apartamento, etc., são termos comumente referidos a espaços de habitar. Alguns deles são usados para se referir a tipologias distintas, como casa e apartamento, por exemplo. Outros são usados de maneira genérica, independente da tipologia, como é o caso dos termos moradia e habitação. Nesta investigação, os espaços de habitar, independente da sua tipologia, são genericamente denominados de habitação.

⁵ Segundo o IBGE (2007), a família é considerada como um grupo cuja definição está limitada pela condição de residência em um mesmo domicílio, existindo ou não entre seus membros vínculos de parentesco.

leva em consideração tanto os aspectos sociais, quanto os espaciais que, juntos, estabelecem os princípios de organização da habitação. Nesse sentido, tem-se, por um lado, um determinado número de pessoas que se relacionam entre si (os membros da família), segundo costumes culturais da época que definem determinados modos de habitar. Por outro lado, tem-se a organização espacial da habitação, que, de forma análoga, deve ser pensada de maneira a abrigar satisfatoriamente esses membros, suas inter-relações e seus modos de habitar. Nesse sentido, a habitação é entendida como sendo um padrão de espaços, governado por complexas convenções sobre o que cada espaço é (seu significado), como eles se conectam e são sequenciados e que atividades se desenvolvem juntas ou em separado (HANSON, 1998).

Segundo Niit (1988), o significado do espaço é dado pela presença real ou potencial do homem⁶. A forma como os espaços se conectam e são sequenciados depende, por sua vez, do tipo e da maneira como são desenvolvidas as atividades domésticas. Essa última, segundo Rapoport (1997) é a expressão direta dos modos de habitar das pessoas. Nesse sentido, a partir da definição de habitação proposta por Hanson (1998), dois elementos de natureza social podem ser destacados: (a) os usuários - por conferir significado aos espaços domésticos - e (b) os modos de habitar – por serem diretamente expressos pelas atividades domésticas. Esses elementos são “as entidades observáveis” da natureza social (RAPOPORT, 1997, p.10), que podem ser correlacionadas às entidades observáveis da natureza espacial (as propriedades do espaço e outras variáveis)⁷.

O termo ‘modos de habitar’, que também é chamado de modos de vida (TRAMONTANO, 1993b) modos de morar (LAWRENCE, 1987; PAULA, 2007; RAPOPORT, 1985; 1969) ou jeito de morar (FRANÇA, 2008), tem-se demonstrado particularmente útil para uma grande variedade de estudos entre ambiente e comportamento no âmbito doméstico (FRANÇA, 2008; HANSON, 1998; MONTEIRO, 1997; ORHUN; HILLIER; HANSON, 1996; TRIGUEIRO, 1994; 1997). Isso acontece, pois os modos de habitar são um dos aspectos que caracterizam estilos de vida e são típicos de determinados grupos sociais. Como, em princípio, as ideias que norteiam o projeto da habitação baseiam-se nos modos de habitar, e esse, por sua vez, é expresso pela maneira como certos grupos desenvolvem as atividades domésticas, a

⁶ A presença potencial é representada através dos rótulos descritos nos projetos. Rótulo é o texto que prescreve a função do espaço.

⁷ Descritas nos capítulos 1 e 3.

organização espacial proposta pelo projeto tende a ser feita de maneira a corresponder a essas atividades.

Pode-se dizer, então, que a função social da habitação é oferecer as condições para que determinada pessoa (ou grupo delas – a família) desempenhe certas atividades domésticas (individuais ou coletivas)⁸ de acordo com seus modos de habitar. De maneira análoga, as especificidades das atividades desenvolvidas no espaço doméstico podem explicar as diversas formas de organizar a habitação, seja do ponto de vista espacial, quanto construtivo e formal que, por sua vez, a liga a determinado modo de habitar.

Independente do lugar e da época são exatamente os modos de habitar que fundamentam os princípios da organização espacial da habitação (HANSON, 1998). Contudo, apesar de o modo de habitar de certa família ser uma característica particular, Chapman e seus colegas (1999) sugerem que a habitação não pode ser vista como um domínio essencialmente privado, onde os moradores vivem suas vidas sem influências externas. Sabe-se que à medida que a estrutura de valores culturais de uma sociedade se altera, mudam-se também os elementos programáticos e estruturais da habitação (AMORIM, 1999; LAWRENCE, 1997; TRAMONTANO, 2004; TRIGUEIRO, 1994; 1989). Kent (1997) comenta essa relação argumentando que as sociedades baseadas em regras socioculturais mais rígidas tendem a fazer usos distintos dos espaços domésticos. A partir do momento em que as regras sociais vão ficando mais flexíveis, esse uso passa a ser menos segmentado.

Essa relação também pode ser exemplificada comparando-se a organização espacial do sobrado colonial (século XVIII e XIX) e da casa moderna brasileira (século XX), como faz Amorim (2001a). O sobrado colonial, nas versões vernácula ou erudita, era concebido por uma sociedade fortemente patriarcal⁹. Esse tipo de sociedade era marcado por uma acentuada hierarquia, onde a figura de maior status dentro da família patriarcal era o pai - o chefe da família, que prevalecia e ditava as regras de relacionamento e comportamento para os demais membros familiares.

Como “arquitetura abriga comportamento” (RAPOPORT, 1997, p. 9), a organização dos espaços e atividades do sobrado onde vive a família patriarcal se estrutura em torno dessas regras sociais domésticas (modo de habitar patriarcal) estabelecidas pela sociedade. Essas

⁸ Discutidas no Capítulo 3.

⁹ Melhor discutida no capítulo 2.

regras podem ser sintetizadas em atributos que variam em intensidade e descritas através de pares binários opostos, tais como: inclusão x exclusão, privacidade x publicidade, rigidez x flexibilidade, maior ou menor status, dentre outros.¹⁰ Assim, para haver congruência, no sentido utilizado por Johnson (1994), entre atributos sociais e espaciais – entre os modos de habitar e o projeto da habitação, o espaço doméstico do sobrado deveria refletir, na mesma intensidade, a relação entre cada atributo binário.

A sala de visita localiza-se nos espaços mais próximos à rua (frente da habitação ou na parte térrea), enquanto os ambientes de permanência da família (mulheres, crianças, idosos) e dos locais das atividades de serviços domésticos eram dispostos em espaços mais profundos (fundos da habitação ou no pavimento superior). Essa disposição faz com que os espaços onde aconteciam as atividades domésticas coletivas exclusivas dos membros da família e os espaços de interação entre moradores e visitantes fiquem isolados em diferentes territórios da habitação – artifício usado para reforçar a privacidade da família, ao mesmo tempo em que permitia o controle do patriarca sobre os outros membros da família (AMORIM, 2001a).

Essa separação entre a parte pública e privada também é encontrada na casa vitoriana¹¹, considerada como uma das primeiras concepções do que seria a ‘habitação ideal’ para o mundo ocidental (FLANDERS, 2004; HEPWORTH, 1999). A parte pública da casa vitoriana devia transmitir para a sociedade valores que representavam o modo de habitar de uma respeitada família, enquanto que a parte privada da casa refletia a organização social da vida doméstica. A sala de visitas, local de interação entre moradores e visitantes, era organizada e submetida à vigilância constante ditada pelas regras sociais, o que era essencial para o bom funcionamento da habitação. Nesta sala só era permitida a presença dos moradores que “já tinham sido educados” (HEPWORTH, 1999, p. 23). Serventes, pessoas com debilidades físicas ou mentais, crianças e idosos deveriam estar em áreas segregadas, cuidadosamente escondidos da parte pública. Nesse sentido, ao proporcionar privacidade, segurança e respeitabilidade, como concebida na época Vitoriana, a imagem da ‘habitação ideal’ conseguia atender tanto às necessidades do mundo doméstico, quanto do mundo

¹⁰ Vários autores (HANSON, 1998; HANSON; HILLIER, 1982; JOHNSON, 1994; LAWRENCE, 1997; MARCUS, 1997) compartilham da ideia de que a descrição dos atributos sociais através de pares binários de variáveis torna a identificação do conteúdo social na estrutura espacial mais precisa.

¹¹ O termo vitoriano deriva do nome da Rainha Vitória (1837-1902), mas, ainda hoje, faz referência a uma série de atitudes e valores cuja influência vai muito além da Inglaterra e dos limites do século XIX (HEPWORTH, 1999).

público, sendo, assim, “um cobiçado símbolo de sucesso nestas duas esferas” (HEPWORTH, 1999, p. 17).

Diferente das patriarcal e vitoriana, a habitação moderna brasileira, era regida por regras sociais (modos de habitar) mais flexíveis. A partir da segunda metade do século XX, a família começa a sofrer mudanças sociais importantes¹², como o declínio do poder patriarcal e a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado (GARCIA, 2003; MANDIGAN; MUNRO, 1999; MELLO; NOVAIS, 1998; SANT'ANNA, 1998b). As relações familiares tornam-se mais democráticas e alteram-se hierarquias que, antes, eram profundamente enraizadas na sociedade. Um importante aspecto nessa reestruturação familiar, como destaca Freyre (1933), é a adoção do individualismo como valor central das sociedades ocidentais modernas. Segundo Garcia (2003, p. 17), no campo familiar, “o individualismo sobrepõe o indivíduo ao grupo, valorizando o projeto pessoal em detrimento da coesão e da convivência”. Esse quadro social fez surgir um ‘novo modo de habitar’, que carrega consigo alguns preceitos da modernidade¹³, como a racionalização e funcionalidade dos espaços, vinculados ao recém surgido conceito de privacidade¹⁴.

Como reflexo, uma primeira mudança na organização espacial da habitação moderna foi o isolamento dos ambientes para o uso individual daqueles reservados ao uso coletivo da família, aumentando, assim, a privacidade de cada indivíduo. O ambiente de convívio familiar, que no sobrado colonial ficava na área privada, passa a dividir o mesmo espaço reservado para receber os visitantes – expressão da racionalização dos espaços, que fez diminuir o rol de ambientes domésticos. Os quartos, por sua vez, foram isolados numa profunda e segregada parte da habitação, procurando manter a individualidade requerida pelo modo de habitar da sociedade moderna (AMORIM, 2001a). Percebe-se assim, que, apesar de os espaços manterem o padrão social descrito na relação binária ‘privacidade x publicidade’, houve certa alteração nos pares inclusão x exclusão e rigidez x flexibilidade. Além disso, atrelado ao conceito de privacidade e intimidade (CAMARGO, 2007), a classificação dos ambientes em setores – social, serviço e íntimo - incorporou-se definitivamente ao modo moderno de habitar.

¹² Descritas no capítulo 3.

¹³ Conceito discutido no capítulo 1.

¹⁴ Melhor discutido no capítulo 1.

Essa breve descrição das famílias patriarcal e moderna mostra como as entidades do campo social, destacadas por Rapoport (1969) influenciam na organização do espaço doméstico: a) a maneira que as atividades básicas são desenvolvidas; (b) a estrutura da família; (c) as regras em relação aos gêneros; (d) as atitudes em relação à privacidade; (e) as relações sociais entre os moradores. A estrutura familiar alterou-se, passou de família estendida - onde, além de pai, mãe e filhos, há a presença de algum parente ou pessoa que não possua laços de parentesco - à família nuclear¹⁵. Mudou também os modos de habitar, devido a alterações de diversos fatores do contexto sociocultural: a relação entre os membros da família passa a ser menos controlada e mais flexível¹⁶, mais individual e menos coletiva, mais igualitária e menos hierárquica (menor distinção entre gênero e classe); os meios de comunicação passam a fazer parte da vida cotidiana doméstica, desde o telefone e televisão aos terminais informatizados, que alterou profundamente hábitos, comportamentos e maneira de desenvolver as atividades domésticas (ROUDINESCO, 2003; SANT'ANNA, 1998a; TRAMONTANO, 1995; 1993a).

Apesar dessas mudanças, Amorim (1999) sugere que tanto o sobrado, quanto a habitação moderna são organizados de acordo com uma concepção onde atividades são classificadas e os espaços que a abrigavam são distribuídos em forma de setores domésticos. O autor define setor como sendo “uma série de espaços agrupados de acordo com certos procedimentos classificatórios, que levam em conta requerimentos funcionais e sociais.” (AMORIM, 2001a, p.1). Não cabe aqui discutir sobre as variadas maneiras de projetar e conceber o espaço doméstico. Contudo, é necessário abrir um parêntese para fazer alguns esclarecimentos sobre os chamados ‘métodos científicos de projetar’.

Sobre o paradigma projetual da habitação

De acordo com Boutinet (2002, p. 162) “o procedimento de projeto constitui um modelo que integra, a propósito da obra a ser realizada, o máximo de conhecimentos teóricos e práticos”. Este modelo fundamenta-se em conhecimentos vindos de diversos campos do

¹⁵ “Grupo social que compreende, no mínimo, um homem e uma mulher unidos pelos laços socialmente reconhecidos do casamento e um ou vários filhos biológicos ou adotados” (AGHASSIAN; AUGÉ, 1973).

¹⁶ A mudança na relação entre os membros e dos modos de habitar não é consequência direta de alterações na composição familiar. É possível haver composições familiares semelhantes, mas que apresentem diferentes tipos de relacionamento entre seus membros e diferentes modos de habitar.

saber, que contribuem para uma metodologia de projeto orientada por critérios quantitativos e qualitativos para o alcance de soluções adequadas. O procedimento pode ser descrito como um processo baseado em etapas evolutivas de aproximação do problema – análise-síntese-avaliação, que partem da classificação de atividades (neste caso, as atividades domésticas) expressas em um programa arquitetônico e da definição de relações entre essas mesmas atividades e das distintas categorias de usuários. É um procedimento que toma por base não a experiência, mas um conhecimento científico transdisciplinar.

Voltando ao projeto do espaço doméstico, Amorim (1999; 1997) mostrou que a setorização espacial é um modelo teórico que exemplifica não somente um preciso método de projeção, mas também uma formulação social da estrutura espacial da habitação, como, por exemplo, a determinação de separar os visitantes, os moradores e os serventes em diferentes territórios da habitação, segundo distintos modos de habitar. Os métodos e as técnicas de projeção modernista estão impregnados por esta ideia de setorização, tanto em textos prescritivos – estabelecendo como os edifícios deveriam ser, como em documentos descritivos – ressaltando as propriedades de estruturação setorial das edificações. Segundo o autor, os setores domésticos modernos são o social (formado pelos espaços que geram a interface entre os habitantes e entre os habitantes e os visitantes), o íntimo ou privado (o que proporciona privacidade aos membros da família) e o de serviço (aquele que abriga as atividades de manutenção do dia-a-dia da habitação)¹⁷.

O tema da classificação relacionado a edificações também é abordado por Markus (1987; 1993). Segundo ele, toda sociedade utiliza sistemas de classificação para definir e reproduzir as estruturas sociais. Os edifícios, visto como um objeto social, também carregam significados sociais – sua função - que podem ser descritos ou prescritos em textos sobre seu uso e funcionamento. Nesse sentido, se sistemas de classificação baseiam-se em regras sociais, eles também podem ser relacionados às edificações, à medida que essas são concebidas com propósitos sociais. Para o projeto de um edifício, a classificação funcional tem como base o programa arquitetônico – texto que descreve tanto as atividades, como

¹⁷ Esse é o critério adotado para a classificação das atividades e espaços em setores, mesmo que, nos dias de hoje, a interação entre habitantes e visitantes numa residência possa acontecer em ambientes diferentes dos comumente reservados para isso (MONTEIRO, 1997), como é descrito no capítulo 3.

regras para o seu desenvolvimento¹⁸. A quantidade de regras deriva da complexidade das relações sociais – entre atividades e entre usuários (HILLIER; PENN, 1991).

Traduzindo para o contexto doméstico, quando um determinado modo de habitar não é definido por muitas e bem definidas regras de relacionamento (modelo de regras curto e programa fraco), as atividades domésticas são desenvolvidas mais livremente e os usuários apresentam uma maior liberdade no uso dos espaços (como acontece, em certa medida, em algumas habitações contemporâneas). Já nos modelos de regra longos e programa forte, as atividades são mais bem definidas e se realizam em espaços pré-estabelecidos, limitando as possibilidades de interação e de relação entre os usuários que não seja a previamente definida pelas regras. Isso quer dizer que quanto mais clara a divisão das atividades, mais fortemente estruturado será o programa arquitetônico e, conseqüentemente, a setorização espacial (HILLIER; PENN, 1991).

Ainda segundo Hillier e Penn (1991), nos modelos de regras curto, as classes, ainda que tenham algumas diferenças particulares, tendem a ser mais globais, apresentando características semelhantes. No modelo de regras longo, as classes apresentam mais distinção uma das outras. Assim, como bem descreveu Loureiro (2000, p. 83), “modelos curtos tendem à individualização tanto quanto à morfogênese, enquanto que modelos longos tendem à conformidade tanto quanto à conservação”.

Nos dois casos, o conceito de limite é fundamental, uma vez que eles servem tanto como barreiras físicas para controlar acesso e visibilidade entre classe de usuários distintos – proporcionando privacidade, quanto como barreiras simbólicas que diferenciam essas mesmas classes – identificando seus status. O tipo de controle entre os limites – que pode variar de forte a fraco, dependendo do tipo de relacionamento existentes entre as atividades e entre as pessoas – é essencial tanto para proporcionar privacidade, quanto para diferenciar status diferentes.

Heidmets (1981, apud NIIT, 1998) distingue três tipos de limites: (a) de separação, (b) de controle e (c) de identificação. No espaço doméstico, esses três tipos de limites operam de duas maneiras: (i) para distinguir pessoas e para distinguir atividades - dando-lhes, assim, identidade; (ii) para controlar acesso e visão a fim de que as atividades aconteçam sem a

¹⁸ Muitas vezes essas regras estão implícitas nos rótulos descritos nas plantas, que se associam à determinada atividade, dentro de uma mesma cultura, como descrito no capítulo 3.

influência de fatores ‘estranhos’ a ela. Nesse sentido, limites bem definidos conferem uma identidade mais forte, um maior status, a certas pessoas e atividades. Da mesma maneira, limites bem controlados, tanto em relação ao acesso, quanto à visão, proporcionam menor interferência na realização das atividades (ou mais privacidade).

A organização do espaço doméstico pode ser resultado de ambos os modelos de regra - curto ou longo – e de tipos de limites entre as classes, dependendo dos modos de habitar dos seus usuários. As classes, definidas por critérios sociais que podem incluir questão de gênero (masculino/feminino), de geração (jovens/adultos) ou de hierarquia (proprietários/empregados; habitante/visitante), são espacialmente setorizadas e sua localização na estrutura espacial segue as mesmas regras. Uma classe de maior status (de atividade e de usuários), por exemplo, comumente ocupa lugar de destaque na estrutura espacial.

Loureiro (2000, p. 79) descreve essa correspondência entre status social e fatores espaciais lembrando que

[...] na cultura doméstica no Recife, [...] o princípio classificatório espacial se estende mesmo para aspectos não arquitetônicos da edificação, determinando, por exemplo, seu valor no mercado imobiliário: apartamentos de ‘frente’ são mais valorizados que os de ‘fundo’, ainda que esta localização ‘olhando’ para a rua implique menor qualidade da moradia, pelas condições de exposição ao ruído, ou pela orientação inadequada. O mesmo acontece em relação à localização da unidade em altura. Estes são atributos arquitetônicos aceitos socialmente – expressam as relações entre atributos sociais e atributos espaciais, estruturados segundo um sistema classificatório culturalmente determinado, segundo o qual estes dois níveis estabelecem uma relação de correspondência.

A divisão de atividades e usuários em setores, vem sendo amplamente utilizado no projeto do espaço doméstico, principalmente a partir da modernidade. Isso acontece, pois como a função social da habitação é fazer com que determinado grupo de pessoas desempenhe certas atividades domésticas de acordo com seus modos de habitar, a classificação de atividades e pessoas em setores serve como um instrumental metodológico de projeto para melhor distribuir espacialmente tanto as atividades, como as pessoas. Essa setorização da habitação é destacada por diversos autores (CAMARGO, 2007; LEMOS, 1989; TRAMONTANO, 2004). DaMatta (1997), por exemplo, considera clássica essa “rigorosa gramática de espaços” da casa brasileira.

Pode-se dizer, então, que o paradigma projetual da habitação baseia-se num tripé cujas

bases são de naturezas distintas - a social, a metodológica e a espacial, conformando, assim, as três dimensões do paradigma dos setores (AMORIM, 1999). A composição familiar e os modos de habitar são entidades de natureza social. A metodológica trata do conhecimento profissional do arquiteto e diz respeito aos métodos de projeção, às maneiras de fazer com que os atributos das entidades sociais sejam materializados no espaço doméstico. Já a natureza espacial trata de características próprias do espaço, ou seja, são limitações impostas pelas dimensões e organização da forma.

Na habitação, essas três bases do tripé relacionam-se da seguinte maneira: ao serem estabelecidos os atributos de natureza social – que caracterizam os modos de habitar, algumas bases metodológicas entram em cena na tentativa de resolver como eles devem ser tratados (no caso de Recife, como demonstrou Amorim, sugerindo a divisão de pessoas, atividades e espaços em setores funcionais) e, no espaço doméstico, onde tudo é materializado, são criadas restrições ou facilidades (através de barreiras e permeabilidades) para a operacionalização dessa lógica social estabelecida. Percebe-se, assim, que os atributos sociais são a base para o desenvolvimento do conhecimento profissional e, portanto, da organização espacial. Esse é o tripé que fundamenta o paradigma projetual da habitação e que, de uma maneira geral, perdura até os dias de hoje.

Sobre a questão, as teorias, o objeto, os métodos, as análises e a conclusão.

A descrição do sobrado colonial e da habitação moderna também ilustra como é fundamental o entendimento da associação entre os aspectos sociais e espaciais para compreender as ideias que estão na base dos princípios de organização da habitação, seja ela unifamiliar ou multifamiliar. A habitação unifamiliar (térrea ou em pavimentos, isolada no lote ou geminada) pode ser descrita como aquela onde uma única família é proprietária do terreno e da unidade habitacional. Na habitação multifamiliar, a unidade habitacional tem um único proprietário, mas esse partilha a posse do terreno e áreas comuns. A habitação multifamiliar divide-se em duas tipologias básicas: a horizontal (onde as unidades habitacionais não se sobrepõem) e a vertical (onde as unidades habitacionais se sobrepõem, sendo popularmente conhecidas como edifício de apartamentos).

De acordo com os últimos dados censitários (IBGE, 2010a; 2007; 2010b), a habitação unifamiliar ainda é o tipo de habitação mais numeroso nas áreas urbanas brasileiras (84,95% versus 12,48% de habitações multifamiliares). Porém, percebe-se que esse tipo, principalmente nas grandes cidades, tende a diminuir, uma vez que o principal produto habitacional produzido e oferecido pelo mercado imobiliário atual é o edifício de apartamentos. Como revelado em recentes pesquisas desenvolvidas pela Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco, 74% dos seus clientes e potenciais clientes buscam apartamentos como opção de habitação (MERCÊS, 2009).

O edifício de apartamentos é fruto da verticalização verificada principalmente a partir do adensamento dos grandes centros urbanos. Tipo arquitetônico marcante do século XX, sinônimo de *status* social, ele se popularizou nas grandes cidades brasileiras a partir da década de 1930. No Recife, a intensificação do processo de verticalização começa a ser verificada a partir da década de 1950, onde os edifícios em altura ainda eram predominantemente de uso misto¹⁹, como o edifício Inconfidência (1942), de Carlos Frederico Ferreira, o edifício Califórnia (1953), de Acácio Gil Borsoi, e o edifício Pirapama (1956) de Delfim Amorim e Lúcio Estelita.

Desde o seu surgimento, e independente do lugar, os apartamentos tiveram suas plantas norteadas pela “ideia de empilhar, em um mesmo terreno, várias casas, todas iguais entre si” (LE MOS, 1989, p. 79). Esse conceito parece perdurar até os dias de hoje, à medida que o edifício de apartamentos pode ser entendido como um conjunto de unidades padrão, que podem se repetir tanto horizontalmente quanto verticalmente. Entretanto, essa repetição acontece de acordo com certas circunstâncias – como, por exemplo, se o empreendimento é voltado para classes com maior ou menor poder aquisitivo, atendendo, assim, a demandas sociais distintas - e dentro de algumas variações - determinadas pelo programa de necessidades, que define o arranjo geométrico de acordo com restrições impostas pelas leis de recuo e formato dos lotes. Em muitos casos, as restrições impostas pelas leis de uso e ocupação do solo fazem com que empreendimentos distintos apresentem soluções semelhantes, proporcionando certa padronização do produto imobiliário oferecido.

¹⁹ Concepção modernista típica de cidade vertical, que busca agrupar diversos usos numa estrutura física única.

Tramontano (2004, p. 20) discute sobre a padronização de soluções projetuais destacando as limitações que a setorização dos espaços em áreas social, íntima e serviço muitas vezes impõem ao partido arquitetônico. Essa limitação também é abordada por Amorim (2001a), ao sugerir que a setorização, por um lado, estabelece as regras primárias da configuração do espaço e, por outro, restringe as possibilidades de agregação de formas, para atender aos objetivos de abrigar atividades domésticas. Segundo o autor, essa restrição, de natureza teórica, proporciona certa previsibilidade de transformações, à medida que, ao “ao classificar, agrupar e estabelecer princípios para conectar os espaços de um mesmo tipo, os setores reduzem o campo de possíveis arranjos e, conseqüentemente, limitam potenciais mudanças nesses arranjos” (AMORIM, 2001a, p. 19.1).

Ainda sobre a padronização dos projetos de apartamentos, Tramontano (2004) ressalta que esta é ainda mais acentuada à medida que a concepção do projeto é regida mais pelas leis do mercado imobiliário do que pelos costumes e desejos de um determinado quadro sociocultural.

A homogeneização de acabamentos e de distribuições internas por faixa de renda dos potenciais compradores é admitida, sem que se pesquisem maneiras de atender, realmente, às demandas que seus novos hábitos comportamentais estariam expressando (TRAMONTANO, 2004, p. 20).

Sendo um produto de consumo, a concepção, a produção e a comercialização de apartamentos se faz em prol de necessidades e interesses econômicos da “indústria da construção civil” (KAAP, 2005), que muitas vezes supervaloriza o lucro e não satisfaz as necessidades do consumidor a que o produto se destina.

O resultado é, na maioria das vezes, a não conformidade entre o que o apartamento oferece e as expectativas do seu futuro comprador. Isso porque, por um lado, este produto imobiliário é tradicionalmente projetado, adotando-se a família nuclear como modelo de organização social. Por outro lado, dados censitários (IBGE, 2007; 2010b) indicam crescentes mudanças no perfil sociodemográfico brasileiro, onde o número de estruturas familiares não nucleares aumenta consideravelmente, apresentando, assim, necessidades variadas em relação ao seu habitar (BERQUÓ, 1989; 1998)²⁰. A esta diversidade de arranjos familiares deve ser associada ainda às diferentes maneiras de habitar o espaço doméstico e aos

²⁰ Vale ressaltar que a variedade de estruturas familiares de hoje dá continuidade às tendências demográficas que começaram no século passado ou mesmo antes.

diferentes estilos de vida, que varia segundo origem social, escolaridade etc., além da crescente indução pelos meios de comunicação, segundo estratégias de *marketing*, que criam e recriam a maneira ideal para se “morar bem” (AMORIM; LOUREIRO, 2003; ARAÚJO, 2006; LOUREIRO; AMORIM, 2005).

Assim como todo produto de consumo, o edifício de apartamento passa, então, a estar sujeito a todas as consequências advindas da prática consumista, tida como um ritual que estabelece os contornos da estrutura social e também representa o universo simbólico das sociedades (DOUGLAS, 1998). Isso porque, muitas vezes, o trabalho dos profissionais de *marketing*, principais responsáveis pela divulgação do produto imobiliário, reproduz determinadas características tidas como ‘satisfatórias’ para um edifício de apartamento, fazendo com que elas sejam desejadas e, até mesmo, necessárias. Assim, esses ‘negociantes de necessidades’, utilizando o termo usado por Bourdieu (2008), criam a lógica da produção do produto e a lógica da produção de gostos, atestando, assim, o enorme poder do mercado imobiliário em condicionar necessidades.

Essas ações publicitárias, divulgadas através das mais diversas mídias, fazem com que, muitas vezes, o estímulo para a aquisição de determinado produto se dê a partir de conotações que o produto passa a carregar consigo (BAUDRILLARD, 2000). Dentre a elite recifense (ARAÚJO, 2006), por exemplo, a atitude de escolher morar num ‘condomínio *club*’, num ‘*resort* urbano’ ou num edifício que oferece, dentre outras facilidades, salão de festa com ‘espaço *gourmet*’, passa a ser essencial para se “morar bem”. Reciprocamente, essa maneira de “morar bem” é tida como um dos atributos necessários para que os moradores desses apartamentos sejam incluídos e reconhecidos como membro das camadas mais alta da sociedade.

Como a possibilidade de aquisição de um apartamento dentro desse padrão cresce juntamente com o aumento da possibilidade de ascensão social, a distinção almejada por essa elite amplia-se. Agora, não basta apenas possuir um bom apartamento, é preciso que ele seja decorado, de maneira “personalizada” por um renomado arquiteto que lhe confira atributos das estéticas da moda²¹ (ARAÚJO, 2006), que proporcione um confortável ambiente para receber visitas, com espaço específico para a instalação de ambientes

²¹ Tema mais bem discutido no capítulo 2.

personalizados, além de ter, também, uma suíte capaz de satisfazer todas as “necessidades” do casal (íntimas, de lazer e de luxo).

Assim, como resultado da: (a) padronização do produto imobiliário, (b) aceleração de mudanças no perfil cultural e demográfico brasileiro e (c) forte indução pelos meios de comunicação do ideal do “morar bem” e de maneira “personalizada”, tem-se o crescente número de apartamentos que são customizados.

O termo *customizar*²² é aplicado com o sentido de adaptar, personalizar um produto às preferências do cliente e vem sendo utilizado em diversos campos do conhecimento que lidam, principalmente, com a produção de bens de consumo. No produto imobiliário, a customização só é possível se o projeto e a construção apresentarem flexibilidade suficiente para que adaptações sejam feitas, sem comprometer a estabilidade física da construção, e permitir alterações cujo custo seja compatível com o preço original do imóvel. Segundo Brandão (2002, p. 120), a flexibilidade “pode ser descrita como a liberdade de reformular a organização do espaço interno, definido rigidamente por um vedo perimetral”. Ou seja, a flexibilidade proporcionaria a liberdade necessária para que o cliente possa customizar o apartamento, tornando-a, portanto, uma forte estratégia de distinção do produto imobiliário.

No entanto, em muitos casos, esta flexibilidade é limitada por restrições de natureza geométrica, construtiva e legal. Ciente destas limitações, algumas construtoras apresentam duas condições para o atendimento às demandas do cliente. A primeira, denominada por Brandão (2002) de *flexibilidade limitada*, consiste na oferta de mais de uma opção de *layout* para a planta. Essa estratégia é uma das soluções encontradas pelos empreendedores de tornar mais vendáveis produtos espacialmente parecidos. A segunda, classificada pelo mesmo autor como *flexibilidade permitida*, possibilita modificações no projeto original (PO), ou seja, customizá-lo ainda na fase de construção. Como resultado dessa chamada ‘prática da transformação’ (GRIZ, 2009), tem-se o projeto reformado (PR) distinto do projeto original (PO), segundo o arranjo espacial e a forma de ocupação, com a introdução de componentes programáticos não previstos inicialmente.

Sabe-se que reformas e adaptações nos aspectos físico e estrutural de habitações sempre

²² Do inglês *customer*.

existiram, pois, mudar, adaptar e customizar o espaço doméstico às necessidades e desejo dos moradores faz parte da dinâmica do habitar (HANSON, 1998; HANSON; HILLIER, 1982; ORHUN; HILLIER; HANSON, 1996; TRIGUEIRO, 1994). As famílias contemporâneas não são exceções a essa regra. Elas fazem modificações de acordo com seus modos de habitar, que conferem ao apartamento concebido pelo mercado imobiliário uma identidade pessoal, uma distinção, dando-lhes características espaciais particulares, que as distinguem do apartamento do vizinho, originalmente igual ao delas. Essas customizações, prática cada vez mais frequente no contexto recifense (A.C.CRUZ, 2008; GRIZ; AMORIM; LOUREIRO, 2010), são feitas através de mudanças que vão desde a alteração no tipo e cor do revestimento de pisos e paredes, no aumento, diminuição ou deslocamento de pontos hidráulicos e elétricos, até àquelas que mudam o programa arquitetônico, a organização espacial do apartamento e, conseqüentemente, as dimensões dos ambientes.

A presente pesquisa observa especificamente os projetos reformados (PR) que alteram a organização espacial do projeto. As alterações não significam, necessariamente, baixa qualidade do produto imobiliário, afinal, muitos consumidores não o alteram. Contudo, elas ressaltam certa incompatibilidade entre o programa arquitetônico adotado, suas características geométricas, sua organização espacial e determinadas demandas para abrigar o habitar contemporâneo. Além disso, elas são, geralmente, documentadas em plantas e arquivadas pelas construtoras, o que possibilita acesso a elas e, conseqüentemente, o desenvolvimento da análise proposta.

Voltando ao paradigma projetual, diferente da habitação unifamiliar, onde os atributos da entidade social são conhecidos pelo arquiteto, no projeto de edifício de apartamentos o futuro usuário do espaço doméstico é desconhecido, ou seja, não se conhece nem a composição da família, nem seus modos de habitar. O projeto, como visto, é orientado por prescrições sociais genéricas, que adotam a família nuclear como padrão. O resultado disso é que nem sempre existe congruência (JOHNSON, 1994) - no sentido de ter harmonia de uma coisa (o PO) com o fim a que se destina (abrigar atividades domésticas de uma família específica) -, sendo preciso desenvolver outro projeto, o reformado (PR).

Se é certo dizer que o paradigma projetual da habitação baseia-se no tripé de bases social, metodológica e espacial e que a organização espacial dos PRs é reflexo dos modos de habitar de seus ocupantes, a partir da análise das características espaciais dos PRs é possível

identificar as ideias que estão na base das alterações, fruto de determinados modos de habitar.

Nesse sentido, os projetos de apartamentos, tanto dos originais (PO) – a fim de apresentar um perfil da produção imobiliária atual –, quanto dos reformados (PRs) – expressão dos modos de habitar contemporâneo –, são o principal objeto de estudo desta investigação. O objetivo é entender as ideias que norteiam sua organização espacial, voltando o olhar para as características da sociedade do consumo que podem influenciar tanto as concepções do mercado sobre o habitar contemporâneo, quanto o modo de habitar específico dos compradores.

A questão pode ser resumida na sentença abaixo, que ordena e relaciona as variáveis do problema, sendo o primeiro bloco referente à variável independente e os dois últimos, às variáveis dependentes.

Em que medida	Atributos da sociedade contemporânea
	Sociedade do consumo
redefine	padrões de conduta social familiar
	modos de habitar
	(privacidade; status)
tem impacto sobre	padrões espaciais do apartamento
	barreiras e permeabilidade, opacidades e transparências

Ou seja, busca-se entender em que medida alguns atributos da sociedade contemporânea (ou a sociedade do consumo) redefinem certos padrões de conduta social familiar, em particular seus modos de habitar, e como esses têm impacto sobre os padrões espaciais do apartamento, expressos nos projetos originais e reformados.

Parte-se do pressuposto de que os membros da família, vista como a principal unidade de consumo, adotam a postura de utilizar certos ambientes, com certas dimensões e certa configuração espacial com uma dupla função (BAUDRILLARD, 2008) - a puramente utilitária e a simbólica (que confere distinção social) - fazendo com que os ideais divulgados pelas

diversas mídias da área esteja na base do novo modo de habitar e, conseqüentemente, das ideias que fundamentam a organização espacial do apartamento reformado.

Para verificar essa correlação, os conceitos os quais as ordens espacial e social são analisadas são apresentados e descritos no capítulo 1. A primeira seção desse capítulo se dedica inteiramente às teorias que abordam a relação entre espaço e sociedade, de acordo com variados campos epistemológicos, com especial ênfase a teoria da lógica social do espaço – ou sintaxe espacial (HILLIER; HANSON, 1984) –, bem como a alguns autores (HANSON, 1998; LAWRENCE, 1997; RAPOPORT, 1997; 1969) que analisam mais detalhadamente a relação entre os atributos do espaço doméstico e os atributos da organização social que o define – a família e seus modos de habitar. A segunda seção trata das teorias sociais e antropológicas que abordam as relações de consumo, que contribuem para identificar os fatores da sociedade que possam influenciar nas práticas, estilos de vida e modos de habitar das famílias contemporâneas, mais especificamente a teoria do habitus (BOURDIEU, 2008) e a teoria cultural (DOUGLAS, 1998).

Tendo em vista o referencial conceitual e teórico, o capítulo 2 apresenta as características que definem o objeto de estudo, tanto na ordem espacial (o apartamento), quanto na ordem social (a família contemporânea e seus modos de habitar). Para melhor compreender a ordem espacial, o apartamento é discutido sob três aspectos distintos: (a) como objeto histórico; (b) como produto de consumo do mercado imobiliário; (c) como expressão do modo de habitar, sendo o produto e a base que movimenta o mercado de arquitetura de interiores, enfocando exclusivamente para o projeto da unidade privada do edifício de apartamentos. Já a ordem social trata da família contemporânea e é igualmente observada e descrita de três maneiras distintas: (a) como um objeto histórico; (b) como uma micro-unidade de consumo; (c) como um símbolo de distinção, apresentando mais detalhadamente a elite recifense.

O capítulo 3 apresenta e descreve as três variáveis de análise, os métodos e técnicas para investigá-las, bem como os critérios de seleção dos projetos selecionados para investigação. São selecionados 105 POs de empreendimentos construídos ou em processo de construção a partir do ano 2000 que oferecem, no mínimo, três quartos sociais e dependência de empregada. Nove desses POs formam a base que dão origem aos 56 PRs analisados. A amostra conta, então, com 161 projetos analisados segundo a variável funcional – que diz

respeito às funções e às atividades a serem desenvolvidas no apartamento -, a dimensional – que descreve a área dos setores e de ambientes - e a configuracional - que tem foco na organização espacial da planta e é observada por meio de propriedades relacionais, de natureza topológica, fundamentadas em procedimentos introduzidos pela sintaxe espacial (HILLIER; HANSON, 1984).

Baseado nos métodos e técnicas descritos no capítulo 3, a análise dos projetos é feita em duas etapas. A primeira é desenvolvida no capítulo 4 e tem por objetivo investigar o conjunto completo de projetos, buscando descrever suas características gerais para identificar as semelhanças e diferenças entre POs e PRs, e, por fim, classificá-los. Para essa classificação é proposto o método de medição dos graus de tipicidade da variável funcional (GTf), dimensional (GTd) e configuracional (GTc), que juntas definem o grau de tipicidade do projeto (GTP) - medida que busca identificar padrões de referência que determinem, por um lado, projetos típicos – àqueles onde esse padrão é verificado - e, por outro, projetos atípicos – àqueles que apresentam características opostas ao padrão de referência.

A segunda etapa da análise, desenvolvida no capítulo 5, volta o olhar especificamente para os PRs, por estes serem a expressão dos modos de habitar da elite recifense. Primeiramente, com o intuito de identificar as alterações que mais influenciaram na mudança do grau de tipicidade do projeto (GTP) dos PRs, é proposto o grau de alteração do projeto (GAP). Por fim, os PRs muito típicos e muito atípicos são analisados mais detalhadamente, com o objetivo de identificar os padrões de referência que caracterizam os modos de habitar típicos e atípicos da elite recifense.

A pesquisa é finalizada no capítulo 6, que se inicia retomando os argumentos que servem de base para a formulação da questão investigada e indicando os principais caminhos percorridos para respondê-la. Por fim, são descritos os principais resultados das duas etapas da análise dos projetos de apartamentos.

CAPÍTULO 1. O referencial teórico e conceitual: sobre o espaço e sobre a sociedade

1.1. Sobre o espaço

1.1.1. Estudos da relação ambiente x comportamento

1.1.1.1. A teoria da lógica social do espaço

1.1.2. O espaço doméstico em destaque

1.1.2.1. O espaço doméstico e a privacidade

1.1.2.2. O espaço doméstico e o status

1.2. Sobre a sociedade

1.2.1. Introdução

1.2.2. As teorias sociais e antropológicas que abordam as relações de consumo

1.2.2.1. A teoria do *habitus*

1.2.2.2. A teoria cultural

1. O referencial teórico: sobre o espaço e sobre a sociedade

Esse capítulo tem por objetivo apresentar o quadro teórico e conceitual que fundamenta a análise da relação entre espaço doméstico e modos de habitar. Investigações desse tipo estão inseridas em um campo de estudo mais amplo: o estudo da relação entre ambiente e comportamento – ou entre espaço e sociedade.

Fundamentado em Hillier e Hanson (1984), Holanda (2002) define espaço como o sistema de barreiras e permeabilidades que interfere em nossos movimentos sobre o chão, e sociedade como o sistema de encontros interpessoais. Como discutido na Introdução, a relação entre esses dois sistemas é de interdependência, ou, como Holanda sugere, de co-variação, onde mudanças em algum deles pode provocar alterações no outro. Em certas circunstâncias, alterações no sistema espacial podem provocar mudanças no sistema de encontros, sendo, portanto, possível “causador” de alterações comportamentais. Nesse contexto, segundo o autor, o espaço é tido como variável independente. No entanto, quando causas externas – clima, relevo, disponibilidade de materiais, conhecimento científico-tecnológico, interesses econômicos, culturais e ideológicos, etc. - interferem na organização do espaço arquitetônico, como a hipótese levantada por esta pesquisa, este último é visto como variável dependente. Ou seja, acredita-se que os atributos dos modos de habitar, expressão particular das sociedades em geral, estão na base das soluções projetuais²³ dos apartamentos.

Buscando contextualizar os estudos que discutem a natureza da relação entre espaço – seja ele arquitetônico ou urbano - e sociedade – nas suas mais variadas manifestações, a seção tem início com algumas considerações teóricas e conceituais que tratam dessa relação segundo distintos campos epistemológicos. Em seguida, é descrita a teoria da arquitetura que dá suporte ao estudo da relação espaço x sociedade – a teoria da lógica social do espaço (HILLIER; HANSON, 1984).

De fato, “a natureza multifacetada da arquitetura” (HOLANDA, 2007) faz com que vários campos do saber sejam relacionados à prática e à teoria arquitetônica. Alguns são de domínio especificamente arquitetônico, outros demandam interface com outros campos temáticos, como a sociologia, a psicologia, a antropologia, por exemplo. É o caso das teorias

²³ O termo ‘projetual’ não é reconhecido em muitos dicionários, mas é utilizado correntemente no campo da arquitetura.

do campo social que auxiliam na interpretação dos dados da análise espacial, discutidas na seção 1.2. São as teorias sociais e antropológicas que abordam as relações de consumo, que contribuem para identificar e entender os fatores da sociedade do consumo que possam influenciar nas práticas, estilos de vida e modos de habitar das famílias contemporâneas.

1.1. Sobre o espaço

É de comum senso que toda edificação, grosso modo, é fisicamente formada pelo seu invólucro e pelo seu conteúdo (ZEVI, 1996) – ou, como denomina Coutinho (1998), pelos componentes-meio e componentes-fim, respectivamente. O primeiro se refere aos elementos escultóricos, aos sólidos, *à forma*. O segundo, aos vãos, aos vazios, ao *espaço*. À forma e ao espaço, Markus (1987) acrescenta ainda outra dimensão verificada nas edificações: a função, que diz respeito a sua semântica, ao propósito social para o qual a edificação foi concebida.

Vários autores (COUTINHO, 1998; HILLIER; HANSON, 1984) argumentam que, até meados do século XX, as teorias da arquitetura se detêm mais nos aspectos da forma (dos componentes meios), como a volumetria, a composição, a proporção, as texturas, etc., que, segundo Markus (1987), podem ser resumidas no termo ‘estilo’. No entanto, como argumenta Coutinho (1998), esses podem ser atributos de qualquer artefato ou objeto escultórico. De fato, uma edificação, assim como qualquer outro artefato, são construções físicas de uma determinada cultura. Mas sua capacidade de organizar os espaços – através da forma - com propósitos sociais bem definidos é o que a diferencia dos demais artefatos.

A ordenação dos espaços é a finalidade do edifício, não o objeto físico em si. O objeto físico é um meio para um fim. Neste sentido, os edifícios não são o que parecem. Eles parecem artefatos físicos, como quaisquer outros, e seguem o mesmo tipo de lógica. Mas isso é ilusório. Enquanto são cheios de intenções, os edifícios não são apenas objetos, mas transformações de espaço por meio de objetos (HILLIER; HANSON, 1984, p. 1, tradução nossa).

É baseado neste argumento que o espaço se torna “o elemento por excelência da linguagem arquitetônica” (HOLANDA, 2007, p. 117) e sua análise passa a ser o foco de várias teorias. O campo de estudo da relação entre espaço x sociedade (neste caso, entre o espaço doméstico e os modos de habitar da família contemporânea), no qual a presente pesquisa se insere, as abordagens são variadas, uma vez que para cada aspecto, tanto do espaço quanto da

sociedade, há certo número de categorias analíticas, estabelecidas pela teoria adotada. Alguns desses estudos são descritos resumidamente na seção a seguir, com o intuito de direcionar o enfoque para a abordagem mais adequada para tratar a questão em tela.

1.1.1. Relação ambiente x comportamento (ou espaço x sociedade)

Além de ter o elemento espaço como foco, as teorias que tratam a relação ambiente x comportamento também podem ser classificadas de duas maneiras, como descreve Lang (1987). Uma delas são as chamadas teorias normativas²⁴ (ou prescritivas), que oferecem um conjunto de soluções que prescrevem não somente como os espaços devem ser organizados, mas também como devem ser usados. A outra são as teorias positivas (ou descritivas), que, com o intuito de aprofundar a compreensão de determinado fenômeno, o descrevem tratando-o como ele realmente é, e não como ele deveria ser.

As teorias normativas procuram definir uma série de regras e princípios que, quando seguidas, supostamente garantem o sucesso do projeto arquitetônico. Na arquitetura, essa relação direta entre causa (as prescrições) e o efeito (o bom projeto) é chamada de determinismo arquitetônico – postura que se baseia na crença de que, ao adotar uma determinada prescrição na ordenação do espaço, certo resultado no campo sociocomportamental será garantido. Ou seja, acredita-se que, em certa medida, o ambiente físico pode determinar o comportamento humano.

Essa postura determinista está presente em muitos tratados da arquitetura moderna. Assim, o projeto modernista era tido como “um instrumento determinista de equidade e justiça social, pela adoção de prescrições e normas” (LOUREIRO, 2000, p. 36). No entanto, como argumenta Johnson (1994), a crença determinista passou a ser questionada a partir da dificuldade do modernismo em realizar a reorganização social a que se havia proposto, o que provocou uma descrença quanto ao seu papel na construção da sociedade. Os resultados esperados, e não alcançados, começam a ser criticados com base no argumento de que, na busca por modelos ideais, afastam-se das necessidades reais do usuário (HOLANDA, 1997;

²⁴ Lang (1987) ressalta que a denominação ‘teoria normativa’ pode parecer uma contradição de termos, uma vez que uma norma, uma prescrição, é praticamente uma imposição e, muitas vezes, não são baseadas em explicações dos fenômenos, e sim, em ideologias. No entanto, esse termo é utilizado não somente por ele, mas também por outros autores (NESBITT, 1996), para se referir ao conjunto de ideias que lidam com normas para a boa prática arquitetônica.

LANG, 1987). A partir das críticas ao determinismo, o espaço da arquitetura se torna o objeto de investigação por ser o lócus das relações humanas, e não somente por ser resultado da forma edificada.

No entanto, como “a relação entre espaço e vida social era pouco conhecida” (HILLIER; HANSON, 1984, p. ix, tradução nossa), as abordagens teóricas pós-modernas passam, então, a buscar respostas para melhores soluções arquitetônicas em conhecimentos multidisciplinares vindas de campos de saber correlatos, como as ciências sociais, que passam a lidar com a dimensão espacial de questões sociais. Nesbitt (1996) faz uma detalhada descrição sobre essa produção teórica pós-moderna, reunindo textos que tratam de teorias como a fenomenologia, o estruturalismo, o pós-estruturalismo e a semiótica. Segundo ela, essa produção teórica, que é caracterizada pela interdisciplinaridade, busca “ultrapassar os limites da teoria modernista, inclusive do formalismo e dos princípios do funcionalismo” (NESBITT, 1996, p. 16).

Por outro lado, vários autores criticam essa busca no campo de conhecimento das ciências sociais por melhores embasamentos teóricos para as soluções arquitetônicas, como Hillier et al (1976), Hillier e Hanson (1984), Hanson (2001) e Holanda (2007), por exemplo. Esse último sugere que essa interdisciplinaridade foi um dos “modos” (tido pelo autor como equivocado) de pensar e fazer a arquitetura. Segundo ele, a partir da década de 1950, com a identificação dos problemas do urbanismo moderno, os arquitetos verificaram que o saber arquitetônico da época não era satisfatório, procurando, assim, ajuda de campos de saber correlatos, como, por exemplo, das ciências sociais. Entretanto, como ressalta Holanda, as disciplinas sociais têm métodos de análises e categorias analíticas próprias ao seu campo de conhecimento, que nem sempre são adequadas para abordar questões arquitetônicas. Como consequência houve certo

[...] abandono do campo arquitetônico, fazendo com que trabalhos de ‘projeto’ dentro das escolas de arquitetura se resumissem a documentos ‘sociológicos’ ou ‘econômicos’ – que não eram uma coisa nem outra (HOLANDA, 2007).

O que o autor procura argumentar é que o problema não está na interação com outros campos de conhecimento, e sim, no abandono do campo da arquitetura. Por isso ele, assim como Hillier et al (1976), Hillier e Hanson (1984), defende a arquitetura seja uma disciplina autônoma, com suas teorias, métodos e categorias analíticas próprias.

Sendo equivoco, como sugere Holanda (2007), ou motivação, como acredita Nesbitt (1996), a parceria com disciplinas de outros campos de conhecimento impulsiona a produção intelectual arquitetônica pós-moderna. Cria-se, assim, “o estágio inicial de uma nova literatura interdisciplinar no estudo do espaço e sociedade” (HILLIER; HANSON, 1984, p. x, tradução nossa), onde as abordagens teóricas passam a ter um enfoque mais descritivo - ou explanatório, como sugere Moore (1997) -, buscando explicar porque uma série de fenômenos se comporta de determinada maneira através de conceitos e princípios abstratos.

O estudo dos fenômenos - da experiência humana no espaço – é o foco de uma das teorias pós-modernas que estudam a relação espaço x sociedade: a fenomenologia. Seamon (2007) define fenomenologia como a cuidadosa descrição e interpretação da experiência humana, no lugar e tempo real, buscando investigar as influências do espaço sobre o sujeito no nível subjetivo e pessoal. Esses estudos apresentam uma maneira de investigar essas influências através das sensações visuais, táteis, olfativas e auditivas e de seus significados para as pessoas (NESBITT, 1996). No entanto, Seamon ressalta que o objetivo não é ter explicações idiossincráticas, mas identificar a estrutura viva comum a muitos aspectos vividos pelo fenômeno. Em relação ao espaço doméstico, por exemplo, o interesse está na identificação do processo pelo qual a habitação – um ambiente neutro – se transforma em lar – passando a adquirir um significado para o morador.

Ainda dentre as teorias que tratam a relação espaço x sociedade está o estruturalismo. Pearson e Richards (1997) sugerem que uma estrutura é o resultado de práticas sociais (consagradas nas tradições e regras sociais) e que são modificadas continuamente, à medida que as ações humanas que as constituem mudam. O estruturalismo busca entender essas estruturas através da qual o significado é produzido dentro de uma cultura (NESBITT, 1996). Sendo uma corrente de pensamento das ciências humanas, mais especificamente da linguística, ao ser aplicado à arquitetura, os métodos de análise do estruturalismo auxiliam no entendimento e explicação da forma e do significado da obra arquitetônica. Alguns estudos de Levi-Strauss²⁵ (1967), por exemplo, se utilizam de certas características da organização do espaço para analisar aspectos da estrutura social que lhes deu origem.

²⁵ Antropólogo francês considerado fundador da ‘antropologia estruturalista’.

Apesar da indiscutível contribuição de muitas das associações interdisciplinares no estudo da relação entre o espaço e a sociedade, Hillier e Hanson (1984) destacam dois obstáculos fundamentais: (a) a dificuldade em descrever o espaço objetivamente para poder relacioná-lo com a dimensão social; (b) o paradigma de conceituar o espaço sem o conteúdo social e a sociedade sem o conteúdo espacial. Holanda (2002) enfatiza essas dificuldades, ao destacar a imprecisão das teorias em descrever não somente o próprio fenômeno arquitetônico em si - identificando atributos espaciais que estabelecessem semelhanças e diferenças entre manifestações sociais (HILLIER et al., 1976), mas também em descrever a relação entre esses atributos e as expectativas sociais.

Sendo o objeto próprio das edificações, o espaço deveria, a princípio, ser tratado de maneira independente de outros atributos que não sejam puramente espaciais. No entanto, como ressalta Hillier (1996, p. 19, tradução nossa),

[...] muito da nossa noção sobre o espaço não lida como uma entidade em si, mas ligado a outras entidades não espaciais. [...] a ideia de espaço sempre é referida como 'o uso do espaço', a 'percepção do espaço', a 'produção do espaço' ou as 'concepções do espaço'. Em todas essas expressões, a ideia do espaço adquire significado através da ligação direta com o comportamento humano [...]. Na arquitetura, onde o conceito do espaço é, algumas vezes, desvinculado da ligação direta com o social, através de noções como 'hierarquia espacial' e 'escala espacial', continuamos a achar que o espaço é raramente descrito de maneira independente.

Na tentativa de superar esses obstáculos, alguns autores buscaram analisar a relação entre espaço e sociedade através da morfologia da arquitetura (HILLIER et al., 1976; STEADMAN, 1983). O termo morfologia, voltado para os objetos arquitetônicos, refere-se ao estudo da sua forma, tratando das relações entre o todo e suas partes. Steadman (1983) desenvolve um extenso trabalho sobre a morfologia arquitetônica na busca de introduzir um campo de pesquisa que toma como pressuposto que o projeto lida "com a manipulação da forma, com composição, entendida como a organização de componentes bi e tridimensionais, elementos espaciais e materiais, em arranjos e configurações" (STEADMAN, 1983, p. 2, tradução nossa). Para isso, o autor se baseia em estudo de botânica feito por Goethe, cujo interesse morfológico está não só em prover representações abstratas e uma classificação biológica das partes que formam as plantas, mas também em mostrar como a recombinação de alguns desses elementos poderiam resultar em espécies teóricas desconhecidas na natureza. Aplicando a concepção desse estudo de Goethe no campo arquitetônico, Steadman propõe, então, uma teoria geométrica da forma arquitetônica, dedicada ao

estudo de arranjos formais possíveis, que podem servir para fundamentar as decisões de projeto.

No entanto, apesar de estudos morfológicos desse tipo superar uma das dificuldades – a de descrever o espaço objetivamente –, eles praticamente não abordam a questão social do espaço²⁶, recaindo no paradigma de conceituar o espaço como a-social e a sociedade como a-espacial (HILLIER; HANSON, 1984). É proposto, então, um Segundo Paradigma (HILLIER; HANSON, 1987): a distinção de edificações e assentamentos urbanos de outros objetos. Os autores argumentam que, na maioria dos objetos, a forma física e a função social são duas entidades separadas, o que não é o caso das edificações, à medida que “informações culturais e sociais residem na sua forma e estrutura física” (HILLIER; HANSON, 1987, p. 198, tradução nossa). Como bem descreve Hillier (1996, p. 20, tradução nossa),

[...] cultural e socialmente, o espaço nunca é simplesmente o pano de fundo da existência material. É o aspecto chave de como sociedades e culturas são constituídas no mundo real [...]. O comportamento humano não somente acontece no espaço. Ele tem sua própria forma espacial. [...]

[...] É por essa razão que a organização espacial, através das edificações e ambientes construídos, torna-se uma das principais maneiras pelas quais a cultura torna-se real no mundo material, e é por isso que as edificações podem carregar significados sociais na sua forma espacial.

Com esse pressuposto, alguns teóricos da arquitetura (HILLIER et al., 1976) buscam analisar a relação entre espaço e sociedade, vista como entidades interdependentes, através da morfologia da arquitetura. A partir desse estudo, foi desenvolvendo uma série de conceitos e procedimentos analíticos descritos na teoria da lógica social do espaço (HILLIER; HANSON, 1984), ou, como é referida por muitos autores, a sintaxe espacial (PEPONIS, 2001). Neste caso, a abordagem morfológica proposta pela teoria trata não somente sobre o número de possibilidade de arranjos compositivos de formas arquitetônicas, mas também leva em consideração a semântica, isto é, os significados sociais contidos na forma arquitetônica e na sua estrutura morfológica.

Como as entidades espacial e social são interdependentes entre si, pode-se dizer que a sintaxe do espaço – a forma de organização do sistema de barreiras e permeabilidades ao movimento – e a sua semântica – resultado dos modos de utilização e significados dos

²⁶ Steadman (1983, p. 3, tradução nossa) fala que “a arquitetura como disciplina linguística [...] é subdividida em duas partes. Existe a parte que lida com a sintaxe de possibilidades de arranjos e formas arquitetônicas. E existe a parte que lida com a semântica, o sistema de significados, que a forma e a estrutura sintática suporta. O presente livro dedica-se inteiramente ao tema da sintaxe arquitetônica”.

espaços por uma determinada sociedade - têm uma relação de interdependência (HOLANDA, 1997). Ou seja, o relacionamento mútuo dessas duas dimensões faz com que o comportamento e eventos possam influenciar a morfologia do espaço e essa, por sua vez, também possa influenciar o comportamento e os eventos sociais (Figura 1.1).

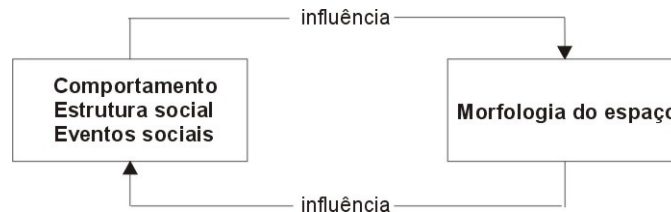


Figura 1.1. Relação de influência mútua entre o ambiente e o comportamento.

Assim, dentre as várias teorias que tentam descrever e analisar a forma espacial dos edifícios, a sintaxe espacial se estabeleceu no campo da morfologia arquitetônica por abordar a relação intrínseca entre a sociedade e o ambiente construído pelo homem. Mais que isso, sendo uma teoria descritiva (comentada na seção a seguir) associada a uma metodologia de representação, quantificação e interpretação da configuração do espaço construído (descrita no capítulo 3), ela propõe uma descrição analítica e precisa do espaço e estabelece métodos que oferecem um consistente e objetivo conjunto de técnicas de representação e análise que reconhece as ideias sociais presentes na forma da edificação.

1.1.1. A teoria da lógica social do espaço

A construção conceitual e metodológica da teoria se baseia na crença de que o conteúdo social é um aspecto intrínseco de edificações e assentamentos urbanos. Sendo assim, Hillier e Hanson (1984) argumentam que esse conteúdo pode ser revelado através da análise das características morfológicas da edificação, mais precisamente, das suas características configuracionais. O termo configuração é utilizado no sentido de “relações que levam em conta outras relações” (HILLIER, 1996, p. 1, tradução nossa), ou, como sugere Hanson (1998, p. 22-23, tradução nossa),

[...] relações espaciais existem onde é encontrado qualquer tipo de ligação entre dois espaços, enquanto que a configuração espacial existe quando as relações existentes entre dois espaços podem mudar, quando relacionadas a um terceiro espaço.

O estudo da configuração espacial é o principal aspecto que distingue essa teoria das demais, pois é através da configuração que o espaço apresenta seu efeito mais poderoso na maneira como edificações são formadas e como elas funcionam para atingir propósitos sociais. Como ressaltam Hillier e Hanson (1987, p. 198, tradução nossa), “arquitetura não só cria espaços, mas padrões de relações entre espaços. Arquitetura é a arte de relacionar espaços”. Sabendo que o espaço já apresenta o conteúdo social subjacente a sua estrutura espacial, Hillier (1996, p. 21, tradução nossa) acrescenta, ainda, que a ordenação dos espaços está relacionada com a ordenação das relações entre pessoas, uma vez que “encontrar, congregar, evitar, interagir [...] não são atributos de indivíduos, e sim, padrões, ou configurações, formados por grupos de pessoas”. É por isso que a sociedade, numa edificação, já faz parte da sua configuração espacial.

Sendo um elemento de fundamental importância no entendimento de conteúdos sociais subjacentes a edificações, a descrição e análise da configuração espacial, através da planta das edificações, é a chave para revelar a natureza da relação entre as entidades espacial e social. Evans (1997) enfatiza a autonomia da planta arquitetônica, argumentando que é através da compreensão dessa autonomia que se pode entender como o espaço é organizado para cumprir sua função social. O autor sugere que a planta de uma edificação é visto como um retrato das relações sociais que ele suporta.

Se há algo que é descrito pela planta arquitetônica, é a natureza dos relacionamentos humanos, dado que os elementos cujos traços ele registra – paredes, portas, janelas e escadas – são empregados primeiro para dividir e, depois, para reunir seletivamente, o espaço habitado. (EVANS, 1997, p. 56-57, tradução nossa).

Assim, como as atividades humanas são estruturadas e tomam forma através da ordenação das paredes, portas e janelas, a planta arquitetônica pode ser tomada como a representação espacial dos padrões de relações sociais, isto é, como mediação para entender os valores sociais de quem o concebeu. No caso da habitação, a planta constitui os valores sociais, estilos de vida e modos de habitar de seus usuários, expressos na configuração.

Fundamental para a teoria é a compreensão dessa autonomia da planta arquitetônica, pois é através dela que se pode analisar a forma espacial de qualquer ambiente construído. No entanto, como sugere Hillier (1989), para compreender qualquer forma espacial é necessário entender as leis subjacentes a ela, que estabelecem como acontece a relação entre a

configuração espacial e seu conteúdo social. São as leis próprias do espaço (primeira lei); as leis da sociedade para o espaço (segunda lei); e as leis do espaço para a sociedade (terceira lei).

A primeira lei é a de geração da forma arquitetônica propriamente dita. Em todo ambiente existem regras puramente espaciais que são essenciais para o entendimento do espaço como um todo. São leis que governam a maneira como espaços se agregam para formar edifícios, bem como governam a maneira como edifícios se agregam para formar cidades. Porém, apesar de o espaço ter uma lógica própria, a sociedade também define algumas regras para o uso desses espaços. Assim, a segunda lei do espaço refere-se à maneira como a sociedade usa e adapta os espaços para dar forma espacial a diferentes tipos de relações sociais. Finalmente, a terceira lei do espaço trata do efeito que a estrutura espacial pode causar na sociedade. Isso significa dizer que algumas propriedades da estrutura espacial de um sistema afetam, probabilisticamente, o padrão de relações sociais de seus usuários.

Essas três leis formam a base teórica para a definição dos três níveis analíticos com os quais Holanda (2002) investiga a inter-relação entre espaço e sociedade. Primeiramente, enfatizando que o espaço tem leis próprias, de natureza configuracional e que formam uma espécie de substrato das dimensões que são sobrepostas a ela – o padrão espacial (a própria estrutura configuracional do espaço). Segundo, esse padrão espacial não é inerte, ele tem certa função. Ou seja, de maneira probabilística, ele interfere na vida que ocorre no espaço – a vida espacial (padrões de encontros sociais no espaço, ou, em outras palavras, a maneira em que as pessoas usam o espaço). Por fim, a sociedade, reconhecendo a existência de certa interferência desses padrões espaciais no comportamento das pessoas, utiliza-se de algumas propriedades espaciais para atingir objetivos sociais pré-determinados – a vida social (conjunto de padrões culturais de uma determinada sociedade).

Segundo Holanda (2002), os padrões espaciais podem ser a causa de certas atitudes da vida espacial que, por sua vez, podem ser refletidas em algumas características da vida social. Seguindo essa crença, foram desenvolvidos vários estudos sobre como o uso do espaço doméstico, que caracteriza determinados modos de habitar, poderia ser influenciado pelo padrão espacial da habitação (FRANÇA, 2008; MONTEIRO, 1997; TRIGUEIRO, 1997). Nesses estudos, o espaço é tido como variável independente, que pode causar variações no uso e nos modos de habitar. No entanto, a ordem de influência desses três níveis analíticos pode

ser invertida: fatores da vida social podem modificar atitudes da vida espacial que, por sua vez, podem causar alterações no padrão espacial. Essa é a hipótese levantada pela presente pesquisa, que, assim, toma o padrão espacial do apartamento como variável dependente de outras variáveis: as do campo social. Como sugere Holanda (2002, p. 88),

[...] as variáveis envolvidas nesse nível têm a ver com nível de renda, com categorias da divisão do trabalho e padrões de atividades, com acesso diferenciado a processos de tomada de decisões, com acesso diferenciado a produção material, e assim por diante.

Assim, as ideias que norteiam o projeto (baseadas em determinados modos de habitar), caracterizam o nível analítico ‘vida social’ - a variável independente – expresso através dos atributos da sociedade em questão (no caso, a elite recifense). Essa investigação trata, portanto, dos níveis analíticos vida social e padrão espacial – em que medida fatores da vida social podem influenciar o padrão espacial dos apartamentos -, já que tratar da vida espacial pressupõe investigar sobre o uso dos espaços, o que não é de interesse da pesquisa.

Esses três níveis analíticos, apesar de representar entidades analíticas separadas, agem em torno da proposição fundamental, já comentada anteriormente:

[...] sociedades humanas organizam seu espaço com a finalidade de construir uma cultura espacial, ou seja, uma maneira distinta de organizá-lo para produzir e reproduzir não somente relações sociais, mas os princípios para ordenar essa relação (HILLIER, 1989, p. 6, tradução nossa).

Assim, o padrão espacial é utilizado para facilitar ou para restringir determinadas atividades. A maneira como isso acontece depende da forma dos padrões de relações sociais envolvidos (definidos pelos modos de habitar de cada família), pois o espaço não é simplesmente função dos princípios sociais, e sim, um aspecto intrínseco a eles.

Os procedimentos analíticos propostos pela sintaxe espacial partem da análise do padrão espacial de diversas amostras. Se, dentre os casos analisados, for identificada uma repetição consistente de padrões espaciais, diz-se que existe uma estrutura genotípica (uma “representação numérica de um padrão cultural”, como sugere Trigueiro, 1997), ou seja, existem “regras abstratas [*do contexto social*] que embasam as formas espaciais” (HILLIER; HANSON, 1984, p. 12, grifo nosso). Nesse caso, o ambiente construído é a materialização desses padrões genotípicos, cuja forma física – o fenótipo - pode assumir as mais variadas características – variações geométricas, dimensionais, etc. A identificação desses genótipos é, portanto, uma das mais eficientes maneiras de identificar como os valores sociais estão

subjacentes à organização espacial de diferentes cidades e edificações. Por essa razão, a teoria tem sido adotada em diversos problemas arquitetônicos e urbanos, vindos de diferentes contextos culturais, mostrando o quanto essa teoria é poderosa na representação, descrição e compreensão do fenômeno espacial.

Em relação às edificações, classificadas como um sistema espacial fechado – em oposição ao urbano (sistemas espaciais abertos) – a teoria reserva alguns princípios específicos para a representação, análise e interpretação da sua configuração. Segundo Hillier e Hanson (1984), enquanto o espaço urbano se apresenta como um sistema espacial contínuo, o espaço interno das edificações (ou espaço arquitetônico) apresenta uma série de pequenos eventos explicitamente desconectados uns dos outros e do sistema como um todo. Essa descontinuidade que caracteriza o sistema espacial fechado se deve à presença dos limites, ou barreiras, entre os espaços que o formam. Entre esses espaços são identificados dois tipos de relações. A primeira diz respeito às relações entre as categorias dos espaços internos (mais ou menos acessíveis, tanto em relação ao movimento, quanto em relação à visão). A segunda diz respeito à forma de controle dos limites entre esses espaços (muito ou pouco conectados).

Do ponto de vista configuracional, uma edificação possui mecanismos de controle que se dão por acessibilidade e por visibilidade. O primeiro diz respeito às barreiras (que impedem) e às permeabilidades (que permitem) ao movimento. Neste caso, o número de espaços necessários para acessar outro espaço é o indicativo de controle. O segundo trata das opacidades e transparências que impedem ou permitem a visão. Nesse último caso, o controle se dá por um alto grau de visibilidade (que proporciona a vigilância²⁷ de um espaço sobre o outro). O controle por acessibilidade pode ser ilustrado na edificação da Chancelaria do III Reich (GOODSELL, 1988) onde o caminho da entrada da edificação até o gabinete de Hitler é formado por uma longa sequência de espaços, uma vez que este se encontra profundo, em relação à entrada do visitante. Já um exemplo clássico de vigilância pode ser ilustrado no Panopticon²⁸ (FOUCAULT, 1984). Seu efeito mais importante, conforme explicitado por Foucault (1984), é o de induzir no indivíduo que está sendo vigiado um

²⁷ O controle por visibilidade é comumente referido como vigilância.

²⁸ Dispositivo, projetado no século XVIII por Bentham, que se presta a vários tipos de edificações – tais como prisões e manicômios, por exemplo -, cujos propósitos são o da vigilância permanente.

estado consciente e permanente de visibilidade que assegure o funcionamento automático do poder.

Ainda de acordo com a sintaxe espacial, toda edificação é constituída por um determinado tipo de conhecimento social, que é refletido na organização das categorias espaciais e no tipo de controle dos acessos. Socialmente, a edificação relaciona esse conhecimento com o universo de habitantes e visitantes. Ou seja, em toda edificação existe, no mínimo, um habitante - a pessoa que possui acesso preferencial e controle sobre os espaços -, e um visitante - que tem permissão para entrar na edificação, sem que este tenha nenhum tipo de controle sobre os espaços que a formam. Pacientes em um hospital, alunos em uma escola, prisioneiros numa prisão, todos são exemplos dessa segunda categoria de usuários que

[...] têm uma razão legítima para cruzar os limites dos espaços da edificação, mas menos que os habitantes, pois eles não possuem nenhum tipo de controle sobre a edificação e sua individualidade social não está mapeada na estrutura do espaço. (HILLIER; HANSON, 1984, p. 146, tradução nossa).

As edificações também são consideradas como dispositivos de classificação que operam pelo controle, restringindo ou favorecendo as relações entre indivíduos (MARKUS, 1987; 1993). Esse maior ou menor controle é definido pela sociedade, cujos papéis e funções sociais são previamente estabelecidos. Isto é, a sociedade classifica as categorias de usuários e os organiza no espaço, relacionando-as, umas as outras, com um maior ou menor grau de agregação ou segregação, gerando padrões de movimento e encontro que podem ser densos, ou esparsos, entre os diferentes grupos de usuários. Assim, as categorias de espaços, juntamente com seus tipos de controle, possibilitam interfaces entre os habitantes (já mapeados dentro dessas categorias) e os visitantes (cujas relações são também controladas pela configuração).

Todas as edificações, independente do tipo de padrão espacial, são espacialmente estruturadas segundo esse princípio. Como os tipos de interação entre categorias de usuários mudam de acordo com as regras sociais, mudam, também, as relações entre as categorias de espaços. São justamente essas variações que identificam uma edificação como sendo de um determinado tipo, com certa individualidade (HILLIER; HANSON, 1984).

Assim, a teoria da sintaxe espacial tem sido adotada largamente por pesquisadores para explorar o padrão cultural e de uso, bem como o comportamento de usuários, de vários tipos de edificações, vindas de diferentes contextos culturais, como: museus (PEPONIS;

HEDIN, 1982), fábricas (MARKUS, 1993; PEONIS, 1985), escolas (LOUREIRO, 2000), edifícios da justiça (GRIZ, 2004; HANSON, 1996), edifícios vinculados à saúde (DESYLLAS, 1999; PEATROSS, 1997), edifícios empresariais (ZIMRING; PEATROSS, 1987) e em habitações (AMORIM, 1999; FRANÇA, 2008; MONTEIRO, 1997; PAULA, 2007; TRIGUEIRO, 1997).

Contudo, apesar de os procedimentos analíticos de descrição dos padrões espaciais sugeridos pela sintaxe espacial serem claros e objetivos²⁹, alguns autores criticam o método, colocando em dúvida a sua eficácia em representar o problema social – seja pela relativa complexidade de interpretação e avaliação das descrições do padrão espacial (OSMAN; SULIMAN, 1994), seja por argumentar que a análise desconsidera muitas informações relevantes sobre o ambiente construído (RATTI, 2004).

Ratti (2004) é um dos que criticam a teoria, sugerindo que a análise configuracional feita em cidades é muito limitada. Segundo ele, muitas informações, como a dimensão das ruas, a altura dos edifícios e o uso do terreno, não são levadas em consideração na análise e interpretação dos dados. Respondendo a essas críticas, Hillier e Penn (2004) argumentam que algumas dessas informações métricas são variáveis relevantes em algumas situações e outras não. Em análise feita por Penn e seus colegas (1998, apud HILLIER; PENN, 2004), por exemplo, foi demonstrada que a altura dos edifícios é uma variável que apresenta uma relativa significância para o movimento do pedestre. No entanto, seu efeito é bem menor ao ser comparado com o das variáveis configuracionais. Por isso a análise separada de atributos configuracionais, dimensionais e sociais é muito mais produtiva, uma vez que só assim é possível verificar o efeito de cada variável do ambiente construído na vida social. Baseados nestes argumentos, Hillier e Penn (2004) sugerem que o entendimento prévio da configuração, independente do seu conteúdo social, tem uma grande importância prática para o projeto de edificações e cidades, podendo responder a questões relativas à localização mais adequada de determinados tipos de edificações, como shoppings centers, por exemplo.

Essa análise, que, a princípio, isola os atributos espaciais dos atributos sociais, também é criticada por Osman e Suliman (1994). Dentre outros fatores, é sugerido haver uma má interpretação, ou inferências infundadas, sobre o conteúdo social do espaço. Esse fato é

²⁹ Como é visto no capítulo 3.

bem explicitado nas palavras de Edmund Leach (1978, apud OSMAN e SULIMAN, 1994), onde ele sugere que

[...] o argumento da sintaxe espacial é muito significativo e interessante, mas não acredito que se possa tirar conclusões imediatas simplesmente olhando o padrão do layout dos ambientes, e mesmo que se possa ter certeza do quanto generativas as regras sintáticas possam ser, ninguém pode inferir nada sobre a sociedade que faz uso desse ambiente resultante (LEACH, 1978, apud OSMAN e SULIMAN, 1994, p. 192, tradução nossa).

Sobre essa crítica em relação à interpretação dos dados, duas observações merecem destaque. Primeiro, é preciso lembrar que a sintaxe espacial propõe propriedades espaciais que se relacionam com conteúdos sociais. Porém, a configuração espacial de uma edificação é fruto não só de fatores sociais (neste caso, estrutura da família, modos de habitar, etc.), mas também de fatores que restringem as possibilidades de arranjos espaciais, como legislação, dimensão e forma do terreno, fatores relativos ao conforto ambiental etc. No projeto de edifícios de apartamentos, por exemplo, esses condicionantes restringem as possibilidades de arranjos para o projeto do edifício³⁰.

A segunda observação é que, para a investigação da dimensão espacial, a sintaxe espacial descreve uma série de técnicas que identificam as propriedades dos espaços através de medidas mensuráveis³¹, caracterizando e diferenciando, assim, um espaço de outro e identificando os padrões espaciais. Contudo, apesar dessa identificação ser fundamental para o entendimento da sua configuração de um ambiente construído, sem o conhecimento de regras e convenções, que não são imediatamente reconhecíveis na configuração, não se pode ter uma leitura completa do significado e das implicações das configurações dos espaços na vida social. Como bem argumentou Holanda (2002, p. 87), “a avaliação de cada situação em particular dependerá de valores (éticos, históricos), que precisam ser explicitados, para que todos saibamos o ponto de vista a partir do qual tais avaliações estão sendo feitas”.

Esse segundo estágio da análise – como interpretar esses padrões espaciais à luz de atributos do contexto social - é um tanto subjetiva. Peponis (2001) sugere que a dimensão social associada aos padrões espaciais só pode ser definida ao recorrer a regras não espaciais, identificadas em estudos do campo social (antropologia, sociologia etc.). Por isso,

³⁰ Como discutido no capítulo 2.

³¹ Descritas no capítulo 3.

os resultados da análise espacial devem contar com evidências vindas do campo social, que identifiquem os atributos sociais da instituição e, assim, fundamentar as interpretações dos padrões espaciais encontrados³².

*

*

*

A seção 1.1.1 discutiu sobre os enfoques que relacionam espaço e sociedade, nos distintos campos epistemológicos, buscando contextualizar a pertinência da adoção da teoria da lógica social do espaço para a presente investigação. Ao propor princípios para identificar a dimensão social da arquitetura através da análise do elemento próprio da disciplina arquitetônica – o espaço – a sintaxe espacial se mostra como um adequado corpo teórico e metodológico para identificar conteúdos sociais através da configuração do espaço.

No entanto, a presente pesquisa trata especificamente da identificação das ideias que norteiam os projetos de apartamentos, que são baseadas nos modos de habitar contemporâneos. Diante disso, é necessária uma revisão teórica sobre os diversos trabalhos que analisam mais detalhadamente a relação entre os atributos do espaço doméstico e os atributos da organização social que o define (a família e seus modos de habitar)³³. O objetivo é mostrar, resumidamente, as variadas maneiras pelas quais os aspectos do espaço doméstico podem expressar atributos da sociedade para poder identificar aqueles que melhor respondem a questão proposta, como é visto a seguir.

1.1.2. O espaço doméstico em destaque

Rapoport (1969) é um dos pioneiros em analisar a forma e a organização da habitação como resultado de fatores socioculturais. Segundo ele, a principal função da habitação é criar um ambiente que mais se adeque à maneira como as pessoas vivem, ou seja, aos seus modos de habitar. O autor sugere ainda que a habitação é a expressão física do *genre de vie*, termo utilizado por Max Sorre (apud RAPOPORT, 1969) que inclui todos os aspectos culturais, espirituais, materiais e sociais que afetam a forma. Dentre esses aspectos, o autor destaca

³² Vistas nas seções 1.2 e 2.2.

³³ Não necessariamente dentro do enfoque teórico abordado por esta investigação.

cinco que ele considera como os mais importantes para a definição do espaço da habitação. São eles:

- (a) **As atividades domésticas.** Trata da maneira como as atividades básicas são desenvolvidas. Cozinhar, comer, interagir com pessoas, etc., são atividades comuns a qualquer sociedade e a qualquer cultura. Mas a questão é como, quando e onde são desenvolvidas essas atividades, pois dessa definição saem os critérios que orientam a organização formal e espacial da habitação.
- (b) **A estrutura da família.** Trata dos diversos arranjos familiares, como, por exemplo, se a família é nuclear ou estendida, se é um casal sem filhos ou solteiros³⁴. A quantidade de membros na família também é um fator determinante na definição da forma e organização espacial da habitação.
- (c) **As regras em relação aos gêneros.** Apesar desse item ser também um aspecto das relações sociais entre os moradores (descrito no item 'e'), Rapoport enfatiza a maior ou menor hierarquia entre os gêneros³⁵ como um importante aspecto social expresso na organização e forma da habitação.
- (d) **As atitudes em relação à privacidade.** Preceito social que se disseminou juntamente com o advento da modernidade³⁵, mas que, como pode adquirir considerável variação de definições, também pode ser expresso na forma e organização espacial da habitação de várias maneiras.
- (e) **As relações sociais entre os usuários.** Interagir com pessoas também é vista por Rapoport como uma necessidade básica. Contudo, mais uma vez, para a definição da forma da habitação o que importa é como, quando e onde as pessoas interagem.

A variação nas características de cada um desses aspectos define distintos estilos de vida e, por sua vez, diferentes modos de habitar. Esses aspectos também podem ser analisados, separadamente ou em conjunto, tomados como “aspectos observáveis” do campo social que podem ser relacionados com outros “aspectos observáveis” do campo espacial (RAPOPORT, 1997).

A habitação como reflexo da maneira como **as atividades domésticas** são organizadas é o enfoque adotado por autores como Rapoport (1997), Monteiro (1997) e Amorim (1999). A

³⁴ Melhor discutidos na seção 2.2.2.

³⁵ Discutidos com mais detalhes no capítulo 2.

relação entre atividades domésticas e espaço é analisada por Rapoport (1997) para entender em que medida a organização do espaço afeta o comportamento. Segundo ela, se o espaço abriga comportamento, então as atividades domésticas tendem a moldar a organização espacial da habitação. Como essas atividades são expressões diretas dos estilos de vida e, conseqüentemente, da cultura de uma determinada sociedade, de maneira análoga, a variação nos estilos de vida (e, conseqüentemente, nos modos de habitar) conduz a sistemas de atividades. Assim, são exatamente as especificidades dessas atividades (quais, onde, como e onde) que podem explicar a diversidade da forma construída.

No Recife, Monteiro (1997) também trabalha com distintos grupos de atividades domésticas e como essas refletem conceitos culturais e sociais na distribuição espacial na habitação. Sua análise, baseada na sintaxe espacial, é feita através do mapeamento das atividades no espaço de casas de três tipos diferentes de vizinhança - favela, conjuntos habitacionais e edifícios de classe média recifenses – buscando associar a configuração espacial às práticas cotidianas, identificando diferenças entre o rótulo do espaço e sua função real. Já Amorim (1999), conforme comentado na Introdução, utilizou a análise configuracional do espaço doméstico para demonstrar que a classificação de atividades domésticas de diferentes naturezas em setores é um modelo teórico que exemplifica não somente um preciso método de projeção, mas também uma formulação social da estrutura espacial da habitação.

A análise das alterações que as mudanças na **estrutura da família** podem causar nas formas de morar e, conseqüentemente, na demanda por novos tipos de moradias é o objetivo dos estudos de Sant’anna (1998a; 1998b). Como causa da diversidade de arranjos familiares, a autora verificou a crescente demanda no mercado habitacional carioca por um tipo de habitação que, segunda ela, representa um “novo modo de morar” - o flat, que proporcionam a flexibilidade capaz de atender a distintas demandas das novas realidades familiares (como as pessoas que vivem sós, por exemplo).

Investigações que enfocam os aspectos sociais da **relação entre os usuários** (patrão/empregado; morador/visitante), geralmente incluem, também, as regras de **relação entre os gêneros** (item ‘c’). O tipo de relação entre os diversos usuários do espaço doméstico é o que caracterizam certo modo de habitar (como o patriarcal e o moderno, comentado na Introdução). Como esse “aspecto observável” da estrutura social tem reflexo direto na organização do espaço, a análise desse último possibilita, em certa medida, a

leitura do modo de habitar de quem o criou. Os trabalhos desenvolvidos por Hanson e Hillier (1982), França (2008), e Griz, Amorim e Loureiro (2008) ilustram investigações que enfocam a relação entre os usuários (seus modos de morar) e a organização espacial da habitação.

Hanson e Hillier (1982) analisaram os aspectos de configuração do espaço doméstico de um mesmo tipo de habitação em Londres - uma casa de três a quatro pavimentos, com dois a três ambientes em cada, um terraço frontal e um jardim nos fundos – utilizada por dois tipos de usuários com características socioculturais distintas: família de operários e família da “nova classe média”. Utilizando-se dos conceitos da sintaxe espacial, os autores mostram como a organização espacial das duas moradias expressam os significados sociais e culturais dos seus ocupantes.

No Brasil, França (2008) busca entender as estratégias espaciais (projetos originais e modificados) que qualificam a relação entre as pessoas do núcleo familiar e destas com visitantes e empregados, explicitando o modo de vida, o jeito de morar em apartamentos do Distrito Federal. Uma interessante contribuição deste trabalho é que a autora procura estabelecer parâmetros para o uso do espaço doméstico ao fazer uma interface entre os diferentes planos ou níveis de análise, incluindo aspectos geométricos (a área), configuracionais e formas de uso e ocupação do espaço doméstico. Segundo ela, as características geométricas estão diretamente relacionadas às características funcionais da habitação e são importantes para revelar as mudanças ocorridas no programa de necessidades. Além disso, o estudo das características geométricas e funcionais indica se o tamanho dos espaços foi alterado em função das novas exigências de modo de vida.

Griz, Amorim e Loureiro (2008) voltam sua atenção sobre a inserção do idoso no grupo familiar. A análise, baseada nos procedimentos da sintaxe espacial, mostra que a setorização do espaço doméstico tende a se tornar mais tênue com a inclusão do idoso como membro do grupo familiar.

Esses exemplos mostram que investigações que observam a maneira como a organização do espaço doméstico expressa as distintas formas de relacionamento tanto das classes de usuários, quanto de atividades, podem seguir caminhos diversos, dependendo do objetivo da pesquisa. Vários estudos (LAWRENCE, 1997; PEARSON; RICHARDS, 1997) se utilizam de significados de pares opostos para relacioná-los a essas distintas classes, como feminino-masculino, frente-atrás, sujo-limpo, simbólico-secular, público-privado; controlado-flexível,

dentro-fora, por exemplo. Pearson e Richards (1997, p. 8, tradução nossa) enfatizam essa relação ao sugerir que “os espaços da casa são organizados como um gradiente ou hierarquia de ambientes que se relacionam aos significados dos pares opostos”.

Assim, a organização dos espaços domésticos é feita de maneira a proporcionar, num maior ou menor grau (dependendo do modo de habitar de determinada família), a existência de algum desses atributos sociais. Todos eles, em certa medida, são passíveis de serem observados na estrutura espacial de edificações. Alguns desses atributos sociais são particularmente importantes na concepção dos modos de habitar das famílias contemporâneas³⁶, como a privacidade e o status. Por essa razão são analisados com mais atenção alguns estudos que tratam como o espaço doméstico é organizado para proporcionar mais ou menos privacidade e/ou status a determinadas classes de usuários e atividades.

1.1.2.1. O espaço doméstico e a privacidade

A ideia de que um espaço doméstico é capaz de prover tanto segurança quanto privacidade é crucial para todas as sociedades, uma vez que as pessoas sempre tiveram a necessidade de se proteger das intempéries e dos seus inimigos, bem como de se isolar dos demais membros do grupo. No entanto, a noção de que o espaço da habitação é privado e que é um território de domínio da família tal qual entendemos na atualidade surge principalmente a partir da revolução industrial, com a consequente diferenciação entre edificações para trabalhar e edificações para morar (RYBCZYNSKI, 1986; SANT'ANNA, 1998b)³⁷. Com essa separação entre habitação e trabalho, que também está intimamente relacionada à emergência da família nuclear³⁸, o espaço de morar ganha características de privado, fazendo emergir as noções de individualismo e intimidade presentes e indispensáveis para a concepção de qualquer espaço doméstico até os dias de hoje.

A privacidade pode ser definida em diferentes contextos e abarca várias interpretações. No entanto ela pode ser entendida como a qualidade de isolar um indivíduo da presença ou visão de outros e funciona como “um mecanismo vital de controle e de manutenção de uma

³⁶ Discutidas no capítulo 2.

³⁷ Esse tema é mais bem discutido no capítulo 2.

³⁸ A habitação de famílias que incorporavam parentes e agregados não proporcionava espaços individuais para cada um de seus membros.

relação saudável do indivíduo com a sociedade” (GEORGIU, 2006, p. 11, tradução nossa). A privacidade e a intimidade doméstica são tão fundamentais ao indivíduo que desde 1948 o direito a elas é reconhecido no art. 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e amparado pelo art. 5 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (VERGUEIRO, 2005). Por essa razão a privacidade é considerada, desde a época moderna, como um pré-requisito social do projeto da habitação (GEORGIU, 2006), sendo um fundamento essencial que estrutura as decisões projetuais até os dias atuais.

Contudo, a habitação não pode ser vista como um domínio essencialmente privado, onde os moradores vivem e desenvolvem atividades sem influências externas (CHAPMAN; HOCKEY; WOOD, 1999). Como visto, a habitação é moldada de acordo com certo modo de habitar que é definido pelas características sociais e culturais de uma sociedade. Dentro da habitação existem ambientes considerados mais públicos (geralmente mais conectados com o mundo exterior) e outros mais privados (relativo às atividades coletivas ou individuais mais privativas da família e do indivíduo).

Essa polaridade privado-público com foco na privacidade é tema recorrente de pesquisas no campo habitacional (ALTMAN, 1975; AMORIM, 1999; GEORGIU, 2006; LAWRENCE, 1997; NYLANDER, 1999; ORHUN; HILLIER; HANSON, 1996; ROBINSON, 2001). Altman (1975) descreve dois tipos de território: (a) o primário, que possui um ocupante permanente e poderia equivaler ao espaço privado (o mais íntimo); (b) o secundário, que não é totalmente privado nem totalmente público e se presta a utilização de um ou mais grupos, segundo normas próprias de conduta e de acesso a esse espaço. Para o autor, a privacidade é o controle seletivo do acesso à intimidade de uma pessoa, ou ao grupo de pessoas (como o casal). O controle seletivo, por sua vez, implica em um acesso tanto garantido (para os que têm permissão), quanto evitado. Ou seja, é preciso que o indivíduo tenha a opção de interagir socialmente ou de se isolar na sua intimidade.

Baseado nas descrições e conceitos de Altman (1975), Lang (1987) sugeriu um modelo dinâmico de privacidade (Figura 1.2). Esse modelo mostra que o tipo e grau de privacidade desejado dependem do padrão de comportamento, do contexto cultural e da personalidade e aspirações pessoais. Contudo, é preciso encontrar um equilíbrio, pois, segundo ele, privacidade demais pode causar um isolamento social, enquanto um menor grau de privacidade pode causar a sensação do que o autor chamou de *crowding* – um sentimento

associado à sensação de pouco controle sobre o ambiente e que limita a autonomia pessoal.

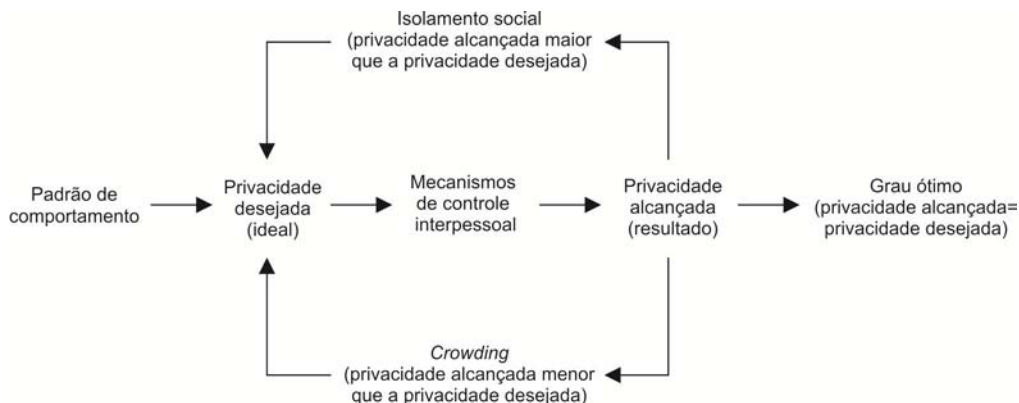


Figura 1.2. Modelo Dinâmico de Privacidade.
(Desenho do autor, baseado em LANG,1987).

O nível de privacidade-publicidade também é analisado por Robinson (2001), em casas isoladas no meio oeste norte-americano. A autora demonstrou a existência de três distintas categorias espaciais e tipos territoriais: (a) o público, mais conectado ao mundo exterior; (b) o privado, relativo às atividades coletivas no interior da residência; (c) o íntimo, relativo às atividades de uma pessoa (ou pequeno grupo, como o casal). Ao incluir o espaço privativo externo da edificação (jardins, quintais, etc.) a autora expandiu essas três categorias para sete zonas de privacidade, que ela chamou de ‘gradiente territorial’. Uma importante contribuição do estudo de Robinson é a ideia de que diferentes graus de privacidade podem permitir a autonomia de um indivíduo dentro de um pequeno grupo (a família), além de possibilitar um maior controle sobre o espaço, as atividades (coletivas e individuais) e as interações entre os moradores.

Georgiou (2006) também desenvolve uma pesquisa cujo tema é a privacidade e seu estudo é desenvolvido através da análise de casas ocidentais. O autor compartilha da ideia do ‘gradiente territorial’ sugerido por Robinson, contudo, ele vai além das descrições das diferenças de graus de privacidade ao propor uma medida que verifica esse grau em determinados ambientes. Sem considerar a eficácia dessa medida, a contribuição do estudo proposto está no desenvolvimento dos argumentos que embasam sua proposta. Partindo do pressuposto que a privacidade além de ser um atributo de natureza social é também uma propriedade do ambiente construído, o autor classifica os espaços de acordo com não somente com seu grau de privacidade, mas também com sua capacidade de regulá-la. Segundo Georgiou, essa capacidade é função das barreiras das edificações (móveis, paredes,

divisórias), que permitem ou não a comunicação entre dois espaços através de cinco parâmetros que afetam a privacidade: acessibilidade, visibilidade, proximidade, vocal e olfativa. A partir desse pressuposto, o espaço público seria definido como aquele que não impõe nenhuma restrição à comunicação, enquanto o espaço com maior grau de privacidade é aquele completamente isolado.

Como a privacidade é uma medida subjetiva, que varia de cultura para cultura e até mesmo de pessoa para pessoa, nem todos os parâmetros descritos por Georgiou são importantes para definir o quanto um espaço é privativo. Sabendo que a privacidade é o controle seletivo do acesso à intimidade de uma pessoa e que toda edificação possui mecanismos de controle que se dão, do ponto de vista configuracional, por acessibilidade e por visibilidade, alguns autores sugerem que esses parâmetros já são suficientes para definir a privacidade de um espaço (HANSON, 1998; LOUREIRO, 2000; NASCIMENTO, 2008; ROBINSON, 2001).

Percebe-se que o tema da privacidade discutida com base na díade público/privado é particularmente pertinente para o estudo do espaço doméstico. No entanto, no edifício de apartamentos (habitações multifamiliares) “a soleira da porta não é mais a fronteira entre a casa e a rua” (FRANÇA, 2008, p. 76). Neste sentido, a relação exterior (público) - interior (privado) é distinta. Na habitação unifamiliar, ao sair da edificação o usuário tem acesso direto à rua ou a espaços de transição entre o público e o privado - o jardim, quintal, etc. No apartamento, o exterior imediato são espaços privativos, mas de uso comum do edifício (o hall social ou de serviço). Portanto, a relação público- privado se altera com a inclusão de todas as áreas em comum do edifício, que estabelecem uma distância ainda maior da parte pública, reforçando a ideia de um espaço doméstico ainda mais privativo. Esses espaços privativos de uso em comum não são de interesse da presente pesquisa. Contudo, como a relação entre os espaços interno da habitação³⁹ se altera quando se considera a presença de um espaço público (ORHUN; HILLIER; HANSON, 1996), adota-se o hall como a referência externa do apartamento.

³⁹ Que Hanson (1998) chamou de *minimal living complex*.

1.1.2.2. O espaço doméstico e o status

A discussão sobre a privacidade no ambiente doméstico introduz o tema do significado e da hierarquização entre atividades e usuários, uma vez que esses, juntamente com outras características – simbólicas, espaciais, etc. -, são considerados como mecanismos de diferenciação de status. O significado e o valor atribuído a classes de atividades e pessoas define o nível de diferenciação e hierarquização, resultando em um maior ou menor status entre elas. O status de determinada classe, por sua vez, é um dos elementos observáveis da cultura, portanto, dos modos de habitar, que pode ser expresso no ambiente construído (RAPOPORT, 1997).

No campo da arquitetura é comum que as pesquisas que tratam de hierarquia e status entre diferentes categorias de pessoas e atividades se utilizem de símbolos materiais (mobiliário, elementos decorativos, etc.) para diferenciá-los (BRASILEIRO; DUARTE, 2004; DUARTE et al., 2006). O significado simbólico da habitação também é explorado por vários estudos de distintos campos de conhecimento - psicanálise, psicologia ambiental, sociologia, etc. (ANDRADE; DUARTE, 1997; MARCUS, 1997). Alguns desses analisam o espaço e seu significado no nível subjetivo, acreditando que as sensações proporcionadas pelo espaço dizem mais sobre ele do que o estudo de sua morfologia. De interesse particular para a presente pesquisa são aqueles que utilizam a morfologia para relacionar o significado do espaço doméstico ao uso feito por seus ocupantes (COOLEN; OZAKI, 2004; KENT, 1997; LAWRENCE, 1997; NIIT, 1988; RAPOPORT, 1969). Peponis (1985) enfatiza esse fato, ao sugerir que as propriedades espaciais por si só já servem de elemento diferenciador de status. Neste caso, os símbolos que comunicam o significado do ambiente são constituídos pela configuração espacial.

Para determinados grupos, as funções (ou significados) atribuídas aos espaços são tratadas de maneira igualitária, o que resulta num sistema espacial que não prioriza (ou destaca) nenhum espaço sobre outros. Em outros, algumas funções domésticas tem um papel de destaque, e esse seu status alto (superior) faz com que elas sejam, em alguns casos, desenvolvidas como rituais. Para Ozaki (2005), os rituais são uma tentativa de manter uma cultura particular ou um pressuposto para tornar essa cultura visível. Uma atividade ritualística, por sua vez, pode ser entendida como uma maneira particular (expressão de um modo de habitar) de desenvolver uma atividade doméstica. Ao analisar casas inglesas, Ozaki

(2005) identificou uma diferença de atitude em relação à atividade de comer, que tradicionalmente acontecia em espaços específicos para isso, como na sala de jantar. Sentar à mesa para comer, que durante muito tempo foi um ritual para manter formalidade, já não era uma atividade considerada de alto status para a família inglesa da época⁴⁰.

Nylander (1999), no seu estudo comparativo de casas suecas, percebeu que a mais importante função do apartamento de classe média do século XIX era o entretenimento formal. Assim, o *parlour*, o hall e o *drawing room* era uma extensão do ambiente público. Já na década de 1920, o apartamento de classe média substitui a ‘imagem pública’ (o alto status do entretenimento formal) por uma ‘privacidade íntima’, onde a funcionalidade e o conforto passam a ser o principal papel da habitação. Ou seja, a importância dada à função do ‘entretenimento formal’ – sala de visitas, *parlour* – é diminuída, substituindo a preocupação em passar para os visitantes uma boa imagem pública por uma necessidade de proporcionar aos moradores uma privacidade íntima.

Na contemporaneidade, um exemplo de como o significado do espaço e, consequentemente, seu status, é expresso no projeto pode ser ilustrado através da atividade de cozinhar. Essa atividade faz parte do ambiente doméstico nas mais variadas culturas. No entanto, a maneira de cozinhar – quem, como e onde cozinha - e como essa atividade se relaciona com outras da habitação é diferente não só de uma cultura para outra, mas também dentre distintos estilos de vida de uma mesma sociedade, caracterizando modos de habitar diferentes. Para uns, o ato de cozinhar, tarefa tradicionalmente relacionada à mulher e ao setor produtivo da habitação, adquire novo significado e ganha destaque. É o caso daquelas famílias que tomam essa atividade como sendo de lazer e, por essa razão, aproximam a cozinha do setor social⁴¹. Ou seja, a organização espacial reflete diretamente o status dessa atividade através de características espaciais – mais proximidade e visibilidade do setor social. Já outras pessoas mais tradicionais, preferem afastar e ocultar esse ambiente “porque a cozinha é só de empregada”⁴² (ARAÚJO, 2006, p.235) ou mesmo por razões pessoais diversas. Esses seriam

⁴⁰ Essa mudança de cenário da atividade de comer nas casas inglesas também é descrita por Trigueiro (1997), que verificou que a “procissão do jantar foi para a cozinha”.

⁴¹ Tema mais bem discutido no capítulo 2.

⁴² Transcrição das palavras de uma das pessoas entrevistadas por Araujo.

exemplos de como entender o significado do espaço através do projeto, que explicita, consequentemente, seu status dentre as atividades domésticas.

Contudo, além de diferenciar categoricamente as atividades, a maneira como se organiza os espaços da habitação também pode expressar o padrão de status entre os moradores, como é visto na casa vitoriana e no sobrado brasileiro. Em ambos, dois importantes aspectos são particularmente significativos: a) a parte mais externa (e pública) da habitação, que devia ser imponente, transmitindo para a sociedade valores que representavam o modo de morar de uma respeitada família; b) a parte interna (e privada) da habitação, que refletia a organização social da vida doméstica, em espaços privados organizados de maneira a permitir a interação desejada entre os moradores. Essa segregação entre as partes da frente e dos fundos da habitação expressa um forte padrão de status e representa as relações formais entre os moradores (masculino-feminino, adulto-criança e família-empregado).

Niit (1988) analisa a inter-relação entre os espaços (que ele chama de lugar), pessoas (a relação entre elas) e eventos (as atividades desenvolvidas nos espaços) de maneira integrada e propõe um método de análise que classifica tanto as atividades quanto as pessoas dentro de uma determinada unidade espacial. As atividades são classificadas quantitativamente (frequência, variedade, etc.) e qualitativamente (individual ou coletiva; passiva ou ativa). As pessoas se diferenciam umas das outras através do tipo de relação que existe entre elas, que pode indicar seu status ou papel social.

*

*

*

Essas descrições mostram os variados aspectos sociais que podem ser relacionados com aspectos espaciais do ambiente doméstico, em particular, a privacidade e o status. Sem desconsiderar nenhum deles, Wilk (1997) propõe olhar essa relação com a ajuda de outro enfoque do contexto social: o que vê a habitação como um produto do consumo, ou, como sugere o autor, como “produto de escolhas e decisões padronizadas e limitadas⁴³” (WILK, 1997, p. 35, tradução nossa). Vendo a habitação como parte de um amplo contexto social, a decisão de comprá-la, construí-la ou modificá-la está ligada a vários aspectos sociais e

⁴³ Padronizadas e limitadas dentro do âmbito de uma mesma família.

personais – como os descritos acima, que, de alguma maneira, estão relacionados à “categoria econômica de consumo” (WILK, 1997, p. 35, tradução nossa). Assim, Wilk busca estudar os fatores que estão na base dessas decisões. No entanto, seu interesse é, principalmente, econômico, à medida que ele procura o quanto os moradores de uma determinada sociedade investem em suas casas.

Esta pesquisa, também opta por olhar o apartamento, mais especificamente o projeto de arquitetura de interiores, como produto de consumo. Entretanto, o interesse é saber como a organização da habitação, uma das tarefas da arquitetura de interiores (tida como um serviço essencial por certa classe de consumidores⁴⁴), reflete aspectos do modo de habitar da família contemporânea, vista como a unidade básica de consumo. Assim, o foco é o aspecto simbólico do consumo – aquele que confere status e distinção a determinados espaços, e não o econômico, como abordado por Wilk.

Esse enfoque guia a escolha das teorias do campo social que auxiliam na interpretação dos dados da análise espacial, fundamentada nos conceitos da teoria da lógica social do espaço. Como a opção é olhar a família como uma unidade básica do consumo, a seção seguinte explora as teorias sociais e antropológicas que abordam as relações de consumo, buscando identificar e entender os fatores que influenciam nas práticas, estilos de vida e modos de habitar das famílias contemporâneas.

1.2. Sobre a sociedade

A arquitetura funciona porque satisfaz expectativas humanas. Mas quais e como? A arquitetura muda ao longo da história, porque expectativas sociais também se modificam e são constitutivas de sociedade específicas. Não conseguiremos nunca entender as expectativas, senão a partir dos valores sociais que as informam. Esses valores traduzem-se em valores arquitetônicos [...] (HOLANDA, 2002, p. 79).

Essa seção se dedica a discutir alguns dos valores sociais que possam estar na base das expectativas humanas em relação a sua habitação. Como visto, a teoria da lógica social do espaço (HILLIER; HANSON, 1984) fundamenta conceitos e propõe um método preciso para descrever as propriedades do espaço⁴⁵. Entretanto, a entidade social que estrutura o espaço da habitação – a família, não apresenta uma característica social única e nem sempre é

⁴⁴ Como é visto no capítulo 2.

⁴⁵ Método descrito no capítulo 3.

explicitado em documentos textuais (como é o caso de alguns museus, escolas e hospitais, por exemplo). O que prevalece são os hábitos, costumes e regras sociais culturalmente aceitas e seguidas segundo diversos grupos urbanos. Esses grupos⁴⁶ podem aparecer de diversas maneiras devido a variados fatores, como diferentes composições familiares, origem social, escolaridade, gostos e até mesmo influências culturais vindas de outras sociedades, já que, com a disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), conviver virtualmente com sociedades geograficamente distantes e com culturas variadas pode ser uma rotina cotidiana.

No entanto, como o objetivo é discutir as ideias que fundamentam a concepção dos projetos dos apartamentos, a abordagem teórica da instância social - a família contemporânea, nas suas mais diversas variações, tem por objetivo entender o que está acontecendo na sociedade atual (e que tem reflexo no comportamento familiar) para poder identificar sua expressão no arranjo espacial dos referidos apartamentos. Assim, a seção 1.2.1 introduz alguns conceitos essenciais para a compreensão das teorias que abordam as relações de consumo e como essas influenciam nas práticas, estilos de vida e modos de habitar das famílias (seção 1.2.2). Em seguida, são descritas mais detalhadamente as duas teorias cujos conceitos melhor se aplicam à questão proposta: a teoria do habitus, de Pierre Bourdieu (seção 1.2.2.1) e a teoria cultural de Mary Douglas (seção 1.2.2.2).

1.2.1. Introdução

O estudo das teorias que abordam as relações de consumo e as dinâmicas da cultura material é fundamental para compreender as práticas, estilos de vida e modos de habitar das famílias contemporâneas, fatores que em muito influenciam na maneira como é organizado seus espaços de morar. Apesar de os estudos sobre o consumo nas sociedades urbanas terem crescido mais a partir da década de 1960, é preciso voltar um pouco mais no tempo para apresentar alguns conceitos como o da Modernidade e da Pós-modernidade.

Segundo Giddens (1991, p. 8), a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Coincidindo com a emergência do

⁴⁶ Discutidos no capítulo 2.

capitalismo enquanto modo de produção predominante⁴⁷, a modernidade, de maneira geral, rejeita tudo que diz respeito à tradição⁴⁸ e propõe uma visão do mundo baseada no estabelecimento da razão.

Giddens (2000) também discute sobre a modernidade enquanto ‘descontinuidade’ entre as instituições sociais modernas e as ordens sociais tradicionais. Essa descontinuidade diz respeito ao ritmo de mudança (mais acelerado), ao escopo da mudança (a abrangência é global) e à natureza das instituições modernas (que difere de todas as formas anteriores de ordem social quanto a seu dinamismo, seu poder de interferência nos hábitos e costumes tradicionais e seu impacto global). Essa nova postura e visão do mundo têm grande repercussão sobre a sociedade e pode ser percebida em vários campos de conhecimento.

Alguns autores abordam o período referente à modernidade classificando-o em fases. Bermam (1986), por exemplo, propõe que o período moderno seja subdividido em três fases principais. A primeira, que tem início no século XVI e fim no final do XVIII, é uma modernidade em estágio embrionário, que ainda não se reconhece como modernidade. A segunda se inicia juntamente com a Revolução Francesa, quando, segundo o autor, apesar de partilhar o sentimento de viver uma mesma experiência revolucionária, o homem moderno ainda vive em dois mundos – o tradicional e o moderno - a um só tempo. Por fim, a terceira fase surge no fim do século XIX e começo do século XX, com a expansão do processo de modernização e abarca virtualmente todo o mundo. Segundo o autor, a modernização é um processo social relativo à última fase da modernidade e caracterizado pela rapidez das mudanças das estruturas econômicas, sociais e políticas e pela automatização destas mesmas estruturas⁴⁹. Acrescenta ainda que, nesta última fase, a modernidade chega a seu ápice.

Essas transformações verificadas nas instituições modernas, principalmente nessa última fase da modernidade, se entrelaçam de maneira direta com o indivíduo, alterando profundamente a vida social cotidiana. Por essa razão, no campo social tem-se, dentre outras consequências, a “crise da identidade” (GIDDENS, 2002) e “transformação da

⁴⁷ Por essa razão, a sociedade moderna é muitas vezes referida como sociedade do capitalismo

⁴⁸ Tradição definida como “uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituída para ter uma pesada influência para o presente”(GIDDENS, 2000, p. 80)

⁴⁹ Apesar da ênfase do discurso está mais no campo social, as consequências da modernidade é sentida nas artes, na arquitetura, no urbanismo, etc., como discutido no capítulo 2.

intimidade”(1993), resultados dessa interconexão direta entre as “influências globalizantes de um lado e disposições pessoais de outro” (GIDDENS, 2000, p. 9). Aliás, uma das consequências fundamentais dessa última fase da modernidade é a globalização, que altera significativamente as relações sociais, familiares e os modos de vida das pessoas, como discutido na seção 1.2.1.

Bauman (2001) também discute sobre a modernidade - a sociedade do capitalismo (ou do capitalismo pesado, sólido) – e a pós-modernidade – a sociedade do capitalismo leve (ou líquido). A primeira caracteriza-se pela organização e pela ordem⁵⁰ em um mundo controlado, que fixava as pessoas e o capital a um determinado lugar (à indústria, por exemplo). Quando o capital é dissociado do lugar, consequência da globalização, tem-se o capitalismo leve, onde existe a possibilidade de haver uma rápida acomodação, assim como os líquidos, das pessoas e do capital as mais diversas circunstâncias. Essa nova sociedade, onde o tempo importa mais do que o espaço ocupado, é diferente das anteriores que eram produtoras. Além disso, enquanto na sociedade do capitalismo pesado toda diferença era vista com desconfiança, na sociedade do capitalismo leve, a diferença se torna exigência, onde todos devem ser indivíduos particulares. O consumo, nesse contexto, passa a adquirir papel fundamental, uma vez que ele se torna a principal forma de construção da individualidade. Como descreve Douglas e Isherwood (2009, p. 8), “o consumo é algo ativo e constante em nosso cotidiano e ele desempenha um papel central como estruturador de valores que constroem identidades, regulam relações sociais, definem mapas culturais”.

Na visão de Bauman, o consumo está condicionado à posse de objetos específicos. Ou seja, a cultura do consumo legitima o mundo das mercadorias e tem a função de propiciar certa coesão entre os indivíduos. Por essa razão, enquanto a sociedade do capitalismo pesado é considerada como produtora, a sociedade da “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001) é caracterizada pelo consumo, onde a organização da vida social é orientada pelos desejos e gostos ilimitados das pessoas. Douglas e Isherwood (2009) fazem uma interessante paródia com uma velha fábula que elogia a produção, em detrimento do consumo: “A cigarra canta, gasta, *consome* e a formiga labora, poupa, *produz*” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 12, grifo dos autores).

⁵⁰ No sentido de monotonia, regularidade, repetição e previsibilidade.

Essa prática consumista é vista, até hoje, como um ritual que representa a organização social e o universo simbólico das sociedades. Como argumenta Araujo (2006), na sociedade do consumo, possuir um determinado bem é uma prerrogativa que facilita as relações sociais. Mais ainda, o consumo de objetos é visto como uma “prática transgressora do status constituído” (ARAÚJO, 2006, p. 18). Ou seja, o fato de adquirir determinado bem ou objeto é capaz de proporcionar ao consumidor a possibilidade de ter mais distinção, mais status, e até mesmo a possibilidade de integração em certos grupos sociais. Assim, se o consumo está presente no cotidiano das pessoas, orienta a organização da vida social e possibilita a aquisição de status, estudar as relações de consumo é fundamental para compreender a sociedade pós-moderna (ou contemporânea).

Não cabe aqui fazer uma extensa exploração sobre as teorias do consumo. Assim, são descritas as ideias-chave que caracterizam a sociedade do consumo de uma maneira geral (BAUDRILLARD, 2000; BAUDRILLARD, 2008; BAUMAN, 2001; VEBLEN, 1980), mas são discutidas com mais profundidade apenas as ideias que dão subsídio para a questão da pesquisa: em que medida alguns atributos da sociedade de consumo redefinem os padrões de conduta social familiar, em particular seus modos de habitar, e como esses têm impacto sobre os padrões espaciais do apartamento, expressos no projeto.

1.2.2. As teorias sociais e antropológicas que abordam as relações de consumo

Alguns autores (BAUDRILLARD, 2000; BAUDRILLARD, 2008; BAUMAN, 2001) apresentam uma visão do consumo moderno como uma característica essencialmente individual, buscando justificar as práticas consumistas em torno da identificação das necessidades das pessoas (que nem sempre são objetivas) e da procura de objetos para satisfazê-las. Bauman (2001) argumenta que para os consumidores da sociedade atual, o que interessa é a sensação do novo, que é mais forte do que a satisfação de se ter o que se pretendia. Com isso, tem-se a inversão da relação entre necessidade e satisfação, onde a segunda passa a ser mais intensa do que a necessidade efetiva de determinado objeto. Essa valorização do novo também faz surgir um movimento cíclico em constante mudança, pois o novo rapidamente se torna velho, e faz recomeçar novamente a busca por outra novidade⁵¹.

⁵¹ Novidade que nem sempre é, de fato, nova, como a recente tendência da moda *retrô*, que volta a valorizar aquilo que um dia foi considerado ultrapassado.

Dentro dessa visão, o desejo dos consumidores é o que mantém vivo esse movimento cíclico da sociedade do consumo. Identificar, ou até mesmo, influenciar esses desejos é uma tarefa chave para que o mercado possa criar e expandir suas ofertas de produtos⁵². O consumo é, portanto, um processo em que desejos se transformam em demandas sociais e culturais, fazendo com que o ato de consumir signifique mais do que apenas comprar. Consumir, na sociedade contemporânea, é uma maneira de ser, é uma ação altamente influenciada pela oferta do mercado, que, muitas vezes induz o indivíduo a assumir certas práticas de consumo e estilo de vida, mesmo quando aquilo que é consumido não seja exatamente o que se deseja.

Essa imagem do indivíduo como consumidor movido por intenções pessoais (como a busca da felicidade⁵³) e influenciado pela publicidade e marketing é também abordada por Baudrillard (2008), que descreve o consumidor como um indivíduo que, muitas vezes, é alienado em relação aos seus interesses e ofuscado pela publicidade.

A arte publicitária consiste principalmente na invenção de enunciados persuasivos, que não sejam nem verdadeiros nem falsos. [...] O agente publicitário de sucesso é mestre de nova arte – a arte de tornar verdadeiras as coisas ao afirmar que o são. Surge como adepto da técnica das profecias que se cumprem por si mesmas (BAUDRILLARD, 2008, p. 166).

Essa arte publicitária faz com que, muitas vezes, o produto passe a carregar consigo um significado que nem sempre equivale a sua função utilitária, tornando-o um “objeto signo” (BAUDRILLARD, 2000). Neste sentido, o autor compartilha dos argumentos de Bauman, já que ele também sugere que não se consome o produto em si, pela sua real utilidade, e sim pelo que ele representa, pela sua capacidade de diferenciar, de remeter o consumidor a uma determinada posição, a um determinado status. O produto adquire, assim, autonomia em relação às intenções dos consumidores, dando lugar a um “sistema de objetos”.

O que funda como sistema é o fato de eliminar o conteúdo e o ser próprios de cada qual [...] para lhes substituir a forma diferencial, industrializável e comercializável como signo distintivo. Elimina toda a qualidade original para ter apenas o esquema distintivo e a sua produção sistemática. A este nível, as diferenças deixam de ser exclusivas: não só se implicam logicamente entre si na combinatória da moda [...], mas ainda no horizonte sociológico: trata-se da permuta das diferenças que sela a integração do grupo (BAUDRILLARD, 2008, p. 112).

⁵² Esse argumento corrobora algumas das descrições feitas por construtores recifenses pesquisados por Costa Filho (2005). Segundos eles, a definição do dimensionamento dos apartamentos, por exemplo, tomam como bases pesquisas com seus usuários potenciais. Com esses dados, os empreendedores buscam oferecer produtos que melhor se encaixe nas preferências verificadas na pesquisa.

⁵³ “A felicidade – ou busca dela – é o que gera a sociedade de consumo.” (BAUDRILLARD, 2008).

Sem considerar os exageros, já que nem todo objeto perde “toda sua qualidade original”, a importância desse discurso de Baudrillard está no fato de ele evidenciar a revisão na noção de utilidade, que é substituída pela de produção de valores. A utilidade passa a seguir uma lógica social onde o supérfluo (ou luxo), ou que não é estritamente necessário ou utilitário, passa a ter uma conotação positiva, produzindo valores tanto no campo individual quando no coletivo. Como descreve Conte, Lor e Martignoni (2007, p. 13) “se na sociedade produtora a sensação de desejar o luxo constituía um pecado, na sociedade consumidora o luxo não faz sentido, pois a ideia é tornar os luxos de hoje nas necessidades de amanhã”.

Pode-se dizer, então, que a condição signífica do produto, que o recobre de atributos e abstrações, é um dos principais elementos que embasa as práticas consumistas. Contudo, não se pode esquecer que, seja por necessidades pessoais, pela busca da felicidade ou pelo valor distintivo do produto, as decisões que levam um indivíduo a consumir não deveriam ser vistas isoladamente. O consumo envolve várias dimensões: sociológicas, culturais e, principalmente, econômicas. Por isso vários autores não abordam as relações de consumo através da busca das razões do consumo na subjetividade dos indivíduos, mas sim, através da discussão sobre a associação entre consumo e estrutura social, buscando identificar e entender as consequências objetivas das práticas consumistas, como Veblen (1980), Douglas (1998) e Bourdieu (2008).

Veblen (1980) difundiu conceitos como o de consumo e lazer conspícuo – o consumo unicamente movido pela ostentação e que é privilégio das “classes ociosas” – e o de emulação invejosa - estratégia dos indivíduos não tão favorecidos (do ponto de vista de sua expressão simbólica), para aquisição de status. Sobre a classe ociosa definida por Veblen, Araújo (2006, p. 23-24) faz uma completa descrição, sugerindo que

[...] a expressão mais representativa da distância em relação ao mundo das necessidades seria uma vida ociosa, confortável e repleta de consumo e lazer, um modelo de comportamento que denota sucesso empiricamente visível entre as práticas dos estratos mais bem sucedidos da burguesia ocidental moderna.

O que se destaca da ideia de ócio de Veblen é sua denotação de distinção social, que, conseqüentemente, proporciona maior status a pessoa que vive uma vida ociosa. No

entanto, o autor enfatiza que o ócio não significa improdutividade, uma vez que as classes ociosas a que ele se refere apresentam um cotidiano bastante intenso de ocupações⁵⁴.

Assim como não se deve explicar o consumo através exclusivamente das necessidades pessoais, analisá-lo somente como processo que confere status e distinção, como faz Veblen, pode parecer reducionista. Douglas (1998) e Bourdieu (2008) tentam explicar as preferências dos indivíduos, através do entendimento das diferentes tendências culturais, que, por sua vez, justificam não somente as opções e relações de consumo, mas também os hábitos, a linguagem, os modos de agir, os estilos de vida e os gostos das pessoas. Douglas busca essa explicação desenvolvendo uma teoria que, segundo ela, pode ser aplicada a qualquer sociedade e que tenta classificar os tipos de unidades sociais a partir dos vários estilos de pensamentos⁵⁵. Já Bourdieu desenvolve uma teoria que busca associar a subjetividade que orienta as ações dos indivíduos à objetividade das estruturas sociais, como é visto na seção a seguir.

1.2.2.1. A teoria do *habitus*

Bourdieu (2008) entende *habitus* como um sistema de comportamentos e pensamentos, relativamente durável (mas não imutável), que são expressos pelas pessoas através de seus hábitos, sua linguagem, seus estilos de vida e seus gostos⁵⁶. O *habitus* de uma pessoa é construído através das instâncias tradicionais de socialização - a educação doméstica familiar e a educação formal (na escola) -, até ser legitimada na vida em sociedade.

O *habitus* é produto ainda do capital – econômico, simbólico e cultural - que a pessoa acumula ao longo da vida. Para Bourdieu (1996), o capital econômico tem o mesmo significado definido na área da economia – alto capital econômico equivale a alto nível financeiro. Já os não econômicos são, principalmente, de duas naturezas: cultural (obtido através da educação familiar e formal) e simbólico (obtido através de relações de distinção e status, conferidas tanto pelo capital econômico, quanto pelo cultural). O capital cultural

⁵⁴ Assim como a elite recifense, comentada no capítulo 2.

⁵⁵ “Um estilo de pensamento distinto corresponde a uma tendência historicamente única produzida em uma comunidade particular que também é única, tão única que nem o estilo de pensamento, nem a tendência, nem a comunidade podem comparar com outros” (DOUGLAS, 1998, p. 15).

⁵⁶ Os modos de habitar seriam, também, um dos elementos que caracterizam o *habitus* e que também é determinado por ele.

(suas preferências culturais, literárias, musicais, etc.) pode ser fruto da formação familiar (vem de berço) ou da formação acadêmica (é adquirida ao longo da vida e, em certas circunstâncias, pode diferir da familiar). Já o simbólico é produto das posses econômicas, da experiência profissional ou de qualquer outro aspecto que confira status e seja legitimado socialmente.

Para embasar e melhor compreender o conceito de *habitus*, Bourdieu (2008) define e caracteriza exhaustivamente as noções de ‘estilo de vida’ e ‘gosto’. O estilo de vida trata do “conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica [...] de cada um dos espaços simbólicos – mobiliário, vestuário, linguagem etc. – a mesma intenção expressiva” (BOURDIEU, 2008, p. 165). Já o gosto, na visão do autor, é um dispositivo que a pessoa adquire para diferenciar os objetos, linguagens, maneiras de portar-se; “é a propensão e aptidão à apropriação material e simbólica de uma determinada categoria de objetos [...] é a fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida” (BOURDIEU, 2008, p. 165).

É por isso que o estilo de vida e a propensão para adquirir determinados produtos (gosto), seja pela sua utilidade funcional, seja pela sua condição signífica (como destacado por Baudrillard), estão profundamente imbricados. E é justamente essa classificação entre ‘aquilo que gosto’ e ‘aquilo que não gosto’, feita através de critérios vindos do contexto cultural, que forma o conjunto de escolhas constitutivas de um estilo de vida, como os modos de habitar. Por sua vez, esse processo de disseminação e incorporação de determinados gostos subjetivos e estilos de vida em uma parcela da sociedade é o que Bourdieu entende por *habitus*.

O *habitus* relaciona, então, a individualidade de uma pessoa (através de suas escolhas particulares e subjetivas) e a estrutura social a que ela pertence. Por essa razão, esse conceito chave no discurso de Bourdieu também auxilia na identificação e compreensão das características de uma determinada identidade social, independente da classe econômica e/ou social oficialmente divulgada. Isso acontece, pois o estilo de vida e o gosto de uma pessoa não resultam apenas de sua posição nessa classificação oficial, mas sim do *habitus* criados pelas condições de vida resultantes de cada uma dessas classificações.

No entanto, como os estilos de vida quase sempre reproduzem a estrutura social, o autor sugere que o gosto por certos produtos funciona como um “marcador privilegiado de classe” (BOURDIEU, 2008, p. 9) ou uma “expressão simbólica da posição de classe” (BOURDIEU,

2008, p. 166). Nesse contexto, em qualquer sociedade, o gosto é sempre hierarquizado, à medida que à hierarquia socialmente reconhecida das artes, das escolas e dos gêneros, corresponde à hierarquia social dos consumidores. Para descrever a hierarquia dos gostos e de estilos de vida, Bourdieu faz uma analogia à lei de Engel⁵⁷, sugerindo que o que é raro ou luxuoso para um determinado nível da estrutura social, torna-se típico ou comum e se encontra na ordem do necessário para os níveis superiores, devido ao surgimento de novos consumos, mais raros e mais distintivos. Por isso, na maioria dos casos, existe a coincidência entre as aspirações e a possibilidade de adquirir algo, uma vez que tais aspirações, fruto do gosto, são decorrentes de um mesmo *habitus*.

A prática de consumo de produtos imobiliários pode ilustrar esses argumentos⁵⁸. Escolher morar num edifício novo, que ofereça várias opções de lazer na área em comum, já é um marcador de classe. No entanto, para muitos consumidores desse produto isso não é o bastante, sendo necessário (seja por razões utilitárias ou simbólicas) customizá-lo para conferir a ele, e a seus moradores, certa individualidade. Esse tipo de capital cultural (consumo da área de arquitetura de interiores) também passa a ser um marcador de classe, que confere ainda mais status e distinção ao consumidor.

Bourdieu (2008) também destaca a importância de se fazer a distinção entre gosto de necessidade e gosto de luxo, chave para a discussão no contexto desta pesquisa e que serve como justificativa para a seleção das amostras analisadas⁵⁹. No campo habitacional, o estilo de vida oriundo do gosto de necessidade seria traduzido em residências mínimas – com o mínimo de ambientes necessários para as funções de morar e com o mínimo de dimensões para a realização das atividades domésticas dentro desses ambientes⁶⁰.

O *habitus* como necessidade [...] nunca é experimentado com tanta evidência quanto no caso das classes populares, uma vez que, para elas, a necessidade abrange perfeitamente tudo o que se entende, habitualmente, por essa palavra, [...] os bens [e produtos] necessários. A necessidade impõe um gosto de necessidade que implica uma forma de adaptação à necessidade e, por conseguinte, de aceitação do necessário [...]. (BOURDIEU, 2008, p. 350, grifo nosso).

⁵⁷ A Lei de Engel é um princípio, proposto pelo economista alemão Engel, baseado na relação direta entre os rendimentos das famílias e a sua estrutura do consumo.

⁵⁸ Como é visto no capítulo 2.

⁵⁹ Apartamentos de proprietários cujos gostos são 'de luxo'.

⁶⁰ Descritos no capítulo 3.

Já os gostos de luxo é a “fórmula geradora” dos estilos de vida de pessoas que vivem além da necessidade, que têm a possibilidade de fazer mais escolhas, pois sua condição financeira permite. O gosto de luxo seria, assim, traduzido em residências com ambientes para a realização de atividades alternativas, além daqueles que suprissem as necessidades básicas, ou residências que, mesmo tendo somente os ambientes mínimos, estes apresentam dimensões que nem chegam perto de ser as mínimas necessárias.

Ainda descrevendo as casas de pessoas com gosto de necessidade e de luxo, Bourdieu destaca que

[...] nada é mais estranho às mulheres das classes populares que a ideia, tipicamente burguesa, de transformar cada objeto do seu interior [*das casas*] na ocasião de uma escolha estética, de levar até o banheiro ou a cozinha, lugares estritamente definidos por sua função, a intenção de harmonia ou beleza ou, ainda, de fazer intervir critérios propriamente estéticos na escolha de uma panela ou de um armário. [...] Os lugares socialmente designados para serem “decorados”, salão, sala de jantar ou “living”, opõem-se aos lugares cotidianos [...] ou seja, segunda uma antítese que é praticamente a do “prático” e a do “decorativo” [...]. Esse convencionalismo [...] encontra-se no lado oposto do formalismo burguês e de todas as formas de arte pela arte, preconizadas pela arte do bem viver e pelas publicações femininas. (BOURDIEU, 2008, p. 355, grifo nosso).

Assim como as revistas a que Bourdieu se refere, as publicações contemporâneas da área de arquitetura de interiores (em diversas mídias⁶¹) estão repletas de exemplos contrários aos que fazem “as mulheres das classes populares”. Tendo como público alvo as pessoas que vivem além da necessidade, ou que possuem gosto de luxo, essas publicações divulgam, dentre outros exemplos, cozinhas e banheiros - lugares que, em casas de pessoas com gosto de necessidade são “estritamente definidos pela sua função” – organizados e decorados da mesma maneira que “os lugares socialmente designados para serem, de fato, decorados”, como as salas de estar e jantar⁶².

No entanto, Bourdieu também destaca que mesmo dentre aqueles que apresentam gosto de luxo, a proporção da influência das duas instâncias socializadoras na definição do *habitus* (a família e a escola) é decisiva para determinar diferentes estilos de vida. Segundo ele, aqueles cujo capital cultural é adquirido através da formação acadêmica e se distingue daquele que vem ‘de berço’, como muitas vezes acontece com as classes ascendentes, sempre buscam

⁶¹ Como mostra o capítulo 2.

⁶² Esse exemplo também ilustra o que Baudrillard chama de “estilização da vida” - decisão que orienta e organiza as práticas mais diversas, como a escolha de uma comida ou a da decoração da habitação e que surge à medida em que cresce a distância objetiva com relação à necessidade.

estratégias de legitimação simbólica da sua nova posição social. Essas estratégias aparecem nas mais variadas atitudes e comportamentos, como, por exemplo, a partir do consumo de produtos 'de luxo' que o enquadre num determinado grupo social.

Vale ressaltar que isso acontece com a classe ascendente que adquire capital cultural e capital econômico ao mesmo tempo, o que nem sempre acontece. Quando se adquire apenas o capital econômico, o poder de aquisição de certos produtos de luxo é igual. Contudo, existe uma diferença em poder comprar uma TV padrão, por exemplo, e comprar o mesmo produto anunciado no último volume de uma influente revista de decoração. O produto adquirido tem o mesmo valor econômico, mas apresenta valor simbólico distinto, reconhecido e legitimado apenas pelos membros que compartilham o mesmo *habitus*.

Neste contexto, o produto ou artefato de luxo é um elemento de diferenciação de status e passa a ter uma função social: a de evidenciar a posição social do consumidor. Tendo isso em vista, e sabendo do desejo de ascensão social, o mercado busca atirar as classes menos privilegiadas para consumir produtos de luxo, associando sua aquisição à inclusão numa categoria social superior. Em alguns casos, o resultado dessa "emulação invejosa" (VEBLEN, 1980) é o aparecimento de um consumo acima das possibilidades ou de "estratégias de blefe cultural". Como descreve Bourdieu (2008, p. 300),

[...] o desembaraço forçado na nova pequena burguesia, [...] que procura nas estratégias de blefe cultural uma outra maneira de resolver a tensão resultante da distância entre o reconhecimento e o conhecimento, assim como emprega prodígios de energia e de engenhosidade para viver, como se diz, "acima de seus próprios meios", com, por exemplo, na ordem da moradia, o artifício dos "cantos" (os "cantos-cozinhas", "cantos-refeições", "canto-quarto" das revistas femininas), destinados a multiplicar as peças, ou os "truques" próprios a aumentá-las - "armários", separações móveis, "sofás-camas" -, sem falar de todas as formas de imitações e de todas essas coisas capazes de "fazer de", como se diz, fazer de coisas diferentes daquilo que elas são - kitchenettes que "fazem de copa" e de "canto para refeições" ou mesas de cozinha que podem também "fazer de sala", tantas maneiras que tem o pequeno para "tornar grande".

Apesar do discurso de Bourdieu basear-se em distinções de classes do século XIX – classe burguesa x classe operária; classe dominante x classe dominada - os argumentos utilizados por ele são úteis para compreender certos comportamentos e práticas de algumas camadas da sociedade contemporânea. Setton (2002), por exemplo, sugere que o *habitus* do indivíduo contemporâneo é

[...] forjado pela interação de distintos ambientes, em uma configuração longe de oferecer padrões de conduta fechados. [...] um *habitus* híbrido, construído não

apenas como expressão de um sentido prático incorporado e posto em prática de maneira “automática”, mas uma memória em ação e construção. (SETTON, 2002, p. 66).

Na sociedade contemporânea, com o avanço e a disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que aproxima culturas e sociedades geograficamente distantes, é possível ter acesso a contextos e “instituições desencaixadas”⁶³, mas que, muitas vezes podem organizar as diretrizes principais da vida cotidiana. Dessa maneira, é possível encontrar, numa determinada sociedade, não somente os *habitus* no sentido tradicional conforme descreve Bourdieu (2008) – determinados, pelas instâncias tradicionais de socialização, como a escola e a família, mas também a possibilidade de criação de novos *habitus*, emergidos dessas novas formas de interação social, como a mídia.

Vale salientar que a mídia, atualmente, não é acessada pelos indivíduos somente através de rádio e TV, e de programas feitos exclusivamente na cidade ou país dos seus telespectadores. A mídia pode disseminar gostos e estilos de vida, portanto, *habitus* de diversas localidades e pode ser acessada, principalmente, através da internet, que praticamente anula as distâncias geográficas, fazendo com que o contato com outros *habitus* possa fazer parte do cotidiano do indivíduo.

Esse caráter híbrido e diversificado de referências destacado por Setton é, portanto, a principal diferença entre a noção de *habitus* tal qual Bourdieu descreveu, uma vez que alguns aspectos da cultura são relativamente efêmeros e outros que persistem ao longo do tempo. Assim, pode-se dizer que existem *habitus* que preservam práticas conservadoras, mas também existem outros que apresentam tendências de subversão dessas práticas, capazes de criar *habitus* inovadores. Em outras palavras, ou na visão de Douglas (1998) (como é visto na seção a seguir), os *habitus* conservadores seriam aqueles que afirmam o “status instituído” de determinada sociedade. Por outro lado, aqueles que, ao subverter as práticas, negam esse status, fazendo surgir novos *habitus*.

⁶³ Segundo Giddens (1991), o desencaixe dos sistemas sociais é um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espaço, onde tendências de vários lugares, chegam em contextos locais mais rapidamente.

1.2.1.2. A teoria cultural

É válido considerar a relação entre o indivíduo e sua casa em termos de valores e preferências pessoais por duas razões: (a) as casas são domínios compartilhados, que refletem decisões consensuais sobre mobiliário e usos, principalmente nos ambientes que não são reservados para atividades pessoais; (b) apesar de, em uma mesma cultura, haver predisposições culturais para o layout e uso do espaço, geralmente existem também subculturas e subgrupos sociais, e, conseqüentemente, variações na organização do espaço doméstico refletindo essa diversidade (LAWRENCE, 1997, p. 74, tradução nossa).

Por ter como objetivo entender e classificar as diferentes tendências culturais existentes em qualquer sociedade - que definem os padrões de consumo, gostos, preferências e estilos de vida das pessoas, a teoria cultural de Douglas (1998) se apresenta como uma adequada opção para abordar a instância social da pesquisa. A autora busca as razões pelas quais as pessoas, a partir do mesmo contexto social e tendo gostos e estilos de pensamentos particulares, algumas vezes apresentam preferências semelhantes e, em outras vezes, completamente distintas.

O que ela tenta mostrar é que, movidos por seus valores pessoais, seus padrões de comportamento e de escolhas são comumente baseados em oposições binárias cujas diferenças qualquer sociedade é capaz de reconhecer. São atributos com características opostas, como o vulgar e o refinado, o rústico e o delicado, o áspero e o suave, o puro e o impuro, o mau gosto e o bom gosto e, pode-se acrescentar, o luxo e a necessidade. Segundo ela, “em qualquer parte do mundo, a escala que vai do tosco ao refinado está sempre presente, mesmo que se manifeste de maneiras diferentes” (DOUGLAS, 1998, p. 78, tradução nossa). Assim, a escolha por um ou outro atributo é o que está na base das preferências dos distintos grupos na sociedade e, conseqüentemente, define suas posições na hierarquia de status. Acrescenta ainda que tal hierarquia é proporcionada principalmente pela aquisição de bens, que, assim como sugerido por Bourdieu (2008), são utilizados como marcadores de distinção.

Para embasar seu modelo de análise de tendências culturais, Douglas se utiliza de Bourdieu (2008), particularmente da relação por ele sugerida entre os gostos e escolhas de diferentes grupos da sociedade e seus capitais cultural e econômico. A autora faz uma caracterização dos grupos que possui os dois tipos de capital ao mesmo tempo e dos grupos que possui apenas um deles. Segunda Douglas,

[...] aqueles que estão bem dotados de capital cultural e econômico podem marcar o ritmo da moda dominante nas artes. [...] Eles formam os gostos da ordem estabelecida e se aderem a esses gostos. [...] Existe, também, aqueles que só possuem capital econômico, ou seja, os novos ricos sem educação. Como carecem de gosto estético e de legitimação social, suas opiniões sobre arte não tem legitimidade e tendem a ser recebidos com desdém. [...] Os outros setores têm o capital cultural e nada mais. São pessoas que desfrutam burlando-se das pretensões dos outros que têm cultura e se definem como contrários ao gosto estabelecido (DOUGLAS, 1998, p. 45-46, tradução nossa).

Com essas premissas são distinguidos quatro tipos diferentes de culturas que, segundo ela, podem coexistir em qualquer sociedade e em qualquer época⁶⁴ (Figura 1.3). Essas culturas se expressam em várias instâncias - nas casas, no vestiário, no mobiliário e nos estilos de vida. São elas:

- (a) a hierarquia conservadora (Q1) – baseado em hierarquias e que defende a formalidade e a segmentação;
- (b) o enclave dissidente (Q4) – baseado em ideais igualitários e que defende a espontaneidade (ou informalidade);
- (c) o individualismo ativo (Q3) – baseado na cultura competitiva do individualismo;
- (d) o isolamento extremo (Q2) – baseado na oposição às demais, a fim de evitar que suas escolhas sejam controladas, fixam suas próprias regras.

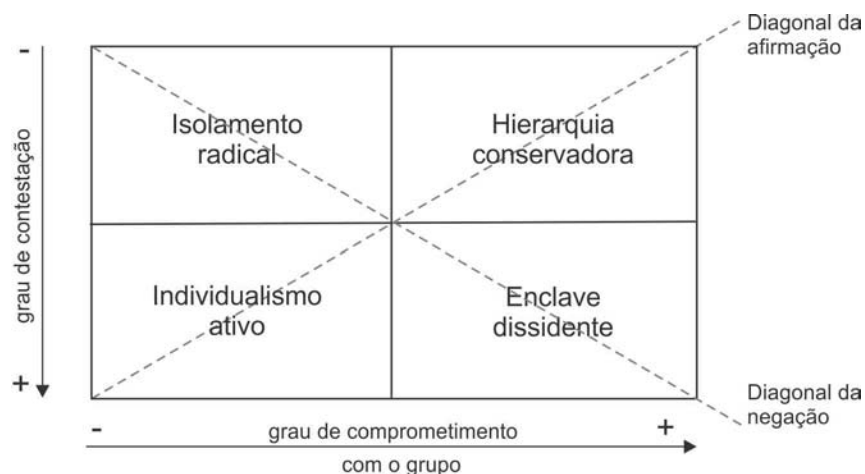


Figura 1.3. Modelo de tendências culturais formulado por Mary Douglas.
Desenho do autor, baseado em Douglas (1998, p. 58).

É importante ressaltar o caráter antagônico desses tipos de culturas, uma vez que algumas preferências denotam uma posição precisa na estrutura social. Como argumenta Douglas (1998, p. 59, tradução nossa) “a formalidade não pode coexistir com a informalidade. [...] A hierarquia desvaloriza a igualdade. [...] A multidão se opõe ao gosto pela solidão”.

⁶⁴ No entanto, a autora se baseia na sociedade ocidental para descrever tais tendências culturais.

Ao explicar esse modelo que embasa sua teoria de tendências culturais, Douglas ressalta quatro eixos, cada um destacando uma determinada atitude cultural presente nas sociedades (Figura 1.3): são os dois eixos que formam as duas diagonais, o eixo horizontal e eixo vertical. A diagonal que vai do quadrante direito superior para o esquerdo inferior é a da afirmação (ou da concordância), que confirmam (ou aceitam) o status instituído (costumes culturais aceitos e seguidos pela maioria da sociedade). A diagonal oposta é a da negação (ou do protesto) que vão contra esse mesmo status. As tendências culturais da afirmação – nas quais se localizam grupos que detém os maiores recursos materiais e culturais⁶⁵ - sustentam e aceitam a estrutura de autoridade e têm a hierarquia como um princípio aceitável. São ainda “defensoras contra a confusão e a vulgaridade de toda nova moda que possa sobreviver” (DOUGLAS, 1998, p. 81, tradução nossa). De maneira análoga, qualquer postura que eles aprovem é automaticamente questionada pelas culturas que estão sobre a diagonal negativa - onde geralmente se posicionam os grupos de menor capital econômico e que, se assim desejam, contam com a possibilidade do aumento de status por meio de capital cultural.

No eixo horizontal, da esquerda para a direita, os indivíduos aumentam seu grau de comprometimento com um determinado grupo. Quando mais à direita, mais padronizadas são as preferências, gostos e comportamentos; quanto mais à esquerda, mais singularizadas, seja afirmando ou negando o status instituído. Já o eixo vertical diz respeito ao grau de contestação, que tem a finalidade de legitimar seus gostos e preferências, que diminui de baixo para cima.

Utilizando a sociedade ocidental como referência, Douglas faz uma caracterização das quatro posições descritas no modelo. A cultura localizada no quadrante superior direito - a hierarquia conservadora – caracteriza-se por indivíduos que afirmam o status instituído, são mais comprometidos com seus pares e não precisam fazer alarde sobre seus gostos, preferências e comportamentos, já que são predominantes, e, por isso, mais padronizados. Essa cultura corresponde a um estilo de vida hierárquico e formal, que vive de acordo com tradições consolidadas e contam com um nível de disseminação mais ou menos comum (ou típica) ao conjunto de integrantes da sociedade. A cultura do individualismo ativo, que fica no outro extremo da diagonal da afirmação e, por isso, também busca afirmar o status

⁶⁵ Tendo como base a sociedade ocidental do século XX.

instituído, não é reconhecida como a predominante, nem formam grupos homogêneos. Neste tipo cultural a hierarquia existe, mas não segue exatamente as mesmas regras da hierarquia conservadora. Douglas (1998, p. 96, tradução nossa) sugere que os indivíduos desse grupo “desfrutaram dos instrumentos de alta tecnologia [...] do ostentoso, dos esportes radicais e da liberdade de poder mudar seus compromissos”.

Dentre as que negam toda e qualquer hierarquia está o tipo cultural posicionado no quadrante inferior direito – a agremiação dissidente. Seus membros formam um grupo cujas preferências e gostos são padronizados, caracterizado por comportamentos mais informais, simples e que rejeitam as instituições autoritárias. Mas, por não serem dominantes, também buscam legitimação. No extremo oposto dessa diagonal da negação está o tipo cultural que define o estilo de vida do indivíduo que escolhe ou é coagido a viver num isolamento extremo. Eles não são dominantes, não formam um grupo homogêneo nem possuem comportamentos padronizados (são atípicos), mas também não se preocupam em obter legitimação. Segundo Douglas (1998, p. 97, tradução nossa) “os que se isolam não deixam que os amigos lhe imponham nada, não gastam seu tempo com cerimônias, não se preocupam com competição, não se atam a horários rígidos: são livres”. Acrescenta ainda que “quanto mais isolado se encontra um indivíduo, mais excêntricas são suas ideias.” (DOUGLAS, 1998, p. 189, tradução nossa).

Douglas também ressalta que é possível mover-se entre as diferentes posições culturais. Araújo (2006, p. 29), por exemplo, na sua investigação sobre as práticas de consumo de interiores residenciais das elites recifenses, verificou que “em sua trajetória pessoal, um indivíduo pode migrar de uma posição de protesto para uma posição integrada, em função de uma mudança em sua condição econômica e de status”.

O mérito da teoria cultural proposta por Douglas é que, mesmo ela sendo pensada e explicada tendo os padrões culturais ocidentais como referência⁶⁶, ela pode ser aplicada a qualquer tipo de estrutura social e a universos de tamanhos e características variadas (como o formado pela elite recifense), já que em todas sempre há a possibilidade de haver uma ‘oposição’ ao status instituído. Numa sociedade hipotética, por exemplo, a posição do canto superior esquerdo pode ser formada por membros que vivem uma vida comunitária e livre

⁶⁶ Por isso ela caracteriza a posição do canto superior esquerdo – a dos indivíduos com costumes culturais aceitos e seguidos pela maioria da sociedade - como hierarquizada e conservadora.

de hierarquias, consome produtos orgânicos e rejeitam industrializados. No entanto, nessa mesma sociedade, é possível haver grupos ou indivíduos que se oponham a essa postura e estilo de vida e tenham comportamentos distintos. Como sugere Douglas (1998, p. 48, tradução nossa), “mesmo que se pretenda que o bom gosto (ou o gosto) se baseie em princípios universais, sempre há quem se oponha a este critério”. Assim, nessa sociedade hipotética também é possível classificar os tipos culturais posicionados nas duas diagonais: da afirmação e da negação. Ou seja, percebe-se que na diagonal da afirmação se localizam os estilos de vida, gostos e preferências mais comuns, mais típicos da sociedade. Enquanto que na diagonal da negação posicionam-se as preferências mais incomuns, ou mais atípicas, seja de grupos, seja de indivíduos isolados.

*

*

*

Esse capítulo mostra o corpo teórico e conceitual que fundamenta a análise da relação entre o sistema de barreiras e permeabilidades que interfere na maneira como os usuários se movimentam na habitação – o espaço doméstico - e o sistema de encontros interpessoais entre os moradores – os modos de habitar. Para a análise da estrutura espacial, é apresentada a teoria da lógica social do espaço, que se mostra plenamente adequada para tratar teórico e analiticamente a questão. No entanto, como o entendimento, a priori, sobre conteúdos sociais é indispensável para se ter uma leitura completa do significado e das implicações sociais das configurações dos espaços, é preciso, também, fundamentar-se em conceitos do campo social.

Como visto, a presente investigação pretende verificar se os modos de habitar das famílias contemporâneas, influenciados por características gerais da sociedade de consumo, tem impacto sobre os padrões espaciais do apartamento. Nesse sentido, são apresentadas as teorias sociais e antropológicas que abordam as relações de consumo, mas particularmente os conceitos propostos pela teoria cultural e pela teoria do habitus.

Antes de discutir como os fundamentos dessas três teorias são tratados em conjunto para a análise do problema proposto – tarefa descrita na seção 2.3 - é preciso fazer um estudo mais detalhado do objeto de pesquisa em questão, tanto na sua ordem espacial (a organização espacial do apartamento), quanto na sua ordem social (a família contemporânea e seus modos de habitar), como mostra o capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2. O objeto de pesquisa: a ordem espacial (o apartamento) e a ordem social (a família)

2.1. O edifício de apartamentos

2.1.1. O apartamento como objeto histórico (sobre a sua história)

2.1.2. O apartamento como produto (de consumo) imobiliário (sobre o mercado imobiliário)

2.1.3. O apartamento como expressão do modo de habitar (sobre o mercado de arquitetura de interiores)

2.2. A família contemporânea

2.2.1. A família como objeto histórico (sobre a evolução da família ocidental até a contemporaneidade)

2.2.2. A família como unidade de consumo

2.2.3. A família “de elite”, como símbolo de distinção (sobre os grupos recifenses com gosto de luxo)

2.3. Os aspectos observáveis das duas ordens

2. O objeto de pesquisa: a ordem espacial (o apartamento) e a ordem social (a família)

Tendo em vista o referencial conceitual e teórico, esse capítulo se dedica a apresentar mais detalhadamente as duas ordens as quais essa pesquisa aborda: a espacial (o apartamento) e a social (a família contemporânea e seus modos de habitar).

O objeto de estudo da ordem espacial é o apartamento – unidade privada do edifício. Para definição e delimitação, o apartamento é observado de acordo com as seguintes aspectos: (a) como objeto histórico, onde é apresentado um breve relato sobre o seu surgimento até os dias atuais, com especial atenção ao contexto da cidade do Recife; (b) como um produto (de consumo) do mercado imobiliário, discutindo as ideias que estão na base da sua atual concepção, produção e divulgação; (c) como expressão do modo de habitar, sendo o produto e a base que movimenta o mercado de arquitetura de interiores, enfocando exclusivamente para o projeto da unidade privada do edifício de apartamentos.

Já o objeto de estudo da ordem social é a família contemporânea, mais especificamente, os estilos de vida e os modos de habitar de seus membros. Estudos dessa natureza lidam com dados coletados por meio de pesquisas baseadas nas mais variadas técnicas, como entrevistas e questionários, por exemplo (FRANÇA, 2008; MONTEIRO, 1997). No entanto, Tramontano (2004) e Paula (2007) analisam por meio de fontes secundárias, como pesquisas, censos demográficos e textos acadêmicos. Tramontano (2004) destaca ainda a vantagem dessas fontes que é a de prescindir do custoso e às vezes impossível contato direto com os moradores. Assim, os membros das famílias e seus modos de habitar são representados por ideias e discussões expressas em pesquisas e textos acadêmicos (ARIÈS, 1981; BRUSCHINI, 1990; FREYRE, 1933; GIDDENS, 2000; LINO, 2009; MEDINA, 1990; PETRINI, 2005; ROUDINESCO, 2003; SANTANA, 2008; SCOTT, 2003; VAISTMAN, 1997).

Da mesma maneira, o objeto que caracteriza a ordem social - a família contemporânea - é observado como: (a) um objeto histórico, descrevendo a evolução da família ocidental até a contemporaneidade; (b) uma unidade de consumo, discutindo as ideias de autores que tratam a família como uma micro-unidade de consumo; (c) um símbolo de distinção, apresentando mais detalhadamente algumas características dos grupos familiares em questão: a elite recifense.

2.1. O edifício de apartamentos

2.1.1. O apartamento como objeto histórico (sobre a sua história)

O edifício de apartamentos é um tipo de habitação que, do ponto de vista jurídico, é caracterizada como condomínio, que significa propriedade comum. Em todo condomínio, seja ele horizontal ou vertical, de uso residencial, comercial ou misto, existem as áreas privativas e as de uso em comum. No edifício de apartamentos – condomínio vertical, a unidade privada (o apartamento, considerado pelo IBGE (2007) como um tipo de domicílio⁶⁷) é propriedade de uma pessoa, mas essa partilha com os demais proprietários a posse do terreno e das áreas comuns – *playgrounds*, piscinas, jardins, circulações verticais, por exemplo. Por apresentar várias famílias domiciliadas num mesmo terreno, o edifício de apartamentos também é chamado de habitação multifamiliar ou coletiva (LEMOS, 1989; VAZ, 2002), ou ainda habitação coletiva em altura (FRANÇA, 2008).

A verticalização de edificações, seja para uso habitacional, seja para usos diversos, é um dos efeitos da modernidade verificado na paisagem urbana, particularmente, nas cidades de grande dinâmica econômica (pós-revolução industrial). Possibilitada pelo advento de tecnologias inovadoras da época, como o elevador e as estruturas de aço e de concreto armado, a verticalização foi a solução encontrada para lidar com a alta densidade e concentração de atividades e pessoas em determinadas áreas da cidade.

O aumento populacional urbano também teve como consequência a carência de habitações para os setores sociais de baixa renda, principalmente nas grandes capitais brasileiras do começo do século XX, como Rio de Janeiro e São Paulo. O problema habitacional, então, ganhou importância nacional, fato que fez com que o Estado Brasileiro, principalmente a partir da década de 1930, começasse a intervir tanto no processo de produção habitacional, quanto no mercado de aluguel (FRANÇA, 2008). Foram criados, então, leis, institutos e fundações que visavam garantir melhores condições de habitação para os trabalhadores, como a Lei do Inquilinato de 1942, os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e, no

⁶⁷ Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. [...] A independência caracteriza-se quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas (IBGE, 2007).

âmbito estatal, a Fundação A Casa Operária (órgão do Estado de Pernambuco criado em 1924).

Esses institutos produziam, em larga escala, conjuntos habitacionais que, segundo Bonduki (1994), estavam fortemente influenciados pela produção habitacional pública na Europa, com marcante vinculação ao movimento moderno. Por essa razão, a arquitetura moderna passou a ser associada, também, à tentativa de solucionar o problema habitacional, com edifícios modernistas para a classe de baixa renda. Como bem lembra Vaz (2002, p.83), essa produção em grande escala

[...] se fez acompanhar de novos materiais e técnicas, novas formas de projetar, calcular e construir, instituindo a separação saber/fazer (engenheiros e arquitetos), novas formas jurídicas (condomínio), novo sistema de produção (incorporação) e comercialização (vendas a crédito).

No entanto, devido à inadimplência, os institutos foram deixando de construir habitações populares e passaram a financiar vários empreendimentos destinados à classe média e alta “viabilizando o processo de renovação e verticalização das áreas centrais e nobres das principais cidades brasileiras” (BONDUKI, 1994, p. 728). Esse processo de verticalização foi pioneiro no Rio de Janeiro e em São Paulo - cidades onde o crescimento populacional, resultante da industrialização do começo do século XX, foi primeiramente verificado.

O edifício em altura torna-se, assim, o símbolo do progresso e do futuro, consolidando-se como tipo arquitetônico marcante no século XX, não somente no Brasil, mas, como sugere Lara (2009, p. 25, tradução nossa) “torna-se um fenômeno global que só não prevalece no eixo anglo-saxão, [...] o resto do mundo adotou os arranjos multi-familiares como a solução para a enorme demanda habitacional”. Em relação especificamente ao edifício de apartamentos para uso residencial, seu surgimento no Brasil data de 1910, na cidade do Rio de Janeiro (VAZ, 2002). Em São Paulo, esse tipo edificação apareceu quase 20 anos depois, em 1927 (GALESI; NETO, 2005).

Contudo, por ser um tipo de habitação coletiva - termo que, até então, era associado ao desconforto, insalubridade e as classe populares, havia uma forte rejeição por parte das classes média e alta. A partir de 1920, juntamente com a aceleração do processo de verticalização, iniciou-se uma extensiva campanha para desvincular o conceito de habitação coletiva da população de baixa renda, no intuito de atrair compradores mais abastados. França (2008, p. 91) evidencia esse fato ao falar que

[...] o termo ‘palacete’ foi usado para explicitar sua associação às famílias mais abastadas da época, como forma de seduzir e fazer com que a nova proposta de habitação fosse assumida pela classe média. Eles são exemplos do rompimento da concepção de habitação coletiva para a população de baixa renda e da transição para o surgimento dos edifícios de apartamentos.

Com essa mesma finalidade de mudar a imagem associada aos edifícios de apartamentos, também surgiu o termo ‘casas de apartamentos’. Este termo foi utilizado, pois as construções tentavam reproduzir as habitações unifamiliares, com várias salas e quartos com portas inter-comunicantes. Além dessa estrutura organizacional interna, outra diferença para os edifícios de apartamentos atuais é que as ‘casas de apartamentos’ não eram unidades habitacionais autônomas, já que algumas dependências, como cozinha e área de serviço, eram coletivas da edificação (VAZ, 2002).

Como resultado dessa extensa propaganda, o edifício de apartamentos, nessas cidades, passa a representar um novo modo de habitar, sendo sinônimo da modernidade. Vaz (2002, p. 140) descreve essa valorização ao enfatizar que este produto imobiliário, nesta época, passa a ser

[...] o símbolo do luxo, do bom gosto e do morar moderno e tornou-se também um atestado público da condição socioeconômica dos seus ocupantes. Ficava clara a relação entre o tipo de moradia e a categoria dos seus moradores. [...] Morar em apartamento tornou-se um passaporte reconhecido para a ascensão social.

É importante destacar que estas foram as circunstâncias particulares em que o edifício de apartamento surgiu nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. O que não é verificado em outras cidades brasileiras, como João Pessoa e Recife, por exemplo, cuja intensificação do processo de verticalização começa a ser verificada a partir da década de 1950. Chaves (2010) afirma que, nesta época, o desejo de transformar a capital da Paraíba numa metrópole, fez com que o Estado comesse um amplo “processo propagandístico apoiado em símbolos de modernidade, como o automóvel, o viaduto, a velocidade, o cinema e o imprescindível centro de negócios com seus prédios altos”. Segundo a autora, o estímulo à verticalização materializava-se nas legislações e nos incentivos financeiros estatais. Em 1957, aprovaram-se leis que proibiam a construção de prédios inferiores a três pavimentos, fato que, juntamente com o aumento dos investimentos no mercado imobiliário, fez mudar significativamente o cenário urbano da cidade.

No Recife, os primeiros “arranha-céus” foram verificados no início da década de 1930 e, segundo Moreira e Freire (2011), eram marcados por uma estética chamada *Art Déco* ou

Proto-modernista. A abertura da atual Avenida Guararapes (Avenida 10 de Novembro na época - 1939 a 1943), com seus edifícios construídos pela iniciativa pública - Correios e Telégrafos, Institutos de Previdência, etc. (SILVA, 1988) -, consolida esse tipo de edificação na paisagem urbana.

Assim como em João Pessoa, a intensificação da verticalização nas áreas centrais do Recife, seja para uso habitacional, seja para usos diversos e com traços característicos da arquitetura moderna, também data da década de 1950 (MOREIRA; FREIRE, 2011; SILVA, 1988; SOUZA, 2008). No entanto, a preocupação, por parte do Estado, com a questão habitacional na cidade teve início com o Governo de Agamenon Magalhães⁶⁸, “que se empenhou em solucionar a questão do mocambo”⁶⁹ (SOUZA, 2008, p. 116). O Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM), criado em 1939, tinha por objetivo promover a extinção desse tipo de habitação e incentivar a construção de habitações populares dotadas de condições higiênicas e de fácil aquisição.

O SSCM foi resultado de algumas ações estatais que, juntamente com outros órgãos como Fundação da Casa Popular e os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), definiram bairros inteiros a partir das tradicionais vilas: a dos Comerciários, em Casa Amarela, a Vila dos Funcionários Públicos, no Hipódromo, a Vila dos Trabalhadores em Transportes e Cargas, no Bongi, etc. (LIRA, 2002). Tratava-se de habitações coletivas horizontais, ou “casas baixas, unifamiliares, conjugadas ou agrupadas” (LIRA, 2002, p. 58).

Paralelamente, no campo do urbanismo que, desde a década de 1920 encontrava-se no mesmo nível de desenvolvimento das grandes capitais brasileiras, uma série de obras de infraestrutura preparavam o terreno para a futura construção de empreendimentos imobiliários, tanto públicos, quanto privados. Obras como a abertura da Avenida Beira Mar (atual Boa Viagem), a construção das praças do Paissandu, Sergio Loreto e dos parques Amorim, da Encruzilhada e do Derby, bem como a abertura da Avenida Conde da Boa Vista (década de 1940) dotavam a cidade de novas possibilidades de ocupação da terra (LIRA, 2002).

⁶⁸ Souza (2008) ainda cita que algumas iniciativas foram praticadas pela municipalidade, como a Fundação A Casa Operária, em 1921, mas que suas atividades não foram muito além da Vila de São Miguel de Afogados e Engenho do Meio.

⁶⁹ Com o crescimento populacional da cidade, a população de baixa renda passa a ocupar as áreas de manque em habitações conhecidas como mocambos, que, junto aos rios e pontes, passaram a marcar a paisagem urbana da cidade.



Figura 2.1. Edifício Inconfidência, projeto do arquiteto Carlos Frederico Ferreira.



Figura 2.2. Edifício Califórnia, projeto de Acácio Gil Borsoi.

No começo dos anos 1940, a densidade construtiva e o número de edifícios de apartamentos no Recife ainda eram muito baixos. Os edifícios surgem inicialmente nas áreas centrais, em edificações de uso misto – com comércio no térreo e sobreloja e habitação nos demais pavimentos (NASLAVSKY, 2004). Um exemplo pioneiro deste tipo de edifício aparece no Bairro de Santo Antônio: o edifício Inconfidência (1942), projeto do arquiteto Carlos Frederico Ferreira (Figura 2.1). A excepcionalidade se dava não somente sob o ponto de vista técnico-construtivo, mas também da sua linguagem estética, mais próxima à arquitetura moderna (MOREIRA; FREIRE, 2011). O comércio e a delegacia do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) ficam nos dois primeiros pavimentos, e 36 habitações com dois dormitórios sociais nos outros oito pavimentos. Segundo Lira (2002), o arquiteto deu grande ênfase à orientação e implantação urbana. Para isso, os ambientes do apartamento foram dispostos em dois pavimentos “garantindo absoluta independência entre as circulações social e de serviço, a norte e oeste, sem que fosse sacrificadas a orientação, a ventilação e a visibilidade das peças de permanência prolongada” (LIRA, 2002, p. 57). Além disso, as generosas dimensões dos ambientes pressupõem “uma estrutura familiar de classe média, com empregada doméstica e equipagem domiciliar repensada”.

Uma década depois os edifícios de apartamentos ainda eram praticamente inexistentes na paisagem urbana da cidade. Fato que viria a se transformar graças a uma série de fatores. Costa Filho (2005) lembra que a partir da década de 1950 a propriedade imobiliária passou a ser a principal área de investimentos e lucros vindos das indústrias, favorecendo sua especulação. Com isso, abre-se também o campo de possibilidades para a atuação dos

arquitetos modernistas, como Acácio Gil Borsoi e Delfim Amorim, cuja colaboração na transformação na paisagem urbana da cidade foi fundamental (MOREIRA; FREIRE, 2011; NASLAVSKY, 2004).

Edifícios de uso misto, como o Califórnia (1953), de Borsoi (Figura 2.2), e o Pirapama (1956), de Amorim (Figura 2.3) ilustram o esforço dos arquitetos em adaptar as condições habitacionais locais ao edifício em altura. O edifício Pirapama, por exemplo, é um marco que muda o conceito de habitação econômica no Recife, onde, segundo Lira (2002) seu vínculo com o termo ‘habitação popular’ se desfaz. Construído no bairro da Boa Vista, o pavimento térreo do projeto de Delfim Amorim, destinado ao comércio, ocupa integralmente o terreno. A sobreloja é destinada para escritórios e os demais pavimentos destinam-se a habitações de um, dois e três dormitórios, onde, no de um quarto, o uso da kitchenette foi a solução alternativa à cozinha.



Figura 2.3. Edifício Pirapama, projeto de Delfim Amorim.



Figura 2.4. Edifício Walfrido Antunes, projeto de Waldecy Fernandes Pinto.

Contemporâneo ao Edifício Pirapama, outro exemplar de edifício misto de comércio, serviços e habitação se destacava dentre as propostas habitacionais: o Edifício Walfrido Antunes, projeto de Waldecy Fernandes Pinto para o bairro de Santo Amaro (Figura 2.4). Esse empreendimento é, segundo Lira (2002), outro grande exemplar de edificação habitacional que mostra a mudança dos padrões de valorização imobiliária. Seu lançamento foi marcado com uma trabalhada campanha propagandística, cujo memorial do projeto divulgava “o maior conjunto residencial do centro urbano do Recife” e o caracterizava como “um dos marcos definitivos do progresso arquitetônico da cidade do Recife [...]” (LIRA, 2002,

p. 66). As vantagens divulgadas pelos empreendedores enfatizavam o conforto doméstico e em muito se assemelham as atualmente utilizadas pelos profissionais de marketing⁷⁰:

[...] playground, área de banho de sol na cobertura, além de um pequeno conjunto comercial no térreo, com “dez modernas lojas”. [...] 26 apartamentos Tipo A-1 e B-5 para famílias médias e pequenas, com dois dormitórios; 39 apartamentos Tipo A-3, B-2 e B-4, para casal sem filhos ou solteiros, com living, kitchenette, um dormitório e um sanitário; 13 apartamentos “para família grande”, de três dormitórios e demais dependências, [...] dormitórios com armários embutidos, livings, halls, varandas, cozinhas, banheiro completos, quartos e banheiros para empregados, terraços de serviço, lavanderia, telefones, etc. (LIRA, 2002, p. 66).

Já no fim da década de 1950, com o alargamento da Avenida Conde da Boa Vista, vários edifícios com tipologia semelhantes ao Walfredo Antunes, ao Pirapama e ao Califórnia definiram a paisagem da cidade – a maioria de uso misto. Segundo Naslavsky (1998, p. 155), os moradores desses edifícios eram predominantemente de classe média baixa, já que a “classe abastada ainda permanece morando em grandes casas na década de 40 e nos anos 50”.

Quase uma década depois, outro notório edifício de apartamento com uso exclusivo habitacional desponta na Av. Boa Viagem: o edifício Acaiaca, projetado em 1957 pelos arquitetos Delfim Amorim e Lúcio Estelita (Figura 2.5). A partir daí, vários exemplos podem ser destacados, como o edifício Mirage (1967) de Borsoi, e o Barão do Rio Branco (1969) de Delfim Amorim e Heitor Maia Neto (Figura 2.6), consolidando o edifício residencial em altura como novo conceito de habitação, principalmente para as classes média e alta.



Figura 2.5. Edifício Acaiaca, projeto de Delfim Amorim e Lúcio Estelita.



Figura 2.6. À esquerda, edifício Mirage, de Acácio Gil Borsoi. À direita, edifício Barão do Rio Branco, de Delfim Amorim.

Fonte: Acervo escritório Borsoi Arquitetos Associados e Fernando Diniz.

⁷⁰ Como é visto a seguir na seção 2.1.2.

Assim, como ressaltado por alguns autores (LIRA, 2002; SOUZA, 2008), esses edifícios atualizam os novos modos de habitar, seja em casas ou em apartamentos. Esse novo habitar é resultado de preceitos da modernidade no campo da arquitetura, como a racionalização e funcionalidade dos espaços, além da crescente valorização da privacidade. Por essa razão, várias alterações tanto no programa arquitetônico, quanto na maneira de organizar os espaços da habitação são percebidas ao longo do tempo.

Naslavsky (1998) faz uma descrição do processo de modernização das habitações no Recife das primeiras décadas do século XX. Segundo ela, é somente a partir da década de 1940 que se percebe a diminuição do rol de atividades domésticas, consequência dos preceitos modernos de racionalização e funcionalidade.

Em fins dos anos 20 e meados dos anos 30, o programa das residências de classe média tinha terraço, sala de estar, sala de jantar, copa, cozinha, área de serviço, quartos e W.C., geralmente um para todos os quartos. Nas residências mais abastadas, cada cômodo era construído de forma a cumprir determinada função: assim, por exemplo, é que se fala em salas de música, bibliotecas, salas de visitas. O hall servia de divisor entre as três zonas em que geralmente se dividia uma casa, a saber, de estar, de repouso ou íntima e de serviço. (NASLAVSKY, 1998, p.135-136)

É somente na década de 40 que vemos os primeiros exemplos de um novo partido de planta, onde as salas são integradas e ligadas diretamente com as zonas íntimas, dispensando as antigas copas (NASLAVSKY, 1998, p.140).

Outra mudança bastante significativa é que a organização espacial passa a ser mais fortemente marcada por uma metodologia projetual, que, apesar de não ser exclusiva do uso habitacional, predomina até os dias atuais: a setorização dos espaços internos. Segundo Amorim (1997, p. 13), a setorização espacial “é um processo fundamental de criação de campos sócio-funcionais para otimizar ou evitar as interfaces entre as categorias de usuários de uma edificação”. Por isso é tão bem aplicado aos preceitos modernistas que, em busca da racionalização, tendem a simplificar o programa arquitetônico à medida que agrupa os ambientes em três setores – o social, o íntimo e o serviço.

O setor social agrupa os espaços que permitem interação contínua entre habitantes e, fundamentalmente, entre habitantes e visitantes [...]. O setor privado assegura a separação necessária para a família e seus membros [...]. O setor de serviço abriga as atividades relacionadas à reprodução e manutenção da vida cotidiana [...]. (AMORIM, 1997, p. 18.2, tradução nossa)

Em alguns casos, Amorim (1999) ainda identifica o setor de mediação, formado por um ou mais ambientes cuja função é garantir um maior isolamento entre os demais setores. Assim, os setores constituem uma estrutura subjacente que conferem ao ambiente doméstico o

adequado sentido de ordem – cada componente social e espacial em seu devido lugar – e funcionalidade – todos os componentes corretamente articulados (AMORIM, 1999).

Cavalcanti (1984) também associa a disseminação desse modelo projetual aos preceitos modernistas de privatização, individualização e racionalização. Segundo o autor, no caso brasileiro, a habitação, além de ser uma “máquina de morar”, com a setorização torna-se um “máquina de marcar diferenças”. Diferenças que expressam distintas hierarquias tanto de atividades, quanto de pessoas e são diretamente expressas através de uma característica espacial peculiar do contexto brasileiro: a separação da circulação e acessos para os moradores (pelo setor social) e para os serviçais (pelo setor serviço). Uma espécie de “*apartheid* doméstico”, no qual o cruzamento de serviçais e moradores é cuidadosamente evitado. Como ressalta Lemos (1989, p. 79), “o Brasil tornou-se o primeiro e único país a possuir edificações com essa precaução separadora de circulações”.

É nesse contexto de transformações na maneira de conceber o espaço doméstico que se dissemina o edifício de apartamentos. Não é a toa que haja associações entre essas mudanças e o próprio surgimento desse tipo de habitação. Como símbolo do ‘novo modo de habitar’ e resultado de preceitos modernistas, a organização espacial dos apartamentos também é fortemente marcada pelo duplo acesso e pela setorização dos espaços internos, características que se mantêm ao longo de todo século XX e que perdura até os dias atuais.

Lira (2002) e Souza (2008) também ressaltam que os edifícios de apartamentos definem novos padrões de valorização e acumulação do mercado imobiliário. A partir da segunda metade da década de 1970, por exemplo, em meio às grandes transformações econômicas, sociais e físicas ocorridas por todo o Brasil, a construção desse tipo de edifício passou a ter papel de destaque no mercado imobiliário.

Nessa época, vários instrumentos que regulamentavam as relações de compra e venda de imóveis foram implementadas. Com o mercado imobiliário disciplinado, o governo criou, em 1964, o Banco Nacional de Habitação (BNH), que, apesar de ter tido foco na habitação popular, financiava imóveis para todas as classes sociais. Foi o período áureo do mercado imobiliário, onde era verificada a presença do edifício de apartamentos em vários locais da cidade, bem como uma maior diversidade de programas arquitetônicos, principalmente aqueles pensados para as classes mais abastadas, com a adoção definitiva da suíte como item de distinção. Alguns exemplares notórios desse período são os edifícios Rembrant

(1977) e Debret (1979), projetados para a Av. Boa Viagem pelo escritório Borsoi Arquitetos Associados (Figura 2.7), e os edifícios Villa Mariana (1977) e Vila da Praia, projetado no bairro do Parnamirim por Wandenkolk Tinoco (Figura 2.8). Esse período durou até meados da década de 1980, quando, dentre outros fatores, a inflação causou extinção do BNH.

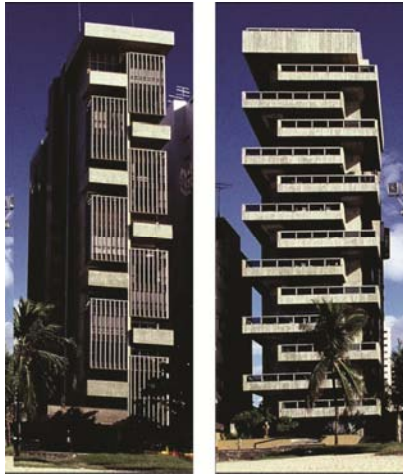


Figura 2.7. Edifícios construídos na década de 1970, na Av. Boa Viagem. À esquerda, edifício Debret. À direita, edifício Rembrant. Ambos projetos de Borsoi Arquitetos Associados.

Fonte: Acervo escritório Borsoi Arquitetos Associados.



Figura 2.8. Edifícios construídos na década de 1970, no bairro Parnamirim. À esquerda, edifício Villa Mariana. À direita, edifício Villa da Praia. Ambos projetos de Wandenkolk Tinoco.

Fonte: Acervo pessoal de Fernando Diniz.

A retomada da aceleração da construção civil é marcada por outro tipo de relacionamento entre empreendedor e cliente. Segundo a ADEMI-PE (2009), na década de 1990 praticamente não houve fontes de recursos oficiais para a produção e financiamento de imóveis, sendo o financiamento direto ao consumidor, a solução adotada pelas construtoras. Dessa nova forma de incorporação e comercialização imobiliária surgem empreendimentos de diversas naturezas e destinados a distintos setores da população. Por um lado, estão os apartamentos de luxo, que, em alguns casos, propõem programas mais especializados, como as suítes máster – distinção necessária, já que são oferecidas mais de uma suíte - com closet e grandes banheiros capazes de receber, dentre outros artefatos de luxo, banheiras de hidromassagem. Por outro, estão os empreendimentos pensados para atender a uma classe média emergente, que também propõe mudanças no projeto. Dentre elas, o ‘quarto reversível’ - que tanto pode servir como mais um cômodo para a família (para usos diversos), quanto como quarto de serviço, caso a empregada doméstica não seja diarista – e a redução

do tamanho das cozinhas, possibilitada pela disseminação de eletrodomésticos, que otimizam as tarefas desenvolvidas neste ambiente.

Edifícios como o Puerto Banus (1993) e o Flat Casa Forte (1999), ambos projetos de Carlos Fernando Pontual, são exemplos de empreendimentos que oferecem apartamentos de luxo (Figura 2.9). A definição do que seria esse tipo de apartamento é muito relativa e pode variar entre diferentes empresas e regiões do país. No entanto, de maneira geral, o luxo não está vinculado à dimensão do apartamento, e sim aos serviços, a sua localização e ao padrão de acabamento, por exemplo. Conforme comentário em um dossiê sobre o mercado residencial de alto padrão de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Manaus, Recife, Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba (ADEMI-RJ, sem data),

[...] o alto-padrão pode ser um apartamento de um dormitório, que está super bem localizado, que tem um projeto bem ajustado, atual, moderno, com muita tecnologia e um padrão de acabamento adequado. E hoje se tem muitas pessoas de alta renda que moram sozinhas e não querem um apartamento de quatro suítes com 400m². Querem um apartamento bacana, bem localizado de 80 ou 120m². Não é só pelo tamanho ou pelo número de suítes, vagas de garagem, mas pelo padrão de construção, de acabamento, de projeto e localização, principalmente”.



Figura 2.9. À esquerda, edifício Puerto Banus; à direita, edifício Flat Casa Forte – ambos projeto de Pontual Arquitetos.

O segundo quadro de reorganização do setor imobiliário pode ser ilustrado pelo conjunto de edifícios de apartamentos Morada Recife Antigo, projeto dos arquitetos Waldecy Pinto, Carlos Roberto Lins e Marcia Lima para o bairro do Novo Prado (Figura 2.10). Formado por 40 edifícios de seis pavimentos, esse conjunto não apresenta, como ressaltam Loureiro e Amorim (2005), características de um empreendimento pensado para atender a classe média. Até aquele momento, os edifícios residenciais destinados a essa classe social eram

isolados ou formavam, no máximo, um conjunto de três ou quatro edifícios. Esse conjunto também serve para ilustrar duas tendências presentes em grande parte dos empreendimentos da época: a acentuada redução das áreas para atender os mesmos programas arquitetônicos – neste caso, três dormitórios sociais, um banheiro social, sala de jantar e estar com varanda, cozinha, área e banheiro de serviço distribuídos em apenas 60m² - e a ampliação do programa das áreas em comum (que muitos tomam como decorrência da diminuição da área privativa), como piscina, sauna, salões de festa, *playgrounds*, etc.



Figura 2.10. Conjunto de edifícios Morada Recife Antigo, projeto dos arquitetos Waldecy Pinto, Carlos Roberto Lins e Marcia Lima.

Seja qual for o tipo e porte do empreendimento, o fato é que os apartamentos são tidos como um produto de consumo, e, como tal, “passam a estar sujeitos a modismos e efemeridades”(VILLA; ORNSTEIN, 2009). O setor que gerencia esse produto é o mercado imobiliário de apartamentos, cujas estratégias – processo de concepção, produção e comercialização - são comentadas e discutidas na seção a seguir. Não cabe discutir a fundo o papel de cada um dos atores envolvidos no processo, como fizeram Villa e Ornstein (2009) e tantos outros autores (FABRICIO, 2002; LYRIO FILHO, RABELO, AMORIM, 2007). O que se busca é compreender os aspectos que estão na base da concepção deste produto imobiliário e entender as estratégias e mecanismos utilizados na sua comercialização.

É preciso, portanto, conhecer o funcionamento do mercado imobiliário e analisar alguns empreendimentos e textos publicitários oriundos de várias cidades brasileiras, particularmente do Recife. Essas informações possibilitam identificar quais características são atualmente destacadas pelas diversas mídias – que legitimam os padrões de gosto no campo de projeto de arquitetura de interiores – e, conseqüentemente, justificam sua utilização nos projetos mais por meio dessas estratégias de marketing do que por razões diversas. Afinal, como bem ressaltou Bourdieu (2008, p. 9)

[...] os bens culturais possuem, também, uma economia, cuja lógica específica tem de ser bem identificada para escapar ao economicismo. Nesse sentido, deve-se trabalhar, antes de tudo, para estabelecer as condições em que são produzidos os consumidores desses bens e seu gosto.

2.1.2. O apartamento como produto (de consumo) imobiliário (sobre o mercado imobiliário)

A produção de edifícios de apartamentos é uma das atividades do campo da construção civil e envolve diversos agentes responsáveis por várias etapas, desde a concepção do empreendimento até a compatibilização e coordenação de todos os projetos relacionados à produção da edificação. Além do engenheiro e arquiteto, profissionais responsáveis e capacitados tecnicamente para desenvolver os projetos, Fabrício (2002) destaca o empreendedor, o incorporador do terreno, o agente financeiro, o poder público (através das regulamentações), a construtora, os fornecedores de materiais, os clientes (usuários) e, atualmente, o profissional de marketing, responsável pela divulgação.

A concepção do empreendimento, fase que antecede ao projeto do edifício, se caracteriza pela criação de estratégias que identificam grupos de consumidores com perfis semelhantes para que possam ser criados produtos adequados aos futuros usuários (QUEIROZ; TRAMONTANO, 2009). Os responsáveis por criar essas estratégias são os incorporadores, os empreendedores, os corretores e os profissionais do marketing imobiliário, que normalmente classificam grupos de futuros usuário de acordo com o ciclo de vida e o nível de renda. A partir dessa classificação são definidas as principais características do produto a ser lançado, como a localização, a tipologia, o padrão de acabamento, os custos de implantação, a rentabilidade do empreendimento, os itens de lazer e serviços da área comum, etc. Contudo, Queiroz e Tramontano (2009) destacam que, nessa fase, quando se trata do apartamento em si, são levadas em consideração somente as questões quantitativas – dimensão e número de ambientes, principalmente quartos e suítes, não sendo discutidos aspectos qualitativos, como uma organização espacial adequada com às demandas da família.

A participação de incorporadores e corretores na definição desses critérios é plenamente pertinente, uma vez que, como o trabalho diário deles é diretamente com os futuros compradores, eles seriam os mais indicados para melhor descrever e classificar o perfil dos

potenciais clientes. O profissional de marketing também é, sem dúvida, muito relevante neste processo, já que é “através dos atributos anunciados, que expectativas em torno do morar são criadas e recriadas” (LOUREIRO; AMORIM, 2005). Contudo, a participação do arquiteto, que, pela sua formação, deveria ser um dos principais responsáveis pelo projeto, em todas as etapas, na maioria das vezes não acontece nesta fase do empreendimento (QUEIROZ; TRAMONTANO, 2009). Costa Filho (2005) confirma essa informação ao verificar que a atuação do arquiteto no dimensionamento global de um apartamento, por exemplo, é pouquíssima, sendo esse poder exercido quase que exclusivamente pelas empresas construtoras. Segundo ele,

[...] um dimensionamento pré-definido pelos ditames do bolso do clientes, conforme apurado, é muito racionalizado para adaptar esse produto a um mercado extremamente competitivo e pré-convenciona o tamanho dos ambientes internos do imóvel (COSTA FILHO, 2005, p. 128).

Villa e Ornstein (2009) destacam duas importantes consequências da ausência do arquiteto nessa fase do empreendimento. A primeira é a valorização das estratégias de marketing para produzir negócios altamente vendáveis e lucrativos, em detrimento de estudos da qualidade e desempenho do projeto – “se investe quase seis vezes mais em propaganda do que em projeto arquitetônico e o arquiteto é o menos consultado sobre o desenho dos apartamentos” (VILLA; ORNSTEIN, 2009). Ou seja, a produção de edifícios de apartamentos se transformou numa gigantesca indústria que nem sempre satisfaz as necessidades espaciais elementares da sociedade a que pertence, mas que é um mecanismo eficaz de produção de lucro. Outra consequência é que “o edifício de apartamento passa a estar sujeito aos modismos e efemeridades dos produtos de consumo, que com a força do marketing transformam desejos em necessidades” (VILLA; ORNSTEIN, 2009). Ou seja, como os desejos dos consumidores é o que mantém vivo o movimento cíclico da sociedade do consumo (BAUMAN, 2001), os profissionais de marketing são, em muitos casos, os responsáveis não só por criar, mas também por influenciar as necessidades em relação a esse produto.

Nesse sentido, percebe-se que há um desequilíbrio entre a técnica – o arquiteto – e o negócio – o empreendedor. Como sugere Lyrio Filho, Rabelo e Amorim (2007), a prioridade é garantir a comercialização do produto e o retorno financeiro de investidores (papel do profissional de marketing), em detrimento de propor alternativas de projeto que possam vir

a atender não somente aos empreendedores, mas também os vários tipos de usuários. Esse desequilíbrio também é ressaltado por Kaap (2005), ao argumentar que

[...] o que rege o mercado da sociedade de consumo não são as necessidades a serem satisfeitas por valores de uso (*a procura*), mas o lucro a ser alcançado por valores de troca (*a oferta*). O próprio "consumismo" não é fruto da procura, pois quando se produzem mercadorias em função do valor de troca, não há porque aumentar o valor de uso, mas há motivos para manter a insatisfação permanente (KAAP, 2005, grifo nosso).



Figura 2.11. Empreendimentos distintos, produtos de construtoras e arquitetos distintos, que apresentam a mesma solução formal e espacial. À esquerda, PO C22c; à direita, PO C11c.

Como resultado, tem-se uma oferta e uma multiplicidade de propagandas que divulgam produtos aparentemente distintos (variam em área, em padrões de acabamento, em quantidade de serviços oferecidos na área em comum etc.), mas que, muitas vezes, repetem os mesmos padrões de organização espacial (Figura 2.11). Além disso, essa valorização do apartamento como um produto de consumo, mais do que como espaço de habitar que satisfaça as reais necessidades, chega até a modificar, em certa medida, a postura de alguns arquitetos, que, para permanecer neste ramo de atuação profissional, precisam se adequar aos requerimentos dos empreendedores. Araujo (2006), na sua pesquisa sobre as práticas de consumo relativas aos interiores residenciais de uma parcela da população recifense, confirma essa informação através de entrevistas com alguns arquitetos atuantes em Recife. Segundo ela, o nível de padronização das soluções deve-se, dentre outros fatores, à grande quantidade de trabalho

[...] que não lhes deixa muito tempo para elaborações mais singulares [...] a singularidade constitui um valor mais arraigado na lógica dos baluartes da

profissão⁷¹, que se identificam como artistas. O que os profissionais da nova geração oferecem aos clientes é, sobretudo, praticidade, conforto e limpeza formal (ARAÚJO, 2006, p. 113-114).

Essa padronização característica do mercado imobiliário contemporâneo, juntamente com crescentes mudanças no perfil sociodemográfico brasileiro⁷², faz com que o projeto original (PO) do apartamento proposto pelo empreendedor, muitas vezes não seja adequado às demandas. Brandão (2002, p. 93) descreve esse quadro, ao afirmar que

[...] os estilos de vida tornam-se cada vez mais individualizados e, por essa razão, um número cada vez maior de clientes deseja ver seus projetos desenvolvidos sobre bases individuais que satisfaçam, da melhor forma possível, suas preferências pessoais, ao invés de projetos concebidos para um usuário médio anônimo.

Como a escolha de compra de um imóvel depende de um somatório de vários fatores - localização, características da vizinhança, preço e condições de pagamento e financiamento, características da unidade privada (BRANDSTETTER; HEINECK, 2005; FREITAS; HEINECK, 2003) – cabe a empresa empreendedora ser capaz de atender a maior parte deles. A significativa diminuição de tamanho do apartamento, não fez diminuir a quantidade de quartos e suítes oferecidas, já que isso é um indicador positivo na hora da comercialização⁷³. Assim, é oferecida a mesma quantidade de ambientes que, conseqüentemente, apresentam dimensões menores. Em compensação, nos empreendimentos com essas características, as propagandas passaram a valorizar a parte coletiva do edifício, oferecendo áreas e equipamentos de uso coletivo, como uma forma de ‘compensar’ a perda de área privada (TRAMONTANO, 2004; VILLA; ORNSTEIN, 2009). Ou seja, a estratégia de venda mascara a redução da área privativa ao colocar em evidência as vantagens oferecidas nas áreas em comum. Esse tratamento dado às áreas coletivas dos edifícios é destacado por Araujo (2006, p. 202) na análise da sociedade recifense. Ela sugere que tratar as áreas em comum “aos moldes de clube fechado, é interpretado como um benefício em relação à segurança e à sociabilidade de crianças e adolescentes”. Villa (2006) destaca ainda que, a partir da década de 1990 (e no contexto paulista), não bastava que os edifícios fossem dotados de vários

⁷¹ Araujo chama de ‘baluartes da profissão’ os arquitetos renomados e que atuam de maneira singular, sem se deixar levar por modismos ou imposições mercadológicas.

⁷² Descritas na seção 2.2.1.

⁷³ O número de quartos é o indicador utilizado, por exemplo, nas pesquisas de índices de Velocidade de Venda (ADEMI-PE, 2009, 2011).

equipamentos coletivos. As propagandas passaram a mostrar como alguns itens “essenciais para se viver bem” poderiam influenciar no status social dos moradores.

E toda essa campanha de marketing é feita “para auxiliar o consumidor em suas escolhas” (AMORIM; LOUREIRO; GRIZ, 2009). De fato, assim como discutem Bauman (2001) e Baudrillard (2000; 2008), mais que um auxílio à escolha do consumidor, essas propagandas não somente reproduzem determinadas características tidas como ‘satisfatórias’ para um edifício de apartamento, mas as produzem, de maneira que essas sejam não somente desejadas, mas, principalmente, necessárias. Isso é feito através de propagandas que relacionam o pertencimento a um alto status na sociedade ao fato de morar num ‘condomínio club’, num ‘resort urbano’ ou num edifício que oferece salão de festa com ‘espaço gourmet’, que passaram a ser itens ‘essenciais’ para ‘se viver bem’. E viver bem, afinal, é uma “necessidade” – real ou simbólica. É dessa maneira que o profissional de marketing, ou os ‘negociantes de necessidades’ (BOURDIEU, 2008), criam não só a lógica da produção desse produto, mas também a lógica da produção de gostos, atestando, assim, o enorme poder do mercado imobiliário em condicionar necessidades.

Essa influência recíproca entre os modos de habitar e as estratégias de marketing é discutida por vários autores. Chapman, Hockey e Wood (1999) mostram como o dinheiro (referindo-se aos conceitos do capitalismo) é eficiente para manipular não somente a maneira de vender a habitação, mas também a idealização da família ideal, por mais irreal que ela possa ser para uma determinada sociedade. Compartilhando com essa mesma ideia, alguns autores (LOUREIRO; AMORIM, 2005; NASCIMENTO; LOUREIRO; AMORIM, 2002) identificaram e descreveram os artifícios usados pela mídia para vender o ‘sonho de morar’, vinculando atributos da vida moderna às características arquitetônicas dos empreendimentos imobiliários. É sugerido que através dos atributos anunciados na mídia, expectativas em torno do morar são criadas e recriadas, e estas, por sua vez, alimentam a formulação de programas arquitetônicos das habitações, criando, assim, certa cultura do morar.

Uma estratégia de marketing relativamente comum entre as construtoras e que, em certa medida, pode aproximar a solução projetual às preferências de usuários que apresentam os mais diversos estilos de vida, é oferecer plantas com certo grau de flexibilidade. Com esse artifício é possível *customizar* o projeto do apartamento por meio de alterações na organização inicial dos seus espaços.

No mercado imobiliário contemporâneo, inicialmente as alternativas de flexibilização eram relativamente tímidas, feitas sem mudar nenhuma barreira (paredes ou divisórias) e para possibilitar a introdução de ambientes alternativos⁷⁴, como o *home-theater*⁷⁵, por exemplo. Posteriormente, os empreendedores passaram oferecer a “flexibilidade limitada” (BRANDÃO, 2002), que consiste na oferta de mais de uma opção de *layout* com mudanças claras na organização dos espaços e distribuição das atividades. Essa flexibilização é uma das soluções encontradas pelos empreendedores de tornar produtos semelhantes mais interessantes para usuários com demandas distintas e, em parte, atinge o objetivo de tornar mais vendáveis produtos espacialmente parecidos, associando-os a uma ideia de flexibilidade, que nem sempre se verifica na prática. (QUEIROZ; TRAMONTANO, 2009, p. 144).



Figura 2.12. Empreendimento que oferece quatro opções de plantas, além da alternativa de compra do apartamento sem nenhuma partição interna.

A Figura 2.12 mostra um exemplo de empreendimento recentemente oferecido no mercado recifense pela Construtora A.C. Cruz, que adota a flexibilidade limitada como estratégia de divulgação. Além de quatro tipos de projetos com quatro ou três quartos (e que, nestes casos, representam soluções de flexibilização relativamente tímidas), a construtora oferece a alternativa de compra do apartamento sem nenhuma partição interna, com a exceção da

⁷⁴ Ambientes diferentes daqueles necessários para uma habitação, mais bem discutidos no capítulo 3.

⁷⁵ Segundo Brandão (2002), a existência desses cômodos alternativos está associada à publicidade, como uma forma de destacar o projeto, e fornece uma indicação do padrão ou status do apartamento, já que esses são tido, na maioria dos casos, como ambiente de ‘luxo’, no sentido explicitado por Bourdieu (2008).

estrutura portante e dos *shafts* de distribuição da rede de infraestrutura predial. Adequada para os especuladores financeiros que procuram uma opção de lucro, mas também para os que preferem impregnar a habitação com seus valores e atividades cotidianas com o mínimo de restrições.

Outro exemplo de empresa que se propõe a oferecer “o máximo de flexibilidade possível” em todos seus empreendimentos é o grupo paulista Movimento Um⁷⁶. Eles elaboraram um ‘manifesto’ que descreve dez princípios fundamentais:

1. Movimento Um é uma marca criada [...] para incorporar edifícios em que pessoas como você gostariam de morar e trabalhar. Nossos prédios não são feitos apenas de tijolo, vidro e concreto: são criados a partir de uma reflexão profunda sobre o que é viver numa cidade como São Paulo no século XXI.
2. O Movimento Um propõe a vida em edifícios menores, com poucos moradores, que compartilhem uma visão parecida de mundo. É como morar numa vila [...] só que com mais espaço, segurança e modernidade.
3. Nenhuma pessoa é igual à outra. Por isso, as plantas do movimento um são desenhadas uma a uma, em função de cada morador. A metragem e a configuração dos apartamentos são variáveis: a sua casa nunca vai ser exatamente igual a do seu vizinho.
4. [...] Os projetos do Movimento Um são pensados para que o espaço dos apartamentos possa ser modificado com facilidade para acompanhar cada fase da vida. [...] é possível até mudar banheiros e cozinha, caso você ou a pessoa para quem você vender seu imóvel queira reconfigurar radicalmente o apartamento.
5. [...] o Movimento Um procura terrenos nas proximidades em que você gosta de trabalhar e se divertir. [...]
6. Quando o projeto é único e à frente do seu tempo, ele valoriza mais do que o mercado. Primeiro, porque acaba virando um objeto de desejo para quem procura imóvel. E depois, porque tem grande valor afetivo para quem é proprietário. Você vai ser dono de um apartamento difícil de se desfazer – mas fácil de vender.
7. O Movimento Um acredita que um edifício não pertence apenas a seus moradores – mas à cidade e às pessoas que vivem e trabalham em seu entorno. Nossos edifícios [...] são projetados por profissionais que fazem arquitetura de ponta, da melhor qualidade.
8. Pensamos nossos prédios de maneira que você não tenha despesas desnecessárias. Nossos apartamentos têm janelas projetadas para proporcionar maior ventilação. E grandes áreas envidraçadas, para permitir a entrada de mais luz natural. [...] não queremos que o valor do condomínio se transforme num pesadelo. [...] desenvolvemos ideais para reduzir os gastos com água, energia e funcionários do prédio.
9. O movimento um não quer apenas construir o apartamento da sua vida. [...] quer mostrar que existe uma alternativa inteligente e sustentável à ocupação urbana de São Paulo.
10. Mudar a cidade, um prédio de cada vez.

⁷⁶www.movimentoum.com.br.



Figura 2.13. Plantas do primeiro empreendimento do grupo paulista Movimento Um: edifício Aimberê, projeto do escritório Andrade Morettin.

Fonte: www.movimentoum.com.br.

Percebe-se que o manifesto trata dos interesses de todos os agentes envolvidos na produção do edifício de apartamentos, mostrando que é possível, ao menos no discurso, realizar um empreendimento lucrativo e oferecer mais qualidade para os moradores (e para a cidade). As vantagens oferecidas pelos edifícios do grupo se apresentam em vários níveis: urbano, arquitetônico, construtivo, econômico, etc. Em relação especificamente à unidade privada, a distinção desses para os demais empreendimentos que oferecem mais de uma opção de planta é a variação na dimensão total e na distribuição dos espaços. Esses são organizados de maneira a configurar ora apartamentos com a clássica tripartição de setores funcionais, ora com o mínimo de partições possível, configurando os chamados *lofts*⁷⁷ (Figura 2.13). Outro ponto que vale chamar atenção é a valorização do arquiteto e sua efetiva participação em todas as fases de materialização do empreendimento - da concepção à construção. É verdade que o custo dessa exclusividade ainda é alto. Por isso a

⁷⁷ Os *lofts* são resultado de uma prática arquitetônica de reconversão de edifícios industriais em habitação, que aparece no contexto de renovação residencial em áreas centrais degradadas (SANT'ANNA, 1998a). Atualmente é referido aos apartamentos que apresentam um espaço único (com exceção de banheiros) e com todos os ambientes programados sem qualquer barreira visual.

necessidade de pensar, dentro do sistema de produção do empreendimento, em novos critérios que ajudem na sua elaboração e que possam atender tanto às construtoras (diminuindo os custos de obra), quanto aos compradores (aumentando a qualidade do apartamento).

No entanto, mesmo que o mercado imobiliário siga oferecendo projetos com flexibilidade limitada, o número de apartamentos customizados que apresentam soluções distintas das várias opções de projetos originais não deixou de aumentar (A.C.CRUIZ, 2008; GRIZ; AMORIM; LOUREIRO, 2010). O discurso de Kaap (2005) pode justificar esse fato. Segundo ela, não existe nenhum axioma que defina o que é funcional para cada tipo de situação particular e sobre como essa funcionalidade se concretiza no espaço. Assim, para cada novo projeto tem-se uma hipótese de funcionamento própria⁷⁸, portanto, mesmo sendo oferecidas várias opções, sempre haverá algum consumidor que apresente um gosto e modo de habitar particular, que demandará, também, organização espacial igualmente particular.

Na tentativa de atender às demandas dos diversos tipos de consumidores, incluindo aqueles com modos de habitar particulares, as construtoras passaram a oferecer a “flexibilidade permitida”(BRANDÃO, 2002) – que permite que o consumidor faça alterações na organização interna, nos acabamentos ou nas instalações, diferente das opções oferecidas originalmente. No contexto recifense, essa customização dos apartamentos ainda na fase de construção do edifício tem sido cada vez mais frequente (A.C.CRUIZ, 2008; AMORIM; GRIZ; LOUREIRO, 2011), principalmente a partir dos anos 1990, quando o Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990) entrou em vigor e estabeleceu normas para as relações de consumo. Dentre outros deveres, o empreendedor fica responsável por cinco anos sobre todas as reformas realizadas no edifício e nos apartamentos. Além disso, os financiamentos passaram a ser feitos diretamente entre cliente e construtora, o que estreitou os laços entre eles e fez aumentar as solicitações e acordos para modificação dos projetos originais (POs) e memoriais descritivos dos apartamentos. Por essa razão, atualmente, as construtoras são responsáveis por toda e qualquer alteração física feita nos apartamentos até que seja

⁷⁸ A autora coloca a solução como “hipótese de funcionamento”, pois segundo ela “o consumidor “regular” raramente provoca modificações no espaço não mediadas por terceiros, que predefinem os usos e antecipam os comportamentos” (KAAP, 2005). Assim, algumas vezes essas hipóteses são aceitas. Outras, não.

concedido o habite-se⁷⁹ do imóvel, ficando sob sua responsabilidade todos os projetos reformados (PRs) solicitados pelos clientes. Como resultado dessa chamada ‘prática da transformação’ (GRIZ, 2009) tem-se o projeto reformado (PR), distinto do projeto original (PO) segundo o arranjo espacial, dimensionamento, com a introdução de componentes programáticos não previstos inicialmente.

Essa prática da transformação populariza um novo mercado de consumo e, conseqüentemente, um novo campo de atuação para o arquiteto: a arquitetura de interiores (também referida como design de interiores). Araujo (2006) discute sobre a importância desse consumo de interiores residenciais – tida como um consumo de luxo, principalmente dentre as elites de Recife⁸⁰. A autora ressalta ainda que esse novo nicho de mercado faz crescer

[...] um estilo de marketing ainda mais ostensivo e relativamente novo no contexto enfocado, representado pelas grandes feiras de decoração e do comércio de produtos correlatos, e ainda, pela oferta de um novo produto imobiliário: as altas torres residenciais, edifícios de apartamentos de luxo, cuja presença tornou-se marcante no cenário dos bairros nobres da cidade. (ARAÚJO, 2006, p. 146).

Como acontece em todo mercado de consumo, o marketing direciona suas estratégias para uma camada da população muito interessada em investir, econômica e simbolicamente, na organização customizada das suas habitações. A simbologia está no fato de que, em alguns casos, muito mais do que a real necessidade de tornar o apartamento mais confortável e adaptado aos estilos de vida particulares, a customização torna possível, não só a inclusão dos consumidores nos padrões sociais prestigiados da elite⁸¹, mas também a oportunidade de exibir tais padrões - o seu bom gosto e estilo de vida - em eventos sociais. Além disso, para as camadas mais altas da sociedade, não basta apenas customizar, é preciso que essa seja intermediada por um profissional competente, que atua como mediador entre os interesses dos clientes e o mercado de arquitetura de interiores. Esse papel do arquiteto neste campo de atuação é definido por Araujo (2006, p. 86), como

[...] “intermediários culturais” (Bourdieu, 1988, p. 88), que operam principalmente um comércio simbólico que envolve valores e competição de poder entre pares sociais, oferecendo a certos setores das elites locais uma ferramenta a mais para negociações de status. [...] mais que pautar os clientes em relação às questões de funcionalidade dos layouts, durabilidade dos objetos adotados e harmonia de suas

⁷⁹ A *certidão do habite-se* é um documento que atesta que o imóvel foi construído seguindo-se as exigências estabelecidas pela prefeitura para a aprovação de projetos.

⁸⁰ Comentada mais detalhadamente na seção 2.2.3.

⁸¹ Conforme discutido no capítulo 1.

residências [...] os dados sugerem que a mediação do profissional toca a esfera pessoal.

Por essa razão, Araujo considera a prestação de serviços do arquiteto, juntamente com as veiculações das ofertas de apartamentos residenciais de alto padrão e os vários meios de divulgação desses produtos, como as três “evidências de um sistema de consumo” (ARAÚJO, 2006, p. 50). Essas são analisadas detalhadamente pela autora com o intuito de desvendar o significado das práticas de ambientação residencial da elite recifense.

É verdade que o foco da pesquisa de Araujo, como o de muitas outras publicações do campo da arquitetura de interiores, não é especificamente o adotado por esta investigação – estudo da organização do espaço doméstico. No entanto, a análise de alguns desses tipos de “evidência” possibilita a identificação de certos padrões no que diz respeito aos gostos, consumos e modos de habitar dessa camada da população.

2.1.3. O apartamento como expressão do modo de habitar (sobre o mercado de arquitetura de interiores)

Como já comentado, a publicidade e o marketing, principalmente com a rapidez de informações proporcionada pelo mundo globalizado, constituem instâncias de significativa relevância na construção e legitimação dos *habitus*, estilos de vida e modos de habitar na contemporaneidade. Além disso, são eles os principais responsáveis em atribuir valor simbólico – que conferem distinção, status etc. – a produtos de naturezas diversas.

Segundo Bourdieu (2008), o status social está associado a campos simbólicos de várias naturezas. Uma pessoa pode ter distinção por suas posses econômicas (de berço ou não), por sua situação profissional ou qualquer outro aspecto legitimado socialmente. Uma dessas maneiras já legitimadas pela sociedade, incluindo a elite recifense, é a escolha por morar em apartamentos customizados por reconhecidos profissionais e que exibam símbolos que identifiquem o morador como pertencendo a um distinto grupo social.

Dentre a elite recifense, Araújo (2006, p. 110) verificou a existência de um grupo que apresenta uma forte tendência à padronização em suas opções de consumo de arquitetura de interiores, traduzidas na chamada estética *clean* - “um racionalismo marcado pela forte impessoalidade”. Segundo a autora, os consumidores comprometidos com as prescrições do

clean buscam uma estética baseada no princípio da racionalidade, da praticidade e do conforto, expressos, dentre outras características, em espaços mais amplos e que adotam, preferencialmente, os meios tecnológicos para produzir tais princípios.

No entanto, relacionar todo e qualquer projeto racional, funcional e prático ao *clean* pode parecer um tanto reducionista. De uma maneira geral, pode-se dizer que essa estética baseia-se no design minimalista, onde o “menos é mais”⁸²! Nesse sentido, no projeto de arquitetura de interiores, o *clean* é geralmente traduzido em ambientes claros, sem muitos móveis, elementos decorativos ou supérfluos. É utilizado apenas o necessário, não importando se o estilo é rústico, colonial ou qualquer outro. Essa estética do *clean*, do prático, do funcional é amplamente divulgada e adotada em várias cidades, além de estar associada a um estilo de vida moderno, ou não-tradicional.

No entanto, a estética do *clean*, que, segundo Araujo (2006), é predominante na elite recifense, não é a única opção de escolha para os interiores residenciais na cidade. Esse é uma opção que nega a maioria das características da estética tradicional, que, no Recife, é marcada

[...] por uma referência historicista e memorialista. [...] A perspectiva do estilo “memorialista” tradicional local é materializada pelo uso de peças de época e menções a certos contextos emblemáticos do Nordeste colonial, tendo como referência a suposta condição de classe das velhas elites canavieiras do Estado (ARAÚJO, 2006, p. 88).

Acrescenta ainda que a lógica da estética tradicional é caracterizada por um adensamento na organização do espaço e um certo ecletismo, principalmente em relação aos objetos expostos que misturam peças de arte contemporânea renomadas e antiguidades originais, atributos “que soam como excessivamente decorativas para os consumidores do *clean*” (ARAÚJO, 2006, p.221).

Vale novamente ressaltar que essas descrições são, fundamentalmente, sobre maneiras de decorar a habitação, justificando a ênfase no tipo, na quantidade e no estilo de determinado mobiliário ou peça de decoração - se historicista, moderno ou eclético. No entanto, mesmo não sendo o foco da presente investigação, alguns princípios das duas correntes descritas por Araujo (2006) apresentam certos traços que caracterizam, também, a organização espacial da habitação. O *clean* é caracterizado, principalmente, pela utilização de pouco

⁸²Frase adotada pelo arquiteto modernista Ludwig Mies van der Rohe como o preceito do design minimalista.

mobiliário (expresso no layout dos projetos) e pela fluidez dos espaços proporcionada pela integração de ambientes, seja através de uma maior acessibilidade, seja de uma maior visibilidade; o tradicional, de maneira inversa, é caracterizado pelo adensamento de móveis e outros objetos (seja qual for o estilo) e por uma maior compartimentação dos espaços.

Independente do estilo adotado, a legitimação dos símbolos expressos no projeto de arquitetura de interiores é feita, dentre outras maneiras, através de publicações da área, eventos promocionais de empreendimentos imobiliários, de lojas de decoração etc. Através dessas mídias, a adoção de certas características – limpo, prático, funcional etc. – e de certos termos – o próprio *clean*, o *home theater* e *home office* etc. – passam a ser disseminados entre os consumidores como atributos que conferem, dentre outros fatores, um alto status social para quem os incorpora na organização da habitação e no vocabulário, respectivamente. Ou seja, às mídias voltadas para o projeto de arquitetura de interiores – revistas, eventos de lojas de decoração ou não, como a Casa Cor, por exemplo – sempre buscam associar determinados estilos de decoração e de customização dos espaços a determinados estilos de vida, modos de habitar, fases da vida ou a certos tipos de estruturas familiares.

No site da editora Abril, na seção [casa.com.br](http://casa.abril.com.br) que reúne artigos publicados em diversas revistas dedicadas à decoração e organização espacial de habitações⁸³, é descrita uma reforma de apartamento cujo objetivo era organizar os espaços para melhor acomodar um novo membro na família (Figura 2.14). No entanto, várias outras alterações são introduzidas, como o próprio texto destaca.

A grande mudança aconteceu na ala íntima, que antes contava com dois quartos e dois banheiros. “Derrubando algumas paredes e levantando outras, consegui remanejar todo o layout dessa parte do apartamento”, diz a arquiteta. “Apesar de ter perdido meu closet para ampliar o espaço de Giulia, minha suíte ficou maior, com área suficiente para acomodar várias portas de armário.” [...] Na reforma, o quarto cresceu 70 cm e ganhou um canto de leitura, com poltrona e mesa marroquina de Esther Giobbi. [...] Outro lucro dessa reforma foi o banheiro do casal, transformado numa gostosa sala de banho com direito a pia e chuveiro duplos. Para o casal desfrutar da companhia um do outro, o banheiro ganhou duas pias e duas duchas. [...] Com o remanejamento da ala íntima, surgiram novos ambientes. É o caso do quarto de brinquedos, que fica entre as duas suítes, e do pequeno escritório. Esse último só foi possível ao invadir parte do jardim e da sala⁸⁴.

⁸³ <http://casa.abril.com.br/materia/apartamento-de-180-m2-pronto-para-a-chegada-do-bebe#13>.

⁸⁴ Disponível em: <<http://casa.abril.com.br/materia/apartamento-de-180-m2-pronto-para-a-chegada-do-bebe#13>>. Acesso em: 28 out. 2011.

Percebe-se que, além de solucionar a principal demanda que motivou a reforma, o projeto ressalta características que simbolizam determinado modo de habitar. São eles: suíte com amplo espaço para abrigar vários usos - como o canto para leitura, que, neste caso, parece ilustrar uma “estratégia de blefe cultural” (BOURDIEU, 2008) - e cujo banheiro também seja capaz de oferecer pia e ducha para cada membro do casal (organização espacial que valoriza a privacidade, o lazer e a intimidade conjugal⁸⁵); permanência do isolamento dos ambientes de serviço; introdução de ambientes alternativos, como o quarto de brinquedos e o *home office*.



Figura 2.14. Reforma de apartamento para melhor acomodar um novo membro na família.

Fonte: <http://casa.abril.com.br/materia/apartamento-de-180-m2-pronto-para-a-chegada-do-bebe#13>

Dentre os ambientes alternativos, os mais destacados nas diversas mídias são aqueles que remetem à modernidade mais recente, que são pensados para abrigar equipamentos tecnológicos de última geração (REQUENA, 2007), como a cozinha *gourmet*⁸⁶, o *home office* e o *home theater*. A valorização desses equipamentos no ambiente doméstico, que pode ser entendido como o culto ao novo (BAUMAN, 2001), é um dos principais achados da pesquisa de Araujo (2006). Essa valorização pode ser percebida à medida que um dos ambientes domésticos recebe o nome do próprio aparato tecnológico: o *home theater*. Essa constatação de uma realidade contemporânea confirma algumas ideias discutidas por Rapoport há duas décadas: “Diferenças ‘modernizadoras’ sempre envolvem aumento (e especialização) de *settings* e consequentemente, na distribuição das atividades. Essas mudanças decorrem de mudanças no estilo de vida” (RAPOPORT, 1997, p. 16, tradução nossa). Ou seja, segundo ele, os artefatos tecnológicos, como o atual aparelho *home theater* (que, em certa medida e em determinadas habitações, pode ser associada à sala de TV), sempre causam aumento e especialização das atividades e, consequentemente, dos espaços. O cômodo que leva o mesmo nome do artefato, e que atualmente é um consumo de luxo, parece ter se tornado

⁸⁵ Tema discutido na seção 2.2.1.

⁸⁶ Comentada a seguir.

necessidade para as camadas mais altas da sociedade. Isso é evidenciado à medida que ele recebe destaque em vários projetos, mesmo aqueles com áreas bastante reduzidas.

A Figura 2.15 mostra um apartamento de aproximadamente 50m², onde os moradores (ou o responsável pelo projeto ou pela publicação), mesmo dispondo de apenas um cômodo no setor social, fizeram questão de denominá-lo *home theater* (ainda que ele também apresente a função de sala de estar), destacando, ainda, todos os equipamentos de última geração ali utilizados.

A família começou a usufruir do lugar após uma reforma de 45 dias, que alterou algumas paredes, ampliou a cozinha e fez da sala um *home theater*. [...] A sensação de amplitude vem dos espelhos verticais que emolduram a TV, fixada em um painel de gesso acartonado coberto de papel de parede. [...] o rack é de laca preta brilhante. Abriga o *receiver* do *home theater*, o aparelho de *blu-ray*, o conversor de TV a cabo e o roteador - e ainda tem um nicho para o *subwoofer* (caixa de som de alta potência).⁸⁷



Figura 2.15. Reforma que no lugar da 'sala' oferece um 'home theater'.

Fonte: <http://casa.abril.com.br/materias/reformas/reforma-45-dias-altera-cozinha-sala-apartamento-santos-sp-642757.shtml#1>

O *home theater* também é destaque no projeto de reforma de um apartamento de um casal que vive com um filho pequeno, além de uma empregada doméstica. Diferente de muitos projetos, esse ambiente está localizado no setor íntimo, que juntamente com os demais cômodos do setor, são estrategicamente isolados por portas de correr (Figura 2.16). Essas, como o próprio texto ressalta, integram e isolam os espaços, dependendo da conveniência dos moradores.

Fechadas, elas isolam as áreas e dão privacidade. Mas basta abri-las para integrar tudo e receber bem os amigos. [...] A cozinha cresceu 30cm em direção ao quarto de empregada e permitiu criar a bancada em U. Voltada para o *living*, a área do fogão promove o convívio entre o cozinheiro e os convidados. O banheiro dividido abriu espaço para o lavabo. Já o corredor, sem paredes, foi incorporado ao *home theater*.⁸⁸

⁸⁷ Disponível em: <<http://casa.abril.com.br/materias/reformas/reforma-45-dias-altera-cozinha-sala-apartamento-santos-sp-642757.shtml#1>>. Acesso em: 28 out. 2011

⁸⁸ Disponível em: <<http://casa.abril.com.br/materias/apartamentos/portas-integram-isolam-espacos-sao-destaques-apartamento-622477.shtml#5>>. Acesso em: 26 out. 2011.



Figura 2.16. Reforma que oferece home theater no setor íntimo e que integra sala e cozinha.

Fonte: <http://casa.abril.com.br/materias/apartamentos/portas-integram-isolam-espacos-sao-destaques-apartamento-622477.shtml#5>

Esse é um exemplo de reforma que mostra a valorização tanto da parte íntima – ao propor espaços de convívio familiar e não somente os individuais, quanto da social da habitação. Essa última se expressa pela valorização da atividade de receber visitas, uma das principais funções do setor social, que é também estendida à cozinha. Essa última passa a se integrar com a sala adquirindo características que a tornam a chamada ‘cozinha *gourmet*’, ressaltando a atividade de cozinhar para os amigos, que passou a ser tendência dentre certa parcela da população.

A cozinha *gourmet* é um conceito que surgiu pela mudança de significado, de valor e, portanto, de status, da atividade de cozinhar, e é amplamente divulgada em várias publicações, propagandas e eventos da área. Sendo uma renovação da chamada ‘cozinha americana’⁸⁹, esse tipo de cozinha é caracterizado pela sua integração com as áreas sociais da habitação, como a sala de estar e jantar, que, segundo propaganda de uma loja de eletrodomésticos⁹⁰, faz surgir um “novo conceito, mais centrado no contemporâneo, aliando conforto e, claro, produtos diferenciados”. Muitos desses produtos diferenciados que distinguem as cozinhas *gourmet* – *cooktops*⁹¹, fornos de microondas etc. -, aliados a outras soluções igualmente surgidas com a disseminação do mercado de arquitetura de interiores,

⁸⁹ Ambiente concebido no contexto da família americana, onde as atividades domésticas eram desenvolvidas, em parte e na classe média, pela esposa. Portanto, o termo ‘americana’ precede a contemporânea cozinha *gourmet*.

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.magazineluiza.com.br/Portaldalu/verConteudo.asp?id=7579>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

⁹¹ Denominação anglicanizada, mas da moda, dada aos fogões de mesa.

solucionam problemas de organização espacial em cozinhas com áreas reduzidas – outra tendência em apartamentos pequenos. Segundo o site da revista abril⁹²,

[...] por causa da metragem diminuta, restou à marcenaria fazer bom uso de cada cantinho. O ambiente conta com práticos gavetões sob a pia e o *cooktop*, garrafeira lateral, gabinete sob o balcão, armário suspenso e outro, alto, na parede oposta à da bancada.

Ou seja, o mercado imobiliário, por um lado, passou a oferecer apartamentos com áreas reduzidas (tendência mundial) e, por outro, fez surgir um nicho de mercado voltado para o planejamento de móveis sob medida - ou um mercado que propõe, em muitos casos, “estratégias de blefe cultural” (BOURDIEU, 2008), que otimizem o exíguo espaço disponível. Nas soluções projetuais, geralmente são utilizados eletrodomésticos compactos e soluções “versáteis” para a atividade de cozinhar e armazenar alimentos, que, em muitos casos, fica relegada a uma diminuta parcela de área do apartamento.

Mas essas publicações não associam apenas determinadas atividades e características espaciais ao contemporâneo modo de habitar. Algumas delas também sugerem que existe uma maneira ideal para certos tipos de arranjos familiares. Os apartamentos para pessoas que vivem sós (os *singles*), sejam elas jovens, idosos, divorciados etc., são geralmente ilustrados através de reformas que lhes confere algumas características de *lofts* (Figura 2.17).

APARTAMENTO BEM MASCULINO PARA UM SOLTEIRO

A compartimentação excessiva do apartamento ficou só no papel. “Para que tantos dormitórios se eu ia morar sozinho?”, pergunta o proprietário, que preferiu abrir tudo e dispor de mais espaço para receber os amigos. [...] tanto as paredes quanto os revestimentos padrão foram dispensados para facilitar a personalização. O lavabo, mantido no centro, é a única barreira entre os ambientes. “Ele separa as alas social e íntima” [...] Da cozinha repleta de armários ao quarto com ofurô e closet, todos os lugares são bem aproveitados.⁹³

⁹² Disponível em: <<http://casa.abril.com.br/materias/apartamentos/apartamento-compacto-47-m-ganhou-reforma-economica-643002.shtml#12>>. Acesso em: 26 out. 2011.

⁹³ Disponível em: <<http://casa.abril.com.br/materias/apartamentos/horizonte-aberto-duplex-bem-masculino-solteiro-630061.shtml#3>>. Acesso em: 28 out. 2011



Figura 2.17. Reforma de apartamento para “homem solteiro”.

Fonte: <http://casa.abril.com.br/materias/apartamentos/horizonte-aberto-duplex-bem-masculino-solteiro-630061.shtml#3>

Esse tipo de publicação tenta divulgar um modo de habitar que se expressa na flexibilidade e informalidade dos espaços, sugerindo um estilo de vida caracterizado por novas formas de comportamento, principalmente no que se refere à relação entre os usuários (habitantes/visitantes e habitantes/empregados). A fluidez e pouca compartimentação dos espaços aumenta a possibilidade do visitante interagir com outros usuários em ambientes tradicionalmente destinados aos serviços (como a cozinha, por exemplo) e às atividades privadas (setor íntimo da habitação).

Os exemplos ilustrados nessa seção evidenciam uma tendência, já verificada por Costa Filho (2005)⁹⁴, em valorizar as áreas sociais (incluindo a cozinha *gourmet*) e os dormitórios (principalmente a suíte do casal), mesmo que apresentem características espaciais distintas. Os projetos das Figuras 2.16 e 2.17 mostram algumas características que poderiam enquadrá-los na estética *clean*, como a economia no uso de mobiliário e a fluidez dos espaços, aumentando a acessibilidade e a visibilidade entre os espaços, incluindo, também, os ambientes como a área e o quarto de serviço. Já a reforma da Figura 2.14 resulta num projeto cujas características poderiam ser classificadas como sendo da estética tradicional descrita por Araujo (2006): o *layout* evidencia uma maior utilização de móveis, bem como a

⁹⁴ O autor verifica que os ambientes que recebem mais atenção, tanto por parte das publicações e dos arquitetos, quanto dos moradores, são os de receber e os de maior permanência da família (os dormitórios).

organização espacial é mais compartimentada, havendo, assim, um maior controle de acesso e visão entre os setores, principalmente, entre o social e o serviço.

Nesse sentido, a ênfase dada aos ambientes sociais (que, em alguns casos, se estende à cozinha) e à suíte principal parece ser uma característica marcante de projetos de habitações dessa camada da sociedade. No entanto, para tentar associar as características expressas na organização espacial dos apartamentos com determinados valores, padrões de comportamento e modos de habitar é necessário analisar os atributos sociais que estão na base da instituição familiar, como é visto na seção a seguir.

2.2. A família contemporânea

Como bem ressaltado por Rêgo (2005), a instituição familiar é um “fato inconteste” em todos os tempos e culturas, independente da sua estrutura física, social e cultural. Por essa razão, os estudos sobre a família existem sob os mais variados campos de conhecimento (sociologia, antropologia, psicologia, economia, biologia etc.) e sob os mais variados enfoques (evolução histórica, classificação de tipos familiares etc.). Nesta investigação, o tema família é abordado com o intuito de identificar algumas características dos variados arranjos familiares contemporâneos – seus valores, padrões de comportamento etc. - e verificar como eles definem um certo modo de habitar que, conseqüentemente, repercutem na organização do espaço doméstico.

Como discutido no capítulo 1, à medida que se altera a estrutura de valores culturais de uma sociedade, de uma determinada família, muda-se também a maneira de organizar os espaços que conformam a habitação. Nesse sentido, primeiro é feita uma análise histórica da evolução da família ocidental, do nascimento da modernidade até a contemporaneidade, já que a análise das mudanças na estrutura da família, reflexo de alterações sociais e demográficas verificadas ao longo do século XX e, mais intensamente, as alterações demográficas nas últimas décadas, são essenciais para compreender como esses fatores repercutem na organização do espaço doméstico.

2.2.1. A família como objeto histórico (sobre a evolução da família ocidental até a contemporaneidade)

O ponto de partida é a emergência da família nuclear burguesa (século XVIII, juntamente com o nascimento da modernidade). O ponto de chegada, a caracterização da família na contemporaneidade. Orientada por um enfoque histórico, essa revisão bibliográfica busca relacionar alguns fenômenos sociais, como a industrialização, o processo de urbanização e as consequências advindas desses fenômenos socioeconômicos, e suas influências nos processos de mudança dentro do âmbito familiar.

A delimitação temporal se baseia nos argumentos de Sant'anna (1998a) e Lino (2009). Ambos sugerem que com a emergência da burguesia, um novo tipo de comportamento, relações sociais e, conseqüentemente, de família emerge na cultura ocidental, dando forma ao estilo de vida burguês, típico da classe dominante da época. Como argumenta Sant'anna, juntamente com esse estilo vida, surge uma nova concepção de habitar – o moderno – associado principalmente “às inéditas exigências de privacidade, próprias do modelo familiar burguês, que exigem compartimentação e hierarquização” (SANT'ANNA, 1998a, p. 9). Além disso, como descreve Lino (2009),

[...] o advento da burguesia acaba por fortalecer a célula familiar como unidade de afeto uma vez que acredita ser a família responsável por garantir aos membros um ambiente de ordem e estabilidade. Vê-se, com isso, não somente a privatização da família, mas também a oposição ao mundo que, por ser público, tornou-se instável.

Bruschini (1990, p. 38) também enfatiza não somente a privatização da instituição familiar, mas também a passagem das funções socializadoras para o âmbito restrito do “lar burguês”, como alguns dos mecanismos para a constituição da família moderna. Nesse sentido, esse novo estilo de vida consolida a valorização do convívio familiar, da vida privada, fazendo surgir novas concepções sobre privacidade e intimidade, que têm reflexo direto na maneira de organizar a habitação⁹⁵. Esse tipo familiar é comumente denominado como ‘família nuclear’, que, como visto, é um tipo de arranjo formado basicamente por pai, mãe e filhos.

Sant'anna (1998a), baseada em Vaitsman (1994), faz um interessante estudo, onde ela ressaltar os elementos que caracterizam essa família moderna burguesa: (a) ela passa a ser privada - livre das interferências direta do Estado no âmbito privado; (b) ela separa o lugar da família – de domínio feminino – e o lugar do trabalho - de domínio masculino, conferindo

⁹⁵ Conforme descrito na comparação entre o sobrado e a casa moderna.

a este modelo familiar um forte traço hierárquico (baseado no gênero); (c) ela muda a atitude em relação à afetividade, onde o casamento moderno passa a ser fundado no amor romântico⁹⁶. Ariés (1981) acrescenta, ainda, outra característica típica desse grupo familiar: a nova postura dos pais em relação à criança, com a introdução de novas formas de intimidade, principalmente entre a mãe e filhos. Sobre essa nova postura materna, Roudinesco (2003, p. 48) ainda acrescenta que

[...] o filho passou a ser visto, no seio da família burguesa, como um investimento na transmissão do patrimônio e como um ser desejado [...] Essa mutação [...] explica também a revolução demográfica do século XIX: foi porque a família se alicerçou em torno da criança, porque o casal se sentiu, em cada um de seus atos, responsável pelo futuro da criança, que 'veio' a planejar os nascimentos.

Esses seriam os elementos estruturantes do grupo familiar burguês, cuja composição pode ser nuclear ou não (incorporando outros agregados ao lar). É verdade que o processo de nuclearização da família também é iniciado nesse período. No entanto, como sugere Sant'anna (1998a), as famílias nucleares não são necessariamente modernas. Por essa razão ela designa a família típica do estilo de vida burguês como família conjugal moderna.

A família conjugal moderna é o tipo familiar que caracteriza as sociedades ocidentais do século XVIII e XIX (SANT'ANNA, 1998a). Contudo, a autora sugere que esse modelo não pode ser transportado para o contexto brasileiro do século XVIII, que ainda era marcadamente rural, havendo, assim, “uma defasagem entre o modelo europeu e a prática brasileira” (SANT'ANNA, 1998a, p. 61), uma vez que “as elites brasileiras ainda não tinham rompido com os elementos tradicionais de ordem escravocrata que envolviam prestígio, honra e poder”. É somente no final do século XIX e início do século XX, juntamente com o processo de urbanização, que o ideário burguês passa a figurar dentre as elites brasileiras, ainda que com algumas heranças do tradicional modelo patriarcal.

Apesar de alguns autores (CORRÊA, 1982; GOLDANI, 1993) ressaltarem que a família patriarcal não era o único tipo de arranjo familiar existente na sociedade brasileira, e sim, maioria apenas dentre as classes dominantes, ela era tida como o típico modelo familiar brasileiro até final do século XIX (FREYRE, 1933). Segundo Scott (2003), o patriarcalismo é um termo que sintetiza a articulação entre três hierarquias diferentes de poder - gênero, geração e classe, sendo, assim, o retrato da desigualdade (nesse caso, de relações entre os

⁹⁶ Sant'anna (1998a) destaca que a origem do amor romântico não é criação da modernidade. No entanto, na Idade Média, ele parece ter aparecido fora das uniões legítimas.

membros da família). Assim como a família conjugal moderna europeia, a figura do pai, o chefe da família patriarcal, é a que prevalece e a que dita as regras de comportamento dos demais membros familiares, enquanto que o papel da mãe limitava-se aos afazeres domésticos e cuidado com os filhos.

A perda progressiva desse traço hierárquico da família conjugal moderna é justamente o começo do fim desse tipo familiar. A partir dos anos 1950, inicia-se um novo processo de industrialização que impulsionou ainda mais a urbanização das cidades brasileiras. São verificadas mudanças profundas em todos os campos temáticos, que, como sugere Petrini (2005, p.20-21),

[...] dizem respeito à atividade produtiva e à organização do trabalho, aos processos educativos e de comunicação, até a socialização das novas gerações, ao universo de valores e critérios que orientam a conduta no cotidiano [...] e repercutem significativamente na vida familiar, desde a concepção de masculinidade e feminilidade e a forma de compreender a sexualidade e a relação entre os sexos, até a maternidade e a paternidade, a relação entre as gerações.

Esses processos trouxeram consigo profundas mudanças sociais, dentre elas a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, o que enfraqueceu a dicotomia das esferas público e privada, definida segundo o gênero, e redefiniu os papéis⁹⁷ e a distribuição interna de poder na família. A tradicional dominação paterna passa a ser substituída por uma “partilha consentida que respeita o lugar de cada um dos parceiros ligados pela instituição matrimonial” (ROUDINESCO, 2003, p. 49). Começa a surgir, então, uma família caracterizada por uma relativa igualdade de gêneros e responsabilidades mútuas. Para denominar esse novo tipo familiar, alguns autores (FIGUEIRA, 1987; GARCIA, 2003) utilizam a expressão ‘família igualitária’, contrapondo-a à ‘família hierárquica’, ‘assimétrica’ ou ‘ritualizada’ (BRUSCHINI, 1990). Segundo Figueira (1987), enquanto a segunda define papéis e status de acordo com a posição, sexo e idade de seus membros, na família igualitária - cujo significado é semelhante ao conceito de ‘família democrática’, de Giddens (2000), ou ‘família simétrica’, de Bruschini (1990) - homem e mulher são tidos como indivíduos semelhantes, que se distinguem um do outro por suas diferenças pessoais, e não sexuais. Roudinesco (2003, p. 72) refere-se a esse tipo de família como contemporânea e sugere que ela “se assemelha a

⁹⁷ Segundo Both (1976, p. 29) “o termo papel [...] não é usado para indicar todo o comportamento que ocorre entre as pessoas, mas significa um comportamento que se espera de qualquer indivíduo que ocupe uma posição social particular”.

uma tribo insólita, a uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado”.

Além desse tipo familiar, Roudinesco (2003) também descreve outros dois tipos, ao fazer uma interessante análise de toda essa trajetória na evolução da família ocidental. A autora começa o estudo num período anterior à família burguesa, e associa três grandes períodos a três tipos de família: a “tradicional”, a “moderna” e a “contemporânea” (ou pós-moderna). O primeiro período é anterior à família conjugal moderna, onde a família “tradicional” é inteiramente submetida a uma autoridade masculina, os casamentos são arranjados e a vida sexual e afetiva dos futuros esposos não são levadas em conta. O segundo período começa com a família burguesa, ou a família dita “moderna”, fundada no amor romântico e numa maior divisão das tarefas entre os cônjuges, onde a atribuição da autoridade começa a ser dividida entre os pais e as mães. Já o terceiro período (que dura até a atualidade), segundo a autora, começa a partir dos anos 1960 e “une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual” (ROUDINESCO, 2003). A partir desse período, com o crescente número de divórcios, separações e recomposições conjugais, a autoridade dentro do núcleo familiar se torna cada vez mais problemática, alterando definitivamente os papéis sociais de cada membro familiar, que, antes, eram claramente definidos.

Abordar o tema da família tentando classificá-la em grupos, temporais ou não, com características relativamente homogêneas não é exclusividade de Roudinesco. Velho (1981), argumenta que, no Brasil, por ser uma sociedade na qual a hierarquia exerce papel crucial, o pertencimento a uma família específica é um elemento fundamental no sistema de classificação dos investigadores brasileiros. Na verdade, a tentativa de dividir a sociedade em grupos, com padrões e regras sobre atributos difíceis de ser padronizados e classificados, como as características de um indivíduo, é um fenômeno mundial que surgiu no campo das ciências sociais principalmente a partir do século XX. A dificuldade, principalmente na contemporaneidade, com a atual velocidade dos avanços tecnológicos que disseminam comportamentos e culturas praticamente em tempo real, resulta da pluralidade das características que uma pessoa pode ter: há quem seja conservador em relação à religião, revolucionário no campo político e liberal no que diz respeito às atitudes com os cônjuges e filhos. As pessoas não são tão facilmente “classificáveis”, como qualquer objeto ou produto.

No entanto, esse tipo de abordagem é verificado em várias pesquisas, como a de Medina (1990) e a de Bruschini (1990). Ambos analisam e classificam as famílias (o primeiro, ao longo do século XX; a segunda, as relações familiares e distribuição de papéis em famílias urbanas de classe média de São Paulo) e apontam para dois modelos familiares antagônicos.

[...] o primeiro [...] o tradicional tem raízes no passado distante e ainda é presente. O segundo [...] de transição, resulta das intensas transformações por que passou a sociedade brasileira nos últimos 60 anos, em sua passagem de uma sociedade de bases rurais para outra de bases industriais (MEDINA, 1990, p. 13).

Na realidade, Medina sintetizou os acontecimentos de cunho social, político e cultural e sistematizou como esses repercutiam nas relações familiares. O modelo tradicional descrito por ele (Figura 2.18) apresenta características que se assemelham ao da família conjugal moderna, de Sant'anna (1998a)⁹⁸, da família tradicional, de Roudinesco (2003) e da família simétrica, de Bruschini (1990): segregação dos papéis sociais, tanto entre o masculino e feminino, quanto entre adultos e crianças; autoridade paterna inquestionável, marcada pela subordinação da mulher e dos filhos; a dimensão sexual do casal é voltada principalmente para a reprodução; toda a expressão pública da vida privada era cercada de rituais, como aniversários, noivados, casamentos etc.



Figura 2.18. Esquema do modelo tradicional.
Figura do autor, baseado em Medina, 1990.

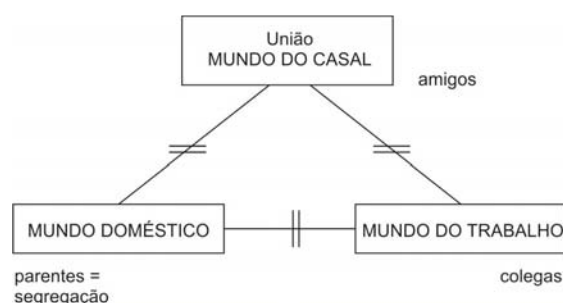


Figura 2.19 Esquema do modelo de transição.
Figura do autor, baseado em Medina, 1990.

As características do modelo de transição também já foram parcialmente destacadas anteriormente⁹⁹. Segundo Medina (1990), a principal distinção desse modelo é a alteração da posição social da mulher e, conseqüentemente, do homem. Muitas das demais características são decorrências desse fato. O casamento, por exemplo, é fundado em base de uma relação afetiva, passando a ser uma questão exclusiva do casal. Nesse sentido, como mostra a Figura 2.19, tem-se o mundo do casal, que não existia no modelo anterior, o mundo doméstico e o mundo do trabalho. Com a criação do mundo do casal, nasce, por um

⁹⁸ Com exceção da adoção do 'amor romântico', que, segundo Santana, funda o casamento moderno.

⁹⁹ As famílias referidas como democrática, assimétrica, igualitária.

lado, a valorização da vida sexual, e, por outro, já que o casamento não é voltado para a procriação, o planejamento da chegada dos filhos. Além disso, por ser baseado no afeto, a união pode ser rompida, e aceita socialmente, sempre e quando o afeto acabar. Já os mundos doméstico e do trabalho, que eram diferenciados pelos gêneros, são de responsabilidades tanto do homem quanto da mulher, “os dois serão responsáveis pela casa e pela educação dos filhos e todos deverão ir à luta para conseguir o sustento” (MEDINA, 1990, p. 20).

Percebe-se que esse modelo vai na mesma direção da família referida como igualitária (FIGUEIRA, 1987; GARCIA, 2003), democrática (GIDDENS, 2000) ou contemporânea (SANT'ANNA, 1998a). Todas elas são marcadas por características como a flexibilização dos papéis sociais, o avanço do individualismo, o reconhecimento da infância como fase importante da vida, a valorização da intimidade conjugal e a instabilidade das relações afetivas.

No entanto, mesmo com a emergência de modelos familiares com essas características, Medina (1990) ressalta que essa igualdade é um dos objetivos do modelo, que nem sempre é verificada na realidade. Além disso, ao contrário da classificação feita por Sant'anna (1998a) e Roudinesco (2003), que associam esse modelo a famílias de uma determinada época, Medina (1990), Bruschini (1990) e outros autores (FILGUEIRAS, 2009; VAISTMAN, 1997) sugerem que, ainda hoje, o modelo tradicional persiste, coexistindo com o de transição (e tantos outros), apesar de suas características serem atenuadas em função da circulação de ideias de comportamentos sociais mais flexíveis. Como sugere Bruschini (1990, p. 28), “não podemos nos libertar de tudo o que é tradicional em nossas vidas, sob pena de perdermos com isto toda nossa segurança”.

Na verdade, a família na contemporaneidade não é única, ou pelo menos, não caracteriza um tipo específico de família, com valores e composição mais homogêneos. Como sugere Petrini (2005, p. 29), alguns traços tradicionais são abandonados, mas não se consolidam “novos modelos familiares que tenham uma validade universalmente reconhecida e aceita”. Como bem descreve Sant'anna (1998b, p. 135-136), a contemporaneidade é marcada pela

[...] diminuição constante de seu tamanho médio, seu processo de nuclearização – ou seja, a família se restringe cada vez mais ao *núcleo* pai/mãe/filhos, sem a incorporação de parentes ou agregados –, a diversificação de sua composição, a emergência e coexistência de uma pluralidade de modelos familiares, distintos do

modelo conjugal. [...] verificam-se o declínio das taxas de nupcialidade, o aumento das uniões livres, bem como o retardamento da idade de casamento e da idade de nascimento do primeiro filho [...] verifica-se ainda uma dissociação entre casamento e maternidade, [...] crescem também os percentuais de divórcios [...] No que diz respeito aos tipos familiares, observam-se o aumento crescente dos arranjos unipessoais e dos *monoparentais femininos*, o decréscimo do arranjo familiar *casal com filhos* e das *famílias extensas* (constituídas pelo núcleo, pai/mãe/filhos e parentes). Em síntese, poder-se-ia falar da emergência de padrões de casamento e de família, plurais, flexíveis e heterogêneos.

Cada vez mais novas estruturas familiares e novos personagens entram em cena: famílias monoparentais (decorrentes de divórcios ou de mães solteiras)¹⁰⁰; famílias reconstituídas (formada através de recasamentos, onde os cônjuges podem ter filhos de casamentos anteriores)¹⁰¹; uniões livre ou consensuais (casais que moram juntos sem formalizar a união); casais sem filhos¹⁰²; famílias unipessoais (os *singles*, divorciados, viúvos etc.); associação de pessoas sem nenhum grau de parentesco¹⁰³; casais homossexuais etc.

Essa diversidade de tipos familiares contemporâneos é demonstrada no último Censo Demográfico Brasileiro (IBGE, 2010a). Nesse documento, os formatos familiares, referidos como unidades domésticas¹⁰⁴, são classificados da seguinte maneira:

- (1) Unipessoal (12,18%) – constituída por uma pessoa que mora sozinha;
- (2) Nuclear (66,28%) – constituída por: um casal; um casal com um ou mais filhos ou enteados; uma pessoa um ou mais filhos; pessoa responsável com o pai ou a mãe; pessoa responsável com o pai ou a mãe ou um irmão ou irmã;
- (3) Estendida (19,08%) – constituída pela pessoa responsável pelo domicílio e pelo menos um parente (sem ser nenhum dos descritos como nuclear);
- (4) Composta (2,46%) – constituída pela pessoa responsável pelo domicílio, com ou sem parentes e com pelo menos uma pessoa sem parentesco (dentre eles, o empregado doméstico).

¹⁰⁰ Segundo Hintz (2001) e Tramontano (1993), a maioria de famílias desse tipo é formada por mães e filhos.

¹⁰¹ Geralmente caracterizada como frágeis ou instáveis, devido aos diferentes deveres e direitos atribuídos por filhos de pais diferente (HINTZ, 2001)

¹⁰² Consequência de uma maior valorização da satisfação pessoal, da ascensão profissional e financeira, não tendo espaço para a chegada de filho (HINTZ, 2001).

¹⁰³ Segundo Hintz (2001), as pessoas nessas associações escolhem uma rede de parentesco baseada na amizade.

¹⁰⁴ “Unidade doméstica é a denominação que se dá ao conjunto de pessoas que vivem em um domicílio particular, cuja constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, [...]. Sua formação se dá a partir da relação de parentesco ou convivência com o responsável pela unidade doméstica, [...]. Assim, de acordo com o conceito adotado, todas as pessoas que vivem em um domicílio fazem parte da mesma unidade doméstica” (IBGE, 2010a).

Percebe-se que essa classificação do tipo nuclear abrange muito mais arranjos do que o que se costuma entender por família nuclear. No entanto, o IBGE também publica um documento que mostra a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2010b), onde os dados sobre alguns arranjos familiares são mais detalhados, como o casal sem filhos, o casal com filhos (a típica família nuclear) e a mulher sem cônjuge com filhos. Apesar do modelo da família nuclear ainda ser estatisticamente dominante, essa proporção vem diminuindo paulatinamente (IBGE, 2007).

Vale ressaltar que essa diversidade de arranjos não é decorrência apenas da multiplicidade nos tipos de composição familiar, mas também nas mudanças no ciclo de vida da família, que deixa de ser desenvolvido de maneira tão linear (RÊGO, 2005; SANT'ANNA, 1998a). A própria instabilidade do casamento, juntamente com o aumento da expectativa de vida, proporcionado pelas novas tecnologias na área da saúde, são fatores que interferem na não-linearidade do ciclo. Os recém divorciados, os jovens que saem de casa antes de constituir família também são exemplos de pessoas que passam por períodos de vida transitórios, que apresentam necessidades temporárias, e, por isso, muitas vezes requerem habitações com características igualmente transitórias, ou flexíveis.

Esses diversos arranjos familiares, que apresentam estilos de vida igualmente variados, coexistem em tempo e lugar. Nesse sentido, verifica-se diferentes posturas em relação ao entendimento da família na contemporaneidade. Por um lado, sociólogos, como Santana (2008), afirmam que não mais há, nem haverá, um modelo predominante e universalmente aceito. Por outro lado, motivam a busca do entendimento da diversidade, a partir de análises das características típicas a certos modelos familiares na contemporaneidade. É o caso das pesquisas que buscam entender como os diversos tipos de famílias vêm sofrendo as consequências do processo de globalização da economia, tratando-a como a principal unidade de consumo da sociedade (BAUMAN, 2001; FREITAS, 2011; LINO, 2009; PETRINI; ALCANTARA; MOREIRA, 2009; ZACARIAS, 2005), como é discutido na seção a seguir.

2.2.2. A família como unidade de consumo

Segundo Rêgo (2005, p. 23), apesar das variadas mudanças sociais ocorridas, sobretudo, no final do século XX, algumas funções familiares essenciais ainda permanecem, como “a

satisfação estável das necessidades sexuais, a geração e criação dos filhos, o compartilhamento de um 'lar', com a satisfação de necessidades materiais, afetivas e culturais". No entanto, a família contemporânea, ou os vários tipos de famílias na contemporaneidade, vem sofrendo as consequências do processo de globalização da economia. Isso acontece principalmente porque as transformações econômicas, apesar de não serem as únicas causas de alterações nos padrões de valores sociais, contribuem decisivamente para as mudanças estruturais da sociedade e, conseqüentemente, das famílias (LINO, 2009; RÊGO, 2005). Por essa razão, muitos autores, baseados nos argumentos de teorias que abordam as relações de consumo¹⁰⁵ passaram a descrever a família contemporânea como uma micro-unidade de consumo, buscando analisar a influência da sociedade e do mercado na construção de valores e estilos de vida individuais (FREITAS, 2011; LINO, 2009; PETRINI; ALCANTARA; MOREIRA, 2009; SINGLY, 2007; ZACARIAS, 2005).

Como comentado, o que rege a sociedade contemporânea é o consumo desenfreado, o individualismo e a busca por distinção e status. Lino (2009) descreve que

[...] vive-se, com isso, a lógica da satisfação instantânea e a cultura da sociedade de consumo desenfreado, do individualismo, do esquecimento e da inquietação. Essas mudanças de comportamento e de regras construídas e reproduzidas através das relações sociais tendem a repercutir diretamente sobre a família

O ato de consumir, visto como um ritual que se tornou o foco central da vida social, é a principal forma de construção da individualidade (BAUMAN, 2001). Na sociedade contemporânea, a família, antes vivida através de papéis pré-estabelecidos, passa a ser pensada como parte de um projeto em que a individualidade prevalece e adquire cada vez mais importância social e implicações nas relações familiares. Esse individualismo contemporâneo também está em constante contradição com o desejo de obter status, já que os produtos e bens que simbolizam tal distinção precisam de legitimação social e, portanto, de uma certa uniformização (FREITAS, 2011; LINO, 2009; PETRINI; ALCANTARA; MOREIRA, 2009; SINGLY, 2007; ZACARIAS, 2005). Zacarias (2005) discute essa contradição argumentando que, por um lado, existe um apelo social que faz nascer o desejo de individualização, mas, por outro lado, para o indivíduo ter distinção é preciso que ele seja visto e reconhecido como sujeito que pertence a um determinado grupo, que, por sua vez, apresenta características uniformes. Nesse sentido, conforme argumenta Freitas (2011), é

¹⁰⁵ Discutidos no capítulo 1.

exatamente na cultura da sociedade em que se vive que são construídas os estilo de vida individuais¹⁰⁶.

Singly (2007) também discute esse caráter contraditório através da análise dos vários tipos de famílias na França. O autor destaca algumas características: a família contemporânea é relacional, privada e pública ao mesmo tempo, individualista e precisa de horizonte intergeracional. O caráter relacional, segundo o autor, deve-se ao fato de que seus membros buscam reconhecimento através do olhar dos outros. A dualidade privada e pública é destacada pelo autor já que cada vez mais a família busca proporcionar a individualidade de seus membros, mas, ao mesmo tempo, sofre intervenção do meio exterior sobre como devem ser os padrões de consumo, comportamentos e relações familiares.

Segundo Freire Filho (2003), esses padrões de consumo e comportamento, juntamente com qualquer outro tipo de expressão cultural submetido a julgamento de gosto, são avaliados como principais indicadores da personalidade e da individualidade de uma pessoa e podem ser resumidos no termo estilo de vida. O significado de estilo de vida remete inevitavelmente ao caráter particular e pessoal de cada família. No entanto, o autor também compartilha do caráter relacional de Singly à medida em sugere que essa individualidade é fruto de escolhas moldadas em estruturas coletivas mais amplas.

Em linhas gerais, o estilo de vida reflete a sensibilidade (ou a “atitude”) revelada pelo indivíduo na escolha de certas mercadorias e certos padrões de consumo e na articulação desses recursos culturais como modo de expressão pessoal e distinção social. Nesse sentido, o termo encerra uma dimensão antropológica, sinalizando que nossa “individualidade” e nossa identidade são moldadas dentro de escolhas e estruturas coletivas mais amplas (FREIRE FILHO, 2003, p. 73).

Mesmo não tendo o mesmo enfoque que Singly (2007) e de Freire Filho (2003), Petrini, Alcantara e Moreira (2009) abordam o caráter público x privado da família. Segundo eles, o dinamismo das relações sociais e a velocidade com que se alteram valores faz com que a família contemporânea tenha que conviver com certa fluidez e adquira uma flexibilidade em assumir esses valores, que, na maioria dos casos, são redefinidos por influências externas a ela, como a escola, o ambiente de trabalho e outras instancias formativas e informativas, como a mídia. Como os próprios autores descrevem, “os aspectos objetivos da convivência familiar cedem espaços a aspectos subjetivos, por definição mais instáveis e flutuantes,

¹⁰⁶ Esse argumento está na base da teoria cultural de Douglas (1998), que construiu seu modelo de tendências culturais buscando as razões pelas quais pessoas com gostos e estilos de pensamento particulares, muitas vezes apresentam preferências semelhantes.

decorrentes do dinamismo que as relações familiares assumem no mundo moderno” (PETRINI; ALCANTARA; MOREIRA, 2009, p.4).

Mais uma vez, as várias maneiras divulgadas pelas mídias de “como morar bem”, discutida na seção anterior, podem ilustrar a contradição entre individualização e uniformização. Customizar os apartamentos é uma das formas de proporcionar uma maior individualização tanto do grupo familiar, quanto de seus membros, expresso na organização espacial da habitação. No entanto, para aquelas famílias posicionadas na diagonal positiva – que afirmam o status instituído pela sociedade a qual pertencem (DOUGLAS, 1998) - essa customização não deve se descaracterizar ao ponto de fazer com que elas sejam excluídas do grupo cultural de referência. Ou seja, para ser identificado como membro de um determinado grupo, é preciso ter uma individualidade uniformizada, ou mesmo uma individualidade típica do grupo social a que pertencem.

É por isso que os meios de divulgação de produtos, nos diversos mercados de consumo, são fundamentais para a construção da individualidade contemporânea. Como o consumo é impulsionado pelo marketing, as diversas mídias funcionam, então, como instrumentos que auxiliam na construção do padrão cultural dos membros da família. Na visão de Zacarias (2010), a TV - mídia mais popular dentre os meios de comunicação e massa, torna a família a unidade básica de audiência, além de que “não são apenas espaços de veiculação de mensagens, mas, sobretudo, espaços de construção de cultura” (ZACARIAS, 2005, p. 140).

A importância das diversas mídias na construção e manutenção do estilo de vida do indivíduo também é abordada por Freire Filho (2003, p.75). Segundo ele,

[...] por intermédio de editoriais, artigos, reportagens, entrevistas, depoimentos, testes, publicidade e dicas de consumo, essas publicações fornecem descrições textuais e visuais daquilo que é conveniente em matéria de personalidade, economia, relacionamento afetivo, comportamento sexual, vestuário e beleza; oferecem, quinzenal ou mensalmente, os modelos e os materiais a partir dos quais os leitores podem construir o seu senso do que significa – neste exato momento – ser uma pessoa de sucesso, popular, cool, in, fashion, descolada, atraente, sedutora e, por mais paradoxal que possa parecer, diferente.

Ao fornecer modelos que definem padrões de consumo e de atitudes, as diversas mídias são capazes de “construir as práticas cotidianas, padronizar comportamentos sociais e forjar identidades” (SANTANA, 2008, p. 18). E é exatamente através de identidades individuais, mas construídas através de valores vindos da coletividade, que as pessoas se reconhecem e formam grupos sociais com *habitus*, estilos de vida, padrões de consumo e modos de habitar

homogêneos.

A padronização do consumo de arquitetura de interiores pode ser exemplificada através das divulgações das diversas mídias da área, descritas na seção 2.1.3. Como visto, essas publicações legitimam certas características dos espaços da habitação, como a valorização dos ambientes sociais e da suíte principal, por exemplo, na tentativa de torná-las objetos símbolo do morar bem para famílias com elevado poder aquisitivo, ou as chamadas famílias de elite.

A sessão a seguir trata exatamente da definição e descrição de algumas das características sociais, econômicas e culturais das famílias da elite recifense – público alvo dos apartamentos selecionados para análise.

2.2.3. A família “de elite”, como símbolo de distinção (sobre os grupos recifenses com gosto de luxo)

Muitas das descrições feitas neste capítulo sobre a família contemporânea, mais especificamente os argumentos discutidos na seção anterior, servem de introdução na apresentação de algumas características dos grupos consumidores dos apartamentos selecionados para análise¹⁰⁷: as tradicionais e novas elites recifenses que vivem e trabalham na capital, definidos por Araujo (2006, p.8) e adotados como base de referência para esta pesquisa¹⁰⁸.

Araujo define essas elites com o auxílio das ideias discutidas por Ferreira (2001, apud ARAUJO, 2006), que adota os componentes financeiro (renda superior a R\$ 10.000,00) e ocupacional (proprietários empregadores, administradores, diretores e chefes) na sua classificação¹⁰⁹. A mobilidade social também é considerada por Ferreira, e segundo a autora, os argumentos se encaixam com alguns aspectos da trajetória de vida desses consumidores recifenses, como a ascensão socioeconômica possibilitada pela formação profissional (que fez com que a renda seja bem maior do que a da classe média) e a busca em se adequar a

¹⁰⁷ Os critérios de seleção são descritos no capítulo 3.

¹⁰⁸ Devido à carência de pesquisas que tenham a classe média e a elite recifense como objeto de estudo, a principal fonte de informações adotada para esta investigação é o trabalho desenvolvido por Araujo (2006).

¹⁰⁹ Segundo Araujo (2006), o estudo de Ferreira é baseado em metodologia quantitativa com dados do IBGE. Com isso não significa que dentre a elite por ele definida (assim como os moradores dos apartamentos analisados nesta pesquisa), não haja pessoas com atributos diferentes dos descritos por ele.

práticas sociais que construam “um estilo de vida adequado à convivência no espaço social das elites, materializado por vivências cotidianas que são, em boa parte, passíveis de caracterização como práticas de consumo” (ARAÚJO, 2006, p. 138).

No entanto, a ascensão social pode ser tão rápida quanto o declínio, uma vez que “a elite social brasileira é muito democrática em aceitar novos membros, mas é bem fechada quando se considera a possibilidade de permanecerem nesse estrato” (FERREIRA, 2001, apud ARAUJO, 2006). Por essa razão, Araujo inclui na elite recifense, além dos indivíduos da elite tradicional (que possuem estabilidade econômica e social), os da camada média com melhores condições financeiras, comumente conhecida como classe média-alta, e refere-se a esses indivíduos como a nova elite recifense.

A condição de instabilidade financeira e social que caracteriza a classe média atual (incluindo seus membros com melhores condições socioeconômicas) resulta na dificuldade que alguns autores têm em fornecer uma visão mais precisa que dê os limites desse segmento (BRUSCHINI, 1990; ZACARIAS, 2005). Bruschini (1990), por exemplo, sugere que não é necessário haver uma unidade dentro dessa camada social e que “a diversidade é que predomina em seu interior” (BRUSCHINI, 1990, p. 74). Esse argumento, em parte, justifica o fato de a maioria das pesquisas apontar para grupos antagônicos com características opostas: as famílias que tendem a ser mais tradicionais (ou hierárquicas e assimétricas) e as que tendem a ser mais modernas (ou igualitárias, menos hierárquicas e simétricas).

Em certa medida, Araujo (2006) também verifica a existência de duas posturas distintas na elite recifense¹¹⁰. Como discutido, apesar da sua pesquisa se referir mais especificamente ao tipo de consumo de arquitetura de interiores, essas posturas têm repercussão no padrão de comportamento social, além de caracterizar certo estilo de vida e, consequentemente, o modo de habitar. Uma é a corrente formada por pessoas que buscam uma estética mais tradicionalista e que, segundo a autora, representam a posição da hierarquia conservadora do modelo de tendências culturais de Douglas (1998); a outra é formada por aqueles que optam pela estética *clean*, que representam a posição do individualismo ativo¹¹¹.

A associação dos adeptos do *clean* com o individualismo ativo é justificada pela autora por eles se aproveitarem da lógica da hierarquia social para “modificar os símbolos

¹¹⁰ Posturas que adotam duas correntes estéticas distintas, brevemente comentadas na seção 2.1.3.

¹¹¹ Apesar de não ter intenção de serem isolados.

emblemáticos legítimos das elites¹¹² e promover a legitimação dos novos emblemas que marcam suas próprias posições” (ARAÚJO, 2006, p. 156). Esse enquadramento sugerido pela autora leva em conta apenas uma das características que define essa posição no modelo cultural¹¹³: ser contra a postura tradicional e conservadora. No entanto, por ser o “estilo canônico” dentre as elites (ARAÚJO, 2006, p.177), ele também poderia se enquadrar na posição do quadrante superior direito, já que essa posição “contaria com um nível de disseminação mais ou menos comum ao conjunto de integrantes” (ARAÚJO, 2006, p.155).

Conforme descreve Araujo (ARAÚJO, 2006, p. 178, grifo nosso), os grupos adeptos da estética *clean* são formados por

[...] indivíduos que aproveitam hoje toda a estruturação da sociedade formal, com sua hierarquia, seus protocolos e seus trâmites, como moldura para suas trajetórias particulares de ascensão, buscando apenas estabelecer e legitimar um novo estilo para suas imagens [*no caso, o clean*], e não se contrapor à hierarquização das relações sociais [...] priorizando a formação universitária e a construção de carreiras promissoras. As opções estéticas que adotam hoje, apesar de distintas da perspectiva hegemônica mais tradicional, constroem-se a partir de recursos que objetivam realçar suas novas posições ocupacionais e financeiras. [...] A valorização da contratação de experts para elaborar os diversos aspectos de suas imagens, bem como a perspectiva relativamente estandardizada das representações priorizadas pela maioria dos entrevistados, expressam o desejo de legitimação dos nossos informantes, que nos parece contrário a qualquer intenção de isolamento.

[...] No geral, dispõem de preparo e motivação para construir um modelo de vida diferente da perspectiva mais tradicional de convivência e família. Esse modelo caracteriza-se pela feição moderna de suas moradias, que exibem ostensivamente emblemas de culto individualista e hedonista, bem como uma configuração funcional que sugere a intenção de reduzir os trabalhos domésticos, bem como reduzir o investimento do trabalho pessoal das mulheres nas práticas de integração familiar.

Acrescenta ainda que, na maioria dos casos, esses grupos são formados por membros recém ingressos ou em processo de ascensão para a camada social mais alta, ou seja, são a nova elite da cidade. A adoção do ideário *clean* “vincula-se ao conjunto de vivências comuns relativas ao processo de ascensão social desses indivíduos” (ARAÚJO, 2006, p. 224). Para legitimar sua posição, eles devem apresentar um padrão de comportamento e consumo condizente com seu novo status social, passando a consumir bens (roupas e objetos de grifes reconhecidas, carros importados, viagens internacionais, gastronomia de luxo etc.) e serviços de luxo (como os de arquitetura de interiores). Esse padrão de consumo pode ser

¹¹² Aqui, a autora se refere à elite consolidada, que, segundo ela, comumente adota os estilos tradicionais de organização e decoração dos espaços residenciais.

¹¹³ E que é baseado nas características da sociedade ocidental.

considerado como típico da elite, seja ela a tradicional ou a nova elite. No entanto, com o intuito de marcar suas próprias posições, a legitimação da sua nova posição social é caracterizada pela negação da estética tradicional e pela busca de novos símbolos, encontrado, segundo a autora, nas características da estética *clean*.

Para aplicar os preceitos desse novo estilo na organização e decoração de suas habitações, os membros desse grupo buscam, com mais frequência que a elite tradicional, a colaboração da nova geração de arquitetos e geralmente seguem a risca seus projetos e recomendações. Marcados por “ideias de vanguarda e contemporaneidade” (ARAÚJO, 2006, p.88), os projetos tendem a propor soluções que se apresentem como última inovação, construídos com base na funcionalidade, racionalismo e tecnologia. Racionalismo que se estende a todas as instâncias da vida dos membros dessa nova elite, onde tudo que se faz (do planejamento doméstico à carreira acadêmica) e que se adquire é planejado nos mínimos detalhes.

Os pesquisados parecem estabelecer uma ordem, ou seja, uma lógica de amarração para o consumo voltado à promoção de visibilidade social [...] aquisição de carro importado, gastronomia de luxo, viagens internacionais, frequentar eventos culturais de acesso restrito, [...] têm lugar num momento posterior à aquisição de apartamento de luxo e da sua ambientação (ARAÚJO, 2006, p.185).

Como a situação financeira nessa nova elite da cidade ainda não é estável, todos os esforços se voltam para a aquisição de um apartamento e sua customização, de preferência na estética *clean*. Isso porque esses itens, que estão no topo da lista de prioridades dessa nova elite e mostram “a valorização do morar bem”, é o que possibilita dar mais visibilidade sobre seu novo status social.

Já os membros que formam a elite tradicional, Araujo considera como pertencentes à posição da hierarquia conservadora. No entanto, mais uma vez tal classificação é feita com base em apenas uma característica que define essa posição no modelo cultural de Douglas - a hierarquia de status tradicional, desconsiderando que seu o nível de disseminação não é comum aos integrantes da elite da cidade. Soma-se a isso o fato de os membros dessa elite, de acordo com Araujo, não têm a necessidade de seguir tendências, nem de se utilizar de símbolos modernos para expressar seu status, uma vez que, de maneira geral, seus capitais econômico e simbólico são mais consolidados. Por não seguir tendências (em relação ao consumo de arquitetura de interiores), algumas vezes suas escolhas apontam para soluções únicas, o que também poderia definir uma característica mais próxima da posição do

quadrante referente ao isolamento.

O fato de possuir uma posição social consolidada e não precisar seguir tendências para afirmar seu status justifica duas posturas adotadas pela elite tradicional em relação ao consumo de arquitetura de interiores: ou são menos propensos a pedir ajuda profissional ou recorrem aos “baluartes do campo” (ARAÚJO, 2006, p. 93). Os consumidores da elite tradicional que recorrem aos arquitetos renomados, geralmente têm preferência por um estilo de decoração que busca resgatar o passado histórico, através, dentre outros artifícios, da exposição de peças e objetos de arte e antiguidades originais etc. Já os que se negam a ajuda profissional são descritos pela autora como

[...] consumidores menos afeitos à intervenção desses profissionais, todavia, igualmente tendentes a uma intensificação do consumo de bens diversificados. Chamou-nos muita atenção, o fato de que a negação à ajuda profissional e ao estilo que consideramos canônico, expresso algumas vezes de forma velada, partiu sempre de indivíduos que aportavam um somatório de capitais mais significativos em termos de recursos simbólico, no sentido de Bourdieu. Ou seja, tratam-se de pessoas cujas trajetórias de vida apresentavam singularidades evidentes em relação ao modelo mais recorrente entre seus pares; razão pela qual tendemos a buscar o sentido profundo dessa negação nas trajetórias de vida dos informantes (ARAÚJO, 2006, p.178).

Nesse grupo, Araujo também inclui as pessoas que, ao optar pela ajuda de um arquiteto na organização e decoração de suas habitações, querem fazer intervenções apenas em alguns espaços. Mesmo assim, o projeto contratado quase sempre é executado com modificações o que confere um “certo ecletismo na configuração dos espaços residenciais” (ARAÚJO, 2006, p. 13).

Resumindo os argumentos de Araujo (2006), pode-se dizer que enquanto a elite tradicional do Recife é mais propensa a apresentar uma situação financeira estável, a nova elite se caracteriza mais pela instabilidade. Por essa razão, ao contrário da elite tradicional, as famílias da nova elite tendem a adotar mais facilmente as características relacionadas ao morar bem divulgadas pela mídia (como a valorização dos ambientes sociais e da suíte do membro da família de maior status, por exemplo), com a intenção de que tal adoção seja associada a sua nova posição na hierarquia social.

No entanto, a ressalva de Medina (1990) para os modelos familiares antagônicos descritos por ele também se aplica à classificação da autora: os atributos sociais que servem de base para a classificação dos dois tipos de elite recifense – a nova e a tradicional - nem sempre

podem ser verificados na íntegra e com precisão. É possível haver famílias da elite tradicional que adotam a estética *clean*, por exemplo. Como o objetivo desta investigação não é identificar, através do projeto, um determinado tipo familiar, e sim, traços dos modos de habitar da elite, sejam eles típicos de famílias da elite tradicional ou da nova, a contribuição do trabalho de Araujo para esta investigação não está na classificação propriamente dita, e sim no entendimento das características sociais desta camada da população da cidade, que, segundo a autora, representa um segmento de certa coesão. Isso se deve ao fato de que os membros dessa elite da cidade compartilham de uma lógica simbólica comum: têm o consumo de bens de luxo como um “rito de legitimação” (ARAÚJO, 2006, p.255) e apresentam “a intenção, consciente ou inconsciente, de distinguir-se do comum pelas opções estéticas, que constitui estratégia de reconhecimento, tanto para as posições legítimas, quanto para as postulantes à legitimação” (ARAÚJO, 2006, p. 248).

2.3. Os aspectos observáveis das duas ordens

Este capítulo buscou descrever algumas características das duas ordens – a espacial e a social - que, juntas, estabelecem os princípios de organização do espaço doméstico, ou, em outras palavras, os princípios que fundamentam e orientam as decisões projetuais dos apartamentos. Esses fundamentos baseiam-se em dois campos de conhecimento distintos, que, por sua vez, definem dois momentos do projeto: (a) o primeiro, expresso no projeto original (PO) proposto pelos agentes do mercado imobiliário, baseado no conhecimento profissional (fundado em técnicas e métodos científicos de projeto); (b) o segundo, expresso no projeto reformado (PR), que está baseado no conhecimento laico (baseado nas experiências cotidianas), ainda que, em certa medida, apresente a participação do saber profissional.

Os conhecimentos profissional e laico podem ser associados aos chamados conhecimento científico e conhecimento social, respectivamente - conceitos discutidos por Hillier e Hanson (1984). Baseado nesses autores, Holanda (2002, p. 63) descreve o conhecimento social como aquele “que usamos irreflexivamente em nossa vida cotidiana o qual tem caráter de regras que tomamos como dadas e utilizamos para levar a efeito nossas ações”. Já o conhecimento científico “toma como dado o mundo espaço-temporal e procura reflexivamente estabelecer teorias que descrevem a natureza não aparente dos fenômenos” (HOLANDA, 2002, p. 63)

O conhecimento científico é orientado por métodos de projeção e requerimentos técnicos fundamentados em prescrições vindas de diversos campos do saber, que contribuem para uma metodologia de projeto baseada em critérios quantitativos e qualitativos para o alcance de soluções adequadas. O procedimento de projeto, segundo Boutinet (2002), pode ser descrito como um processo baseado em etapas evolutivas de aproximação do problema, partindo da classificação de atividades no programa arquitetônico e do estabelecimento *a priori* da natureza das relações entre atividades e pessoas. No caso do método de projeto para a habitação, tais prescrições procuram garantir certas características da organização espacial, como um maior isolamento entre cômodos (obtido por meio de acesso único e pelo uso de corredores, por exemplo), uma maior fragmentação do espaço da habitação, reforçado pela especialização dos ambientes, que são organizados em setores domésticos claramente distinguidos e classificados pela função e ocupantes a que se destinam. Como discutido, esse procedimento de classificação e ordenamento de atividades e usuários em setores domésticos constituem um paradigma para o projeto da habitação moderna: o paradigma dos setores (AMORIM, 1999), que perdura até os dias de hoje. Neste primeiro momento, como os usuários a que se destina o projeto do apartamento são anônimos, as prescrições sociais que embasam as decisões projetuais são genéricas e, comumente, adotam a família nuclear como padrão.

O segundo momento, expresso nos PRs, é calcado, basicamente, no conhecimento social, vindo de famílias específicas, que definem as prescrições sobre os usuários e as atividades domésticas e o relacionamento entre eles. É esse tipo de conhecimento que confere ao ambiente doméstico certa individualidade, reflexo dos diferentes modos de habitar. No entanto, é importante ressaltar que os dois conhecimentos estão imbricados no PR: por um lado, através da presença de profissionais arquitetos, condutores de parâmetros calcados no saber profissional; por outro, através das demandas e preferências que constituem a identidade de cada grupo familiar, que caracterizam o saber laico.

Vale destacar que, mesmo sabendo que as decisões que resultaram nos PRs podem ter sido “preferência” dos arquitetos – ou ter sido absorvidas através do poder de convencimento, “de ensinamento do bom-gosto dos arquitetos”, a análise toma como base para a discussão a decisão projetual final, não levando em conta as motivações ou o caminho que levaram o proprietário a chegar nelas. Essa postura parte do princípio de que uma determinada

solução projetual – cujo processo de aceitação por parte dos proprietários envolve “uma avaliação que passa pelas considerações de pertencimento social do indivíduo” (DOUGLAS, 1998, p. 81, tradução nossa) – está impregnada com certas características que expressam as preferências, gostos, o modo de habitar de seus proprietários.

No entanto, relacionar a organização espacial do apartamento – analisada através dos projetos - com modos de habitar distintos, que representem tipos de famílias variados, não é tarefa fácil. A seção 2.2.1 mostra que, na contemporaneidade, não há um modelo familiar único, e sim, diversos arranjos familiares que apresentam estilos de vida e modos de habitar igualmente variados, todos válidos e reconhecidos socialmente e que coexistem em tempo e lugar.

Também foi comentado que essa pluralidade justifica a classificação dos tipos familiares baseado em características antagônicas, discutidas por diversos autores ao longo da seção 2.2.1. Dentre as várias características que podem definir um tipo familiar, destacam-se os considerados mais importantes para a definição do espaço doméstico:

- (a) a relação entre os membros familiares (mais ou menos hierárquicos);
- (b) a relação entre esses e os demais usuários da habitação (maior ou menor segregação entre habitantes/visitantes e entre patrão/empregado);
- (c) as atitudes frente ao individualismo (vida de cada um dos membros, principalmente a vida conjugal, tratada com maior ou menor privacidade);
- (d) as atitudes frente aos padrões de consumo (escolha de ambientes e atividades que conferem ou não status e distinção social).

A variação em intensidade da hierarquia, segregação, privacidade e status poderiam definir os extremos de um espectro, onde em um polo – o de maior hierarquia, segregação, privacidade e a despreocupação em escolher ambientes que confirmam status social - estariam as famílias que tendem a ser mais assimétricas (ou hierárquicas ou tradicionais) e no polo oposto – com características contrárias, as famílias que tender a ser mais simétricas (ou igualitárias, menos hierárquicas ou modernas). No entanto, como bem destaca Medina (1990), essas características opostas são modelos teóricos que nem sempre são verificados na prática. A mescla desses quatro fatores pode resultar numa grande diversidade de modelos familiares, com estilos de vida e modos de habitar distintos. Daí a dificuldade, na

contemporaneidade, de associar uma determinada organização espacial doméstica a certo tipo familiar.

Por essa razão, a família é vista como uma microunidade de consumo, sendo seus estilos de vida e modos de habitar reflexo dos valores da sociedade do consumo. Analisar a família com esse olhar, não significa ignorar as características que formam os polos do espectro. No entanto, tendo como foco as atitudes frente aos padrões de consumo é possível tomar o modelo de tendência cultural proposto do Douglas (1998) como base de classificação, cujo universo de indivíduos é formado pela elite recifense.

Como argumenta a autora, a partir do mesmo contexto social e tendo gostos particulares, algumas pessoas (ou grupo delas, como a família) apresentam preferências semelhantes e, em outras vezes, completamente distintas. Essas semelhanças e diferenças é o que define distintos grupos da sociedade, classificados pela autora em quatro tipos de tendências culturais, cada um deles caracterizado por posturas distintas. Duas delas são as posturas que afirmam o status instituído pela sociedade e, por serem as mais disseminadas, constituem as características mais comuns – ou típicas – da sociedade. As outras duas tendências culturais mostram posturas que apresentam “uma rejeição aos padrões estabelecidos”, negando as características mais disseminadas, sendo associada a atributos não comuns – ou atípicos – da sociedade¹¹⁴.

De acordo com Dicionário Houaiss (2001), o termo ‘típico’ é um adjetivo que representa o padrão de referência que distingue uma pessoa ou um objeto. As características iguais dentre um grande número de pessoas ou objetos formam um padrão de referência **típico** deles. De maneira análoga, as características que se diferenciam do padrão de referência determinam pessoas e objetos **atípicos**.

Já foi discutido que o modo de habitar – uma das características sociais de determinada família – está, em certa medida, expresso no projeto (HILLIER; HANSON, 1984). Tendo isso como pressuposto, a identificação de projetos típicos (que afirmam o status instituído) e atípicos (que negam esse status) pode ser associada, portanto, a modos de habitar típicos e atípicos de uma determinada sociedade.

¹¹⁴ Vale ressaltar que, neste caso, as posturas de negação não refletem os grupos com menos capital econômico já que o universo pesquisado é formado pela elite recifense. Na descrição de Douglas, o universo era a sociedade ocidental, analisada de um ponto de vista geral, onde existem indivíduos de várias classes sociais e econômicas.

Assim, a análise é feita em duas etapas: (1) a que investiga o conjunto completo de projetos – POs e PRs (capítulo 4); (2) o que investiga mais detalhadamente apenas os PRs (capítulo 5). A primeira etapa apresenta dois objetivos: (1) descrever as características gerais dos projetos para identificar as semelhanças e diferenças entre POs e PRs; (2) identificar as características que definem padrões de referências, que classifiquem os projetos em típicos e atípicos. Nesta última fase, a teoria cultural proposta por Douglas é a base tanto para a classificação dos projetos, quanto para a discussão teórica da relação entre os atributos espaciais e sociais. A segunda etapa foca o olhar exclusivamente para os PRs, em especial aqueles classificados como muito típicos e muito atípicos dentro do universo analisado, por ser a expressão dos modos de habitar típicos e atípicos da elite recifense. A investigação busca, então, identificar e entender os atributos que definem os padrões de referência dos PRs típicos e atípicos a partir da análise das alterações feitas pelos moradores, nos POs que lhes deram origem. Como o objetivo final é entender em que medida esses projetos expressam modos de habitar, a base teórica para a discussão dos resultados volta-se para algumas características da instância social – a família – na tentativa de relacionar as características espaciais dos PRs com os aspectos de natureza social que define alguns traços dos modos de habitar da elite recifense.

O capítulo seguinte descreve as variáveis e os métodos de investigação sob os quais os projetos são analisados.

CAPÍTULO 3. Os métodos e as técnicas de análise

3.1. As variáveis de análise

3.1.1. Variável funcional

3.1.2. Variável dimensional

3.1.3. Variável configuracional

3.1.2.1. Os elementos espaciais

3.1.2.2. As relações espaciais: propriedades e medidas

3.1.2.3. Os padrões espaciais

3.2. Seleção das amostras

3. Os métodos e as técnicas de análise

Os capítulos anteriores mostram tanto o referencial teórico e conceitual que aborda o tema da relação entre espaço doméstico e as ideias que fundamentam os projetos – baseadas nos modos de habitar, quanto as principais características das ordens espacial (o apartamento) e social (a família contemporânea) que definem o objeto de estudo. Esse capítulo tem como objetivo descrever as variáveis e os métodos de investigação, bem como os critérios de seleção e as características gerais dos projetos analisados.

3.1. As variáveis de análise

Os projetos dos apartamentos podem ser analisados através de variados atributos que os caracterizam – materiais e revestimentos, técnicas construtivas, elementos infraestruturais, orientação (que diz respeito ao conforto do ambiente) etc. Contudo, como o objetivo é investigar se e como a vida social pode influenciar o padrão espacial do apartamento, é imprescindível entender seu significado social. Segundo Markus (1987), o significado de edificações é compreendido a partir do entendimento das relações sociais desenvolvidas nelas e, para isso, é preciso entender sua função, forma e espaço. Como visto, a planta da edificação é o principal material de análise e esse é descrito através de variáveis que apresentem atributos referentes à função (variável funcional), à forma (variável dimensional) e ao espaço (variável configuracional).

A variável funcional, neste caso, diz respeito às funções e atividades a serem desenvolvidas no apartamento e é observada segundo os rótulos indicados nos projetos. A variável dimensional descreve a área dos setores e de ambientes. Já a variável configuracional tem foco na organização espacial da planta e é observada por meio de propriedades relacionais, de natureza topológica, fundamentadas em procedimentos introduzidos pela sintaxe espacial (HILLIER; HANSON, 1984).

As duas primeiras variáveis tratam dos aspectos mais diretamente observáveis no projeto arquitetônico. No entanto, enquanto a função diz respeito a um dos aspectos da semântica – aquele que prescreve o uso do espaço –, a dimensão refere-se à forma física da edificação¹¹⁵. Segundo Brandão (2002), variáveis que descrevem a quantidade de ambientes juntamente

¹¹⁵ Sua forma em planta. Propriedades tridimensionais não são relevantes para a investigação.

com variáveis que descrevem a área do apartamento constituem seus atributos mais básicos. Suas variações, já que “as características geométricas estão diretamente relacionadas às características funcionais da moradia” (FRANÇA, 2008, p.117), é o que distingue, do ponto de vista do fenótipo, um projeto do outro.

Porém, como preconiza a sintaxe espacial (HILLIER; HANSON, 1984), a relação entre espaço e sociedade não se revela apenas nos aspectos visíveis da forma, mas encontra-se subjacente à estrutura espacial do edifício. A variável configuracional trata justamente de entender como esses aspectos mais visíveis estão organizados espacialmente. As diversas maneiras como são ordenados e sequenciados os espaços onde se desenvolvem as atividades domésticas definem a configuração espacial do apartamento, que, por sua vez é o elemento fundamental para entender sua lógica de organização socioespacial. A análise configuracional é feita através dos métodos descritos pela sintaxe espacial, observando as diferenciações impregnadas na estrutura espacial.

A análise dos projetos, tanto POs quanto os PRs, através dessas três variáveis engloba, portanto, todas as dimensões envolvidas na concepção de um projeto - a social, a projetual e a espacial - e é feita de acordo com os procedimentos descritos a seguir.

3.1.1. Variável funcional

A análise da variável funcional é feita através da observação direta da planta e diz respeito ao texto que prescreve quais as funções que cada espaço do apartamento deve ter. Ressalta-se que essa é a forma de compreender a lógica que preside a composição do projeto – tanto o proposto pelo mercado imobiliário, quanto por uma família específica. A função de um espaço é expressa (ou identificada) no projeto de duas maneiras: nos rótulos descritos na planta ou, quando da sua ausência, nas indicações gráficas a eles associados (Figura 3.1).

Vale ressaltar que a função a que essa investigação se refere é única e exclusivamente a prescrita no projeto. A função realmente exercida pelo ambiente, após a ocupação do apartamento pela família, não é levada em consideração, afinal

[...] todos os indivíduos e todos os grupos têm, ao menos potencialmente, a capacidade de tomar decisões sobre o espaço que usam. Nenhum mecanismo social de criação de necessidades é absoluto e sempre existe a possibilidade de recusa ou de invenção de novos modos de uso (KAAP, 2005).



Figura 3.1. No projeto à esquerda (V03D), a função é expressa pelo layout. No projeto à direita (V01F), a função é expressa pelo rótulo.

Os rótulos são comumente associados às atividades domésticas que definem e caracterizam o espaço. Contudo essa associação rótulo - função/atividade pode variar à medida que mudam os costumes, a cultura e o *habitus* dos moradores, como discutido no capítulo 1. Como bem argumenta Kaap (2005)

[...] as funções dos espaços arquitetônicos pertencem ao mundo empírico. Portanto, não são da ordem das equações matemáticas, não podem ser definidas com precisão, não têm resultados universais e necessários, mas, pelo contrário, se modificam continuamente por interferências imponderáveis. O mais próximo que se poderia chegar de uma definição a priori de funções arquitetônicas seria pela aplicação de dados estatísticos, mas essa aplicação contraria o pressuposto da autonomia potencial de todos os usuários [...].

Nesse sentido, como a presente pesquisa não conta com investigações sobre o uso dos espaços dos apartamentos analisados, essa associação toma por base alguns estudos sobre o espaço doméstico brasileiro¹¹⁶, uns baseados em observações in loco (MONTEIRO, 1997), ou em questionários (CAVALCANTI, 1984; TRAMONTANO, 2004; 1995), e outros que descrevem os cômodos, as atividades e as funções domésticas de maneiras diversas (BRUSCHINI, 1990; LIMA, 2011; PALERMO, 2009; PAULA, 2007).

Cavalcanti (1984) faz uma pesquisa que objetiva examinar quais os significados sociais da setorização em moradias de camadas médias urbanas no Rio de Janeiro. Para tanto, ele faz uma breve, mas detalhada, descrição dos setores social, íntimo e serviço. Assim como Amorim (1999), o autor descreve a função de cada um deles:

¹¹⁶ As referências internacionais, neste caso, não são tomadas como base, pois poderiam estar descrevendo costumes de outras culturas.

O setor social é destinado à reunião dos membros da família, recebimento de visitas e refeições. [...] O íntimo é o espaço da família por excelência. [...] O serviço caracteriza-se por ser aquele onde se efetuam importantes transformações na casa – alimentos crus são cozidos, roupas sujas são limpas e comidas congeladas para conservação (CAVALCANTI, 1984, p. 13-14).

No setor social, Cavalcanti destaca dois modelos básicos de ocupação da sala: (a) o que tem esse ambiente como agregador da família (geralmente por causa da presença da TV); (b) o que toma a sala como espaço formal destinado principalmente para receber visitas. Em residências que adotam esse segundo modelo, a família passa a se encontrar em uma segunda sala – a íntima. Já as que adotam o primeiro modelo são as casas geralmente menores, cuja sala abriga tanto a função de agregar a família, quanto a de receber visitas.

Em relação ao setor serviço, o autor descreve que ele é geralmente composto por “copa, cozinha, área de serviço, quarto e banheiro, sendo os três primeiros utilizados também pela família, destinando-se os dois últimos ao uso exclusivo da empregada” (CAVALCANTI, 1984, p. 13). Já para o setor íntimo, o autor destaca a clara hierarquia entre os quartos, onde “situa-se o quarto dos pais na posição mais interna no fim do corredor, seguido pelo quarto das filhas, filhos homens e, finalmente, mais próximos do setor social, aquele dos avós ou de outra pessoa que lá resida” (CAVALCANTI, 1984, p. 13).

Sobre o programa arquitetônico doméstico, Tramontano (1995) identifica seis componentes usuais: (a) convívio; (b) repouso e isolamento; (c) higiene; (d) preparação de alimentos; (e) trabalho em casa; e (f) estocagem¹¹⁷. Segundo ele, os principais ambientes de convívio são as salas - de refeições, de visitas e de estar - ou de jantar, de almoço, de TV, como acrescenta em outro trabalho de sua autoria (TRAMONTANO, 2004). Destaca ainda que esses espaços podem ser, algumas vezes, “o articulador de todos os demais espaços, mediando, inclusive, a relação entre as esferas público e privada” (TRAMONTANO, 1995, p. 6). Segundo o autor, o quarto, apesar da sua principal função ser a de repouso, passa também a ser utilizado para convivência (entre a família e entre visitantes). Contudo, ele ainda é considerado

[...] um lugar de isolamento em uma ordem doméstica na qual nunca se está só, espécie de trincheira última de distanciamento do mundo, símbolo intocável da

¹¹⁷ A volta do trabalho em casa, que o autor destaca como sendo “uma tendência atual” (TRAMONTANO, 1995, p. 38) e a estocagem de roupas (closets), livros (bibliotecas), alimentos (despensa), não são citados em seu trabalho posterior (TRAMONTANO, 2004). Essa retirada sugere que esses dois componentes podem ter deixado de ser ‘usuais’ do programa arquitetônico doméstico.

excelência da vida conjugal, o quarto constitui a instância mais privada da habitação (TRAMONTANO, 2004, p. 67).

Em relação ao espaço destinado à higiene – o banheiro – Tramontano (2004; 1995) sugere que seu caráter vem paulatinamente mudando – de espaço reservado à higiene e atendimento das necessidades fisiológicas para tornar-se um lugar de prazer, relaxamento e mesmo de convívio do casal – características ressaltadas na mídia contemporânea como um dos símbolos do morar bem. Já o espaço de preparação de alimentos, segundo o autor, foi o que mais sofreu modificações ao longo do tempo - de edifício separado a um único cômodo reunindo todas as funções domésticas, de ambiente prioritariamente feminino e ‘subalterno’ a lugar de convívio e recepção altamente equipado.

Sobre a cozinha, Lima (2011) destaca que, desde a década de 1940, ela apresenta três funções principais - (a) armazenar e conserva alimentos; (b) limpar; (c) cozinhar. Essa é a relação entre os três aparelhos mais usados – a geladeira, a pia e o fogão, que formam o “conceito de triângulo cozinha, que prevalece até hoje como paradigma da cozinha eficientemente planejada” (LIMA, 2011, p. 70). Contudo, assim como descreveu Tramontano, ao longo do tempo outras funções somam-se a essas e a “cozinha se torna o centro ativo da casa onde a família pode se reunir, comer, trabalhar, jogar” (LIMA, 2011, p. 70).

Apesar do somatório de funções acrescentado às principais atividades atribuídas à cozinha, a atual Lei de Edificações e Instalações na Cidade do Recife (1997) não segue essas mudanças. A Lei classifica os compartimentos das edificações em quatro tipos, sendo dois deles existentes nas edificações habitacionais: (a) os de permanência prolongada (dormitórios, quartos e salas em geral); (b) os de utilização transitória (circulações e passagens; banheiros, lavabos e instalações sanitárias; depósitos e rouparias; área de serviço; cozinhas e copas). Assim, tanto o banheiro, quanto a cozinha não se enquadrariam na mudança descrita por Tramontano e Lima, continuando a ser ambientes de ‘utilização transitória’, o que lhes confere parâmetros dimensionais reduzidos em relação aos demais¹¹⁸. Ou seja, banheiros ‘tidos como lugar de prazer’ e cozinhas feitas para ‘abrigar várias funções’, definitivamente não deveriam ser classificados como ‘ambiente de utilização transitória’. Costa Filho (2005, p.46) compartilha dessa ideia ressaltando que “a classificação da cozinha como

¹¹⁸ Como é visto no capítulo 4.

compartimento de permanência transitória diverge das orientações do IBAM¹¹⁹ [...] que a classifica como ambiente de permanência prolongada”.

Necessidade humana	Atividade	Ambiente apropriado	Ambiente alternativo
Alimentação	Armazenar alimentos secos e frios; guardar utensílios pesados e frágeis; preparar alimentos e refeições; lavar e secar utensílios	Cozinha	
	Eliminar resíduos e armazenar recicláveis	Área de serviço	Cozinha
Convívio familiar e/ou social	Fazer refeições coletivamente	Sala de jantar	Cozinha
	Conversar e/ou receber visitas; ouvir música; assistir à televisão; atender ao telefone	Sala de estar	
Desenvolvimento intelectual	Ler e escrever; utilizar o microcomputador; realizar tarefas escolares	Dormitório	Sala de jantar
Guarda de pertences	Roupas e objetos pessoais; material escolar; roupa de cama e banho		Sala de estar ou jantar
	Roupa de cozinha e mesa	Sala de jantar	Cozinha
	Material de limpeza; ferramentas leves e outros	Área de serviço	
Higiene pessoal	Atender às necessidades fisiológicas	Banheiro	
	Escovar dentes; lavar rosto e mãos; barbear-se		Lavatório externo
	Pentear cabelos		Dormitório
	Vestir-se	Dormitório	Banheiro
Lazer e recreação	Brincar e festejar abrigado; realizar “hobby” leve [1]	Varanda	Sala de estar
	Brincar e festejar ao sol	Quintal	Varanda
Manutenção	Efetuar limpeza doméstica	Local	
	Efetuar pequenos reparos		Área de serviço
Repouso	Dormir e descansar; convalescer e tratar de enfermos	Dormitório	
	Alojar hóspedes	Dormitório	Sala de estar
Vestuário (higiene e guarda)	Triar roupa suja; lavar roupa a mão; secar roupa abrigado	Área de serviço	

Quadro 3.1. Funções, atividades e rótulos de uma habitação.

Fonte: PALERMO (2009).

As funções inerentes a uma habitação (de famílias da região Sul do Brasil com renda mensal entre três e cinco salários mínimos), as atividades consideradas básicas para atender as necessidades humanas e os ambientes ‘apropriados’ para sua realização também são descritos por Palermo (2009), conforme Quadro 3.1. A autora caracteriza cada ambiente, destacando as peculiaridades dimensionais de cada um. Segundo ela, há uma relação prioritária entre o ambiente, a atividade para o qual ele foi projetado e seu rótulo – neste caso, mostrado na coluna ‘Ambiente apropriado’. Contudo, nem sempre uma determinada atividade é exercida apenas no ambiente planejado para que ela aconteça (como é visto a seguir no estudo de Monteiro, 1997). Por essa razão, Palermo (2009) também associa alguns ambientes “alternativos” para a realização de certas atividades, como a de ler e escrever,

¹¹⁹ Para o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), o O Código de Obras é um instrumento municipal regulador dos espaços edificados e seu entorno que trata das questões relativas à estrutura, função, forma, segurança e salubridades das construções.

por exemplo. É possível ler e escrever na sala de estar e jantar (ambientes alternativos sugeridos pela autora), mas não são os requerimentos dessa atividade que configuram as salas. É possível, também, ler ou até mesmo receber visitas dentro do banheiro, como destacou Tramontano (2004; 1995) ao sugerir que o banheiro pode ser um lugar de relaxamento e prazer. Contudo, não são os requerimentos de receber e de ler que configuram esse espaço, e sim, o atendimento às necessidades fisiológicas e de higiene. Ler e escrever seriam as atividades prioritárias – aquela que configura o espaço - de um quarto de estudo (ou *home office*, ou gabinete).

Outro estudo que trata das funções e atividades domésticas é o realizado por Bruschini (1990). Segundo a autora, para estudar sobre as atividades desempenhadas pela família¹²⁰, o ponto de partida é a análise da vida cotidiana.

É no 'fazer' de todos os dias que surgem e se modificam ou desaparecem ideias, atos e relações. A origem dos pressupostos ideológicos se encontra na casa, nos hábitos das pessoas ou de um grupo. [...] A vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares criando, por sua vez, a possibilidade de reprodução social (BRUSCHINI, 1990, p. 59).

A autora lista e agrupa uma série de atividades bastante diversificadas. Algumas delas são prescritas para serem desenvolvidas em espaços específicos da casa (itens 'a' e 'b'), como mostra Tramontano (2004; 1995) e Palermo (2009), outras, não estão, necessariamente, relacionadas a um espaço específico (itens 'a', 'd', 'e', 'f').

- (a) Atividades de cuidado com a casa (limpar os utensílios e roupas, arrumar os móveis, etc.);
- (b) Atividades de alimentação e higiene pessoal, dos moradores e de seu vestuário (cozinhar, lavar pratos, costurar, lavar e passar roupa);
- (c) Atividades referentes ao cuidado com as crianças, que inclui diferentes níveis de tarefas, variando de acordo com as faixas etárias. Os filhos pequenos, por exemplo, exigem tanto uma vigilância passiva, quanto cuidados ativos (requerimento social que pode ser observado na organização espacial)¹²¹.

¹²⁰ Definição de Bruschini (1990) para o termo 'atividade doméstica'.

¹²¹ Nesse grupo, Bruschini também inclui atividades de cuidados com os idosos, incapacitados ou doentes da família.

- (d) Atividades voltadas para a aquisição dos bens necessários para a realização das demais tarefas e para o bem-estar de toda a família, como a compra de alimentos, produtos de limpeza, vestuário, utensílios domésticos etc.
- (e) Atividades de administração da unidade doméstica, como o pagamento de alugueis, impostos, prestações, contas, salários de empregados e outras despesas.
- (f) Atividades de manutenção da rede de parentesco e de amizade, através de visitas, telefonemas, trocas de presentes etc.

Bruschini ressalta que essa classificação é feita para fins de análise, pois quase todas as atividades perpassam uma nas outras. Destaca, ainda, a hierarquia atribuída a algumas atividades domésticas, que, em determinadas famílias podem adquirir significados diferentes. Como já discutido no capítulo 2, cozinhar pode ser uma atividade rotineira e cansativa para uns, mas também pode ser divertida e prazerosa para outros. Essa diferença de status entre uma e outra atividade quase sempre é reproduzida, em certa medida, na organização do espaço doméstico.

O trabalho de Monteiro (1997), já citado no capítulo 1, também fornece importante informação sobre atividades desenvolvidas na habitação, que a autora agrupa em três séries de ações domésticas: (a) as **tarefas**, que são classificadas em domésticas (passar ferro, cozinhar, lavar prato, lavar roupa) ou estendidas (fazer compras, trabalhar, brincar com as crianças, fazer tarefas especiais); (b) o **lazer**, classificado em passivo (ver TV¹²², ler, escutar música, estudar, namorar) ou interativo (conversar, encontrar amigos, beber, passear); (c) as **necessidades**, que podem ser privadas (lavar o rosto, tomar banho, dormir, descansar, fazer amor) ou comuns (tomar café, almoçar, jantar). Através de observações diretas dessas ações na vida doméstica cotidiana de moradores de distintas classes sociais, a autora enfatiza que a atribuição prévia de um rótulo a um determinado espaço não significa que nele somente atividades relacionadas a essa função sejam desenvolvidas. Algumas atividades domésticas podem ser desenvolvidas em espaços cuja função prescrita no projeto não denotaria tal atividade, destacando, assim, a diferença entre rótulo do espaço e a atividade que pode acontecer nele.

¹²² Essa é a classificação prévia da atividade ver TV. No entanto, ao longo da pesquisa, a maioria da população entrevistada considerou essa atividade como um lazer interativo (MONTEIRO, 1997, p. 20.8).

Tendo em vista esses estudos, a variável funcional é investigada por meio dos projetos, analisando a relação entre o espaço, o rótulo indicado na planta e sua função. Como mencionado, a associação atividades - rótulo fundamenta as decisões de projeto. Ou seja, é feita de acordo com os requerimentos que configuram a principal atividade que o espaço comumente abriga. Esse parâmetro é válido tanto para os POs, quanto para os PRs. Esses últimos, apesar de ter a participação direta de um determinado grupo familiar, são igualmente feitos por um arquiteto, portanto, também são resultado de um conhecimento profissional que se baseia nos mesmos parâmetros de concepção.

O artigo 48 da Lei de Edificações e Instalações do Município de Recife (1997), determina que “as edificações destinadas ao uso habitacional possuirão, necessariamente, ambientes para estar, repouso, alimentação e higiene”, sendo esses últimos, os sanitários, os banheiros e o terraço de serviço com tanque de lavagem. Nesse sentido, independente de classe social ou costume, uma habitação deve oferecer, no mínimo, ambientes apropriados para que os moradores possam: (a) conviver em grupo (entre moradores ou entre moradores e visitantes) – sala de estar; (b) comer – sala de jantar; (c) cozinhar - cozinha; (d) repousar - quartos; e (e) lavar (a si mesmo – higiene pessoal – e objetos e roupas) – bwc e área de serviço, respectivamente. No sentido proposto por Bourdieu (2008), esses seriam os *ambientes de necessidade* de uma habitação.

Como ressaltado pelos estudos aqui apresentados, essas não são as únicas atividades exercidas numa habitação, e sim, aquelas que apresentam, necessariamente, um ambiente para o seu desenvolvimento. Outras funções, não menos necessárias que as relacionadas acima, somam-se ao rol de atividades domésticas de uma habitação, como brincar, trabalhar, ler, ver TV, ouvir música, vestir-se etc. No entanto, nem sempre os documentos técnicos explicitam onde devem acontecer tais atividades. Algumas moradias abrigam mais de uma atividade num mesmo ambiente, como ver TV e receber visitas, ambas na sala de estar. Outras, oferecem ambientes “alternativos” (PALERMO, 2009) para atividades específicas, como no caso onde a atividade de ver TV é exercida num ambiente exclusivo para isso – a sala de TV, ou, utilizando a denominação da moda, o *home theater*. Neste caso, o *ambiente* (não a atividade) é considerado como sendo *de luxo* (BOURDIEU, 2008), pois está além da necessidade de cômodos inerentes a uma habitação.

Como visto no capítulo 2, as atividades domésticas são classificadas e os espaços que a abrigavam são distribuídos em forma de setores domésticos. A classificação setorial adotada nesta investigação toma por base a definição sugerida por Amorim (1997), onde o social é formado por ambientes destinados ao o convívio entre habitantes e entre habitantes e visitantes; o serviço é definido pelas atividades de manutenção da vida doméstica, comumente tido como o território por excelência dos empregados domésticos; o íntimo abarca os ambientes de maior privacidade para o indivíduo.

Vale, mais uma vez, ressaltar que essa classificação não impede que haja interação entre habitantes e visitantes no quarto, por exemplo, após a sua ocupação. Contudo, como foi destacada anteriormente, não são os requerimentos de receber visita que configuram a organização espacial dos quartos, ao contrário do que acontece com os ambientes do setor social. Assim, a análise da variável funcional toma por base essa relação setor x rótulo x atividade descrita no Quadro 3.2, que relaciona não somente os *ambientes de necessidade* de uma habitação (em cinza escuro), mas também outros que podem ser considerados como *ambientes de luxo* – todos descritos através das principais atividades que o configuram.

Outro aspecto que deve ser destacado são as variadas maneiras de rotular atividades domésticas semelhantes. Essa variação de nomenclatura é um indicativo que expressa muito do significado de certos espaços, bem como o status de atividades (*home theater*, sala de TV) ou pessoas (suíte casal, suíte filha, suíte máster). Por essa razão, essa variação é identificada, quantificada e relacionada com as demais variáveis.

Os rótulos destacados em cinza escuro podem ser considerados como os *rótulos de necessidade* – aqueles mínimos necessários para a realização das funções de morar. Todos os demais rótulos, de acordo com a conceituação de Bourdieu (2008), seriam considerados *rótulos de luxo*. Segundo Brandão (2002), a existência desses ambientes específicos é uma forma de destacar um projeto dos demais - artifício utilizado para tanto para fugir da característica padronização do mercado imobiliário, quanto para fornecer uma indicação do padrão do apartamento. Assim, quanto maior frequência de rótulos de luxo, maior o status do apartamento.

	Rótulos	Variações de nomenclatura	Atividades*
setor social	sala de estar	living	Conversar e/ou receber visitas; ouvir música; ver TV
	sala de jantar	-----	Fazer refeições
	varanda	-----	Conversar e/ou receber visitas; ouvir música
	lavabo	-----	Lavar as mãos, fazer necessidades fisiológicas.
	home office social	escritório, gabinete	Ler, estudar, trabalhar (pensado para receber visitante)
	home theater	sala tv	Ver TV, receber visitas, ouvir música
setor íntimo	quarto	dormitório	Dormir, descansar, ler, estudar.
	suite	suite + adjetivo qualitativo; suite + nome próprio	Dormir, descansar, ler, estudar, atender as necessidades fisiológicas, lavar as mãos, tomar banho
	closet	vestir	Vestir-se
	roupeiro	-----	Guardar roupas de cama, mesa e banho
	bwc social	wc, bwc	Atender as necessidades fisiológicas, lavar as mãos, tomar banho
	estar íntimo	-----	Conversar; ouvir música; ver TV (pensada para atender os habitantes)
	home office íntimo	escritório, gabinete, quarto de estudo	Ler, estudar, trabalhar (pensando para atender os habitantes)
setor serviço	cozinha	-----	Cozinhar, armazenar alimentos, lavar alimentos e utensílios
	copa	-----	Fazer refeições
	despensa	-----	Estocar alimentos
	depósito	-----	Estocar materiais e utensílios domésticos
	área de serviço	-----	Lavar, secar e passar roupa; armazenar utensílios de limpeza
	quarto de serviço	quarto de empregada	Dormir, descansar, vestir-se (prioritariamente para o empregado doméstico)
	bwc de serviço	bwc empregada	Atender as necessidades fisiológicas, lavar as mãos, tomar banho (prioritariamente para o empregado doméstico)

* Principais atividades que configuram os ambientes. Não descartando outras que também podem vir a acontecer neles.

Quadro. 3.2. Indicação do rótulo, suas variações de nomenclatura e das atividades ligadas a ele.

O *home office*, ou o gabinete, por exemplo, é descrito por Tramontano (1995) como um espaço que voltou a ser tendência na década de 1990. De fato, o trabalho em casa é uma opção alternativa adotada por algumas empresas e por funcionários autônomos que voltou a ser possível principalmente pela comunicação à distância em tempo real possibilitada pela internet. Contudo, a função dos *home-office* vai além do que substituir o escritório corporativo. Ele serve também como local de estudo e leitura para os demais membros da habitação. Por essa razão, assim como constatado por Hanson (1997, apud AMORIM, 1999), o *home office* pode ser localizado tanto numa posição que o deixa diretamente acessível a partir do exterior – o *concierge model*, direcionado mais para a interface entre habitantes e visitantes, ou numa posição bastante segregada e profunda em relação ao exterior – o *eyrie model* (HANSON, 1997, apud AMORIM, 1999) – que atende preferencialmente ao uso dos habitantes. Em alguns exemplos de casas recifenses, Amorim (1999) identificou uma posição diferente dessas duas, caracterizando um espaço de trabalho que nem é tanto profissional (o que tem acesso diretamente do exterior), nem tanto pessoal (o mais profundo). Nessa posição, o *home office* apresenta um

[...] grau de privacidade que possibilita o necessário isolamento para as atividades intelectuais, mas sua proximidade com a área social dá ao arquiteto [ao usuário] a chance de transformá-lo num ambiente de entretenimento masculino usado nos eventos sociais para o visitante [...] (AMORIM, 1999, p. 88, tradução nossa, grifo nosso).

Apesar dessa posição destacada por Amorim não apresentar acesso direto do exterior, em certa medida, ela facilita que a atividade desenvolvida nesse espaço seja direcionada mais para a interface entre habitantes e visitantes. Assim, nesta análise, o *home office* é classificado em dois tipos: (a) *Office* social - aquele que foi pensado para proporcionar a interface mais direta entre habitantes e visitantes (mais próximo dos ambientes do setor social – mesmo que não apresente acesso direto para o exterior); (b) *Office* íntimo - aquele que foi pensado para atender as atividades mais privativas dos habitantes.

Esse ambiente de luxo não é o único que se beneficiou com o avanço tecnológico, no que diz respeito aos equipamentos domésticos. O lazer proporcionado por produtos de áudio e vídeo de última geração se tornou tão requisitado que o próprio equipamento dá nome a um renovado espaço da habitação: o *home theater*. A renovação vem do fato que este ambiente tem como antepassado a sala de TV - rótulo ainda muito utilizado nos projetos, mas que, como visto, já não faz parte do jargão entre os profissionais de arquitetura de interiores. Apesar da atividade desenvolvida no ambiente não mudar, verifica-se uma renovação no seu significado social, uma vez que, em muitos casos, esse ambiente é pensado principalmente para a atividade de receber, e não apenas para a diversão íntima dos moradores.

A copa é o termo dado originalmente ao armário onde eram armazenados, a princípio, os alimentos não perecíveis (AMORIM, 1999) e, posteriormente, os utensílios limpos da cozinha, como pratos, talheres, panelas, etc. (NASLAVSKY, 1998). No entanto, seu significado mais contemporâneo se aproxima da descrição feita por Tramontano (2004, p.109): a copa “é o verdadeiro local de refeições cotidianas do grupo doméstico, lugar de convívio por excelência”. Nas décadas de 1920 e 1930, Naslavsky (1998) e Paula (2007) sugerem que esse ambiente, além de local para refeições, servia como uma espécie de vestíbulo¹²³ que

¹²³ Segundo Lemos (1989), o vestíbulo é uma novidade programática trazida pelos arquitetos eruditos do ecletismo que proporciona total independência entre as três zonas da casa: “as áreas de estar, de repouso e de serviço deveriam esta distribuídas de tal maneira que se pudesse ir de uma delas a outra sem que fosse necessário passar pela terceira” (LEMOS, 1989, p.52).

intermediava os cômodos sociais, privados e de serviço¹²⁴. Nas décadas seguintes, a copa, quando existe, funde-se com a cozinha e o lugar que antes era ocupado por ela “transforma-se em corredor de ligação entre quartos, sala de jantar e cozinha da casa, que, em parte, continua tendo a função de ligação entre as três zonas” (NASLAVSKY, 1998, p. 140). Vale ressaltar que essas descrições tratam de algumas características da função e da localização espacial da copa em algumas moradias e em certos períodos. No entanto, nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, nem sempre os cômodos eram distribuídos em três setores bem definidos.

Já o lavabo é um ambiente cuja função é semelhante ao do banheiro, diferindo deste por não oferecer o chuveiro (atividade de tomar banho). Tramontano (2004, p. 145) define lavabo como o ambiente que tem apenas uma bacia sanitária e um lavatório ou pia e, segundo Paula (2007), começou a aparecer no programa arquitetônico dos apartamentos cariocas a partir da década de 1950. Como sua localização é, comumente, no setor social, o lavabo é um ambiente próprio (mas não exclusivo) para os visitantes, podendo ser considerado como uma estratégia de evitar o acesso e a circulação dos visitantes pelo setor íntimo – onde fica localizado o bwc social.

Tanto nos POs, quanto nos PRs é verificada a existência desses rótulos. Contudo, nos PRs também é feita uma análise das alterações funcionais, com o objetivo de mensurar seu grau de alteração. Essas alterações são classificadas em três tipos (Figura 3.2):

- (a) Introdução – quando um rótulo não existente no PO é introduzido no PR;
- (b) Supressão – quando o espaço ou o rótulo (ou os dois juntos) são suprimidos do PO.
- (c) Mudança - quando o rótulo é suprimido, mas o espaço permanece praticamente inalterado, com um rótulo diferente do originalmente designado no projeto, ou seja, houve uma mudança de rótulo e, conseqüentemente, de atividade.

Esse tipo de análise permite identificar tanto as demandas por espaços para desenvolver novas atividades no âmbito doméstico, quanto as atividades que são preteridas para possibilitar a inserção dessas novas atividades.

¹²⁴ Mesmo que, nesta época, eles ainda não formassem três setores bem definidos.



Figura 3.2. Ilustração dos tipos de alteração na variável funcional.

Cada grupo de PO e suas respectivas PRs são analisados com o objetivo de verificar a existência desses três tipos de alterações. Para quantificá-las, atribui-se um ponto para cada alteração. No PR da Figura 3.2, por exemplo, são identificadas três introduções, seis mudanças e quatro supressões, resultando um total de 13 alterações funcionais. O total de alterações de todos os PRs de um mesmo PO é computado e o resultado é descrito segundo a frequência de alteração total (Figura 3.3), do tipo de alteração por setor e por tipo de alteração (Figura 3.4).

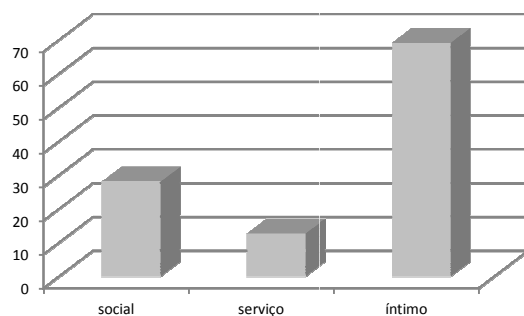


Figura 3.3. Frequência das alterações programáticas por setor.

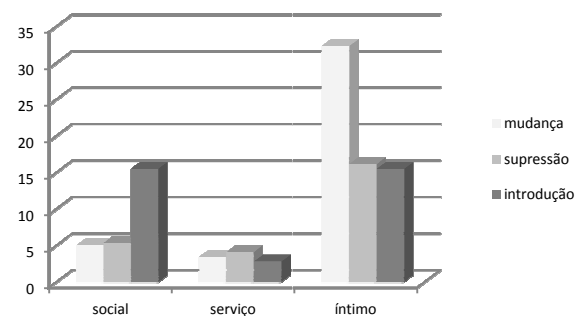


Figura 3.4. Frequência do tipo de alteração programática por setor.

3.1.2. Variável dimensional

Numa habitação, a dimensão dos ambientes é uma exigência que deve ser definida de maneira que a superfície dos cômodos seja adequada para que a vida da família possa ser

desenvolvida como se deseja. Isto é, a dimensão deve ser pensada de maneira a permitir a instalação de equipamentos e móveis necessários aos modos de habitar da família.

Nesta investigação, a variável dimensional é analisada através do cálculo da área de ambientes e setores¹²⁵. A área dos setores é organizada em inequações em ordem decrescente de valor. Já a dos ambientes é computada separadamente, com exceção da suíte principal¹²⁶, entendida como o agrupamento dos espaços de uso exclusivo do seu ocupante – espaço de dormir, de se vestir, de assear-se etc.

Os valores de área de ambientes e setores também são descritos percentualmente, em relação à área total do apartamento e em relação à área setorial. Dessa maneira é possível comparar o percentual de área ocupada por um mesmo cômodo em apartamentos de área total diferentes, bem como revelar distintos investimentos em certos ambientes domésticos – outro atributo que pode indicar o status de atividades e usuários. Com o intuito de encontrar padrões dimensionais que se repetem são feitas inequações com valor decrescente de área setorial.

Além disso, com o objetivo de melhor descrever os dados e destacar alguns exemplos que fogem do padrão de referência em relação à área, são descritas algumas medidas da estatística descritiva¹²⁷ - o valor mínimo (Mn), o valor máximo (Mx), a média aritmética (Md), o desvio padrão (DP) e o coeficiente de variação (CV). As duas primeiras medidas referem-se exatamente ao que sua denominação indica: valores de área mínimo e máximo de cada ambiente ou setor. A média aritmética é uma medida de tendência central ou medida de posição. Já as duas últimas são as medidas de dispersão, que tem por objetivo encontrar um valor que resuma a variabilidade de um conjunto de dados¹²⁸. O desvio padrão (DP) indica o afastamento dos valores observados em relação à média aritmética da amostra e, subtraído e somado à média, determina os valores mínimo e máximo do intervalo médio (IM) de valores da amostra. O coeficiente de variação (CV) é interpretado como a variabilidade dos dados em relação à média. Nesta investigação, um CV é considerado baixo

¹²⁵ As áreas foram computadas por meio do uso do software AUTOCAD, versão 2010, tendo em vista a discrepância entre as áreas oficialmente divulgada pela construtora e a do projeto do apartamento.

¹²⁶ Nos projetos que apresentam mais de uma suíte, àquela mais destacada – seja pela dimensão, seja pela representação de uma cama de casal no layout – é referida neste documento como ‘suíte principal’; as demais, suítes secundárias.

¹²⁷ A estatística descritiva é a etapa inicial de estudos estatísticos que tem a finalidade de descrever e resumir dados (SALSA; MOREIRA; PEREIRA, 2005).

¹²⁸ Todas essas medidas foram calculadas no software Excel, versão 2007.

(indicando um conjunto de dados razoavelmente homogêneo) quando for menor ou igual a 0,25¹²⁹.

Os ambientes também são classificados em dois tipos, de acordo com seu valor de área, e denominados segundo o conceito definido por Bourdieu (2008): (a) ambientes com dimensão de ‘necessidade’ – àqueles com o mínimo de área necessária para que a função prescrita seja desenvolvida; (b) ambientes com dimensões de ‘luxo’ – aqueles com área além do necessário para o desenvolvimento da função prescrita para o espaço.

As dimensões mínimas necessárias para cada ambiente são definidas pela Lei de Edificações e Instalações do Município de Recife (1997). Essa Lei define os parâmetros dimensionais mínimos para cada ambiente, de acordo com a área mínima ou o diâmetro mínimo para ser traçado no ambiente, conforme descrito na Tabela 3.1.

Tabela 3.1. Dimensões mínimas para os ambientes
Fonte: Lei de Edificações e Instalações na cidade do Recife (1997)

Ambientes	Área mínima	Círculo inscrito (diâmetro)
Sala		2,40
Quarto		2,40
Copa		1,60
Cozinha		1,60
Despensa		0,80
Depósito		0,80
Varanda/Terraço		0,90
Circulação		0,90
Área serviço		0,90
WC com 02 peças	1,80	0,90
WC com 03 peças	2,55	0,90

A área mínima é descrita apenas para os bwcs (wc com 03 peças) e lavabos (wc com 02 peças). Contudo, pela dimensão do círculo inscrito, pode-se deduzir a área mínima dos demais ambientes pode ser deduzida conforme indicado na Tabela 3.2. A Lei faz ainda uma observação em relação aos quartos. Para cada grupo de três quartos, é permitido um quarto de serviço, desde que tenha uma forma que permita traçar em seu piso um círculo com diâmetro 2,00m e uma das dimensões não seja inferior a 2,5m. Ou seja, a área mínima para quartos de serviço é 5,00m².

¹²⁹ Esse padrão varia de acordo com a aplicação.

Tabela 3.2. Dimensões dos ambientes: valor mínimo, de necessidade e de luxo.

	Área mínima (m ²)	Dimensão de necessidade	Dimensão de luxo
Sala e Quartos	5,76	≤ 6,05	> 6,05
Copa e Cozinha	2,56	≤ 2,69	> 2,69
Despensa e Depósito	0,64	≤ 0,67	> 0,67
Varanda, Terraço e Área de serviço	0,81	≤ 0,85	> 0,85

A Tabela 3.2 também mostra que os ambientes que apresentam valor de área menor ou igual à dimensão mínima são considerados ambientes com dimensão ‘de necessidade’. Os que apresentam valores de área maior do que 5% desse valor mínimo necessário são considerados ambientes com dimensão ‘de luxo’.

Em relação às alterações na variável dimensional, a análise possibilitou classificar os ambientes e setores segundo a permanência, ampliação ou redução das respectivas áreas, registrados em valores absolutos. São consideradas ampliação ou redução as modificações que alteram o valor absoluto da área no mínimo 5%, para os espaços que apresentam mais de 10m², e 10% para os espaços menores que 10m².

3.1.3. Variável configuracional

Essa seção se dedica a explicitar os métodos e técnicas de análise descritos pela sintaxe espacial (HILLIER; HANSON, 1984), para representar, quantificar e interpretar a configuração espacial de edifícios. Segundo Hillier, Hanson e Peponis (1984), para analisar uma edificação de acordo com os métodos da sintaxe espacial é preciso seguir três procedimentos: (a) a identificação e representação de elementos espaciais; (b) a categorização e análise das relações espaciais; e (c) a identificação de padrões espaciais. Estes três procedimentos formam a base metodológica para a análise sintática de qualquer tipo de edificação.

3.1.2.1. Os elementos espaciais

Para analisar a configuração espacial dos projetos de apartamento é preciso descrever suas unidades componentes e as relações entre elas. Baseado em Hillier et al (1976) e em Hillier e

Hanson (1984), Holanda (2007, p. 12) define arquitetura como “um sistema de barreiras e permeabilidade ao movimento, de transparência e opacidade à visão, de cheios e vazios impregnados de práticas sociais”. Assim, uma edificação organiza o espaço através de barreiras (ao movimento e/ou visão) e de conexões (permeabilidades ao movimento e/ou visão), de acordo com as regras e princípios sociais de quem as concebeu.

De acordo com as técnicas descritas pela sintaxe espacial, essas barreiras e conexões são representadas de maneira que as formas métricas/euclidianas do plano sejam ignoradas com o objetivo de ressaltar as propriedades topológicas que representam as relações espaciais que se pretende analisar. O sistema espacial pode ser descrito através de: linhas axiais, espaços convexos ou campos visuais.

Arquitetos compõem uma edificação ao longo de eixos, diferenciam suas partes através da articulação de espaços grandes e pequenos, e tornam a forma mais ou menos compreensível através da força dos campos visuais. As pessoas se movem ao longo das *linhas axiais*, formam grupos em elementos *convexos* bi-dimensionais, e veem em três dimensões, os *campos visuais*. (HANSON, 1998, p.242, grifo nosso)

Ou seja, as linhas axiais distribuem, promovendo movimento, os espaços convexos congregam, promovendo a copresença, enquanto que os campos visuais (ou isovistas) possibilitam a visão, promovendo a cociência. A copresença é um termo que se refere à capacidade de ter presença simultaneamente de uma ou mais pessoas num dado espaço. A cociência refere-se à capacidade de ter ciência, de saber da presença de outras pessoas localizadas em outros espaços.

Para descrever a configuração espacial dos projetos foi adotada a dimensão convexa como a principal dimensão espacial. A escolha se deu pelo fato de a potencialidade de uso de um determinado espaço estar relacionado à sensação de inclusão, de copresença. O espaço que suporta essa sensação é caracterizado por convexidade, ou espaço convexo. Assim, o *layout* dos apartamentos selecionados foi descrito através de uma representação abstrata desses campos de uso, identificando os elementos espaciais através de espaços convexos, formando, assim, o mapa de convexidade (Figura 3.5). Esse mapa é obtido representando sobre o plano arquitetônico a menor quantidade dos maiores espaços convexos possíveis de se delimitar entre as barreiras físicas da edificação, que podem ser fixas (paredes, desníveis de piso, etc.) ou móveis (arranjo do mobiliário)¹³⁰. Na presente análise, a menor dimensão

¹³⁰ Convexo funcional (HADJICHRISTOS, 2003; HANSON; MAJOR, 1997; MONTEIRO, 1997).

adotada para formar um espaço convexo foi de 0,80m, pois um espaço cuja menor dimensão for menor que essa medida, não permite o desenvolvimento de atividades relevantes dentro do ambiente doméstico. Para todo espaço convexo é atribuído um rótulo – já presente nas plantas - indicando as atividades programadas para acontecer em cada um deles.

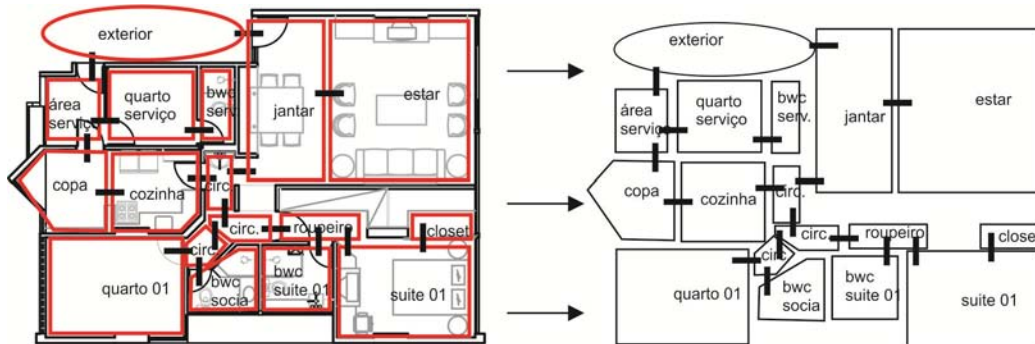


Figura 3.5 Confeção do mapa convexo.

O mapa convexo é um instrumento que permite quantificar e representar muitas características do sistema espacial. O número de espaços convexos de um ambiente é indicativo, por exemplo, de sua regularidade geométrica. Nos apartamentos cuja forma geométrica seja mais regular, a quantidade de espaços convexos praticamente coincide com o número de ambientes. Essa relação entre número de ambientes e número de espaços convexos é utilizada, por exemplo, para indicar o grau em que o layout forma ambientes mais abertos ou mais compartimentados e é utilizado em vários estudos de ambientes domésticos (AMORIM, 1999; HANSON, 1998).

3.1.2.2. As relações espaciais: propriedades e medidas

Tendo definido a unidade espacial – os espaços convexos – é preciso descrever a relação entre elas. De maneira geral, pode-se dizer que há duas possibilidades de relação entre dois espaços: ser acessíveis ou ser visíveis entre si. A acessibilidade direta só é possível entre dois espaços adjacentes (STEADMAN, 1983), através de uma permeabilidade no limite comum entre eles - uma porta, uma passagem, uma abertura qualquer na parede, um desnível etc. Já para a visibilidade direta entre dois espaços não é necessário haver adjacência entre eles e os critérios para essa definição variam de acordo com os objetivos da análise.

Nascimento (2008), por exemplo, na investigação sobre a mudança de uso da Casa de Detenção do Recife (uma penitenciária do século XIX) para a Casa da Cultura de Pernambuco

(um mercado de artesanato), adota a relação direta de visibilidade se a partir de qualquer ponto de um espaço existe a possibilidade de visualizar qualquer ponto de outro espaço, pois o que interessa para edificações que operam relações entre pessoas e coisas, como os mercados (MARKUS, 1993; NASCIMENTO, 2008), é ter cociência - saber da existência de outros espaços.

Distintamente de Nascimento, essa pesquisa adota a relação direta de visibilidade quando é possível, a partir da parte comumente mais usada de um espaço (o sofá numa sala de estar, a mesa, numa sala de jantar, ou a cama, num quarto, por exemplo), visualizar a parte mais usada de outro espaço. Isso porque, neste caso, não basta apenas ter a cociência do espaço em si, e sim que a organização espacial possibilite maior ou menor visibilidade das atividades que estão sendo realizadas no espaço (Já que a visibilidade é usada como um dos parâmetros para definir o grau de privacidade de um espaço, como é visto adiante). Essas atividades são desenvolvidas em apenas certas áreas dos espaços convexos, como as destacadas em laranja nos projetos da Figura 3.6. No PO C13a1, uma pessoa situada na varanda tem visibilidade de outra que esteja na sala de estar, jantar e cozinha. Diferente do que ocorre no PO C10a, cuja visibilidade da cozinha, a partir da varanda, só acontece numa pequena e insignificante porção do espaço, e não na porção de área mais utilizada para as atividades desenvolvidas na cozinha.



Figura 3.6. Exemplo de visibilidade direta entre a varanda e a cozinha, inexistente no PO à esquerda (C10a) e existente no PO à direita (C13a1).

Uma maneira de representar topologicamente as propriedades de acessibilidade e de visibilidade é através do grafo de permeabilidade. Nessa representação topológica dos planos arquitetônicos, cada espaço convexo é representado por um nó e a relação direta de

acessibilidade e/ou visibilidade entre dois espaços, por uma linha (Figura 3.7). Para justificar esse grafo, adota-se qualquer espaço como raiz¹³¹ e, em seguida, ordenam-se os espaços diretamente conectados a essa raiz, que estão no nível 1 de profundidade. Os espaços do nível 2, por sua vez, são aqueles que se conectam diretamente aos espaços do nível 1, e assim sucessivamente. A profundidade, empregada no sentido topológico e não no geométrico, é, portanto, a propriedade sintática mais facilmente identificada e mensurada através do grafo justificado. A profundidade a partir de uma raiz específica indica o número total de níveis de um grafo, que podem variar de raso (com poucos níveis de profundidade), a profundos (HILLIER; HANSON, 1984).

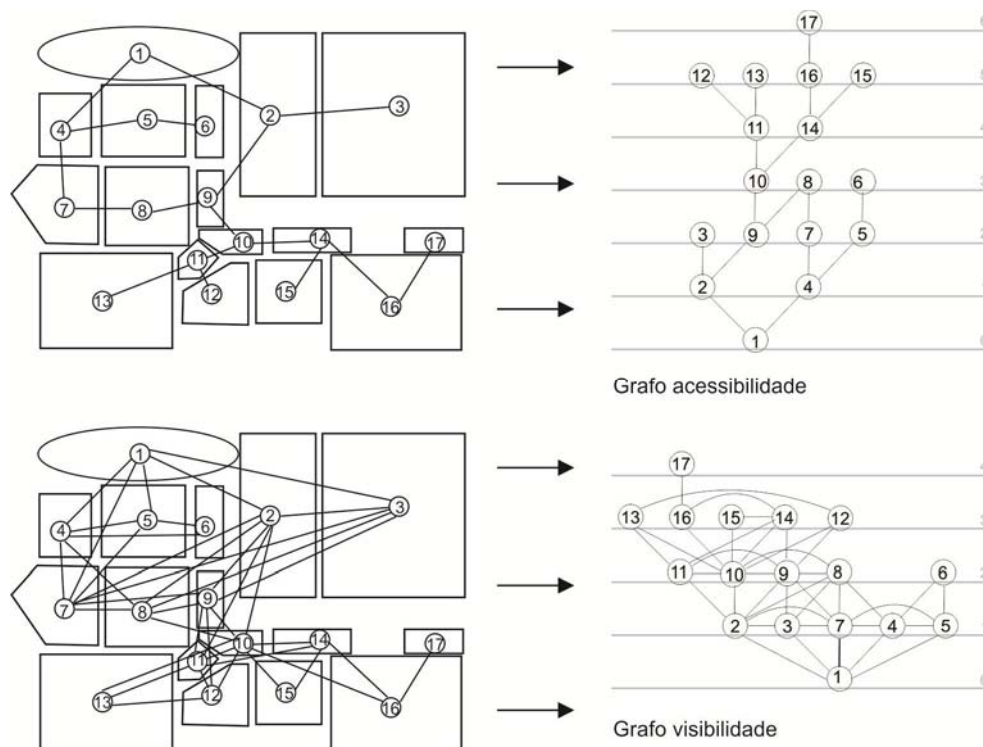


Figura 3.7. Acima, as linhas indicam a relação de acessibilidade entre os espaços. Abaixo, as linhas indicam a relação de visibilidade entre os espaços.

Em análises de habitações é muito comum escolher o espaço externo à edificação como a raiz do grafo¹³². Esse espaço geralmente é incluído neste tipo de análise para entender a relação exterior x interior; público x privado; habitantes e visitantes; ambientes mais próximos (rasos) e mais afastados (profundos) da rua. Como comentado no capítulo 1, no apartamento, a inclusão dos espaços privados coletivos na análise espacial pode alterar significativamente as relações espaciais dos espaços internos dos apartamentos. Portanto, a

¹³¹ A raiz de um grafo é o espaço convexo que foi adotado como o espaço inicial para a justificação do grafo (HILLIER; HANSON, 1984).

¹³² O *carrier space* ou espaço de condução/conductor (HILLIER, HANSON, 1984)

raiz do grafo é o espaço imediatamente externo ao apartamento, o hall social e o de serviço, que é tratado como único.

O grafo de acessibilidade justificado descreve as relações entre os espaços que formam um sistema espacial, de acordo com o tipo e o número de conexões entre os nós. Alguns grafos formam uma sequência de nós, onde um deles é antecedido por um único espaço e conduz a apenas outro. São os grafos em sequência, que representam sistemas com alto controle de acessibilidade, à medida que apresenta uma única opção de movimento. Alto controle também está associado a grafos em arbusto¹³³, onde um espaço dá acesso a vários outros (Figura 3.8). Existem também os grafos cujas conexões entre os nós formam círculos, ou anéis, onde a partir de um espaço, pode-se percorrer outros, cujo movimento termina no mesmo espaço de origem (Figura 3.8). Grafos com muitos anéis indicam menor profundidade e menos controle do movimento, já que o sistema espacial proporciona mais de uma opção de ir de um espaço a outro.

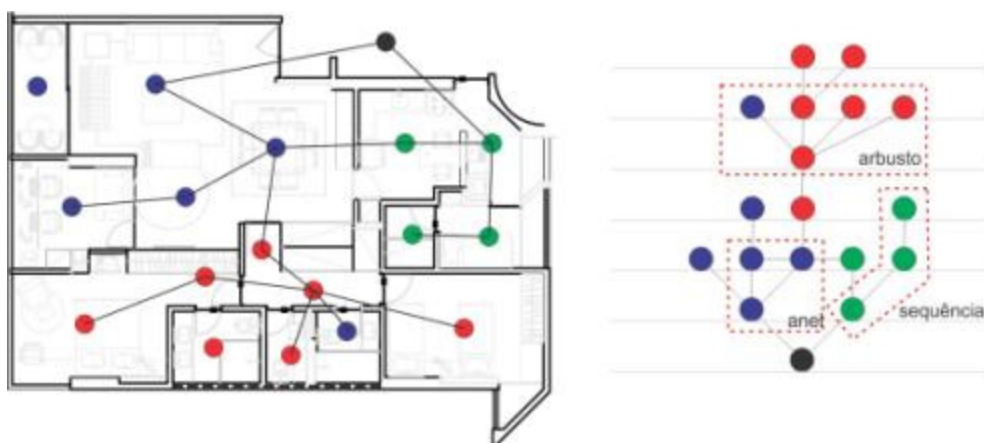


Figura 3.8. Grafo justificado, com destaque para formas de conexão em sequência, arbusto e anel.

A configuração espacial também pode ser considerada em termos da estrutura setorial¹³⁴. Como visto no capítulo teórico, e descrito na variável funcional, os espaços que compõem cada setor funcional são ocupados por atividades de mesma natureza. O padrão espacial de acessibilidade desses setores domésticos é analisado, primeiramente, através do grafo justificado setorial. Nesse grafo, os nós, em vez de representar um único espaço convexo, representam um conjunto contínuo de espaços convexos pertencentes a um mesmo setor socioespacial. O procedimento para desenvolver esse grafo é descrito por Amorim (1997) e

¹³³ Segundo Hillier e Hanson (1984), espaços em sequência ou em arbusto podem conferir formalidade e simbolismo a espaços mais profundos.

¹³⁴ Este tipo de análise se aplica apenas aos padrões de acessibilidade.

consiste na identificação dos espaços funcionais de cada um dos setores. Caso esses espaços formem um campo funcional contínuo, eles podem ser reduzidos a um único nó, sem perder as relações de permeabilidade existentes (Figura 3.9).

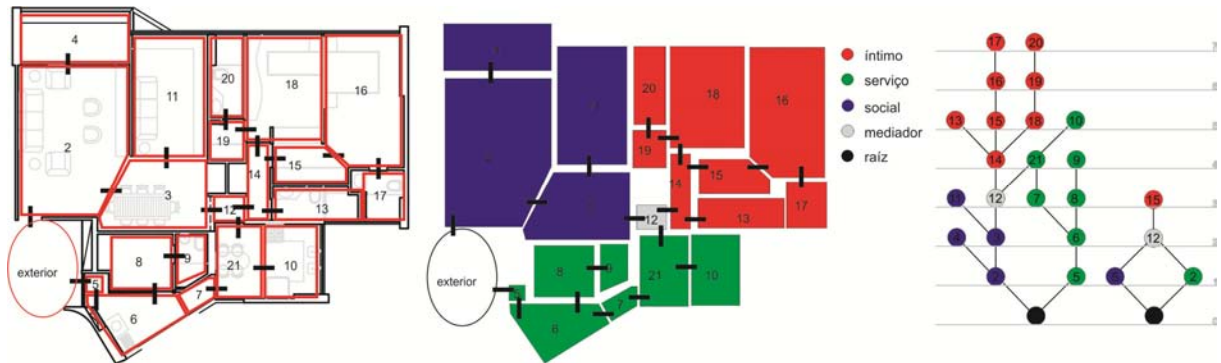


Figura 3.9. Representação dos setores em grafo. Procedimento baseado em Amorim (1997).

O grafo setorial procura tornar visíveis padrões de acesso entre os diferentes setores, que são socialmente relacionados a códigos de interação entre as categorias de atividades desenvolvidas nesses setores. Através da sua observação é possível perceber, por exemplo, a existência de setores mais ou menos isolados do sistema espacial total. Alguns setores apresentam limites muito permeáveis e permitem acesso através de mais de uma de suas partes o que diminui o controle de movimento e aumenta a interface entre os setores (Figura 3.10). Outros, apresentam uma conexão única e se caracterizam por ter um restrito e fácil controle de acesso – principalmente no caso de haver o espaço mediador¹³⁵-, determinando, assim, uma clara identificação dos limites do setor (Figura 3.11).

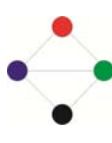


Figura 3.10. Grafo setorial com controle de acesso permeável.



Figura 3.11. Grafo setorial com restrito controle de acesso.

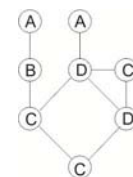


Figura 3.12. Tipos de espaços num grafo.

A partir do grafo justificado também podem ser identificados quatro tipos de espaços, definidos pela maneira como são conectados com seus vizinhos (HILLIER, 1996). O primeiro, o tipo A, é o espaço terminal, que apresenta apenas uma ligação e representa o fim de uma rota de movimento. O segundo, o tipo B possui no mínimo duas ligações e localiza-se no

¹³⁵ Quando um espaço convexo de transição (aquele cuja função prescrita é para servir de circulação) distribui a circulação entre mais de um setor distinto, esse é classificado como ‘mediador’ (AMORIM, 1999). Quando um espaço convexo de transição distribui a circulação dentro de um mesmo setor, ele é tratado como pertencente a esse setor. O espaço, ou setor, mediador tem por função separar e isolar a relação entre grupos de espaços, funções e usuários.

caminho de pelo menos um espaço terminal, onde o percurso origem-destino-origem se dá sempre pelos mesmos espaços. O espaço tipo C, também possui no mínimo duas ligações, mas encontra-se num anel simples. O tipo D é o espaço contido em mais de um anel e o movimento a partir deste tipo de espaço tem várias alternativas de retorno (Figura 3.12). Hillier (1996) sugere que existe uma relação fundamental entre esses tipos de espaços e alguns comportamentos humanos nas edificações, como ocupar e deslocar. Ocupação acontece mais em espaços do tipo A, onde não existe nenhum deslocamento 'através', enquanto que o movimento tende a ser maior nos espaços tipo B, C e, principalmente, no D.

Outras duas noções, associadas à profundidade e representadas pelo grafo justificado, são a de assimetria e distributividade. Uma relação entre dois espaços 1 e 2 é simétrica, em relação a um espaço 3, quando a relação de 1 para 2 é a mesma de 2 para 1. Nesse caso, nem 1, nem 2 exerce uma relação de controle de um para o outro. Quando essa relação não é igual, diz-se que a relação entre esses dois espaços é assimétrica. Já a noção de distributividade diz respeito à formação de anéis que geram alternativas de movimento de um espaço para outro (Figura 3.13). Nesse sentido, sistemas espaciais com 'anéis', apresentam certa flexibilidade ao movimento, já que há mais de uma alternativa de caminho; em outros, as conexões apresentam uma sequência de espaços, formando sistemas espaciais 'em árvores', que apresentam um alto controle ao movimento, já que só oferecem uma possibilidade de rota. A predominância de mais ou menos anéis em um grafo de acessibilidade é um forte indicador do tipo de relação social expressa no espaço.

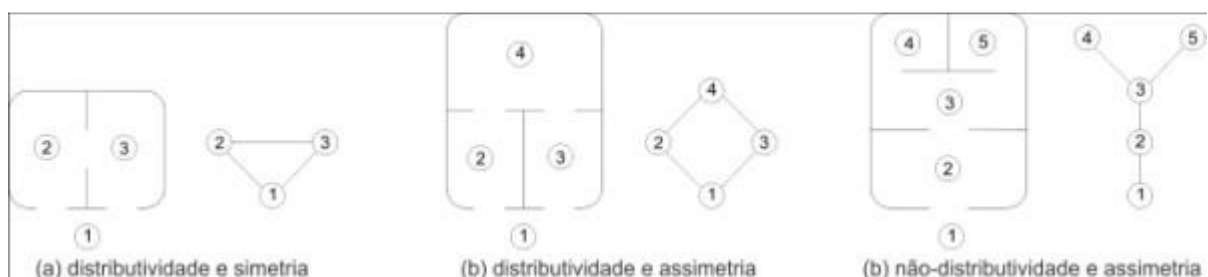


Figura 3.13. Relação de simetria e distributividade.
(Desenho do autor, baseado em LOUREIRO, 2000).

Os grafos justificados são um poderoso instrumento capaz de descrever uma série de relações na estrutura espacial, que podem ser medidas e expressas através de valores numéricos. Essas medidas indicam propriedades topológicas diversas de um sistema espacial. Seguindo a sugestão de Hillier (1996) de que é preciso testar e aplicar vários procedimentos de representação a fim de identificar a maneira mais adequada para

entender a lógica do sistema espacial estudado, o presente estudo verifica e identifica uma série de medidas e índices.

Dentre as medidas sintáticas, existem as locais, que se referem às relações de cada espaços com seus vizinhos, e as globais, referindo-se à relação de cada espaço com todos os demais do sistema. As locais são as de Conectividade e a de Anelaridade. A Conectividade indica o número de conexões de cada espaço em relação a seus adjacentes¹³⁶. A Anelaridade expressa o numero de anéis que se formam num sistema. Essa medida é calculada pela expressão:

$$A = C - (E - 1)^{137} \dots [3.1]$$

onde 'A' é o número de anéis do sistema, 'C' é o número de conexões e 'E' é o número total de espaços convexos do sistema. O número máximo de anéis de um sistema (A_{mx}) é dado por:

$$A_{mx} = 2E - 5^{138} \quad [3.2]$$

Os sistemas espaciais também podem ser representados pelo seu grau de anelaridade. Para medir esse grau, Hillier e Hanson (1984, p. 154) propuseram a Anelaridade Relativa (AR) que permite a comparação direta entre sistemas de diferentes tamanhos. A Anelaridade Relativa (AR) é dada pela seguinte expressão:

$$AR = \frac{A}{A_{mx}}^{139} \quad [3.3]$$

O AR varia de zero, para grafos em árvores, a um, para grafos em anéis. Em sistemas formados por muitos anéis, o controle de acesso é distribuído em mais de um *locus*, o que significa um baixo controle em relação ao movimento dos usuários. Os sistemas em árvores, o controle de acesso é mais forte.

¹³⁶ O número de conexões é calculado pelo programa Jass, desenvolvido pelo SAD – Spatial Analysis & Design, KTH School of Architecture, Stockholm - que auxilia tanto na confecção dos grafos justificados, quanto no cálculo de medidas sintáticas.

¹³⁷ Tradução do original em Amorim (1999, p. 295), " $r = c - (p - 1)$ ", onde 'r' é o número de anéis (*rings*) e 'p' é o número de pontos (*points*), ou nós do grafo.

¹³⁸ Tradução do original em Hillier e Hanson (1984, p. 154), ' $r = 2p - 5$ ', onde 'r' é o número de anéis (*rings*) e 'p' é o número de pontos (*points*), ou nós de um grafo.

¹³⁹ Tradução o original em Hillier e Hanson (1984, p. 154), ' $RR = r / 2p - 5$ ', onde 'RR' é 'Relative Ringness'; 'r' é o número de anéis (*rings*) e 'p' é o número de pontos (*points*), ou nós de um grafo.

Dentre as medidas sintáticas, pode-se dizer que a de maior relevância para entender qualquer configuração espacial é a de integração (medida global). Ela revela a profundidade média de um espaço em relação a todos os demais do sistema espacial, expressando o grau em que esse tende a integrar ou segregar suas partes. Ou seja, um espaço integrado é aquele cuja profundidade média para todos os outros do sistema espacial é minimizada. Quando se trata de permeabilidade ao movimento, o espaço mais integrado é o de acessibilidade mais direta a partir de qualquer ponto do sistema, sugerindo a existência de poucas barreiras entre ele e os demais espaços. Quando se trata de permeabilidade visual, o espaço mais integrado é aquele com maior grau de visibilidade dentre todos os outros do sistema, sugerindo a menor quantidade de opacidades entre esse espaços e os demais. Teoricamente, sistemas espaciais que não apresentam tantas barreiras físicas nem opacidades facilitam o convívio entre todas as categorias de usuários – no caso do espaço doméstico, entre habitantes, visitantes, empregados.

O valor de integração de um espaço, medido pela Relativa Assimétrica (RA)¹⁴⁰ é expresso pela relação entre a profundidade média (PM) do sistema espacial e o número total de espaços (E) que formam o conjunto, conforme expressão abaixo:

$$RA = \frac{2 (PM - 1)}{E - 2} \quad [3.4]$$

Esse valor varia entre 0 e 1. Os valores próximos a zero são os de maior integração (formando um sistema raso). Os valores próximos a 1, são os de menor integração (formando um sistema profundo).

De acordo com Hillier e Hanson (1984), o valor da Relativa Assimétrica é válido para sistemas espaciais de mesmo tamanho sintático, ou seja, sistemas que tenham o mesmo número de espaços convexos ou linhas axiais. Porém, quando é necessário fazer comparações entre sistemas de tamanhos diferentes, é preciso eliminar o efeito que essa diferença de tamanho causa no valor da Relativa Assimétrica. Isso é feito através transformação da RA para a RRA (Real Relativa Assimétrica), conforme expressão:

$$RRA = \frac{RA}{D} \quad [3.5]$$

¹⁴⁰ Tradução do original em Hillier e Hanson (1984, p.108), onde 'RA' é a 'Relative Asymmetry'.

onde o valor D^{141} é função de um grafo que representa um arranjo espacial teórico.

Os valores de integração utilizados no presente trabalho foram dados pela Real Relativa Assimetria (RRA). Quanto menor o valor de RRA de um espaço, mais este é integrado ao sistema como um todo. Quanto maior o valor de RRA de um espaço, mais este é segregado. Os valores de RRA foram calculados pelo programa JASS, tanto para a acessibilidade, quanto para a visibilidade.

Os valores de integração de cada espaço da edificação, tanto de acessibilidade, quanto de visibilidade, podem ser observados graficamente por meio do mapa de distribuição de integração, sobre o mapa convexo (Figura 3.14). Nesse mapa, os valores são associados a uma escala de cores que varia entre vermelho (mais integrado) e azul escuro (mais segregado). Comparando os mapas do PO e de seus respectivos PRs, é possível identificar a alteração entre os ambientes mais e menos integrados.

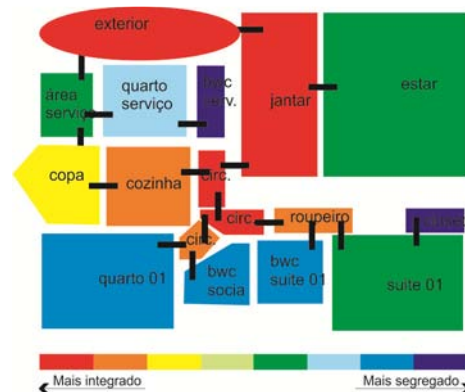


Figura 3.14. Mapa convexo com distribuição de integração.

Conforme comentado no capítulo 1, existe uma relação fundamental entre essas propriedades sintáticas e os eventos sociais desenvolvidos por uma organização social. A medida de integração, por exemplo, tem sido utilizada para identificar, probabilisticamente, as vias de maior ou menor movimento (HILLIER et al., 1993), bem como o potencial de maior ou menor uso de um espaço arquitetônico (AMORIM, 1999; HILLIER; HANSON; GRAHAM, 1987; PAULA, 2007). Mais movimento e mais uso se correlacionam com maior frequência a espaços mais integrados, enquanto a segregação sugere, probabilisticamente, que menos movimento e menos uso acontece nos espaços.

Hillier e Hanson (1984) também sugerem que existem duas maneiras de reconhecer como a estrutura social e os eventos se expressam na morfologia do espaço. A primeira se baseia na

¹⁴¹ Os valores 'D' para 'E' espaços estão descritos em Hillier e Hanson (1984, p.112).

ideia de que, em sociedades formais, a estrutura social é rígida, o comportamento é fortemente controlado, as classes são fortemente marcadas e a maioria dos eventos sociais são ritualísticos. Nesse tipo de estrutura social, os espaços tendem a ser segregados, ou seja, a distância deles para todos os outros espaços tendem a ser maiores para diminuir a possibilidade de encontros não-programados entre as categorias de usuários. A segunda maneira se baseia na ideia de que, nas sociedades informais, a estrutura social é menos rígida, existe pouco controle sobre o comportamento e cada categoria de usuário tem certa liberdade em escolher os eventos que podem participar. Para isso os espaços tendem a ser mais integrados, aumentando a possibilidade de encontros não-programados entre as classes de usuários.

3.1.2.3. Os padrões espaciais

Com a análise das características espaciais através das técnicas e métodos descritos é possível investigar as relações entre atributos da dimensão espacial e da dimensão social. Isso é feito através da análise de como algumas características sociais adquirem uma dimensão espacial.

Como destacado no capítulo 1, a maneira mais eficiente de analisar a relação existente entre a organização do espaço doméstico e seus significados sociais (expressão dos modos de habitar) é verificando a existência de padrões espaciais que se repetem, ou padrões genotípicos¹⁴², como denominado pela sintaxe espacial. Uma das maneiras de verificar a existência desses padrões é através das inequações feitas, neste caso, com valores de integração¹⁴³ decrescentes com: (a) os espaços convexos que abrigam atividades domésticas nucleares (ADN)¹⁴⁴ - entendidas como aquelas relacionadas às funções de convívio/receber (estar – E), comer (jantar – J), repousar/dormir (suíte – S)¹⁴⁵ e cozinhar (cozinha – CO); (b) os três setores domésticos – social (soc), íntimo (int) e serviço (serv). Dentre essas inequações, foi verificada àquelas que se repetem, com um percentual relevante, em diferentes projetos,

¹⁴² Repetição consistente de padrões espaciais dentre uma amostra.

¹⁴³ Tanto integração por acessibilidade, quanto integração por visibilidade.

¹⁴⁴ Interpretação do *minimal living complex* (HANSON, HILLIER, GRAHAM, 1998), que são os espaços que abrigam as atividades centrais da edificação.

¹⁴⁵ Neste caso, o principal dormitório do apartamento.

denominadas ‘inequações genotípicas’, que podem ser fortemente associados a padrões culturais.

Essas inequações são utilizadas para a descrição do padrão de acessibilidade e do padrão de visibilidade dos projetos (POs e PRs). As alterações nesses padrões são mensuradas de acordo com a alteração na ordem dos componentes das inequações e são verificadas em cada conjunto de PO e suas respectivas PRs. Basicamente, duas possibilidades de alteração podem ser encontradas. A primeira acontece quando a inequação apresenta permuta em, no máximo, dois componentes, o que equivale a uma alteração tida como de ‘grau 1’. Na segunda alteração, a permuta acontece em, pelo menos, três componentes, resultando numa alteração tida como de ‘grau 2’.

Como essas inequações são formadas apenas com os espaços que abrigam as atividades domésticas nucleares, alguns aspectos referentes a outros espaços convexos, como os quartos, os *home theater* e *office*, dentre outros, podem ser relevados. Por outro lado, formar inequações com grande número de componentes muitas vezes dificulta a identificação de padrões genotípicos. Assim, com o objetivo de unificar e simplificar os dados (já que os valores de integração são números fracionados – o que dificulta a comparação) o padrão espacial total do sistema, dos setores e de todos os espaços convexos do apartamento foram normalizados para poder ser comparados (tanto os valores de acessibilidade, quanto os de visibilidade de um único sistema espacial).

De acordo com Salsa, Moreira e Pereira (2005), “a normalização é uma atividade destinada a estabelecer, face a problemas reais ou potenciais, disposições para utilização comum e repetida, tendo em vista a obtenção do grau ótimo de ordem, num determinado contexto”. Essa ‘unificação’ (normalização) pode ser feita de várias maneiras. Neste caso, em cada sistema espacial, os valores de integração são divididos em percentis – os da ordem 25, 50 e 75¹⁴⁶ –, o que resulta em quatro categorias de valores (Tabela 3.3):

- (a) Categoria 1 - espaços convexos muito integrados;
- (b) Categoria 2 – espaços convexos medianamente integrados;
- (c) Categoria 3 – espaços convexos medianamente segregados;

¹⁴⁶ Percentil é um conceito estatístico que diz que o p-ésimo percentil (ou de ordem p) de uma amostra é um valor tal que p% dos elementos têm valores menores que ele e (100 – p)% têm valores maiores. Percentis de ordem 25, 50 e 75 são denominados quartis e, mais especificamente, primeiro, segundo e terceiro quartis (SALSA; MOREIRA; PEREIRA, 2005).

(d) Categoria 4 – espaços convexos muito segregados.

Tabela 3.3. Normalização dos valores de RRA de um sistema espacial.

convexo	rótulo	RRA	cat.	
1	exterior	1,18	3	Percentil de ordem 25 = 1,04
2	estar	0,93	1	Percentil de ordem 50 = 1,15
3	varanda	1,43	3	Percentil de ordem 75 = 1,45
4	jantar	0,65	1	
5	cozinha	0,87	1	
6	copa	1,36	3	
7	serviço	1,12	2	
8	q serv	1,55	4	
9	bqc serv	2,05	4	
10	circ int	0,65	1	
11	office	1,15	3	
12	bw c social	1,15	3	Categoria 01 - $RRA \leq 1,03$
13	qto hospedes	1,08	2	Categoria 02 - $1,04 < RRA \leq 1,14$
14	bw c hosp	1,58	4	Categoria 03 - $1,15 < RRA \leq 1,44$
15	rouparia	1,15	3	Categoria 04 - $RRA \geq 1,45$
16	suite 1	1,02	1	
17	closet s1	1,46	4	
18	bw c s1	1,95	4	

Dessa maneira, é possível identificar em qual das quatro categorias se enquadra cada um dos sistemas espaciais total, dos setores e dos espaços convexos isoladamente. Quando aplicado a esse último, essa técnica torna-se uma forma alternativa de verificar o padrão de acessibilidade e de visibilidade, que difere das inequações principalmente por englobar todos os espaços convexos. Da mesma maneira que as inequações, padrões genotípicos podem ser identificados quando um espaço convexo é verificado como pertencente à mesma categoria de integração dentre sistemas espaciais distintos.

Além disso, essa classificação permite mensurar a alteração do padrão de acessibilidade e de visibilidade de cada espaço convexo, setor e estrutura espacial total, do PO para os PRs. As alterações podem ser de dois tipos: (a) as que tornam o valor de acessibilidade e visibilidade mais integrados (alterações que vão no sentido decrescente do número da categoria – da cat. 4 para cat. 3, cat. 2 ou cat. 1); (b) as que tornam o valor de acessibilidade e visibilidade mais segregados (alterações que vão no sentido crescente do número da categoria – da cat. 1 para cat. 2, cat. 3 ou cat. 4).

Como visto na seção anterior, outra técnica eficiente para verificar a existência de padrões genotípicos é através do grafo setorial. Os grafos são um poderoso instrumento para avaliar o quanto um setor é mais ou menos controlado. Em estudos habitacionais, verifica-se um grande número de tipos de grafos setoriais (AMORIM, 1999; PAULA, 2012; 2007). Contudo,

Conroy-Dalton e Kirsan (2005) mostram que alguns desses grafos apresentam poucas diferenças na sua estrutura. Nesse sentido, as autoras propuseram um método denominado ‘combinação de pequenos grafos’ capaz de medir essas diferenças que, em alguns casos, podem impedir a correta identificação de consistências genotípicas. De acordo com esse método, um pequeno nível de similaridade entre grafos corresponde a poucas ações requeridas para fazer a mudança de um tipo grafo para outro, determinando, assim, ‘assinatura genotípica’ entre eles (Figura 3.15).

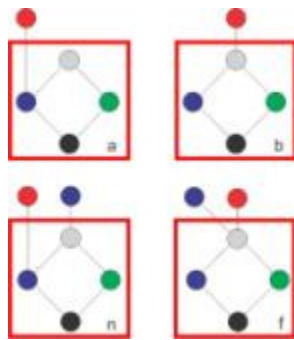


Figura 3.15. Quatro tipos de grafo setorial, destacando a ‘assinatura genotípica’.



Figura 3.16. PO C16a.

É verdade que essas ações para fazer a mudança de um tipo de grafo para outro, apesar de serem teoricamente viáveis, nem sempre são possíveis na realidade. O projeto ilustrado na Figura 3.16 apresenta grafo setorial do tipo ‘n’ (ilustrado na Figura 3.15). De acordo com o método, só é necessária uma ação para alterar o grafo tipo ‘n’ para o tipo ‘a’: retirar a conexão direta do mediador para um ramo do setor social, que equivale ao lavabo. Contudo, para que o setor social seja reduzido a um único nó do grafo setorial seria preciso que o lavabo estivesse adjacente a, pelo menos, outro espaço do setor, caso contrário não seria possível haver uma conexão direta entre eles.

No entanto, nesta investigação, esse procedimento de mensurar o número de ações necessárias para transformar um tipo de grafo em outro é bastante útil, não para identificar a assinatura genotípica, e sim, para mensurar as alterações entre grafos dos POs e dos PRs que eles deram origem. As alterações nos grafos alterados onde são feitas até duas ações, são consideradas de ‘grau 1’. Quando são verificadas mais de duas ações, as alterações são consideradas de ‘grau 2’.

Outra técnica utilizada para relacionar atributos espaciais e sociais é a correlação entre as medidas de acessibilidade e de visibilidade, utilizada por vários autores com objetivos diversos. Amorim (1999) fez essa correlação para medir o Grau de Cognição de um sistema espacial, onde uma alta correlação indica sistemas espaciais onde a informação disponível é diretamente proporcional à posição relativa na configuração espacial.

Nesta pesquisa, essa correlação utiliza técnica semelhante à proposta por Loureiro (2000), com o intuito de verificar o quanto um espaço ou setor é mais ou menos privado. Para essa análise combinada do padrão de acessibilidade e de visibilidade, a autora se utiliza de um Modelo de quatro regiões (Figura 3.17), formado por dois eixos de coordenadas. No eixo horizontal está representado o grau de acessibilidade (medido pela integração por acessibilidade); no vertical está representado o grau de visibilidade (medido pela integração por visibilidade). Os valores medianos dos graus de acessibilidade e visibilidade definem as quatro regiões. Contudo, diferente da autora, que utilizou os valores $1/RRA$ para expressar a medida da integração, nessa pesquisa, um baixo valor de RRA, indica maior integração e um alto valor de RRA, indica maior segregação. Dessa maneira, o quadrante 03 (Q3, referente à $RRAa-RRAv-$) define os espaços menos privativos, enquanto o quadrante 01 (Q1, referente à $RRAa+RRAv+$) define os espaços mais privativos. No quadrante 02 (Q2) estão localizados os espaços mais segregados visualmente e mais integrados do ponto de vista da acessibilidade, ou seja, os espaços posicionados neste quadrante proporcionam pouco controle do movimento e menos visibilidade. O quadrante 04 inverte esses valores, definindo aqueles espaços mais controlados e menos vigiados (já que a visibilidade entre os espaços é baixa).

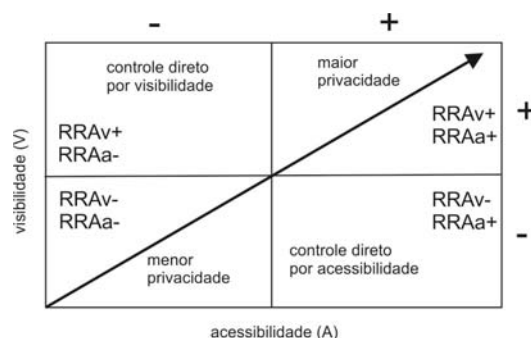


Figura 3.17. Modelo de 04 regiões.
(Desenho do autor, baseado em LOUREIRO, 2000).

Essa correlação é feita com os valores da estrutura espacial total, com os valores setoriais e com os valores de algumas atividades domésticas (aquelas verificadas em mais de 10% dos projetos). Dessa maneira é possível ver quais os espaços mais ou menos privativos, bem

como mensurar a alteração de posição nos Quadrantes. As alterações de posição nos quadrantes são contadas individualmente, indicando se cada PR muda ou não.

Por fim, com o intuito de tornar o genótipo mais consistente e, assim, verificar mais claramente a relação que pode ser estabelecida entre algumas propriedades espaciais e os tipos de relação social existente no ambiente doméstico, é feita uma correlação entre o tipo de grafo setorial e o padrão de acessibilidade das atividades domésticas nucleares. Esse procedimento é utilizado por Amorim (1999; 2001b), para verificar em que medida a natureza da setorização interfere no padrão de integração do sistema espacial como um todo. Paula (2012) também faz essa correlação numa amostra de 95 apartamentos construídos entre 1930 e 1990 no Rio de Janeiro. A autora verificou que em quase todos os apartamentos onde é encontrada a inequação genotípica, também é verificado o grafo genotípico, mesmo que a frequência de cada um deles (a inequação e o grafo) não seja exatamente a mesma.

No caso da presente investigação, as alterações também são verificadas individualmente, identificando aqueles PRs que alteram ou não o resultado verificado no seu PO de origem.

3.2. Seleção das amostras

De acordo com a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (2011), no Recife, vários edifícios de apartamentos são lançados no mercado imobiliário a cada mês. Como mencionado, o interesse é selecionar projetos de apartamentos de certa classe de consumidores – aqueles classificados dentre os que possuem ‘gosto de luxo’, utilizando a definição de Bourdieu (2008), e identificados como sendo ‘a elite recifense’, segundo Araújo (2006). Assim, os projetos de apartamentos analisados são produtos de consumo, potencialmente, da elite recifense e sua seleção é feita de acordo com os seguintes critérios:

- Oferecer, no mínimo, três quartos sociais¹⁴⁷ (independente do número de suítes)¹⁴⁸;
- Oferecer dependência de empregada¹⁴⁹.

¹⁴⁷ Ao exemplos que apresentam dois quartos sociais são referentes a variações na planta original, onde o terceiro quarto muda a função (Ver Figura 2.12).

¹⁴⁸ Para abranger tanto as famílias mais numerosas – que podem permanecer com o número original de quartos – quanto as menos numerosas – que, na reforma, possam utilizar o quarto original para finalidades diversas.

Tabela 3.4. POs selecionados e suas características gerais.

Edifício	Bairro	n. quartos	Área	Por pav.	Edifício	Bairro	n. quartos	Área	Por pav.
C1b1	Rosarinho	3	105,62	2	C13d	Espinheiro	3	101,02	2
C1b2	Rosarinho	2	105,62	2	C13e	Torre	3	82,99	3
C1g	Casa Forte	4	139,09	1	C14a1	Torre	3	78,84	4
C1a1	Graças	4	163,60	2	C14a2	Torre	3	82,67	4
C1a2	Graças	3	163,60	2	C15a1	Graças	3	72,09	3
C1a3	Graças	3	163,60	2	C15a2	Graças	3	71,75	3
C1a4	Graças	3	163,60	2	C16a	Iha do Retiro	4	166,51	3
C1f	Casa Forte	4	139,05	2	C16b1	Aflitos	3	85,59	4
C1h	Boa Viagem	4	125,90	2	C16b2	Aflitos	3	85,59	4
C1i	Graças	4	118,30	2	C16c1	Boa Viagem	3	103,85	2
C1e	Madalena	3	97,90	2	C16c2	Boa Viagem	3	103,85	2
C1c	Boa Viagem	3	82,65	2	C17a	Rosarinho	3	94,84	2
C1d	Parnamirim	3	115,35	2	C20a1	Boa Viagem	4	162,81	2
C2a	Boa Viagem	3	68,47	2	C20a2	Boa Viagem	3	108,55	2
C3a	Casa Forte	3	110,41	2	C20b	Boa Viagem	4	141,29	2
C3b	Parnamirim	3	105,93	2	C20c	Rosarinho	4	122,91	2
C4a1	Boa Viagem	4	122,34	2	C20d1	Casa Forte	4	146,39	2
C4a2	Boa Viagem	3	122,34	2	C20d2	Casa Forte	4	145,74	2
C4a3	Boa Viagem	3	122,34	2	C20e	Boa Viagem	4	147,65	2
C4b	Boa Viagem	3	108,80	2	C20f	Graças	4	171,37	2
C4c	Boa Viagem	3	108,23	2	C20g	Apipucos	4	192,64	2
C5a	Torre	4	112,50	2	C20h	Rosarinho	4	142,41	2
C6a1	Casa Amarela	3	73,59	2	C20i1	Bairro de São José	4	228,73	2
C6a2	Casa Amarela	3	74,13	2	C20i2	Bairro de São José	4	226,81	2
C6b	Encruzilhada	3	68,10	4	C21a	Boa Viagem	4	138,16	2
C6c1	Espinheiro	4	97,49	2	C21b	Boa Viagem	4	150,05	1
C6c2	Espinheiro	3	97,49	2	C21c	Jaqueira	4	124,59	2
C7a	Rosarinho	4	125,86	2	C22a1	Tamarineira	3	72,32	2
C7b1	Casa Forte	4	114,86	2	C22a2	Tamarineira	3	70,55	2
C7b2	Casa Forte	4	118,10	2	C22a3	Tamarineira	3	86,20	2
C8a	Parnamirim	4	186,00	2	C22b	Parnamirim	4	120,00	3
C8b	Poço da Panela	4	125,72	2	C22c	Casa Amarela	3	88,35	2
C8c	Poço da Panela	4	123,08	2	C23a	Madalena	4	129,11	2
C9a1	Boa Viagem	4	138,19	2	C23b	Madalena	3	91,83	1
C9a2	Boa Viagem	3	138,19	2	C24a	Boa Viagem	4	298,92	1
C9a3	Boa Viagem	3	138,19	2	C24b	Boa Viagem	4	159,97	2
C9a4	Boa Viagem	3	138,19	2	C24c	Boa Viagem	3	119,02	2
C10a	Torre	3	83,32	2	C25a1	Casa Amarela	4	128,58	2
C10b	Torre	3	79,28	2	C25a2	Casa Amarela	3	128,58	2
C10c	Madalena	3	101,05	2	C25a3	Casa Amarela	4	128,58	2
C11a1	Aflitos	2	69,73	4	C25a4	Casa Amarela	3	128,58	2
C11a2	Aflitos	2	64,14	4	C25a5	Casa Amarela	4	128,58	2
C11a3	Aflitos	3	69,73	4	C26a	Boa Viagem	3	91,76	2
C11a4	Aflitos	3	64,14	4	C26b	Boa Viagem	3	113,06	2
C11b	Casa Forte	3	92,11	4	C26c	Boa Viagem	3	88,50	2
C11c	Rosarinho	3	76,68	2	C27a	Boa Viagem	4	139,72	2
C12a	Boa Viagem	3	111,01	2	C27b	Boa Viagem	3	89,98	2
C12b	Espinheiro	4	127,10	2	C27c	Boa Viagem	3	99,49	2
C12c	Boa Viagem	4	197,11	1	C28a	Casa Amarela	3	85,69	3
C13a1	Rosarinho	3	97,82	2	C29a	Boa Viagem	4	140,90	2
C13a2	Rosarinho	3	91,57	2	C29b	Boa Viagem	4	173,92	2
C13b	Apipucos	4	131,09	2	C29c	Boa Viagem	3	122,32	2
C13c	Madalena	4	201,69	2					

¹⁴⁹ O objetivo é verificar se este cômodo continua sendo usado para a função predefinida – abrigar a atividade de descansar da empregada doméstica – ou se apresenta funções variadas.

Atendendo essas características, a seleção dos POs tomou como base de dados a lista de construtoras do site da ADEMI-PE e as propagandas do 4º Salão Imobiliário de Pernambuco, realizado de 30 de março a 03 de abril de 2011. Por constituir-se “num elo entre sociedade consumidora de bens imóveis com as empresas construtivas e destas com o Poder Público” (ADEMI-PE, 2011), a ADEMI possui uma lista de construtoras atuantes na cidade, atualizadas constantemente.

Da pesquisa nessas duas fontes, foi feita uma listagem de 37 construtoras da cidade. No site de cada uma delas procurou-se selecionar, pelo menos, três tipos de empreendimentos: (a) um edifício de apartamentos da categoria ‘lançamento’; (b) um na categoria ‘em construção’; (c) um na categoria ‘construído’ (a partir do ano 2000). Quando uma construtora não oferecia nenhum empreendimento dentro de uma dessas categorias, selecionava-se um número maior da outra.

Os edifícios de apartamentos selecionados totalizam 76. Contudo, como 18 deles oferecem mais de uma opção de planta, o número total de POs é de 105 (Tabela 3.4). Os POs são designados de maneira a identificar a construtora – C1, C2, etc. -, o edifício – a, b, c, etc. – e o tipo de projeto – 1, 2, etc. -, nos casos em que há mais de uma opção de planta.

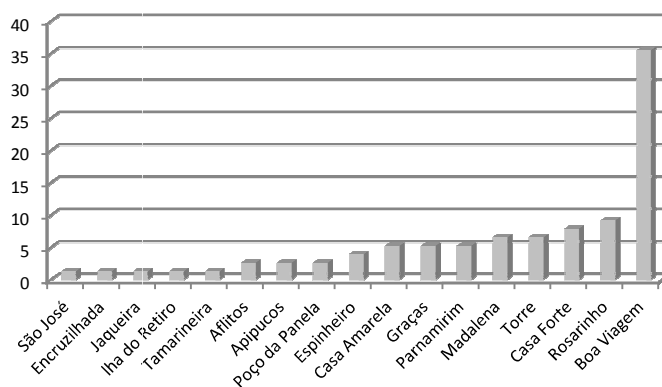


Figura 3.18. Percentual de POs por bairro.

Mesmo não tendo considerado a localização do edifício no momento da escolha, a Figura 3.18 mostra que os edifícios estão situados em bairros apontados como os de maior interesse pelos consumidores, de acordo com dados de enquete promovida em março de 2009 pela ADEMI-PE, no 2º Salão Imobiliário de Pernambuco (MERCÊS, 2009). São edifícios que oferecem apartamentos de três e quatro quartos¹⁵⁰ (Figura 3.19) e que apresentam uma

¹⁵⁰ Os três casos de POs com 02 quartos, são referentes a edifícios que oferecem mais de uma opção de planta.

área útil total que varia entre 80,41m² e 200,24m². Apesar de ter outras variações (Figura 3.20), a maioria deles oferece dois apartamentos por andar.

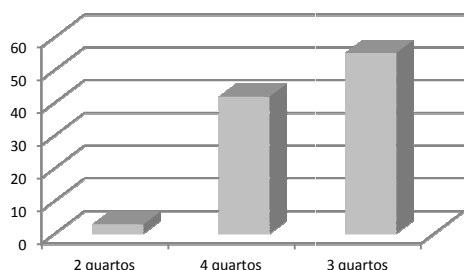


Figura 3.19. Percentual de POs por número de quartos.

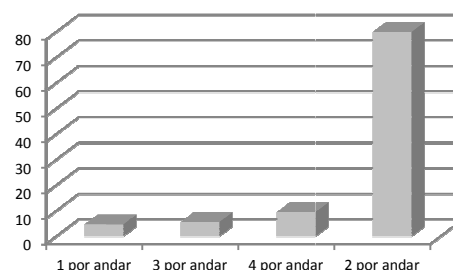


Figura 3.20. Percentual de POs por número de apartamentos por andar.

A seleção dos PRs é feita em duas fases: (a) seleção de alguns POs (já que a análise das alterações não é feita em 100% deles); (b) seleção de alguns PRs, dentre os POs selecionados.

O critério prioritário da seleção dos POs foi a possibilidade de acesso aos projetos de reforma. Ao contrário dos POs, cujas plantas foram obtidas nos sites das empresas, o acesso aos PRs só é possível com a autorização da construtora ou do proprietário do apartamento. Assim, foi feita uma parceria com duas construtoras. A primeira, cedeu todos os PRs de todos os edifícios construídos ou em construção a partir do ano 2000¹⁵¹ (totalizando sete edifícios)¹⁵². A segunda construtora cedeu apenas os PRs de um edifício, mas que oferece dois tipos de planta. No total oito edifícios foram selecionados, totalizando nove POs (Tabela 3.5).

O percentual de reformas solicitadas ainda na fase de construção varia entre 21,43% e 47,62% do total de apartamentos. Não cabe discutir porque um edifício apresenta um maior ou menor percentual, uma vez que o foco é investigar sobre as ideias que norteiam os projetos reformados, e não as motivações que levaram as famílias a fazer a intervenção. As alterações nos apartamentos podem ser de fácil realização, como alteração no tipo e cor do revestimento das paredes, no tipo e cor do piso, posição e quantidade de pontos elétricos e hidráulicos etc. Contudo, essas alterações são, em certa medida, irrelevantes para o estudo

¹⁵¹ Antes dessa data, a primeira construtora parceira não tinha posse dos projetos de reforma feitos nos seus empreendimentos.

¹⁵² Os edifícios em construção incluídos foram aqueles cujo prazo estabelecido pela construtora para a solicitação de reformas no apartamento já havia sido finalizado. Esse é um critério fundamental, uma vez que só assim é possível computar o percentual de unidades alteradas num edifício.

do tema em questão, em se comparando com aquelas que alteram a organização espacial do apartamento e, conseqüentemente, as dimensões dos ambientes e o programa arquitetônico. São justamente os PRs que alteram a organização espacial que a presente pesquisa observa. Isso, pois, além desse tipo de alteração ser, geralmente, documentado em plantas – o que possibilita a análise – são alterações resultantes de escolhas e modos de habitar particulares, que é justamente o que se pretende verificar.

Tabela 3.5. POs cujos PRs são analisados.

PO	bairro	quartos /suítes	área	número de apartamentos	apartamentos reformados	percentagem de reforma
P1	Bairro de São José	4Q(4S)	228,73	72	26	36,11
P2	Bairro de São José	4Q(4S)	226,81	72	25	34,72
Villa 01	Boa Viagem	3Q(1S)	82,65	40	9	22,50
Villa 02	Parnamirim	3Q(2S)	115,35	96	45	46,88
Villa 03	Madalena	3Q(2S)	97,90	56	12	21,43
Villa 04	Casa Forte	4(Q)2S)	139,09	21	10	47,62
Villa 05	Casa Forte	4(Q)2S)	139,05	44	12	27,27
Villa 06	Boa Viagem	3Q(2S)	125,90	56	12	21,43
Villa 07	Graças	4Q(1S)	118,20	92	28	30,43

Assim, foram selecionados 56 PRs dentre aqueles que foram reformados nos nove (09) POs, descritos na Tabela 3.5. A seleção priorizou os registros documentais que apresentassem informações sobre o layout, mas também inclui os casos nos quais os rótulos dos ambientes eram claramente apresentados (GRIZ; AMORIM; LOUREIRO, 2010), ambos ilustrados na Figura 3.21.



Figura 3.21. Exemplos de seleção dos PRs.

A análise dos projetos é feita em duas etapas. A primeira (capítulo 4) objetiva descrever as características gerais dos projetos – POs e PRs. Como discutido anteriormente, apesar de serem resultados da aplicação de certo conhecimento profissional - já que o arquiteto participa, em maior ou menor grau nas duas situações, o PO é orientado por requerimentos técnicos e métodos de projeção que são fundamentados em prescrições sociais genéricas.

Já o PR segue métodos de projeção que são fundamentados em prescrições sociais específicas, oriundas de um determinado grupo familiar e suas experiências cotidianas. No entanto, nesta primeira etapa, o intuito é destacar as semelhanças e diferenças entre os projetos – o PO sendo expressão do mercado imobiliário e o PR, de uma família específica, para poder identificar padrões de referência (de projeto e, conseqüentemente, de modos de habitar) típicos e atípicos.

A segunda etapa volta a atenção exclusivamente para os PRs, analisando-s em comparação com o PO que lhes deu origem. Esta etapa apresenta dois objetivos: (a) descrever e mensurar o grau de alteração de cada PO e seus respectivos PRs; (b) descrever as principais características dos PRS típicos e atípicos que, em certa medida, expressam os modos de habitar típicos e atípicos da elite recifense.

CAPÍTULO 4. Os projetos originais e reformados

4.1. A descrição e a análise dos projetos

4.1.1. Variável funcional

4.1.2. Variável dimensional

4.1.3. Variável configuracional

4.1.3.1. Padrão espacial expresso nas inequações

4.1.3.2. Padrão espacial expresso nos grafos setoriais

4.1.3.3. Padrão espacial expresso nas categorias de integração

4.1.3.4. Padrão espacial expresso no grau de privacidade

4.1.3.5. Padrão espacial expresso na correlação entre inequação e grafo setorial.

4.2. Classificação dos projetos: o método de medição do grau de tipicidade (GT)

4.2.1. Os graus de tipicidade (GT)

4.2.1.1. O grau de tipicidade funcional (GTf)

4.2.1.2. O grau de tipicidade dimensional (GTd)

4.2.1.3. O grau de tipicidade configuracional (GTc)

4.2.1.4. O grau de tipicidade do Projeto (GTP)

4.3. Algumas conclusões e outros questionamentos

4. Os projetos originais e reformados

O capítulo anterior apresentou os métodos e técnicas de análise, descrevendo-os de acordo com as três variáveis: funcional, dimensional e configuracional. Este capítulo objetiva analisar, descrever e classificar os projetos segundo essas variáveis - tanto os POs, quanto os PRs.

Primeiramente são descritas as características funcionais, dimensionais e configuracionais dos POs e PRs, destacando as semelhanças e diferenças entre elas. Em seguida é proposto um método de medição do grau de tipicidade dos projetos (GTP), que leva em consideração os graus de tipicidade da variável funcional (GTf), dimensional (GTd) e configuracional (GTc). Através dessa medida é possível identificar as características dos projetos típicos e atípicos propostos tanto pelo mercado imobiliário, quanto pela elite recifense.

O capítulo é encerrado levantando novos questionamentos que direcionam a investigação para responder a questão central da tese: em que medida alguns atributos da sociedade de consumo redefinem os padrões de conduta social familiar, em particular seus modos de habitar, e como esses têm impacto sobre os padrões espaciais do apartamento, expressos no projeto.

4.1. Descrição e análise dos projetos

4.1.1. A variável funcional

Como mencionado no capítulo 3, a variável funcional diz respeito ao texto que prescreve quais as funções que cada espaço do apartamento deve ter. Sua análise é feita através da observação na planta da existência dos rótulos descritos no Quadro 3.2, que relaciona não somente o programa básico das moradias – os rótulos de necessidade, mas também outros que podem ser considerados como rótulos de luxo (no sentido explicitado por Bourdieu, 2008). Todos os rótulos descritos neste Quadro são encontrados, em maior ou menor frequência, dentre os projetos analisados. No entanto, são verificadas algumas variações de nomenclatura para referir-se a um mesmo rótulo, como mostram as Tabelas 4.1a e 4.1b.

No setor social, os ambientes mais comumente encontrados nos projetos de apartamento – a sala de jantar, a sala de estar e a varanda – não são rotulados de maneira muito variada. O mesmo acontece com o lavabo, que pouco varia sua nomenclatura. O termo '*living*' para referir-se à sala de estar, é verificado em dois POs – ambos projetados pelo mesmo arquiteto.

Já o *home theater* foi denominado de várias maneiras, principalmente nos PRs. Percebe-se, inclusive, que o termo mais utilizado é 'sala de tv', em vez da sua versão anglicanizada, porém, da moda e amplamente divulgada pelas diversas mídias. Da mesma maneira, nos PRs, o termo '*home office*', tanto o social, quanto o íntimo, é preterido por 'escritório' ou 'gabinete'. No setor íntimo, esse ambiente ainda é chamado de 'estudo', em dois exemplares. Esse dado sugere que os termos amplamente divulgados pelas diversas mídias ainda não são completamente incorporados aos jargões ou dos arquitetos ou das famílias proprietárias desses apartamentos.

A variação de nomenclatura mais significativa do setor íntimo refere-se à suíte secundária. Nos POs, quando não são simplesmente designadas por 'suíte', é acrescido um número inteiro – suíte 1, suíte 2, etc. Nos PRs, além desse artifício, verifica-se a utilização de 'suíte' acrescido de um nome próprio (o proprietário do dormitório), ou um nome distintivo, como 'filho', 'neto', 'hóspedes'. A suíte principal, tanto nos POs, quanto nos PRs, é designada por 'suíte máster' num significativo número de projetos - adjetivo que já denota seu status dentro do ambiente doméstico.

Já no setor de serviço os ambientes que mais alteram a nomenclatura são o quarto e bwc de serviço. O quarto de serviço, por exemplo, é designado como depósito em seis POs e em três PRs. A presença desse rótulo nos POs pode ser justificada pela Lei de Edificações e Instalações do Município de Recife (1997), que, como visto, define como área mínima para o quarto de serviço 5,00m². A aprovação do projeto nos órgãos competentes é condicionada à aplicação desse parâmetro. Mas, como nem sempre o quarto de serviço apresenta essa área mínima (como é visto a seguir), esse cômodo é usualmente denominado depósito, já que a dimensão mínima permitida por lei é de 0,64m² (ambiente cuja forma permita traçar, em seu piso, um círculo de diâmetro mínimo de 0,80m) - fato destacado em reportagem publicada na Revista Aurora do Diário de Pernambuco (DUARTE, A., 2011).

Tabela 4.1a. Variações de nomenclatura dos ambientes do setor social (POs e PRs).

SETOR SOCIAL - POs											
sala de estar	POs	sala de jantar	POs	varanda	POs	lavabo	POs	h. theater	POs	h. office soc.	POs
sala de estar	91	sala de jantar	95	varanda	98	lavabo	30	home theater	3	sem nome	1
sala	4	estar/jantar	2	sem nome	7	bw c	1	sala tv	2		
living	2	sala	1			sem nome	4	sem nome	1		
estar/jantar	2	sem nome	7								
sem nome	6										
total	105	total	105	total	105	total	35	total	6	total	1

SETOR SOCIAL - PRs											
sala de estar	PRs	sala de jantar	PRs	varanda	PRs	lavabo	PRs	h. theater	PRs	h. office soc.	PRs
sala de estar	48	sala de jantar	49	varanda	33	lavabo	24	home theater	7	escritório	7
estar 1,2	3	estar/jantar	1	Terraço	1	w c	1	home	2	gabinete	2
estar/jantar	1	sem nome	6	sem nome	10	lavabo/banho	1	sala de tv	8		
sem nome	4					sem nome	2	estar/tv	2		
								tv/som	1		
								sem nome	4		
total	56	total	56	total	44	total	28	total	24	total	9

Tabela 4.1b. Variações de nomenclatura dos ambientes do setor serviço (POs e PRs).

SETOR SERVIÇO - POs											
cozinha	POs	copa	POs	despensa	POs	área de serviço	POs	quarto de serviço	POs	bwc de serviço	POs
cozinha	66	copa	21	despensa	20	área de serviço	80	quarto de serviço	74	bw c de serviço	57
copa/cozinha	33	copa/cozinha	12	sem nome	4	serviço	18	quarto	5	bw c	28
sem nome	6	sala de refeições	1			sem nome	7	depósito	6	w c	8
		sem nome	2					quarto reversível	4	banho serviço	2
								quarto empregada	3	lav.	1
								dependência	1	w c empregada	1
								sem nome	8	w c serviço	1
										sem nome	7
total	105	total	36	total	24	total	105	total	101	total	98

SETOR SERVIÇO - PRs													
cozinha	PRs	copa	PRs	despensa	PRs	área serviço	PRs	quarto de serviço	PRs	bwc de serviço	PRs	depósito	PRs
cozinha	48	copa	23	despensa	4	área de serviço	45	quarto de serviço	29	bw c de serviço	8	depósito	4
copa/cozinha	4	copa/churrasqueira	1	apoio	1	serviço	7	depósito	3	bw c	9		
sem nome	4	copa/cozinha	4	sem nome	1	sem nome	4	quarto empregada	10	w c	16		
		sem nome	2					quarto	1	banho serviço	2		
								dependência	1	bw c emp.	5		
								sem nome	4	banheiro serviço	1		
										w c serviço	4		
										sem nome	3		
Total	56	Total	30	Total	6	Total	56	Total	48	Total	40	Total	4

Tabela 4.1a. Variações de nomenclatura dos ambientes do setor íntimo (POs e PRs).

SETOR ÍNTIMO - POs													
quarto	POs	h. office int.	POs	estar íntimo	POs	2a Suite	POs	suite principal	POs	closet	POs	bwc social	POs
quarto	47	gabinete	1	estar íntimo	8	suite	28	suite	50	closet	15	bw c social	35
quarto 1, 2	22	sem nome	2			suite 1,2	27	suite master	41	vestir	1	bw c	24
quarto social	1					suite reversível	1	quarto	1	sem nome	2	w c	10
sem nome	6					sem nome	10	suite 1,2	5			banho social	2
								sem nome	8			bw c reversível	1
												sem nome	6
total	76	total	3	total	8	total	66	total	105	total	18	total	78

SETOR ÍNTIMO - PRs															
quarto	PRs	h. office int.	PRs	estar íntimo	PRs	2a Suite	PRs	suite principal	PRs	closet	PRs	bwc social	PRs	rouparia	PRs
quarto	14	home office	4	estar íntimo	1	suite	8	suite	9	closet	27	bw c social	6	rouparia	3
quarto 1,2	3	escritório	10	sala íntima	1	suite 1, 2	15	suite máster	26	closet/ginástica	1	bw c	6	roup.	2
quarto 'n próprio'	2	estudo	2	estar	1	suite 'n. próprio'	6	quarto casal	4	vestir	6	w c	6	roupeiro	1
quarto filho	1	gabinete	3			suite filho	3	suite casal	8	circ.	1	w c social	7	sem nome	1
quarto hósp.	4	sem nome	1			suite hóspede	2	suite 1, 2, 3	6	sem nome	6	banheiro social	1		
sem nome	7					suite netos	1					banho	1		
						quarto filho	3	sem nome	3						
						quarto hóspedes	1								
						quarto/suite	1								
Total	31	Total	20	Total	3	Total	40	Total	47	Total	41	Total	21	Total	1

Tabela 4.2. Frequência dos rótulos nos projetos, em números absolutos e em porcentagem, com destaque para os de rótulos de necessidade.

	Rótulos	PO	PO%	PR	PR%
Núcleo funcional base	1 Estar	105	100,00	56	100,00
	2 Jantar	105	100,00	56	100,00
	3 Varanda	102	97,14	47	83,93
	4 Cozinha	105	100,00	56	100,00
	5 Área de serviço	105	100,00	56	100,00
	6 Quarto de serviço	101	96,19	49	87,50
	7 Bwc de serviço	105	100,00	55	98,21
	8 Quarto	76	72,38	24	42,86
	9 Suíte principal	105	100,00	56	100,00
	10 Bwc social	78	74,29	30	53,57
Rótulos de luxo	1 lavabo	34	32,38	28	50,00
	2 h. theater	11	10,48	25	44,64
	3 2o. Estar	25	23,81	8	14,29
	4 h. office soc.	1	0,95	9	16,07
	5 copa	32	30,48	27	48,21
	6 depensa	24	22,86	6	10,71
	7 depósito	0	0,00	4	7,14
	8 closet q.	2	1,90	1	1,79
	9 roupeiro	1	0,95	5	8,93
	10 h. office int.	3	2,86	19	33,93
	11 suíte secundária	66	62,86	42	75,00
	12 closet s.p.	40	38,10	41	73,21
	13 closet s.s	6	5,71	8	14,29
	14 estar íntimo	4	3,81	3	5,36

A análise funcional mostra, também, que algumas características são comuns a todos os POs analisados. Além do conjunto de espaços tradicionalmente destinados às funções de convívio, comer, cozinhar (salas de estar, jantar, e cozinha), repousar (dormitórios) e lavar-se (banheiros) – que, correspondem ao programa de necessidade de uma habitação, todos os POs apresentam também mais quatro rótulos de luxo: (1) um banheiro de serviço; (2) um quarto de serviço (dependência de empregada)¹⁵³; (3) pelo menos uma suíte e; (4) uma varanda (em 98,10% dos casos, já que apenas dois POs não contém esse item programático). O que parece é que, para o mercado imobiliário, esses quatro rótulos de luxo são considerados ‘necessários’ para proporcionar uma habitação satisfatória. Nesse sentido, esse conjunto de rótulos – os de necessidade mais os quatro de luxo – é considerado como o núcleo funcional base (NFB) dos projetos oferecidos pelo mercado imobiliário cujo público alvo é, principalmente, a elite recifense¹⁵⁴ (Tabela 4.2).

¹⁵³ Os POs que não contam com dependência de empregada são variações daqueles empreendimentos que oferecem mais de uma opção de planta, já que ter esses ambientes é um dos requisitos da seleção.

¹⁵⁴ Apesar do quarto e do banheiro social não estarem presentes em 100% dos POs (aqueles que só oferecem suítes, na maioria dos casos, não oferecem bwc social), esses rótulos são incluídos no núcleo funcional base por serem rótulos de necessidade.

Dentre os POs analisados, apenas 20,95% apresentam apenas o núcleo funcional base. Nos demais, verifica-se a existência de mais rótulos de luxo, seja aumentando o número de rótulos de necessidade - como o C12c (Figura 4.1), que oferece mais de uma sala de estar –, seja acrescentado rótulos referentes a atividades alternativas – como o C9a3 (Figura 4.2), que oferece um ambiente exclusivo para ver TV (o *home theater*) e trabalhar (o *home office*). A existência desses cômodos nos projetos oferecidos pelo mercado imobiliário está associada, conforme ressalta Brandão (2002), à publicidade, sendo uma das estratégias de distinção do projeto, além de fornecer uma indicação do padrão ou status do empreendimento.



Figura 4.1. PO C12c, com destaque para a segunda sala de estar.



Figura 4.2. PO C9a3, com destaque para o *home theater* e o *home office* íntimo

A Tabela 4.2 também indica que 13 rótulos de luxo podem ser encontrados nos projetos, além daqueles que fazem parte do núcleo funcional base. Nos POs, o número máximo de rótulos de luxo encontrados varia de um a sete (Figura 4.3). O mais frequente, em 62,86% dos casos, é a suíte secundária, seguida pelo closet na suíte principal (Figura 4.4). Alguns rótulos aparecem também com uma frequência relativamente alta - a copa (30,48), o lavabo (32,36%), a segunda sala de estar (23,81%) e a despensa (22,86%), enquanto outros, aparecem com uma baixa frequência - o estar íntimo (3,81%), a rouparia (1,90%) e o closet no quarto (0,95%). O *home theater* é verificado em 10,48% dos POs, enquanto que o *home office* é encontrado em 0,95% na sua versão social, e 2,86%, na íntima.

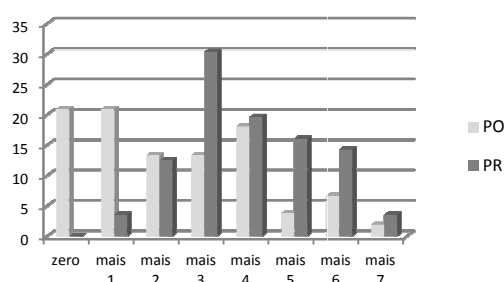


Figura 4.3. Frequência do número de rótulos de luxo acrescentado ao núcleo funcional base.

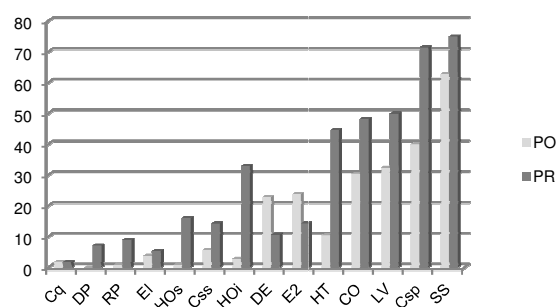


Figura 4.4. Frequência de ocorrência dos rótulos de luxo.

Já dentre os PRs, nenhum apresenta apenas o núcleo funcional base. Isso pode ser percebido por diversas razões: a varanda e o quarto de serviço não estão presentes em 16,07% e 12,50% dos casos, respectivamente; os quartos e o bwc social aparecem em apenas 50% dos casos e; em todos os PR existe, pelo menos, mais um rótulo de luxo. Em comum entre eles está a presença de alguns rótulos do núcleo funcional base: a sala de estar, a de jantar, a cozinha, a área de serviço e a suíte principal.

Assim como nos POs, os rótulos de luxo menos frequentes são o estar íntimo (5,36%) e o closet no quarto (1,79%), bem como os mais frequentes nos PRs são a suíte secundária e o closet na suíte principal (com 75,00% e 71,43% de frequência, respectivamente), seguidos pelo lavabo (50,00% dos casos). Vale destacar o aumento de frequência do closet na suíte secundária, que aumenta nove pontos percentuais. Em relação ao lavabo, verifica-se que a sua importância para os compradores é maior do que a atribuída pelo mercado imobiliário, uma vez que sua frequência nos PRs aumenta em quase 20 pontos percentuais. No entanto, isso pode ser justificado uma vez que o lavabo, sendo um ambiente pensando mais para o uso dos visitantes (ou para evitar o acesso e a circulação de visitantes no corredor íntimo) é mais utilizado quando o apartamento não oferece bwc social¹⁵⁵. Nos POs, dos 35 exemplares encontrados, em 26 verifica-se a presença do lavabo apenas em apartamento que só oferecem suítes (sem nenhum quarto ou bwc social). Nos PRs, dos 28 encontrados, 26 estão nessa situação – justamente naqueles apartamentos onde nenhum quarto é oferecido¹⁵⁶.

Ao contrário dos lavabos, é dada menor importância à segunda sala de estar e à despensa por parte dos compradores. Nos PRs sua frequência cai para 14,29% e 10,71%,

¹⁵⁵ Apenas em nove casos verifica-se a presença de lavabo e bwc social no mesmo projeto.

¹⁵⁶ A baixa frequência do número de quartos nos PRs – 48,21% - é outro dado que merece destaque, e é mais detalhadamente comentado no capítulo 05

respectivamente. Isso pode ser justificado por dois fatores: (a) uma maior especialização das funções nos PRs, que se utilizam de ambientes ‘duplicados’ oferecidos nos POs, para inserir atividades que antes não tinham um espaço específico para o seu desenvolvimento; (b) a grande quantidade de lojas de móveis planejados que, como discutido no capítulo 2, oferecem, com custos variados, soluções alternativas, versáteis e *fashion* para armazenar alimentos.



Figura 4.5. À esquerda, PO C1b1; à direita, PO C1b2. Destaque para o quarto que se transforma em *home theater*.

Outro dado que enfatiza a discordância entre os rótulos oferecidos pelo mercado imobiliário e aqueles escolhidos pelos compradores é a frequência do *home theater* e do *home office*. O primeiro aumenta sua ocorrência em 36 pontos percentuais, enquanto o segundo aumenta 15 pontos, na sua versão social, e 30 pontos, na sua versão íntima. De fato, a frequência desses ambientes nos PRs, assim como verificou França (2008), é muito significativa. O *home theater*, por exemplo, não é um rótulo comumente encontrado nos POs. Dos onze casos verificados, nove são referentes a edifícios que oferecem mais de uma opção de planta (Figura 4.5), assemelhando-se aos PRs que mudam o rótulo de um ambiente para inserí-lo¹⁵⁷ (Figura 4.6). O mesmo ocorre com o *home office*. Nos POs, três dos quatro casos encontrados são em edifícios que oferecem mais de uma opção de planta (Figura 4.7), utilizando-se de artifício semelhante aos PRs, que alteram a função de quarto para a criação desse ambiente.

¹⁵⁷ Dados referentes às mudanças são descritos e comentados mais detalhadamente no capítulo 5.

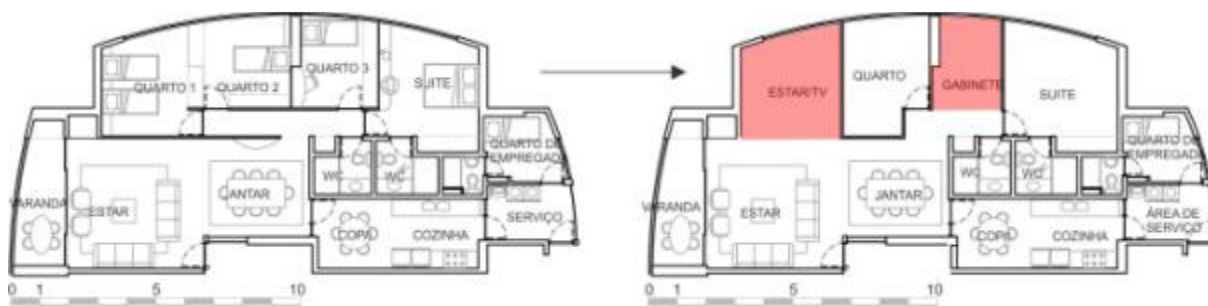


Figura 4.6. Exemplo de quartos que viram home theater e home Office (Villa 07 e V07F).



Figura 4.7. À esquerda, PO C25a1; à direita, PO C25a5. Destaque para quarto de serviço reversível, que se transforma no *home office*.

De uma maneira geral, pode-se dizer que os únicos rótulos oferecidos pelo mercado imobiliário que permanecem nos PRs são: a sala de estar (apenas uma), a sala de jantar, a cozinha, a área e o bwc de serviço e a suíte principal. Ambientes como a varanda, a segunda sala de estar, a despensa, o quarto de serviço, o bwc social e o quarto são encontrados em menor proporção nos PRs. A diminuição do número de quartos e a eliminação da segunda sala de estar¹⁵⁸ é o que proporciona o aumento de frequência, nos PRs, dos *home theater* e *office* (nas versões íntima e social) e das segunda suítes.

4.1.2. A variável dimensional

Em relação à variável dimensional, observa-se inicialmente, os dados estatísticos gerais dos projetos¹⁵⁹ (Tabela 4.3). Percebe-se que, com algumas exceções, os ambientes dos PRs apresentam dimensões mínimas, média¹⁶⁰ e máxima maior do que nos POs. Porém, o que chama mais atenção são os altos valores do coeficiente de variação (CV), que mede a

¹⁵⁸ Discutida mais detalhadamente no capítulo 5.

¹⁵⁹ São descritas a dimensão, apenas dos ambientes verificados nos projetos que apresentam frequência de mais de 10%.

¹⁶⁰ O valor médio é comentado mais detalhadamente a seguir, na descrição de cada setor e ambientes separadamente.

variabilidade dos dados em relação à média. Exceto o quarto, a suíte secundária, o quarto de serviço, o lavabo e o *home office* social, todos os demais ambientes e setores apresentam um CV maior que 0,25. Esse resultado sugere que, por um lado, esses ambientes com baixo valor de CV apresentam dimensão razoavelmente homogênea, não variando em função da área total do apartamento e, por outro, a área verificada nos demais ambientes são bastante heterogêneas, principalmente as da suíte principal e das salas de jantar e estar dos PRs.

Tabela 4.3. Dados estatísticos referentes à dimensão dos projetos (em valores absolutos).

Setor / ambientes	Projetos Originais - POs						Projetos Reformados - PRs					
	Mn	Md	Mx	DP	IM	CV	Mn	Md	Mx	DP	IM	CV
Setor social	16,46	37,71	95,42	15,46	22,25 > X > 53,17	0,41	22,32	56,63	116,76	20,11	36,52 > X > 76,74	0,36
Setor íntimo	26,45	55,33	142,65	18,90	36,43 > X > 74,23	0,34	30,55	62,60	108,17	23,89	38,7 > X > 86,49	0,38
Setor serviço	12,94	23,82	54,42	6,09	17,73 > X > 29,91	0,26	16,70	27,08	44,77	7,81	19,27 > X > 34,89	0,29
Suíte principal	10,99	19,40	45,38	6,23	13,17 > X > 25,63	0,32	16,74	28,52	67,22	13,14	15,38 > X > 41,66	0,46
Suíte secundária	11,35	15,36	24,49	2,75	12,61 > X > 18,11	0,18	12,10	17,84	23,21	2,74	15,11 > X > 20,58	0,15
Quarto	5,91	9,08	13,51	1,40	7,68 > X > 10,48	0,15	9,04	10,62	13,13	1,15	9,46 > X > 11,77	0,11
Home office íntimo	6,82	9,15	11,24	2,22	6,93 > X > 11,37	0,24	4,02	8,39	17,81	3,49	4,90 > X > 11,87	0,42
Bw c social	1,90	2,99	4,05	0,40	2,59 > X > 3,39	0,13	1,84	3,17	4,75	0,56	2,61 > X > 3,74	0,18
Cozinha	4,75	9,46	19,27	2,82	6,63 > X > 12,28	0,30	5,46	11,17	24,90	4,11	7,06 > X > 15,28	0,37
Copa	2,64	5,58	11,33	1,90	3,68 > X > 7,48	0,34	2,56	5,77	13,67	3,06	2,71 > X > 8,82	0,53
Despensa	0,86	1,66	2,64	0,61	1,05 > X > 2,27	0,37	1,02	1,94	3,12	0,69	1,25 > X > 2,63	0,36
Área de serviço	1,44	4,63	13,91	1,89	2,74 > X > 6,52	0,41	2,65	5,22	8,60	1,34	3,89 > X > 6,56	0,26
Quarto de serviço	2,63	4,88	6,69	0,77	4,11 > X > 5,66	0,16	2,80	4,83	6,53	0,82	4,01 > X > 5,64	0,17
Sala de jantar	6,01	11,19	23,09	3,21	7,98 > X > 14,19	0,29	7,55	14,23	38,37	5,92	8,32 > X > 20,15	0,42
Sala de estar	3,64	16,31	57,96	8,97	7,34 > X > 25,28	0,55	8,31	24,94	65,94	11,01	13,94 > X > 35,95	0,44
Varanda	1,96	6,24	18,28	3,42	2,82 > X > 9,66	0,55	4,30	8,66	18,28	3,68	4,98 > X > 12,34	0,43
Lavabo	1,59	2,01	3,12	0,30	1,72 > X > 2,31	0,15	1,21	2,19	3,12	0,52	1,67 > X > 2,70	0,24
Home theater	8,17	11,52	18,33	3,13	8,39 > X > 14,66	0,27	5,92	12,48	29,07	4,66	7,83 > X > 17,14	0,37
Home office social	9,00	9,00	9,00				4,99	10,26	12,04	2,43	7,83 > X > 12,69	0,24

Legenda: Mn - valor mínimo DP - desvio padrão
Md - valor médio IM - Intervalo médio
Mx - valor máximo CV - coeficiente de variação

Em relação à área dos setores, são encontrados cinco tipos de inequações com ordem decrescente de valor de área (Figura 4.8). Tanto nos POs, quanto nos PRs, a *int > soc > serv* é a mais frequente, apesar do percentual dos PRs ser menor do que a dos POs em quase 25 pontos (82,86% e 57,14%, respectivamente). Nos POs, a área do setor íntimo chega a ocupar, em média, quase 50% do total da área do apartamento. Dos outros 50% de área, o setor social ocupa aproximadamente 30%, enquanto que o de serviço apresenta 20% do total de área, como no PO C12b (Figura 4.9). No entanto, nos PRs, apesar do setor serviço permanecer com a mesma proporção de área verificada nos POs, a dos setores social e íntimo se altera. É dada uma maior ênfase, em termos dimensionais, ao setor social, que passa a ter quase 39% da área do apartamento, enquanto o íntimo diminui para 43% (Figura 4.10).

Os dados dimensionais verificados nos projetos são semelhantes ao encontrado por Brandão (2002), onde a proporção entre os setores íntimo, social e serviço foi de 48%, 34% e 18%, respectivamente. O autor sugere uma possível explicação para essa distribuição de área entre os setores¹⁶¹. Segundo ele,

[...] uma área social maior, significa, em média, um potencial de flexibilidade baixo. De forma inversa, [...] apartamentos com maior proporção de área íntima possuem valores mais elevados de potencial de flexibilidade. Isto porque é no setor íntimo que está o maior número de cômodos e, portanto, um maior número de relacionamentos entre eles. [...] Já as variações relativas à área do setor de serviço não mostram nenhuma tendência com relação às mudanças de potencial de flexibilidade (BRANDÃO, 2002, p. 268).

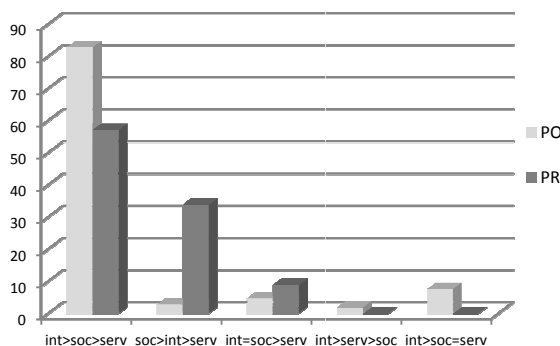


Figura 4.8. Frequência de ocorrência das inequações com valores de área setorial.

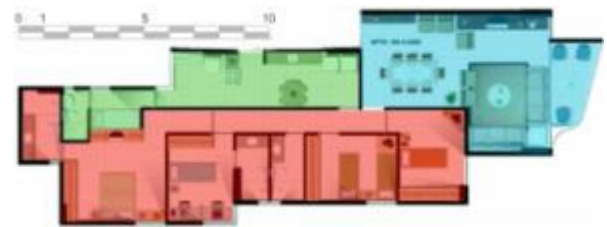


Figura 4.9. Exemplo de PO (o C12b) cuja proporção de área setorial é *int* (50%) > *soc* (30%) > *serv* (20%).

A Figura 4.8 também mostra a presença de outras inequações com ordem decrescente de área que, nos POs, aparecem com pouca frequência. São os casos onde a área do setor social se equivale à área do setor de serviço ($int > soc = serv$, em 7,62% nos POs e nenhum caso nos PRs) ou à área do setor íntimo ($int = soc > serv$, em 4,76% nos POs e 8,93% nos PRs). Em apenas 2,96% dos POs a área do setor social é maior do que a do íntimo, ao contrário do que ocorre nos PRs, cuja frequência desse tipo de inequação é de 33,93%. Nos POs, todos os exemplos desse tipo são em edifícios que oferecem mais de uma opção de planta, cuja solução mais frequente é transformar um dos quartos (setor íntimo) em *home theater* ou outro ambiente do setor social (Figura 4.5). Ou seja, esses empreendimentos parecem antecipar uma escolha frequente dos compradores, demonstrada nos dados empíricos, em dar maior ênfase, em termos dimensionais, aos ambientes destinados à interação entre habitantes e entre habitantes e visitantes em detrimento do tamanho do setor íntimo.

¹⁶¹ Explicação que pode não ser a causa dos resultados verificados para os projetos analisados.



Figura 4.10. Exemplo de PR, onde a proporção de área do setor social aumenta, mas ainda não ultrapassa a do setor íntimo (PR V02D).



Figura 4.11. Exemplo de suíte principal que ocupa aproximadamente 50% do setor íntimo (PO C22a3).

Os ambientes também são analisados isoladamente, destacando os valores médios das áreas, bem como o percentual que ocupam do setor a que pertencem e da área total do apartamento¹⁶² (Tabela 4.4). Ao observar esse último percentual, verifica-se que, de uma maneira geral, os ambientes de receber visitas, os dormitórios e a cozinha são maiores nos PRs, indicando a elevada importância que os compradores atribuem a eles.

Tabela 4.4. Área média por ambiente, em valores absolutos e proporcionais à área do setor.

Rótulos		PO			PR		
		área média (m)	% área/setor	% área/total	área média (m)	% área/setor	% área/total
Social	Sala de jantar	11,19	32,08	9,71	14,23	25,91	9,98
	Sala de estar	16,31	42,41	13,13	24,94	44,28	17,27
	Varanda	6,24	16,60	5,04	8,66	39,67	5,84
	home theater	11,52	22,18	8,21	12,48	20,66	8,85
	lavabo	2,01	4,04	1,32	2,19	3,74	1,43
	home office social	9,00	13,37		10,26	15,82	7,03
Íntimo	Suíte principal	19,40	35,88	16,47	28,52	46,06	19,56
	2a suíte	15,36	24,26	11,1	17,84	28,53	12,31
	Quartos	9,08	19,56	8,9	10,62	21,77	9,28
	Bw c social	2,99	6,41	2,95	3,17	6,17	2,71
	home office íntimo	9,15	14,50	8,21	8,39	13,70	6,19
Serviço	Cozinha	9,46	39,80	8,13	11,17	42,10	7,95
	Copa	5,58	19,89	3,91	5,77	18,70	3,63
	Despensa	1,66	6,43	1,3	1,94	6,11	1,29
	Área de serviço	4,63	19,28	3,93	5,22	20,25	3,92
	Quarto de serviço	4,88	21,17	4,36	4,83	18,43	3,62

No setor íntimo, o ambiente que ocupa o maior percentual de área é a suíte principal. Nos POs, ela ocupa, em média, 35,88% do total do setor, enquanto nos PRs, esse percentual sobe para 46,06% (Tabela 4.4). Ou seja, esse ambiente já é bastante destacado pelo mercado

¹⁶² Como a proporção da área dos setores varia de projeto para projeto, a comparação da dimensão dos ambientes de projetos com área total distintas só é efetiva se for feita através do percentual ocupado por cada ambiente em relação à área total do projeto.

imobiliário, em termos dimensionais. No entanto, os compradores parecem dar uma ênfase ainda maior, à medida que a proporção de ocupação aumenta em mais de dez pontos percentuais.

Nos POS, ao analisar casos isolados, há exemplos em que a suíte principal chega a ter 50% da área do setor íntimo (Figura 4.11), enquanto outros ocupam apenas 18% (Figura 4.12), assemelhando-se à porcentagem média ocupada pelos demais quartos – 19,56% (quase a metade da área ocupada pela suíte principal). Ainda nos POs, a média de área da suíte principal é de $19,40\text{m}^2$, enquanto as demais suítes (caso haja) têm uma área média que de $15,36\text{m}^2$. Essa mesma variação de área é verificada nas suítes principais dos PRs. Os exemplos que apresentam as menores suítes – que ocupam aproximadamente 26% do setor íntimo (Figura 4.13) -, assemelham-se à proporção de área ocupada pelas suítes secundárias, 28,53%. Por outro lado, as maiores suítes dentre os PRs chegam a ter, aproximadamente 75% da área do setor (Figura 4.14).

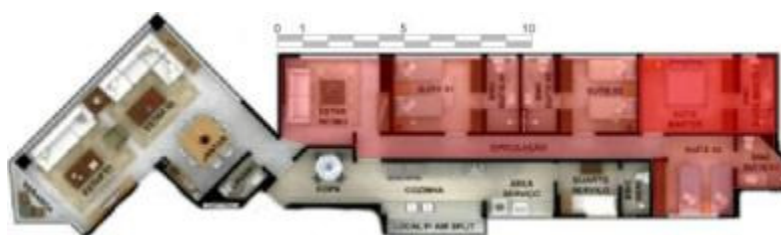


Figura 4.12. Exemplo de suíte principal que ocupa aproximadamente 18% do setor íntimo (PO C20a1).



Figura 4.13. Exemplo de suíte principal que ocupa aproximadamente 26% do setor íntimo (PR V06F)



Figura 4.14. Exemplo de suíte principal com aproximadamente 75% do setor íntimo (PR V04C).



Figura 4.15. Exemplo de quarto com dimensão de necessidade (PO C2a).

Esses dados enfatizam a diferença de status entre os dormitórios do apartamento, principalmente da suíte principal, uma vez que à principal, tanto dos POs, quanto nos PRs, cabe a maior parte da área do setor íntimo. Além disso, percebe-se que, em 100% dos projetos as suítes, seja a principal, seja a secundária, apresentam dimensões ‘de luxo’.

Como visto, a Lei de Edificações e Instalações na Cidade do Recife (1997), define a área mínima de todos os ambientes de permanência prolongada - $5,75\text{m}^2$. Em apenas um dos POs – aquele que oferece menor área útil (Figura 4.15) – a dimensão dos quartos sociais é aproximadamente igual à área mínima permitida. Ou seja, apenas um PO possui quartos com dimensão ‘de necessidade’. Contudo, como o restante dos POs apresenta valor de área de quarto superior a mais de 5% do mínimo estipulado pela Lei, a média da área é bem superior - $9,08\text{m}^2$, assemelhando-se ao menor valor de área de quarto verificado dentre os PRs, que têm área média igual a $10,62\text{m}^2$. Isto é, todos os quartos dos PRs apresentam dimensão ‘de luxo’. O aumento de valor de área média dos dormitórios dos PRs, em relação aos POS, tanto da suíte, quanto do quarto, indica a valorização desse ambiente por parte dos compradores que optam por uma maior área para abrigar a multifuncionalidade destes espaços, que além da função comumente prescrita (e que define sua dimensão mínima) – dormir, descansar -, abriga cada vez mais outras funções, como ler, estudar, trabalhar, ver TV (BRANDÃO, 2002; FRANÇA, 2008; HOLANDA, 2003; PAULA, 2007).



Figura 4.16. Maior área de varanda dentre os POs (PO C20i1).



Figura 4.17. Exemplo de sala de estar que ocupa, em média, 42% do setor social (PO C20h).

Ainda no setor íntimo, o bwc social apresenta dimensão de necessidade em 15,23% dos POs e em apenas 7,14% dos PRs. Contudo, como o valor da área dos demais extrapola o mínimo

necessário, a área média desse ambiente é quase $3,00\text{m}^2$, ocupando aproximadamente 6% do setor, nos dois tipos de projetos.

No setor social, a varanda é o ambiente de permanência prolongada que apresenta a menor média de área, tanto nos POs ($6,27\text{m}^2$), quanto nos PRs ($8,66\text{m}^2$)¹⁶³. Em apartamentos com área superior ao intervalo médio da amostra (80m^2 a 159m^2), a varanda pode chegar a apresentar uma área de $18,28\text{m}^2$ (Figura 4.16). Já o ambiente com maior média de área dos POs é a sala de estar ($16,31\text{m}^2$), ocupando em média, 42,41% do setor (Figura 4.17). A sala de jantar e o *home theater* dos POs apresentam área média semelhante: $11,19\text{m}^2$ e $11,52\text{m}^2$, respectivamente. Contudo, em alguns casos e dependendo do formato e distribuição do *layout*, a sala de jantar pode chegar a ter mais que o dobro desse valor, como no C29b (Figura 4.18). O *home office*, independente de ser o social ou o íntimo, apresenta uma área média aproximada de $9,0\text{m}^2$.



Figura 4.18. Exemplo de sala de jantar com aproximadamente 23m^2 (PO C29b).



Figura 4.19. Exemplo de sala de estar com 25m^2 (PR V07A).

Nos PRs, os valores de área dos ambientes do setor social, apesar de serem um pouco maiores, variam em proporções semelhantes aos POs. A média de área da sala de estar é de aproximadamente 25m^2 , apesar de sua ocupação ser semelhante a encontrada nos POs (Figura 4.19). A sala de jantar tem, em média, $14,23\text{m}^2$, podendo chegar, também, a ter bem mais que o dobro dessa área (Figura 4.20). A média de área do *home theater* é um pouco maior do que a do *home office* social – $12,48\text{m}^2$ e $10,26\text{m}^2$, respectivamente.

O lavabo, único ambiente de utilização transitória do setor social, é o único que, em 7,61% dos POs e em 19,64% dos PRs, apresenta dimensões de necessidade. Assim como ocorre

¹⁶³ Resultado distinto ao encontrado por Paula (2007), para os apartamentos do final do século XX no Rio de Janeiro.

com os bwc sociais, os demais valores de área extrapolam o mínimo necessário, fazendo com que sua área média seja de 2,00m², tanto nos POs, quanto nos PRs. Os demais ambientes do setor social são considerados com dimensão ‘de luxo’, em todos os projetos analisados.



Figura 4.20. Exemplo de sala de jantar com 38m² (PR P1D).



Figura 4.21. Exemplo de cozinha com 60,50% da área do setor serviço (PO C20g).

As áreas dos ambientes do setor serviço, com exceção da cozinha, são semelhantes dentre os POs e os PRs. A cozinha ocupa aproximadamente 40% da área do setor, nos dois tipos de projetos, e sua área média é 9,43m² nos POs e 11,33m² nos PRs. Em alguns casos extremos, essa ambiente pode chegar a ocupar até 60,50% do setor nos POs (Figura 4.21) e 66,00% nos PRs (Figura 4.22).



Figura 4.22. Exemplo de cozinha com 66,00% do setor serviço (PR V03C).



Figura 4.23. Exemplo de copa – mesmo ambiente da cozinha (PO C13d).

A copa, que na maioria dos projetos localiza-se no mesmo ambiente da cozinha (Figura 4.23), tem área média de aproximadamente 5m^2 e ocupa aproximadamente 20% do setor,

nos dois tipos de projetos. Da mesma maneira, a dimensão da despensa se assemelha, dentre os dois tipos de projeto, apresentando uma área de $1,66\text{m}^2$ nos POs e $1,94\text{m}^2$ nos PRs. Já a área de serviço também são praticamente iguais entre os POs e PRs, ocupando aproximadamente 20% do setor e apresentando uma área média de quase 5m^2 . Dentre os POs, há um caso em que esse ambiente chega a ter quase 14m^2 (Figura 4.24), oferecendo um ambiente semelhante à copa para o uso dos empregados domésticos.



Figura 4.24. Exemplo de área de serviço com 14m^2 (PO C24a).

Por fim, o quarto de serviço, não apresenta a área mínima exigida pela Lei de Edificações e Instalações na Cidade do Recife (1997) em 42,85% dos POs e em 41,07% dos PRs. Como visto na seção anterior, em seis desses POs e em três PRs o rótulo desse ambiente indicado na planta é 'depósito', ainda que no layout seja representada uma cama (Figura 4.25). Todos esses casos referem-se aos projetos cuja área do quarto de serviço foi menor do que a mínima permitida por Lei. Mesmo sendo verificado um significativo número de quartos de serviço com área superior à mínima necessária (Figura 4.26), a média de área geral, tanto nos POs, quanto nos PRs é inferior à mínima, sendo aproximadamente $4,8\text{m}^2$. Esse resultado parece ser uma das características do espaço doméstico brasileiro que permanece ao longo do tempo, uma vez que, há quase duas décadas, Cavalcanti (1984, p. 13) descrevia a habitação das camadas médias cariocas de maneira que se adequa perfeitamente aos dados aqui verificados:

Torna-se relevante sinalar que, mesmo em residências de razoável tamanho, somente pequena área é destinada ao quarto de empregada, aparecendo algumas vezes na planta a denominação de depósito, pois não possui metragem suficiente para ser aprovado pela legislação vigente como quarto.



Figura 4.25. Exemplo de quarto de serviço cujo rótulo da planta indica 'depósito' (PO C11c).



Figura 4.26. Exemplo de quarto de serviço com área de luxo (C26a).

Percebe-se, portanto, que os projetos apresentam a maioria dos ambientes com dimensão de 'luxo'. Os únicos que apresentam alguns exemplares com dimensão de necessidade são o quarto, o quarto de serviço, o lavabo e o bwc social.

*

*

*

Antes de descrever as características da variável configuracional, vale destacar uma forte correlação entre as variáveis funcional e dimensional. Para verificar essa correlação, a dimensão dos projetos foi classificada em grupos conforme definição de quantidade de vagas na garagem por apartamento da Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (1996). Essa lei determina 0,5 vaga para apartamentos com área entre 40m^2 e 80m^2 (grupo 01); 01 vaga para apartamentos com área entre 81m^2 e 150m^2 (grupo 02); 02 vagas para os que têm área entre 151m^2 e 250m^2 (grupo 03); 03 vagas para aqueles que têm área acima de 250m^2 ¹⁶⁴. Ao relacionar esses grupos com a quantidade de rótulos de luxo, verificou-se que quanto maior a dimensão total do apartamento, maior a presença de rótulos de luxo nos projetos (Figura 4.27). Dentre os POs que apresentam apenas o núcleo funcional base, 11,11% deles apresentam valor de área referente ao grupo 02; os demais são projetos com até 80m^2 . De fato, essa correlação já era esperada, uma vez que oferecer rótulos que não são necessários para o desenvolvimento das atividades domésticas essenciais requer área disponível para inseri-los no programa arquitetônico.

¹⁶⁴ Como a amostra conta com apenas um exemplar acima de 250m^2 , esse foi computado no grupo de área 03.

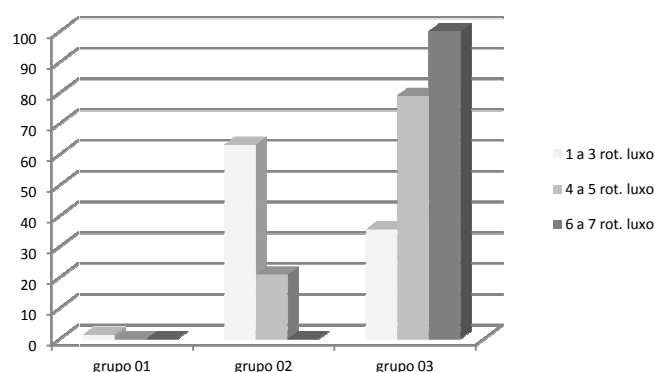


Figura 4.27. Correlação entre o número de rótulos de luxo presentes nos projetos e a área total do apartamento.

4.1.3. A variável configuracional

Essa seção se dedica a descrever a configuração espacial dos projetos, por meio dos métodos de análise da sintaxe espacial (HILLIER; HANSON, 1984) descritos no capítulo 3. Primeiramente são apresentados os métodos tradicionalmente utilizados no campo da sintaxe espacial para a verificação da existência de padrões genotípicos: (a) as inequações e (b) os grafos setoriais. Em seguida, são descritas as técnicas alternativas para a verificação de padrões espaciais: (c) a classificação dos valores de acessibilidade e de visibilidade do sistema espacial total, dos setores e dos ambientes, de acordo com as categorias de integração, que vão de 1 a 4 - do mais integrado ao mais segregado; (d) a correlação dos valores de acessibilidade e visibilidade (LOUREIRO, 2000) e; (e) a correlação dos padrões de acessibilidade e dos grafos setoriais (AMORIM, 1999; 2001b; PAULA, 2012).

4.1.3.1. Padrão espacial expresso nas inequações

As inequações são feitas com valores de integração¹⁶⁵ decrescentes dos: (a) espaços convexos que abrigam atividades domésticas nucleares (ADN) - (estar – E), comer (jantar – J), repousar/dormir (suíte – S) e cozinhar (cozinha – CO) (Tabela 4.5); (b) setores domésticos (Tabela 4.6) – social (soc), íntimo (int) e serviço (serv).

Em relação às atividades domésticas nucleares foram verificados 13 padrões de acessibilidade (PAa) e 27 padrões de visibilidade (PVa). Nos POs, foi encontrado um forte padrão genotípico para a acessibilidade: o PAa1, referente à inequação $J < C < E < S$. Nos PRs,

¹⁶⁵ Tanto integração por acessibilidade, quanto integração por visibilidade.

as inequações revelam dois padrões de acessibilidade predominantes: o PAa1 e o PAa2 - esse último referente à inequação $J < E < C < S$. O padrão genotípico para a visibilidade é igual dentre os projetos (o PVa2, referente à inequação $J < E < C < S$). Esses dados indicam que o mercado imobiliário oferece projetos que, apesar de manter a cozinha menos visível, proporcionam uma maior acessibilidade ao espaço destinado a ela, incentivando a interação entre os usuários neste ambiente. No entanto, os PRs indicam que os compradores preferem deixar a cozinha mais isolada, tanto em relação à acessibilidade, quanto à visibilidade, sugerindo que os usuários desse espaço – sejam os habitantes, sejam os empregados – a utilizam mais para a atividade de cozinhar do que como espaço de encontro. Ou seja, a maioria dos PRs apresenta uma estrutura espacial que tende a seguir os moldes mais tradicionais, que segrega as atividades produtivas das atividades sociais de interação tanto entre habitantes, quanto entre habitantes e visitantes.

Tabela 4.5. Frequência, em número absoluto e em porcentagem, dos padrões de acessibilidade e de visibilidade das atividades domésticas nucleares nos POs e PRs.

Padrão acessibilidade	Inequação acessibilidade	PO	PO%	PR	PR%	Padrão visibilidade	Inequação visibilidade	PO	PO%	PR	PR%
PAa1	$J < C < E < S$	65	61,90	18	32,14	PVa1	$J < C < E < S$	15	14,29	5	8,93
PAa2	$J < E < C < S$	16	15,24	20	35,71	PVa2	$J < E < C < S$	43	40,95	18	32,14
PAa3	$J < C < S < E$	7	6,67	1	1,79	PVa3	$J < C < S < E$	3	2,86	0	0,00
PAa4	$J < E < S < C$	3	2,86	3	5,36	PVa4	$J < E < S < C$	3	2,86	2	3,57
PAa5	$C < J < E < S$	2	1,90	4	7,14	PVa5	$C < J < E < S$	2	1,90	2	3,57
PAa6	$E < J < C < S$	2	1,90	0	0,00	PVa6	$E < J < C < S$	5	4,76	4	7,14
PAa7	$C < S < J < E$	2	1,90	1	1,79	PVa7	$C < S < J < E$	0	0,00	0	0,00
PAa8	$C < J < S < E$	2	1,90	1	1,79	PVa8	$C < J < S < E$	2	1,90	0	0,00
PAa9	$J < E < C < S$	2	1,90	5	8,93	PVa9	$J < E < C < S$	7	6,67	1	1,79
PAa10	$J = E < C < S$	1	0,95	0	0,00	PVa10	$J = E < C < S$	7	6,67	5	8,93
PAa11	$J < C < E = S$	1	0,95	0	0,00	PVa11	$J < C < E = S$	2	1,90	0	0,00
PAa12	$J < E < C = S$	1	0,95	0	0,00	PVa12	$J < E < C = S$	2	1,90	1	1,79
PAa13	$C < J < E = S$	1	0,95	0	0,00	PVa13	$C < J < E = S$	0	0,00	0	0,00
PAa14	$J = C < E < S$	0	0,00	0	0,00	PVa14	$J = C < E < S$	1	0,95	2	3,57
PAa15	$J < S < C < E$	0	0,00	1	1,79	PVa15	$J < S < C < E$	1	0,95	0	0,00
PAa16	$J = C < S < E$	0	0,00	0	0,00	PVa16	$J = C < S < E$	0	0,00	1	1,79
PAa17	$J < E = C < S$	0	0,00	1	1,79	PVa17	$J < E = C < S$	0	0,00	0	0,00
PAa18	$J = C < E = S$	0	0,00	0	0,00	PVa18	$J = C < E = S$	3	2,86	0	0,00
PAa19	$E < J < S < C$	0	0,00	0	0,00	PVa19	$E < J < S < C$	3	2,86	3	5,36
PAa20	$C < J = E < S$	0	0,00	0	0,00	PVa20	$C < J = E < S$	0	0,00	4	7,14
PAa21	$C < S < J = E$	0	0,00	0	0,00	PVa21	$C < S < J = E$	0	0,00	2	3,57
PAa22	$J < S < E < C$	0	0,00	0	0,00	PVa22	$J < S < E < C$	0	0,00	1	1,79
PAa23	$J < C = E < S$	0	0,00	0	0,00	PVa23	$J < C = E < S$	3	2,86	1	1,79
PAa24	$C < E < J < S$	0	0,00	0	0,00	PVa24	$C < E < J < S$	0	0,00	1	1,79
PAa25	$J = E < C < S$	0	0,00	0	0,00	PVa25	$J = E < C < S$	0	0,00	1	1,79
PAa26	$C = S < J < E$	0	0,00	0	0,00	PVa26	$C = S < J < E$	0	0,00	1	1,79
PAa27	$J = E < S < C$	0	0,00	0	0,00	PVa27	$J = E < S < C$	0	0,00	1	1,79
PAa28	$C < E < S < J$	0	0,00	0	0,00	PVa28	$C < E < S < J$	1	0,95	0	0,00
PAa29	$E < S < J < C$	0	0,00	0	0,00	PVa29	$E < S < J < C$	1	0,95	0	0,00
PAa30	$E < C < J < S$	0	0,00	0	0,00	PVa30	$E < C < J < S$	1	0,95	0	0,00
PAa31	$C = E < S < J$	0	0,00	1	1,79	PVa31	$C = E < S < J$	0	0,00	0	0,00

Analisando cada componente da inequação, percebe-se que o espaço destinado à sala de jantar (J) é o mais acessível em 90,47% dos POs e em 87,50% dos PRs. Isto se justifica uma

vez que este espaço, além da função explicitamente designada – atividade de comer, que comumente reúne os habitantes e, por vezes, os visitantes, assume, na maioria dos projetos (Figura 4.28) o papel de mediador do movimento¹⁶⁶ (AMORIM, 1999) para os demais setores da habitação¹⁶⁷. Dos outros casos, a cozinha é a mais acessível em 6,66% dos POs e em 10,71% dos PRs. De fato, a cozinha, principalmente quando da presença da copa ou de, ao menos uma mesa, também abriga a função ‘comer’ em ocasiões informais – atividade que costuma agregar a família, o que pode justificar esse padrão de acessibilidade¹⁶⁸. Em poucos casos – 2,85% dos POs e em nenhum PR – a sala de estar aparece como o espaço mais acessível, o que incentiva que as interações ocorram mais neste ambiente.

Ainda em relação à acessibilidade, verifica-se que a suíte ocupa a posição mais profunda em 83,80% dos POs e em 83,92% dos PRs, indicando um maior isolamento do membro familiar de maior status (ou membros, se for o casal). A cozinha e a sala de estar são os espaços que ocupam com mais frequência as posições intermediárias da inequação. Vale ressaltar que estes dois elementos, estar e cozinha, estão, na maioria dos casos, a um ou dois passos das áreas comuns de acesso da edificação – hall social e hall serviço. Além disso, esses espaços costumam ser os de maior convivência dentre os membros da família, principalmente quando a sala de estar agrega, também, as atividades de receber visitas e ver TV, como destaca Cavalcanti (1984).

Assim como verificado no padrão de acessibilidade, a sala de jantar (em 73,33% dos POs e em 51,78% dos PRs) e a suíte (em 80,00% dos POs e em 69,64% dos PRs) ocupam posições opostas na inequação de visibilidade, mais integrado e mais segregado, respectivamente. A visibilidade da sala de jantar também se iguala à da cozinha (5,71% dos POs e 5,35% dos PRs) ou à da sala de estar (6,66% dos POs e 12,50% dos PRs). Existem casos, ainda, em que a cozinha (4,76% dos POs e 16,07% dos PRs) ou a sala de estar (9,52% dos POs e 12,50% dos PRs) ocupam a primeira posição da inequação de visibilidade. Por outro lado, esses espaços também ocupam a posição de menor visibilidade, ainda que seja em poucos casos (a cozinha em 6,66% dos POs e 10,71% dos PRs; a sala de estar em 5,71% dos POs e 3,57% dos PRs).

¹⁶⁶ Ressalta-se que o mediador, por definição é um espaço de transição (AMORIM, 1999). A analogia feita nesta sentença é apenas com a particularidade do espaço ocupado pela sala de jantar (ambiente do setor social), que, em muitos casos, apresenta as mesmas características configuracionais do espaço mediador.

¹⁶⁷ Resultado também encontrado por Monteiro (1997) para as salas de estar dos apartamentos por ela analisados.

¹⁶⁸ Lembrando que, conforme Hillier e Hanson (1984), existe uma relação fundamental entre o padrão de acessibilidade de um espaço e os eventos sociais nele desenvolvidos.



Figura 4.28. Exemplo de sala de jantar que assume a função de 'mediador' (PO C11b).

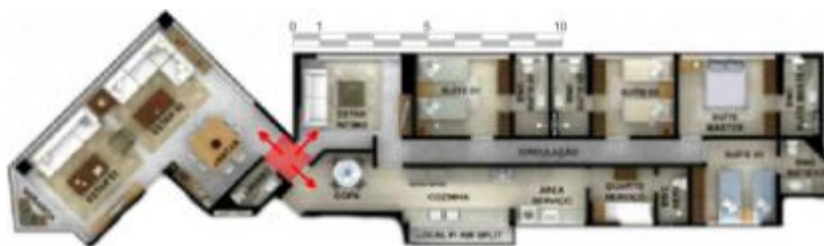


Figura 4.29. Exemplo de projeto com padrão de acessibilidade incomum (PO C20a1).

Vale destacar seis padrões de integração incomuns no contexto sociocultural local (AMORIM, 1999), encontrados em 23 projetos: o PAa7 ($C < S < J < E$); o PAa8 ($C < J < S < E$); o PAa21 ($C < S < J = E$); o PAa26 ($C = S < J < E$), O PAa28 ($C < E < S < J$); E O PAa31 ($C = E < S < J$). Todos apresentam a cozinha como sendo o espaço mais integrado e o estar - em quatro casos - ou o jantar - em dois casos - como os mais segregados. Essa característica incomum não é tanto por apresentar a cozinha como mais acessível, mas principalmente por ter o estar ou o jantar, lugar usualmente destinado a receber visitas, a comer e ao convívio dos usuários como o menos acessível. Os PAa7, PAa21 e PAa26 destacam-se ainda por apresentar a suíte como o segundo espaço mais acessível.

A verificação das plantas dos projetos que apresentam esses padrões pode justificar essa constatação. No PO C20a1 (Figura 4.29), cujo padrão de acessibilidade é o PAa7, algumas características lhe são peculiares. O papel de mediador não é exercido pelo espaço destinado à sala de jantar, que, juntamente com a sala de estar, ficam numa parte mais isolada do resto dos espaços do apartamento, o que justifica seus padrões de segregação. Neste caso, de fato, existe o espaço mediador. Entretanto, sua função de isolar os setores é quebrada principalmente pela permeabilidade entre o setor serviço e o íntimo.

No PR V04C (Figura 4.14) os padrões de integração, tanto de acessibilidade (PAa7), quanto de visibilidade (PVa26) são incomuns. Esses padrões juntos proporcionam à suíte o menor grau de privacidade dentre todos os espaços. As alterações feitas no PO que lhe deu origem conferiram-lhe duas características que merecem destaque: (a) a sala de jantar foi permutada pelo espaço onde antes, no seu PO de origem, era destinado à sala estar 02, que passou a ser estar íntimo. Com isso, o espaço reservado para a sala de jantar deixou de ter a função do mediador entre os ambientes de serviço e íntimo, o que justifica esse padrão de acessibilidade; (b) o grande do número de espaços convexos da suíte, e a consequente

eliminação de outros espaços do setor íntimo, fez com que sua distância topológica média para outros espaços diminuísse, tornando-a mais acessível.

A análise feita com as inequações compostas com os três setores domésticos (Tabela 4.6) mostra sete padrões, tanto de acessibilidade (PAs), quanto de visibilidade (PVs). O padrão genotípico é o mesmo dentre os projetos e para os dois tipos de integração: o PAs1 (que é igual ao PVs1), referente à inequação $soc < int < serv$. Esse resultado reforça a ideia que Amorim (1999) chamou de ‘paradigma dos setores’, uma vez que o padrão genotípico é igual ao descrito pelo autor.

Tabela 4.6. Frequência, em número absoluto e em porcentagem, dos padrões de acessibilidade e de visibilidade dos setores domésticos nos POs e PRs.

Padrão acessibilidade	Inequação acessibilidade	PO	PO%	PR	PR%	Padrão visibilidade	Inequação visibilidade	PO	PO%	PR	PR%
PAs1	$soc < int < serv$	84	80,00	46	82,14	PVs1	$soc < int < serv$	67	63,81	40	71,43
PAs2	$soc < serv < int$	10	9,52	7	12,50	PVs2	$soc < serv < int$	28	26,67	15	26,79
PAs3	$int < soc < serv$	8	7,62	1	1,79	PVs3	$int < soc < serv$	2	1,90	0	0,00
PAs4	$serv < soc < int$	1	0,95	0	0,00	PVs4	$serv < soc < int$	3	2,86	1	1,79
PAs5	$int < serv < soc$	1	0,95	0	0,00	PVs5	$int < serv < soc$	1	0,95	0	0,00
PAs6	$serv = int < soc$	1	0,95	0	0,00	PVs6	$serv = int < soc$	0	0,00	0	0,00
PAs7	$soc < int = serv$	0	0,00	2	3,57	PVs7	$soc < int = serv$	3	2,86	0	0,00
PAs8	$soc = serv < int$	0	0,00	0	0,00	PVs8	$soc = serv < int$	1	0,95	0	0,00

Neste ponto vale retomar o argumento do paradigma projetual da habitação, que se baseia no tripé cujas bases conformam as três dimensões do paradigma dos setores - a social, a metodológica e a espacial (AMORIM, 1999). Mesmo sabendo que a composição familiar e os modos de habitar (dimensão social) possam ser diversos, a organização espacial expressa nos projetos (dimensão espacial) – POs e PRs – mostra que estes foram concebidos de maneira a adotar o processo de classificar as atividades domésticas e setorizá-las (dimensão metodológica) como paradigma projetual. Ou seja, se existem distintos modos de habitar, cujas regras sociais estão subjacentes ao padrão espacial, a distinção entre eles, em certa medida, não está refletida na estrutura setorial da maioria dos projetos analisados, que continua sendo resultado do paradigma projetual, independente da natureza do conteúdo social familiar.

Por outro lado, o PAs2 (igual ao PVs2), referente à inequação $soc < serv < int$, apesar de não se configurar como genótipo, também é encontrado com uma frequência significativa. Esse padrão de integração, bem como os PAs4, PAs5, PAs6 e PAs8, pode indicar uma postura distinta em relação às atividades domésticas de cozinhar e lavar, seja pelos status da função

cozinhar, (como é o caso das cozinhas *gourmets*), seja pela ausência da empregada como membro permanente do grupo doméstico (nos três casos de PR que onde não existe o quarto de serviço e apresenta esse padrão de integração).

4.1.3.2. Padrão espacial expresso nos grafos setoriais

A configuração espacial dos apartamentos também é analisada graficamente através dos grafos justificados setoriais. Dentre os projetos, dezoito tipos foram encontrados (Figura 4.30). O grafo genotípico, tanto dos POs (65,71%), quanto dos PRs (48,21%), é o tipo 'c' (Tabela 4.7), que não possui mediador e o setor íntimo é acessado direta e unicamente através do setor social – na maioria dos casos, como descrito anteriormente, através da sala de jantar, que faz o papel de mediador entre os setores. Essa constatação mostra que distribuir os espaços de “tal maneira que se pudesse ir de uma delas a outra¹⁶⁹ sem que fosse necessário passar pela terceira” (LEMOS, 1989, p.52) não é um atributo típico nesses projetos, revelando a relativa permeabilidade nos limites do setor social, que dá acesso aos outros dois setores.

O espaço cuja única função é ser mediador do movimento (ao contrário da sala de jantar, que articula a circulação e também tem uma função claramente prescrita) é encontrado em 16,19% dos POs e em 28,57% dos PRs. Como visto, este espaço é utilizado para proporcionar mais profundidade, isolamento e controle de acesso entre os setores, conferindo-lhes uma forte identidade. Os grafos tipos 'b', tipo 'f' e tipo 'm' expressam graficamente com perfeição essas características, uma vez que todos os setores só são acessados através do mediador, atendendo, assim, a exigência descrita por Lemos. Contudo, a baixa frequência de ocorrência desses tipos de grafos (8,57% nos POs e 16,08% nos PRs) sugere que esse rígido controle não é um requisito tão típico nos projetos, que são mais caracterizados por apresentar um acesso intra-setorial mais fluido, aproximando topologicamente um setor do outro.

¹⁶⁹ As zonas, ou setores, da habitação.

Tabela 4.7. Frequência de ocorrência dos grafos setoriais nos POs e nos PRs, em número absoluto e em porcentagem.

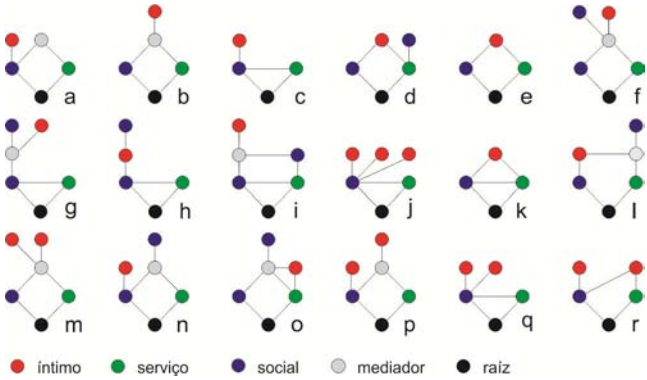


Figura 4.30. Tipos de grafos setoriais.

Grafo setorial	PO	PO%	PR	PR%
a	1	0,95	2	3,57
b	4	3,81	3	5,36
c	69	65,71	27	48,21
d	1	0,95	1	1,79
e	6	5,71	6	10,71
f	5	4,76	5	8,93
g	0	0,00	1	1,79
h	5	4,76	4	7,14
i	0	0,00	1	1,79
j	0	0,00	1	1,79
k	4	3,81	1	1,79
l	0	0,00	1	1,79
m	0	0,00	1	1,79
n	5	4,76	2	3,57
o	1	0,95	0	0,00
p	1	0,95	0	0,00
q	1	0,95	0	0,00
r	2	1,90	0	0,00

Em algumas estruturas espaciais, como as representadas nos grafos tipo ‘a’ e tipo ‘n’, o mediador proporciona mais isolamento e controle de acesso apenas entre os setores social e serviço (verificado em 5,66% dos POs e em 7,14% dos PRs), enquanto que o íntimo continua sendo acessado diretamente pelo setor social. Em outras – grafos tipo ‘g’ e tipos ‘i’ -, esse controle é verificado apenas entre os setores social e íntimo (encontrado apenas em 3,57% dos PRs). No primeiro caso (Figura 4.31), a estrutura espacial proporciona uma maior segregação das relações entre os habitantes e os empregados domésticos, já que os espaços dos habitantes – tanto os de convívio, quanto o de isolamento – não possui mediador entre eles e, por isso, são menos controlados. No segundo (Figura 4.32), a segregação social entre habitantes e empregados expressa na estrutura espacial é menor, à medida que além do acesso entre eles ser direto, sem nenhum tipo de espaço mediando o movimento, o bwc social é também usado como o da empregada, criando mais uma opção de movimento entre os setores social e serviço. Por outro lado, o isolamento dos espaços íntimos dos habitantes é acentuado, proporcionado pelo aumento da distancia topológica aos demais espaços do apartamento.



Figura 4.31. Exemplo de projeto (C20e) cujo grafo setorial é do tipo 'n'.



Figura 4.32. Exemplo de projeto (V05C) cujo grafo setorial é do tipo 'i'.

Já nos grafos tipo 'd', 'e', 'k', 'o' e 'r' (em aproximadamente 15% dos POs e PRs), o setor serviço é acessado através do corredor de distribuição dos quartos (que não atua como mediador, e sim, como circulação íntima). Nesse caso, assim como verificou França (2008) em alguns apartamentos do Distrito Federal, a segregação acontece entre habitantes e visitantes, já que o setor social – comumente reservado para a interação entre habitantes e entre estes e as visitas – fica segregado em relação ao íntimo e ao serviço (Figura 4.33). Além disso, como, nestes casos, o primeiro espaço do setor serviço acessado a partir do corredor é a cozinha, este ambiente fica numa posição topológica semelhante aos quartos, facilitando a interface entre os habitantes, e dificultando a presença de visitantes neste ambiente.



Figura 4.33. Exemplo de projeto (C21a) cujo grafo setorial é do tipo 'e'.



Figura 4.34. Exemplo de projeto (C10c) cujo grafo setorial é do tipo 'k'.

Outro dado que pode ser analisado pela observação dos grafos é o número de anéis da estrutura setorial. Em todos os sistemas espaciais é verificado um anel, que, na maioria dos casos - grafos tipo 'c', 'g', 'h', 'i', 'k', 'q' -, liga o hall exterior do apartamento diretamente aos setores social e serviço. Isto é, nesses grafos, uma propriedade em comum é a inexistência de anel quando a relação para o exterior é retirada. Apenas nos grafos 'i', 'k' e 'o' são verificados dois anéis: o externo (que passa pelo hall) e mais um interno. Esse último

apresenta mais uma possibilidade de ir de um setor a outro. A maioria dos casos refere-se ao grafo do tipo 'k', que representa os apartamentos que oferecem o quarto de serviço como sendo reservável – daí a ligação do setor serviço diretamente com o íntimo (Figura 4.34), que forma o anel interno do sistema setorial.

4.1.3.3. Padrão espacial expresso nas categorias de integração

A primeira técnica alternativa para verificação de padrões espaciais é a classificação dos valores de acessibilidade e de visibilidade em quatro categorias de integração, do mais integrado ao mais segregado. Primeiramente são apresentados os resultados obtidos no sistema espacial total (Figura 4.35). Em seguida são descritos os resultados dos setores (Figuras 4.36, 4.37 e 4.38) e dos ambientes (Figuras 4.40, 4.43, 4.44).

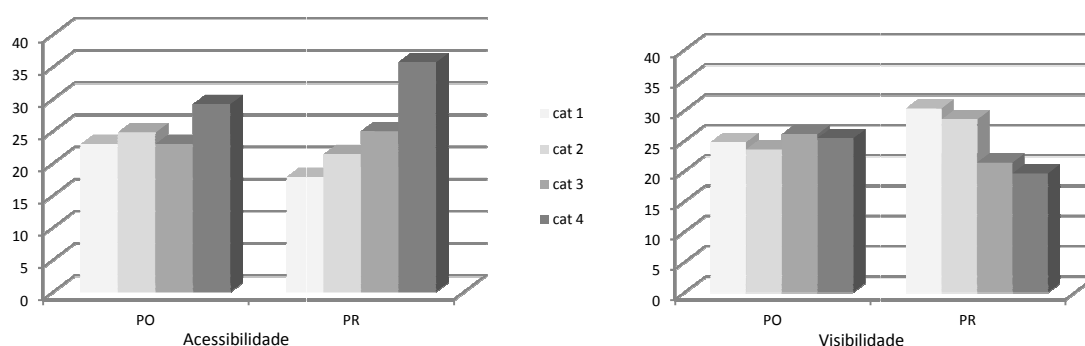


Figura 4.35. Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) da estrutura espacial total dos POs e PRs, distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).

Em relação à acessibilidade da estrutura espacial total dos POs, verifica-se que há uma relativa equivalência na distribuição entre as categorias 1, 2 e 3, cuja frequência é aproximadamente 23%. A categoria 4, referente aos muito segregados, apresenta um percentual um pouco maior: 29,19%. Já dentre os PRs, os valores de acessibilidade tendem a ser, de uma maneira geral, mais segregados, uma vez que a frequência das categorias 4 e 3 são bem maiores dos que a das categorias 2 e 1 (35,71%, 25%, 21,43% e 17,86%, respectivamente). Ou seja, se em termos de acessibilidade da estrutura espacial total, os POs tendem a ser mais segregados, nos PRs, essa tendência se mostra ainda mais acentuada.

A frequência dos valores de visibilidade da estrutura espacial total nos POs dentre as quatro categorias de integração, ainda que tenham a sutil tendência de ser mais segregados, se assemelham ainda mais do que verificado na acessibilidade. Enquanto as categorias 3 e 4

apresentam aproximadamente 26% de frequência, nas categorias 1 e 2 verifica-se um valor aproximado de 24%. Já dentre os PRs, a frequência dos valores de visibilidade distribuídos nas quatro categorias se inverte em relação à acessibilidade – 30,36% na categoria 1, caindo para 19,64% na categoria 4 -, mostrando que os PRs tendem a ser mais integrados do ponto de vista visual. Ou seja, enquanto nos POs a estrutura espacial é organizada de maneira a segregar todos os espaços, tanto do ponto de vista da acessibilidade, quanto da visibilidade, nos PRs, a organização dos espaços deixa-os segregados em relação ao movimento, mas integra-os visualmente, ou, em outras palavras, dificulta a copresença e facilita a cociência.

A frequência de distribuição dos valores de integração dos setores dentre as quatro categorias é mostrada nas Figuras 4.36, 4.37 e 4.38. O setor social, como visto nas inequações setoriais, é o mais integrado na maioria dos casos. No entanto, seus valores de acessibilidade e de visibilidade variam de um projeto a outro, o que permite a classificação do setor social naqueles mais ou menos integrados. Em relação à acessibilidade é verificado um equilíbrio entre as categorias mais e menos integradas (cat. 1 e 4, respectivamente) – ambas com aproximadamente 25% dos casos. No entanto, ao se comparar as categorias intermediárias, percebe-se uma leve tendência à segregação, uma vez que pouco mais de 26% dos setores sociais se classificam na categoria medianamente segregada (cat. 3).

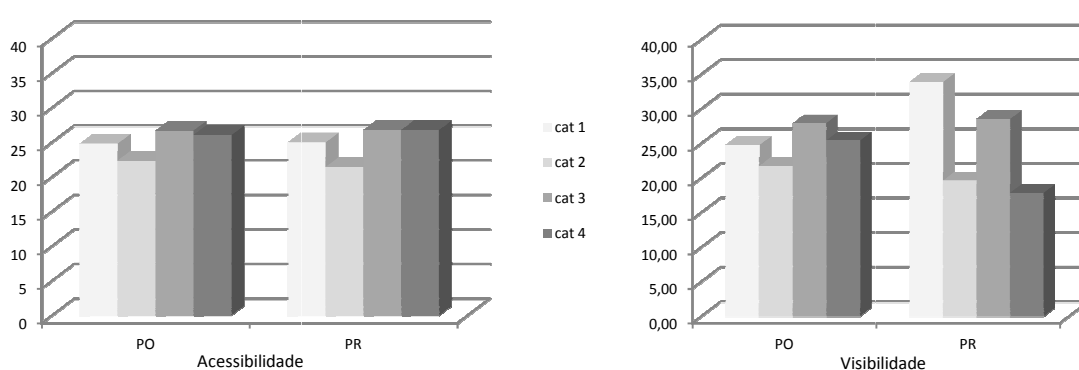


Figura 4.36. Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) do setor social dos POs e PRs, distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).

Em relação à visibilidade do setor social, os POs seguem praticamente o mesmo padrão da acessibilidade. Já os PRs, mesmo que a maioria dos setores sociais apresente a tendência de ser segregados do ponto de vista da acessibilidade, mostram uma maior quantidade de casos mais integrados visualmente (a categoria 1 tem uma frequência de 33,95%, enquanto a categoria 4 tem 17,86%).

O setor íntimo é o que mostra uma maior variação dentre os POs e PRs, do ponto de vista da acessibilidade. Apesar de ambos apresentarem a tendência a ser mais segregados, nos PRs essa tendência é muito acentuada (nos POs, verifica-se 27,95% na categoria 4; nos PRs são 39,64%). Do ponto de vista visual, o setor íntimo segue a mesma inversão de valores de integração que o setor social dos POs para os PRs. Nos primeiros, a maior frequência é verificada na categoria 4 - muito segregada (27,95%). Nos segundos, a categoria 2 - medianamente integrada -, é a que aparece com a maior frequência (28,57%).

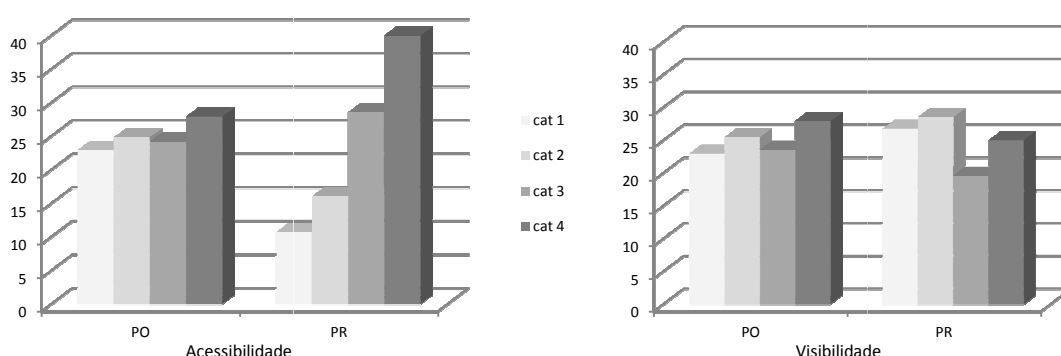


Figura 4.37. Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) do setor íntimo dos POs e PRs, distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).

No setor serviço, a frequência dos valores de acessibilidade e de visibilidade dos POs, dentre as quatro categorias de integração, são equivalentes (aproximadamente 50% para as categorias 1 e 2, e outros 50% para as categorias 3 e 4), não indicando nenhuma tendência. Já em relação aos PRs, os dados mostram que esse setor tende a ser mais segregado, do ponto de vista da acessibilidade (35,71% na categoria 4), e levemente integrado visualmente (com 32,14% na categoria 2). Isso parece sugerir que, nos PRs, a maioria dos setores de serviço apresenta propriedades configuracionais que tornam as atividades produtivas e os empregados domésticos mais isolados, proporcionando-lhes um maior controle de acesso, devido a sua segregada posição na estrutura espacial, mas, ao mesmo tempo, os mantém, em certa medida, sob a vigilância dos habitantes.

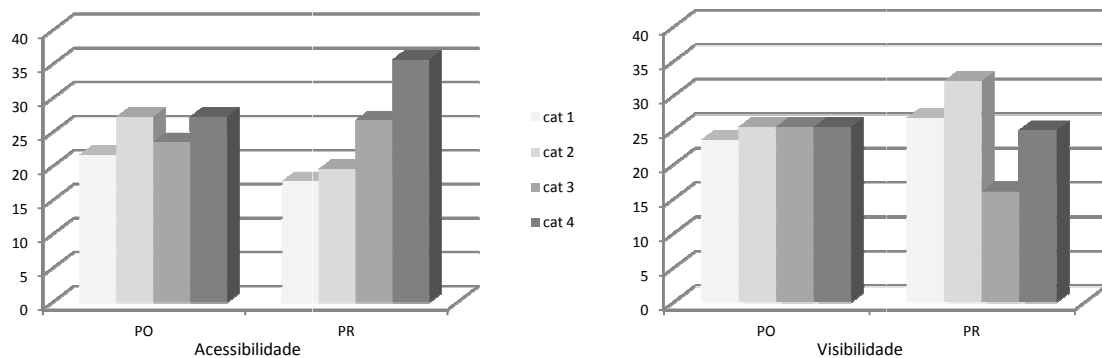


Figura 4.38. Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) do setor serviço dos POs e PRs, distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).

Resumidamente, pode-se dizer que os setores dos POs, apesar de apresentarem certa tendência à segregação, tanto em relação à acessibilidade, quanto à visibilidade, distribuem-se de maneira relativamente equivalentes dentre as quatro categorias de integração. Já nos PRs essa tendência é ainda mais acentuada, do ponto de vista da acessibilidade, principalmente nos setores íntimo e serviço, que proporcionam uma maior individualização nos espaços que os formam. Contudo, os valores de visibilidade dos setores dos PRs mostram uma tendência contrária, indicando maior integração, principalmente no social e no serviço, mostrando que entre os espaços que formam esses setores permite relativa cociência entre seus ocupantes. Já na maioria dos setores íntimos, essa capacidade de saber da presença de outras pessoas localizadas em outros espaços é menor, e, juntamente com uma menor acessibilidade dos espaços, proporcionam maior privacidade e individualidade aos ambientes de maior intimidade dos membros da família.

O projeto ilustrado na Figura 4.39 é, por exemplo, é um dos PRs que expressa as referidas características configuracionais. Esse é um dos poucos exemplos onde a parede que separa a cozinha da área social da habitação é retirada, permitindo uma maior visão entre esses setores. Essa amplitude visual permite inclusive a visibilidade da área de serviço, a partir da sala de estar e do hall de entrada do apartamento. No entanto, o setor íntimo permanece mais isolado, tanto em relação à visibilidade, quanto à acessibilidade.

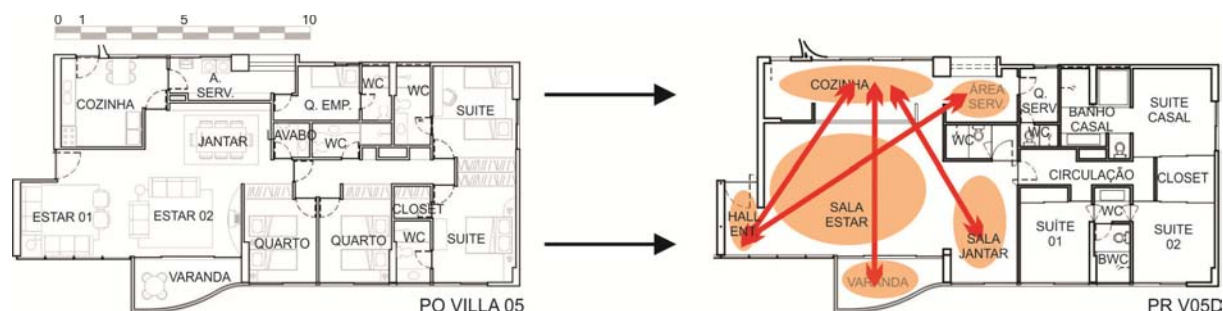


Figura 4.39. À esquerda, o PO Villa 05. À direita, o PR V05D, cuja estrutura espacial possibilita uma maior visibilidade entre os setores social e serviço.

A análise da frequência dos valores de acessibilidade e de visibilidade dos ambientes nas quatro categorias de integração é feita por conjunto, de acordo com o setor que ele pertence. A Figura 3.40 mostra a frequência dos ambientes do setor social. Percebe-se que, a sala de jantar nos dois tipos de projetos, é muito integrada, tanto em relação à acessibilidade, quanto à visibilidade, na grande maioria dos casos (todos com mais de 80% de frequência na categoria 1)¹⁷⁰. Já a sala de estar, com exceção da acessibilidade dos POs, que apresenta maior frequência na categoria 2 (56,19%), a maioria está na categoria 1, com mais de 52%. Isso significa que a maioria dos sistemas espaciais favorece a interação dos usuários – habitantes e visitantes – principalmente nas salas de jantar e estar, já que a varanda, além de ter dimensões reduzidas (descritas na seção anterior) é também muito segregada em relação ao movimento (68,63% dos POs na categoria 4 e 37,25% dos PRs na categoria 3).

Do ponto de vista visual, a varanda não mostra nenhuma tendência, nos dois tipos de projetos. Esse dado pode ser justificado: (a) pela posição da varanda na estrutura espacial – com exceção de um PR, é um espaço terminal -, que torna-o segregado em relação ao movimento; (b) pela forma do apartamento que, em alguns casos favorece a visibilidade de e para outros espaços (Figura 4.41), e, em outros (Figura 4.42), impede que a varanda veja e seja vista por outros espaços.

¹⁷⁰ Esse dado já foi antecipado na descrição das inequações montadas com as atividades domésticas nucleares, onde o padrão genotípico encontrado apresenta o espaço destinado à sala de jantar como o mais integrado.

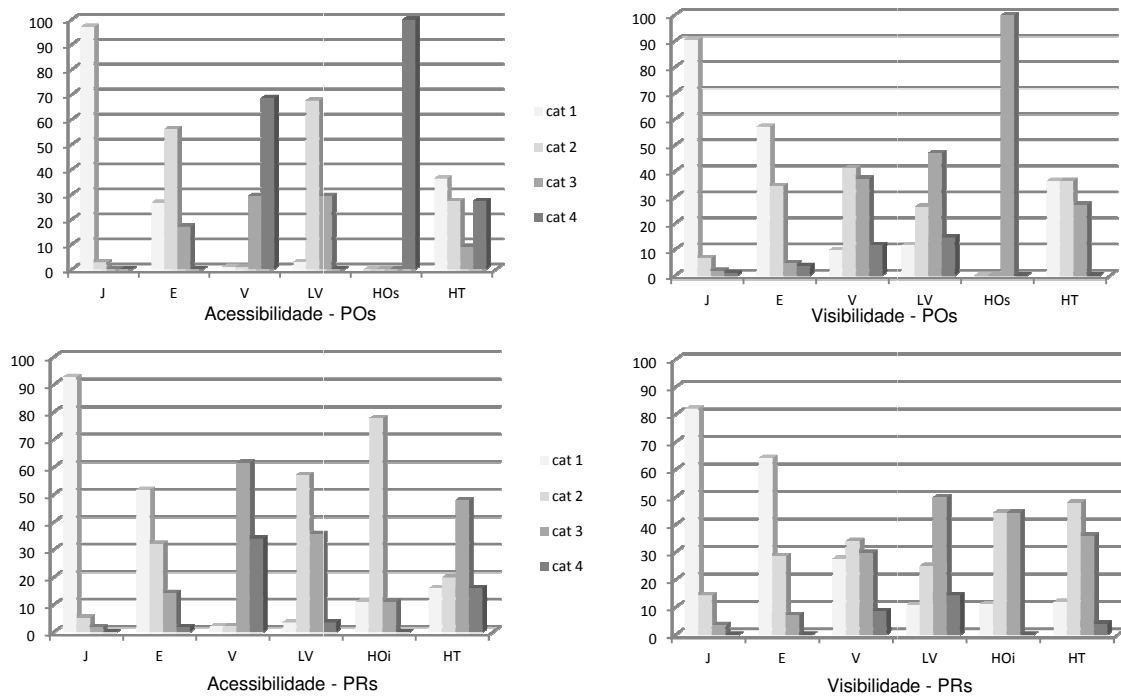


Figura 4.40. Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) dos ambientes do setor social dos POs (acima) e PRs (abaixo), distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).



Figura 4.41. Exemplo de projeto (C13c) cuja visibilidade da varanda é alta.



Figura 4.42. Exemplo de projeto (C12a) cuja visibilidade da varanda é baixa.

Nos POs, o *home office* social só é verificado em um caso, que é muito segregado em relação à acessibilidade, e medianamente integrado e relação à visibilidade. Nos PRs, há certa tendência à segregação por acessibilidade e nenhuma tendência do ponto de vista visual. Esses dados sugerem que a atividade de trabalhar ou estudar, que, normalmente requer mais isolamento, está localizada em espaços que minimizam a possibilidade de copresença, sendo, assim, adequados para o uso proposto.

Por fim, os *home theaters* dos POs são muito integrados em relação à acessibilidade (36,36% na categoria 1), ao contrário dos PRs, que são medianamente segregados (48,00% na

categoria 3). A visibilidade desse ambiente tende a ser segregada nos POs e não apresenta nenhuma tendência nos PRs. De fato, a atividade exercida neste ambiente é comumente associada à interação de pessoas (CAVALCANTI, 1984; TRAMONTANO, 2004): assistir à TV em uma sala equipada com equipamentos de última geração. Como visto no capítulo 2, essa é uma das atividades sociais ‘da moda’, que muitas vezes acontece em conjunto com outras atividades exercidas nos demais ambientes do setor social, como a sala de jantar, de estar e a varanda. Por essa razão, a visibilidade deste espaço, a partir dos demais do setor social, é um atributo que em muito contribui para o seu desenvolvimento. No entanto, o espaço destinado a esse ambiente proposto pela maioria dos projetos do mercado imobiliário potencializam a interação no ambiente do *home theater*, apesar de minimizar a visibilidade de outros espaços. Já nos PRs, a estrutura espacial deixa esse ambiente mais isolado, tanto em relação ao movimento, quanto à visibilidade¹⁷¹.

A Figura 4.43 mostra a frequência dos valores de acessibilidade e visibilidade nas quatro categorias dos ambientes do setor íntimo. Com algumas exceções, todos os ambientes íntimos de todos os projetos são mais frequentes no grupo dos medianamente segregados (categoria 3), tanto em relação à acessibilidade, quanto à visibilidade. Um das exceções diz respeito à acessibilidade das suítes principal e secundária, nos dois tipos de projeto: a primeira é muito segregada (38,10% nos POs e 37,50% no PR); a secundária é medianamente integrada (54,55% nos POs e 52,38% nos PRs). Esse dado reforça a evidência verificada nas inequações, que mostram que a estrutura espacial proporciona maior privacidade e isolamento ao dormitório do membro da família de maior status.

A outra exceção refere-se ao *home office* íntimo dos POs, que não mostra nenhuma tendência em relação aos padrões de integração de acessibilidade e de visibilidade. Já esse ambiente nos PRs é medianamente integrado do ponto de vista da acessibilidade, e medianamente segregado em relação à visibilidade – característica oposta à versão social desse ambiente¹⁷².

¹⁷¹ Essas características dos *home office* e *home theater* são mais bem discutidas no capítulo 5.

¹⁷² Atributo que também é discutido com mais detalhe no capítulo 5.

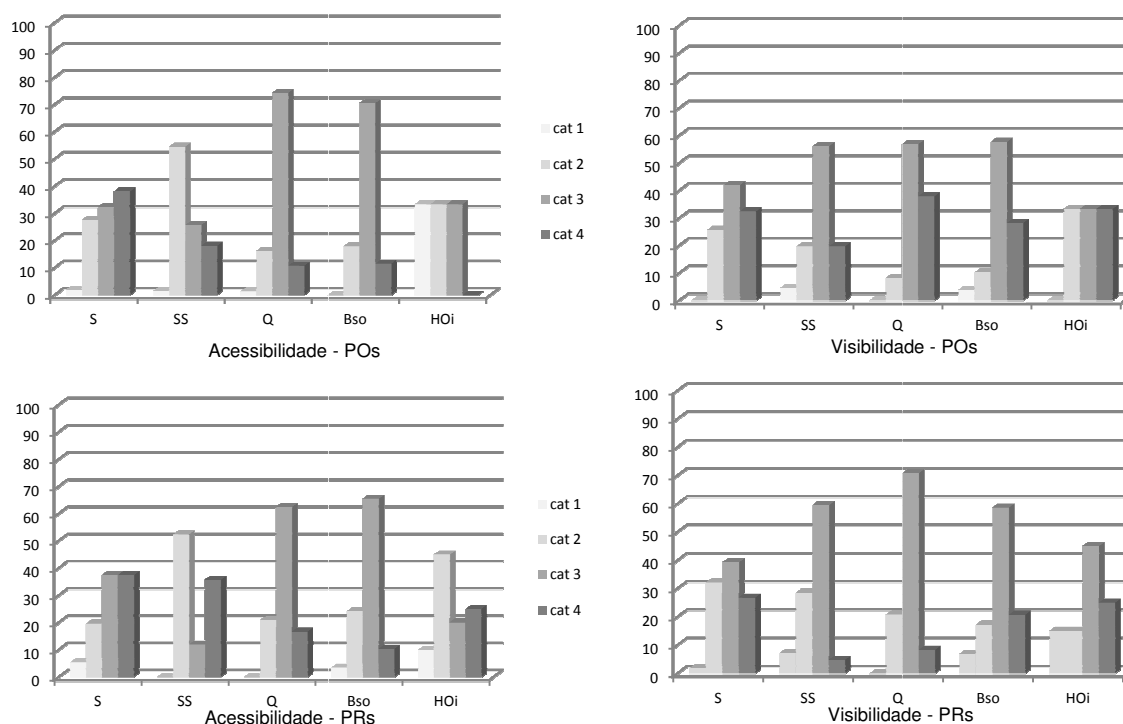


Figura 4.43. Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) dos ambientes do setor íntimo dos POs (acima) e PRs (abaixo), distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).

Dos ambientes do setor de serviço (Figura 4.44), a cozinha e a copa, nos dois tipos de projetos, são os únicos ambientes que apresentam mais frequência nas categorias integradas, confirmando a potencialidade desse espaço em abrigar atividades de uso coletivo. Em relação à acessibilidade, o espaço destinado à cozinha é muito integrado (categoria 1) em 66,67% dos POs e em 64,29% dos PRs. Em relação à visibilidade, este mesmo espaço é medianamente integrado (54,29% nos POs e 50,00% nos PRs). Para a copa, a maior frequência é verificada na categoria muito integrada (categoria 1) em relação ao movimento (71,88% nos POs e 62,96% nos PRs), e medianamente segregadas (categoria 3) do ponto de vista visual (59,38% nos POs e 55,56% nos PRs).

Os espaços mais segregados do setor serviço, tanto nos POs, quanto nos PRs, são a despensa, a área de serviço e o quarto de serviço. Na primeira, a maioria dos casos estão nas categorias 3 e 4 - característica compatível com sua função, que não pressupõe um uso de longa permanência. A segunda, por sua vez, apresenta maior frequência na categoria medianamente segregada, tanto em relação à acessibilidade (62,86% nos POs e 50,00% nos PRs), quanto à visibilidade (80,20% nos POs e 55,56% nos PRs). Por fim, o quarto de serviço também apresenta uma forte tendência à segregação visual e ao movimento. Nos POs, a segregação em relação à acessibilidade é ainda mais acentuada (91,09% na categoria 1).

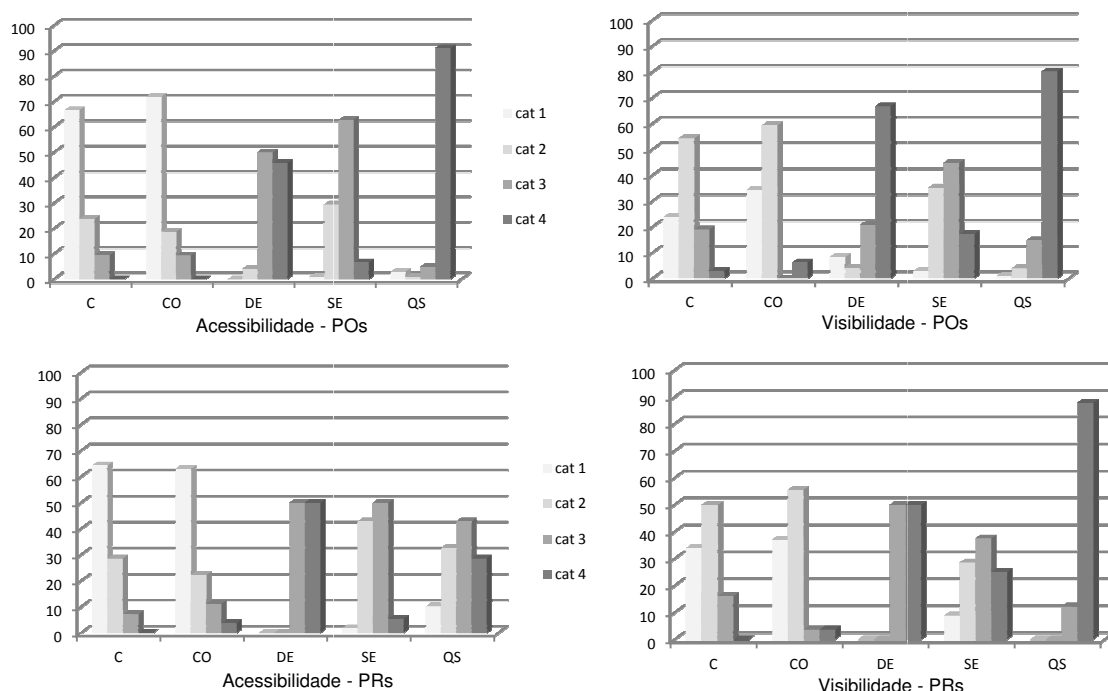


Figura 4.44. Valores de acessibilidade (à esquerda) e visibilidade (à direita) dos ambientes do setor serviço dos POs (acima) e PRs (abaixo), distribuídos nas categorias 1 (muito integrado), 2 (medianamente integrado), 3 (medianamente segregado) e 4 (muito segregado).

É preciso destacar que o forte isolamento do quarto de empregada, que muitas vezes apresenta um alto grau de privacidade, não está associado a um maior status do seu usuário, como encontrado no nível de segregação da suíte principal e seus ocupantes – aqueles de maior status da família. Baseada nos argumentos de Hillier e Hanson (1984), Paula (2007) descreve a existência de uma sutil distinção entre os atributos configuracionais desses dois espaços que, mesmo apresentando altos graus de privacidade, devem ser interpretados de maneiras diferentes. Para isso ela descreve “o isolamento por reclusão e por exclusão, cuja distinção aparece expressa nessas configurações distintas para o que, a princípio, são características similares de uso e atividade no espaço” (PAULA, 2007, p. 302). Segundo ela, um espaço segregado posicionado num dos arbustos do grafo de permeabilidade por estar mais raso, indica reclusão, que “pode garantir privacidade para os quartos dos habitantes”. Já espaços segregados posicionados nos grafos em sequência, por estar mais profundo, indicam exclusão, onde “a questão não está relacionada à privacidade dos usuários, mas de outras pessoas, em relação a eles” (Figura 4.45).



Figura 4.45. Grafo de permeabilidade justificado com indicação da posição da suíte principal num dos ramos do arbusto e do quarto de empregada no espaço mais profundo de uma sequência.

Assim, pode-se dizer que esses dados configuracionais dos espaços que forma o setor de serviço servem para ilustrar a maneira que Cavalcanti (1984) descreve esse setor, onde a copa e a cozinha são mais utilizadas pela família, enquanto que o quarto e o banheiro de serviço são de uso exclusivo da empregada e, portanto, mais segregados. A única exceção, que diverge da descrição do autor é a área de serviço, que, nos casos dos projetos desta investigação, por fazer parte dos espaços mais segregados, sugere maior isolamento, característica tradicionalmente associada ao território dos empregados.

A análise da frequência dos valores de acessibilidade e de visibilidade dentre as quatro categorias de integração permite identificar os ambientes mais segregados e os mais integrados do apartamento. Em todos os projetos, a suíte principal, os quartos, o banheiro social, a área de serviço e o quarto de serviço pertencem, em sua maioria, às categorias dos mais segregados (3 e 4), tanto em relação à acessibilidade, quanto à visibilidade. No outro extremo estão os ambientes cujos valores de integração pertencem às categorias mais integradas (1 e 2): a sala de jantar, a sala de estar e a cozinha. Os demais ambientes ou possuem padrões de integração distintos de acessibilidade e de visibilidade, ou não mostram nenhuma tendência predominante.

Alguns desses dados se assemelham aos encontrados por Monteiro (1997), na sua investigação em três tipos diferentes de habitação. A autora verificou que os espaços mais integrados abrigam, na maioria dos casos as atividades relacionadas: (a) à comida, seja na preparação (cozinha) seja no consumo (copa, cozinha – quando existe mesa no layout - ou sala de jantar); (b) pelo lazer interativo (ver TV, neste caso, quando esta atividade é realizada na sala de estar, já que o home theater apresenta maior frequência na categoria de integração 3). Já os espaços mais segregados são aqueles onde desenvolvem-se as atividades privadas dos moradores e da empregada – quartos e banheiros. Monteiro ainda identificou

espaços que ficam numa posição intermediária de valor de integração, que, assim como verificado nos resultados aqui apresentados, são referentes às atividades de passar ferro (área de serviço) e estudar (neste caso, no *home office*). Essas podem ser consideradas as características espaciais que permanecem ao longo do tempo, enquanto outras rompem com esses padrões, como o *home theater* e a suíte secundária, por exemplo. O primeiro, apesar de ser da categoria de integração 1 (muito integrada) ser mais frequente nos POs, nos PRs a grande maioria pertence à categoria 3, indicando que essa atividade (classificada por Monteiro como lazer interativo) não é desenvolvida nos espaços mais integrados do sistema espacial. Já a suíte secundária é o único dormitório cuja maioria dos projetos, tanto dos POs, quanto dos PRs, pertence à categoria medianamente integrada (cat. 2).

4.1.3.4. Padrão espacial expresso no grau de privacidade

A segunda técnica alternativa para verificação de padrões espaciais é a correlação dos valores de acessibilidade e visibilidade (AMORIM, 1999; LOUREIRO, 2000), que, como visto, expressa o grau de privacidade de um espaço ou setor (Figuras do Apêndice 01). A Figura 4.46 mostra que, com exceção de um PO (o C24c), o setor social de todos os projetos localizam-se no quadrante que define os espaços menos privativos (Q3), condizentes com as atividades prescritas para acontecerem neste setor. Essa característica homogênea de distribuição é exclusiva do setor social. Nos POs, o setor íntimo apresenta 67,62% dos casos no Q3; nos PRs, o percentual localizado nesse quadrante cai para 44,64%, enquanto os que estão posicionados no quadrante que indica mais controle e menos vigilância (Q4) sobe para 37,50% (nos POS há 17,14% no Q4). O percentual do quadrante que indica mais privacidade para o setor íntimo também aumenta nos PRs (12,50%, e nos POS, 4,76%). Isso significa que os projetos oferecidos pelas construtoras proporcionam um setor íntimo menos privativo. Contudo, os compradores parecem preferir um aumentar a privacidade, principalmente em relação ao movimento.

O setor serviço apresenta frequência semelhante no Q1 (o mais privativo) e no Q4 (o mais controlado e mais visível) – quadrantes que apresentam os maiores valores de frequência (entre 34% e 39%). No entanto, enquanto nos POs 18,10% do setor localiza-se no quadrante menos privativo (Q3) e 11,43%, no quadrante que proporciona menos visibilidade e mais acessibilidade (Q2), nos PRs esse percentual sobe para 25% no Q3 e desaparece no Q2. Esses

dados reforçam os resultados obtidos na distribuição dos valores de acessibilidade e de visibilidade dentre as quatro categorias de integração, uma vez que esse setor tende a ser o mais privativo. Já nos PRs, apesar de a tendência geral indicar que o setor serviço é segregado tanto em relação ao movimento, quanto à visibilidade, a frequência de setores pertencente ao quadrante menos privativo é maior, sugerindo uma maior aproximação desse setor aos demais espaços do apartamento.

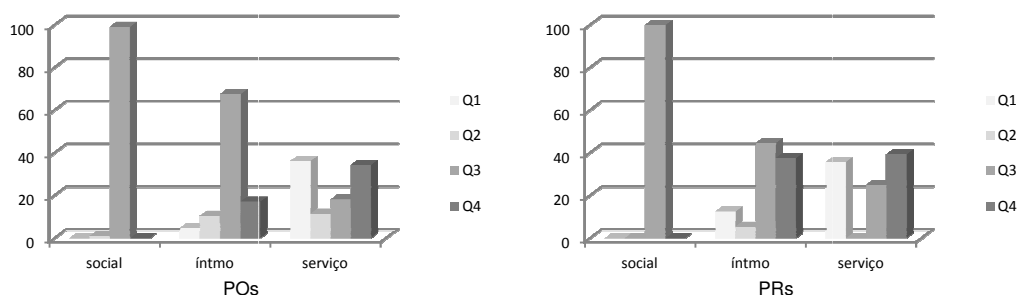


Figura 4.46. Frequência da localização nos quatro quadrantes dos setores domésticos.

Em relação aos ambientes do setor social (Figura 4.47), verifica-se que, com exceção da varanda (maior frequência no quadrante que indica espaços mais controlados e mais visíveis – Q4), todos estão posicionados no quadrante que indica menos privacidade (Q3). O resultado verificado para a varanda, em relação à acessibilidade, pode ser explicado pelo fato de que este espaço é terminal – espaço tipo A (HILLIER, 1996) – isto é, possui apenas um acesso, restringindo a possibilidade de movimento. No entanto, na maioria dos casos, a varanda se encontra numa posição de grande visibilidade a partir de outros espaços do apartamento (como mostra a Figura 4.41).

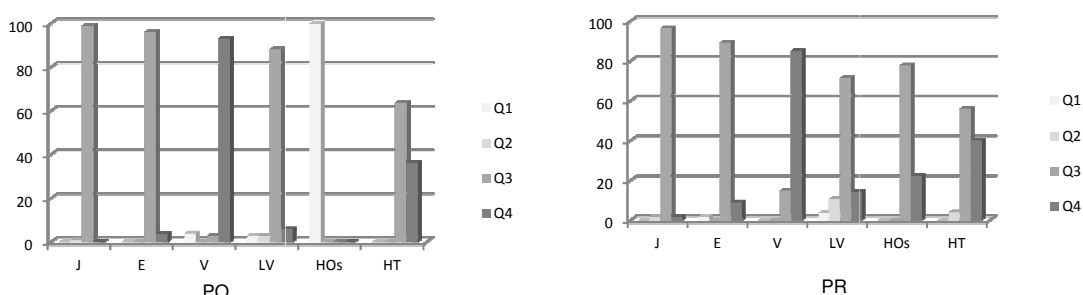


Figura 4.47. Frequência da localização nos quatro quadrantes dos ambientes do setor social.

O *home office* social nos POs só existe em um caso e está localizado no quadrante menos privativo. Por essa razão, a privacidade desse ambiente só é discutida através dos dados dos PRs, onde 77,78% deles localizam-se no quadrante menos privativo (Q3), e 22,22%, no quadrante mais controlado e mais visível (Q4). O *home theater* apesar de estar localizado, na

maioria dos casos, no quadrante menos privativo (Q3), também é verificada uma significativa frequência no Q4 (36,36% nos POs e 40% nos PRs) – aquele que indica menos acessibilidade e mais visibilidade, características essenciais para que a função a que ele se destina, ver TV, seja desenvolvida sem interferências.

Um resultado que chama atenção é o grau de privacidade dos ambientes do setor íntimo nos POs (Figura 4.48), onde todos os ambientes estão posicionados, na maioria dos projetos, no quadrante menos privativo (Q3). A suíte principal, mesmo apresentando a maioria dos casos no Q3 (35,24%), também está localizada numa proporção significativa no quadrante mais privativo (Q1, em 24,76%) e no que confere menos acessibilidade e mais visibilidade (Q4, em 32,38%). Mais uma vez, os dados configuracionais da suíte principal expressam o maior status social desse ambiente dentro da estrutura espacial do apartamento.

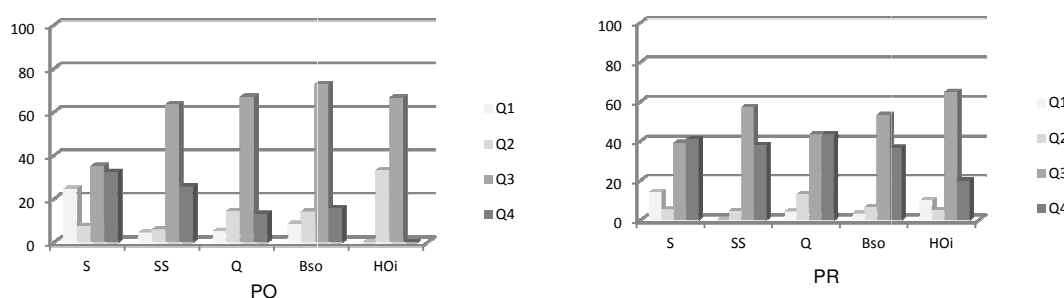


Figura 4.48. Frequência da localização nos quatro quadrantes dos ambientes do setor íntimo.

Já nos PRs esse destaque dado à suíte principal (em relação ao grau de privacidade) não é tão ressaltado. Essa suíte também apresenta uma alta frequência (39,29%) no quadrante menos privativo (Q3). No entanto, a maioria delas (41,07%) situa-se no quadrante que oferece menos acessibilidade e mais visibilidade (Q4). No quadrante mais privativo (Q1) verifica-se apenas 14,29% das suítes principais dos PRs. Esse dado sugere que os habitantes de maior status optam por ter seu ambiente individual não tão isolado, o que, por uma lado, diminui sua privacidade, e, por outro, possibilita um maior ciência sobre o que está acontecendo nos demais espaços do apartamento. Ainda nos PRs, com exceção do quarto, os demais ambientes do setor íntimo também se localizam, na maioria dos casos, no quadrante menos privativo (Q3), mesmo que a proporção seja menor do que a verificada nos POs. O quarto, nos PRs, apresenta grau de privacidade semelhante às suítes, onde a frequência dos que se situam no Q3 é igual a do Q4.

Nesse sentido, pode-se dizer que, de uma maneira geral, o mercado imobiliário oferece projetos que conferem um baixo grau de privacidade aos ambientes do setor íntimo, com exceção do dormitório reservado ao membro familiar de maior status, que apresenta mais privacidade em significativo número de casos. Por outro lado, os compradores tendem a diminuir essa privacidade, principalmente através do aumento da visibilidade entre os espaços. No entanto, é preciso ter em consideração que esses dados numéricos nem sempre estão diretamente associados a uma maior cociência entre dois dormitórios distintos, por exemplo. Na maioria dos casos, esse aumento de visibilidade entre os espaços do setor íntimo é resultado da ampliação das suítes máster, que aumentam o número de espaços convexos que a formam sem que esses sejam separados por nenhuma opacidade entre eles (Figura 4.14).

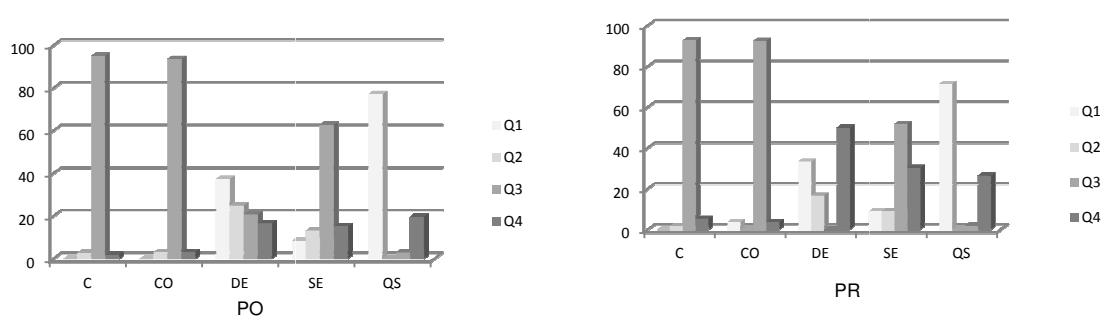


Figura 4.49. Frequência da localização nos quatro quadrantes dos ambientes do setor serviço.

Os resultados obtidos com os ambientes do setor serviço (Figura 4.49) mostram que nos dois tipos de projeto, tanto o padrão de acessibilidade quanto o de visibilidade trabalham juntos para reforçar a forte segregação do local de uso prioritário dos empregados domésticos, uma vez que o quarto de serviço é o que apresenta mais números de casos no quadrante mais privativo – Q1 (77,23% nos POs e 71,43% nos PRs). Além desse ambiente, a despensa também possui significativo número de casos que se localizam no quadrante que confere mais privacidade ao espaço (Q1), apresentando maior percentual nos POs (37,50%). Já nos PRs, a despensa está localizada no quadrante que proporciona menos acessibilidade e mais visibilidade (Q4) em 50% dos casos.

A cozinha e a copa, por sua vez, estão localizadas, na maioria dos casos, no quadrante que confere menos privacidade aos espaços (Q3). Vale ressaltar que esses são os dois ambientes desse setor que costumam ser o de maior convivência dentre os membros da família, como ressaltado por vários autores (LIMA, 2011; TRAMONTANO, 2004). A área de serviço também

apresenta um baixo grau de privacidade nos dois tipos de projeto. No entanto, nos PRs verifica-se uma diminuição da frequência no Q3, aumentando a do quadrante indica espaços mais controlados e menos vigiados (Q4).

4.1.3.5. Padrão espacial expresso na correlação entre inequação e grafo setorial.

Por fim, é descrito a terceira técnica alternativa de verificação de padrões espaciais: a correlação entre o tipo de grafo setorial e o padrão de acessibilidade das atividades domésticas nucleares (Tabelas 4.8 e 4.9).

Tabela 4.8. Correlação entre os padrões de acessibilidade das atividades domésticas nucleares e os grafos setoriais dos POs (valores percentuais).

Inequação/ grafo - PO	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r
PAa1			46,67	0,95	2,86	0,95		2,86			1,90					0,95	0,95	0,95
PAa2	0,95		7,62			2,86					0,95			3,81				
PAa3			5,71					0,95										
PAa4			1,90											0,95				
PAa5			0,95			0,95												
PAa6								0,95										
PAa7		0,95																
PAa8					1,90													
PAa9			0,95															
PAa10			0,95															
PAa11		0,95	0,95															
PAa12																		
PAa13					0,95													
PAa14		0,95																

Nos POs, um forte genótipo foi verificado, com uma frequência de 46,67%. Ele se caracteriza por apresentar o padrão de acessibilidade PA1a, referente à inequação $J < C < E < S$, e o grafo setorial do tipo 'c' (ver Figura 4.30). Nos PRs dois padrões genotípicos foram verificados: (1) o mesmo encontrado nos POs (em 17,87%); (2) o que apresenta padrão de acessibilidade PA2a, referente à inequação $J < E < C < S$, e grafo setorial do tipo 'c' (em 19,64%).

Tabela 4.9. Correlação entre os padrões de acessibilidade das atividades domésticas nucleares e os grafos setoriais dos PRs (valores percentuais).

Inequação/ grafo - PR	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r
PAa1		3,57	17,86	179	3,57	179					179							
PAa2	3,57	179	19,64			179												
PAa3						179												
PAa4					179									179				
PAa5					3,57	179							179					
PAa6																		
PAa7			179															
PAa8					179													
PAa9			3,57	0,00		179	²	3,57					²					
PAa10																		
PAa11																		
PAa12																		
PAa13																		
PAa14																		
PAa15						179												
PAa16																		
PAa17									179									
PAa18																		
PAa19																		
PAa20																		
PAa21																		
PAa22																		
PAa23																		
PAa24																		
PAa25																		
PAa26																		
PAa27																		
PAa28																		
PAa29																		
PAa30																		
PAa31						179												

Esses genótipos revelam projetos cuja estrutura espacial, nos dois tipos de projeto, proporciona menos profundidade, isolamento e controle de acesso entre os setores. Além disso, apresentam, por um lado, a sala de jantar como o espaço mais acessível e, por outro, a menor acessibilidade reservada para o espaço da suíte. Assim, enquanto o maior grau de segregação destaca o espaço privativo destinado aos membros da família de maior status – a suíte principal, um maior grau de integração destaca os espaços onde são desenvolvidas as atividades coletivas de mais importância – as salas de jantar e estar.

A diferença do genótipo encontrado nos POs, para o segundo tipo (e mais frequente) verificado nos PRs é o valor de integração da cozinha, que passa a ficar menos acessível nos PRs. Neste caso, o potencial de gerar encontros na cozinha é maior do que na sala de estar,

aumentando a probabilidade de haver uma maior interação entre os habitantes neste ambiente.

* * *

Os dados configuracionais dos POs e PRs descritos nas seções anteriores estão resumidos na Tabela 4.10. Percebe-se que algumas características parecem ser centrais entre os dois tipos de projetos, tais como:

- Os espaços da sala de jantar e da a suíte principal serem mais e menos acessível, respectivamente;
- A estrutura setorial, expressa através das inequações de acessibilidade e visibilidade, continua sendo resultado do paradigma projetual (AMORIM, 1999);
- Menor grau de privacidade para o setor social, sala de jantar e estar, cozinha e *home office* íntimo.

Tabela 4.10. Resumo dos principais dados configuracionais dos POs e PRs.

Inequações	PO	PR	Categorias de Aces.	PO	PR	Categorias de Vis. / grafo	PO	PR	Quadrante	PO	PR
PAa1 - J < C < E < S	61,90%	32,14%	J cat. 1	97,14%	92,86%	J cat. 1	90,48%	82,14%	J Q3	99,05%	96,43%
PAa2 - J < E < C < S	15,24%	35,71%	E cat. 1	26,67%	51,79%	E cat. 1	57,14%	64,29%	E Q3	96,19%	89,29%
PVa2 - J < E < C < S	40,95%	32,14%	E cat. 2	56,19%	32,14%	C cat. 2	54,29%	50,00%	C Q3	95,24%	92,86%
J + acessível	90,47%	87,50%	C cat. 1	66,67%	64,29%	S cat. 3	41,90%	39,29%	S Q3	35,24%	39,29%
S - acessível	83,80%	83,92%	S cat. 3	32,38%	37,50%	HT cat. 2	36,36%	48,00%	S Q4	32,38%	41,07%
J + visível	73,33%	51,78%	S cat. 4	38,10%	37,50%	HOi cat. 3	33,33%	45,00%	HT Q3	63,64%	56,00%
S - visível	80,00%	69,64%	HT cat. 1	36,36%	16,00%	grafo tipo 'c'	65,71%	48,21%	HOi Q3	66,67%	65,00%
PA1 - soc < int < serv	80,00%	82,14%	HT cat. 3	9,09%	48,00%				soc Q3	99,05%	100,00%
PV1 - soc < int < serv	63,81%	71,43%	HOi cat. 2	33,33%	45,00%				int Q3	67,62%	44,64%
									serv Q1	36,19%	35,71%
									serv Q4	34,29%	39,29%

Os demais espaços e setores apresentam variações nas características configuracionais entre os POs e PRs, como os da cozinha, sala de estar e suíte principal, por exemplo. De uma maneira geral, pode-se dizer que mercado imobiliário oferece projetos cuja estrutura espacial incentiva a interação dos usuários mais na cozinha, enquanto que as famílias de elite preferem a sala de estar. Esse dado, somado com uma menor visibilidade do espaço destinado à cozinha, sugere que os PRs apresentam uma estrutura espacial que tende a segregar as atividades produtivas das atividades sociais. Em relação à suíte principal, nos

PRs, o padrão de integração tende a ser mais segregado do que nos POs, principalmente do ponto de vista da acessibilidade, o que proporciona a esse espaço – destinado ao usuário de maior status - um maior controle de acesso, apesar de permitir mais visibilidade para e a partir de outros espaços do apartamento.

Os demais atributos configuracionais variam muito de um projeto a outro e é mais bem discutido caso a caso no capítulo 05.

4.2. Classificação dos projetos: o método de medição do grau de tipicidade (GT)

As seções deste capítulo até aqui apresentadas descrevem as características espaciais dos projetos investigadas por meio das três variáveis de análise. De uma maneira geral, pode-se dizer que os projetos, apesar de indicarem algumas tendências gerais, apresentam um variado conjunto de características. Com o intuito de classificá-los em grupos relativamente homogêneos é proposto um método de medição do grau de tipicidade dos projetos (GTP), que adota como parâmetro de mensuração cada um dos itens descritos nas três variáveis. (Quadro 4.1)

Como descrito no capítulo 2, **projetos típicos** são aqueles que apresentam padrões de referência que os distinguem dentro de um determinado conjunto, enquanto **projetos atípicos** apresentam características que se distanciam desses padrões. A partir dessa definição, o grau de tipicidade (GT) é definido como uma medida que verifica a existência de padrões de referência, através da frequência de ocorrência de cada um dos itens descritos nas três variáveis (Quadro 4.1). A variável funcional contabiliza o número absoluto de todos os rótulos descritos no Quadro 3.2 (descritos na seção 4.1). Para a medição do grau de tipicidade funcional (GTf), esses dados são utilizados sem precisar de nenhum tipo de tratamento para verificar se existe um padrão característico de cada item, dentre todos os projetos da amostra (Tabelas 1 e 2 do Apêndice 2).

Variável Funcional	Variável Dimensional	Variável Configuracional	
Frequência e quantidade de todos os rótulos descritos no Quadro 3.2	Área dos setores e dos ambientes encontrados em mais de 10% dos projetos:	Características configuracionais dos setores e dos os ambientes encontrados em mais de 10% dos projetos	
1 Sala de estar	1 Setor social	1 Aces. do jantar	30 Vis. do home office íntimo
2 Sala de jantar	2 Setor íntimo	2 Vis. do jantar	31 Aces. do home theater
3 Varanda	3 Setor serviço	3 Aces. do estar	32 Vis. do home theater
4 Cozinha	4 Suite principal	4 Vis. do estar	33 Ineq. aces - ativ. dom. nucleares
5 Área de serviço	5 Suite secundária	5 Aces. da varanda	34 Ineq. vis - ativ. dom. nucleares
6 Quarto de serviço	6 Quarto	6 Vis. da varanda	35 Ineq. aces - setores
7 Bw c de serviço	7 Home office íntimo	7 Aces. do lavabo	36 Ineq. vis - setores
8 Quarto	8 Bw c social	8 Vis. do lavabo	37 grafo setorial
9 Suítes	9 Cozinha	9 Aces. da cozinha	38 grafo setorial x inequação
10 Bw c social	10 Copa	10 Vis. da cozinha	39 Quadrante setor social
11 Lavabo	11 Despensa	11 Aces. da copa	40 Quadrante setor íntimo
12 Home theater	12 Área de serviço	12 Vis. da copa	41 Quadrante setor serviço
13 Home office social	13 Quarto de serviço	13 Aces. da despensa	42 Quadrante jantar
14 Home office íntimo	14 Sala de jantar	14 Vis. da despensa	43 Quadrante estar
15 Copa	15 Sala de estar	15 Aces. da área de serviço	44 Quadrante varanda
16 Despensa	16 Varanda	16 Vis. da área de serviço	45 Quadrante lavabo
17 Depósito	17 Lavabo	17 Aces. do quarto de serviço	46 Quadrante cozinha
18 Closet no quarto	18 Home theater	18 Vid. do quarto de serviço	47 Quadrante copa
19 Closet na suite p.	19 Home office social	19 Aces. da Suite principal	48 Quadrante despensa
20 Closet na suite s.		20 Vis. da Suite principal	49 Quadrante área de serviço
21 Rouparia		21 Aces. da suite secundária	50 Quadrante quarto de serviço
22 Esta íntimo		22 Vis. da suite secundária	51 Quadrante suite principal
		23 Aces. do quarto	52 Quadrante suite secundária
		24 Vis. do quarto	53 Quadrante quarto
		25 Aces. do bw c social	54 Quadrante bw c social
		26 Vis. do bw c social	55 Quadrante home office social
		27 Aces. do home office social	56 Quadrante home office íntimo
		29 Vis. do home office social	57 Quadrante home theater
		29 Aces. do home office íntimo	

Quadro 4.1 Itens mensurados em cada variável, para medir o grau de tipicidade (GT).

Já para a verificação da frequência da variável dimensional, que define o grau de tipicidade dimensional (GTd), é preciso classificar os valores das áreas de um mesmo ambiente ou setor em grupos semelhantes. Nesse sentido, através dos valores estatísticos média (Md) e desvio padrão (DP) da amostra é identificado o intervalo médio (IM) de área de cada um dos itens analisados (Tabela 4.11). Os valores de área são, então, redefinidos em três grupos: (a) o que é atribuído valor 1, referentes às áreas menores do que o valor mínimo do IM; (b) o que é atribuído valor 2, referentes às áreas que pertencem ao IM; (c) o que é atribuído valor 3, referentes às áreas maiores do que o valor máximo do IM (Tabelas 3 e 4 do Apêndice 2). Para essa classificação é utilizado o valor percentual de cada ambiente ou setor em relação à área total do apartamento, a fim de anular a diferença dimensional entre eles¹⁷³. Assim, o GTd verifica a existência do padrão de referência de cada item, através da frequência de ocorrência dos três grupos de valores de área, dentre todos os projetos.

¹⁷³ Ao utilizar os valores absolutos, os apartamentos muito pequenos e muito grandes já seriam, a priori, classificados como atípicos.

Tabela 4.11. Intervalo médio de área por ambiente e por setor.

Setor / ambientes	Md (%)	DP (%)	IM (%)
Setor social	33,88	6,73	27,15 > X > 40,61
Setor íntimo	45,15	5,45	39,7 > X > 50,60
Setor serviço	20,09	3,27	16,82 > X > 23,87
Suite principal	17,55	3,53	14,02 > X > 21,07
Suite secundária	11,68	2,40	9,28 > X > 14,09
Quarto	9,08	1,59	7,49 > X > 10,67
Home office íntimo	6,21	1,84	4,37 > X > 8,04
Bw c social	2,88	0,62	2,26 > X > 3,51
Cozinha	8,07	1,91	6,16 > X > 9,97
Copa	3,78	1,05	2,73 > X > 4,83
Despensa	1,29	0,50	0,78 > X > 1,79
Área de serviço	3,93	1,21	2,72 > X > 5,14
Quarto de serviço	4,11	1,31	2,81 > X > 5,42
Sala de jantar	9,81	2,36	7,45 > X > 12,16
Sala de estar	14,57	4,66	9,92 > X > 19,23
Varanda	5,38	1,64	3,74 > X > 7,02
Lavabo	1,37	0,34	1,03 > X > 1,71
Home theater	8,65	1,99	6,66 > X > 10,65
Home office social	6,80	2,67	4,13 > X > 9,47

Como visto na seção anterior, os itens analisados na variável configuracional, já são todos classificados em grupos: categorias de integração 1, 2, 3 e 4; grafos setoriais do tipo 'a', 'b' etc. (que, para o cálculo do grau de tipicidade configuracional – GTc –, são descritos como 1, 2 etc.); padrões de acessibilidade e visibilidade nas categorias 1, 2, 2 e 4.; quadrantes 1, 2, 3 e 4; correlação grafo x inequação do tipo 1, 2, etc. Nesse sentido, assim como o é feito no GTf, esses dados são utilizados para medir o GTc sem precisar de nenhum tipo de tratamento (Tabelas 5 e 6 do Apêndice 2). A frequência de ocorrência de cada um deles, dentre todos os projetos da amostra, é analisada a fim de verificar a existência de padrões de referência.

A Tabela 4.12 mostra um exemplo de um cálculo hipotético do GTf, que é igual para o GTd e para o GTc. Os itens verificados em 42% da amostra (na Tabela de verificação de frequência), como os projetos que têm apenas 01 quarto (Q), recebem uma pontuação igual a 0,42 (na Tabela de pontuação que define o GTf); os itens verificados em 67% da amostra, como os projetos que têm um *home theater* (HT), recebem uma pontuação igual a 0,67, e assim por diante. Diferente do item 'quarto' (Q), os itens 'cozinha' (C) e '*home theater*' (HT) apresentam um forte padrão de referência: 100% dos projetos oferecem cozinha e 67%, não oferecem *home theater*. Os projetos onde esses dois padrões de referência são verificados (ter cozinha e não ter *home theater*) recebem uma pontuação mais perto de um, indicando maior grau de tipicidade; os projetos que não apresentam esses padrões de referência recebem uma pontuação próxima a zero, indicando maior grau de atipicidade. Nesse

projeto é classificado como C1 e o segundo, como C2. Ou seja, esses são projetos cujos valores do GT aproximam-se ao da transição das categorias. Assim, sempre que a análise detalhada de um projeto se enquadrar nessa situação (capítulo 5), esse fato é destacado para que não haja equívocos na interpretação dos dados.

No exemplo de cálculo hipotético mostrado na Tabela 4.12, em relação à funcionalidade, os projetos PO3 e PR3 são classificados como muito atípicos (Cf1); os PO1, PO4, PR1 e PR2 são, como medianamente atípicos (Cf2); o PR56, como medianamente típico (Cf3); e os PO2, PO105 e PR4, como muito típicos (Cf4). Da mesma maneira, em relação à tipicidade dos projetos, os PR1 e PR2 são classificados como muito atípicos (CP1); os PO4 e PR56, como medianamente atípicos (CP2); os PO1, PO2 e PR4, como medianamente típicos (CP3); e os PO3, PO105 e PR3 como muito típicos (CP4).

Percebe-se que um baixo valor do GT é obtido quando: (a) os itens analisados apresentam frequências distintas e, por essa razão, não indicam nenhum padrão de referência (como o quarto); (b) os item que apresentam um certo padrão de referência -como não oferecer o *home theater*, não é verificado em algum projeto (no caso, os PO2, PR1, PR2 e PR3). De maneira análoga, esse mesmo item (*home theater*) contribuem fortemente para um alto valor de GT, nos projetos em que o padrão de referência é verificado. Ou seja, os projetos tornam-se mais atípicos por meio das características de certos espaços (aqueles que apresentam características muito variadas ou opostas ao padrão de referência), identificados através da medição do GT em cada uma das três variáveis.

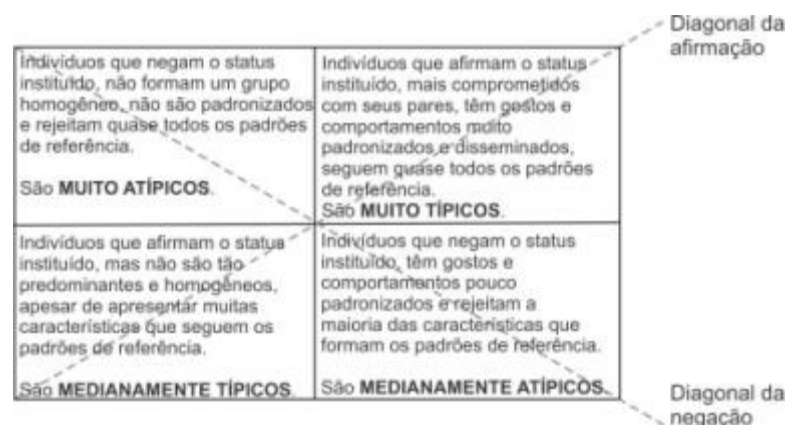


Figura 4.50. Correlação entre o modelo de tendência cultural de Mary Douglas (substituindo o termo que nomeia os quatro tipos de cultura pelas características que os descrevem) e as categorias do grau de tipicidade dos projetos (GTP).

O grau de tipicidade dos projetos é relacionado diretamente com o modelo de tendência cultural proposto por Douglas (1998), uma vez que ambos tomam como base de classificação semelhanças e diferenças entre grupos de indivíduos - no caso do modelo de tendência cultural, e entre projetos - no caso do GTP (Figura 4.50).

Como discutido, as posturas que afirmam o status instituído pela sociedade são as mais predominantes, padronizadas e que seguem padrões de referência. Quando a adoção desses padrões é alta, a postura do indivíduo (ou do mercado imobiliário) e o projeto do seu apartamento são considerados muito típicos. Quando a adoção, apesar de ser alta, apresenta uma ou outra característica contrária ao padrão de referência, a postura do indivíduo e o projeto são considerados medianamente típicos. As duas posturas que negam o status instituído pela sociedade são caracterizadas pela rejeição desses padrões de referência. No entanto, quando existe a adoção de um ou outro, a postura do indivíduo e o projeto do seu apartamento são considerados medianamente atípicos. Por fim, a fraca existência de padrões de referência caracteriza a postura e o projeto muito atípicos.

Nesse sentido, os padrões de referência de cada variável são identificados, através do método de medição dos seus graus de tipicidade, e discutidos tomando essa correlação como base, como é visto nas seções a seguir.

4.2.1. Os graus de tipicidade (GT)

Os GTs podem variar de zero, definindo projetos muito atípicos, a um, definindo projetos muito típicos. No entanto, a aplicação desse procedimento nos 161 projetos (105 POs e 56 PRs) mostra que os valores mínimo e máximo foram distintos desses extremos – 0,63 e 0,82 para o GTf; 0,32 e 0,71 para o GTd; 0,34 e 0,62 para p GTc; 0,47 e 0,70 para o GTP. Esses resultados indicam que, ao contrário do que possa parecer, esse universo analisado é relativamente homogêneo. Nenhum deles possui exemplos no quartil inferior, indicando que a atipicidade máxima possível não é alcançada em nenhuma variável, nem no projeto. Inclusive, em relação à função, todos os projetos tendem a ser mais típicos. Assim, a classificação em percentis toma por base os valores mínimo e máximo encontrados, e sempre que um projeto for classificado numa das quatro categorias de tipicidade, significa que são os mais típicos ou os mais atípicos dentro do universo analisado.

Os gráficos da Figura 4.51 mostram que, nas três variáveis, os POs tendem a ser mais típicos e os PRs, a ser atípicos. Nas variáveis funcional e configuracional, o maior percentual de ocorrência dos GTs está na categoria C4 nos POs (41,90% e 34,29%, respectivamente), e na categoria C1 nos PRs (41,07% e 33,93%, respectivamente). A variável dimensional, apesar de mostrar a mesma tendência, verifica-se um maior percentual de ocorrência na categoria C2 nos PRs (32,14%).

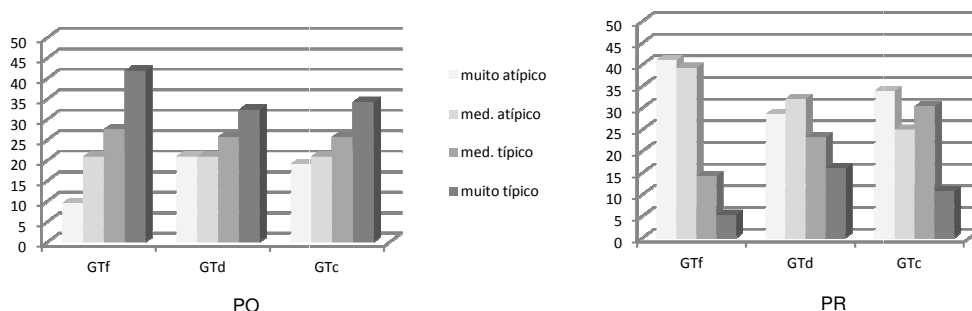


Figura 4.51. Graus de tipicidade funcional (GTf), dimensional (GTd) e configuracional (GTc) dos dois tipos de projetos.

Nas seções a seguir, os graus de tipicidade das três variáveis são analisados e discutidos separadamente, na tentativa de identificar quais características que definem esse resultados.

4.2.1.1. O grau de tipicidade funcional (GTf)

Na variável funcional, o padrão de referência, que, quando verificados nos projetos, definem altos valores de GTf, é caracterizado pela frequência dos rótulos descritos na Tabela 4.13. De uma maneira geral, percebe-se que a presença dos rótulos de luxo e a ausência da maioria dos rótulos que formam o núcleo funcional base são fortes indicadores de atipicidade, já que essas são características contrárias aos padrões de referência, tanto dos POs, quanto dos PRs. No entanto, são percebidas algumas particularidades que distinguem os dois tipos de projetos.

Apesar de alguns rótulos de luxo ser verificados em projetos típicos, a tipicidade funcional nos POs é caracterizada por oferecer basicamente o núcleo funcional base. Já dentre os PRs, o típico é oferecer, além dos rótulos que formam o núcleo funcional base, no máximo um quarto, no mínimo duas suítes, sendo a principal com closet. Dentre os rótulos de luxo, os que mais influenciam no baixo valor de GTf dos POs são (em ordem decrescente de

influência): depósito, *home office* social, roupeiro, closet no quarto, *home office* íntimo, estar íntimo, closet na suíte secundária, *home theater*, despensa, segunda sala de estar, copa, lavabo e closet na suíte principal. Ou seja, à medida que são acrescentados esses rótulos de luxo, o valor do GTf diminui, conferindo mais atipicidade aos POs. Esse resultado dá suporte a afirmação de Brandão (2002) de que oferecer ambientes alternativos não só aumenta o status do apartamento, como confere a distinção e singularidade - característica dos projetos atípicos - buscada pelos profissionais do marketing do mercado imobiliário.

Tabela 4.13. Características que formam o padrão de referência funcional dos projetos.

POs				PRs			
Oferecer:		Não oferecer		Oferecer:		Não oferecer	
banheiro de serviço	100%	depósito	100%	01 sala de jantar	100%	closet no quarto	98%
cozinha	100%	<i>home office</i> social	99%	cozinha	100%	estar íntimo	95%
área de serviço	100%	roupeiro	99%	área de serviço	100%	roupeiro	91%
01 sala de jantar	99%	closet no quarto	98%	banheiro de serviço	98%	despensa	89%
varanda	97%	<i>home office</i> íntimo	97%	01 quarto (máx)	91%	depósito	89%
quarto de serviço	96%	estar íntimo	96%	quarto de serviço	88%	segunda sala de estar	86%
01 sala de estar	76%	closet na suíte secundária	92%	01 sala de estar	86%	<i>home office</i> social	84%
banheiro social	74%	<i>home theater</i>	90%	varanda	84%	closet na suíte secundária	75%
01 quarto (min)	72%	despensa	77%	02 suítes (min)	71%	<i>home office</i> íntimo	64%
02 suíte (max)	69%	segunda sala de estar	76%	closet suíte principal	68%		
		copa	70%				
		lavabo	68%				
		closet na suíte principal	60%				

Não definem um padrão de referência dentre os PRs (frequência menor que 60%): oferecer bwc social, lavabo, *home theater* e copa.

A maior atipicidade nos PRs também é influenciada pela inclusão de rótulos de luxo. No entanto, distintamente do que ocorre nos POs, alguns deles deixam de formar padrão de referência por ter frequência menor que 60%, como o bwc, o lavabo, *home theater* e copa, indicando que esses rótulos passam a ser medianamente típicos nos PRs. Além disso, outros rótulos de luxo, como os *homes offices* íntimo e social, a segunda sala de estar e a suíte secundária, apesar de ainda serem verificados na minoria dos PRs, aumentam sua frequência em relação aos POs.

O aumento de frequência desses rótulos de luxo nos PRs, principalmente em relação ao *home theater* (45%) e *home office* (36%), sugerem que a associação da ideia do ‘morar bem’ a ambientes pensados para abrigar equipamentos tecnológicos de última geração (ARAÚJO, 2006; REQUENA, 2007), parece ter sido adotada por grande parte das famílias da elite recifense. O culto ao novo (BAUMAN, 2001), à tecnologia (ARAÚJO, 2006), atributos amplamente divulgados pelas diversas mídias, que conferem uma maior especialização dos

ambientes (RAPOPORT, 1997), e mais conforto e praticidade às atividades de lazer, estudo e trabalho, é amplamente valorizado por essa camada da população.



Figura 4.52. PO (C24b) e PR (V01C) mais atípicos do ponto de vista funcional.

A Figura 4.52 mostra o PO e o PR mais atípico, do ponto de vista funcional. Ambos apresentam uma grande quantidade de rótulos de luxo- seis no PO (copa, suíte secundária, closet na suíte principal e na secundária, lavabo e uma segunda sala de jantar) e cinco no PR (copa, suíte secundária, closet na suíte principal e home theater), além da inexistência da varanda, nos dois projetos, e do quarto de serviço, no PR (rótulos que fazem parte do padrão de referência, por isso sua ausência aumenta a atipicidade do projeto).

4.2.1.2. O grau de tipicidade dimensional (GTd)

Os projetos mais típicos em termos dimensionais - aqueles com valores de GTd mais próximos a um - apresentam uma maior quantidade de ambientes e setores com valor de área igual ao do IM (Tabela 4.11). Uma característica em comum entre os projetos típicos do ponto de vista dimensional é ter, no máximo, dois ambientes com valores dimensionais diferentes do intervalo médio (IM). No entanto, dentre os POS, apenas a dimensão do bwc social, da despensa e do *home theater* não definem padrões de referência, uma vez que a frequência de área que não pertence ao IM é 42%, 46% e 45%, respectivamente (Tabela 4.14). Já entre os PRs é verificado um maior número de ambientes com valor de área diferente do IM, dentre eles, as suítes (principal e secundária) e os setores íntimo e social. Ou seja, nos PRs, o setor social e a suíte principal apresentam dimensão maior e o setor íntimo, menor do que o IM em uma quantidade significativa de PRs (46% 39% e 30%, respectivamente).

Esses dados reforçam os resultados descritos na seção 4.1.2 que mostram o maior investimento e valorização dada tanto aos ambientes de mais interação (setor social), quanto àquele reservado para o membro de maior status da família (a suíte principal). O aumento da dimensão do setor social acontece mais pelo incremento de ambientes que abrigam novas atividades, como o *home theater* e o *home office*, do que pelo aumento na dimensão das salas de jantar e varanda, já que a frequência de área desses ambientes que pertence ao IM também definem padrões de referência nos PRs.

Tabela 4.14. Características que formam o padrão de referência dimensional dos projetos.

POs					PRs				
Pertence ao IM		Não pertence ao IM	menor	maior	Pertence ao IM		Não pertence ao IM	menor	maior
home office social	100%	despensa	17%	29%	bwc social	86%	lavabo	18%	25%
hime office intimo	100%	home theater	27%	18%	varanda	85%	suite principal	4%	39%
lavabo	91%	bwc social	19%	23%	setor serviço	84%	setor intimo	30%	14%
suite principal	85%				quarto	83%	área de serviço	29%	18%
setor serviço	79%				despensa	80%	copa	26%	22%
varanda	79%				home office social	78%	setor social	2%	46%
setor social	77%				sala de jantar	73%	suite secundária	29%	40%
setor intimo	77%				sala de estar	70%			
suite secundária	75%				home theater	68%			
quarto de serviço	73%				cozinha	64%			
sala de jantar	72%				quarto de serviço	62%			
cozinha	70%				home office intimo	60%			
copa	69%								
área de serviço	69%								
sala de estar	68%								
quarto	61%								

Dentre os POs, o mais atípico (Figura 4.53) mostra que a dimensão de oito itens é diferente da encontrada no IM, sendo quatro deles menor - setor social, quarto, bwc social e sala de estar – e outros quatro, maior – setor íntimo, suíte principal, área de serviço e sala de jantar. A área do quarto e do bwc social desse PO fica inferior ao IM devido à grande dimensão do apartamento, já que o valor referencial é proporcional a sua área total. Como o coeficiente de variação (CV) desses ambientes é baixo, suas dimensões não apresentam uma grande variedade, nem aumenta proporcionalmente à área total do apartamento. Em relação à sala, ao analisar a planta desse PO, percebe-se que sua forma é em ‘L’, cujas proporções deixa a maior parte dela destinada ao jantar, em detrimento do estar, o que, em certa medida, justifica a dimensão verificada para esses ambientes.



Figura 4.53. PO (C7a) e PR (P1H) mais atípicos do ponto de vista dimensional.

Já o PR mais atípico do ponto de vista dimensional (Figura 4.53), apresenta sete itens com área menor do que o IM (setor íntimo, suítes principal e secundária, área de serviço, quarto de serviço, sala de jantar, e *home office* social), e três itens, maior (copa, varanda e sala de estar). Em apenas três deles (a suíte secundária, o quarto de serviço e o *home office* social) a justificativa se deve ao baixo valor do coeficiente de variação (CV). Por outro lado, ao observar a planta de PR, verifica-se a presença de três salas de estar, aumentando a área desse ambiente. Outro dado que justifica sua atipicidade dimensional é apresentar uma suíte principal com área menor do que o IM – característica presente em apenas 4% dos PRs, o que faz diminuir bastante o valor do GTD.

4.2.1.3. O grau de tipicidade configuracional (GTc)

Em relação ao grau de tipicidade configuracional (GTC), a Tabela 4.15 mostra a discrepância da quantidade de padrões de referência encontrados nos POs (34 itens) e nos PRs (24 itens), o que, em certa medida, já justifica o maior percentual de projetos atípicos nos PRs nessa variável. Dentre todos os projetos, a configuração espacial típica é formada principalmente por: (a) padrão de acessibilidade setorial PAs1 ($soc < int < serv$); setor social, salas de jantar e estar, cozinha, copa e quartos no quadrante que confere menos privacidade (Q3); (b) varanda no quadrante referente a espaços menos acessíveis e mais visíveis (Q4); (c) quartos de serviço no quadrante que confere mais privacidade (Q1); (d) valores de acessibilidade e

visibilidade da sala de jantar na categoria muito integrada (C1); (e) valor de acessibilidade da cozinha muito integrada (C1).

Esses resultados sugerem que, na concepção típica tanto do mercado imobiliário (POs), quanto das famílias de elite (PRs), a organização do espaço doméstico favorece o encontro nos ambientes tradicionalmente destinados à interação entre habitantes e visitantes (setor social, principalmente salas de jantar e estar) e entre os próprios habitantes e os empregados (cozinha). Dentre os dormitórios, o único que apresenta um padrão de referencia nos dois tipos de projeto é o quarto, que, apesar de ser um espaço destinado a atividades pessoais dos membros da família, sua configuração espacial proporciona a ele pouca privacidade.

Tabela 4.15. Características que formam o padrão de referência configuracional dos projetos.

POs		PRs	
Padrões de referência	Não formam pad. de ref.	Padrões de referência	Não formam pad. de ref.
home office social no Q1	100%	quad. do setor serviço	100%
aces. h. office social cat. 04	100%	quad. da despensa	96%
vis. h. office social cat. 03	100%	quad. da suite principal	93%
setor soc. no Q3	99%	aces. estar	93%
jantar no Q3	99%	vis. estar	93%
aces. jantar cat. 01	97%	vis. varanda	92%
estar no Q3	96%	vis. lavabo	89%
copa no Q3	95%	vis. copa	88%
cozinha no Q3	94%	vis. cozinha	85%
varanda no Q4	93%	aces. despensa	82%
aces. q. de serviço cat. 04	91%	vis. área de serviço	82%
vis. jantar cat 01	90%	aces. suite principal	78%
lavabo no Q3	88%	vis. suite principal	78%
vis. quarto de serviço cat. 04	80%	aces. suite secundária	71%
padrão aces. setorial PAs1	80%	vis. suite secundária	71%
quarto de serviço no Q1	77%	vis. quarto	71%
aces. quarto cat. 03	74%	vis. bwc social	71%
ace. cozinha cat. 01	72%	aces. home office íntimo	65%
aces. bwc social cat. 03	71%	vis. home office íntimo	64%
aces. varanda cat. 04	69%	aces. home theater	63%
setor ínt. no Q3	68%	vis. home theater	63%
aces. lavabo cat. 02	68%	padrão vis. ADN	63%
quarto do Q3	67%	padrão aces. X grafo setorial	62%
home office íntimo no Q3	67%		
ace. copa cat. 01	67%		vis. bwc social
vis. despensa cat. 04	67%		vis. home office social
grafo setorial tipo 'c'	66%		aces. home office íntimo
bwc social no Q3	65%		vis. home office íntimo
suite secundária no Q3	64%		aces. home theater
home theater no Q3	64%		vis. home theater
padrão vis. setorial PAs1	64%		padrão de aces. ADN
área de serviço no Q3	63%		padrão vis. ADN
aces. área de serviço cat. 03	63%		grafo setorial
padrão aces. ADN PAa1	62%		padrão aces. X grafo setorial

Já a posição do quarto de serviço mostra que o típico, tanto nos POs, quanto nos PRs, é localizá-lo numa situação de muito isolamento, o que proporciona uma maior exclusão do

empregado doméstico, como discutido na seção 4.1.3. Ou seja, mesmo que, nos últimos anos, as garantias trabalhistas tenham se tornado mais sólidas e os salários tenham possibilitado o aumento do poder de compra (DUARTE, A., 2011), a empregada, consumidora em potencial, dentro da habitação do patrão continua relegada a uma posição de exclusão e dormindo no “depósito” (rótulo dado a alguns quartos de serviço que apresentam dimensões de necessidade).

Nos POs outras características configuracionais também definem padrões de referência:, como o padrão de acessibilidade das atividades domésticas nucleares (ADN) PAa1 ($J < C < E < S$); padrão de visibilidade setorial PAS1 ($soc < int < serv$); o setor íntimo, a suíte secundária e a área de serviço no quadrante menos privativo (Q3); e grafo setorial tipo ‘c’ (aquele que apresenta acessibilidade direta intra-setorial). Esse padrão de acessibilidade sugere que o mercado imobiliário oferece projetos cuja organização espacial facilita encontros na cozinha, em detrimento da sala de estar, podendo, esta última, ser a sala de estar do tipo formal, destinada principalmente para receber visitas, como as descritas por Hanson (1998), Cavalcanti (1984) e Nylander (1999). Ainda nos POs, além dos quartos, a maioria das suítes secundárias também está posicionada no quadrante menos privativo – característica que não é verificada nos PRs (as famílias da elite conferem mais privacidade para as suítes principal e secundária, o que, conseqüentemente, muda a posição do quadrante do setor íntimo).

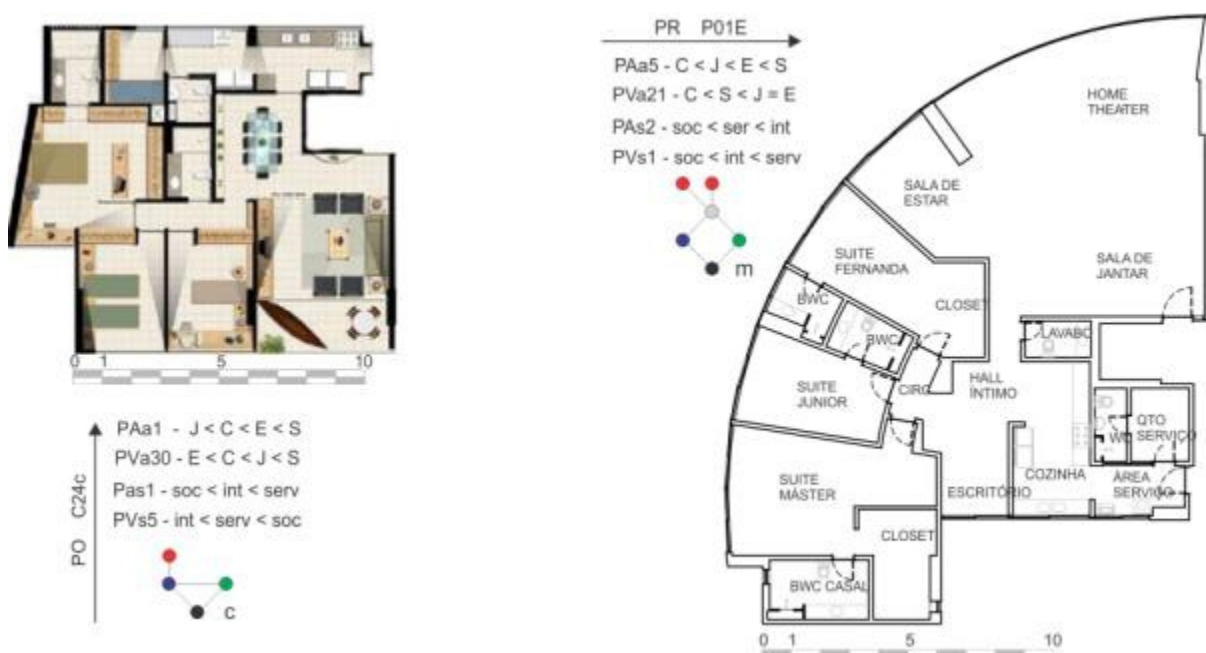


Figura 4.54. PO (C24c) e PR (P1E) mais atípicos do ponto de vista configuracional.

O baixo valor de GTc, que confere mais atipicidade configuracional dos projetos, é influenciado por atributos contrários aos padrões de referência e por itens que apresentam características variadas dentre o universo analisado (23 nos POs e 33 nos PRs). No PO mais atípico (Figura 4.54), dos 57 itens, 13 estão dentre aqueles que não formam padrão de referência e seis apresentam características diferentes do padrão de referência encontrado para: a posição no quadrante da cozinha e do bwc social (Q2, deixando-os menos visível do que nas suas posições típicas) e do quarto (Q1, proporcionado mais privacidade); categoria de acessibilidade da cozinha, do quarto e da área de serviço (cat. 3, cat. 4 e cat. 2, respectivamente – os dois primeiros ficando mais segregados e a última, mais integrada).

Já no PR mais atípico são verificados apenas cinco padrões de referência, 24 não formam nenhum padrão. Além disso, o baixo valor de GTc é influenciado mais fortemente pelas dez características contrárias aos padrões de referência, como a posição no quadrante da sala de jantar, sala de estar e lavabo (a primeira no Q2 – sendo menos visível, e as duas últimas no Q1 – ficando mais privativas), a categoria de acessibilidade da sala de jantar, sala de estar e do quarto (cat. 2, 3 e 4, respectivamente – todas tornando-se mais segregadas), a categoria de visibilidade da sala de jantar, sala de estar (cat. 3, ficando mais segregadas), quarto e suíte secundária (cat. 4 e 1, respectivamente – deixando o primeiro mais segregado e a segunda, mas integrada).

*

*

*

Antes de analisar os valores de GTP propriamente ditos, é feita uma correlação¹⁷⁴ entre os três GTs, onde a categoria do GTc de cada projeto é mantida, para analisar como se comportam as categorias do GTf e do GTd (Figura 4.55). Essa análise mostrou apenas duas correlações: uma na categoria muito atípica (C1) e outra na muito típica (C4). Quando a configuração de um projeto é muito atípica, sua função e dimensão também tendem a ser muito atípicas. Da mesma maneira, quando é verificado um alto valor de GTc, os valores de GTf e GTd também tendem a ser altos. Isso sugere que, as famílias que adotam rótulos e dimensões atípicos, também tendem a organizar espacialmente esses rótulos de maneira atípica.

¹⁷⁴ O termo correlação é empregado no sentido de haver uma relação mútua entre dois elementos.

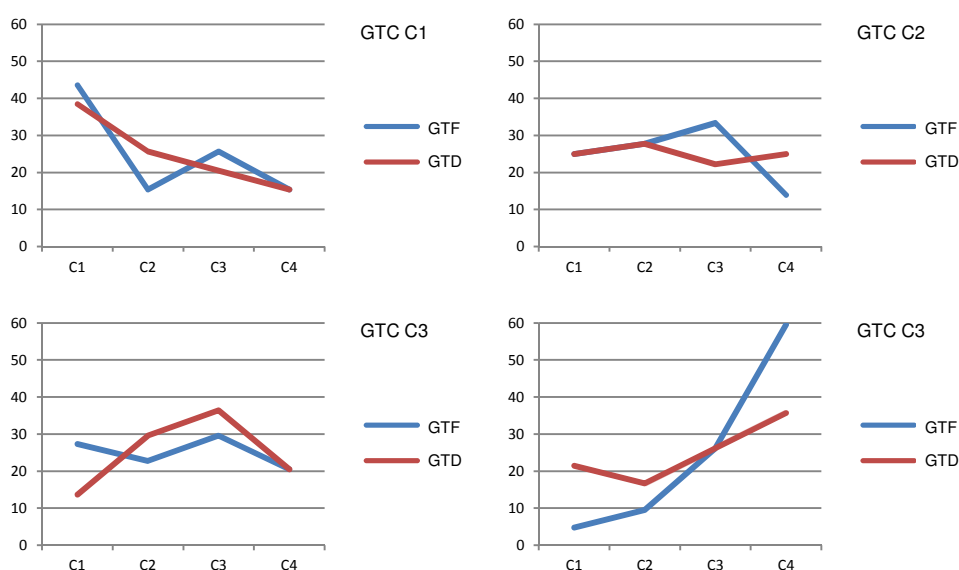


Figura 4.55. Gráficos que mostram a frequência das categorias de tipicidade da função e da dimensão, quando a configuração é mantida.

4.3.1.4. O grau de tipicidade do Projeto (GTP)

Os valores do GTP se assemelham aos resultados encontrados para os GTs das três variáveis (Figura 4.51): os POs tendem a ser muito típicos (36,19%) e os PRs, a ser muito atípicos (48,21%). Essa tendência fica ainda mais evidente quando as quatro categorias de tipicidade de projeto são reduzidas para apenas duas: a típica e a atípica (Figura 4.56). Esse resultado é tão característico da amostra que, mesmo com a alteração ou variação do número de itens analisados nas três variáveis, essa tendência não muda¹⁷⁵.

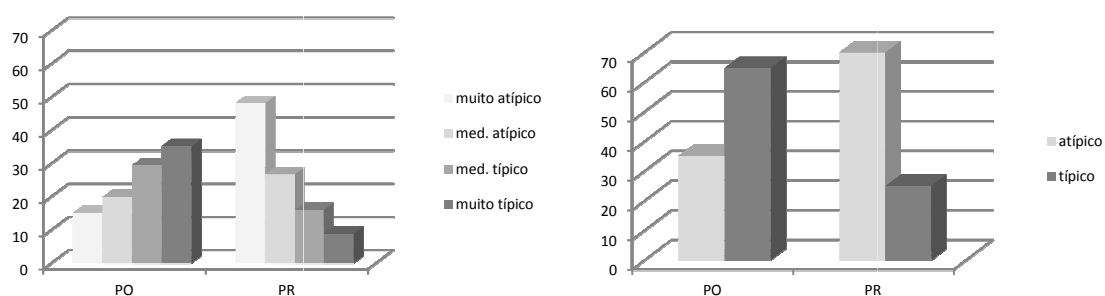


Figura 4.56. Graus de tipicidade dos projetos (GTP). À esquerda, classificando-os em quatro categorias e, à direita, em duas.

¹⁷⁵ Para chegar ao cálculo de GT descrito neste documento foram feitos vários testes com itens diferentes dos apresentados no Quadro 4.1. Apesar do percentual de cada categoria de tipicidade mudar, a tendência dos POs em ser típicos e dos PRs em ser atípicos permaneceu em todas as tentativas.

Fazendo uma analogia desse resultado com a Figura 4.50, que correlaciona os projetos com determinados grupos de indivíduos da sociedade, percebe-se que o produto oferecido pelo mercado imobiliário (os POs), que se diferencia do projetado para as famílias da elite recifense (os PRs) em muitos atributos, de fato adota uma solução padronizada para a maioria dos projetos. Essa padronização típica, descrita por vários autores (ARAÚJO, 2006; BRANDÃO, 2002; TRAMONTANO, 2004), é verificada através do método de medição do grau de tipicidade dos projetos (GTP), onde mais de 60% dos POs são caracterizados por ela. Ainda que a tentativa de diferenciar os produtos seja, em parte, alcançada (através da “negação” (DOUGLAS, 1998) das características mais disseminadas pelo mercado), ela é verificada em aproximadamente 35% dos projetos - os atípicos. Fato distinto do que acontece com os PRs, onde a grande maioria (mais de 70%) adota soluções cujas características são contrárias aos padrões de referências típicos dos projetos oferecidos pelo mercado imobiliário. Essa negação chega ao ponto de fazer com que o típico dentre esses projetos mude substancialmente em relação aos POs, como demonstrado nas Tabelas 4.13, 4.14 e 4.15.

No entanto, essa negação daquilo que é padronizado - típico, comum - pode estar associada aos comportamentos dessa camada da população em relação aos padrões de consumo. Sendo o consumo estruturador de valores e regulador de relações sociais (BAUMAN, 2001; DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009; GIDDENS, 2000), e as aspirações da elite recifense, principalmente a recém-ascendente, voltadas para a aquisição de status social (ARAÚJO, 2006), morar em apartamentos que apresentam certos traços distintivos, mesmo que seja uma distinção típica dessa classe de consumidores¹⁷⁶ (como a valorização dos espaços de receber e da intimidade do casal), passa a ser atributo fundamental para associar os membros familiares à camada social mais alta da cidade. Além disso, como discutido na seção 2.1.3, essa negação da padronização é amplamente divulgada pelo mercado de arquitetura de interiores, que, de várias maneiras, busca associar espaços customizados ao modo contemporâneo de morar.

¹⁷⁶ A “individualização típica”, discutida por Singly (2007), Freire Filho (2003) e Freitas (2011).

Para verificar em que medida os valores de GTf, GTd e GTc influenciam nos resultados obtidos do grau de tipicidade do projeto (GTP), é feita uma regressão estatística¹⁷⁷ com os valores dos GTs de todos os projetos. Os dados mostram que, apesar dos três graus de tipicidade apresentarem níveis de influência muito próximos, o GTf é o que mais contribui para a tipicidade ou atipicidade do projeto. Essa forte influência da função no grau de tipicidade do projeto (GTP) é verificada nos PO e PR mais atípicos Figura 4.57, que estão na sétima e na sexta posição de atipicidade do ponto de vista funcional, respectivamente.

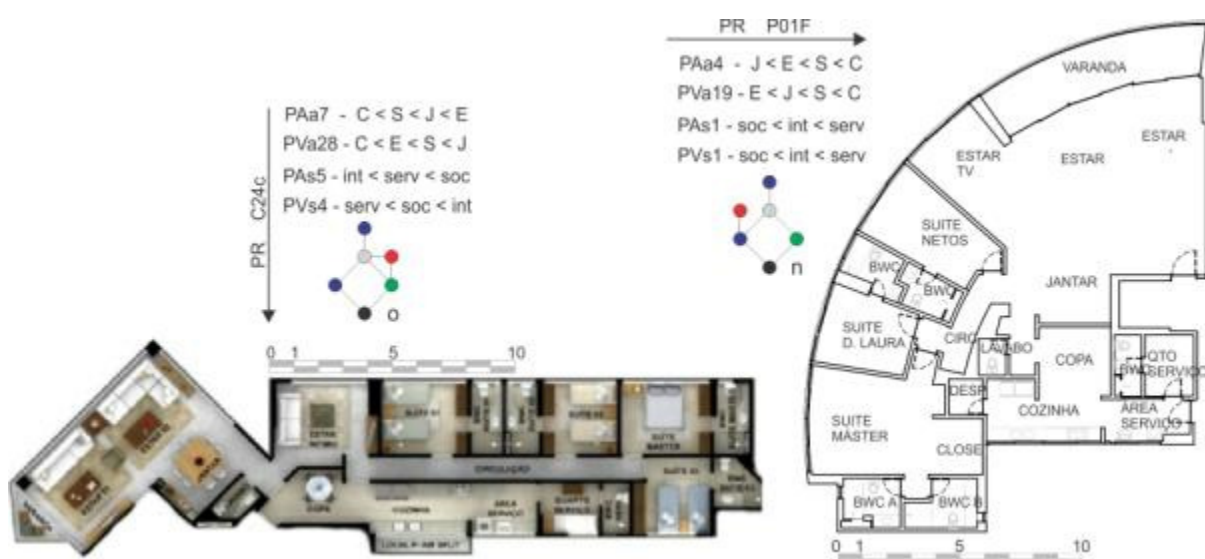


Figura 4.57. PO (C20a1) e PR (P1F) mais atípico.

Tendo em vista os itens de cada variável que influencia cada grau de tipicidade, é possível verificar se o valor do GTF de fato é o que mais influencia nesses projetos mais atípicos. No PO, o número de itens que, por não ser o padrão de referência, contribui para seu baixo grau de tipicidade são:

- Oito dos 22 itens da variável funcional: duas salas de estar, nenhum quarto, quatro suítes, um lavabo, nenhum bwc social, uma copa, um closet na suíte principal e um estar íntimo (esse último é o que mais contribui já esse rótulo só é verificado em 4,34% dos projetos).
- Seis dos 19 itens da variável dimensional: setor íntimo, suítes principal e secundária, cozinha, sala de jantar e varanda (exceto o setor íntimo, todos os outros apresentam dimensões menores do que o do IM).

¹⁷⁷ Em estatística, a regressão é feita para se estimar a condicional (valor esperado) de uma variável, dados os valores de algumas outras variáveis (SALSA; MOREIRA; PEREIRA, 2005). Neste caso, a Regressão é feita no SPSS versão 15.0, com o método Stepwise.

- Doze dos 57 itens da variável configuracional: todas as quatro inequações (com as atividades domésticas nucleares e com os setores; feitas com valores de acessibilidade e de visibilidade) e, consequentemente, os valores de acessibilidade de alguns deles; o grafo setorial e sua correlação com o padrão de acessibilidade.

Ou seja, o baixo valor do GTP desse PO é devido a uma baixa pontuação em 36,36% dos itens analisados na variável funcional, em 31,58%, da variável dimensional e em 21,05% dos analisados na variável configuracional. Esse resultado comprova, pelo menos nesse caso¹⁷⁸, o resultado obtido na regressão estatística, que indica que a variável funcional é a que mais influencia para a obtenção de um baixo valor do grau de tipicidade do projeto (GTP).

Para o GTP também são feitas algumas análises a fim de verificar a existência da correlação dessa medida com: (a) os outros três GTs; (b) a área total do apartamento (classificadas de acordo o número de vaga de garagem¹⁷⁹); (c) a construtora responsável pelo projeto; (d) o arquiteto autor do projeto. Nenhuma relação relevante foi encontrada entre o GTP e a construtora ou o autor do projeto. No entanto, algumas correlações foram verificadas com os demais GTs e com a área do apartamento.

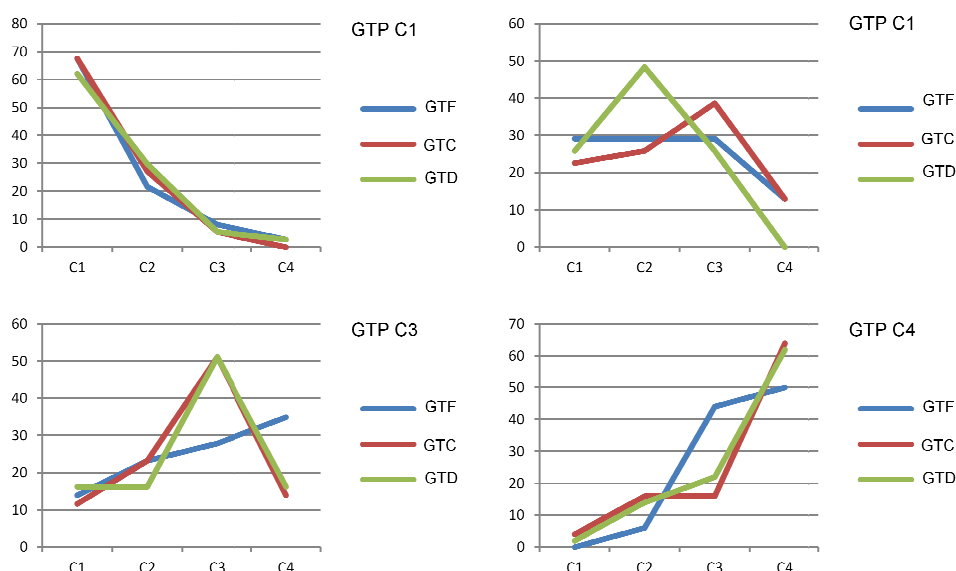


Figura 4.58. Gráficos que mostram o comportamento das dos GT das três variáveis, quando o GTP é mantido.

Em relação aos GTf, GTc e GTd também são encontradas relações de correspondência na categoria muito atípica (C1) e na muito típica (C4). Na categoria C1, os GTd, GTd e GTc parecem influenciar em proporção igual para o grau de tipicidade do projeto. Na categoria

¹⁷⁸ Os PRs são mais bem discutidos no capítulo 5.

¹⁷⁹ De acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife (RECIFE, 1996).

C4, o GTf contribui um pouco mais que os outros dois GTs para o alto grau de tipicidade (Figura 4.58), sendo mais um dado que comprava o resultado verificado na regressão estatística.

Em relação à área, os projetos foram classificados de acordo com a definição de quantidade de vagas na garagem por apartamento que, como visto na seção 4.2, define três grupos: (a) áreas menores que 80m^2 ; (2) área entre 80 e 150m^2 ; (3) áreas maiores que 150m^2 . Ao relacionar esses grupos com as quatro categorias de valor de GTP (Figura 4.59), percebe-se que, quanto maior o valor da área do projeto, mais atípico ele tende a ser, e vice-versa. Esse resultado se assemelha à correlação entre o número de rótulos de luxo e a dimensão dos projetos (Figura 4.27), onde a justificativa se baseia no fato de que algumas características que definem a atipicidade de um projeto quase sempre requer mais área.

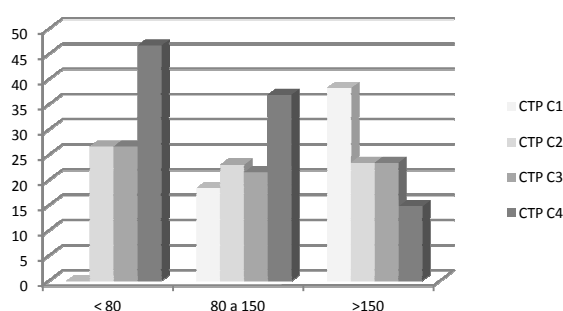


Figura 4.59. Correlação entre o GTP e a área dos projetos.

4.3. Algumas conclusões e outros questionamentos

Como discutido nos capítulos anteriores, a concepção de projetos habitacionais é baseada em atributos sociais das famílias, que definem seus modos de habitar. Por não ser direcionado a um grupo familiar específico, o projeto original dos apartamentos é concebido para uma unidade doméstica que continua a ser o domínio nuclear-conjugal – um casal e dois filhos. Entretanto, foi visto também que a contemporaneidade é marcada por uma pluralidade de arranjos familiares que apresentam não só composições, como modos de habitar diversos e singulares, o que, de maneira análoga, pressupõe projetos com características igualmente diversificadas.

As análises mostram que, em certa medida, os projetos expressam tanto a padronização, quanto a diversidade e pluralidade. A diversidade (projetos atípicos) é mais verificada nos PRs, concebidos para famílias específicas, distintamente dos POs, concebidos pelo mercado

imobiliário para uma família nuclear, onde a padronização (projetos típicos) é a característica mais marcante, definida pela existência de um grande número de padrões de referência típicos do universo de projetos analisados. Dentre os PRs, aproximadamente 78% negam esses padrões de referência.

Mas quais são as principais características oferecidas no projeto concebido pelo mercado imobiliário que os PRs negam? Apesar de os resultados da análise do padrão de mudança dos PRs em relação ao PO que lhes deu origem serem mais eficazes para responder essa indagação com mais precisão, já é possível indicar alguns aspectos gerais que podem caracterizar essa negação.

Em relação à função, os rótulos que formam o núcleo funcional base (NFB) está presente na grande maioria dos projetos – característica marcante principalmente dos POs. Para negar esse atributo e alcançar certa distinção, os PRs deixam de oferecer o bwc social, mais de um quarto e a varanda em um significativo número de casos, bem como acrescentam ao rol de ambientes domésticos mais uma suíte e o closet na suíte principal.

Do ponto de vista dimensional, os padrões de referência são muitos, como mostra a Tabela 4.14. Entretanto os mais evidentes são referentes à suíte principal - é sempre o dormitório de maior área - e os setores - o setor íntimo maior do que o social, que é maior que o serviço. Essa proporção, em certa medida, reflete o número de dormitórios oferecidos nos projetos selecionados: apartamentos com três ou quatro. No entanto, as famílias de elite parecem preferir adquirir apartamentos maiores e com mais dormitórios para transformá-los em ambientes extras ou ampliar a dimensão da suíte principal - atributos que, segundo a mídia, conferem luxo, status e distinção ao apartamento. Assim, alterar a proporção de área setorial do POs – aproximadamente 50% para o íntimo, 30% para o social e 20% para o serviço, ao ponto de a dimensão do social superar a do íntimo, em alguns casos, bem como ampliar ainda mais a suíte principal são as principais maneiras pelas quais os PRs negam o padrão de referência verificado nos POs.

Assim como nas outras duas variáveis, existem algumas características configuracionais que não se alteram na grande maioria dos projetos, seja ele PO ou PR, como os espaços da sala de jantar e da suíte principal serem mais e menos acessível, respectivamente; o padrão de integração setorial ser o $soc < int < serv$; um menor grau de privacidade para o setor social, sala de jantar e estar, cozinha e *home office* íntimo (todos posicionados no quadrante Q3) e,

inversamente, um maior grau de privacidade para o quarto de serviço. Isto significa que, na grande maioria dos apartamentos, a estrutura espacial favorece o encontro nos ambientes tradicionalmente destinados à interação entre habitantes e visitantes, restringe a possibilidade de movimento e visibilidade, proporcionando, assim uma maior exclusão do espaço de uso prioritário do empregado doméstico.

Esses são os padrões configuracionais típicos dos projetos que caracterizam o status instituído pela sociedade (DOUGLAS, 1998) para a configuração espacial dos apartamentos da elite recifense. Mas o que marca, nos PRs, a negação dos padrões de referencia verificados nos POs diz respeito, principalmente, aos espaços da cozinha, da sala de estar, da suíte principal, do setor íntimo, bem como ao padrão de interconexão setorial, expresso através do grafo. Nos apartamentos concebidos pelas famílias de elite a estrutura espacial favorece a interação mais na sala de estar do que na cozinha – o oposto do que ocorre nos projetos concebidos pelo mercado imobiliário. Ao contrário do que divulga a mídia – que o *fashion* é receber amigos e cozinhar para eles na cozinha *gourmet* – a análise mostra que a cozinha das famílias de elite parece ser pensada mais para as atividades produtivas e de interação entre habitantes e empregados, do que para atividades sociais e de interação entre habitantes e visitantes. Já o setor íntimo, principalmente a suíte principal, torna-se mais segregado, o que faz aumentar, ainda que não seja na maioria dos PRs, seu grau de privacidade.

Por fim, outra característica configuracional que os projetos pensados para a elite recifense negam é o padrão de conexão intrasetorial. Apesar de o grafo tipo ‘c’ – o que não possui mediador e o setor íntimo é acessado direta e unicamente através do setor social - ainda ser predominante dentre os PRs, sua frequência diminui ao mesmo tempo em que aumenta a variedade de opções de interconexões setoriais, com especial destaque para aquele que apresenta o mediador como espaço (ou grupo de espaços) no caminho de um setor a outro – grafos tipo ‘b’ e ‘f’¹⁸⁰ (ver Figura 4.30). Ou seja, em um significativo número de PRs, a estrutura espacial é alterada para proporcionar um maior isolamento e separação entre os setores.

Esses são os aspectos gerais que caracterizam os projetos e a negação, por parte da elite recifense, das características típicas do mercado imobiliário. No entanto, para identificar

¹⁸⁰ O nó azul do grafo tipo ‘f’ refere-se, em todos os casos, ao lavabo.

com mais precisão os atributos alterados e quais destes conferem um maior ou menor grau de tipicidade é preciso analisar mais detalhadamente apenas os PRs, buscando responder a dois questionamentos principais:

- Por que os PRs são predominantemente atípicos?
- Essa atipicidade é devido ao baixo GT dos POs que lhe deram origem ou outros fatores influenciam esse resultado?

CAPÍTULO 5. Os projetos reformados: das alterações à caracterização

5.1. As alterações

5.1.1. Variável funcional

5.1.2. Variável dimensional

5.1.3. Variável configuracional

5.2. Os GAs de cada grupo de PO e seus respectivos PRs

5.2.1. Projeto Original P1 e seus PRs

5.2.2. Projeto Original P2 e seus PRs

5.2.3. Projeto Original Villa 01 e seus PRs

5.2.4. Projeto Original Villa 02 e seus PRs

5.2.5. Projeto Original Villa 03 e seus PRs

5.2.6. Projeto Original Villa 04 e seus PRs

5.2.7. Projeto Original Villa 05 e seus PRs

5.2.8. Projeto Original Villa 06 e seus PRs

5.2.9. Projeto Original Villa 07 e seus PRs

5.3. A caracterização dos PRs: os dois extremos

5.3.1. Padrão de referência funcional

5.3.2. Padrão de referência dimensional

5.3.3. Padrão de referência configuracional

5.4. Os modos de habitar da elite recifense

5.4.1. O modo de habitar típico (ou as tendências de afirmação)

5.4.2. O modo de habitar atípico (ou as tendências de negação)

5.5. Últimas constatações

5. Os projetos reformados: das alterações à caracterização

No capítulo 4 foram descritos e analisados os projetos em relação às três variáveis de análise. Foi proposta, então, uma classificação dos projetos de acordo com seus graus de tipicidade – medida que busca identificar padrões de referência que determinem, por um lado, projetos típicos – aqueles onde esse padrão é verificado - e, por outro, projetos atípicos – aqueles que apresentam características opostas ao padrão de referência. Os resultados mostram que enquanto os POs são mais típicos, os PRs são predominantemente atípicos. Esse capítulo se dedica a entender o porquê dessa predominância, buscando desvendar os fatores que influenciam na tipicidade ou atipicidade desses projetos para, por fim, analisar as relações existentes entre sua organização espacial e os modos de habitar dos seus compradores.

O capítulo tem início com uma descrição geral das alterações por variável. Em seguida, é proposto o grau de alteração dos projetos reformados (GAP) - medida que mensura a quantidade proporcional de alterações nas três variáveis, através da média aritmética dos três GAs: o funcional (GAf), o dimensional (GAd) e o configuracional (GAc). Os GAs são analisados por conjunto de PO e suas respectivas PRs, com o intuito de identificar as alterações que mais influenciaram na mudança do grau de tipicidade do projeto (GTP).

Por fim, os PRs muito típicos e muito atípicos são analisados mais detalhadamente, com o objetivo de identificar os padrões de referência que caracterizam os modos de habitar típicos e atípicos da elite recifense.

5.1. As alterações

Antes de mensurar as alterações feitas nos PRs, é preciso destacar os graus de tipicidade do projeto e das três variáveis dos nove POs que deram origem aos 56 PRs analisados. Apesar de esses POs apresentarem graus de tipicidade variados, a tendência geral é de ser mais típico (Tabela 5.1 e Figura 5.1). Apenas nos P1, P2 e no Villa 01 são verificadas a categoria de projeto mais atípicas (CP1 e CP2, respectivamente). Em relação às variáveis, quatro POs apresentam graus de tipicidade na categoria C1 (a mais atípica): o P1 e o Villa 02, na variável configuracional, o P2 na funcional e o Villa 01 na dimensional.

Tabela 5.1. Graus de tipicidade (GTs) das três variáveis e do Projeto, POs que dão origem aos PRs.

POs	GTf	GTd	GTc	GTP
P1	2	2	3	1
P2	1	3	3	2
Villa 01	4	1	2	2
Villa 02	4	4	1	3
Villa 03	2	4	3	4
Villa 04	3	3	4	4
Villa 05	3	3	4	3
Villa 06	4	2	3	3
Villa 07	3	4	4	4

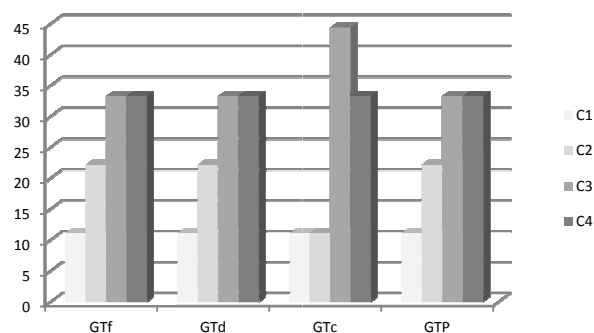


Figura 5.1. Graus de Tipicidade dos POs que dão origem aos PRs.

Esses dados respondem, em parte, um dos questionamentos lançados no capítulo anterior. Já que a tendência geral desses nove POs é de ser mais típicos, a atipicidade dos PRs não é função do grau de tipicidade dos POs que lhe deram origem (com exceção do P1, que é investigado mais detalhadamente na seção 5.2.1).

Essa constatação é reforçada ao comparar os graus de tipicidade desses POs e dos seus respectivos PRs. Para essa comparação os projetos são designados utilizando as metáforas *marca de referência*, *genérico* e *similar* - termos que fazem parte do vocabulário de médicos e farmacêuticos. Um medicamento é *marca de referência* quando é inovador, está há muito tempo no mercado e sua eficácia, segurança e qualidade são comprovadas cientificamente junto ao órgão federal responsável. O *genérico* possui o mesmo princípio ativo e o mesmo efeito, sendo, por essa razão, intercambiável, ou seja, é possível tomar o medicamento *genérico* no lugar da *marca de referência*. Já o *similar*, apesar de poder ter a mesma indicação da *marca de referência*, não o substitui, pois seu efeito não foi comprovado (GENÉRICOS, 2005).

Utilizando esses termos e seus significados para os projetos, pode-se dizer que o PO oferecido pelo mercado imobiliário, assim como os produtos farmacêuticos, atesta uma *marca de referência* (os GTs dos POs), ou seja, o que se vende é reconhecidamente de qualidade e seu propósito – abrigar uma família com conforto e segurança, além de outras expectativas do habitar – é garantido. Já os PRs, não são os produtos originais e são considerados, portanto, *genéricos* ou *similares* (AMORIM; LOUREIRO; GRIZ, 2009). O primeiro acontece quando, mesmo havendo alterações - funcionais, dimensionais ou configuracionais, o princípio ativo da *marca de referência* não muda, ou seja, o grau de tipicidade é o mesmo. O segundo refere-se aos PRs que alteram o princípio ativo, podendo

ser *similar de primeira ordem (similar 1a)*, quando a alteração no GT faz com que o PR se torne mais atípico, e *similar de segunda ordem (similar 2a)*, quando a alteração no GT torna o PR mais típico.

O gráfico da Figura 5.2 mostra que, de maneira geral, os PRs são do tipo *similar de primeira ordem*, ou seja, tornaram-se mais atípicos. Nesse sentido, se a atipicidade não é uma característica herdada do PO, quais são as alterações feitas e em que medida elas influenciaram na mudança dos GTs das três variáveis e, principalmente, do projeto? O grau de alteração (GA) é proposto justamente para investigar essa questão.

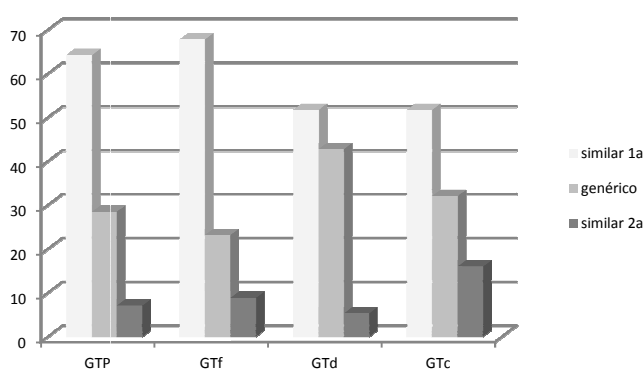


Figura 5.2. Alterações no tipo de projeto.

Esse grau, que varia de zero (pouco alterado) a um (muito alterado), é obtido através da média aritmética dos GA das três variáveis: o grau de alteração funcional (GAf), o dimensional (GAd) e o configuracional (GAc). Em todas as variáveis é verificado o número de itens alterados, independente do tipo de alteração, conforme descrito no capítulo 3. A variável funcional pode apresentar alterações em até 29 itens; a dimensional, em 14 e a configuracional, em 54 (Quadro 5.1). Se um projeto apresenta, por exemplo, alterações em 17 dos 29 itens da variável funcional (referente a 58,62% dos itens), seu GAf é 0,59; se apresenta alterações em 10 dos 14 itens da variável dimensional (referente a 71,42%), seu GAd é 0,71; se altera 35 dos 54 itens da variável configuracional (referente a 64,81%), seu GAc é 0,65. Por fim, o grau de alteração do projeto (GAP) é igual a 0,65 - a média aritmética desses três valores.

No caso de o PO não apresentar todos os itens destacados no Quadro 5.1 (como o P1, por exemplo, que não possui quartos), o percentual é calculado em relação ao número total de itens nele verificados. Assim, o número absoluto de alterações entre dois PRs só pode ser

comparado se eles forem originados de um mesmo PO. Essa comparação só é permitida pelos GA, cuja mensuração é feita percentualmente e em relação às características do PO.

Variável Funcional	Variável Dimensional	Variável Configuracional	
Alterações nos rótulos	Alteração na área dos setores e dos ambientes encontrados em mais de 10% dos projetos*:	Alteração nas características configuracionais dos setores e dos os ambientes encontrados em mais de 10% dos projetos*	
1 Sala de estar	1 Setor social	1 Aces. est.e spacial total	29 Vis. da suite secundária
2 Sala de jantar	2 Setor íntimo	2 Vis. est.e spacial total	29 Aces. do quarto
3 Varanda	3 Setor serviço	3 Aces. setor social	30 Vis. do quarto
4 Cozinha	4 Suite principal	4 Vis. setor social	31 Aces. do bw c social
5 Área de serviço	5 Suite secundária	5 Aces. setor íntimo	32 Vis. do bw c social
6 Quarto de serviço	6 Quarto	6 Vis. setor íntimo	33 Quadrante est. Espacial total
7 Bw c de serviço	7 Bw c social	7 Aces. setor serviço	34 Quadrante setor social
8 Quarto 1	8 Cozinha	8 Vis. setor serviço	35 Quadrante setor íntimo
9 Quarto 2	9 Copa	9 Aces. do jantar	36 Quadrante setor serviço
10 Quarto 3	10 Área de serviço	10 Vis. do jantar	37 Quadrante jantar
11 Suite principal	11 Quarto de serviço	11 Aces. do estar	38 Quadrante estar
12 Bw c social	12 Sala de jantar	12 Vis. do estar	39 Quadrante varanda
13 Lavabo	13 Sala de estar	13 Aces. da varanda	40 Quadrante lavabo
14 Home theater	14 Lavabo	14 Vis. da varanda	41 Quadrante cozinha
15 Home office social		15 Aces. do lavabo	42 Quadrante copa
16 Home office íntimo		16 Vis. do lavabo	43 Quadrante área de serviço
17 Copa		17 Aces. da cozinha	44 Quadrante quarto de serviço
18 Despensa		18 Vis. da cozinha	45 Quadrante suite principal
19 Depósito		19 Aces. da copa	46 Quadrante suite secundária
20 Closet no quarto		20 Vis. da copa	47 Quadrante quarto
21 Suite secundária 2		21 Aces. da área de serviço	48 Quadrante bw c social
22 Suite secundária 3		22 Vis. da área de serviço	49 Ineq. aces - ativ. dom. nucleares
23 Suite secundária 4		23 Aces. do quarto de serviço	50 Ineq. vis - ativ. dom. nucleares
24 Closet suite principal		24 Vid. do quarto de serviço	51 Ineq. aces - setores
25 Closet suite secundaria 2		25 Aces. da Suite principal	52 Ineq. vis - setores
26 Closet suite secundaria 3		26 Vis. da Suite principal	53 grafo setorial
27 Closet suite secundaria 4		27 Aces. da suite secundária	54 grafo setorial x inequação
28 Rouparia			
29 Esta íntimo			

Quadro 5.1 Itens mensurados em cada variável, para medir o grau de alteração (GA).

Seguindo o mesmo procedimento feito com os valores do GT, os GAs também são divididos nos percentis da ordem 25, 50 e 75, definindo quatro categorias:

- (a) Categoria GA1 – muito baixo;
- (b) Categoria GA2 – baixo;
- (c) Categoria GA3 – alto;
- (d) Categoria GA4 – muito alto.

As alterações de cada variável são descritas separadamente. Ao final, os GAs são discutidos por cada grupo de PO e alguns dos seus PRs¹⁸¹, com o intuito de identificar as alterações que

¹⁸¹ A análise e discussão dos resultados poderiam incluir todos os PRs analisados. No entanto, para evitar a repetição de dados semelhantes, a discussão é feita mostrando apenas alguns projetos que servem de exemplo para o argumento exposto.

mais influenciam no seu valor, e como esse, por sua vez, influencia na classificação em genérico e similar (mudança do GT).

5.1.1. Variável funcional

Antes de analisar as alterações propriamente ditas é preciso descrever as características funcionais dos nove POs que deram origem aos PRs. A Tabela 5.2 mostra que todos oferecem, além dos rótulos que formam o núcleo funcional base, de um a seis rótulos de luxo, dentre eles: a copa, no setor de serviço; o lavabo e o segundo estar, no setor social; a suíte secundária e o closet, tanto da suíte principal, quanto da secundária, no setor íntimo (Figura 5.3). Esse dado já mostra que esses POs, com exceção do Villa 01, referem-se àqueles que mais oferecem rótulos de luxo, dentre a amostra analisada no Capítulo anterior.

Tabela 5.2. Frequência de rótulos nos nove POs.

POs	Núcleo Funcional Base										Rótulos de luxo													
	E	J	V	C	SE	QS	Bse	Q	S	Bso	LV	HT	E2	HOs	CO	DE	DP	Cq	RP	HOi	S2	Csp	Css	Ei
P1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	3	1	0	0
P2	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	3	1	3	0
Villa 01	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Villa 02	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Villa 03	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0
Villa 04	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Villa 05	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
Villa 06	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Villa 07	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Legenda:	E - sala de estar	Bse - bwc de serviço	E2 - segunda sala de estar	RP - rouparia
	J - sala de jantar	Q - quarto	HOs - home office social	HOi - home office íntimo
	V - varanda	S - suíte principal	CO - copa	S2 - suíte secundária
	C - cozinha	Bso - bwc social	DE - despensa	Csp - closet na suíte principal
	SE - área de serviço	LV - lavabo	DP - depósito	Css - closet na suíte secundária
	QS - quarto de serviço	HT - home theater	Cq - closet do quarto	Ei - estar íntimo

A copa está efetivamente presente em cinco exemplares – P1, P2, Villa 01, Villa 06 e Villa 07. Apesar de o Villa 02 e de o Villa 04 indicarem o rótulo ‘copa’ nas suas plantas, trata-se apenas da presença de uma mesa de refeição, na cozinha e não “o verdadeiro local de refeições cotidianas do grupo doméstico, lugar de convívio por excelência” (TRAMONTANO, 2004, p.109). No entanto, como discutido no capítulo anterior, a presença da mesa no layout do projeto já indica a possibilidade da função comer em ocasiões informais ser exercida na cozinha.

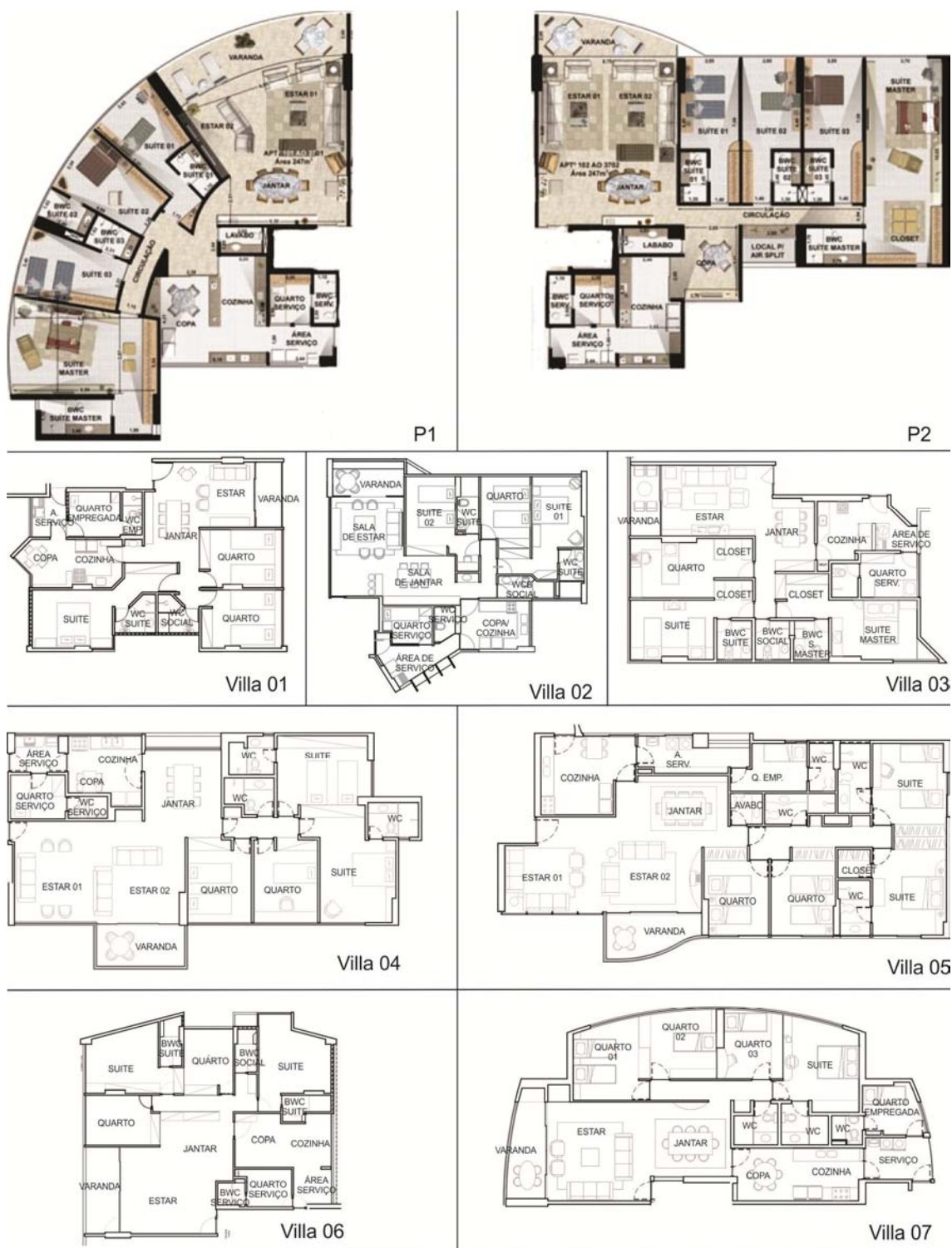


Figura 5.3. Os nove POs selecionados.

O lavabo, como visto, é um rótulo utilizado nas plantas para designar um ambiente que tem apenas uma bacia sanitária e um lavatório ou pia (TRAMONTANO, 2004, p. 145), próprio, mas não exclusivo, para visitantes. Assim, este rótulo é efetivamente encontrado em três exemplares, o P1, o P2 e o Villa 05. Em outros dois projetos - Villa 01 e Villa 02 – a indicação ‘lavabo’ aparece no local onde há apenas uma pia.

Da mesma forma, a ocorrência de closet é variável. Na suíte ele aparece em cinco projetos – P1, P2 e Villas 01, 03 e 05. Na suíte secundária, no P2 no Villa 03. Esse último é o único PO que apresenta closet no quarto. Contudo, vale salientar que, no Villa 01, a indicação do closet parece ser um “artifício dos cantos” (BOURDIEU, 2008), à medida que o rótulo aparece sem que se tenha um espaço claramente definido para a atividade de vestir-se (esse ambiente parece ser mais decorrência das irregularidades da parede).

Tendo em vista essas características, o grau de alteração funcional (GAf) é mensurado quantificando as alterações, de acordo com os três tipos descritos no capítulo 3:

- (a) Introdução – quando um rótulo não existente no PO é introduzido no PR;
- b) Supressão – quando o espaço ou o rótulo (ou os dois juntos) é suprimido do PO.
- c) Mudança - quando o rótulo é suprimido, mas o espaço permanece inalterado (em termos dimensionais) com um rótulo diferente do originalmente designado no projeto, ou seja, houve uma mudança de rótulo e, conseqüentemente, de atividade.

Ao observar as alterações feitas nos PRs, verifica-se que são muitas e apresentam frequências variadas. Em relação aos setores (Figura 5.4), o íntimo é o mais modificado (com 63,49% das alterações), seguido do social (com 26,03%) e do serviço (com 10,48%). Em cada setor há uma predominância diferente do tipo de alteração: no íntimo é a mudança (55,50%); no social, a introdução (59,76%) e no serviço, a supressão (39,39%). Essa mudança de rótulo no setor íntimo não significa, necessariamente, que novas funções foram introduzidas no programa arquitetônico, e sim, que algumas atividades já existentes passam a ser desenvolvidas em outros espaços distintos dos originalmente planejados. Já a introdução de novos rótulos nos setores social não acarreta na perda de rótulos existentes neste setor.

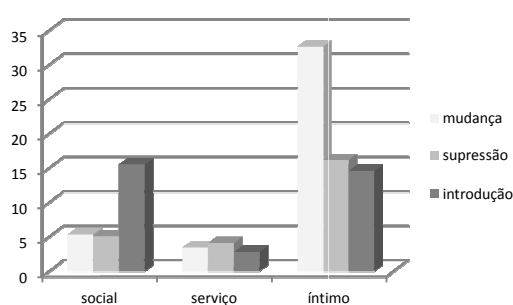


Figura 5.4. Tipo de alteração por setor.

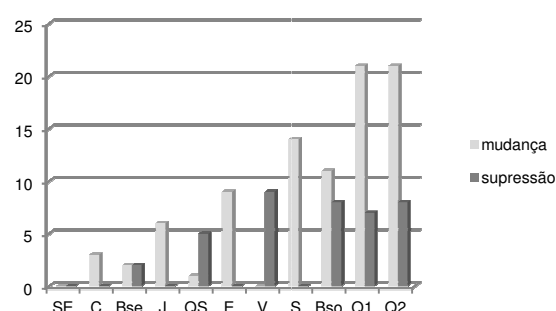


Figura 5.5. Ambientes mais alterados (em ordem crescente, da esquerda para a direita) e o tipo de alteração.

O gráfico da Figura 5.5 mostra o tipo e frequência de alterações nos ambientes do núcleo funcional base¹⁸². Os quatro ambientes mais modificados são todos do setor íntimo - os quartos¹⁸³, o bwc social e a suíte principal – e apresentam a mudança de rótulo como alteração mais frequente. Esse resultado, principalmente o alto número de mudanças de rótulo no quarto, reforça o comentário do parágrafo anterior, uma vez que é verificado um grande número de PRs¹⁸⁴ que: (a) alternam a posição da suíte e do quarto (Figura 5.6); (b) substituem a função do quarto, sem alterar sua forma e dimensão, geralmente para introdução dos ‘homes’ *theater* e *office* (Figura 5.7).

Esses dados também em muito se assemelham à descrição feita por Brandão (2002), dos três tipos de quartos e seus potenciais de conversão em outros usos verificados nas plantas por ele analisadas:

1. Os quartos ou suítes que mostram ter sua função bem definida e que, dificilmente, são modificados, como a suíte do casal que, normalmente, é posicionada numa das extremidades do apartamento mais distanciada da sala de estar;
2. Os quartos intermediários, aqueles que ficam mais ao centro do setor e não tem interface com outros setores [...] uma conversão típica que ocorre é a incorporação de um dos dormitórios contíguos à suíte principal, para ser utilizado como closet desta última;
3. Os quartos secundários, aqueles que estão situados na interface com o setor serviço ou com o setor social, sendo, portanto, mais suscetíveis às modificações. [...] Essa classificação dos quartos está baseada no conceito de alta hierarquia¹⁸⁵. [...] Nos casos de baixa hierarquia, a tendência é que haja ganhos na flexibilidade (BRANDÃO, 2002, p. 294-295).

No caso dos PRs desta investigação, de fato, a suíte é bem menos modificada que os outros dormitórios. A exceção é, quando da inexistência de hierarquia dimensional entre os quartos, a suíte é alternada com um quarto (Figura 5.6).

¹⁸² Neste caso, a alteração do tipo ‘introdução’ não faz sentido, sendo esta descrita separadamente.

¹⁸³ O quarto mais perto da sala é indicado como *Quarto 1*. O mais perto da suíte principal é indicado *Quarto 2*.

¹⁸⁴ Identificados e descritos mais detalhadamente na seção a seguir.

¹⁸⁵ Segundo Brandão (2002), quanto mais um quarto se destaca, em termos dimensionais, dos demais, maior a hierarquia e menor o potencial de flexibilidade.



Figura 5.6. Exemplo de alteração do tipo mudança de rótulo, cuja ação consiste em alternar a posição de dois dormitórios: quarto ou suíte.

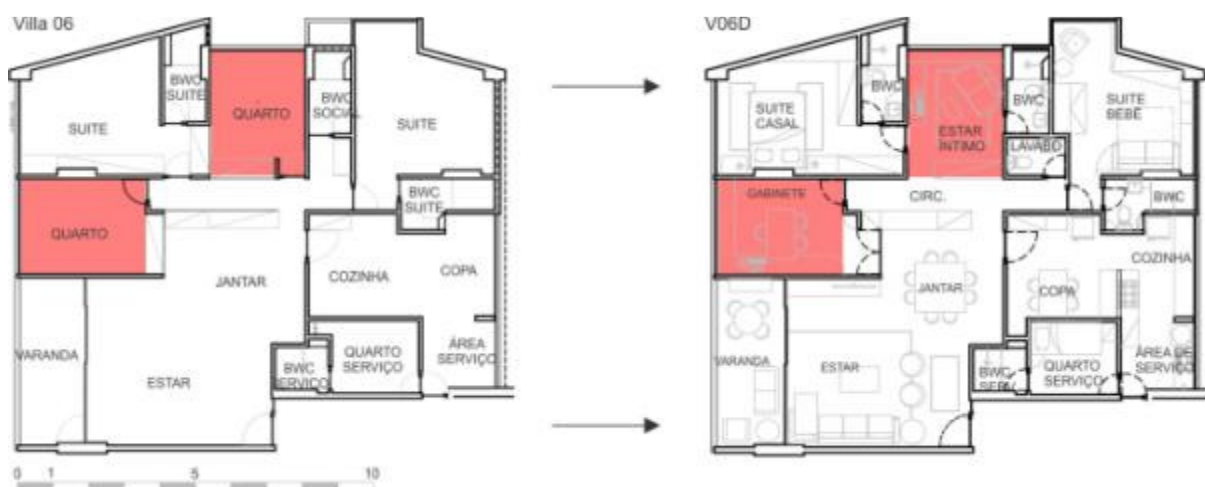


Figura 5.7. Exemplo de alteração do tipo mudança de rótulo, cuja ação consiste em introduzir um novo rótulo.

As alterações verificadas, com pouca frequência, nas salas de jantar e de estar também são referentes à mudança de rótulo, onde esses ambientes alternam a posição. Já a cozinha, a área de serviço e o banheiro de serviço, com algumas exceções, apresentam um baixo percentual de alteração. A supressão verificada no setor de serviço, e comentada anteriormente, refere-se basicamente ao quarto de serviço. Já na varanda, item dos mais valorizados segundo os dados da enquete da ADEMI-PE (2009)¹⁸⁶, a única alteração verificada é a supressão¹⁸⁷, principalmente nos PRs cujo PO oferece menor área total (o Villa 01), sugerindo que essa supressão é uma estratégia para ampliar o espaço de receber visitas – a sala de estar.

¹⁸⁶ E por essa razão está presente em 97,14% dos POS.

¹⁸⁷ Na realidade, a supressão é a única alteração funcional possível para esse rótulo, já que introduzir outras, o que, inevitavelmente altera a fachada do edifício, não é permitido pela Lei de Edificações e Instalações da Cidade do Recife (1997).

Em relação aos novos rótulos – a introdução dos rótulos de luxo (Figura 5.8), a copa¹⁸⁸, o estar íntimo, o depósito, a rouparia, o closet na suíte secundária e a despensa são introduzidos com pouca frequência. Isso já era de se esperar, uma vez que, com exceção da copa, o padrão de referência dos PRs (descrito na Tabela 4.13) é não oferecer nenhum desses rótulos de luxo. Por outro lado, os ambientes mais equipados tecnologicamente – o *home theater* e o *home office*¹⁸⁹ – são os mais introduzidos.

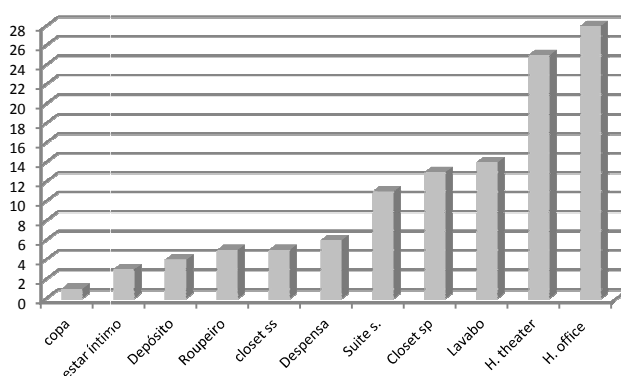


Figura 5.8. Frequência de introdução de novos rótulos (em ordem crescente, da esquerda para a direita).

Já foi comentado que os rótulos de luxo conferem um maior status ao apartamento. Dentre eles, os *homes theater* e *office* parecem ser o de mais destaque, sendo associados ao culto ao novo (BAUMAN, 2001), à tecnologia (REQUENA, 2007) e à noção do morar bem (ARAÚJO, 2006). São, portanto, os preferidos para proporcionar a distinção almejada pelos compradores. Distinção que não chega a ser padronizada, já que ter esses espaços no ambiente doméstico não é um padrão de referência, mas que é verificada em boa parte dos projetos da elite (*home office* em 52%, e *home theater* em 45%).

A introdução desses rótulos, que confere uma maior especialidade das funções e atividades, é possibilitada principalmente pela mudança de rótulo do quarto, que passa a ser *home theater* ou *home office* em 65% dos casos, e suíte secundária nos outros 35% (Figuras 5.6 e 5.7).

A suíte secundária (que pode ser uma ou mais, em um único projeto) é outro rótulo bastante introduzido nos PRs. Esse aumento do número de suítes e a mudança no número de quartos

¹⁸⁸ A pouca frequência de introdução da copa não significa que os PRs não adotam esse rótulo no programa arquitetônico. Elas estão presentes quase na metade deles. O que acontece é que cinco dos nove POs oferecem esse ambiente no programa original, então a introdução mensurada refere-se somente aos outros quatro POS.

¹⁸⁹ Dos *homes offices*, oito localizam-se no setor social.

é uma das alterações funcionais que mais chama atenção. Apenas 19,64% dos PRs (11 exemplares) não alteram a quantidade de dormitórios (quarto ou suíte) originalmente oferecidos pela construtora, enquanto 80,36% a diminuiram. Todos os PRs do Villa 01, Villa 04 e Villa 06 modificaram o número original de quartos, que passa de 78 (número de quartos total, antes das alterações feitas nos PRs) para apenas 29 (número de quartos total, depois das alterações feitas nos PRs). Ou seja, o número de quartos originalmente oferecido pelas construtoras é tão alterado pelos compradores que chega a diminuir em aproximadamente 63%. Vale ressaltar, ainda, que 57,14% dos PRs não apresentam nenhum quarto, apenas suítes, enquanto que esse percentual no PO é de apenas 28%. Em alguns casos, para que a diminuição do número de quartos e o consequente aumento no número de suítes ocorram é necessário aglutinar dois deles (Figura 5.9).



Figura 5.9. Exemplo de suíte que aglutina dois dormitórios do PO original.

Esse dado está intimamente ligado a dois fatores: (a) a disseminação, no ambiente doméstico, de espaços para atividades específicas, como os *homes theater* e *office* (consequência da extensa propaganda nas diversas mídias, que mostram, em quase todos os projetos customizados, a existência desses ambientes); (b) a diminuição do número de membros da família (IBGE, 2007; 2010). Esses fatores juntos fazem com que famílias pequenas adquiram apartamentos maiores e com mais dormitórios do que elas necessitam, com o intuito de reformá-los para adicionar ambientes extras ao setor social, ou à suíte principal, que conferem ainda mais luxo e status ao apartamento – resultado que confirma, mais uma vez, que esses itens são imprescindíveis para dar a distinção almejada: distinção espacial ao apartamento e a social a seus moradores. Além disso, percebe-se que a redução do tamanho médio da família não está associada a uma demanda por espaços menores no apartamento, mas, talvez, a espaços mais especializados (como os *home office* e *home theater*), e mais individualizados (como as suítes máster), visando a atender à crescente necessidade de conforto e individualidade no interior da família.

5.1.2. Variável dimensional.

Os nove POs que deram origem aos PRs se enquadram na maioria das características que descrevem a variável dimensional da amostra (capítulo 4). Todos eles apresentam a mesma ordem decrescente de área por setor: íntimo>social>serviço (Figuras 5.10 e 5.11). Em três deles – os Villa 03, 05 e 06 – a área do setor íntimo chega a ser praticamente a metade da área total do apartamento. Da área restante, aproximadamente dois terços corresponde ao social e um terço, ao serviço (proporção verificada para a maioria dos POs). Já no Villa 01, a área de serviço é quase igual à área social.

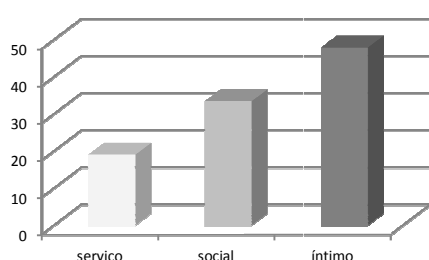


Figura 5.10. Percentual médio da área dos setores dos POs que deram origem aos PRs.

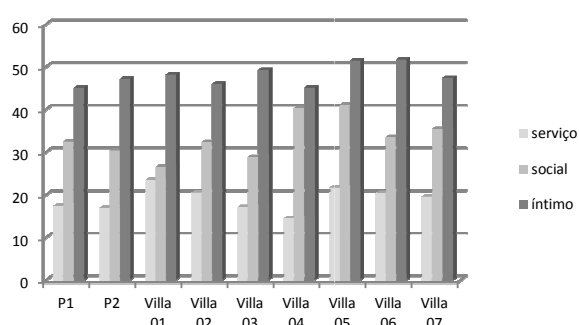


Figura 5.11. Percentual da área dos setores por PO.

Ao analisar a dimensão por ambiente (Tabela 5.3), verifica-se algumas particularidades em relação às características gerais dos POs, principalmente nos P1 e P2. Como esses POs são os de maior área total, com exceção do quarto de serviço e do lavabo, todos os ambientes desses projetos também possuem dimensão maior do que a média dos POs (descritas Tabela 4.4). Nos demais – os Villas, a suíte principal continua sendo o dormitório com maior área, podendo chegar a ter o dobro (Villa 05 e Villa 06) ou mais (Villa 01) da área de cada quarto. Enquanto a dimensão da suíte varia mais nos Villas de maior área (Villa 04 e Villa 05), os quartos, independente do número total oferecido, apresentam valor de área semelhante.

Tabela 5.3. Características dimensionais dos POs que deram origem aos PRs.

POs / área (m ²)	S	SS	Q	Bso	CO	C	SE	QS	J	LV	V	E
P1	39,94	17,87			7,66	17,69	5,32	5,00	14,94	2,81	18,28	33,13
P2	43,56	20,2			9,15	14,77	5,34	5,00	15,48	3,12	9,87	35,42
Villa 01	16,35		9,60	2,64	4,10	5,35	3,20	4,93	8,15		3,60	7,50
Villa 02	19,15	18,28	11,48	3,34		9,90	6,80	5,08	10,70		7,40	13,00
Villa 03	17,80	16,54	10,12	2,86		6,40	3,45	5,11	8,20		4,30	15,75
Villa 04	20,00	17,47	10,20	3,38		9,65	3,80	4,99	13,20		7,39	32,55
Villa 05	19,85	18,81	11,00	3,87		13,90	7,25	6,53	13,85	2,05	7,00	30,45
Villa 06	19,04	18,75	10,38	2,69	7,09	7,21	3,97	5,26	11,90		8,55	21,83
Villa 07	17,69		11,30	3,2	2,75	7,41	5,47	5,90	12,20		8,06	21,71
média	23,71	18,27	10,58	3,14	6,15	10,25	4,96	5,31	12,07	2,66	8,27	23,48

As demais características dimensionais por ambientes também apresentam algumas semelhanças com as descrições feitas para todos os POs da amostra:

- O bwc social tem, em média, 3m^2 ;
- A sala de jantar tem, aproximadamente, 12m^2 ;
- A cozinha tem, aproximadamente, 10m^2 .
- O quarto de serviço têm, aproximadamente, 5m^2 .

As alterações nessa variável são classificadas de acordo com a permanência, ampliação ou redução das áreas dos ambientes e setores, registradas em valores absolutos. Lembrando que são consideradas ampliação ou redução as modificações que alteram o valor absoluto da área no mínimo 5%, para os espaços que apresentam mais de 10m^2 , e 10% para os espaços menores que 10m^2 .

Os resultados mostram que, de uma maneira geral, o setor íntimo reduz, o social aumenta e o serviço permanece igual - todos com um percentual de aproximadamente 60% (Figura 5.12). O setor social amplia sua área em proporção equivalente à redução do setor íntimo. Esse dado reforça os obtidos nas análises da alteração da variável funcional, onde a principal alteração verificada no setor íntimo é a mudança de rótulo, cuja ação comumente feita é transformar um quarto em um ambiente do setor social.

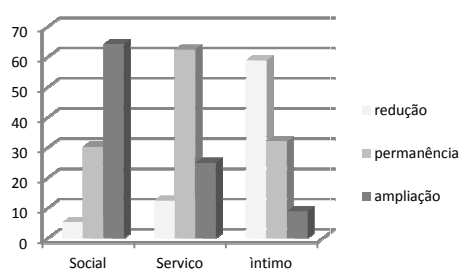


Figura 5.12. Tipo de alteração dimensional por setor.

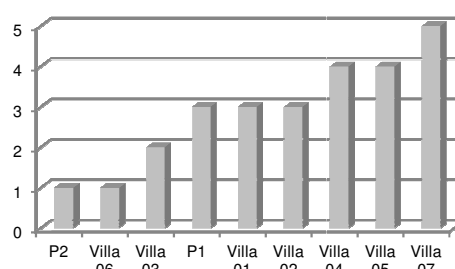


Figura 5.13. Número absoluto de PRs de cada grupo que modificam a inequação com valor decrescente de área.

Em relação aos setores também é interessante destacar os casos em que a ordem decrescente de valor de área (encontrada em todos os nove POs) tenha sido modificada do padrão íntimo>social>serviço (Figura 5.13). Isso acontece em 46,43% dos PRs. A maioria deles, nos Villa 04, 05 e 07, que apresentam maior número de inequações onde o setor social ultrapassa (social > íntimo > serviço – Figura 5.14) ou se iguala à dimensão do setor íntimo (íntimo = social > serviço).

Essas alterações somam-se aos dados funcionais para reforçar a valorização, por parte dos consumidores, dos espaços destinados à interação entre os próprios habitantes e entre estes e os visitantes.



Figura 5.14. Exemplo de reforma que faz mudar a inequação com valor decrescente de área setorial.

Sobre a alteração na dimensão dos ambientes (Figura 5.15) verifica-se que o quarto e o bwc social são os ambientes menos alterados, permanecendo praticamente com o mesmo valor de área. Esse resultado pode estar indicando que a dimensão adotada pelo mercado imobiliário para esses ambientes é satisfatória para os consumidores. Entretanto, em relação especificamente ao bwc, a permanência da área pode não ser evidência de satisfação, e sim, de economia, já que reformas em pontos hidráulicos e nas peças sanitárias, quando permitidas pela construtora, demandam grande investimento financeiro.

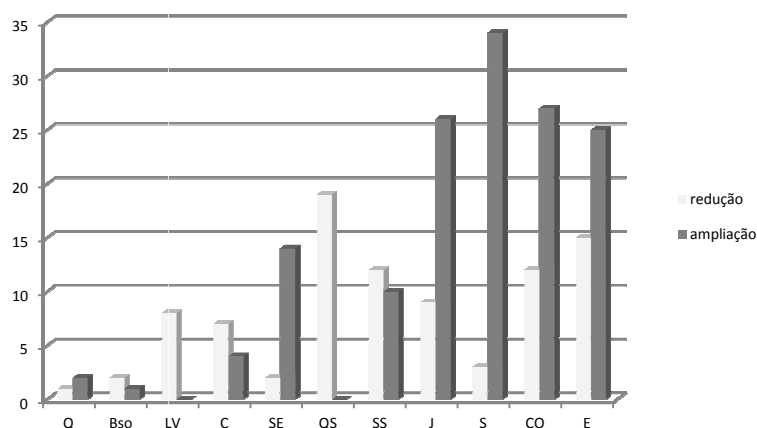


Figura 5.15. Tipo de alteração dimensional por ambientes, mostrada em ordem crescente do número de alterações.

No setor serviço, apesar de, no geral, permanecer com a mesma dimensão, verifica-se que alguns ambientes são alterados. Em alguns PRs (Figura 5.16), amplia-se a área de serviço, que, mesmo tendo dimensão de luxo, parece não ser suficiente para certos consumidores. Já o quarto de serviço, que tem dimensão de necessidade em quatro dos nove POs, diminui sua

área ainda mais, muitas vezes para possibilitar o aumento da área de serviço (Figura 5.16). Essa baixa importância atribuída ao quarto de serviço, expressa pelas suas reduzidas dimensões, é característico da sociedade brasileira¹⁹⁰. Mesmo ainda estando presente na maioria dos POs, sua desvalorização e real destinação funcional é assunto da reportagem publicada na Revista Aurora do Diário de Pernambuco (DUARTE, A., 2011) comentada no capítulo anterior. O quarto de serviço dos apartamentos da cidade, que, segundo eles, ainda é classificado como “a extensão da senzala na área de serviço moderna” (principalmente quando seu uso real é o de abrigar a atividade de dormir da empregada doméstica), quase sempre é adaptado virando um “Frankenstein nanico, agrupando ali biblioteca, o cantinho do computador ou entulho de objetos sem uso da família”. Isto é, o quarto de serviço muitas vezes é utilizado como um tipo de “ambiente coringa”¹⁹¹ (BRANDÃO, 2002), sendo usado para funções diversas, diferentes daquela originalmente pensada para ele. Assim, a diminuição do tamanho pode não estar relacionada somente a pouca importância dada ao espaço exclusivo da empregada (como parece ser o caso do PR da Figura 5.16), e sim, ao seu uso real, que, como expresso em muitos PRs, pode ser o de depósito.

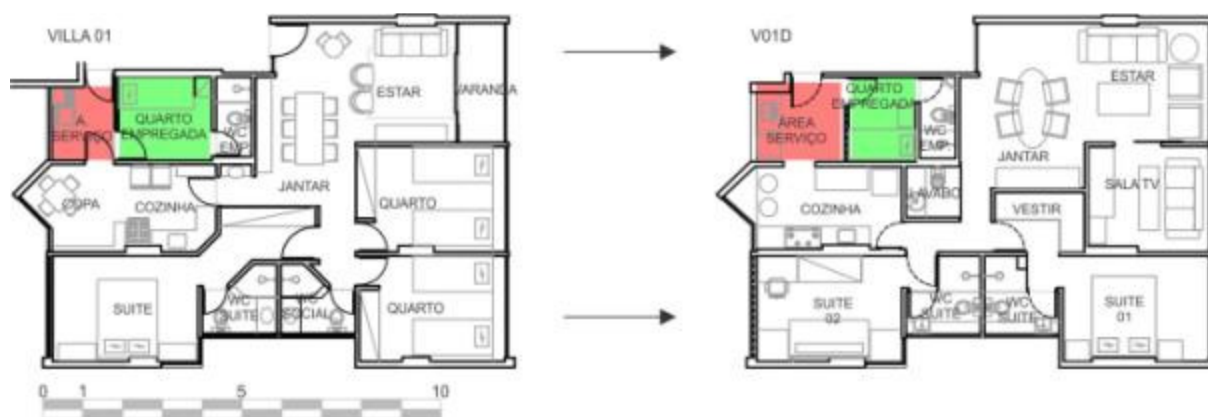


Figura 5.16. Exemplo de reforma que faz reduzir a dimensão do quarto de serviço para ampliar a da área de serviço.

Ainda sobre as alterações na área dos ambientes, três dados merecem destaque: o aumento de área da suíte principal, das salas de estar e jantar e da cozinha. Já foi comentado sobre a importância da suíte principal no contexto do universo doméstico contemporâneo, que é expressa não somente através dos seus rótulos - suíte máster, suíte principal etc., mas também pela sua dimensão - é o maior dormitório do apartamento em todos os POs.

¹⁹⁰ Tramontano (2004), França (2008) e Brandão (2002) apontam para seu o gradativo desaparecimento, ou para uma utilização diferente da originalmente pensado para esse ambiente.

¹⁹¹ Segundo Brandão, um ambiente coringa é aquele com alto potencial de conversão para outros tipos de uso diferentes do originalmente atribuídos a eles.

Contudo, ao menos em relação à dimensão, parece que o que é oferecido ainda não atende às expectativas dos consumidores, já que sua área original é ampliada em aproximadamente 90% dos PRs. Comparando esse dado com as alterações de área por setor, percebe-se que, apesar do setor íntimo diminuir, a suíte cresce incorporando a área de outros dormitórios, em consonância com a diminuição do número de quartos, como descrito na seção anterior. Os PRs do P1, P2 e Villa 04 - POs que oferecem as maiores suítes, são também os que mais ampliam sua área (Figura 5.17). Algumas suítes principais, como as do P2 e do Villa 04, chegam a ultrapassar a dimensão da sala de estar, ambiente que, nesses PRs ou permanece (no P2) ou diminui (no Villa 04) a área oferecida originalmente (Figura 5.18). Ainda em relação à sala de estar, os PRs do Villa 03 e 07 são os que praticamente não alteram a área do PO. Ao contrário dos PRs do P1, Villa 01 e 02, que ampliam substancialmente a dimensão desse ambiente.

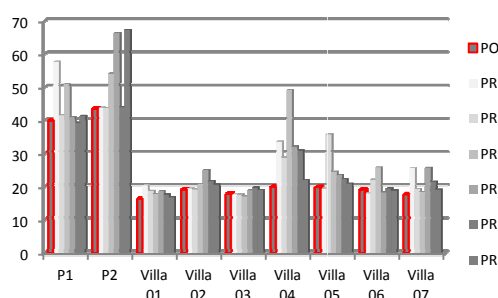


Figura 5.17. Alteração de área da suíte principal.

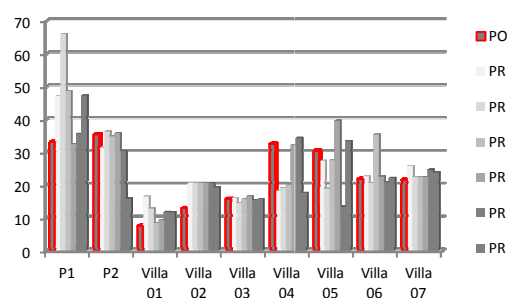


Figura 5.18. Alteração de área da sala de estar.

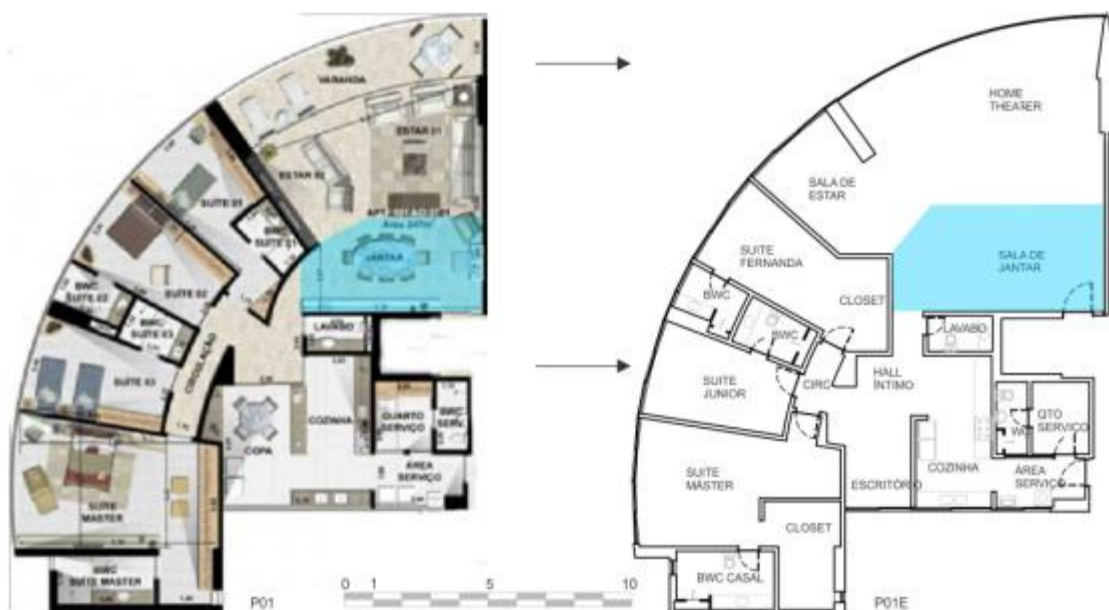


Figura 5.19. Exemplo de PR cuja ampliação da sala de jantar é decorrente da solução projetual.

A alta frequência de ampliação da sala de jantar (em 74,29% dos PRs) deve-se, principalmente, pelo significativo aumento de dimensão verificados nos PRs do P1, P2, Villa 01 e Villa 02 (Figura 5.20). Os PRs dos Villa 04, 05, 06 e 07 apresentam ampliação em poucos casos. No entanto, na maioria dos PRs esse aumento parecer estar mais associado à solução do layout (que, neste caso o aumento é bem perto dos 5% estipulado) do que a uma insatisfação com a dimensão oferecida pelo mercado imobiliário (Figura 5.19).

Já a cozinha é ampliada em 69,64% dos PRs. Contudo, percebe-se que, com exceção de alguns PRs do P1, essa alteração é relativamente tímida, resultado de pequenas modificações no setor serviço, já que este não tenha sofre grandes alterações dimensionais (Figura 5.21). Com exceção dos PRs do Villa 07, a cozinha é ampliada em, pelo menos dois PRs de cada PO. No P2, cinco dos seis PRs ampliam sua dimensão.

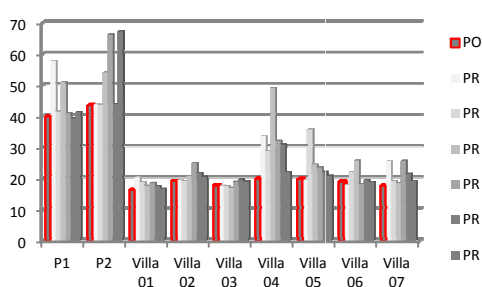


Figura 5.20. Alteração de área da sala de jantar.

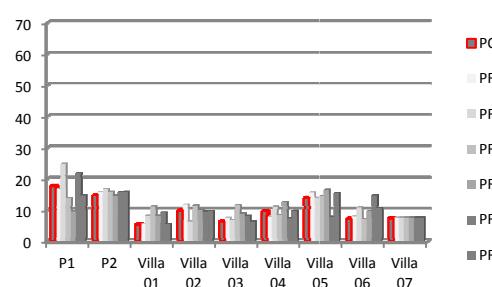


Figura 5.21. Alteração de área da cozinha.

A ampliação desses quatro ambientes¹⁹² é um dado que pode estar relacionado às ideias de consumo descritas por Veblen (VEBLEN, 1980). A suíte principal é o espaço do membro familiar de maior status. Já as salas de estar e jantar e a cozinha costumam ser os ambientes de maior convivência dentre os membros da família e, em muitos casos, de interação desses com os visitantes. Ampliar ainda mais a dimensão deles (já que no PO nenhum tem dimensão de necessidade) pode ser, então, uma maneira de mostrar a importância do lazer (e do ócio, na visão de Veblen) nos seus modos de habitar - característica que lhes confere status e distanciamento do “mundo das necessidades”.

¹⁹² Suíte principal, salas de estar e jantar e cozinha.

5.1.3. Variável configuracional.

Assim como feito nas outras variáveis, é apresentado um resumo das características configuracionais dos nove POs que dão origem aos PRs. A Tabela 5.4 mostra: (a) as inequações com os valores de integração; (b) os tipos de grafos setoriais; e (c) a correlação dos padrões de acessibilidade e dos grafos setoriais. A classificação dos valores de acessibilidade e de visibilidade, de acordo com as categorias de integração e a correlação dos valores de acessibilidade e visibilidade da estrutura espacial total (que define a posição de cada setor e espaço em um dos quatro quadrantes), são descritos nas Figuras 5.22, 5.23, 5.24 e 5.25.

Em relação às inequações montadas com os espaços destinados às atividades domésticas nucleares (ADN), verifica-se que o P2 e os Villas 02, 03 e 04 apresentam o genótipo de acessibilidade: $J < C < E < S$. Nos Villas 05, 06 e 07 encontra-se a segunda inequação mais frequente da amostra, que alterna a posição intermediária de acessibilidade dos espaços da cozinha e da sala de estar. O P1 é o único onde se verifica um tipo de inequação incomum, encontrado em apenas três projetos¹⁹³. Já as inequações de visibilidade com as ADN refletem a diversidade verificada na amostra, uma vez que, dentre esses nove POs, sete tipos são identificados. O único que apresenta o genótipo de visibilidade é o Villa 05.

Tabela 5.4. Características configuracionais dos nove POs.

Itens	P1	P2	Villa 01	Villa 02	Villa 03	Villa 04	Villa 05	Villa 06	Villa 07
Paan	C<S<J<E	J<C<E<S	J<E<C<S	J<C<E<S	J<C<E<S	J<C<E<S	J<E<C<S	J<E<C<S	J<E<C<S
Pvan	J=C<E=S	C<J<S<E	J=E<C<S	J=C<E<S	J=E<C<S	J<E<C<S	J<E<C<S	J<E<C<S	E<J<C<S
Pas	serv=int<soc	soc<int<serv	soc<int<serv	int<soc<serv	soc<int<serv	soc<int<serv	soc<int<serv	soc<int<serv	soc<int<serv
PVs	soc<int<serv	soc<int<serv	soc<int<serv	soc<int<serv	soc<int<serv	soc<int<serv	soc<int<serv	soc<int<serv	soc<int<serv
grafo*	b	d	a	b	c	c	c	c	c
IneXgrf	32	3	11	45	36	2	13	13	13

*Ver Figura 4.30

Em relação aos setores, os genótipos de acessibilidade e de visibilidade ($soc < int < serv$) são verificados na maioria e na totalidade desses POs, respectivamente. Apenas o P1 e o Villa 02 apresentam inequações setoriais de acessibilidade distintos. O grafo setorial genotípico – o tipo c – também é verificado em cinco dos POs e nenhum dos outros apresenta sua ‘assinatura genotípica’ (Figura 4.30). A correlação dos padrões de acessibilidade e dos grafos setoriais também confirma a diversidade verificada na amostra: apenas no P2 verifica-se o genótipo encontrado – grafo tipo c e inequação $J < C < E < S$.

¹⁹³ As características do P1 e seus PRs são mais bem discutidos na seção 5.2.1.

As categorias de integração dos POs são analisadas por grupos: a estrutura espacial total e os setores (Figura 5.22); os ambientes que formam o núcleo funcional base (Figura 5.23). Em relação ao padrão de acessibilidade da estrutura espacial total, seis POs - P1 e Villas 01, 02, 03, 05 e 07 - encontram-se dentre as categorias de integração mais segregadas (cat. 3 e cat. 4), enquanto que, do ponto de vista da visibilidade, com exceção de do P1 e do Villa 07, todos tendem a ser mais integrados.

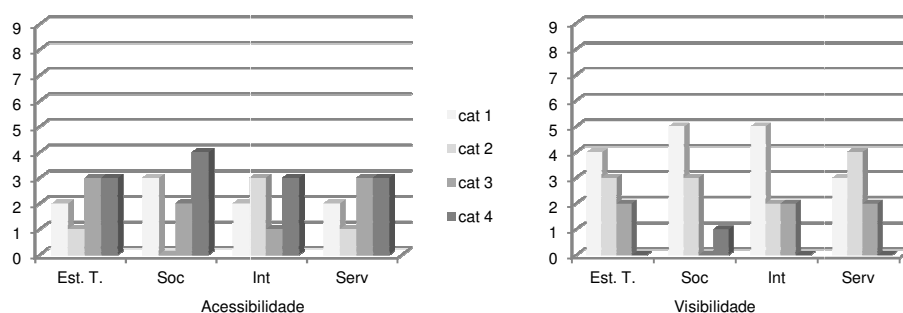


Figura 5.22. Categorias de integração da estrutura espacial total e dos setores dos POs.

Em relação à acessibilidade dos setores, esses POs estão dentre aqueles que apresentam o setor social nas categorias mais segregadas dentre todos os projetos da amostra: quatro estão na categoria C4 e dois na C3. Apenas os setores sociais do P2 e dos Villas 01 e 02 estão na categoria mais integrada (cat. 1). No setor serviço também predominam as categorias mais segregadas, em seis casos. Já o setor íntimo desses POs está distribuído de maneira equivalente entre as quatro categorias de integração. De maneira inversa, as categorias mais integradas (cat. 1 e cat. 2) são maioria, do ponto de vista visual: oito no social; sete no íntimo; sete no serviço.

Ao observar os ambientes isoladamente (Figura 5.23), em relação à acessibilidade, exceto no P1, o espaço destinado à sala de jantar encontra-se na categoria mais integrada (cat. 1). A essa categoria também pertence a maioria das salas de estar (cinco POs). O espaço da varanda é o único do setor social cuja maioria (seis POs) pertence à categoria mais segregada (cat. 4). Do ponto de vista da visibilidade, tanto a sala de jantar, quanto a de estar estão, na maioria dos casos, na categoria mais integrada. Já a visibilidade do espaço destinado à varanda se distribui de maneira semelhante entre as categorias de integração.

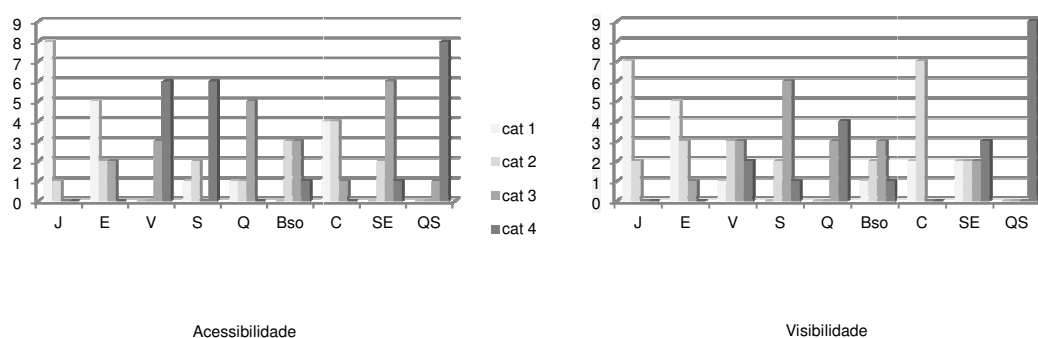


Figura 5.23. Categorias de integração dos ambientes do núcleo funcional base dos POs.

No setor íntimo, todos os ambientes do núcleo funcional base pertencem, na maioria dos POs, às categorias mais segregadas de acessibilidade (cat. 3 e cat. 4). Já no setor de serviço, essas categorias são maioria para os espaços destinados à área de serviço (em sete POs) e ao quarto (em oito POs), enquanto a maior parte das cozinhas (seis POs) está nas categorias mais integradas (cat. 1 e cat. 2). De uma maneira geral, do ponto de vista visual, os ambientes se distribuem nas categorias de integração de maneira semelhante à acessibilidade.

Em relação à posição nos quadrantes (Figura 5.24), formados pela correlação dos valores de acessibilidade e visibilidade, a maioria dos POs (sete deles) apresenta sua estrutura espacial total no que indica menos privacidade (Q3). Nesse quadrante também estão todos os setores sociais, e seis dos setores íntimos. Já o setor serviço está, na maioria dos POs (cinco casos), no quadrante que indica menos acessibilidade e mais visibilidade. Ou seja, a organização espacial dos apartamentos mantém as atividades produtivas do lar segregadas em relação ao movimento, mas proporciona uma certa vigilância a partir dos demais espaços da habitação.

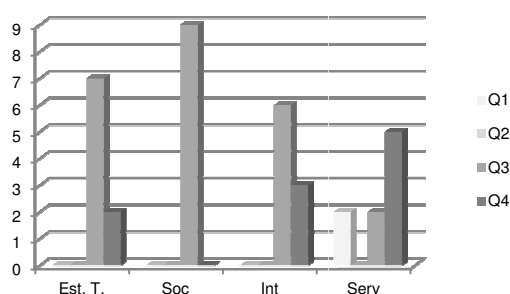


Figura 5.24. Quadrantes da estrutura espacial total e dos setores dos POs.

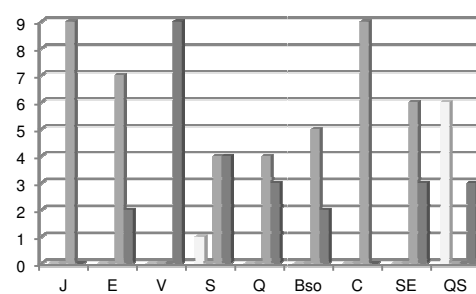


Figura 5.25. Quadrantes da dos ambientes do núcleo funcional base dos POs.

O quadrante menos privativo (Q3) também é verificado na totalidade das salas de jantar e das cozinhas e na maioria das salas de estar (sete POs), dos quartos (quatro POs), dos bwcs (cinco POs) e das áreas de serviço (seis POs). A varanda se encontra no quadrante menos acessível e mais visível (Q4) em todos os nove POs. Esse quadrante também é verificado nas suítes principal de quatro POs, enquanto apenas uma (a do Villa 02), encontra-se naquele que proporciona mais privacidade (Q1). Já o quarto de serviço é o único a apresentar mais casos no quadrante Q1 (em seis POs).

As alterações nessa variável são mensuradas de maneira distintas, de acordo com cada um dos cinco itens¹⁹⁴, conforme descrito no capítulo 3. As inequações podem ser alteradas em ‘grau 01’, quando apresentam permuta em, no máximo, dois componentes, ou ‘grau 02’, quando a permuta acontece em, pelo menos, três componentes.

As alterações nos grafos setoriais são mensuradas através do método ‘combinação de pequenos grafos’ (CONROY-DALTON; KIRSAN, 2005), que quantifica o número de ações necessárias para transformar um tipo de grafo em outro. Assim, é possível identificar aqueles grafos que alteram em até duas ações (grau 01) ou aqueles que alteram em mais de duas ações (grau 02).

Em relação às categorias de integração, as alterações são de dois tipos: (a) as que vão no sentido decrescente do número da categoria— de 4 para 3, 2 ou 1; (b) as que vão no sentido crescente do número da categoria— de 1 para 2, 3 ou 4). O primeiro tipo de alteração são as que tornam o valor de acessibilidade e visibilidade mais integrados e, o segundo tipo, aquelas que tornam o valor de acessibilidade e visibilidade mais segregados.

Por fim, para as alterações no quadrante e na correlação dos padrões de acessibilidade são identificados aqueles PRs que alteram ou não o resultado verificado no seu PO de origem.

Primeiramente são analisadas as alterações nas inequações montadas tanto com os espaços destinados às atividades domésticas nucleares (ADN), quanto com os setores (Figura 5.26). Em relação à acessibilidade das ADN, verifica-se que pouco mais de 40% dos PRs permanecem com a mesma estrutura espacial, enquanto o restante altera em grau 01 (41,07%) ou grau 02 (em 17,86%)¹⁹⁵. Já a acessibilidade setorial praticamente inverte essa

¹⁹⁴ Descritos no primeiro parágrafo dessa seção.

¹⁹⁵ Os detalhes dessas alterações – quais espaços foram permutados na inequação – são melhor discutidos na seção 5.2.

proporção: aproximadamente 65% dos PRs permanecem iguais e os demais alternam um (32,14%) ou dois componentes (3,57%), confirmando o genótipo setorial verificado por Amorim (1999).

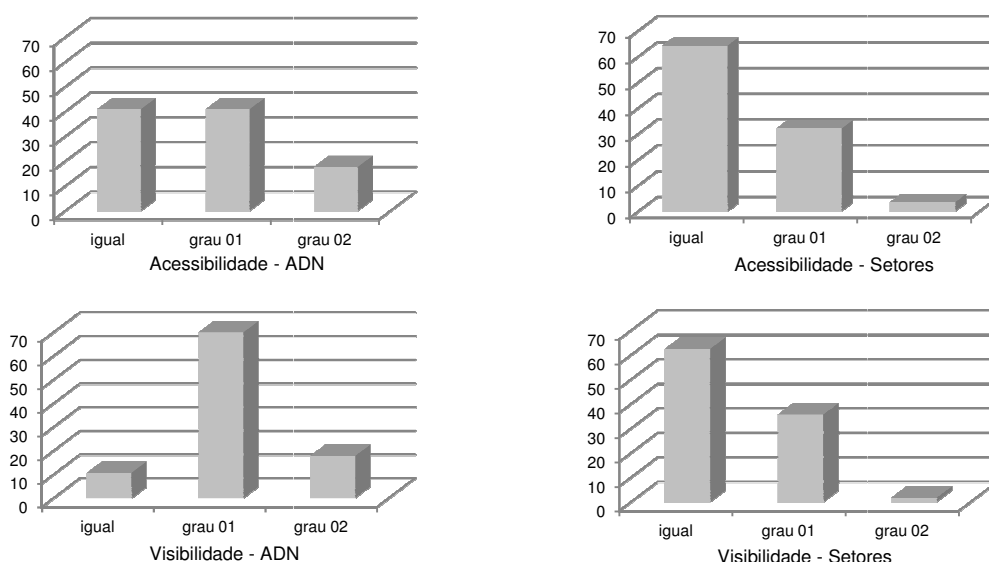


Figura 5.26. Frequência e tipo de alterações nas inequações de acessibilidade (acima) e de visibilidade (abaixo), montadas com os espaços destinados às atividades domésticas nucleares (ADN – à esquerda) e os setores (à direita).

Do ponto de vista da visibilidade (Figura 5.26), as inequações setoriais também permanecem iguais na maioria dos PRs (62,50%). A alteração de grau 01 é verificada em 35,71%, enquanto os outros 1,79%, apresenta, grau 02. Ao contrário do que acontece com as inequações de acessibilidade montadas com as ADN, as de visibilidade alteram aproximadamente 90% dos casos. Esse resultado pode estar indicando que ou a organização espacial proposta pelo mercado imobiliário não proporciona a cociência desejada pelos consumidores, ou que isso é reflexo da baixa frequência verificada para o genótipo de visibilidade (Tabela 4.5).

Em relação aos grafos setoriais, a Figura 5.27 mostra que quase a metade dos PRs (46,43%) permanece com o mesmo tipo de grafo. As alterações de grau 01 são verificadas em 35,71%, enquanto as de grau 02, em 16,07%, indicando que, mesmo com as mudanças, os grafos apresentam a assinatura genotípica com o do PO. Já a análise das alterações feitas no resultado da correlação entre as inequações setoriais de acessibilidade e os grafos setoriais (Figura 5.28) também mostra que a maioria dos PRs (69,64%) permanece com a mesma estrutura espacial setorial.

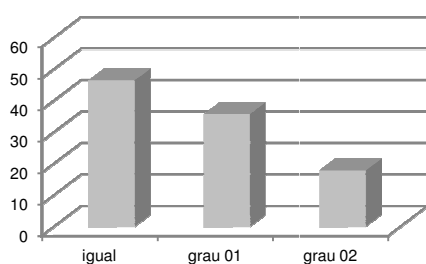


Figura 5.27. Frequência e tipo de alterações dos grafos setoriais.

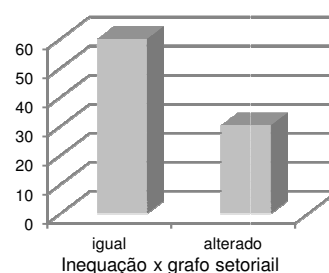


Figura 5.28. Frequência de alterações do resultado da correlação entre as inequações setoriais de acessibilidade e os grafos setoriais.

Os resultados expressos nas categorias de integração da estrutura espacial total e dos setores mostram que as alterações feitas na maioria dos PRs faz com que a estrutura espacial do apartamento fique mais segregada, tanto do ponto de vista da acessibilidade, quanto da visibilidade (Figura 5.29). Ou seja, o mercado imobiliário oferece produtos que tendem a ser segregados em relação ao movimento - proporcionando de uma maneira geral, um maior controle de acesso entre os espaços – e mais integrados do ponto de vista visual. Contudo, os consumidores parecem preferir uma maior segregação, em relação aos dois valores de integração, o que proporciona a estrutura espacial total do apartamento um maior isolamento de um espaço em relação aos outros, favorecendo os modos de habitar que tem a individualidade de cada membro como característica marcante – atributo que se aproxima mais as características da estética tradicional, descrita por Araujo (2006).

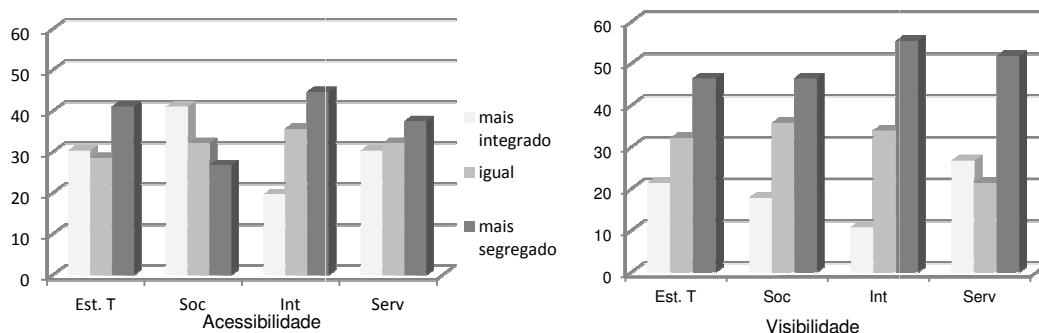


Figura 5.29. Frequência de alterações nas categorias de integração de acessibilidade e de visibilidade da estrutura espacial total e dos setores.

Em relação aos setores, uma maior integração do ponto de vista da acessibilidade é proporcionada para o social, enquanto o íntimo e o serviço se tornam mais segregados. Como na maioria dos POs o setor social pertence às categorias mais segregadas, esse resultado justifica-se, uma vez que esse setor é destinado ao convívio não só entre habitantes, como entre habitantes e visitantes. Nos setores íntimo e serviço, mesmo já

sendo segregados na maior parte dos POs, as reformas aumentaram ainda mais seus isolamentos. Do ponto de vista visual, todos os setores tornam-se mais segregados.

A análise das alterações das categorias de integração dos ambientes que formam o núcleo funcional base (Figura 5.30) mostra que, em relação à acessibilidade, todos permanecem na mesma categoria na maior parte dos PRs. Com exceção do quarto, que em quase 80% dos PRs onde esse ambiente é verificado, torna-se mais integrado. Em relação à visibilidade, esse aumento de integração é verificado na varanda, no quarto, no bwc e na área de serviço. Os demais ambientes permanecem, na maioria dos PRs, com a mesma categoria de integração.

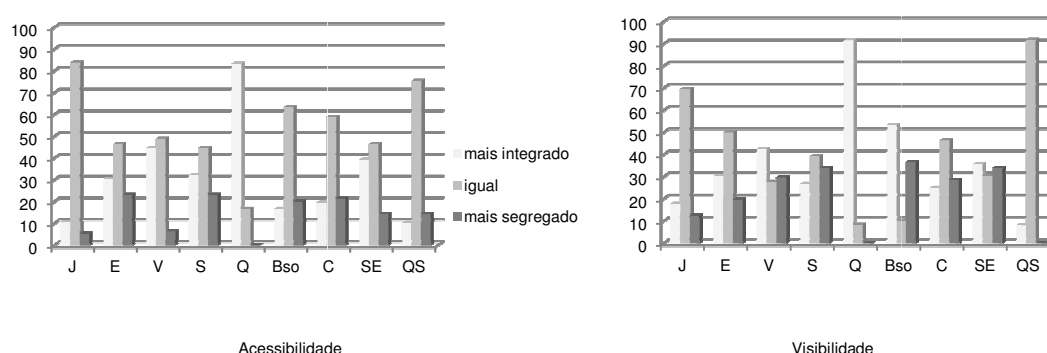


Figura 5.30. Frequência de alterações nas categorias de integração de acessibilidade e de visibilidade dos ambientes do núcleo funcional base.

Esse alto percentual de permanência na mesma categoria de integração do PO que lhes deu origem é refletido no percentual de alteração na posição dos quadrantes (Figura 5.31). Em relação à estrutura espacial total, 57,14% dos PRs permanecem inalterados. O setor social não muda a posição do quadrante em nenhum PR. Já nos setores íntimo e serviço a alteração é verificada em 51,79% e 53,57%, respectivamente.

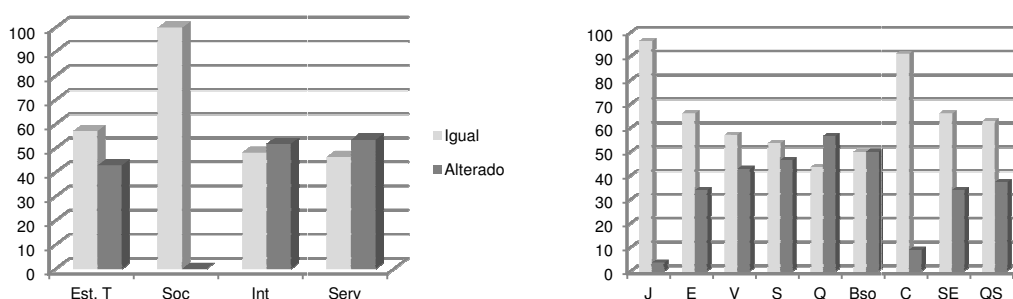


Figura 5.31. Frequência de alterações nos quadrantes da estrutura espacial total, dos setores e dos ambientes que formam o núcleo funcional base.

Dos ambientes no núcleo funcional base, com exceção do quarto (cujo quadrante é alterado em 56,52% dos PRs) e do bwc (aproximadamente 50%), todos permanecem no mesmo

quadrante do PO que lhes deu origem. Vale destacar o alto grau de alteração das características configuracionais do quarto, verificada tanto nas categorias de integração, quanto nos quadrantes¹⁹⁶.

* * *

As descrições acima mostram as alterações feitas nas três variáveis de análise. Em relação à função e à dimensão pode-se dizer, resumidamente, que, com exceção da suíte principal, os dormitórios são os que mais se alteram, seja para aumentar a dimensão de outros dormitórios (mais a suíte principal), seja para inserir ambientes de uso específicos (os ambientes de luxo), principalmente aqueles bem equipados tecnologicamente. Alterações deste segundo tipo são as que mais influenciam na ampliação da dimensão do setor social e consequente redução no setor íntimo. Já os ambientes de serviço são os menos alterados do ponto de vista funcional e dimensional. Quando acontece, é verificada a ampliação de dimensão da cozinha e da área de serviço (essa última, em detrimento do quarto de serviço).

Em relação à configuração, as alterações verificadas mostram que, apesar de os padrões de acessibilidade da estrutura setorial permanecerem iguais ao do PO que lhes deu origem na maioria dos PRs – reafirmando a permanência do paradigma dos setores (AMORIM, 1999) - o setor social tende a ficar mais integrado, enquanto que o íntimo fica mais segregado. Essa alteração proporciona um maior potencial da estrutura setorial em promover, por um lado, encontros nos espaços destinados à interação entre os usuários e, por outro, maior isolamento dos ambientes privados. Já em relação à visibilidade intra-setorial, a maioria dos PRs tende a ficar mais segregado, diminuindo, assim, a cociência entre eles.

Distintamente do padrão de acessibilidade e de visibilidade da estrutura setorial, os padrões dos espaços vistos isoladamente mudam na maioria dos casos. Com exceção do quarto, os ambientes, de uma maneira geral, tendem a ficar mais segregados.

Tendo em vistas essas descrições que mostram o quadro geral das alterações nos PRs, nas três variáveis, é feita uma análise mais detalhada dos GAs por conjunto de cada PO e alguns de seus respectivos PRs. Esse tipo de investigação possibilita identificar aquelas mudanças

¹⁹⁶ Esse dado é discutido com mais detalhes por grupo de PRs, na seção 5.2.

que mais influenciaram na mudança do GTP dos POs, bem como destacar a frequência de algumas das características associadas ao morar bem, divulgadas pelas diversas mídias.

5.2. Os GAs de cada grupo de PO e seus respectivos PRs

Primeiramente são descritas as alterações nos GTs de cada variável, que definem os PRs genéricos ou similares, e os GAs médio por grupo de PRs. Dessa maneira, é possível verificar quantos dos PRs se tornam mais típicos ou atípicos, bem como identificar o grupo de PRs que apresenta maior e menor GA. Em seguida são descritas as alterações em cada grupo de PO e seus respectivos PRs, com o intuito de verificar como e em que medida os GAs de cada variável influencia na nas alterações dos GTs.

Sobre os GAs, um ponto merece destaque: mesmo podendo variar entre zero e um, os valores mínimo e máximo dos GAs, em alguns casos, foram distintos desses extremos - 0,04 e 0,46 para o GAf; 0,17 e 1,00 para p GAd; 0,15 e 0,75 para o GAc. Contudo, assim como feito para os GTs, a classificação em percentis toma por base esses valores, indicando os PRs mais e menos alterados da amostra analisada.

Em relação ao GTf, com exceção dos PRs do P2 e do Villa 03, a maioria é do tipo similar 1ª (Figura 5.32). Essa tendência é tão dominante que mais da metade dos PRs do P1 e Villas 01, 02, 04, 05, 06 e 07 tornam-se mais atípicos.

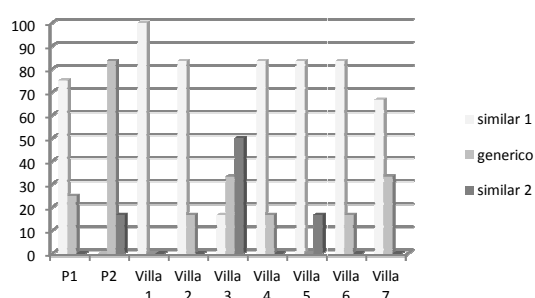


Figura 5.32. Alterações no GTf, por grupo de PR que classifica os projetos em genérico, similar 1ª e similar 2ª.

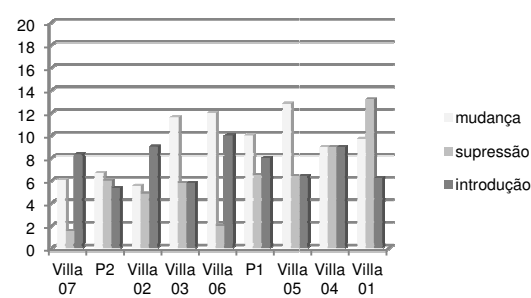


Figura 5.33. Tipo de alterações funcionais por grupo, mostrado em ordem crescente do valor médio do GAf.

Ainda sobre o GAf, vale ressaltar o baixo percentual de alterações, já destacada no seu valor máximo, que não ultrapassa a metade das possibilidades de alteração funcional em nenhum PR. Esse fato reflete no valor percentual máximo (eixo y) do gráfico da Figura 5.33, que é

bem inferior aos utilizados para mostrar o GAs das variáveis dimensional (Figura 5.34) e configuracional (Figura 5.36).

Esse gráfico (Figura 5.33) mostra também que os grupos de PRs dos Villas 01 e 07 são os mais e os menos alterados do ponto de vista funcional, respectivamente, sugerindo que o valor do GAF em nada está associado à quantidade de rótulos de luxo oferecido pelo PO, já que o Villa 07, que oferece apenas um, é o menos alterado dos POs. Em cinco deles – P1, P2 e Villas 03, 05 e 06 – a alteração mais frequente é a mudança de rótulo. Nos Villas 02 e 07, a introdução de novos rótulos é a alteração funcional que predomina, enquanto no Villa 01, é a supressão. Os PRs do Villa 04 apresentam o mesmo número dentre os três tipos de alterações funcionais.

As alterações no GTd (Figura 5.34) resultam em basicamente dois tipos de PRs: genéricos e similar 1^a. O único grupo em que são encontrados alguns PRs que se tornaram mais típicos é o Villa 06. Já no Villa 01, todos eles são genéricos, enquanto no P1 e nos Villa 02, 03 e 07, a maioria é similar 1^a.

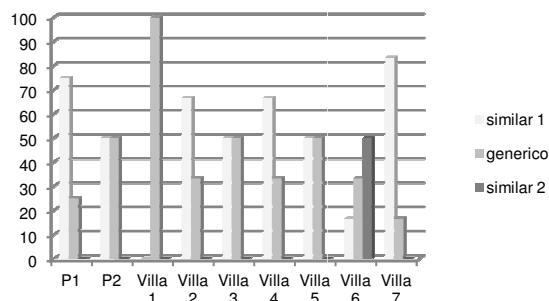


Figura 5.34. Alterações no GTd, por grupo de PR que classifica os projetos em genérico, similar 1^a e similar 2^a.

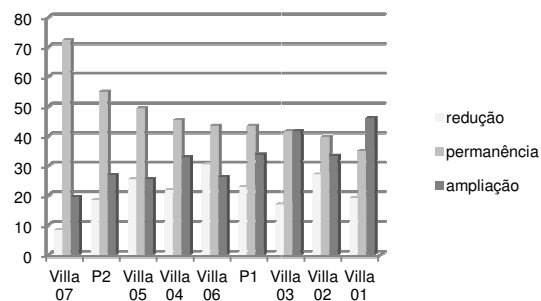


Figura 5.35. Tipo de alterações dimensionais por grupo, mostrado em ordem crescente do valor médio do GAd.

A análise do GAd por conjunto de PRs originados pelo mesmo PO (Figura 5.35) indica que, mais uma vez, os grupos de PRs do Villa 01 e do Villa 07 são os mais e os menos alterados do ponto de vista dimensional, respectivamente. A grande maioria dos ambientes dos PRs de todos os grupos permanece com a mesma área oferecida no PO. Apenas o Villa 01 apresenta um alto percentual de ampliação – resultado curioso (e que é analisado mais detalhadamente na seção 5.2.3), uma vez que todos os PRs desse POs são genéricos.

Em relação ao GTc (Figura 5.36), seis grupos apresentam a maioria de seus PRs do tipo similar 1^a: o P2 e os Villas 01, 03, 04, 05 e 07. O P1 apresenta igual número de PRs genéricos

e similar 2ª. Já nos Villas 02 e 06, a maioria dos PRs são genéricos do ponto de vista configuracional.

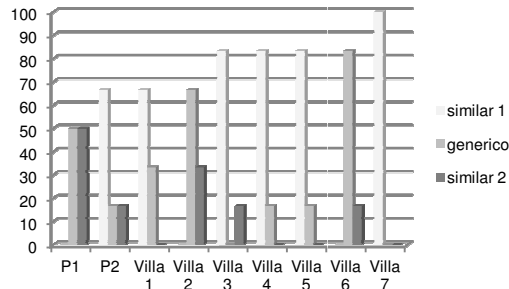


Figura 5.36. Alterações no GTc, por grupo de PR que classifica os projetos em genérico, similar 1ª e similar 2ª.

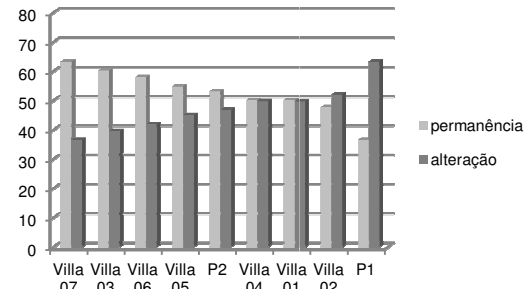


Figura 5.37. Alterações configuracionais por grupo, mostrado em ordem crescente do valor médio do GAc.

Como os tipos de alteração da variável configuracional são muitos, o gráfico que mostra o GAc médio por grupo (Figura 5.37), verifica apenas o percentual de alteração e de permanência. Nesta variável, os grupos de PRs mais e menos alterados (Figura 5.36) são distintos dos verificados nas outras duas variáveis: são o Villa 07 e o P1, respectivamente. Na realidade, do ponto de vista configuracional, apenas no P1 e no Villa 02 a maioria dos PRs é alterada. Esse é um resultado que merece destaque: mesmo que os PRs apresentem um alto percentual de itens configuracionais que permanecem iguais aos do PO que lhes deu origem, as alterações verificadas nessa variável foram suficientes para alterar seus GTc.

*

*

*

Esses resultados mostram que as alterações nas três variáveis modificaram um significativo número de GTs. Em cada PR pode haver combinações variadas de alterações: alterar apenas um dos GT; alterar dois deles; ou os três ao mesmo tempo. No entanto, essas alterações nem sempre resultam em mudanças no GTP. O Gráfico da Figura 5.38 mostra a frequência de cada uma das sete tipos de combinação de alteração dos GTs, bem como o quanto cada um deles modificou o GTP.

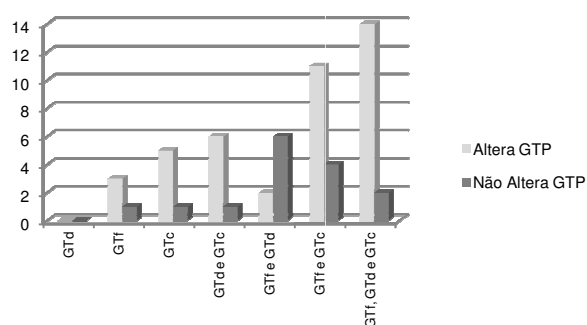


Figura 5.38. Alterações nos GTs (eixo x) e a frequência de combinações verificadas nos PRs (eixo y).

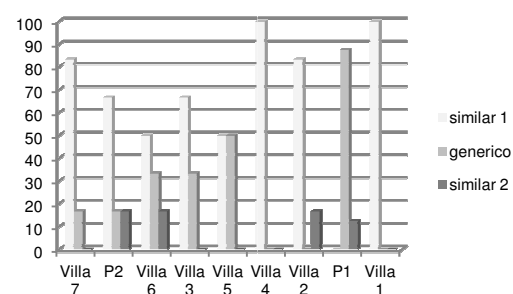


Figura 5.39. Alterações no GTP, por grupo de PR que classifica os projetos em genérico, similar 1ª e similar 2ª, mostrado em ordem crescente de valor médio de GAP.

Os PRs que alteram os três GTs ao mesmo tempo são os mais frequentes (28,57%), além de serem os que mais modificam o GTP. Em segundo lugar estão os PRs que fazem alterações nos GTf e GTc ao mesmo tempo. Também foi verificada uma frequência média de PRs que alteram o GTf e o GTd ao mesmo tempo (14,29%). No entanto, apenas um deles altera o GTP. Nenhum dos PRs alteram apenas o GTd. Isso acontece no GTf e no GTc. Esse último, além de ser o mais frequente, é o que mais altera o GTP.

Mas quais alterações especificamente fazem com que os GTs mudem de categoria? Como visto no capítulo 4, cada variável apresenta algumas características que influenciam, em certa medida, na definição dos GTs. Por isso, um alto valor de GA, que é proporcional ao número total de alterações (independente se for nos itens que mais influenciam no GT ou não), nem sempre resulta na mudança do GT (Figura 5.39). Os PRs do P1, por exemplo, apresentam a segunda maior média de valor de GAP, contudo, a maioria é genérico. Ou seja, as alterações realizadas nesses PRs parecem não ser do tipo que mais influenciam na definição dos GTs. De maneira análoga, a maioria dos PRs do Villa 07 é do tipo similar 1ª, mesmo apresentando menor média de GAP.

Na definição do GTf, uma das características funcionais que mais determinam projetos atípicos (baixo valor de GTf) é a presença de rótulos de luxo e a variação no número de quartos e suítes. O primeiro, por ser um atributo contrário ao padrão de referência da amostra. O segundo, por apresentar características variadas dentre todos os projetos, não forma um padrão de referência. Nesse sentido, introduzir rótulos de luxo, principalmente aqueles verificados com baixa frequência dentre todos os projetos (como o depósito, o closet no quarto, a rouparia e estar íntimo, por exemplo), é uma das alterações funcionais

que mais influenciam na definição de PRs do tipo similar 1ª (que tornam-se mais atípicos). De maneira análoga, suprimir os rótulos de luxo existentes no PO pode fazer com que o PR se torne similar 2ª (mais típicos). Vale ressaltar que mudanças de rótulos e supressões que não proporcionam a introdução de nenhum rótulo de luxo, aumentam o valor do GAf, mas não influenciam na alteração do GTf.

Em relação à dimensão, foi visto que a principal característica que define a atipicidade de um projeto (baixo valor de GTd) é apresentar ambientes e setores com valores de área diferente do IM (Tabela 4.11). Ou seja, um alto valor do GAd não influencia na mudança do GTd quando essas alterações não fazem com que a área do setor ou do ambiente fique fora do IM.

A variável configuração apresenta diversas características que contribuem na definição de projetos atípicos (baixo valor de GTc). Assim como nas outras duas variáveis, essas podem ser resumidas em dois conjuntos: (a) aquele formado por características contrárias ao padrão de referência da amostra – como a posição nos quadrantes dos espaços do quarto, da sala de jantar, da cozinha, da copa, do lavabo, da sala de estar e do setor social, por exemplo; (b) aquele formado por características variadas dentre todos os projetos, não formando, assim, um padrão de referência - as inequações de visibilidade, por exemplo. Ou seja, um alto valor de GAc só interfere na mudança do GTc, caso as alterações feitas nos POs forem verificadas principalmente nas características descritas no grupo ‘a’.

A verificação desses fatores é feita através da análise das categorias dos GTs e dos GAs dos PRs e, em seguida, das alterações detalhadas dos setores e dos ambientes, por grupo de PO e seus respectivos PRs. Desse modo, é possível descrever as alterações e compará-las com os GTP e GAP ao mesmo tempo.

5.2.1. Projeto Original P1 e seus PRs

Como comentado, o P1 é o único dentre os nove POs que se enquadra na categoria de tipicidade CP1. É, também, o único conjunto de PRs cuja maioria é *genérico*, mesmo apresentando a segunda maior média de valor de GAP (Figura 5.38). Nesse caso, a atipicidade dos PRs é mais devido ao baixo GTP do PO, onde nem mesmo os altos valores de GAP fazem com essa característica, herdada do PO que lhes deu origem, seja alterada.

Em relação à variável funcional, o P1 é um dos projetos que só oferece suítes e ainda conta com outros quatro rótulos de luxo: o lavabo e o segundo estar, no setor social, o closet na suíte principal, no setor íntimo, e a copa, no setor serviço (Tabela 5.2). Seu GTf é da categoria Cf2 (Tabela 5.5). Dentre os PRs, dois são *genéricos* (permanecem na categoria Cf2), mesmo apresentando um GAf muito alto. Os demais se tornam mais atípicos (*similar 1ª*). Os graus de alteração funcional dos PRs são altos: dois na categoria GAf4 e cinco na categoria GAf3. Isso significa que, mesmo sendo um PO medianamente atípico, o alto grau de alterações funcionais dos PRs fez diminuir ainda mais seus graus de tipicidade, tornando-os ainda mais atípicos.

Tabela 5.5. Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do P1 e seus PRs.

Projetos	GTf	GAf	GTd	GAd	GTc	GAc	GTP	GAP
P1	2		2		1		1	
P1A	2	3	2	3	3	3	2	3
P1B	2	3	1	4	3	4	1	4
P1C	1	3	2	1	3	4	1	1
P1D	1	4	1	2	1	4	1	3
P1E	1	3	1	4	1	4	1	4
P1F	1	3	1	3	1	4	1	4
P1G	1	4	1	4	1	4	1	4
P1H	1	2	1	4	2	3	1	3

Em relação às características dimensionais, o P1 é medianamente atípico. Essa atipicidade deve-se ao alto valor percentual da área da varanda e aos baixos valores de área da suíte secundária, da sala de jantar e do quarto e área de serviço. Mesmo apresentando GTd na categoria 2 e, também, um valor médio de GAd relativamente baixo (Figura 5.34), a maioria dos PRs também é do tipo *similar 1ª*. Ou seja, as alterações nessa variável, mesmo que poucas, são suficientes para mudar o GTd desses PRs. Em três deles – P1F, P1G e P1H –, as alterações são em tal quantidade que chegam a mudar a ordem decrescente de valor de área setorial (Figura 5.14).

Do ponto de vista configuracional, o P1 também é classificado como muito atípico. Alguns dos itens que contribuem para esse resultado são seus padrões de acessibilidade e de visibilidade e seu grafo setorial. O padrão de acessibilidade é o PAa7 ($C < S < J < E$) – um dos seis padrões incomuns comentados no capítulo anterior; o de visibilidade, o PAv10 ($J = E < C < S$) – verificado em apenas 7,7% dos projetos. Já o grafo setorial é o tipo ‘f’, um dos que proporciona claros limites entre os setores (Figura 4.30). Essas características configuracionais são bastante peculiares, já que a organização dos espaços favorece a

copresença na cozinha e na suíte principal, em detrimento da sala de jantar e estar (apesar desses últimos serem mais visíveis que a cozinha e a suíte).

As alterações nessas inequações estão, também, dentre aquelas que mais contribuem para os altos valores de GAP, à medida que nenhum dos PRs permanece com esses padrões incomuns, alterando a ordem de, pelo menos, um de seus componentes. Contudo, mesmo apresentando o maior valor médio de GAc, dentre as alterações configuracionais não predominam aquelas que influenciam na mudança do GTc em quatro dos PRs, que permanecem na mesma categoria de tipicidade do PO que lhe deu origem. Os outros quatro PRs são do tipo *similar 2ª* (tornam-se mais típicos).

Uma particularidade desse PO é a organização espacial do setor serviço. Diferente do que normalmente é verificado nos projetos, a copa fica numa posição menos acessível, num espaço terminal da estrutura espacial. Essa configuração parece não agradar os usuários, uma vez que em todos os PRs a posição da copa e da cozinha é alterada. Já os demais ambientes do setor não apresentam praticamente nenhuma flexibilidade para alteração, pois não são adjacentes a nenhum outro ambiente ou setor do apartamento. A permanência da solução adotada no PO para esses ambientes (área de serviço, quarto e bwc de serviço) pode ser devido a essa inflexibilidade ou pelo fato da solução atender a “planta considerada arquitetonicamente ideal [...], aquela na qual a entrada de serviço permite que entre a doméstica diretamente para seu quarto, sem transitar pela copa ou cozinha, considerados espaços da família” (CAVALCANTI, 1984, p. 13).

Um exemplo de um dos PRs *genéricos* é o P1C (Figura 5.40), que só apresenta mudança nos GTf e GTc. Inclusive, as alterações que proporcionam essas mudanças são equivalentes. Ou seja, o valor de atipicidade ganho na função é semelhante ao ganho em tipicidade na configuração, o que, no final, não muda o GTP do PR.



Figura 5.40. Exemplos de um PR similar 1ª e genérico do grupo do P1.

Essa maior tipicidade configuracional é devido, principalmente, a três alterações: as categorias de acessibilidade e de visibilidade da sala de jantar (ambos na cat. 1) e o quadrante da sala de estar (Q3). No P1, essas características são contrárias ao padrão de referência. Com as alterações, elas passam a fazer parte desse padrão, o que justifica o aumento no valor de GTc. Além disso, mesmo não apresentando os padrões de acessibilidade e de visibilidade genotípicos, as inequações são mais frequentes dos que o do PO que lhe deu origem: $J < C < S < E$ (PAa3) e $J < C < E < S$ (PAv1), respectivamente.

Em relação às alterações funcionais no P1C que influenciam na mudança do GTf, três merecem destaque: a supressão da copa, a introdução do *home office* íntimo e do depósito. A primeira alteração é do tipo que torna o valor do GTf mais alto, uma vez que não ter copa é um forte padrão de referência. Contudo, a introdução dos outros dois rótulos, principalmente do depósito, é a característica funcional decisiva e que mais influencia na

atipicidade funcional e consequentemente, do PR. Tendo em vista essas descrições, percebe-se que a atipicidade do P1C se deve mais às características do PO que lhe deu origem.

O único PR que muda o GTP é o P1A, que se torna mais típico (Tabela 5.5). Neste caso (Figura 5.40), as alterações na variável configuracional são determinantes para esse resultado, já que em relação ao GTf e ao GTd esse PR também é *genérico*. As alterações funcionais que poderiam influenciar na mudança do GTf são as supressões de rótulos de luxo, como a segunda sala de estar, uma das suítes secundárias e o closet na suíte principal. Contudo, essas alterações funcionais não são suficientes para fazer com que esse PR mude a categoria do GTf.

Em relação à dimensão, tanto o P1, quanto o P1A apresentam cinco ambientes com áreas diferentes do IM (Tabela 3 e 4 do Apêndice 2), o que justifica apresentarem a mesma categoria de GTd. A diferença entre eles é que, no P1, a dimensão da sala de jantar está abaixo do IM e a suíte principal, está incluída. As alterações dimensionais, que são verificadas em sete dos doze itens possíveis dessa variável, incluem a ampliação desses ambientes - a primeira passa a ficar incluída no IM, e, a segunda, passa a ter área maior do que o IM.

As alterações configuracionais do P1A são muitas, mas aquelas que mais influenciam na definição do GTc são praticamente as mesmas verificadas no P1C (por isso são da mesma categoria configuracional – Cc3): alteração nas categorias de acessibilidade e de visibilidade da sala de jantar e no quadrante da sala de estar.

Dentre os atributos ressaltados pelas diversas mídias como sendo sinônimo do morar bem, tem-se no P1A a “super suíte máster”. Essa redundância de nomenclatura é dada para ressaltar o aumento do status do ambiente que já é muito destacado no PO – tanto pelo rótulo, quanto pela dimensão. Essas super suítes parecem ser muito típicas da elite recifense, cujo status é reforçado através do aumento de área – que proporciona uma maior especificidade das atividades (no P1A, bwc com banheira) – de uma posição que confere mais privacidade (tanto no PO, quanto nesses dois PRs, sua posição é no quadrante Q1) e de uma nomenclatura que a distinga das demais suítes.

5.2.2. Projeto Original P2 e seus PRs

O P2 é um dos dois POs que apresenta o GTP na categoria CP2. No entanto, seu valor do GTP é muito próximo ao de transição para a CP3. Nesse sentido, esse PO se enquadra na situação descrita no capítulo 4, onde o mínimo de alterações pode torná-lo mais típico. Contudo, mesmo sendo o segundo grupo com menor valor médio de GAP (Figura 5.38), apenas um PR aumenta o valor de GTP (similar 2ª), enquanto dois são *genéricos* e outros dois seguem a maioria dos PRs da amostra e tornam-se mais atípicos (*similar 1ª*).

Em relação às características funcionais, o P2 oferece, além de todos os rótulos oferecidos no P1, o closet em todas as suítes secundárias (Tabela 5.2). Essa diferença já é suficiente para classificá-lo na categoria mais atípica: Cf1 (Tabela 5.6). Seus PRs também são um dos que apresentam a menor média de GAf, só ficando na frente dos do Villa 07 (Figura 5.32). Esses baixos valores de GAf estão refletidos no número de projetos que se mantém na mesma categoria de GTf: cinco são *genéricos*.

Tabela 5.6. Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do P02 e seus PRs.

Projetos	GTf	GAf	GTd	GAd	GTc	GAc	GTP	GAP
P2	1		3		3		2	
P2A	1	2	2	3	2	3	1	2
P2B	2	1	3	1	3	2	3	1
P2C	1	3	3	1	4	2	2	1
P2D	1	3	2	2	2	1	1	2
P2E	1	2	3	3	1	3	1	3
P2F	1	3	2	3	2	4	1	3

Do ponto de vista dimensional, a única diferença do P2 para o P1 é que, neste, a área da varanda pertence ao IM da amostra. Como P2 também é um dos que o valor de GTd está perto da transição, essa diferença de dimensão da varanda já foi suficiente para aumentar seu valor de GTd (categoria Cd3). Esse fato também justifica que, mesmo apresentando poucas alterações dimensionais (é o conjunto que apresenta o segundo menor valor médio de GAd - Figura 5.35), mais metade dos PRs tornando-se *similar 1ª*.

O mesmo ocorre com a categoria do GTc: é medianamente típico (Cc3), mais seu valor está perto da transição para a categoria Cc2, o que também pode influenciar na quantidade de PRs do tipo similar 1ª (quatro casos). Em relação às características configuracionais, vários itens o diferenciam do P1. Dentre eles a inequação de acessibilidade, que é a segunda mais verificada dentre as amostras (PAa1: J < C < E < S). Esse é, também, um dos itens que contribui para que seu GTc seja mais alto, mesmo sendo verificados inequação de

P1C - PR GENÉRICO

PAa1 - J < C < E < S
 PVa20 - C < J = E < S
 PAs1 - soc < int < serv
 PVs1 - soc < int < serv

P2F - PR SIMILAR 1a

Paa4 - J < E < S < C
 PVa1 - J < C < E < S
 PAs1 - soc < int < serv
 PVs1 - soc < int < serv

P2B - PR SIMILAR 2a

PAa1 - J < C < E < S
 PVa14 - J = C < E < S
 PAs1 - soc < int < serv
 PVs1 - soc < int < serv

Dentre os PRs, o único *genérico* é o P2C (Figura 5.41), mesmo que o GTc tenha ficado mais típico. O que acontece é que o valor absoluto do GTf, mesmo não tendo mudado de categoria, diminui em relação ao PO que lhe deu origem: passa de 0,70 para 0,65. A maior atipicidade se deve, principalmente, à inclusão de um estar íntimo e da rouparia, rótulos verificados em pouquíssimos PRs e, por isso, definem características contrárias ao padrão de referência. Essa diminuição no valor do GTf contrabalança o aumento verificado no GTc, devido, dentre outras, à alteração na categoria de visibilidade da sala de jantar e da suíte (que passam a fazer parte do padrão de referência). Ou seja, a inclusão do estar íntimo torna o P2C mais atípico do ponto de vista funcional, mas faz diminuir a visibilidade da suíte, incluindo esse item no padrão de referência típico dos projetos.

O P2B (Figura 5.41) é um dos PRs que ficaram mais típicos, mesmo apresentando um baixo valor de GAP. Esse aumento na tipicidade deve-se exclusivamente à variável funcional, uma vez que os GTd e GTc, mesmo apresentando algumas alterações, não mudaram a categoria do PO que lhes deu origem. Ou seja, é praticamente a supressão de uma das salas de estar que faz com que este PR torne-se mais típico.

Um exemplo de PR que se torna mais atípico é o P2F (Figura 5.41), proporcionado pela diminuição dos GTd e GTc. Em relação à função, dois rótulos são introduzidos - *home theater* e *home office* íntimo – o que diminui o valor absoluto do GTf, mas a categoria do PO já era a mais atípica possível. As alterações que definiram a mudança no GTd e GTc são: (a) o aumento na área da suíte e diminuição da sala de estar, que ficam acima e abaixo do IM, respectivamente; (b) a mudança na categoria de visibilidade da sala de jantar, que deixa de ser o padrão de referência; no padrão de acessibilidade, cuja inequação ($J < E < S < C$) é menos frequente; e no grafo setorial, que passa a ser do tipo ‘e’.

Estes exemplos também mostram dois projetos – P2C e P2F - que incluem as “super suítes másters”, mesmo num PO cuja dimensão e especialização das funções oferecidas originalmente já são destacadas. Nestes PRs, o banheiro duplica sua dimensão, proporcionando, assim, a ‘sala de banho’ para o casal “desfrutar da companhia um do outro”¹⁹⁷, além de ampliar o closet e oferecer um *home office* (no P2F). Outra característica que vale destacar é que as reformas nesses três PRs fazem com que as suítes máster, mesmo a do P2B (que não apresenta alterações funcionais e dimensionais), tornem-se mais privativas, uma vez que no PO sua posição é no quadrante Q4 (o que confere mais menos acessibilidade e mais visibilidade) e nos PRs, é o Q1.

Por outro lado, mesmo neste PO, que oferece uma das maiores áreas da amostra, é verificada uma “estratégia de blefe cultural” (BOURDIEU, 2008) no P2C. A sala íntima, devido a sua posição e exígua dimensão (sem nenhuma iluminação nem ventilação natural – atributos que possibilitam um maior conforto a ambientes) parece ser resultado mais da disposição dos ambientes da suíte máster, que deixou sobrando um “canto” para introduzir essa atividade no programa funcional do apartamento. Essa solução ilustra o esforço para adaptar os espaços e introduzir ambientes domésticos da moda. Percebe-se, portanto, que algumas vezes são seguidas “tendências” descritas em revistas – que disseminam quais

¹⁹⁷ <http://casa.abril.com.br/materia/apartamento-de-180-m2-pronto-para-a-chegada-do-bebe#13>

devem ser os gostos da família “*fashion* e moderna” – mas nem sempre as características físicas dos seus apartamentos permitem que esses gostos sejam traduzidos espacialmente na íntegra.

5.2.3. Projeto Original Villa 01 e seus PRs

O Villa 01 também apresenta o GTP na categoria CP2 (Tabela 5.7). E, mesmo que o valor do GTP seja muito próximo ao de transição para a CP3, os altos valores do GAP (Figura 5.38) indicam a existência de modificações do tipo que alteram o GT, fazendo com que esse conjunto de PRs sejam todos do tipo *similar 1ª*.

Esse PO é um dos que oferece menos rótulo de luxo: apenas a copa e o closet na suíte principal, o que justifica sua categoria de GTf ser muito típica (Cf4). No entanto, todos seus PRs tornam-se mais atípicos do ponto de vista funcional. Isso pode ser resultado de dois fatores: (a) o valor GTf do Villa 01 está perto da transição para a categoria Cf3; (b) esse conjunto de PRs é o que apresenta a maior média de GAf (Figura 5.13).

Tabela 5.7. Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 01 e seus PRs.

Projetos	GTf	GAf	GTd	GAd	GTc	GAc	GTP	GAP
Villa 01	4		1		2		2	
V01A	2	3	1	3	1	4	1	3
V01B	1	4	1	4	1	4	1	4
V01C	1	4	1	4	1	3	1	4
V01D	2	4	1	4	1	4	1	4
V01E	2	2	1	2	2	2	1	2
V01F	2	1	1	2	2	1	1	1

Em relação à dimensão, o Villa 01 também é o único na categoria mais atípica (Cd1). Isso se deve a ambientes que apresentam áreas menores (setor social e sala de estar) e maiores (quarto, setor serviço, cozinha e quarto de serviço) dos que a descrita no IM. Contudo, mesmo apresentando a maior média de valor de GAd, todos os PRs são genéricos, do ponto de vista dimensional.

Já as características configuracionais desse PO o classificam como mediantemente atípico. Como o valor do GTc está perto da transição para a categoria Cc3, a mínima alteração já poderia tornar seus PRs mais típicos. Mas isso não é verificado em nenhum caso, já que os valores relativamente altos de GAc fazem com que dois deles sejam *genéricos* e quatro, *similar 1ª*. Alguns itens que contribuem para a atipicidade desse PO são a inequação de

visibilidade (PAV10 - J = E < C < S) e o grafo setorial (tipo 'a'), que não fazem parte do padrão de referência.

O V01C (Figura 5.42) ilustra bem as alterações que tornam o projeto mais atípico. O GTd é o único que permanece na mesma categoria de tipicidade, mas não significa que não houve alteração dimensional. A dimensão do setor social, cozinha, área de serviço e da sala de estar aumenta e passa a pertencer ao IM – característica que faz aumentar o valor de GTd¹⁹⁸. No entanto, a área do setor íntimo diminui (fazendo, inclusive, mudar a inequação com ordem decrescente de valor de área), enquanto que a da suíte principal e da cozinha aumenta, ficando fora do IM – o que faz diminuir o valor do GTd novamente.

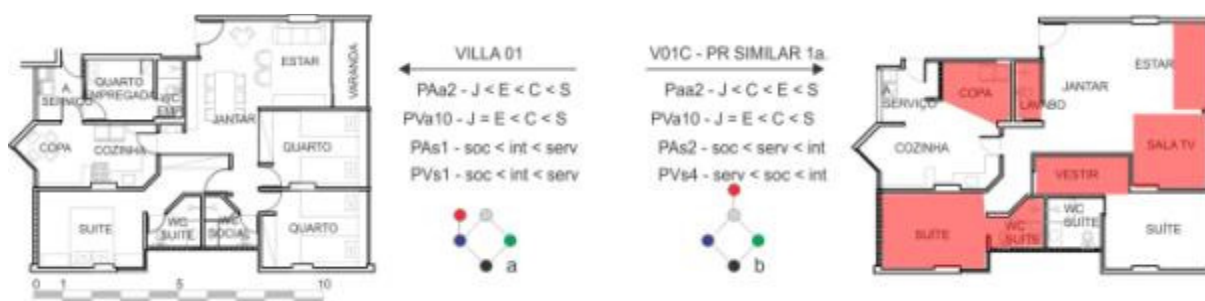


Figura 5.42. Exemplos de um PR similar 1ª do grupo do Villa 01.

As alterações funcionais nesse PR são muitas, principalmente as do tipo que mais influenciam na mudança do GTf, como a supressão da varanda, do quarto e bwc de serviço. Não ter esses ambientes é uma característica verificada em pouquíssimos projetos, o que, somado à introdução do lavabo e do *home theater*, diminui bastante o valor de GTf.

Em relação à configuração ele torna-se mais atípico, mesmo que sua inequação de acessibilidade tenha se tornado a genotípica (PAa1 - J < C < E < S). O que acontece é que, além de outras alterações, o padrão de visibilidade (o PVa10 J = E < C < S) e o grafo setorial (tipo 'b') mudaram, ambos verificados em menos projetos da amostra.

Essas alterações configuracionais, além de introduzir um espaço mediador que proporciona um restrito e fácil controle de acesso - determinando, assim, uma clara identificação dos limites do setor -, favorece o convívio mais na cozinha do que na sala de estar. A cozinha é valorizada não somente por essas características configuracionais, mas também pelo significativo aumento da dimensão, que se utiliza da área do quarto de serviço para relocar a

¹⁹⁸ Essas significativas ampliações são as que justificam o alto percentual de alteração do tipo 'ampliação' nos PRs do Villa 01 (Figura 5.34).

copa. Apesar de não se caracterizar como a típica cozinha *gourmet*, já que não possui integração com as áreas sociais da habitação, essa valorização sugere a mudança de significado, de valor e, portanto, de status, da atividade de cozinhar – “gosto” amplamente divulgado em várias publicações e eventos da área.

Outra característica ressaltada na mídia como sendo símbolo do morar bem é a ampla área destinada a receber visitas. Como visto, a dimensão do setor social e da sala de estar do Villa 01 não pertence ao IM. No entanto, em todos os PRs essas áreas são ampliadas e podem ser ilustradas pelo V01C, onde são ampliadas a dimensão do setor social, devido a incorporação do quarto 01 (neste caso, o *home theater*) e da sala de estar, devido à supressão da varanda.

5.2.4. Projeto Original Villa 02 e seus PRs

Como mostra a Tabela 5.8, o Villa 02 apresenta GTP na categoria medianamente típica (CP3) e esse resultado tem mais influência dos altos valores do GTf e do GTd. A média de valor de GAP é a terceira mais alta e as alterações são do tipo que mudam o valor o GTP, o que faz com que nenhum dos seus PRs sejam *genéricos*: um é *similar 2ª* e os outros cinco, *similar 1ª*.

O Villa 02 é um dos POs que, fora os do núcleo funcional base, só oferece mais um rótulo de luxo (a suíte secundária), o que influencia em grande medida a categoria de GTf a que pertence. Apesar do seu alto valor de GAP, a variável funcional é a que menos contribui para isso, uma vez que esse PO apresenta a terceira menor média de GAf (Figura 5.32). Assim como o P1, apenas um dos seus PRs é genérico (o V02D), mesmo apresentando alto valor de GAf. Todos os demais são *similar 1ª*. Nesses casos é preciso observar se essa maior atipicidade é devido a muitas alterações ou ao alto valor do GTf do PO.

Tabela 5.8. Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 02 e seus PRs.

Projetos	GTf	GAf	GTd	GAd	GTc	GAc	GTP	GAP
Villa 02	4		4		1		3	
V02A	1	2	2	2	1	3	1	2
V02B	2	2	3	2	1	3	2	2
V02C	1	3	4	4	1	2	1	4
V02D	4	2	4	3	4	3	4	3
V02E	1	3	2	4	3	3	2	4
V02F	3	3	2	3	1	4	1	3

O alto valor do GTd do Villa 02 se justifica pelo fato dos únicos ambientes com valores de área maiores do que o IM serem a suíte secundária e a área de serviço.

O GTc é o único que se enquadra na categoria muito atípica - Cc1. Mesmo sendo verificada a inequação de acessibilidade genotípica, vários outros fatores contribuem para sua atipicidade, dentre eles: a posição no quadrante da sala de estar (Q4), os valores de acessibilidade e de visibilidade do quarto (categoria 2 e 4, respectivamente), a inequação de visibilidade ($PVa14 - J = C < E < S$) e o grafo setorial tipo 'b'. Nem mesmo os altos valores de GAc fazem com que quatro dos PRs mudem de categoria.

O único PR *similar 2ª* é o V02D (Figura 5.43). Já na observação da planta, percebe-se um grande número de alterações, principalmente no setor íntimo. Contudo, é verificada mudança apenas do GTc, que passa da categoria mais atípica para a mais típica. Em relação à função, uma importante alteração é o número de quartos e suítes, que inverte a prática comumente verificada – diminui o número de suítes e aumenta o de quartos -, e à introdução do closet na suíte principal. Já o espaço destinado ao quarto de serviço apresenta a representação gráfica de uma cama e um pequeno armário, mas seu rótulo indica 'depósito', sendo um dos exemplos de quarto multi-uso descritos por Duarte (2011). No entanto, essas alterações não foram suficientes para mudar o GTf do PO. O mesmo acontece com a variável dimensional, onde a única alteração – o aumento da suíte principal – também não resulta em mudança do GTd.

As alterações na configuração que mais influenciam na mudança no GTc são a posição no quadrante da sala de estar e do quarto, bem como as categorias de acessibilidade da sala de estar e da área de serviço, que passam a fazer parte do padrão de referencia (ambos no Q3 – o menos privativo).

Contudo, mesmo com essas alterações (que mostram um maior investimento na suíte máster), o valor do GTP desse PR não altera.

Um dos exemplos de PR que se torna mais atípico é o V02F (Figura 5.43), principalmente por causa das alterações nas variáveis funcional e dimensional. Apesar de serem verificadas várias alterações na configuração, algumas fazem aumentar, outras, diminuir o valor do GTc. As inequações de acessibilidade e de visibilidade e o grafo setorial, por exemplo, alteram o tipo, mas tanto esses como os encontrados no PO de origem são verificados com pouca frequência na amostra.



Figura 5.43. Exemplos de um PR similar 1ª e um similar 2ª do grupo da Villa 02.

Em relação à função, esse PR muda o rótulo do único quarto, que passa a ser suíte, enquanto a suíte secundária dá lugar ao *home theater*. O GTf diminui ainda mais com a introdução de um lavabo e do closet na suíte principal. As alterações dimensionais que mais contribuíram para a mudança no GTd foram o aumento de área da sala de jantar e do setor social e a diminuição do setor íntimo. Esses setores e ambiente passam a ficar fora do IM, além de mudar a inequação com valor decrescente de área.

Uma característica comum proporcionada pelas reformas nesses PRs é a maior acessibilidade dada à sala de estar. Isso mostra que organização desses espaços domésticos favorece o encontro nos ambientes tradicionalmente destinados à interação entre habitantes e visitantes (setor social) em detrimento do ambiente de interação em habitantes e empregados (cozinha). Em relação às características amplamente destacadas e associadas à maneira contemporânea de morar bem, tem-se, mais uma vez, a valorização da suíte dos membros de maior status da habitação no V02D (apesar de diminuir a privacidade oferecida no PO, já que aumenta sua visibilidade) e da área social, no V02F. Esse dado, somado a um aumento de integração da estrutura espacial total, confere a esse conjunto de PRs características que os aproximam mais da estética *clean* (ARAÚJO, 2006).

5.2.5. Projeto Original Villa 03 e seus PRs

O Villa 03 é, juntamente com os Villas 04 e 07, um dos POs mais típicos (Tabela 5.9), principalmente por causa das suas características dimensionais e configuracionais. Assim como o Villa 01, seu valor de GTP também é muito próximo ao de transição para a categoria CP3, o que, em certa medida, pode ter influenciado o PR V03E a se tornar mais atípico.

Esse PO, apesar de ser o segundo com menor área total, é um dos nove que apresenta muitos rótulos de luxo: suíte secundária e closet em todos os dormitórios (Tabela 5.2). Esse é um dado que influencia na sua atipicidade funcional (categoria Cf2). Ao contrário dos P1 e P2, que também são da categoria de tipicidade Cf2, metade dos PRs do Villa 03 são do tipo *similar 2ª* (tornam-se mais típicos). Seu GAf médio está uma posição acima do Villa 02 (Figura 5.33), indicando um número relativamente pequeno de alterações. No entanto, já foi visto que um valor baixo de GAf não impede que os PRs mudem seus graus de tipicidade.

Tabela 5.9. Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 03 e seus PRs.

Projetos	GTf	GAf	GTd	GAd	GTc	GAc	GTP	GAP
Villa 03	2		4		3		4	
V03A	2	4	1	4	4	1	2	4
V03B	2	4	3	3	2	3	2	3
V03C	1	1	3	1	1	2	1	1
V03D	4	1	4	4	2	1	4	3
V03E	3	2	4	4	2	1	3	2
V03F	3	3	4	3	2	2	4	2

Em relação à dimensão, apenas a suíte secundária do Villa 03 tem área superior ao IM – característica que não o torna atípico nesta variável. Mesmo sendo o conjunto com a terceira maior média de GAd (Figura 5.35), três dos PRs são *genéricos*, enquanto os outros três tornam-se mais atípicos.

Já as características configuracionais, a maioria delas, fazem parte do padrão de referência, como a inequação de acessibilidade e visibilidade setorial ($soc < int < serv$) e o grafo setorial tipo 'c', todos genotípicos. As alterações nessa variável não são muitas – é o grupo com segunda menor média de GAc (Figura 5.37). Contudo, seu valor de GTc fica muito próximo para o da categoria Cc2, o que, em certa medida, pode ter influenciado os quatro PRs que se tornaram similar 1ª.

Um dos PRs genéricos é o V03D (Figura 5.44), sendo mais um caso onde as alterações em uma variável se equivalem a de outra, justificando a permanência na mesma categoria de GTP - enquanto o GTf torna-se mais típico, o GTc, mais atípico. As características

dimensionais, como indica seu GTd, de fato, praticamente não são alteradas (apenas a sala de jantar amplia timidamente a sua dimensão).

O aumento do GTf desse PR é devido à supressão de dois rótulos de luxo: suíte secundária e o closet no quarto. Esse último item é um dos que conferem menor pontuação para o GTf, uma vez que ele só é verificado em três projetos da amostra. Assim, só o fato de dele ter sido suprimido já é suficiente para tornar esse PR típico do ponto de vista funcional. Essa reforma também ilustra uma situação contrária a verificada na maioria dos projetos: a diminuição do número de suítes e aumento do número de quartos.

Em relação à configuração, poucas alterações são verificadas. No entanto, como o valor do GTc do PO que lhe deu origem já é o menor da categoria Cc3, essas alterações já foram suficientes para torna-lo mais atípico nessa variável. Principalmente a verificada na inequação de visibilidade, onde a suíte torna-se mais visível que a cozinha. Essa característica por um lado diminui a privacidade do dormitório dos membros de maior status e, por outro, aumenta a cociência (a vigilância) destes sobre os demais espaços do apartamento.

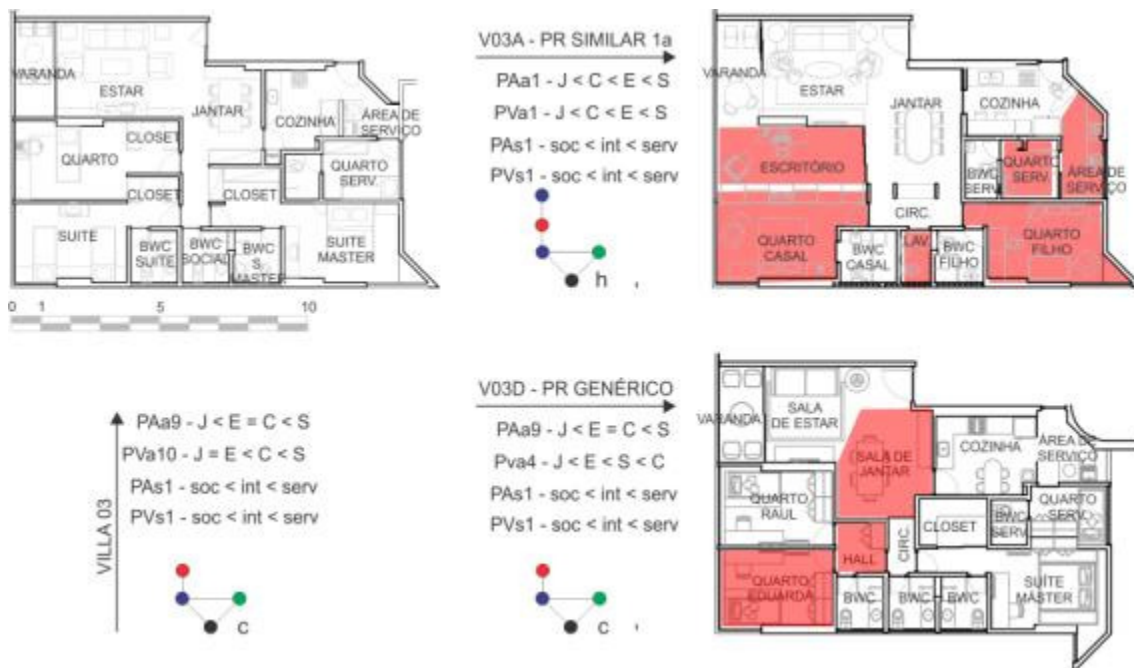


Figura 5.44. Exemplos de um PR similar 1ª e um genérico do grupo do Villa 03.

O V03A é um exemplo de PR do tipo *similar 1ª* (Figura 5.44). Neste caso, as alterações que influenciam são as da variável dimensional, uma vez que o GTf não muda e o GTc torna-se mais típico. No entanto, a introdução do lavabo e do *home office* social, bem como a

supressão do closet do quarto faz com que o valor de tipicidade, ainda que não mude de categoria, aumente, ficando bem próximo da transição para a categoria Cf3.

Em relação à configuração, algumas características que fazem parte do padrão de referência se mantêm, como a inequação de acessibilidade (PAa1 - J < C < E < S) e as inequações setoriais, e outras tornam-se mais atípicas, como a posição do *home office* social, que, juntamente com a varanda e a sala de estar, forma um anel pouco comum dentre os projetos analisados. Outras características aumentam a tipicidade, como a inequação de visibilidade que também passa a ser a genotípica.

Como mencionado, as características dimensionais desse PR são as decisivas para torná-lo mais atípico. A área do setor social ultrapassa a do íntimo, fazendo alterar a ordem da inequação com valor decrescente de área. Além disso, a área da sala de jantar, do lavabo e do *home office* social ficam acima do IM. A suíte principal é ampliada, apesar da dimensão ainda pertencer ao IM, mostrando, mesmo que de maneira sutil, a valorização e o destaque tipicamente atribuído a esse ambiente.

Apesar de ainda apresentar quatro projetos que se tornaram mais atípicos, o conjunto de PRs do Villa 03 são os que mais apresentam atributos que os aproximam das características da estética tradicional: menos alterações que proporcionam as características mais destacadas pela mídia e uma organização espacial mais compartimentada e que proporciona valores segregados de acessibilidade e visibilidade da estrutura espacial total.

A suíte máster, em todos os PRs, é ampliada timidamente e suas características configuracionais (como grau de privacidade, por exemplo), com exceção do V03F, se mantêm, não se configurando, portanto, nas super suítes verificadas em outros projetos. Além disso, o aumento da dimensão do setor social verificado em três PRs (V03A, V03B E V03E) não é resultado da ampliação dos ambientes destinados a receber visita (como as salas de jantar, estar e *home theater*) e sim, da introdução do *home office* numa posição semelhante a verificada por Amorim (1999) – a que caracteriza um espaço de trabalho que nem é tanto profissional (o que tem acesso diretamente do exterior), nem tanto pessoal (o mais profundo). Soma-se a isso o fato do aumento de segregação da estrutura espacial total, o que confere a esse conjunto de PRs características que os aproximam mais à estética tradicional, descrita por Araujo (2006).

5.2.6. Projeto Original Villa 04 e seus PRs

Como mencionado, o Villa 04 é um dos POs muito típicos, cujo valor de GTP está muito próximo ao da transição para a categoria CP3. Ou seja, por causa dessa característica, a menor alteração já pode ser suficiente para diminuir o valor do GTP, fazendo o PR mudar para a categoria CP3 – mudança que acontece no V04E. No entanto, esse aumento de atipicidade também ocorre nos outros cinco PRs desse conjunto.

O Villa 04 também é outro PO que, apesar da sua dimensão, oferece apenas dois rótulos de luxo: a segunda sala de estar e a suíte secundária (Tabela 5.2). Sua categoria de tipicidade é Cf3 (Tabela 5.10). Em relação a essa variável, apenas um dos PRs é *genérico*, mesmo apresentado GAf3. Todos os demais são *similar 1ª*.

Tabela 5.10. Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 04 e seus PRs.

Projetos	GTf	GAf	GTd	GAd	GTc	GAc	GTP	GAP
Villa 04	3		3		4		4	
V04A	1	4	2	4	1	4	1	4
V04B	1	4	3	3	3	3	2	3
V04C	3	3	2	4	1	4	1	4
V04D	2	3	2	1	3	1	2	1
V04E	2	1	2	3	4	2	3	2
V04F	1	2	3	3	1	4	2	3

Do ponto de vista dimensional, a tipicidade média do Villa 04 é definida basicamente por quatro itens: (a) baixos valores de área do setor serviço e do quarto; (b) altos valores de área da sala de estar. Dos seis PRs, apenas dois permanecem com a mesma categoria de GTd, enquanto quatro deles a alteram, tornando-se mais atípicos.

Já a tipicidade configuracional desse PO é devida a maioria dos itens, que fazem parte do padrão de referência, como a inequação de acessibilidade ($PAa1 - J < C < E < S$) e o grafo setorial tipo 'c', ambos genotípicos.

Um exemplo de PR que se torna mais atípico, e por influencia de mudança nos três GTs, é o V04D (Figura 5.45). Em relação à função, as alterações que proporcionam a diminuição do GTf são a supressão do quarto de serviço, a introdução dos rótulos de luxo *home theater* e closet na suíte principal. Essas introduções são possíveis pela mudança de rótulo e supressão dos dois quartos, que, por sua vez, faz aumentar consideravelmente a área da suíte principal. Além dessa alteração dimensional, o V04D torna-se mais atípico, pois a área do setor social e da sala de estar também ultrapassam o IM. Esse aumento do setor social,

decorrente diretamente da diminuição do íntimo, altera a inequação com valor decrescente de área setorial.



Figura 5.45. Exemplos de um PR similar 1ª do grupo do Villa 04.

Já as alterações configuracionais foram poucas, como mostra seu valor de GAc. No entanto, mesmo permanecendo com a inequação de acessibilidade e o grafo genotípico e tendo passado a apresentar também o genótipo de visibilidade, algumas alterações, como o padrão de visibilidade setorial (passa a ser mais atípica) e a acessibilidade do espaço da suíte principal (que se torna mais segregada) fizeram diminuir o GTc para o maior valor da categoria Cc3, ou seja, está bem perto da transição.

Neste PR, mais uma vez duas das principais características destacadas pelas diversas mídias estão presentes: a valorização da suíte principal e da área social. Esta última já apresenta uma dimensão acima do IM no PO. Ao contrário do que ocorre em muitos dos PRs do Villa 04, que mudam o rótulo de uma das duas salas de estar para introduzir o *home theater* (como o P2F – Figura 5.41), esse ambiente é inserido no espaço de um dos quartos, aumentando mais ainda a área destinada a receber visitas. A “super suíte máster”, como boa representante do modo de habitar da elite recifense, oferece espaços para várias atividades: se vestir, descansar na cama ou na rede, trabalhar ou fazer refeições numa pequena mesa. Esse destaque é reforçado ainda por sua característica configuracional, uma vez que o espaço a ela destinado deixou de ficar posicionado no quadrante Q3, e passou a ser no Q4. Ou seja, sua acessibilidade diminuiu, proporcionando, assim, um maior grau de privacidade a esse ambiente.

5.2.7. Projeto Original Villa 05 e seus PRs

O Villa 05 é um dos POs classificados como medianamente típicos e também apresenta valor de GTP próximo a transição para a categoria CP4. Contudo, nenhum PR se torna mais típico - três são *genéricos* e três, *similar 1ª*.

Em relação às características funcionais, os Villas 04 e 05 são semelhantes. A diferença entre eles - a presença do lavabo e do closet na suíte principal no Villa 05 (Tabela 5.2), – não influencia nos seus GTf: ambos na categoria Cf3 (Tabela 5.11). Dentre os PRs, verifica-se um caso onde o GTf aumenta o valor, enquanto os demais se tornam mais atípicos. Em relação ao GAf, esse conjunto de PRs é o segundo com maior valor médio, indicando a existência de um grande percentual de alterações.

Tabela 5.11. Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 05 e seus PRs.

Projetos	GTf	GAf	GTd	GAd	GTc	GAc	GTP	GAP
Villa 05	3		3		4		3	
V05A	1	1	2	1	3	2	2	1
V05B	2	2	3	1	1	1	1	1
V05C	2	4	1	2	1	4	1	4
C05D	4	4	2	4	3	1	3	4
V05E	2	4	3	4	4	2	3	4
V05F	2	1	3	2	3	3	3	2

O GTd também é medianamente típico, mesmo apresentando alguns ambientes e setores com dimensões superiores ao IM, como a sala de estar, a área de serviço e os setores social e íntimo. Três PRs permanecem nessa mesma categoria de GTd, enquanto os outros três tornam-se mais atípicos.

Já em relação à configuração a grande maioria dos itens faz parte do padrão de referência, mesmo que a inequação de acessibilidade não seja a genotípica (PAa2 - J < E < C < S). Contudo, cinco dos PRs apresentam alterações que fazem diminuir o valor do GTc, enquanto apenas um permanece na mesma categoria do PO que lhe deu origem.

Um PR desse grupo que se torna atípico, e em todas as variáveis, é o V05C (Figura 5.46). As alterações funcionais são muitas. Mas aquelas que mais influenciam na mudança do GTf são a introdução de uma terceira suíte secundária (resultado da supressão do closet da suíte principal), do *home office* íntimo e da despensa.

Já em relação à dimensão, as alterações nos ambientes existentes no PO não são muitas, apenas o aumento da dimensão da cozinha. No entanto, o que faz com que esse PR diminua

o valor do GTd é o baixo valor de área da despensa e o alto valor de área do *home office* íntimo, onde nenhum dos dois fazem parte do IM.



Figura 5.46. Exemplos de um PR similar 1ª e um genérico do grupo do Villa 05.

As alterações configuracionais também fazem com que seu GAc seja muito alto. Dentre elas estão as mudanças nas inequações de acessibilidade e de visibilidade, bem como no grafo setorial – todos com grande influência do baixo valor de GTc. Além disso, apesar de aparentemente as alterações não proporcionarem uma maior fluidez dos espaços, os valores de acessibilidade e visibilidade da estrutura espacial total se tornaram integrados.

O PR V05E ilustra as alterações que fizeram mudar apenas o GTf, mas que mesmo assim, não foram suficientes para mudar o GTP (Figura 5.46). O GAf desse PR indica a existência de muitas alterações. Muitas delas são decisivas para a maior atipicidade funcional, como a supressão de uma sala de estar e do closet da suíte principal, e a introdução do *home theater*, do *home office* social, do estar íntimo e da copa.

As alterações dimensionais também fazem com que o GAd seja da categoria mais alta. Contudo, essas alterações não mudam a categoria do GTd, pois o número de ambientes e setores que não faziam parte do IM no PO é praticamente o mesmo. No V05E, o setor íntimo

diminui sua dimensão e passar a fazer parte do IM, enquanto a área sala de estar também diminui, mas deixa de fazer parte do IM. O GTc desse PR também permanece na mesma categoria, mesmo tendo alterado a inequação de visibilidade, onde a cozinha passa a ser mais visível que o estar.

Apesar desses dois exemplos não apresentarem o destaque dimensional da suíte principal e dos ambientes para receber visitas, ele é verificado em outros PRs do Villa 05, como o V05B (Figura 5.9) e o V05D (Figura 4.39), por exemplo. Por outro lado, os PRs ilustrados na Figura 5.46 se tornam mais acessíveis e visíveis em relação a sua estrutura espacial total. Ou seja, por um lado, apresentam atributos dimensionais e, em certa medida funcionais, que o aproximam da estética tradicional (pouco destaque a suíte principal e a área social, pouca introdução dos rótulos de luxo mais destacados pela mídia), e, por outro lado, apresentam características configuracionais mais atribuídas a estética *clean*: maior acessibilidade e visibilidade entre os espaços.

5.2.8. Projeto Original Villa 06 e seus PRs

Assim como os Villas 02 e 05, o Villa 06 é medianamente típico. A média do GAP desse grupo é a terceira menor, mas, ainda sim, quatro de seus PRs mudaram a categoria de GTP: um ficou mais típico, outros três, mais atípicos.

O Villa 06 também é outro exemplo dos nove POs que oferece mais dois rótulos de luxo, além daqueles presentes no núcleo funcional base: a copa e a suíte secundária (Tabela 5.12). Seu valor de GTf, apesar de classificá-lo na categoria Cf4, está bem próximo do valor de transição para a Cf3 – categoria a que pertence apenas um dos seus PRs.

Tabela 5.12. Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 06 e seus PRs.

Projetos	GTf	GAf	GTd	GAd	GTc	GAc	GTP	GAP
Villa 06	4		2		3		3	
V06A	4	3	4	2	4	2	4	2
V06B	2	3	4	4	3	3	3	3
V06C	1	4	2	4	3	1	1	3
V06D	1	2	4	3	3	1	3	2
V06E	2	4	1	1	3	2	2	2
V06F	3	1	2	4	3	3	2	3

A categoria do GTd do Villa 06 é medianamente atípica e o que define esse resultado são as dimensões do setor íntimo, da suíte secundária e da copa, que superam o IM, bem como as do bwc social e da cozinha, que ficam aquém do IM. O GAd médio do grupo não é muito

alto, mas as alterações são suficientes para mudar o GTd de quatro PRs: três ficam mais atípicos e um mais típico.

Em relação à configuração, com exceção de alguns itens, como a inequação de visibilidade, a maioria faz parte do padrão de referência, o que justifica a categoria de tipicidade a que pertence o Villa 06 – a Cc3. Dentre os PRs, apenas um é *similar 2ª*, enquanto todos os outros são *genéricos*.

O V06A é o único PR desse grupo que se torna mais típico (Figura 5.47). As variáveis dimensional e configuracional são as que únicas que definem esse resultado, já que não há nenhuma alteração funcional do tipo que muda o GTf. O GTd aumenta o valor, pois dois dos cinco ambientes e setores do PO passam a fazer parte do IM, seja pelo aumento (suíte secundária) ou diminuição (setor íntimo) da dimensão. Alterações semelhantes também são verificadas na variável configuracional: alguns itens do Villa 06 passam a fazer parte do padrão de referência, como a inequação de visibilidade, que passa a ser a genotípica.



Figura 5.47. Exemplos de um PR similar 1ª, um similar 2ª e um genérico do grupo do Villa 06.

Dos três PRs que se tornam mais atípicos, o V06C (Figura 5.47) é o único a alcançar a categoria máxima de atipicidade: a CP1. Essa classificação se deve, principalmente, às alterações na variável funcional. Mais uma vez, as introduções de rótulos de luxo, como uma nova suíte secundária, o closet na suíte principal e o *home office* social são as alterações que determinam a diminuição do GTf.

Em relação à dimensão e à configuração, mesmo não mudando as categorias de tipicidade, as alterações nessas variáveis fazem diminuir os valores absolutos de GTd e GTc. Nesse PR, a área do setor social e da sala de estar aumentam, enquanto a da sala de jantar diminui, fazendo com que esses ambientes deixem de pertencer ao IM. De maneira análoga, o setor íntimo e a suíte secundária reduzem sua dimensão, e passam a fazer parte do IM, o que justifica a estabilidade do valor do GTd. Por fim, as modificações configuracionais são poucas, como indica o GAc, fazendo com que o GTc permaneça igual, mesmo que a inequação de visibilidade tenha se tornado mais atípica.

Um exemplo de um PR *genérico* desse grupo é o V06B (Figura 5.47), mesmo tendo ficado mais atípico do ponto de vista funcional. Essa maior atipicidade funcional é devido, principalmente, à introdução de uma terceira suíte secundária, do lavabo, do *home office* social e do closet na suíte principal. Contudo, essa diminuição do valor do GTf não muda o GTP uma vez que os GTd e GTc, mesmo permanecendo na mesma categoria, aumentaram seus valores absolutos. Em relação à dimensão isso é definido pela diminuição do setor íntimo e tímido aumento da cozinha, que passam a fazer parte do IM. O mesmo acontece com as características configuracionais: alguns itens passam a fazer parte do padrão de referência, como a inequação de visibilidade, por exemplo, o que faz aumentar o valor do GTc. Neste PR vale destacar a retirada da parede entre a sala de jantar e a cozinha – alteração típica (mas não única) da cozinha *gourmet*. Essa alteração, em certa medida, faz diminuir seu valor absoluto de visibilidade da estrutura espacial total (mesmo que este tenha permanecido na mesma categoria de integração – a cat. 1).

No entanto, essa não é uma característica dos demais PRs do Villa 06, cuja acessibilidade da estrutura espacial total se torna mais segregada, aumentando, assim, o isolamento de um espaço em relação a todos os outros do apartamento. Esse dado, juntamente com a inexistência das super suítes (apenas os PRs V06B e V06C ampliam timidamente a suíte

principal), fazem com que esse conjunto seja genericamente caracterizado por apresentar PRs mais próximos a estética tradicional (ARAÚJO, 2006).

5.2.9. Projeto Original Villa 07 e seus PRs

O último grupo analisado também apresenta GTP na categoria mais típica: CP4. É também o grupo que apresenta menor média de GA em todas as variáveis – o que não impede que cinco de seus PRs tornem-se mais atípicos.

Assim como o Villa 01, esse PO só oferece uma suíte (Tabela 5.2). O único rótulo de luxo diferente dos presentes no núcleo funcional base é a copa, fator que influencia no valor do GTf: categoria Cf3 (Tabela 5.4). Mesmo sendo o grupo de PRs que também apresenta a menor média de GAf, quatro dos seus PRs tornam-se mais atípicos, enquanto os outros dois são *genéricos*. Essa situação é semelhante a verificada em outros grupos, onde as alterações, mesmo sendo poucas, são suficientes para mudar o GTf dos PRs.

Tabela 5.13. Graus de Tipicidade (GTs) e de Alteração (GAs) do Villa 07 e seus PRs.

Projetos	GTf	GAf	GTd	GAd	GTc	GAc	GTP	GAP
Villa 07	3		4		4		4	
V07A	3	2	2	1	2	2	2	1
V07B	3	1	4	1	3	1	4	1
V07C	2	1	3	1	2	1	2	1
V07D	2	2	2	1	2	2	2	1
V07E	2	2	1	2	3	2	1	2
V07F	2	2	3	1	2	1	2	1

Nesse PO, tanto o GTd como o GTc são da categoria mais típica. Em relação á dimensão, apenas a área da cozinha é menor do que a descrita no IM. No entanto, as poucas alterações nessa variável fazem com que cinco PRs tornem-se mais atípicos. Do ponto de vista configuracional o Villa 07 assemelha-se ao Villa 05, onde mesmo que uma das inequações não seja típica da amostra (neste caso, a de visibilidade), a grande maioria dos itens faz parte do padrão de referência.

O único PR *genérico* desse grupo é o V07B (Figura 5.48). Dos três GTs, é alterado apenas o da variável configuracional, que, mesmo permanecendo com as mesmas inequações de acessibilidade e visibilidade das atividades domésticas nucleares e o mesmo grafo setorial, alguns itens passam a ser opostos ao padrão de referência, como a inequação de acessibilidade setorial, o quadrante do setor íntimo (Q1) e os valores de visibilidade da cozinha e da área de serviço (cat. 2 e 1, respectivamente). Algumas alterações também

diminuem o valor do GTf, como a diminuição do número de quartos para a introdução do *home office* íntimo. O que não acontece com a variável dimensional, cujas características permanecem praticamente as mesmas.

O V07E (Figura 5.48) é um exemplo de PR que se torna mais atípico e por influência das três variáveis. A maior atipicidade funcional é devido, principalmente, à introdução do *home theater* e do *home office* íntimo. A variável dimensional contribui com a atipicidade devido ao aumento de área do setor social, da sala de jantar e da sala de estar, bem como a diminuição do setor íntimo. Esses setores e ambientes, juntamente com o *home office* íntimo, apresentam valores de área que não estão incluídas no IM. Já em relação à configuração as alterações que mais influenciaram na mudança do GTc são o grafo setorial, a categoria de visibilidade da cozinha e de acessibilidade da suíte principal, onde ambas passam a ser mais segregadas.



Figura 5.48. Exemplos de um PR similar 1^a e um genérico do grupo do Villa 07.

Como comentado, esse grupo de PRs é o que apresenta a menor média de GA em todas as variáveis, bem como aquele que são verificadas em menor quantidade os atributos mais divulgados pela mídia¹⁹⁹. No entanto, suas categorias de integração, tanto de acessibilidade, quanto de visibilidade, diminuem, tornando os PRs, de uma maneira geral, mais acessíveis e

¹⁹⁹ Com exceção do aumento da dimensão do setor social.

mais visíveis – um dos atributos que poderia aproxima-los da estética *clean* (ARAÚJO, 2006) -, principalmente nos exemplos onde são inseridos mais rótulos de luxo, como o *home office* e *home theater*, por exemplo (PRs V07A E V07E).

* * *

Já foi comentado que mudanças significativas nas três variáveis podem indicar certa incompatibilidade do PO com o modo de habitar específico de uma família. Essa incompatibilidade foi verificada no alto número de PRs do tipo *similar*, ou, em outras palavras, que alteram o grau de tipicidade do projeto (GTP). No entanto, a análise mostra que os fatores que influenciam na mudança dos GTs das três variáveis variam de um conjunto de PRs para outro, pois o padrão de mudança depende, em grande medida, do GT do PO de origem.

Sejam quais forem os atributos do PO, as ideias que estão na base das alterações, fruto de determinados modos de habitar, direcionam-se predominantemente para três características marcantes dos PRs em relação ao status (expresso nos atributos funcionais e dimensionais) e à privacidade (expresso nos atributos configuracionais) de determinados espaços e atividades. Dois desses espaços estão incluídos dentre os mais divulgados pelas mídias especializadas: o destaque dado às atividades de convívio social (ambientes do setor social, neste caso, sem incluir a cozinha) e ao ambiente reservado ao membro (ou aos membros) da família de maior status (a suíte principal). A outra diz respeito à baixa importância do ambiente de uso prioritário do empregado doméstico (o quarto de serviço), característica que não costuma ser mencionada na mídia, ou porque teria uma conotação um tanto preconceituosa, ou por ser uma característica típica da habitação brasileira, já que é verificada não somente na maioria dos POs e PRs, mas também em investigações de outras regiões do país (CAVALCANTI, 1984; PAULA, 2007).

Essa maior hierarquia conferida às atividades de convívio social é percebida através de certas características das três variáveis: na funcional, a introdução de rótulos de luxo no setor social, principalmente o *home theater* (ambiente da moda que, com a força do marketing, tornou-se um símbolo do receber bem); na dimensional, a ampliação do setor

social, da sala de jantar e da sala de estar; na configuracional, uma maior integração para o setor social e para os espaços da sala de jantar e estar. Já o alto status atribuído à suíte principal, como visto, é expresso nos PRs pela maneira de rotulá-la - principalmente quando se acrescenta o adjetivo máster - e pela introdução de atividades diferentes das prescritas²⁰⁰ (variável funcional), pela sua grande dimensão (que, em muitos casos, chega a ter metade da área do setor íntimo), pelo seu maior grau de privacidade (variável configuracional).

Em relação ao quarto de serviço, percebe-se uma relativa negação desse ambiente por parte dos compradores. Distintamente de outras regiões do país (BRANDÃO, 2002; FRANÇA, 2008; TRAMONTANO, 2004), a maioria dos PRs analisados nesta investigação ainda permanece com esse ambiente no rol de atividades do apartamento. No entanto, ele continua marcado por um profundo isolamento dos demais ambientes domésticos. Essa negação também se expressa nas três variáveis: na funcional, pelo rótulo a ele atribuído em alguns casos - depósito; na dimensional, pela redução da sua dimensão; na configuração, pelo maior grau de privacidade e pela posição mais profunda do grafo de permeabilidade em sequência (o que proporciona a esse ambiente um maior isolamento por exclusão).

Foi visto, também, que algumas dessas características podem ser associadas às estéticas tradicional e *clean*, descritas por Araujo (2006). Entretanto, os resultados mostram que nem sempre todas são verificadas em um mesmo projeto, comprovando que, em certa medida, não é viável utilizar esses critérios para a classificação dos PRs, e consequentemente, dos modos de habitar. Por essa razão, mais uma vez, a classificação de acordo com o grau de tipicidade do projeto (GTP) e sua associação ao modelo proposto pela teoria cultural (DOUGLAS, 1998) se mostra mais pertinente, já que para a classificação não é necessário que um projeto apresente todos os padrões de referência que caracterizam os projetos típicos e atípicos. .

Assim, o método de medição é feito separadamente para os PRs típicos e atípicos, com o intuito de identificar os padrões de referência que os diferenciam e, consequentemente, caracterizam os modos de habitar típicos e atípicos da elite recifense, independente da estética utilizada e da classificação familiar (se tradicional ou nova elite), como é visto na seção a seguir.

²⁰⁰ Ver Quadro 3.2.

5.3. A caracterização dos PRs - os dois extremos

Antes de descrever as semelhanças e diferenças entre os 18 PRs típicos e os 11 PRs atípicos (Quadro 5.2) é destacada a frequência de cada tipo de PR por grupos de PO (Figura 5.49). Percebe-se que os PRs do P1 e do Villa 01 definem 90% dos projetos reformados atípicos. Como visto (Tabela 5.1), esses dois POs estão dentre os mais atípicos (GTP nas categorias CP1 e CP2, respectivamente). Isso significa que o grau de tipicidade desses PRs atípicos, em certa medida, é decorrente do baixo valor de GTP do PO que lhes deu origem.

	P1	P2	Villa 01	Villa 02	Villa 03	Villa 04	Villa 05	Villa 06	Villa 07
PRs típicos		P2B		V02D	V03A		V05D	V06A	V07A
					V03B		V05E	V06B	V07B
					V03D		V05F	V06C	V07C
					V03E				V07D
					V03F				V07F
PRs atípicos	P1D		V01A				V05C		
	P1E		V01B						
	P1F		V01C						
	P1G		V01D						
	P1H		V01E						

Quadro 5.2. PRs típicos e atípicos

O mesmo ocorre com os PRs típicos, onde maioria tem origem nos POs cujo GTP pertence à categoria mais típica (CP4): o Villa 03 (27,78%) e o Villa 07 (27,78%). Percebe-se ainda que, alguns deles, como o V06C²⁰¹, por exemplo, é típico somente entre os PRs, uma vez que seu GTP, quando calculado em conjunto com todos os projetos (POs e PRs), pertence à categoria CP1. Ou seja, o V06C é atípico em relação, principalmente, aos POs analisados. No entanto, quando suas características são comparadas dentro o universo formado apenas pelos PRs, a maioria delas passa a fazer parte do padrão de referência, o que o torna típico, dentre os PRs.

Para a análise dos padrões de referência que marcam as diferenças entre os 18 PRs típicos e nos 11 PRs atípicos, o método de medição dos graus de tipicidade é feito, separadamente, entre esses dois tipos de projetos. Como comentado, ambos caracterizam o modo de habitar da elite recifense. No entanto, o primeiro grupo de PRs representa o **modo de habitar típico** dessa classe de consumidores, ou, nas palavras de Douglas (1998), representam as **tendências de afirmação do status quo** (ou do padrão de referência). Já o segundo grupo de

²⁰¹ Ver Figura 5.46.

PRs representa **o modo de habitar atípico, ou as tendências de negação do status quo** (DOUGLAS, 1998), mas nem por isso deixa de ser representativo dessa classe de consumidores.

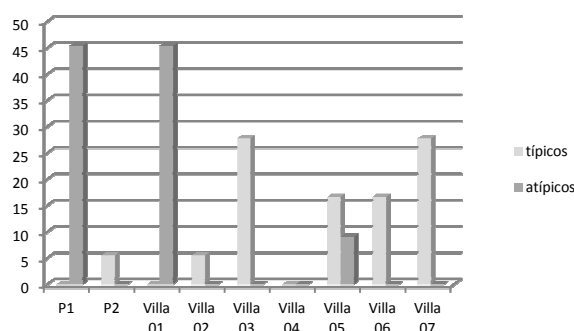


Figura 4.49. Frequência de PRs típicos e atípicos por grupos de PO.

As subseções a seguir mostram os padrões de referência dos PRs típicos e atípicos verificados para as três variáveis de análise: a funcional, a dimensional e a configuracional. No entanto, com o intuito de objetivar a discussão, são descritas mais detalhadamente as principais distinções expressas nas características dos três espaços mais destacados nos PRs²⁰², em relação ao seu status e grau de privacidade: os destinados às atividades de convívio social (salas de jantar e estar, home theater e cozinha²⁰³); o reservado ao membro (ou aos membros) da família de maior status (suíte principal); e o de uso prioritário do empregado doméstico (quarto de serviço).

5.3.1. Padrão de referência funcional

Esses dois grupos de PRs apresentam algumas características em comum entre eles, como mostram as Tabelas 5.14, 5.15 e 5.16. Em relação à função (Tabela 5.14), alguns padrões de referência se mantêm exatamente com a mesma frequência, outros, com frequências distintas. Os primeiros são caracterizados, por um lado, por oferecer uma sala de jantar, a cozinha e a área de serviço e, por outro, não oferecer closet no quarto e depósito – padrões presentes em 100% dos PRs típicos e atípicos. Os padrões de referência que se mantêm, mas que apresentam frequências distintas são: oferecer banheiro e quarto de serviço e uma sala

²⁰² Comentados na seção 5.2.

²⁰³ Apesar de ter sido verificado que, nos PRs, a cozinha não se configura como um espaço propício para o convívio social, sua análise mais detalhada nesta etapa da investigação se justifica para reforçar os resultados verificados nas seções 5.1 e 5.2.

de estar; não oferecer roupeiro, despensa, closet na suíte secundária, estar íntimo e *home office*, tanto o íntimo, quanto o social.

Esses rótulos verificados na maioria desses dois tipos de PRs estão todos incluídos dentre aqueles que formam o núcleo funcional base (NFB), além de praticamente coincidirem com aqueles menos suprimidos do rol de ambientes domésticas (Figura 5.5). Assim, pode-se dizer que eles caracterizam os atributos funcionais típicos, centrais e permanentes referentes às atividades domésticas desenvolvidas nos apartamentos pela elite recifense - dado que justifica a relativa similaridade entre as características funcionais entre os PRs típicos e os POs (Tabela 4.3).

Tabela 5.14. Características que formam os padrões de referência funcional dos PRs típicos e atípicos

Variável funcional - PRs típicos				Variável funcional - PRs atípicos			
Oferecer:		Não oferecer		Oferecer:		Não oferecer	
01 sala de jantar	100%	depósito	100%	01 sala de jantar	100%	depósito	100%
01 sala de estar	100%	despensa	100%	cozinha	100%	closet no quarto	100%
varanda	100%	closet no quarto	100%	área de serviço	100%	estar íntimo	100%
cozinha	100%	roupeiro	100%	closet na suíte principal	100%	roupeiro	91%
área de serviço	100%	closet na suíte secundária	94%	quarto de serviço	91%	varanda	84%
quarto de serviço	100%	estar íntimo	89%	banheiro de serviço	91%	quarto	82%
banheiro de serviço	100%	home office social	83%	02 suítes (min)	82%	home office social	82%
01 suíte (min)	100%	home office íntimo	67%	01 sala de estar	73%	home office íntimo	73%
banheiro social	78%	lavabo	61%	lavabo	73%	despensa	73%
01 quarto (max)	71%					closet na suíte secundária	73%
						banheiro social	73%
						copa	64%

*Não formam padrão de referência funcional dentre os PRs típicos o *home theater*, a copa e o closet na suíte principal.

*Não formam padrão de referência funcional dentre os PRs atípicos o *home theater*.

No entanto, o número e tipo de dormitórios, a existência da varanda – ambientes que também fazem parte do NFB –, bem como do lavabo, do banheiro social e do closet na suíte principal marcam as diferenças mais evidentes entre aquilo que é oferecido nos PRs típicos e atípicos. Nos primeiros, o padrão de referência é oferecer uma varanda, um banheiro social, no mínimo uma suíte (em 100% dos casos)²⁰⁴, no máximo um quarto (em 71%), mas não oferece nem lavabo, nem closet na suíte principal (em 56% dos projetos). Já os PRs atípicos negam esses padrões, à medida que oferecem o closet na suíte principal (em todos os casos), no mínimo duas suítes (em 82%) e um lavabo (73%), mas não contam com o quarto, o banheiro social e a varanda (em 82%, 73% e 84% dos casos, respectivamente). Além disso,

²⁰⁴ Padrão verificado em 100% da amostra, seja PO ou PR.

os PRs atípicos também não costumam oferecer a copa – ambiente que não forma nenhum padrão de referencia dentre os PRs típicos²⁰⁵.

Já foi comentado que a alteração no número de quartos e suítes é a mudança funcional mais marcante²⁰⁶ - fato que também justifica o alto grau de alteração verificado no setor íntimo. De fato, oferecer no mínimo uma suíte e pelo menos um quarto é uma das características mais disseminadas dos projetos de apartamentos, por isso é padrão de referência não apenas dos PRs típicos (Figura 5.50), como dos POs. No entanto, para se obter distinção e certa individualidade, mesmo que seja a individualidade típica, os PRs atípicos passam incluir o closet na suíte principal (um dos atributos das 'super suítes'), bem como a oferecer pelo menos mais uma suíte através da incorporação do bwc social no quarto, o que, por sua vez, aumenta a necessidade da existência de lavabo – caso contrário o visitante precisaria ter acesso ao banheiro privativo das suítes (Figura 5.51).

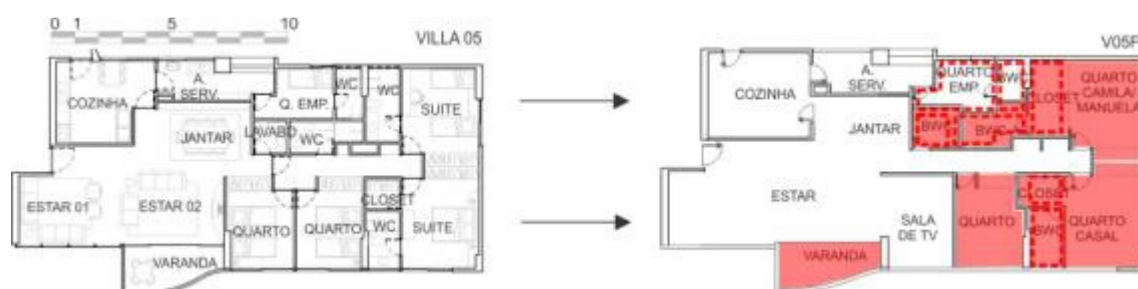


Figura 5.50. Exemplo de PR típico, com destaque para alguns padrões de referência funcional, como a presença do banheiro social, de duas suítes, de um quarto e da varanda.

Ainda em relação às suítes, o destaque conferido àquela reservada aos membros da família de maior status se expressa principalmente através do rótulo a ela atribuída: suíte máster ou do casal em 77,78% dos PRs típicos e em 54,55% dos PRs atípicos²⁰⁷. No entanto, nesses últimos, o destaque é ainda maior devido à inclusão de do closet em todos os casos.

Nos PRs atípicos, é preciso destacar o padrão de referência para a varanda. Esse ambiente é um item programático presente em praticamente a totalidade dos projetos de apartamentos, sejam POs ou PRs. Sua ausência nos PRs é verificada apenas nos do P1 e do Villa 01 – em todos os casos, parecendo ser uma estratégia para ampliar a sala de estar.

²⁰⁵ Lembrando, mais uma vez, que nem todos os padrões de referência são verificados em um mesmo PR e que em um PR classificado como típico, por exemplo, podem ser verificados alguns padrões de referência dos PRs atípicos.

²⁰⁶ Nesses PRs muito típicos e muito atípicos o número originalmente oferecido diminui em 77,77% e em 100%, respectivamente.

²⁰⁷ Os demais PRs rotulam esse ambiente apenas de 'suite', sem acrescentar nenhum adjetivo qualitativo.

Como comentado, os PRs originados desses dois POs definem 90% dos PRs atípicos. Com esse resultado, pode-se dizer, então, que a supressão da varanda é uma das principais alterações que marcam uma maior atipicidade dentre os PRs (Figura 5.51).



Figura 5.51. Exemplo de PR atípico, com destaque para alguns padrões de referência funcional, como a presença do lavabo, de duas suítes, do closet na suíte principal e a ausência de quartos, da varanda e do banheiro social.

Outro resultado verificado na variável funcional que merece destaque é a presença dos ambientes muito equipados tecnologicamente, como o *home theater* e o *home office*. Enquanto o padrão de referência nos dois tipos de projetos é não oferecer *home office*, seja o social, seja o íntimo, o *home theater* não forma padrão de referência nem nos PRs típicos, nem nos atípicos. Isso significa que esses ambientes, amplamente associados ao ideal do morar bem, não são tão importantes para caracterizar o modo de habitar da elite recifense, já que, com exceção dos apartamentos onde todos os dormitórios são realmente destinados à função prescrita originalmente²⁰⁸, em todos esses PRs sua ausência não está relacionada indisponibilidade de área oferecida.

Por fim, em relação ao quarto de serviço, tantos os PRs típicos, quanto os atípicos continuam a oferecer o quarto de serviço na maioria dos casos. Para este ambiente, a pouca valorização a ele atribuída (comentado na seção anterior) não está refletido na maneira de denominá-lo, uma vez o rótulo 'quarto de serviço' (ou quarto de empregada) é verificado em 77,78% dos PRs típicos e em 100% dos PRs atípicos. O baixo status do quarto de serviço é expresso nos projetos principalmente através de suas características dimensionais e configuracionais, como é visto nas subseções a seguir.

²⁰⁸ Apartamentos de família cujo número de membros coincide com o número de dormitórios oferecidos.

5.3.2. Padrão de referencia dimensional

Assim como na variável funcional, alguns padrões de referência dimensional são comuns aos PRs típicos e atípicos. No entanto, nenhum deles se mantém com a mesma frequência, como mostra a Tabela 5.15. Aqueles se mantêm, mas alteram a frequência, referem-se ao setor serviço, ao banheiro social, ao *home theater*, à sala de estar – todos com dimensão pertencente ao IM –, à suíte secundária e a copa – que não pertencem ao IM na maioria dos casos, nos dois tipos de projetos.

Tabela 5.15. Características que formam os padrões de referência dimensional dos PRs típicos e atípicos

Variável dimensional - PRs típicos				Variável dimensional - PRs atípicos			
Pertence ao IM		Não pertence ao IM	menor maior	Pertence ao IM		Não pertence ao IM	menor maior
setor serviço	100%	suíte secundária	10% 80%	banheiro social	75%	quarto	100%
banheiro social	100%	copa	50% 20%	setor serviço	73%	lavabo	38% 38%
varanda	100%	setor social	61%	home theater	60%	varanda	75%
home office íntimo	100%			setor social	55%	setor íntimo	55% 18%
quarto	92%			sala de estar	55%	home office íntimo	67%
quarto de serviço	89%					suíte secundária	33% 33%
sala de jantar	89%					suíte principal	9% 55%
home theater	88%					área de serviço	45% 18%
suíte principal	83%					sala de jantar	27% 36%
cozinha	83%					cozinha	18% 36%
área de serviço	83%					copa	50%
sala de estar	72%					despensa	50%
home office social	67%					quarto de serviço	50%
lavabo	57%					home office social	50%
setor íntimo	50%						

Já os atributos dimensionais que diferenciam os padrões de referência entre os dois tipos de projetos são muitos. Nos PRs típicos, enquanto a dimensão do setor íntimo, da varanda, do *home office* social e íntimo, do quarto, da suíte principal, da sala de jantar, do lavabo, da cozinha, da área e do quarto de serviço pertence ao IM, a do setor social o supera em 61% dos casos. Nos PRs atípicos é verificado exatamente o contrário, indicando a importância da variação nas características dimensionais para proporcionar uma maior atipicidade a esses PRs.

As características dimensionais dos espaços que recebem maior atenção nas mídias especializadas – os ambientes do setor social, a cozinha (*gourmet*) e a suíte principal – também são distintas dentre os dois tipos de projetos. Nos PRs típicos, enquanto a área da cozinha e da suíte principal pertence ao IM, a do setor social o supera. Distintamente do que ocorre nesses PRs, a maior atipicidade dimensional é marcada, por um lado, pelas ‘super suítes’ e por cozinhas mais amplas e, por outro, por um setor social cuja dimensão não é tão destacada, mesmo que seja verificado um grande número de PRs onde a área da sala de

jantar supere o IM. Ou seja, do ponto de vista dimensional, enquanto os PRs típicos expressam um maior status para as atividades de convívio social, principalmente nos ambientes do setor social (Figura 5.50), nos atípicos é dada maior ênfase à suíte principal (Figura 5.52).



Figura 5.52. Exemplo de PR atípico, com destaque para alguns padrões de referência dimensional, como grande dimensão da suíte principal, da cozinha e da sala de jantar, todas superando o IM.

Em relação ao quarto de serviço, a dimensão é descrita em relação ao IM, onde nos PRs típicos sua área pertence esse intervalo, e nos atípicos, fica aquém em 50% dos projetos. No entanto, vale destacar numericamente a área do IM para esse ambiente: $4,01 \text{ m}^2$ a $5,64 \text{ m}^2$ (ver Tabela 4.11). Ou seja, além de incluir os valores relativos à dimensão de necessidade desse ambiente (até $5,25 \text{ m}^2$, referente ao valor mínimo exigido por Lei + 5%), também pertence ao IM os quartos de serviço com área inferior a permitida por Lei (nos PRs típicos em 44,44% dos casos e nos atípicos, em 54,55%). Esse resultado, mais uma vez comprova o baixo status do ambiente de uso prioritário do empregado doméstico, expresso, principalmente, nas características dimensionais dos PRs atípicos.

5.3.3. Padrão de referencia configuracional

Em relação à variável configuracional, a Tabela 5.16 mostra que nos PRs atípicos é verificado um menor número de padrões de referência. Esse resultado vai de acordo com a própria definição do termo atípico: objeto que é plural, individual e particular, não apresentando, portanto, muitas características em comum. Comparando esses padrões entre os PRs típicos

e atípicos, percebe-se que poucos são os que se mantêm. Os que apresentam a mesma frequência são: o quadrante do setor social e da copa, ambos no Q3, em 100% dos projetos. Já os que permanecem nos dois tipos de projetos, mas que mudam a frequência são: o quadrante da sala de jantar, da sala de estar, da cozinha (todos no Q3) e a categoria de acessibilidade da sala de jantar (cat. 1). Percebe-se que esses padrões se referem, basicamente, a uma maior integração dos setores e espaços destinados a interações, seja entre habitantes e entre estes e visitantes (ambientes do setor social), seja entre habitantes e entre estes e empregados (cozinha e copa).

Tabela 5.16. Características que formam os padrões de referência configuracional dos PRs típicos e atípicos

Variável configuracional - PRs típicos		Variável configuracional - PRs atípicos	
Padrões de referência		Padrões de referência	
setor social no Q3	100%	setor social no Q3	100%
jantar no Q3	100%	copa no Q3	100%
estar no Q3	100%	quarto no Q4	100%
cozinha no Q3	100%	vis. banheiro social cat. 03	100%
copa no Q3	100%	jantar no Q3	82%
quarto de serviço no Q1	100%	cozinha no Q3	82%
home office social no Q3	100%	vis. quarto cat. 04	80%
aces. jantar cat. 01	100%	aces. jantar cat 01	73%
vis. quarto de serviço cat. 04	100%	aces. cozinha cat. 01	73%
vis. jantar cat. 01	94%	padrao visibilidade setor PVs1	73%
aces. quarto de serviço cat. 04	94%	despensa no Q4	67%
vis. quarto cat. 03	92%	banheiro social no Q4	67%
padrao de acessibilidade setor	89%	home office intimo no Q3	67%
varanda no Q4	83%	aces. despensa cat. 03	67%
lavabo no Q3	83%	vis. despensa cat. 03	67%
vis. estar cat. 01	83%	aces. suite secundaria cat. 02	67%
vis. lavabo cat. 03	83%	aces. home office intimo cat. 02	67%
aces. copa cat. 01	80%	vis. home office intimo cat. 02	67%
vis. copa cat. 02	80%	estar no Q3	64%
aces. estar cat. 01	78%	aces. área de serviço cat. 02	64%
grafo setorial tipo 'c'	78%	home theater no Q4	60%
aces. banheiro social cat. 03	73%	aces. quarto cat. 04	60%
aces. varanda cat. 03	72%	aces. home theater cat. 03	60%
aces. lavabo cat. 02	67%	vis. home theater cat. 02	60%
aces. quarto cat. 03	67%		
aces. home office social cat. 02	67%		
vis. home office social cat. 03	67%		
vis. home office intimo cat. 03	67%		
vis. home theater cat. 03	63%		
vis. cozinha cat. 02	61%		
aces. área de serviço cat. 03	61%		
padrão de acessibilidade ADN	61%		

As características configuracionais que distinguem os PRs típicos dos atípicos são muitas. No entanto, a fim de objetivar a discussão, são descritas as principais distinções expressas nos ambientes destinados às atividades de convívio social, ao membro (ou aos membros) da família de maior status e ao de uso prioritário do empregado doméstico. Para isso, as Tabelas 5.17 e 5.18 mostram os tipos de inequações de acessibilidade e de visibilidade (tanto

das atividades domésticas nucleares, quanto dos setores) e de grafos setoriais, bem como a posição no quadrante das salas de jantar e estar, do *home theater*, da suíte principal e do quarto de serviço (expressos na posição do quadrante no modelo de quatro regiões).

Os padrões configuracionais expressos nas inequações formadas com os espaços das atividades domésticas nucleares dos PRs típicos (Tabela 5.17) seguem o resultado mostrado na Tabela 4.5, onde a maioria dos casos são verificados no PAa2 - J < E < C < S (61%) e no PVa2 - J < E < C < S (44%). Com isso, o espaço da sala de jantar e da suíte principal também são os mais e menos acessíveis e visíveis, respectivamente. Além desses, o espaço da sala de estar é o que mais favorece a interação dos usuários, em se comparando com a cozinha.

Tabela 5.17. Dados configuracionais dos PRs típicos.²⁰⁹

PRs típicos														
PRs	inequações aces. ADN	inequações ace SETOR	inequações vis. ADN	inequações vis. SETOR	grafo	Quadrantes								
						soc	int	serv	J	E	HT	C	S	QS
P 2B	J < C < E < S	soc < int < serv	J = C < E < S	soc < int < serv	e	3	3	3	3	3		3	3	
V02D	J < E < C < S	soc < int < serv	J < C < E < S	soc < int < serv	c	3	4	1	3	3		3	4	1
V03A	J < C < E < S	soc < int < serv	J < E < C < S	soc < int < serv	c	3	4	4	3	3		3	4	1
V03B	J < E < C < S	soc < int < serv	J < E < C < S	soc < int < serv	c	3	4	4	3	3	3	3	4	4
V03D	J < E = C < S	soc < int < serv	J < E < S < C	soc < int < serv	h	3	3	1	3	3		3	4	1
V03E	J < E = C < S	soc < int < serv	E < J < S < C	soc < int < serv	c	3	3	1	3	3	4	3	4	1
V03F	J < E = C < S	soc < int < serv	J < C < E < S	soc < int < serv	c	3	2	1	3	3		3	1	1
V05D	J < E < C < S	soc < int < serv	E < J < C < S	soc < int < serv	c	3	4	1	3	3		3	3	1
V05E	J < E < C < S	soc < int < serv	J < E < C < S	soc < serv < int	c	3	3	4	3	3	4	3	2	4
V05F	J < C < E < S	soc < int < serv	J < E < C < S	soc < int < serv	c	3	1	1	3	3	4	3	1	1
V06A	J < C < E < S	soc < int < serv	J < E < C < S	soc < int < serv	c	3	3	4	3	3		3	4	4
V06B	J < E < C < S	soc < int < serv	J < E < C < S	soc < serv < int	h	3	3	4	3	3	3	3	3	1
V06C	J < E < C < S	soc < int < serv	J = E < C < S	soc < serv < int	c	3	3	4	3	3		3	4	4
V07A	J < E < C < S	soc < serv < int	J = E < C < S	soc < serv < int	c	3	1	3	3	3	3	3	3	1
V07B	J < E < C < S	soc < int < serv	E < J < C < S	soc < serv < int	c	3	1	1	3	3		3	3	1
V07C	J < E < C < S	soc < int < serv	J < E < C < S	soc < serv < int	c	3	4	4	3	3	2	3	3	1
V07D	J < E < C < S	soc < serv < int	J = E < S < C	soc < serv < int	j	3	4	3	3	3		3	3	4
V07F	J < E < C < S	soc < int < serv	J < E < C < S	soc < serv < int	c	3	3	4	3	3	3	3	3	4

Já nos PRs atípicos (Tabela 5.18), as inequações expressam a pluralidade e individualidade²¹⁰ das características configuracionais. Os dois padrões de integração mais frequentes no total de PRs – PAa1 e PAa2 –, são verificados em poucos PRs atípicos. Em relação aos espaços vistos individualmente, a menor e maior acessibilidade e visibilidade continuam sendo os da sala de jantar e da suíte principal, ainda que em menor frequência. No entanto, a maior integração entre os dois espaços que mais ocupam as posições intermediárias nessas

²⁰⁹ Para os grafos, ver Figura 4.30.

²¹⁰ Neste caso, a individualidade “atípica”.

inequações – sala de estar e cozinha - é verificada, mesmo que em pequena proporção, no espaço da cozinha.

Ou seja, foi visto que o mercado imobiliário propõe projetos cuja estrutura espacial favorece o encontro dos usuários do apartamento mais na cozinha, em detrimento da sala de estar. Já os PRs, de uma maneira geral, negam essa característica configuracional, uma vez que a sala de estar torna-se mais integrada que a cozinha – atributo que também caracteriza os PRs típicos. No entanto, para se diferenciarem daquilo que é típico dentre os projetos da elite, a estrutura espacial dos PRs atípicos permanece com o mesmo atributo configuracional conferido pelos POs a esses ambientes, como um artifício de distinção.

Tabela 5.18. Dados configuracionais dos PRs atípicos.²¹¹

PRs atípicos														
PRs	inequações aces. ADN	inequações ace SETOR	inequações vis. ADN	inequações vis. SETOR	grafo	Quadrantes								
						soc	int	serv	J	E	HT	C	S	Q
P 1D	C = E < S < J	soc < int < serv	C < J = E < S	soc < int < serv	f	3	4	1	4	3		3	3	1
P 1E	C < J < E < S	soc < serv < int	C < S < J = E	soc < int < serv	m	3	4	4	2	1	4	3	4	1
P 1F	J < E < S < C	soc < int < serv	E < J < S < C	soc < int < serv	n	3	4	1	3	3	4	4	4	1
P 1G	J < E < C < S	soc < int = serv	J < E < C < S	soc < serv < int	n	3	1	1	3	3	3	2	1	1
P 1H	J < C < E < S	soc < int < serv	J < S < E < C	soc < int < serv	f	3	3	3	3	3		3	3	4
V01A	J < C < E < S	soc < int < serv	C < J = E < S	soc < int < serv	c	3	3	3	3	4		3	4	4
V01B	C < J < S < E	soc < int < serv	J = E < C < S	soc < int < serv	e	3	3	3	3	4		3	3	4
V01C	J < C < E < S	soc < serv < int	J = E < C < S	serv < soc < int	b	3	4	3	3	3	3	3	4	
V01D	C < J < E < S	soc < int = serv	C < S < J = E	soc < int < serv	e	3	4	3	3	4	4	3	4	4
V01E	J < E < C < S	soc < int < serv	J < E < C < S	soc < int < serv	a	3	4	1	3	3		3	1	1
V05C	J < E = C = S	soc < serv < int	J = C < E < S	soc < serv < int	i	3	3	3	3	3		3	3	3

Em relação aos setores, a análise desses dois tipos de PRs mostra que o genótipo continua sendo a inequação $soc < int < serv$ – resultado que confirma, mais uma vez, que estes projetos foram concebidos de maneira a adotar o processo de classificar as atividades domésticas e setorizá-las (dimensão metodológica) como paradigma projetual. A distinção entre os PRs típicos e atípicos se expressa através do grafo setorial e da posição do quadrante dos setores íntimo e serviço. Em relação ao grafo, o tipo ‘c’ - o que não possui mediador e o setor íntimo é acessado direta e unicamente através do setor social - é padrão de referencia nos PRs típicos, enquanto nos atípicos é verificada uma pluralidade de tipos de grafos, sendo comum a presença do espaço mediador, seja para proporcionar um maior isolamento entre três setores – grafos tipo ‘b’, ‘f’ e ‘m’ -, seja para isolar os setores social e

²¹¹ Para os grafos, ver Figura 4.30.

serviço – grafos tipo ‘a’ e ‘n’. Em relação à posição no quadrante, o setor íntimo está localizado no quadrante Q3 – o de menor privacidade – e o serviço, no quadrante Q4 – o que apresenta o mesmo padrão de visibilidade do Q3, mas diminui a acessibilidade.

Sobre os graus de privacidade dos espaços, alguns padrões de referência se mantêm com frequências semelhantes entre os dois tipos de projetos: os da sala de jantar, da sala de estar e da cozinha, todos no quadrante menos privativo (Q3). O espaço do quarto de serviço, mesmo que não forme padrão de referência, é posicionado no Q1 (o que confere um maior grau de privativo), na maioria dos PRs²¹². No entanto, nos PRs atípicos (Figura 5.53) é também verificado um significativo número de casos onde esse ambiente é posicionado no Q4 (o que proporciona menos acessibilidade e mais visibilidade). Ou seja, apesar da estrutura espacial dos PRs atípicos proporcionar uma visibilidade do quarto de serviço, nos dois tipos de projetos, esse ambiente é muito segregado do ponto de vista da acessibilidade (Tabelas 5 e 6 do Apêndice 2), o que, juntamente com sua posição profunda no grafo em sequência (Figura 4.45), lhe confere um forte isolamento por exclusão.

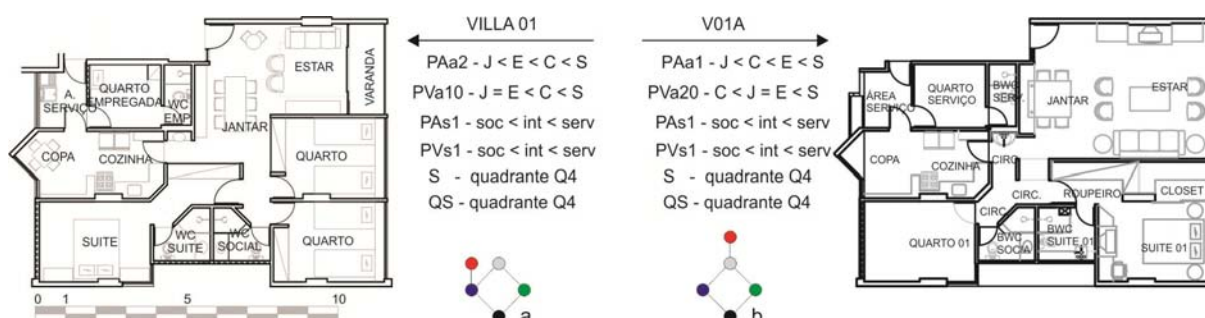


Figura 5.53. Exemplo de PR atípico, com destaque para alguns padrões de referência configuracional, como o espaço da cozinha mais acessível e visível que o do estar, o grafo setorial tipo ‘b’ e o menor grau de isolamento da suite principal e do quarto de serviço (ambos no Q4).

Apesar da posição no quadrante dos espaços reservados ao *home theater* e à suite principal não formar padrão de referência em nenhum dos PRs, os resultados mostram tendências distintas. Nos PRs típicos (Figura 5.54), esses dois ambientes são posicionados no quadrante que indica mais privacidade – o Q1 em 50% e 44,44% dos casos, respectivamente. Nos atípicos (Figura 5.53), tanto o *home theater*, quanto a suite principal localizam no quadrante que controla mais o movimento e permite uma maior visibilidade (o Q4 em 60% e 45,45%, respectivamente).

²¹² Padrão de referência verificado para todos os projetos (POs e PRs).



Figura 5.54. Exemplo de PR típico, com destaque para alguns padrões de referência configuracional, como o espaço da sala de estar mais acessível e visível que a da cozinha, o menor grau de privacidade da suíte principal (quadrante Q3) e do quarto de serviço no Q4.

Tendo em vista essas descrições, pode-se dizer que, de uma maneira geral, as características configuracionais semelhantes dentre os PRs dizem respeito, principalmente, aos padrões de integração setorial (principalmente o do setor social) e aos espaços de maior e menor acessibilidade e visibilidade – a sala de jantar e a suíte principal, respectivamente – o que justifica o baixo número de alterações nesses ambientes e setores (Figuras 5.26 e 5.29). Já as características que distinguem um PR do outro são expressas nos espaços da cozinha (mais integrado no PRs atípicos), sala de estar (mais integrado nos PRs típicos – Figura 5.54), suíte principal (menos privacidade nos PRs típicos - Figura 5.54) e quarto de serviço (maior exclusão, em relação à acessibilidade, nos PRs atípicos).

*

*

*

Esses são os resultados verificados na análise dos principais padrões de referência que identificam as características funcionais, dimensionais e configuracionais de PRs típicos e atípicos. Na seção seguinte, esses resultados são sumarizados, interpretados e relacionados com alguns atributos da ordem social (discutidos nos capítulos 1 e 2) a fim de identificar em que medida esses atributos, por um lado, estão baseados nos ideais divulgados pelas diversas mídias especializadas e, por outro, norteiam a organização espacial dos apartamentos. A partir dessa discussão, fundada nas semelhanças e diferenças entre PRs típicos e atípicos, é possível, então, caracterizar os modos de habitar da elite recifense.

5.4. Os modos de habitar da elite recifense

A interpretação dos resultados é organizada a partir do resumo das características semelhantes (Quadro 5.3) e diferentes (Quadros 5.4 e 5.5) entre os PRs típicos e atípicos. Essa classificação em semelhanças e diferenças já revela muito sobre os modos de habitar da elite recifense, uma vez que, ao contrário das diferenças, as características em comum entre os dois projetos estão associadas àquilo que é estritamente necessário às famílias em relação ao seu apartamento. Como argumenta Douglas (1998, p. 91, tradução nossa),

[...] somente algumas escolhas estão sujeitas aos vai-e-vens. A explicação se sustenta em uma divisão implícita entre [...] escolha racional e um elemento optativo: por exemplo, todos necessitam de um abrigo, mas a cor é optativo e essa opção está vinculada com as mudanças de cores que estão na moda a cada ano. Essa ideia implica que algumas eleições são centrais e firmes, outras são periféricas e passageiras; algumas têm haver com questões internas e outras com questões externas; algumas se relacionam com objetos necessários, outras com objetos de luxo [...]

Fazendo uma analogia a esse argumento de Douglas, pode-se dizer que algumas características são centrais e permanecem nos dois tipos de projetos, e outras são passageiras e mais sujeitas a alterações. As que permanecem – os padrões de referência verificados tanto nos PRs típicos, quanto nos atípicos – são inerentes à função social do morar, sem distinções entre um modo de habitar e outro. Podem também ser associadas às características *de necessidade* da elite recifense, principalmente nas variáveis funcional e dimensional²¹³. Já as características que se alteram podem estar vinculadas, em certa medida, às inconstâncias da mídia. É a frequência dessas características passageiras – ou as *de luxo* –, que, como visto, são mais verificadas nos PRs atípicos, que marcam a negação do status instituído pela sociedade (DOUGLAS, 1998) e que pode ser relacionadas a determinados modos de habitar.

Assim, pode-se dizer que para morar num apartamento, a elite recifense adota como “escolha racional” as características descritas no Quadro 5.3. Do ponto de vista funcional, o apartamento precisa oferecer uma sala de jantar e uma sala de estar, no setor social; pelo menos dois dormitórios, sendo um deles, necessariamente uma suíte, no setor íntimo; e uma cozinha, uma área de serviço e quarto e banheiro de serviço, no setor serviço. Em relação à dimensão, apesar de, excluindo o quarto de serviço, todas serem de luxo, a

²¹³ Nesta sentença, o termo ‘necessidade’ se refere aquilo que é necessário para a elite morar bem, e não ao mínimo necessário para uma habitação, conforme sentido utilizado por Bourdieu (2008).

variedade é uma característica marcante, por isso, com exceção do setor serviço, poucas semelhanças relevantes são verificadas. Já as características configuracionais “racionalmente” eleitas pela elite recifense dizem respeito a uma maior integração do setor e dos ambientes destinados à interação – além da cozinha, setor e espaços sociais - e a maior segregação do espaço destinado ao membro da família de maior status – suíte principal – e ao de uso prioritário da empregada doméstica – o quarto de serviço.

	social	íntimo	serviço
variáveis	PRs típicos e atípicos	PRs típicos e atípicos	PRs típicos e atípicos
funcional	sala de jantar	uma suíte	cozinha
	sala de estar		área de serviço
			bw c e quarto de serviço
dimensional			setor serviço pertence ao IM
configuracional	sala de jantar mais integrada	suíte principal mais segregada	cozinha no Q3
	sala de jantar no Q3		aces. qto. de serv. cat. 04
	sala de estar no Q3		
	setor social no Q3		

Quadro 5.3. Características semelhantes entre PRs típicos e atípicos.

A necessidade funcional definida pelos modos de habitar da elite recifense é, então, marcada por esses seis ambientes, todos pertencentes ao núcleo funcional base (NFB). Dentre eles, três são tidos como rótulos de luxo: a suíte, o quarto e o banheiro de serviço – cuja presença já associa o morador a uma determinada posição social. De fato, a presença das dependências de empregada foi um dos requisitos para a seleção dos apartamentos (capítulo 3). No entanto, como os compradores tinham a opção de suprimir esse ambiente, sua permanência é um dado que marca uma das principais características da sociedade recifense: a presença do empregado doméstico como usuário permanente da habitação – resultado distinto do observado em outras regiões do país (FRANÇA, 2008; PAULA, 2007; TRAMONTANO, 2004).

Ainda em relação à função, mesmo sem definir padrão de referência nem nos PRs típicos, nem nos atípicos (Tabela 1 e 2 do Apêndice 2), vale comentar sobre a introdução de outros ambientes de luxo: aqueles pensados para abrigar equipamentos tecnológicos de última geração (REQUENA, 2007), amplamente divulgados pelas mídias especializadas, como a cozinha *gourmet*, o *home office* e o *home theater*. Como visto, a introdução desses dois últimos é mais possibilitada pela mudança de rótulo de um dos dormitórios, geralmente aquele que é adjacente aos ambientes do setor social – dado que também evidencia o fato

de famílias pequenas adquiram apartamentos maiores e com mais dormitórios do que elas necessitam, com o intuito de reformá-los para adicionar ambientes extras que conferem mais status ao apartamento.

Conforme discutido por Brandão (2002), a presença de ambientes extras nos projetos oferecidos pelo mercado imobiliário está associada à publicidade, sendo uma das estratégias de distinção do projeto. Ou seja, os profissionais do marketing, dentro do espírito do ‘culto ao novo’ Bauman (2001), tentam influenciar os desejos dos consumidores a partir da ampla associação desses ambientes ao ideal no morar bem. No entanto, a frequência de *home theater* e *home office* não forma padrão de referência nem nos PRs típicos e nem nos atípicos. Esse resultado parece ser justificado mais por questões particulares de cada família: se o número de habitantes é igual ao número de dormitórios oferecidos, ou se, de fato, esse ambientes não são tão valorizados pela elite recifense. Em relação especificamente à cozinha *gourmet*, a segunda justificativa seguramente é a que prevalece.

Distintamente das características dimensionais em comum nos dois tipos de projetos, restringidas apenas à proporção de área destinada ao setor serviço, os atributos configuracionais semelhantes entre PRs típicos e atípicos são bastante significativos. Como visto, a posição de maior acessibilidade do espaço da sala de jantar se justifica não apenas pela própria atividade a ele atribuída – que, segundo Monteiro (1997), àquelas relacionadas à comida tendem a ser as mais integradas – quanto pelo seu disseminado papel de mediador do movimento. Esses dados configuracionais também sugerem que a estrutura espacial favorece a copresença e a cociência entre usuários tanto na sala de estar, quanto na cozinha, fazendo com que esses ambientes participem ativamente da vida cotidiana do apartamento. De fato, como descritos por vários autores (AMORIM, 1999; CAVALCANTI, 1984; MONTEIRO, 1997; PALERMO, 2009; TRAMONTANO, 2004; 1995), as salas e a cozinha são culturalmente as mais indicadas para a interação dos usuários, sendo as primeiras mais comumente entre os habitantes e entre estes e os visitantes, e a segunda, entre os habitantes e entre estes e os empregados²¹⁴.

Os resultados também mostram que, assim como verificado em algumas investigações (FRANÇA, 2008; MONTEIRO, 1997; PAULA, 2007), os espaços mais segregados da habitação

²¹⁴ Com exceção dos casos da onde são verificadas características da ‘cozinha gourmet’, que não é o caso dos projetos analisados nesta investigação.

são destinados às atividades privadas dos usuários, seja dos habitantes, seja dos empregados (Tabelas 5 e 6 do Apêndice 2). Segundo Hillier e Hanson (1984), a segregação proporciona um maior isolamento ao espaço – requisito essencial para proporcionar a individualidade e a privacidade aos espaços íntimos. No entanto, como já discutido, mesmo tendo níveis de privacidade semelhantes, a diferença de status entre o espaço do chefe da família e o do empregado doméstico se expressa através da sua posição no grafo de permeabilidade, que, no primeiro, confere um isolamento por reclusão e, no segundo, um isolamento por exclusão (Figura 4.45).

Esse resultado reforça uma característica marcante da sociedade brasileira e que continua sendo expressa nos apartamentos da elite recifense: a forte exclusão social dos empregados domésticos. Essa exclusão é marcada antes mesmo de entrar no apartamento, com o duplo e separado acesso social e serviço, e reforçada pela sequência de espaços necessários para se chegar, a partir dos sociais e íntimos, até ao território preferencial do empregado – característica espacial que inibe a percepção de sua presença a partir dos demais ambientes do apartamento. Essa intenção de exclusão é expressa claramente nas palavras de uma das ‘patroas’ da elite recifense entrevistada por Araujo (2006, p. 235): “[...] esqueça a cozinha americana. Feche tudo, porque a minha cozinha é só de empregada. E eu não quero que ninguém veja a empregada dentro de casa”.

Entretanto, a distinção de status do chefe da família e do empregado não se expressa apenas entre os dois dormitórios a eles atribuídos, já que a localização em arbusto no grafo de permeabilidade, somada a um segregado valor de acessibilidade e visibilidade, conta também com os espaços de outros quartos e suítes dos demais habitantes (Figura 4.45). De fato, assim como verificou Paula (2007), os ambientes do setor íntimo são os principais responsáveis pela existência de arbusto no grafo de permeabilidade dos apartamentos. Nesse sentido, pode-se dizer que os ambientes privados dos habitantes, mesmo que em alguns casos apresentem certas distinções entre eles²¹⁵, tendem à disposição que permite a reclusão em relação aos demais espaços do apartamento – reclusão expressa na distribuição em arbusto proporcionada pelo corredor, que, neste caso, atua como um portal que controla o acesso a esses espaços íntimos e individuais.

²¹⁵ Como é visto a seguir, nos PRs típicos.

Sendo um requisito social surgido principalmente a partir da diferenciação entre edificações para trabalhar e edificações para morar (RYBCZYNSKI, 1986; SANT'ANNA, 1998b), a individualidade requerida para os ambientes íntimos do espaço doméstico é alcançada nos dois tipos de projeto. Esse dado enfatiza o caráter relacional dos atributos sociais da família contemporânea. Conforme discutido por Singly (2007), por um lado, a família busca distinção através de espaços privados individualizados e, por outro, seu nível de disseminação – por ser verificada nos dois tipos de projetos – atesta que sua adoção parece ser fruto de escolhas moldadas em estruturas coletivas mais amplas. Ou seja, esse dado exemplifica a individualidade uniformizada, ou a individualidade típica do modo de habitar contemporâneo.

Voltando ao argumento de Douglas (1998), essas são as “escolhas racionais”, que definem as características firmes e permanentes dos projetos da elite recifense, ao contrário dos atributos que distinguem os PRs típicos e atípicos, baseadas em escolhas “optativas, passageiras e periféricas” em relação aos seus apartamentos. Sabe-se que os modos de habitar podem ser incluídos como um dos elementos que caracterizam determinado estilo de vida e que este, por sua vez, trata do “conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica [...] de cada um dos espaços simbólicos – mobiliário, vestuário, linguagem etc. – a mesma intenção expressiva” (BOURDIEU, 2008, p. 165). Nesse sentido, o entendimento das distinções entre as escolhas optativas, passageiras e periféricas é a chave para caracterizar e classificar diferentes modos de habitar, como é visto nas subseções a seguir.

5.4.1. O modo de habitar típico (ou as tendências de afirmação)

Conforme discutido no capítulo 4 (Figura 4.50), os modos de habitar típicos da elite recifense estão associados aos indivíduos que afirmam o status instituído pela sociedade, são mais comprometidos com seus pares e têm gostos e comportamentos mais padronizados e disseminados (por seguir mais padrões de referência). Esse modo típico de habitar está, em certa medida, expresso nas características funcionais, dimensionais e configuracionais dos PRs típicos (Quadro 5.4). Em relação à função, este tipo de PR se caracteriza por oferecer todos os rótulos que formam o núcleo funcional base (NFB): sala de estar, sala de jantar e varanda, no setor social; pelo menos um quarto, no mínimo uma suíte e bwc social, no setor

íntimo, cozinha, área de serviço, quarto e banheiro de serviço, no setor serviço. Apresentam, portanto, além dos rótulos de luxo descritos na subseção anterior, a varanda como item necessário para o típico modo de habitar em apartamentos.

PRs TÍPICOS			
variáveis / setor	social	íntimo	serviço
funcional	com varanda	com quarto	rótulo qto. de serv.: "deposito"
	sem lavabo	uma suite	
		com bw c social	
		sem closet	
dimensional	setor social maior que o IM	suite principal pertence ao IM setor íntimo menor que o IM	cozinha pertence ao IM qto. de serviço muito pequeno
configuracional	sala de estar mais integrada	suite principal no Q3* setor íntimo no Q3	cozinha mais segregada quarto de serviço no Q1

*Igual a maioria dos demais dormitório

Quadro 5.4. Principais características dos PRs típicos.

Já a existência do banheiro social e ausência do lavabo (um dos itens que marcam a diferença funcional deste para os PRs atípicos) está intimamente relacionada ao número de quartos e suítes. Em apartamentos que tem quartos, como é o caso de grande parte dos PRs típicos, o banheiro social é estritamente necessário para suprir a necessidade de higiene de um dos moradores do apartamento: o habitante de status inferior ao chefe da família, cujo espaço privado é o quarto. Dessa maneira, quando preciso, o banheiro social pode ser usado também pelo visitante sem que esse precise ter acesso ao espaço íntimo do morador para acessar o banheiro privativo, no caso de só haver suítes no apartamento.

Já foi comentado sobre as duas principais tendências divulgadas pelas mídias em relação ao morar bem contemporâneo. No modo de habitar típico da elite recifense a valorização dos ambientes destinados a receber visitas (sem incluir a cozinha, mas incluindo em pequeno número de casos o *home theater* ou o *home office*) parece ter maior atenção do que a valorização do espaço privado do chefe da casa. Essa constatação se expressa não só nos atributos dimensionais, mas também nos configuracionais. Os primeiros se referem à grande dimensão do setor social, que supera o IM, e à dimensão da suite principal e da cozinha, ambas pertencentes ao IM. Os segundos são devido a maior integração da sala de estar (em

detrimento da cozinha) e ao menor grau de privacidade tanto do setor íntimo, quanto da suíte principal, ambos posicionado no quadrante Q3.

Em relação ao setor social, esses resultados configuracionais indicam que a estrutura espacial estimula mais o uso das salas como os locais do apartamento onde a interação entre os usuários deve acontecer, principalmente entre os habitantes e destes com os visitantes. Assim, a função da sala de estar dos adeptos do modo de habitar típico parece ser mais propícia ao entretenimento formal verificado tanto no *parlour* das casas inglesas (HANSON, 1998), quanto no *drawing room* das casas suecas (NYLANDER, 1999). Por outro lado, a verificação de apenas uma sala de estar em todos os casos, sugere que, nesses apartamentos, esse ambiente tende a seguir o modelo de ocupação do tipo ‘agregador da família’ (CAVALCANTI, 1984), abrigando, na maioria dos casos²¹⁶, não somente a atividade de ver TV, mas também a de receber visitas. Isso significa que o ato de receber, que outrora se configurava como uma atividade mais ritualizada, parece acontecer sem precisar de tantas formalidades, principalmente devido à agregação de mais de uma atividade nesse ambiente. Além disso, percebe-se que a valorização dos espaços mais públicos do apartamento não está, necessariamente, associada à inclusão de ambientes alternativos, como o *home theater* e o *home office*²¹⁷, característica amplamente divulgada nas mídias especializadas.

Outro atributo do modo de habitar típico contrário às sugeridas pela mídia é a não inclusão da cozinha como ambiente propício para encontros, principalmente para receber visitas. Esse fato, ressaltado pela dimensão e pela posição mais segregada do que a sala de estar, sugere que tanto a cozinha, quanto a atividade de cozinhar são restringidos preferencialmente aos empregados domésticos. Giddens (1991) já anunciava que esse baixo status conferido aos ambientes destinados às atividades produtivas tende a aumentar no final do século XX, indicando que esses ambientes, neste caso, tornam-se os locais onde as pessoas permanecem exclusivamente para executar as tarefas domésticas.

O baixo status da empregada no ambiente doméstico é também marcado pelo dormitório a ela destinado, onde sua dimensão é muito menor do que a mínima permitida e sua posição espacial lhe confere o maior nível de exclusão (quadrante Q1 e localização no grafo em sequência).

²¹⁶ PRs típicos que não oferecem o *home theater*.

²¹⁷ Que é verificada em poucos PRs típicos.

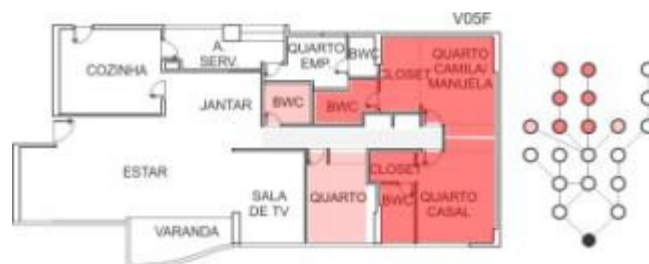


Figura 5.55. Exemplo de PR cujo setor íntimo é representado por grafo de permeabilidade em arbusto com ramos simétricos.

No setor íntimo, mesmo alcançando a individualidade requerida para os ambientes privados dos habitantes – devido a sua posição em arbusto no grafo de permeabilidade - os modos de habitar típicos tendem a apresentar dormitórios menos privativos (a maioria dos quartos e suítes estão localizadas no quadrante Q3²¹⁸) e com pouca diferenciação de status entre eles. Como comentado, os ambientes do setor íntimo são os principais responsáveis pela existência de arbusto no grafo de permeabilidade dos apartamentos. No entanto, quando os ramos do arbusto são muito simétricos (Figura 5.55), esse é fortemente associado à falta de hierarquia (HILLIER; HANSON, 1984), expressa no projeto através da distribuição simétrica dos dormitórios e banheiros pelo corredor íntimo. Já os valores relativamente altos de acessibilidade e visibilidade dos dormitórios, principalmente da suíte principal – que os torna mais próximo dos ambientes de maior interação dos usuários, proporcionam, por um lado, uma menor privacidade, e, por outro, uma maior possibilidade ao chefe da família de vigiar as demais atividades desenvolvidas no apartamento.

Por fim, o contraste entre a integração dos ambientes do setor social e do setor íntimo e a maior segregação do setor serviço parece dividir o apartamento em dois domínios: o dos habitantes e o dos empregados. Isso é também expresso pelo grafo setorial (tipo 'c') que marca os projetos concebidos segundo princípios do modo de habitar típico: aquele onde o setor íntimo não se conecta com o serviço e é acessado única e exclusivamente pelo setor social. Esses atributos configuracionais da estrutura espacial do apartamento proporcionam, assim, menos restrições para o movimento e visão entre os ambientes destinados às atividades de convívio e íntimas dos habitantes, ao passo que restringe a possibilidade de encontro destes com o empregado doméstico em ambientes previamente não programados.

²¹⁸ Tabelas 5 e 6 do Apêndice 2.

5.4.2. O modo de habitar atípico (ou as tendências de negação)

Ao contrário das tendências de afirmação, as famílias da elite recifense que vivem conforme os modos de habitar atípicos são caracterizadas por indivíduos que negam o status instituído pela sociedade, não formam um grupo homogêneo, não são padronizadas e rejeitam os padrões de referência (Figura 4.50). Como discutido, é a maior frequência das características passageiras – ou de luxo – que mais marcam a negação daquilo que é típico e disseminado pela elite recifense, em relação ao morar bem contemporâneo.

PRs ATÍPICOS			
variáveis / setor	social	íntimo	serviço
funcional	sem varanda	sem quarto	rótulo qto. de serv.: "quarto"
	com lavabo	duas suítes	
		sem bw c social	
		com closet	
dimensional	setor social pertence ao IM	suite principal maior que o IM setor íntimo pertence ao IM	cozinha maior que o IM quarto de serviço pequeno
configuracional	sala de estar mais segregada	suite principal no Q4* setor íntimo no Q4	cozinha mais integrada quarto de serviço no Q4

*Menos acessível que a maioria dos demais dormitórios

Quadro 5.5. Principais características dos PRs atípicos.

Os atributos expressos na variável funcional já evidenciam essa maior frequência de rótulos de luxo (Quadro 5.5) e confirmam a dupla função exercida por eles: servir tanto para atividades práticas, quanto para conferir status e distinção aos apartamentos (BAUDRILLARD, 2008). Apesar de o setor serviço oferecer os mesmos ambientes verificados nos PRs típicos, o setor social conta ainda com o lavabo e, no setor íntimo, duas suítes e o closet na suíte principal. Ou seja, o modo de habitar atípico já se distingue por não oferecer alguns ambientes do núcleo funcional base – como a varanda, o quarto e o banheiro social – e por acrescentar mais rótulos de luxo ao rol de atividades do apartamento. Como comentado na subseção anterior, a existência do lavabo – um ambiente próprio (mas não exclusivo) para os visitantes – justifica-se não somente pela ausência do banheiro social, mas também como uma estratégia de evitar o acesso e a circulação dos visitantes pelo setor íntimo – o que lhes confere uma maior privacidade. Já a suíte principal é marcada por uma

maior especialização das atividades devido à presença de closet - um dos itens programáticos que caracterizam as super suítes amplamente divulgadas pela mídia.

Distintamente do modo de habitar típico, a valorização dos espaços sociais é preterida por um maior destaque conferido ao dormitório do membro da família de maior status. Isso é percebido através dos atributos funcionais, dimensionais e configuracionais que caracterizam essas duas zonas do apartamento. O setor social, mesmo apresentando alguns casos onde são verificadas duas salas de estar (Tabela 1 e 2 do Apêndice 2), é marcado por não apresentar ambientes de receber além dos presentes no NFB, por uma dimensão que não é destacada (pertence ao IM) e pela segregada posição da sala de estar (em relação à cozinha). Já a suíte principal oferece o closet, tem dimensão superior ao IM e sua posição na estrutura espacial proporciona mais privacidade, através de um maior isolamento por acessibilidade (quadrante Q4).

Esses resultados indicam que a estrutura espacial definida pelo modo de habitar atípico favorece o encontro mais na cozinha do que na sala de estar – lugar comumente prescrito para a interação entre os usuários. Ou seja, as famílias que vivem sob os ideais que definem os modos de habitar atípicos parecem atribuir menos importância à atividade de receber visitas, atributo social marcante dos modos de morar típicos da elite recifense. No entanto, mesmo apresentado uma posição relativamente segregada dentre as atividades domésticas nucleares, o fato de haver apenas uma sala de estar faz aumentar a possibilidade de esse ambiente agregar mais de uma atividade²¹⁹, conferindo-lhe, assim como nos PRs típicos, atributos que a assemelhe com o modelo de ocupação do tipo ‘agregador da família’ (CAVALCANTI, 1984).

Outro fato que indica o menor destaque definido pelo modo de habitar atípico aos ambientes do setor social é a supressão da varanda. Sua ausência é um forte atributo que marca a negação daquilo que é mais disseminado pela sociedade recifense, uma vez que este ambiente é tido como um dos mais valorizados pelos potenciais compradores de apartamentos na cidade (ADEMI-PE, 2009).

Em relação aos ambientes do setor serviço, por não apresentar outros atributos que a qualifica como cozinha *gourmet* (como uma maior visibilidade entre o setor social e a

²¹⁹ PRs atípicos que não oferecem o *home theater*, nem uma segunda sala de estar.

cozinha, por exemplo), a maior acessibilidade deste ambiente sugere que a interação é mais entre habitantes e entre estes e empregados, do que entre habitantes e visitantes. Essa maior interação entre habitantes e empregado é também refletida na dimensão - um pouco maior do que no PR típico - e na posição do quarto de serviço - que perde em privacidade devido ao aumento de visibilidade (posicionado do quadrante Q4). No entanto, é preciso destacar que uma maior visibilidade pode ter uma dupla repercussão em relação ao comportamento dos usuários. Por um lado, pode diminuir a exclusão do empregado, uma vez que o aproxima visualmente dos demais espaços do apartamento. Por outro, essa maior visibilidade pode estar associada à necessidade de maior vigilância, por parte do patrão, sobre seus empregados.

Essa dupla interpretação da configuração, possibilidade ressaltada por Hanson²²⁰ (1998), aplica-se também à suíte do membro da família de maior status, que também está posicionada no quadrante Q4. Esse atributo, ao contrário do que ocorre no modo de habitar típico, confere mais privacidade ao espaço, através de um maior isolamento por acessibilidade (quadrante Q4). Ou seja, embora o setor íntimo, especialmente a suíte principal, tenha ficado numa posição mais separada dos outros ambientes da habitação (em relação aos PRs típicos), a estrutura espacial possibilita que os habitantes de maior status continuem a exercer as funções de vigilância sob as outras áreas do apartamento. Entretanto, a maior privacidade, proporcionada pela inibição do movimento, é privilégio apenas do chefe da família, uma vez que os demais dormitórios continuam, na maioria dos casos, no quadrante que confere menos privacidade (Q3). Essa diferença entre os atributos configuracionais dos dormitórios sugere que as relações entre gerações são eminentemente assimétricas.

Percebe-se que a valorização da suíte principal, diferença que marca o modo de habitar atípico, é expressa através de todos os atributos - os funcionais, os dimensionais e os configuracionais - que qualificam as super suítes. Neste caso, a valorização é expressa na quantidade de rótulos nela incluída - acrescentando o closet, na sua dimensão - superior ao IM - e na sua posição na estrutura espacial - que, distintamente dos demais dormitórios do apartamento, proporciona mais privacidade através de um maior isolamento por acessibilidade (quadrante Q4).

²²⁰ Segundo ela, uma mesma morfologia pode suportar uma variedade de estilos de vida.

Por fim, vale ressaltar os tipos de grafos setoriais - representação que torna mais visível os padrões de acesso entre os três setores domésticos. Ao contrário dos verificados nos PRs típicos – que definem um menor controle de acesso intrasetorial – a pluralidade é característica marcante nos PRs atípicos. Entretanto, apesar da diversidade, o que os grafos da maioria dos PRs que caracterizam o modo de habitar atípico têm em comum é a presença do espaço mediador, principalmente numa posição que proporciona uma maior separação entre os três setores ao mesmo tempo (grafos tipo ‘b’, ‘f’ e ‘m’). Isso significa que o apartamento concebido segundo os ideais do modo de habitar atípico, além de ser uma “máquina de morar”, torna-se uma “máquina de marcar diferenças” (CAVALCANTI, 1984), onde os visitantes, no sentido sintático do termo²²¹ (HILLIER; HANSON, 1984), tendem a ter menos probabilidade de encontrar os habitantes em locais previamente não programados. Ou seja, a estrutura espacial tende a inibir o encontro dos empregados com os membros da família, assim como desses últimos com suas visitas em ambientes diferentes da cozinha e das áreas sociais, respectivamente.

5.4.3. Últimas constatações

Os resultados mostram que os modos de habitar da elite recifense indicam tanto a permanência de atributos sociais que tradicionalmente vem definindo o espaço doméstico brasileiro, quanto a variação destes, responsáveis por revelar os aspectos idiossincráticos que caracterizam cada família proprietária dos apartamentos estudados. No entanto, a interpretação desses resultados conduz a duas constatações principais. A primeira se refere ao nível de influência da sociedade contemporânea, caracterizada pelo consumo, em redefinir os padrões de conduta social familiar, em particular seus modos de habitar. A segunda diz respeito à mescla de atributos espaciais, verificados nos PRs típicos e atípicos, que confirma a diversidade de atributos sociais que caracterizam família contemporânea (PETRINI, 2005; SANT'ANNA, 1998a; 1998b).

Sobre a primeira constatação, o capítulo 2 mostra que o marketing feito pelas diversas mídias especializadas privilegia o espaço íntimo do casal e os ambientes destinados às

²²¹ Pessoa que tem permissão para entrar na edificação, sem que este tenha nenhum tipo de controle sobre os espaços que a formam. No caso do ambiente doméstico, os usuários do tipo ‘visitantes’ são os empregados domésticos e as visitas.

atividades de convívio social, incluindo a cozinha (a do tipo *'gourmet'*), o *home theater* e o *home office* – todos tidos como escolhas *de luxo*, segundo definição de Bourdieu (2008), e que mostram a importância do lazer - e do ócio, na visão de Veblen (1980). O destaque conferido ao dormitório do casal é verificado em todas as variáveis que definem as super suítes, principalmente nos projetos concebidos segundo os modos de habitar atípicos. Já a ênfase atribuída aos ambientes de convívio social é mais verificada nos projetos concebidos de acordo com os modos de habitar típicos, apesar de não serem incluídos todos os ambientes *'da moda'*, principalmente a cozinha como espaço de convívio social. Dentre esses ambientes, os exclusivos para ver TV e para trabalhar, apesar de proporcionar mais distinção ao apartamento (aumentando sua atipicidade), parecem não ser tão indispensáveis para garantir o status e as características associadas ao morar bem dessa camada da população. Daí a constatação de que a cultura do consumo, através das diversas mídias da área, influencia parcialmente na maneira em que as famílias da elite recifense organizam seu espaço doméstico, uma vez que nem tudo que é divulgado é adotado e seguido como padrão de referência no projeto do apartamento dessa camada social da população.

A segunda constatação se refere à confirmação da diversidade de atributos sociais que caracterizam a família contemporânea. Mesmo que a associação entre certa organização espacial e determinado grupo familiar não tenha sido objetivo inicial da investigação, algumas evidências possibilitaram identificar alguns traços dessa relação. No modo de habitar típico, a informalidade com que parecem ser desenvolvidas as atividades do setor social, a maior integração do setor íntimo e da suíte principal – interpretada no sentido de aproximar os espaços privados dos habitantes dos ambientes de maior interação, definindo, assim, espaços pouco controlados, um menor controle de acesso intrassetorial, bem como a falta de hierarquia entre os espaços privados dos habitantes são características mais associadas às famílias referidas como igualitária (FIGUEIRA, 1987; GARCIA, 2003), democrática (GIDDENS, 2000), contemporânea (ROUDINESCO, 2003; SANT'ANNA, 1998a) ou simétrica (BRUSCHINI, 1990) – aquela onde os papéis conjugais não são definidos pelo gênero, havendo, assim, uma relativa igualdade entre os usuários e as atribuições domésticas. Por outro lado, a exclusão do setor serviço - que reflete o baixo status tanto da atividade de cozinhar, quanto do empregado doméstico – e a maior possibilidade, por parte do chefe da família, de vigiar as atividades desenvolvidas no apartamento são atributos que

caracterizam a família tradicional (MEDINA, 1990; ROUDINESCO, 2003; SANT'ANNA, 1998a) ou assimétrica e hierárquica (BRUSCHINI, 1990) – aquela onde os papéis e as atribuições domésticas são hierarquizados e as atividades desenvolvidas de maneira mais ritualizada.

O modo de habitar atípicos também apresenta atributos sociais que poderiam ser associados tanto ao modelo familiar tradicional, quanto ao de transição (MEDINA, 1990). A hierarquia entre os dormitórios – com a adoção das super suítes para o membro da família de maior status, a cozinha como espaço mais propício para encontros, o maior controle de acesso intrasetorial, bem como a exclusão do setor destinado as atividades produtivas da habitação (e onde está localizado o dormitório de uso prioritário do empregado doméstico) são características que sinalizam para famílias mais tradicionais. Neste modo de habitar, a única característica espacial do apartamento que poderia ser associada às famílias tida como igualitárias seria a posição segregada da sala de estar e sua condição de espaço agregador de muitas funções, o que lhe confere certa informalidade no desenvolvimento das atividades.

Pode-se dizer, então, que, mesmo adotando em igual proporção algumas características legitimadas pela mídia e associadas ao morar bem – que conferem ao luxo o status de necessidade – os modos de habitar atípicos tendem a definir atributos espaciais que procuram garantir um padrão mais hierarquizado de relações entre os usuários do espaço doméstico, ao passo que os modos de habitar típicos tendem mais a definir estratégias que conduzem a atributos espaciais que se adequam aos padrões sociais atribuídos tanto às famílias mais hierarquizadas, quanto as mais democráticas.

Como as estruturas espaciais que apresentam um maior controle das relações entre usuários e os ambientes são atributos da estética tradicional, e esta é preferencialmente adotada pela elite recifense tradicional (ARAÚJO, 2006), o posicionamento desta camada da sociedade recifense no quadrante superior esquerdo (o que representa os indivíduos que negam o status instituído pela sociedade) no modelo de tendências culturais de Douglas (Figura 1.3) parece ser confirmada pelos resultados da análise, uma vez que essas são características mais verificadas nos PRs concebidos segundo princípios do modo de habitar atípico. Por outro lado, a mescla de atributos sociais que se relacionam aos dois modelos antagônicos de famílias indica que os modos de habitar típicos podem ser tanto dos adeptos da estética *clean*, quanto da tradicional, indicando, assim, o caráter de mudança e

transformação de status verificados para a classe média alta em ascensão: a nova elite da cidade.

Assim, percebe-se que a distinção proporcionada pela incorporação do luxo nos apartamentos caracteriza tanto a consolidação – no caso da elite tradicional - quando a transformação – no caso da nova elite - do status social dos indivíduos que formam a camada social mais alta da cidade.

CAPÍTULO 6. Conclusão

6. Conclusão

O ponto de partida desta investigação surgiu do interesse em entender os modos de habitar em apartamentos da elite recifense a partir análise da sua morfologia espacial. Sendo um dos aspectos sociais que caracterizam determinadas famílias (BOURDIEU, 2008), os modos de habitar são responsáveis pela definição das ideias que norteiam a organização espacial da habitação. Analogamente, a análise da morfologia do espaço, através da planta do apartamento, possibilita a identificação de atributos sociais que caracterizam certos modos de habitar (HILLIER; HANSON, 1984).

A escolha do apartamento se justifica por duas razões principais: (a) o edifício de apartamentos é, atualmente, o principal produto oferecido pelo mercado imobiliário habitacional; (b) a verificação de uma alta porcentagem de alterações no projeto original dos apartamentos, por parte das famílias compradoras, ainda na fase de construção do edifício. Essas alterações fazem com que o produto lançado no mercado – o projeto original (PO) - seja distinto, em grande medida, daquele acabado – o projeto reformado (PR). Enquanto a concepção do PO é orientada por requerimentos técnicos e métodos de projeção que são fundamentados em prescrições sociais genéricas, tendo a família nuclear como base da organização social, o PR baseia-se em prescrições sociais específicas, construídas a partir das relações entre os diversos membros do núcleo familiar, conferindo ao espaço doméstico sua individualidade. Assim, os projetos de apartamentos (POs e PRs) são documentos que, em certa medida, expressam graficamente algumas características dos modos de habitar imaginado pelos agentes do mercado imobiliário e por grupos familiares específicos, respectivamente.

Ao longo desta investigação, vários estudos comparativos entre os POs e PRs²²² foram desenvolvidos (AMORIM; GRIZ; LOUREIRO, 2011; AMORIM; LOUREIRO; GRIZ, 2009; GRIZ; AMORIM; LOUREIRO, 2010). Todos eles apontam para a introdução de ambientes e atributos espaciais que privilegiam o membro (ou os membros) de maior status da família e as atividades de convívio social. A tentativa de identificar o porquê

²²² Com número de casos menor do que os apresentados neste documento.

desta constatação direcionou a investigação para o campo do consumo, com o intuito de identificar e entender os fatores da sociedade do consumo que possam influenciar nos modos de habitar das famílias contemporâneas e, conseqüentemente, na organização espacial dos apartamentos.

Esse enfoque social complementa, assim, a principal questão da pesquisa, que, a partir daí, é organizada de maneira a entender em que medida alguns atributos da sociedade de consumo redefinem os padrões de conduta social familiar, em particular seus modos de habitar, e como esses têm impacto sobre os padrões espaciais do apartamento, expressos no projeto.

Como visto, a sociedade contemporânea é caracterizada pelo individualismo, onde o consumo adquire papel fundamental e se torna uma das principais maneiras de construção da individualidade. Sendo um fenômeno global, o consumo está presente no cotidiano das pessoas, orienta a organização da vida social e possibilita a aquisição de status. Segundo Bourdieu (2008), o status social está associado a campos simbólicos de várias naturezas, que precisam ser legitimados para serem aceitos socialmente. A legitimação dos símbolos, por sua vez, é feita principalmente através das diversas mídias da área, que estimulam o consumo e associam a adoção de certos objetos ou características ao status social para quem os incorpora.

O consumo do luxo, por exemplo, está sempre associado às classes mais abastadas, já que as que não têm condições econômicas para tal consomem praticamente aquilo que é necessário. Neste contexto, o luxo tem a função de evidenciar a posição social do consumidor, sendo assim, objeto-signo de distinção social. Adquirir carros do ano cada vez maiores, roupas e acessórios de grife, viajar, sair para restaurantes badalados (gastronomia de luxo) soma-se à aquisição do apartamento, que para seguir o mesmo padrão distintivo dos demais itens de consumo, deve ser localizado nos bairros mais privilegiados da cidade²²³, estar num edifício que ofereça vários itens de lazer nas áreas em comum e apresentar uma organização espacial única (através da customização), que tenha uma série de características que evidenciem sua distância em relação às necessidades básicas do morar. É por essa razão que a aquisição de

²²³ Constatação comentada no capítulo 3.

apartamento, na maioria dos casos e nas mais diversas cidades, vem acompanhada da necessidade da sua adequação para incorporar tais características, que cumprem, assim, uma dupla função (BAUDRILLARD, 2008): a pragmática (possibilitar o desenvolvimento de certa atividade doméstica) a e simbólica (demonstração de bom gosto, de status social, de superioridade sobre outros).

No Brasil, as características mais divulgadas pela mídia e que simbolizam a contemporânea maneira do morar bem da camada mais privilegiada da sociedade estão as já citadas valorização do espaço íntimo do casal e das atividades de convívio social. A valorização das atividades de convívio está associada à incorporação de ambientes exclusivos para atividades sociais ‘da moda’, pensados para abrigar equipamentos tecnológicos de última geração (REQUENA, 2007), que podem, assim, ser entendidos como o culto ao novo (BAUMAN, 2001). Dentre essas atividades, destacam-se a de assistir à TV digital e ao filme em tecnologia *blu-ray* em uma sala equipada com equipamentos de última geração – o *home theater*; a de cozinhar para os amigos num espaço integrado às salas²²⁴; e a de estudar ou trabalhar nos chamados *home offices*. Já o espaço privado dos membros da família de maior status é convertido em um ambiente multifuncional, podendo oferecer pequenas salas de estar, TV, trabalho, closet e grandes banheiros privativos, muitas vezes equipados com bacia e chuveiro duplos e amplas banheiras de hidromassagem. Tornam-se, assim, o símbolo da sofisticação da vida a dois no contemporâneo modo de habitar.

No entanto, essas características nem sempre são adotadas nos projetos de apartamento da elite. Isso acontece, pois há quem valorize a atividade de cozinhar, mas que não se incomode em ter um dormitório multifuncional e que prefira assistir a TV na sala de estar, por exemplo. Assim, a mescla de adoção de determinadas características espaciais resultam numa grande diversidade de projetos, que expressam, consequentemente, variados modos de habitar.

Essa diversidade na maneira de consumir as características associadas ao morar bem divulgadas pela mídia faz com que o modelo de tendências cultural proposto por

²²⁴ Evidenciando a tentativa de mudança de status da atividade de cozinhar, tradicionalmente relegada à empregada.

Douglas (1998) seja o mais adequado para classificar tanto os projetos, quanto os modos de habitar da elite recifense. Esse modelo busca classificar as diferentes tendências culturais existentes em qualquer sociedade, que definem os padrões de consumo, gostos e escolhas das pessoas, incluindo o projeto de suas habitações e seus modos de habitar. Essa classificação se baseia nas semelhanças e diferenças entre as escolhas. Quando essas são semelhantes e comuns a muitas pessoas, elas formam padrões de referencia **típicos** que “afirmam o status instituído pela sociedade”. Por outro lado, as escolhas distintas, isoladas, ou **atípicas**, caracterizam a “negação do status instituído” através da rejeição dos padrões mais disseminados pela sociedade.

Tendo essa relação como base, os POs e PRs foram analisados e classificados de acordo com a frequência de padrões de referência neles verificados, identificando projetos muito e medianamente típicos e projetos muito e medianamente atípicos. Os resultados confirmam duas constatações previamente anunciadas. Por um lado, a verificação que a maioria dos POs é classificada como muito típico – projetos que apresentam muitos padrões de referência - confirma a adoção da padronização característica do projeto concebido pelo mercado imobiliário, ressaltada por vários autores (BRANDÃO, 2002; TRAMONTANO, 2004). Por outro lado, o fato de a maioria dos PRs serem muito atípicos – projetos caracterizados por escolhas isoladas, não sendo verificada, assim, a presença de muitos padrões de referência - corrobora a diversidade de atributos sociais que caracterizam a família contemporânea (PETRINI, 2005; SANT'ANNA, 1998a; 1998b), seus modos de habitar e, conseqüentemente, seus projetos de apartamento, que sempre são reformados com o intuito de buscar o atípico.

Para identificar e entender as características que resultaram nesta atipicidade dos projetos de apartamento concebidos pela elite recifense, foi medido o grau de alteração dos PRs em relação ao PO que lhes deu origem. Os resultados indicam que o programa básico do apartamento concebido pelo mercado imobiliário, com atividades nucleares tradicionais, não parece mais atender esta camada da população. Há a necessidade de ambientes mais equipados, um menor número de dormitórios - com maior dimensão e multifuncionalidade -, sem que essa diminuição no número venha

acompanhada de uma área social pequena. Além disso, percebe-se que a escolha de apartamentos parece não ser definida pelo número de dormitórios, organização espacial ou quantidade de ambientes inicialmente oferecidos pelas construtoras, e sim pela área disponível e flexibilidade que o projeto pode proporcionar para atender as necessidades e os luxos específicos da família. A predominância de projetos *similares* às *marcas de referência* oferecidas pelo mercado imobiliário parece corroborar a condição de escolha sugerida acima.

Além disso, essas alterações mostram a existência tanto de estratégias de conservação dos princípios sociais que definem a maneira de organizar o espaço doméstico – proporcionadas pelas “escolhas racionais” (DOUGLAS, 1998) –, quanto de estratégias de subversão desses princípios – devido às “escolhas periféricas e passageiras” –, indicando, assim, o nível de influência do marketing especializado em moldar os modos de habitar dessa camada da população. Dentre as estratégias de conservação, presentes nos modos de habitar típicos e atípicos, estão a maneira que a estrutura espacial favorece o encontro nos ambientes destinados às atividades de convívio – salas e cozinha – e restringe o movimento nos espaços de uso privados dos usuários – dormitórios do chefe da família e do empregado doméstico. Característica típica da habitação brasileira (CAVALCANTI, 1984; PAULA, 2007), o baixo status do setor serviço, especialmente do quarto de uso prioritário do empregado doméstico, continua definindo a forte exclusão a que são submetidos. As estratégias de subversão dos princípios sociais definidos pelos modos de habitar da elite recifense coincidem com dois dos atributos amplamente divulgados pela mídia. São eles: o destaque conferido aos ambientes de receber (sem incluir a cozinha) e ao espaço íntimo dos membros da família de maior status. Apesar de ambos serem indicativos da importância do lazer (e do ócio, na visão de Veblen) para o contemporâneo modo de habitar da elite, evidenciando a intenção de distinção social pela exacerbação de qualidades que possam tornar sua classificação social mais próxima à camada mais alta da hierarquia social, o primeiro é um dos aspectos que caracteriza o modo de habitar típico, enquanto o segundo é uma preferência dos adeptos do modo de habitar atípico.

Essa valorização se dá principalmente através de atributos que conferem àquilo que é supérfluo – ou de luxo – em relação à função social de morar, o status de necessidade, seja por razões puramente práticas, seja também por razões simbólicas. Esses atributos são expressos nos PRs de diferentes maneiras e com frequências variadas: ampliando a dimensão desses espaços; introduzindo rótulos que proporcionem uma maior especialização das atividades através de ambientes exclusivos para o seu desenvolvimento (como *home theater*, o *home office* e o closet, por exemplo); conferindo características configuracionais que favoreçam o adequado desenvolvimento das atividades prescritas para eles.

É certo dizer, portanto, que ambos os modos de habitar expressam diferentes maneiras de alcançar a distinção social através da incorporação do luxo nos seus apartamentos. Entretanto, o modo de habitar atípico parece definir projetos cujos atributos espaciais são associados a uma estética tradicional - maior controle das relações entre usuários e os ambientes, gosto atribuído à elite recifense tradicional (ARAÚJO, 2006). Já os modos de habitar típicos definem projetos cujas características espaciais podem ser associadas tanto à estética tradicional, quanto à *clean* - a fluidez dos espaços proporcionada por uma maior integração espacial, essa última sendo uma escolha típica da nova elite recifense (ARAÚJO, 2006). Assim, se a elite tradicional recifense tende a viver segundo os atributos do modo de habitar atípico, pode-se dizer que a distinção espacial proporcionada pela incorporação do luxo tem a função de conservar o status social dessas famílias “que já têm uma posição social consolidada” (ARAÚJO, 2006). Por outro lado, como as relações sociais entre os membros da família que pertencem a nova elite da cidade são definidas pelos atributos dos modos de habitar típicos, a distinção espacial dada pelo luxo tem a função não somente de conservar, mas também de transformar o status social, confirmando, assim, a capacidade de um objeto signo – no caso, a adoção de certos itens de luxo - em incluir seus adeptos dentre as posições sociais hierarquicamente mais altas da sociedade.

Os resultados da investigação permitem concluir, portanto, que muitas características dos projetos de apartamentos da elite recifense vêm da necessidade intrínseca à função de habitar. Outras simbolizam valores próprios da sociedade de consumo

contemporânea. Essas últimas são os artigos de luxo (como as super suítes máster e as avantajadas dimensões do setor social), se comparados a habitações de famílias de classes sociais mais baixas. Entretanto, para essa classe de consumidores, esse luxo é necessário para proporcionar a distinção e marcar a posição social a que pertencem, seja por conservação – no caso da elite tradicional- seja por transformação – no caso da nova elite. Assim, **quando o luxo é necessário**, ele passa a ser, então, um instrumento que codifica e reafirma o *status* social do morador através da sua habitação.

Por fim, vale ressaltar mais uma vez que, apesar da investigação analisar as circunstâncias locais – mostrando como o consumo do luxo redefine o projeto de apartamentos da elite recifense, esse consumo conspícuo, e não somente de artigos de luxo, é uma característica marcante da sociedade contemporânea que se estende a outras regiões e a diferentes grupos de consumidores - das classes mais abastadas até as menos privilegiadas. Caracteriza, portanto, um fenômeno mais amplo que, guardando as particularidades, pode ser investigado em diferentes contextos segundo procedimentos semelhantes aos utilizados nesta investigação.

REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS

Referências bibliográficas

A.C.CRUIZ. **Relatório de obras realizadas**. Recife: A.C. Cruz, 2008

ADEMI-PE. **Demanda por imóveis**: Pesquisa de mercado. Recife: ADEMI-PE, 2009

ADEMI-PE. **Demanda por imóveis**: Pesquisa de mercado. Recife: ADEMI-PE, 2011

AGHASSIAN, M.; AUGÉ, M. Introdução ao vocabulário do parentesco. In: AGHASSIAN, M.; AUGÉ, M. (Ed.). **Os domínios do parentesco**: filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa: Edições70, 1973. p. 11-74.

ALTMAN, I. **The enviroment and social behavior**: Privacy, personal space, territory, crowding. Moterey: Brooks / Cole, 1975.

AMORIM, L. The sector's paradigm: understanding modern funcionalism in domestic space. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 1, 1997, Londres. **Proceedings...** Londres: University College of London, 1997.

AMORIM, L. **The sector's paradigm**: a study of the spatial and functional nature of modernist housing in Northeast, Brazil. 1999. 438 f. Tese (PhD em Advanced Studies) - University College of London, London, 1999.

AMORIM, L. Houses of Recife: from diachrony to synchrony. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 3, 2001a, Atlanta. **Proceedings...** Atlanta: Georgia Tech University, 2001a.

AMORIM, L. When graphs are predictable: The role of sectors in guiding depth distribution in buildings. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 1, 2001b, Atlanta. **Proceedings...** Atlanta, 2001b.

AMORIM, L.; LOUREIRO, C. Alice's mirror: marketing strategies and the creation of the ideal home. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 4, 2003, Londres. **Proceedings...** Londres: University College of London, 2003. p.22.1-22.16.

AMORIM, L.; LOUREIRO, C.; GRIZ, C. Casa deles, casa minha... In: *Projetar*, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

AMORIM, L.; GRIZ, C.; LOUREIRO, C. É permitido permitir: das alterações no produto imobiliário e dos modos de morar contemporâneos no Recife. **VIRUS**, São Carlos, 2011. Disponível em:<<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=4&item=1&lang=pt>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

ANDRADE, L.; DUARTE, C. **As marcas da imaginação na habitação urbana**. Cadernos PROARQ, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-10. 1997.

ARAÚJO, K. M. D. **Consumo e reconhecimento social**: a valorização do “morar bem” entre Novas Elites do Recife. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1981.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BAUDRILLARD, J. **Sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERQUÓ, E. **A família no século XXI**: um enfoque demográfico. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 6. 1989.

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. (Ed.). **História da vida privada no Brasil 4**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil**. Análise social, Lisboa, v. 29, p. 711-732. 1994.

BOTH, E. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora S.A., 1976.

BOURDIEU, P. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008.

BOUTINET, J. **Antropologia do projeto**. Rio Grande do Sul: Artmed Editora, 2002.

BRANDÃO, D. **Diversidade e potencial de flexibilidade de arranjos espaciais de apartamentos**: Uma análise do produto imobiliário no Brasil. 2002. 429 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BRANDSTETTER, M.; HEINECK, L. Aspectos conceituais e metodológicos do comportamento do consumidor do mercado imobiliário: uma caracterização da carreira habitacional. **Revista Ambiente Construído**, v. v.5, p. 19-33, jul/set 2005.

BRASIL. Lei n. 8.078 de 11 de setembro de 1990. **Código de defesa do consumidor**. Brasília, 11 set.1990.

BRASILEIRO, A.; DUARTE, C. Alojamento de Estudantes da UFRJ: Quartos Iguais, Espaços Diferentes. **Cadernos PROARQ**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-24. 2004.

BRUSCHINI, C. **Mulher, casa e família**: Cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

CAMARGO, E. **Casa, doce lar**: O habitar doméstico percebido e vivenciado. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAVALCANTI, L. **Moradia e camadas médias**: Íntimo, social e serviço. Rio de Janeiro, 1984.

CHAPMAN, T.; HOCKEY, J.; WOOD, J. Daring to be different? Choosing an alternative to the ideal home. In: CHAPMAN, T.; HOCKEY, J. (Ed.). **Ideal homes?** Social change and domestic life. Londres e Nova York: Routledge, 1999. p. 194-209.

CHAVES, C. As experiências do habitar moderno em João Pessoa entre 1950/1970. In: DOCOMOMO NORDESTE 2010, 2010, Recife. **Anais...** Recife, 2010.

CONROY-DALTON, R.; KIRSAN, C. Graph isomorphism and genotypical houses. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 5, 2005, Delft. **Proceedings...** Delft: Delft University of Technology, 2005.

CONTE, C. P.; LOR, E. A.; MARTIGNONI, F. A. **Modernidade líquida**: análise sobre o consumismo e seus impactos na sociedade da informação. 2007. Disponível em: <http://www2.oabsp.org.br/asp/comissoes/sociedade_informacao/artigos/modernidade_liquida.pdf>. Acesso em: 21 out. 2011.

COOLEN, H.; OZAKI, R. Culture, lifestyle and the meaning of a dwelling. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ADEQUATE & AFFORDABLE HOUSING FOR ALL, 2004, Toronto. **Proceedings...** Toronto: Centre for Urban and Community Studies, University of Toronto, 2004.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: ALMEIDA, M. S. K. (Ed.). **Colcha de retalhos**: Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

COSTA FILHO, L. L. C. **Discussão sobre a definição dimensional em apartamentos**: Contribuição à ergonomia do ambiente construído. 2005. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

COUTINHO, E. **O espaço da arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**: cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda., 1997.

DESYLLAS, J. Domestic asylum: a study of 11 local authority hostel for mentally handicapped people. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 2, 1999, Brasília. **Proceedings...** Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

DOUGLAS, M. **Estilos de pensar**. Barcelona: Gedisa, 1998.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**: Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DUARTE, A. Cadê o quarto que estava aqui? Depósito, escritório, despensa... Cabe de um tudo no espaço destinado à empregada, menos ela mesma. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 jun. 2011. Revista Aurora.

DUARTE, C.; SANTANA, E.; BRASILEIRO, A.; VIEIRA, M.; PAULA, K.; UCLIONE, P. Design and metaphor: exploring analysis tools for built environments. In: IAPS, 2006, Londres. **Anais...** Londres: The IAPS press, 2006. p.1-18.

EVANS, R. **Translations from drawing to building and other essays**. Cambridge/Massachusetts: The MIT press, 1997.

FABRICIO, M. **Projeto simultâneo na construção de edifícios**. 2002. 350 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Construção Civil e Urbana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FIGUEIRA, S. **Uma nova família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FILGUEIRAS, M. R. **O enfraquecimento da figura do pai após o declínio do patriarcalismo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2009.

FREIRE FILHO, J. F. Mídia, consumo cultural e estilo de vida na pós-modernidade. **ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 77-97. 2003.

FLANDERS, J. **The victorian house**: Domestic life from childbirth to deathbed. Bretanha: Harper Perennial, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FRANÇA, F. C. **Indisciplina que muda a arquitetura**: a dinâmica do espaço doméstico no Distrito Federal. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FREITAS, L.; HEINECK, A. Linhas de pesquisa no estudo do comportamento do consumidor: da mobilidade residencial à avaliação pós-ocupação. **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. v.3, p. 25-33, jan/mar. 2003.

FREITAS, Z. D. O. A família baiana contemporânea: leitura e formação de leitores. **Revista da ESAB** (Escola Superior Aberta do Brasil), 2011. Disponível em:<<http://revistadaesab.com/?p=168&pfstyle=wp>>. Acesso em: 17 out. 2011.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1933.

GALES, R.; NETO, C. M. C. Modernismo e urbanidade: os pioneiros da habitação vertical em São Paulo. In: DOCOMOMO BRASIL 2005, 2005, Niterói. **Anais...** Niterói, 2005.

GARCIA, C. **Família igualitária**: A democracia no âmbito público e no privado. 2003. Tese (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

GEORGIU, M. **Architectural privacy**: a topological approach to relational design problems. 2006. Dissertação (Mestrado em Science in Adaptive Architecture & Computation) - University College of London, Londres, 2006.

GIDDENS, A. **A terceira via**: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOLDANI, A. A. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, p. 67-110. 1993.

GOODSELL, C. **The social meaning of civic space**: studying political authority through architecture. Lawrence, Kansas: University Press Kansas, 1988.

GRIZ, C. **Poder, hierarquia e controle**: O espaço da justiça em Pernambuco. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

GRIZ, C. **Projetos de apartamentos**: sobre a relação entre espaço doméstico, família e modos de morar. 2009. Projeto de tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

GRIZ, C.; AMORIM, L.; LOUREIRO, C. A família e a casa: papai ainda sabe tudo? **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo** (PUCMG), Belo Horizonte, v. 15, p. 29-47. 2008.

GRIZ, C.; AMORIM, L.; LOUREIRO, C. Customização do produto imobiliário: projeto de apartamentos no Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO - ENTAC, 13, 2010, Canela. **Anais...** Canela: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

HADJICHRISTOS, C. The Would, the Could, the Should and the Is: The role of architect and client in the production of the spatial characteristics of the contemporary Greek-Cypriot House. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 4, 2003, Londres. **Proceedings...** Londres: University College of London, 2003. p.50-59.

HANSON, J. **Decoding homes and houses**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 318p p.

HANSON, J.; MAJOR, M. **Principles of spatial morphology and computer methodology**: quick reference manual for students. Londres: The Bartlett School of Graduate Studies, University College London, 1997.

HANSON, J. Morphology and Design: Reconciling intellect, intuition, and ethics in the reflective practice of architecture. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 3, 2001, Atlanta. **Proceedings...** Atlanta: Georgia Tech University, 2001.

HANSON, J. The architecture of justice: iconography and space configuration in the English law court building. **Architectural Research Quarterly**, Cambridge, v. 1. 1996.

HANSON, J.; HILLIER, B. Domestic Space Organization: two contemporary space-codes compared. **Architecture & Comportment / Architecture & Behavior**, v. 2, p. 5-25. 1982.

HEPWORTH, M. Security and Respectability. In: CHAPMAN, T.; HOCKEY, J. (Ed.). **Ideal homes?** Social change and domestic life. Londres: Routledge, 1999. p. 17-29.

HILLIER, B.; PENN, A.; HANSON, J.; GRAJEWSKI, T.; XU, J. Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 20, p. 29-66. 1993.

HILLIER, B.; LEAMAN, A.; STANSALL, P.; BEDFORD, N. Space syntax. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 3, p. 147-185. 1976.

HILLIER, B. **Space is the machine:** a configurational theory of architecture. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HILLIER, B. The architecture of the urban object. **Ekistics**, Londres, v. 334-335, p. 5-20. 1989.

HILLIER, B.; HANSON, J. Introduction: a second paradigm. **Architecture and Behavior**, v. 3, p. 197-199. 1987.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, B.; HANSON, J.; GRAHAM, H. Ideas are things: an application of the space syntax method to discovering house genotypes. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 14, p. 363-385. 1987.

HILLIER, B.; HANSON, J.; PEONIS, J. In: POWELL, J. A.; COOPER, I.; LERA, S. (Ed.). **What do we mean by building function:** Designing for building utilization. London: Spon Ltda, 1984.

HILLIER, B.; PENN, A. Rejoinder to Carlo Ratti. **Environment and Planning B: Planning and Design**, n. 31, p. 501-511. 2004.

HILLIER, B.; PENN, A. Visible Colleges: structure and randomness in the place of discovery. **Science in Context**, p. 23-49. 1991.

HINTZ, H. C. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **The Advanced-Progress (Vidalia)**, v. 3, p. 8-19. 2001.

HOLANDA, F. A determinação negativa do movimento moderno. In: DOCOMOMO BRASIL 2007, 1997, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 1997. p.1-18.

HOLANDA, F. D. (Ed.) **Arquitetura & Urbanidade.** São Paulo: Pro Editores, 2003.

HOLANDA, F. D. Arquitetura sociológica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 9, p. 115-129. 2007.

HOLANDA, F. **O espaço de exceção.** Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva,
- IBGE. **Censo demográfico 2010**. Características da População e dos Domicílios. 2010a.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2007**. 2007.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2010**. Uma Análise das Condições de Vida. 2010b.
- JOHNSON, P. **The theory of architecture: concepts, themes and practices**. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1994.
- KAAP, S. Por que Teoria Crítica da Arquitetura? Uma explicação e uma aporia. In: MALARD, M. L. (Ed.). **Cinco textos sobre arquitetura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 115-167.
- KENT, S. A cross-cultural study of segmentation, architecture and use of space. In: KENT, S. (Ed.). **Domestic architecture and the use of space: an interdisciplinary cross-cultural study**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- LANG, J. **Creating architectural theory: The role of the Behavioral Sciences in Environmental Design**. Nova York: Van Nostrand Reinhold Company, 1987.
- LARA, F. Living differently in similar buildings. In: LARA, F. (Ed.). **Global apartments**. Michigan: Studio Toró, 2009.
- LAWRENCE, R. **Housing, dwelling and homes: design theory, research and practice**. Chichester e Nova York: John Wiley and Sons, 1987.
- LAWRENCE, R. Public collective and private space: a study of urban housing in Switzerland. In: KENT, S. (Ed.). **Domestic architecture and the use of space: an interdisciplinary cross-cultural study**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- LEMOS, C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.
- LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- LIMA, M. M. X. **Análise de Inadequações projetuais do setor serviço sob a ótica da geração de valor para o usuário em habitações de interesse social**. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- LINO, M. V. A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares. **Revista IGT na Rede**, v. 6, p. 2-13. 2009.
- LIRA, J. T. D. Modernidade e economia do morar no Recife (1930-1964). In: SAMPAIO, M. R. A. (Ed.). **A promoção privada de habitação econômica e a arquitetura moderna 1930-196**. São Carlos: RiMa, 2002.
- LOUREIRO, C. **Classe, controle, encontro: o espaço escolar**. 2000. 322 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LOUREIRO, C.; AMORIM, L. Dize-me teu nome, tua altura e onde moras e te direi quem és: estratégias de marketing e a criação da casa ideal. **Vitruvius**, São Paulo, 2005. Disponível em:<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.058/490>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

LYRIO FILHO, A. L.; RABELO, P.; AMORIM, S. A importância do arquiteto na concepção: o caso brasileiro. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DO PROCESSO DE PROJETO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

MANDIGAN, R.; MUNRO, M. The more we are together: domestic space, gender and privacy. In: CHAPMAN, T.; HOCKEY, J. (Ed.). **Ideal homes?** Social change and domestic life. Londres: Routledge, 1999. p. 61-72.

MARCUS, C. **House as a mirror of self:** Exploring the deeper meaning of home. Berkeley: Conari Press, 1997.

MARKUS, T. Building as classifying devices. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 14, p. 467-484. 1987.

MARKUS, T. **Buildings and power:** freedom and control in the origin of modern buildings types. Londres: Routledge, 1993.

MEDINA, C. A. D. Família, ontem, hoje, amanhã. In: SILVA, I. L. R.; ALVES, E. P.; ARNAUT, T. (Ed.). **Debates sociais.** Número Especial: Família Ontem Hoje Amanha. Rio de Janeiro: PUC, 1990.

MELLO, J.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHEARCA, L. (Ed.). **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MERCÊS, M. **Demanda por imóveis:** pesquisa de mercado. Recife: M&E Dados, 2009.

MONTEIRO, C. Activity analysis in houses of Recife. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 1, 1997, Londres. **Proceedings...** Londres: University College of London, 1997. p.20.1-20.14.

MOORE, G. Toward Environment-Behavior Theories of the Middle Range. Their structure and relation to normative design theories. In: MOORE, G.; MARANS, R. (Ed.). **Advances in Environment, Behavior and Design:** Toward the Integration of Theory, Methods, Research, and Utilization. Nova York: Plenum Press, 1997. p. 1-40.

MOREIRA, F. D.; FREIRE, A. C. D. M. O edifício-quintal de Wandenkolk Tinoco. **Vitruvius**, 2011, v. 129.04. Disponível em:<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.129/3749>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

NASCIMENTO, C. **Até os limites do tipo: emergência, adequação e permanência das propriedades sócio-espaciais dos edifícios de re-formação.** 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

NASCIMENTO, C.; LOUREIRO, C.; AMORIM, L. Um tesouro para toda a vida... logo ali: de como o sonho de morar é construído. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE SUSTENTABILIDADE, ARQUITETURA, DESENHO URBANO - NUTAU 2002, 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

NASLAVSKY, G. **Arquitetura moderna em Pernambuco 1951-1972: as contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim.** 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NASLAVSKY, G. **Modernidade arquitetônica no Recife: Modernização da Arquitetura no Segundo Quartel do Século XX.** 1998. 310 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

NESBITT, K. **Theorizing a new agenda for architecture: An anthology of architectural theory 1965-1995.** Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.

NIIT, T. A methodological framework for studying families in dwelling environments. In: IAPS, 1988, Delft. **Proceedings...** Delft: IAPS, 1988.

NYLANDER, O. **The home as architecture.** Molndal: CHR Bok & Bild, 1999.

ORHUN, D.; HILLIER, B.; HANSON, J. Socialising spatial types in traditional Turkish houses. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 23, p. 329-351. 1996.

OSMAN, K.; SULIMAN, N. The space syntax methodology: fits and misfits. **Architecture and Behavior**, v. 10, p. 189-201. 1994.

OZAKI, R. House design as a representation of values and lifestyles: the meaning of use of domestic space. In: GARCIA-MIRA, R. (Ed.). **Housing, space and quality of life.** Aldershot/Hampshire: Ashgate, 2005. p. 97-112.

PALERMO, C. A geometria do habitar. In: *Projetar*, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

PAULA, V. D. C. Can genotype patterns change over time? In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 8, 2012, Santiago. **Proceedings...** Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2012.

PAULA, V. D. C. **Espaço e sociedade: Apartamentos no Rio de Janeiro no século XX.** 2007. 419 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PEARSON, M.; RICHARDS, C. Ordering the world: perceptions of architecture, space and time. In: PEARSON, M.; RICHARDS, C. (Ed.). **Architecture & Order: Approaches to social space.** Londres e Nova York: Routledge, 1997.

PEATROSS, F. The spatial dimension of control in restrictive settings. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 1, 1997, Londres. **Proceedings...** Londres: University College of London, 1997.

PEPONIS, J. Interacting question and descriptions. How do they look from here? In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 3, 2001, Atlanta. **Proceedings...** Atlanta: Georgia Tech University, 2001. p.13-26.

PEPONIS, J. The spatial culture of factories. **Human relation**, v. 38, p. 357-390. 1985.

PEPONIS, J.; HEDIN, J. The layout of theories in the Natural History Museum. **8H**, v. 3, p. 21-25. 1982.

PETRINI, G.; ALCANTARA, M. A. R.; MOREIRA, L. V. C. Família na contemporaneidade: uma análise conceitual. In: MENEZES, J. E.; CASTRO, M. G. (Ed.). **Família, população, sexo e poder: entre saberes e polêmicas**. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 257-274.

PETRINI, J. C. Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia. **Memorandum**, 2005, v. 8, p.20-37. Disponível em:<<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/petrini01.htm>>. Acesso em: 17 out. 2011.

QUEIROZ, F.; TRAMONTANO, M. Apartamentos paulistanos: novas propostas espaciais em exemplares da produção privada recente. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2009, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Universidade de São Paulo, 2009.

RAPOPORT, A. **House form and cultures**. Englewood Cliffs: Prentice Hall INC, 1969.

RAPOPORT, A. Systems of activities ad systems of settings. In: KENT, S. (Ed.). **Domestic architecture and the use of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RAPOPORT, A. Thinking about home environments. In: ALTMAN, I.; WERNER, C. (Ed.). **Home environments**. Nova York: Plenum Press, 1985.

RATTI, C. Urban texture and space syntax: some inconsistencies. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 31. 2004.

RECIFE. Lei n. 16.176 de 1996. **Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife**.1996.

RECIFE. Lei no 16.292 de 29 de setembro de 1997. **Lei de Edificações e Instalações na Cidade do Recife**. Recife, 29 set.1997.

RÊGO, M. M. D. C. **Preparação pré-matrimonial e mudança de valores e atitudes em relação ao casamento**. 2005. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2005.

REQUENA, C. **Habitar híbrido: Interatividade e experiência na era da cibercultura**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

ROBINSON, J. Institutional space, domestic space, and power relations: revisiting territoriality with space syntax. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 3, 2001, Atlanta. **Proceedings...** Atlanta: Georgia Tech University, 2001.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

RYBCZYNSKI, W. **Casa: pequena história de uma ideia**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

SALSA, I. D. S.; MOREIRA, J. A.; PEREIRA, M. G. **Matemática e realidade interdisciplinar**. Natal: EDUFRN Editora da UFRN, 2005.

SANTANA, J. D. L. **Imagens em espelho: uma discussão sobre consumo, juventude e socialização**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SANT'ANNA, M. J. G. **Cidade, habitação e família contemporâneas: os flats cariocas como uma nova forma de morar**. 1998a. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998a.

SANT'ANNA, M. J. G. Dinâmica socioespacial, habitação e família na metrópole do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, p. 135-158. 1998b.

SCOTT, R. P. Patriarcalismo e idéias salvacionistas. In: SCOTT, R. P.; ZARUR, G. (Ed.). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Ed. Universitária, 2003.

SEAMON, D. A lived hermetic of people and Place. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 6, 2007, Istambul. **Proceedings...** Istambul: Faculty of Architecture - Istanbul Technical University 2007.

SETTON, M. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. 2002.

SILVA, G. G. D. Marcos da arquitetura moderna em Pernambuco. In: WISSENBACH, V.; SEGAWA, H. (Ed.). **Arquiteturas no Brasil/Anos 80**. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1988.

SINGLY, F. D. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOUZA, D. B. I. D. **Reconstruindo Cajueiro Seco: Arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

STEADMAN, P. **Architectural morphology: an introduction to the geometry of buildings plan**. Londres: Pion, 1983.

TRAMONTANO, M. **Apartamentos e vida privada na cidade de São Paulo**. 2004. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

TRAMONTANO, M. **Habitação contemporânea: Riscos Preliminares**. São Carlos: EESC-USP, 1995.

- TRAMONTANO, M. **Habitação moderna**: A construção de um conceito. São Carlos: EESC-USP, 1993a.
- TRAMONTANO, M. **Novos modos de vida, novos espaços de morar**. São Carlos: Universidade de São Carlos, 1993b.
- TRIGUEIRO, E. **Oh de fora!** Um estudo sobre a arquitetura residencial pré-modernista do Recife. 1989. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.
- TRIGUEIRO, E. **Change in domestic space design**. 1994. Tese (PhD em Advanced Studies) - University College of London, Londres, 1994.
- TRIGUEIRO, E. The dinner procession goes to the kitchen. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 1, 1997, Londres. **Proceedings...** Londres: University College of London, 1997.
- VAISTMAN, J. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VAISTMAN, J. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. **Revistas Estudos Femininos**, v. 5. 1997.
- VAZ, L. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.
- VEBLEN, T. **A Alemanha imperial e a revolução industrial**: a teoria da classe operária. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VERGUEIRO, L. Direito à privacidade: o direito fundamental da modernidade. **IAR: Revista de Derecho Informático**, Lima, 2005. Disponível em: <<http://www.alfa-redi.org/rdi-articulo.shtml?x=1909>>. Acesso em: 07 mar. 2011.
- VILLA, S. Mercado imobiliário e edifícios de apartamentos: produção do espaço habitável no século XX. **Vitruvius**, 2006, v. 078.4. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.078/297>>. Acesso em: 24 mar. 2011.
- VILLA, S.; ORNSTEIN, S. Projetar apartamentos com vistas à qualidade arquitetônica a partir dos resultados da Avaliação Pós-Ocupação (APO). In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2009, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Universidade de São Carlos, 2009.
- WILK, R. R. The built environment and consumer decisions. In: KENT, S. (Ed.). **Domestic architecture and the use of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- ZACARIAS, M. C. D. O. **Família e TV**: mais que dominação e subordinação. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

ZEVI, B. O espaço: protagonista da arquitetura. In: ZEVI, B. (Ed.). **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ZIMRING, C.; PEATROSS, D. Cultural Aspects of Workplace Organization and Space. In: MOORE, G.; MARANS, R. (Ed.). **Advances in Environment, Behavior and Design**: towards the integration of theory, methods, research and utilization. Nova York: Plenum Press, 1987.

Fontes citadas

www.movimentoum.com.br.

<http://casa.abril.com.br/materia/apartamento-de-180-m2-pronto-para-a-chegada-do-bebe#13>

<http://casa.abril.com.br/materias/reformas/reforma-45-dias-altera-cozinha-sala-apartamento-santos-sp-642757.shtml#1>

<http://casa.abril.com.br//materias/apartamentos/portas-integram-isolam-espacos-sao-destaques-apartamento-622477.shtml#5>

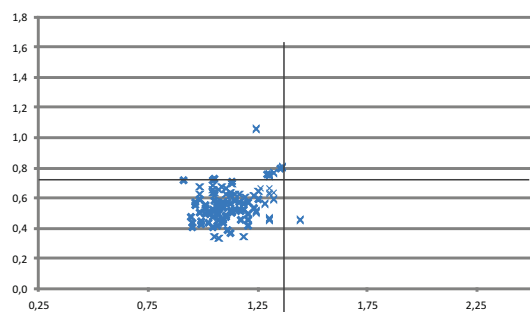
<http://casa.abril.com.br/materias/apartamentos/horizonte-aberto-duplex-bem-masculino-solteiro-630061.shtml#3>

<http://casa.abril.com.br/materia/apartamento-de-180-m2-pronto-para-a-chegada-do-bebe#13>

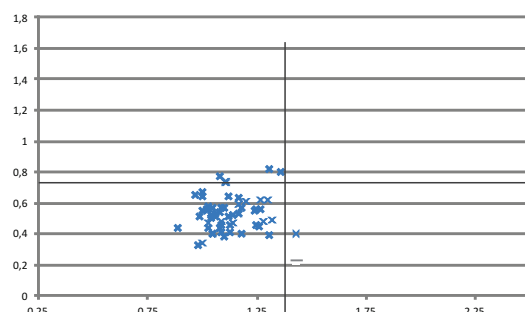
Genéricos Similares Referência. **Viva Saúde**, jun. 2005. Disponível em: <<http://revitavivasaude.uol.com.br/Edicoes/14/artigo8672-1.asp>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

APÊNDICES

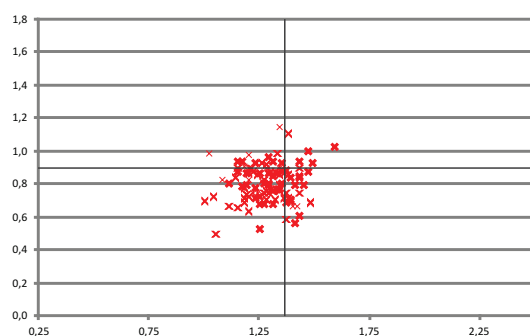
Apêndice 1. Modelo de quatro regiões, que expressa o grau de privacidade de espaços e setores.



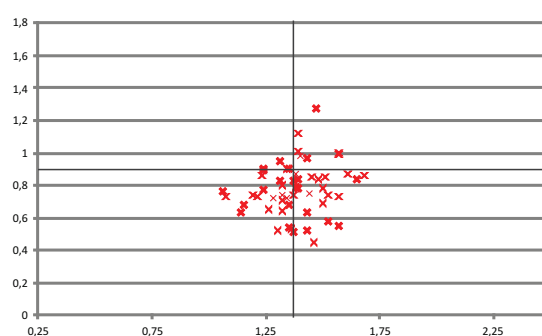
Setor social - POs



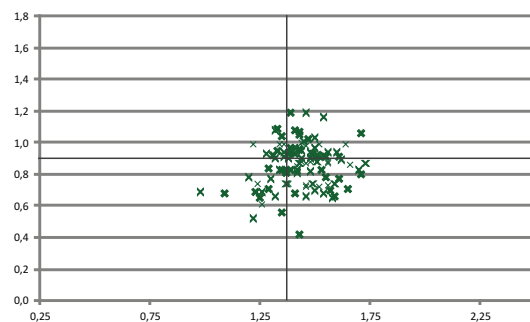
Setor social - PRs



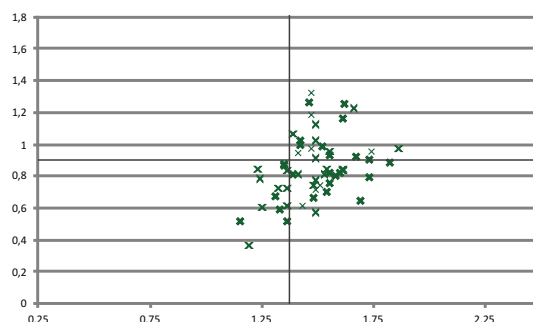
Setor íntimo - POs



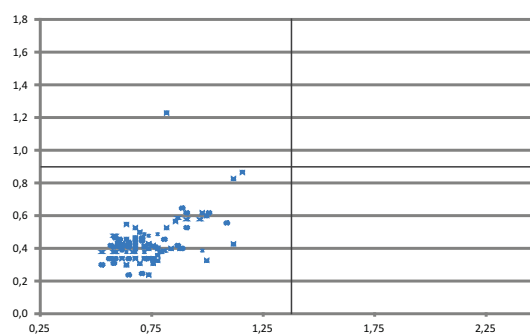
Setor íntimo - PRs



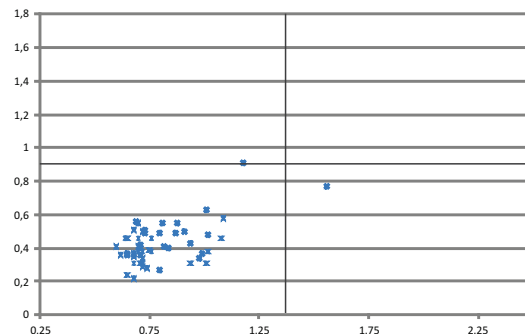
Setor serviço - POs



Setor serviço - PRs

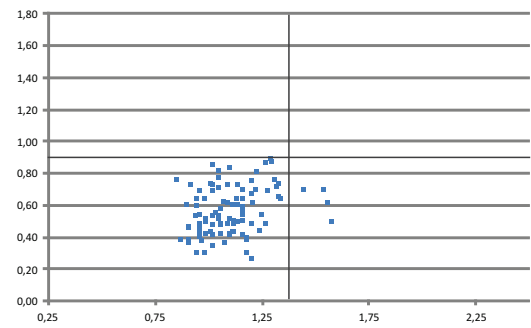


Sala de Jantar - POs

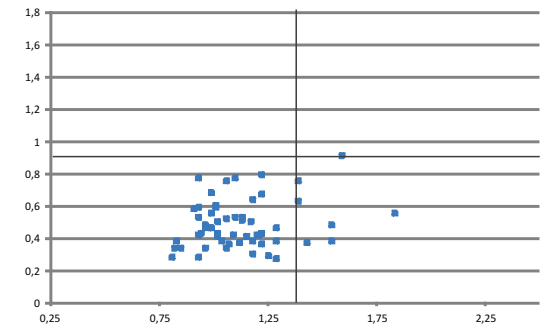


Sala de jantar - PRs

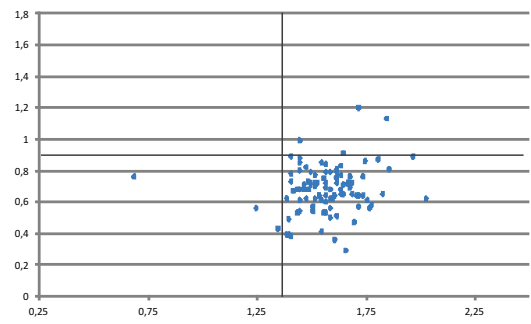
Apêndice 1 (continuação). Modelo de quatro regiões, que expressa o grau de privacidade de espaços e setores.



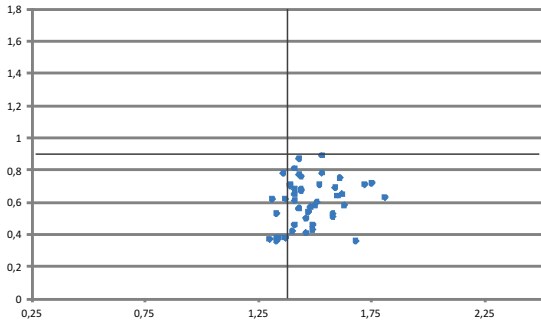
Sala de estar - POs



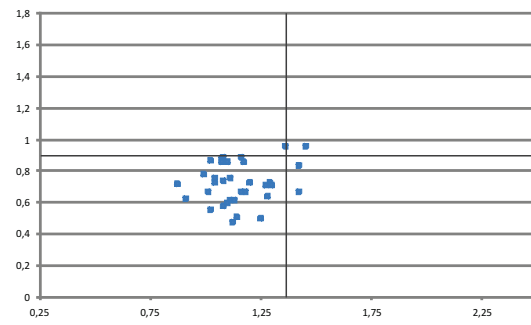
Sala de estar - PRs



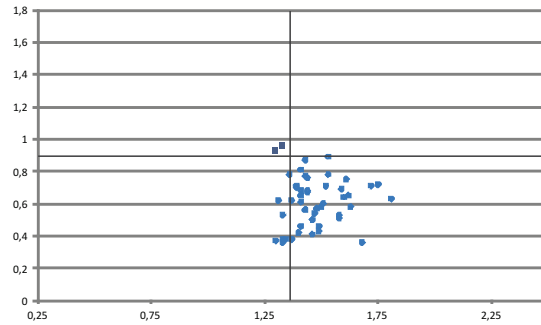
Varanda - POs



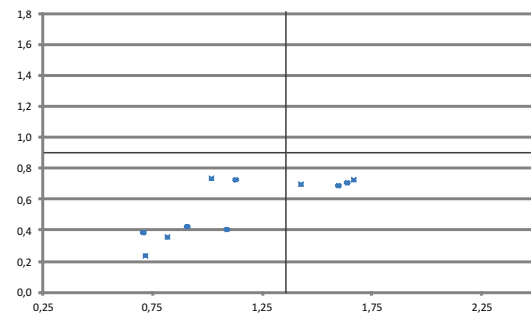
Varanda - PRs



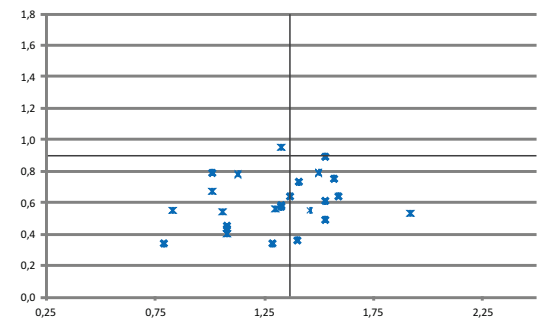
Lavabo - POs



Lavabo - PRs

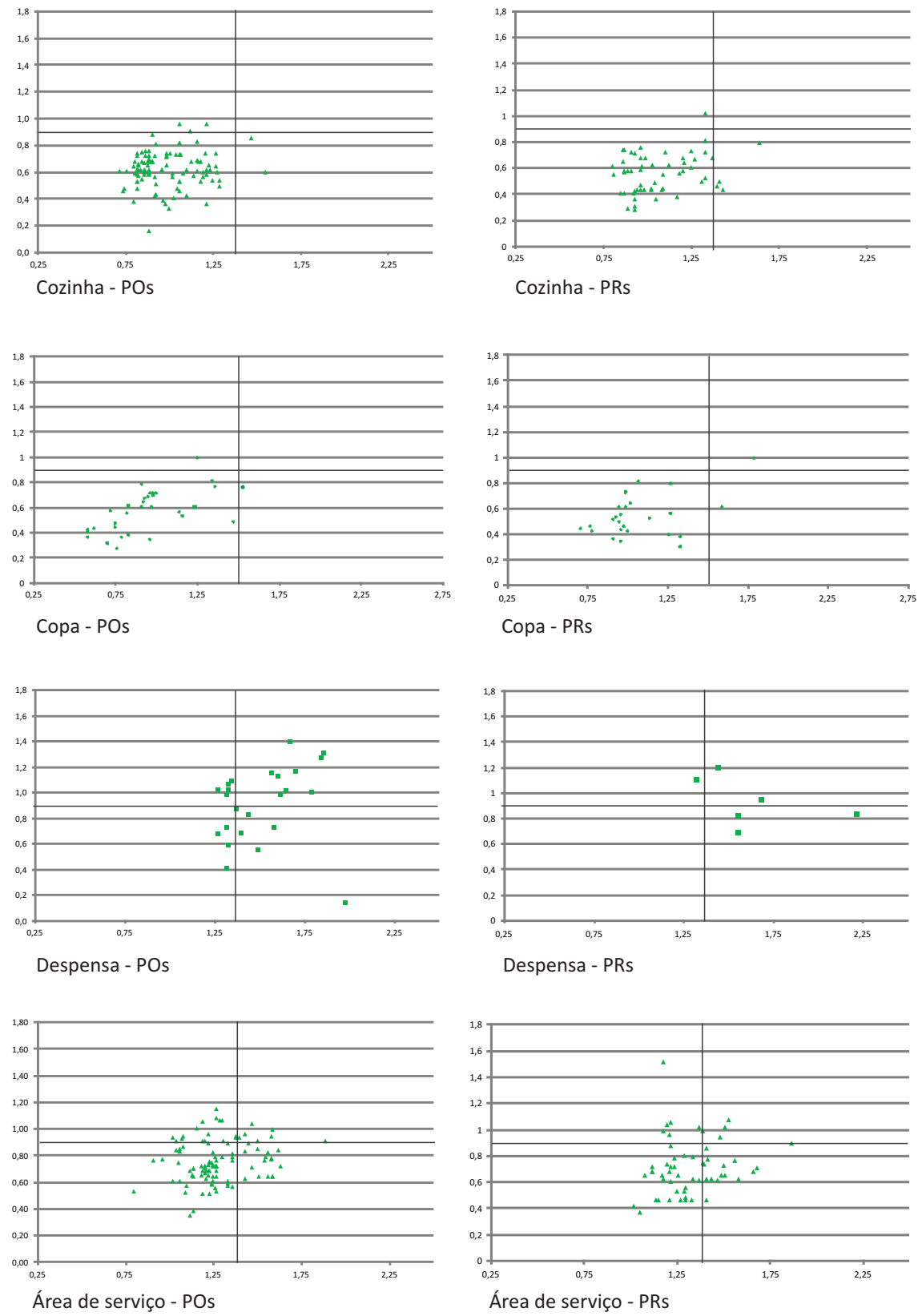


Home theater - POs

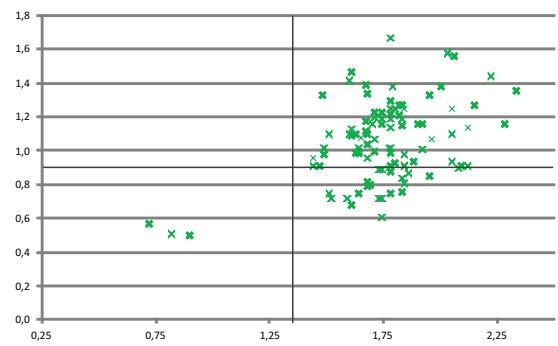


Home theater - PRs

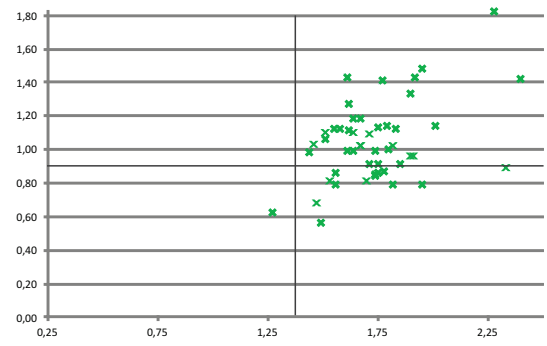
Apêndice 1 (continuação). Modelo de quatro regiões, que expressa o grau de privacidade de espaços e setores.



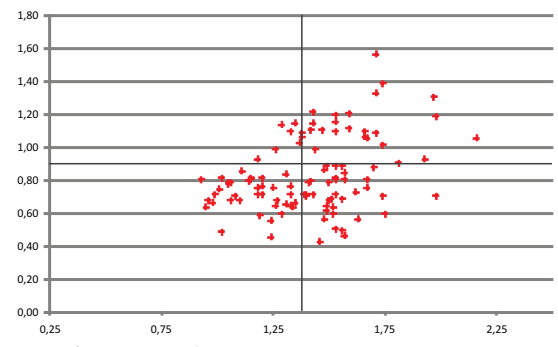
Apêndice 1 (continuação). Modelo de quatro regiões, que expressa o grau de privacidade de espaços e setores.



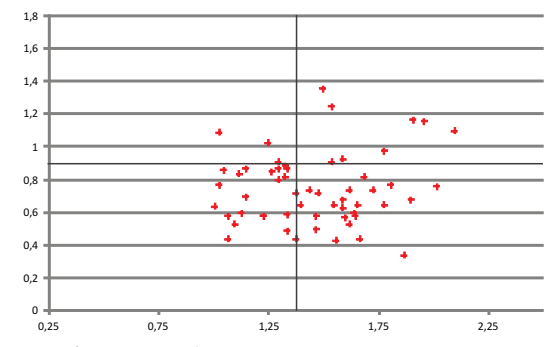
Quarto de serviço - POs



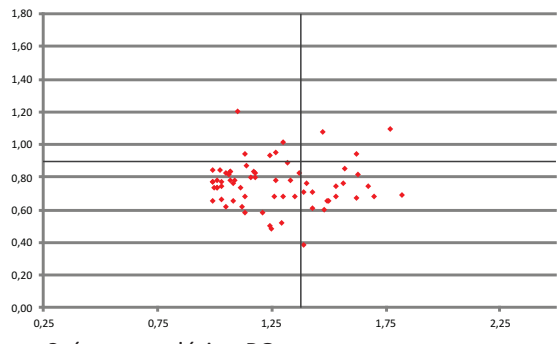
Quarto de serviço - PRs



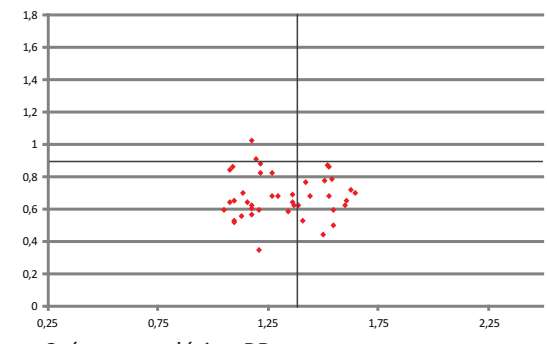
Suíte principal - POs



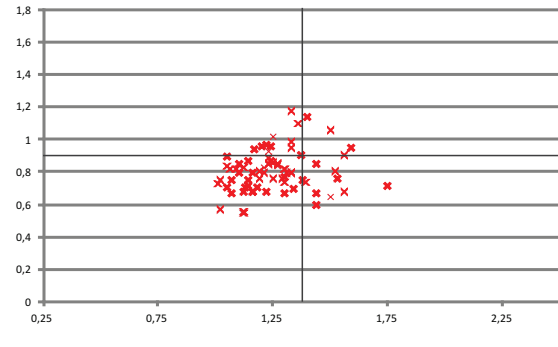
Suíte principal - PRs



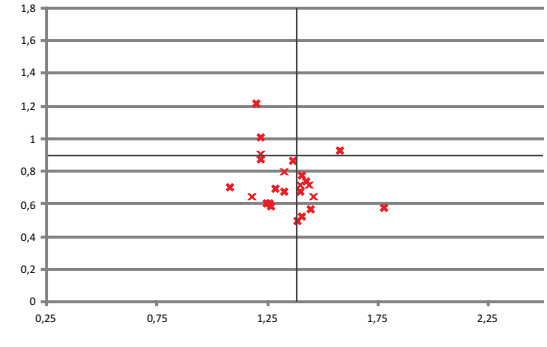
Suíte secundária - POs



Suíte secundária - PRs

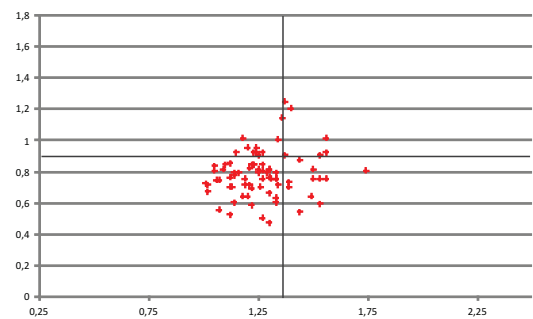


Quarto - POs

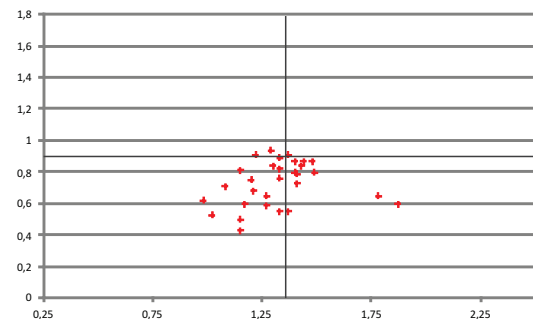


Quarto - PRs

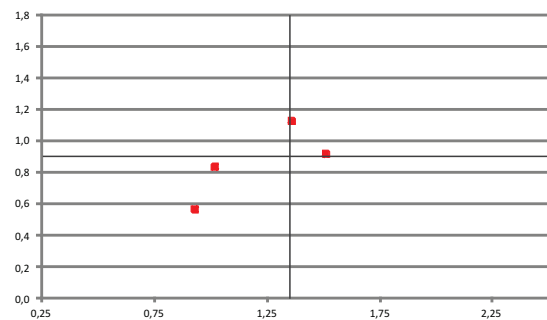
Apêndice 1 (continuação). Modelo de quatro regiões, que expressa o grau de privacidade de espaços e setores.



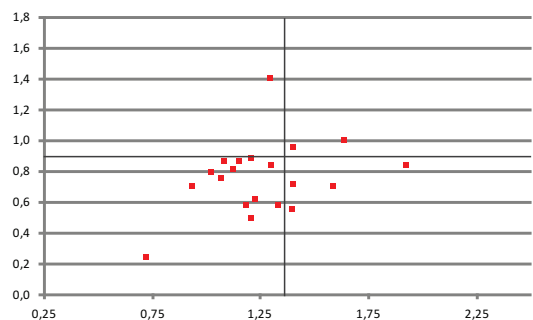
Bwc social - POs



Bwc social - PRs



Home office íntimo - POs



Home office íntimo - PRs

Apêndice 2. Dados das variáveis funcional, dimensional e configuracional

Tabela 01. Dados funcionais dos POs

POs	E	J	V	C	SE	QS	Bse	Q	S	Bso	LV	HT	HOs	HOi	CO	DE	DP	Cq	Cs	Cs2	RP	EI
C b 1	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
C b 2	1	1	1	1	1	1	1	0	2	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
C g (Villa 05)	2	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
C 1a 1	2	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0
C 1a 2	2	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0
C 1a 3	2	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0
C 1a 4	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0
C f (Villa 04)	2	1	1	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C h (Villa 06)	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
C g (Villa 07)	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
C e (Villa 03)	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0
C c (Villa 01)	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
C d (Villa 02)	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C2a	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C3a	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C3b	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
C4a1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C4a2	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C4a3	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C4b	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
C4c	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
C5a	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C6a1	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C6a2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C6b	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C6c1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C6c2	1	1	0	1	1	1	1	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C7a	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
C7b1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
C7b2	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
C8a	2	1	1	1	1	1	1	0	4	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1
C8b	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
C8c	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
C9a1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
C9a2	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
C9a3	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0
C9a4	2	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
C 10a	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 10b	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 10c	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
C 11a 1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 11a 2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 11a 3	1	1	1	1	1	0	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 11a 4	1	1	1	1	1	0	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 11b	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
C 11c	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 12a	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
C 12b	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 12c	2	1	1	1	1	1	1	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
C 13a 1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 13a 2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 13b	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
C 13c	2	1	1	1	1	1	1	0	4	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0
C 13d	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
C 13e	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 14a 1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 14a 2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 15a 1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 15a 2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C 16a	1	1	1	1	1	1	1	0	4	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0

Apêndice 2 (continuação). Dados das variáveis funcional, dimensional e configuracional

Tabela 02. Dados funcionais dos PRs

PRs	E	J	V	C	SE	QS	Bse	Q	S	Bso	LV	HT	HOs	HOi	CO	DE	DP	Cq	Cs	Cs2	RP	EI
P1A	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
P1B	1	1	0	1	1	1	1	0	4	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
P1C	2	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0
P1D	1	1	0	1	1	1	1	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
P1E	1	1	0	1	1	1	1	0	3	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0
P1F	2	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0
P1G	1	1	1	1	1	1	1	0	2	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0
P1H	3	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0
P2A	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	2	0	0
P2B	1	1	1	1	1	1	1	0	4	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0
P2C	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	2	1	1
P2D	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	2	0	0
P2E	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	2	0	0
P2F	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	2	0	0
V01A	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
V01B	1	1	0	1	1	1	1	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
V01C	1	1	0	1	1	0	0	0	2	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
V01D	1	1	0	1	1	1	1	0	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
V01E	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
V01F	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
V02A	1	1	1	1	1	0	1	1	2	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0
V02B	1	1	1	1	1	1	1	0	2	1	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0
V02C	1	1	1	1	1	0	1	0	2	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
V02D	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
V02E	1	1	1	1	1	0	1	0	3	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
V02F	1	1	1	1	1	1	1	0	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
V03A	1	1	1	1	1	1	1	0	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
V03B	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
V03C	1	1	1	1	1	0	1	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0
V03D	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
V03E	1	1	1	1	1	1	1	0	2	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
V03F	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
V04A	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0
V04B	1	1	1	1	1	1	1	0	2	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0
V04C	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
V04D	2	1	1	1	1	0	1	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
V04E	2	1	1	1	1	1	1	0	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
V04F	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0
V05A	2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
V05B	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
V05C	2	1	1	1	1	1	1	0	3	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0
V05D	1	1	1	1	1	1	1	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
V05E	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
V05F	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
V06A	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
V06B	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
V06C	2	1	1	1	1	1	1	0	3	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0
V06D	1	1	1	1	1	1	1	0	2	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
V06E	1	1	1	1	1	1	1	0	3	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
V06F	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
V07A	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
V07B	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
V07C	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
V07D	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1
V07E	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
V07F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0

Apêndice 2 (continuação). Dados das variáveis funcional, dimensional e configuracional

Tabela 03. Dados dimensionais dos POs

	so	se	int	S	S2	Q	Bso	CO	C	DE	SE	QS	J	LV	V	E	HOs	HOi	HT
C1b1	2	2	2	2	2				2	2	3	2	2		2	1			
C1b2	2	2	1	2	2		2		2	2	3	2	2		2	1			2
C1g (Villa 05)	3	2	3	2	2	2	2		2		3	2	2	2	2	3			
C1a1	2	2	2	2	2	1	1	2	2	2	2	2	2	2	3	2			
C1a2	2	2	2	2	3			2	2	2	2	2	2	2	3	2			
C1a3	3	2	1	2	2			2	2	2	2	2	2	2	3	2	2		
C1a4	3	2	1	2	2			2	2	2	2	2	2	2	3	2			3
C1f (Villa 04)	2	1	2	2	2	1	2		2		2	2	2		2	3			
C1h (Villa 06)	2	2	3	2	3	2	1	3	1		2	2	2		2	2			
C1j (Villa 07)	2	2	2	2		2	2	1	2		2	2	2		2	2			
C1e (Villa 03)	2	2	2	2	3	2	2		2		2	2	2		2	2			
C1c (Villa 01)	1	3	2	2		3	2	3	2		2	3	2		2	1			
C1d (Villa 02)	2	2	2	2	3	2	2		2		3	2	2		2	2			
C2a	2	2	2	3		2	2		2		1	2	3		1	2			
C3a	2	2	2	1	2	2	2		2		2	2	2		2	3			
C3b	2	2	2	2		2	2		2		2	2	2		2	2			
C4a1	1	2	3	2	2	2	1		2		2	2	2	2	2	2			
C4a2	1	2	3	2	2				2		2	2	2	2	2	2			
C4a3	2	2	2	2	2				2		2	2	2	2	2	2			2
C4b	2	2	2	2		2	2		2	2	2	2	3		1	2			
C4c	2	2	2	2	2			1	1	1	2	2	3	2	2	2			
C5a	1	1	3	2	2	1	2		1		2	2	1		2	1			
C6a1	2	2	2	2		2	3		2		2	2	2		2	2			
C6a2	1	2	2	2		3	3		3		2	2	3		2	1			
C6b	2	2	2	2		3	3		2		2	2	3		2	2			
C6c1	1	2	3	2	2	2	2		2		2	2	2		2	1			
C6c2	2	2	2	2	2	2	2		2		2	2	3			2			
C7a	1	2	3	3	2	1	1		2		3	2	3		2	1			
C7b1	2	2	2	2	2	2	2	2	1		1	2	2		2	2			
C7b2	2	2	2	2	2	1	2		2		1	2	2		3	1			
C8a	2	1	2	2	1				2		2	1	1	2	2	2	2		
C8b	2	2	2	2	2	3	2		2		1	2	2		3	2			
C8c	1	3	3	1	2	1	2	2	1		1	2	2		2	1			
C9a1	2	2	2	1	2	1	2	3	2		2	2	3	2	1	1			1
C9a2	2	2	1	2	2			3	2		3	2	2	2	1	1			2
C9a3	2	2	2	2	2			3	2		3	2	2	2	1	1	2		1
C9a4	3	2	1	1	2			3	2		3	2	2	2	1	2			2
C10a	1	3	2	2		2	2		3		2	3	2		2	2			
C10b	2	3	2	2		3	3		3		2	3	2		2	1			
C10c	2	3	2	2		2	2		3	2	3	3	2		2	1			
C11a1	2	3	2	2		3	3		2		3	3	2		2	2			
C11a2	2	3	2	2		3	3		2		3	3	2		2	2			
C11a3	2	3	2	2		3	3		2		3		2		2	2			
C11a4	2	3	2	2		3	3		2		3		2		2	2			
C11b	2	2	2	3		2	2	2	1		2	2	2		2	2			
C11c	2	2	2	2		2	2		1		1	3	2		2	2			
C12a	2	2	2	2		2	2		2		2	2	2		2	2			
C12b	2	2	2	2	2	2	2		2		2	2	2		1	2			
C12c	2	2	2	2	1				2		2	2	2	2	2	2			
C13a1	1	2	3	2	3	2	2		2		2	2	2		2	2			
C13a2	1	3	2	2		3	3		3		2	3	2		2	1			
C13b	2	2	2	1	2	1	2		2	3	2	2	2		3	1			
C13c	2	1	2	2	1			2	1	1	2	1	1	2	2	3			1
C13d	2	2	2	2		2	3	3	1		2	3	2		2	2			
C13e	1	3	2	2		2	2		2		3	3	2		2	2			
C14a1	2	3	2	2		3	3		2		2	2	2		2	1			
C14a2	2	2	2	2		2	2		2		2	3	3		2	2			
C15a1	1	2	2	2		2	3		2		2	3	2		2	2			
C15a2	1	3	2	2		2	3		3		2	3	2		2	2			
C16a	2	2	1	1	1		1	2	1	1	2	2	2		2	2			2

Legenda: (1) área menor que o IM; (2) área igual ao IM; (3) área maior que o IM.

Apêndice 2 (continuação). Dados das variáveis funcional, dimensional e configuracional

Tabela 03 (continuação). Dados dimensionais dos POs

	so	se	int	S	S2	Q	Bso	CO	C	DE	SE	QS	J	LV	V	E	HOs	HOi	HT
C16b1	2	2	2	2		2	2	2	2	2	1	2	3		2	2			
C16b2	2	2	2	2		2	3	2	2	3	1	2	3		2	2			
C16c1	2	2	1	2		2	2		2		2	2	2		2	3			
C16c2	2	2	1	2		2	2		2		2	2	2		2	3			
C17a	1	2	2	2	2	2	2		2		2	2	3		3	1			
C20a1	2	2	3	1	1			2	1		2	2	1	2	1	2			
C20a2	2	2	2	2	2				2		2	2	1	3		3			
C20b	2	1	2	2	2				2		1	2	1	2	2	3			
C20c	2	2	2	2	2				3		2	2	2	2	2	2			
C20d1	2	2	2	2	2				2		2	2	1	2	2	2			
C20d2	2	2	2	2	2				2		2	2	2	2	2	2			
C20e	2	2	2	2	1	1	1		3		2	2	2	2	2	2			
C20f	2	2	2	1	2	1	2	2	1		1	1	2	2	2	3			
C20g	2	2	2	2	2				3		1	1	1	2	3	2			
C20h	2	2	2	2	2		1		2	2	1	2	1	2	2	2			
C20i1(P1)	2	2	2	2	1			2	2		1	1	1	2	3	2			
C20i2(P2)	2	2	2	2	1			2	2		1	1	1	2	2	2			
C21a	1	2	3	2	2		2	2	1		2	2	2		1	2			
C21b	2	2	2	2	1		1	2	2		2	2	1		2	3			
C21c	2	2	2	2	2	2	2		2	2	2	2	2		2	2			
C22a1	1	2	3	2		2	3		2		2	2	2		2	1			
C22a2	1	2	3	2		2	3		3		2	2	2		2	1			
C22a3	1	2	2	3		2	3		2		2	3	2		1	2			
C22b	2	2	2	2	2	1	2		2	2	2	2	2		2	2			
C22c	2	2	2	3		2	2		3		1	3	2		2	2			
C23a	1	2	2	2	2	2	1	2	2		3	2	2		2	1			
C23b	2	3	2	2		2	2		3		2	3	2		2	2			
C24a	2	2	2	2	1			2	1		2	1	1	1	2	3			
C24b	2	2	2	2	2			2	1		1	2	2	1		2			
C24c	2	2	2	2		2	2		2		2	2	2		2	2			
C25a1	2	2	2	1	2	1	1		2	3	2	2	2		2	2			
C25a2	2	2	2	1	2	1	1		2	3	2	2	2		2	2		2	
C25a3	2	2	3	2	2	1	1		2	3	2		2		2	2			
C25a4	2	2	2	2	2	1	1		2	3	2	2	2		2	2			
C25a5	2	2	3	1	2	1	1		2	3	2		2		2	2		2	
C26a	2	2	2	2	2	2	3		2		2	3	2		2	2			
C26b	2	2	2	2	2		2		3		2	2	2		2	1		3	
C26c	2	3	2	2		1	2	2	2		2	3	2		2	2			
C27a	2	2	1	2	1	1	1		2	2	2	2	2	2	2	2			
C27b	2	2	2	2		2	2		3		1	3	2		2	2			
C27c	2	3	2	2		2	2	3	1		3	2	3		2	2			
C28a	2	2	2	2		2	2		2		2	2	3		2	2			
C29a	2	1	2	2	2	1	2		2		2	2	1	2	3	3			
C29b	2	2	2	2	2			2	1	1	2	1	3	2	2	2			
C29c	2	2	2	2		2	2		2		2	2	2	2	2	2			

Legenda: (1) área menor que o IM; (2) área igual ao IM; (3) área maior que o IM.

Apêndice 2 (continuação). Dados das variáveis funcional, dimensional e configuracional

Tabela 04. Dados dimensionais dos PRs

PRs	so	se	int	S	S2	Q	Bso	CO	C	DE	SE	QS	J	LV	V	E	HOs	HOi	HT
P1A	2	2	2	3	1			2	2		1	1	2	2	3	2			
P1B	2	1	2	2	1			1	1		1	1	2	2		3			
P1C	2	2	2	2	1				1		1	1	2	2	3	2		2	
P1D	2	2	2	3	1				3		1	1	3	1		2			
P1E	2	1	2	2	2				1		1	1	2	2		2		1	3
P1F	3	2	1	2	1			2	1	2	1	1	1	1	3	3			2
P1G	3	2	1	2	2				2		1	1	1	1	3	3	2		1
P1H	2	2	1	1	1			3	2		1	1	1	2	3	3	1		
P2A	3	2	2	2	1			2	2		1	1	3	2	2	2	2		
P2B	2	2	2	2	1			2	2		1	1	2	1	2	2			
P2C	2	2	2	3	1			2	2		1	1	2	2	2	2			
P2D	2	2	2	3	1			3	2	2	1	1	2		2	2			
P2E	2	2	2	2	1			2	2		1	1	2	2	2	2		1	1
P2F	2	2	2	3	1			2	2		1	1	2	2	2	1		2	1
V01A	3	3	2	3		3	2	2	2		2	3	3			3			
V01B	2	2	1	3	3				2		2	2	3	3		2			
V01C	2	2	1	3	3			3	3		2		2	3		2			2
V01D	2	2	1	3	3				2		3	2	3	3		2			2
V01E	1	3	3	3		3	2		3		2	3	2			2		3	
V01F	2	3	1	2		3	2	3	2		2	3	2			2			
V02A	2	2	2	2	3	2	2		3	2	3	1	2		2	2		1	
V02B	3	2	1	2	2		2	2	1		3	2	2		2	2			2
V02C	2	2	2	2	3				2		3	2	2	2	2	2		3	
V02D	2	2	2	3		2			2		3	2	2	2	2	2			
V02E	2	2	2	2	3				2		3	2	3	3	2	2		1	
V02F	3	2	1	2	2				2		3	2	3	3	2	2			2
V03A	3	2	1	2	3				2		2	2	3	3	2	2	3		
V03B	3	2	1	2		2			2		2	2	2	3	2	2		2	1
V03C	2	2	3	2	3	2	2		3		2		2		2	2			
V03D	2	2	2	2		2	2		2		2	2	2		2	2			
V03E	3	2	3	2	3		2		2		2	2	2		2	2		2	2
V03F	2	2	3	2	3	2	2		2		2	2	2		2	2		2	
V04A	2	1	2	3		2	2	2	1		2		2		2	2	2		3
V04B	3	1	2	2	2				2		1	2	2	2	2	2		2	3
V04C	2	1	2	3		2	2		1		2	1	2		2	2			2
V04D	3	1	2	3	2		2		2		2		2		2	3			2
V04E	3	2	2	3	2		1		1		2	2	2		2	3		2	
V04F	3	2	2	2	2	2	1		2	2	1	2	2		2	2	2		3
V05A	3	2	2	1	2	2	2		3		2	2	2		2	3			2
V05B	3	2	3	3	2	2	2		2		3	2	2	2	2	2			2
V05C	3	2	3	2	2		2		3	1	3	2	2		2	3		3	
V05D	3	2	2	2	3		2		3		2	1	2		2	3			
V05E	3	2	2	2	3	2		2	1		3	2	2	2	2	1	2		2
V05F	3	2	2	2	3	2	2		3		2	2	2		2	3			2
V06A	2	2	2	2	2	2	2	3	2		2	2	2		2	2			
V06B	2	2	2	2	3			3	2		2	2	1	2	2	2			2
V06C	3	2	2	2	2		1	2	1		2	2	1		2	3	2		
V06D	3	2	1	2	3			2	2		2	2	2	2	2	2	2		
V06E	2	2	3	2	3				3		2	2	2	1	3	2		2	
V06F	2	2	3	2	3		1	2	2		2	2	1		3	2		2	
V07A	3	2	1	3		2	2	1	2		2	2	2		2	3			2
V07B	2	2	2	2		2	2	1	2		2	2	2		2	2		2	
V07C	3	2	1	2		3	2	1	2		2	2	2		2	2		2	2
V07D	3	2	1	3		2	2	1	2		2	2	2		2	2			
V07E	3	2	1	2		2	2	1	2		2	2	3		2	3		1	2
V07F	3	2	1	2		2	2	1	2		2	2	2		2	3		2	2

Legenda: (1) área menor que o IM; (2) área igual ao IM; (3) área maior que o IM.

Apêndice 2 (continuação). Dados das variáveis funcional, dimensional e configuracional

Tabela 5. Dados configuracionais dos POs																																																										
POs	Quadrante																			Categorias de acessibilidade																Categorias de visibilidade																						
	so	int	ser	J	E	V	LV	C	CO	DE	SE	QS	S	S2	Q	Bso	HT	HOs	HOi	J	E	V	LV	C	CO	DE	SE	Q	S	S2	Q	Bso	HOs	HOi	HT	J	E	V	LV	C	CO	DE	SE	Q	S	S2	Q	Bso	HOs	HOi	HT	PAan	PVan	PAs	PVs	grafo		
C1b1	3	2	1	3	3	4		3		4	3	1	3	3						1	2	3		1		3	3	4	2	2							1	2	3		1		2	2	4	3	2				3	1	1	2	c			
C1b2	3	3	3	3	3	4		3		3	3	4	3	3		3	3			1	2	4		1		3	3	4	2	3		3					1	1	2		2		3	3	4	4	3				3	2	1	2	c			
C1g (Villa 05)	3	4	4	3	3	4	3	3				4	1	3	3	4	4			1	2	3	2	2		3	4	2	2	3	2						1	1	2	2	3	2		3	4	2	3	3	3				2	2	1	1	c	
C1a1	3	3	3	3	3	4	3	3	3	3	3	1	1	4	3	3				1	3	4	2	1	1	3	2	4	3	3	4	3						1	1	2	2	1	1	3	4	4	4	3	3	2				1	2	1	1	c
C1a2	3	3	2	3	3	4	3	3	3	3	2	1	3	2						1	3	4	2	1	1	3	3	3	2	2						1	1	2	3	2	1	1	3	3	3	4				3	2	1	2	c				
C1a3	3	3	1	3	3	4	3	3	3	2	2	1	4	3					3	1	3	4	2	1	1	3	2	2	3	2				2	1	1	1	3	1	1	4	3	4	3	4				3	2	1	1	c					
C1a4	3	3	4	3	3	4	3	3	3	4	3	4	4	3			3			1	2	4	3	1	1	3	3	4	3	3						2	1	1	3	2	1	3	4	4	3	2				1	6	1	1	c				
C1f (Villa 04)	3	3	4	3	3	4		3			3	4	4	3	3	3				1	1	4		1		3	4	4	2	3	3						1	2	4		2		3	4	3	3	4	3				1	9	1	1	c		
C1h (Villa 06)	3	3	4	3	3	4		3	3		4	1	4	4	3	4				1	1	3		3	1		3	4	4	2	3	4				1	1	2		1	2		4	4	3	3	3	4				2	9	1	1	c		
C1j (Villa 07)	3	3	1	3	3	4		3	3		3	1	3		3	3				1	1	4		2	1		3	4	2		3	3				1	1		1	2	2		2	4	3		3	3				2	6	1	1	c		
C1e (Villa 03)	3	3	1	3	3	4		3			3	1	4	4	4	3				1	1	3		1		2	4	4		1	2				1	1	3		2		2	4	3		4	1				1	10	1	1	c				
C1c (Villa 01)	3	4	4	3	3	4		3	4		3	4	4		3	3				1	1	4		2	3		3	4	4		3	3				1	1	3		2	2		4	4	3		4	2				2	10	1	1	a		
C1d (Villa 02)	3	4	4	3	4	4		3			4	1	1	4	4	3				1	3	4		1		4	4	4	4	2	2						1	2	3		1		4	4	4	4	2				1	14	3	1	b			
C2a	3	4	4	3	3	4		3			4	1	1		2	1				1	2	4		2		3	4	3		3	3				1	2	2		2		3	3	3				10	2	1	2	c							
C3a	3	3	4	3	3	3		3			3	1	3	4	3	3				1	1	2		2		3	4	2	4	3	3				1	1	2		3		3	4	2	3	4	4				2	19	1	1	c				
C3b	3	3	2	3	3	4		3			3	1	3		3	3				1	2	4		1		1	4	2		3	3				1	1	3		2		2	4	2		3	3				8	2	1	1	e				
C4a1	3	3	1	3	3	4	3	3			3	1	3	3	4	3				1	2	4	2	1		2	4	2	2	4	3				1	2	3	4	1		2	4	2	4	3	3				3	3	1	1	c				
C4a2	3	3	1	3	3	4	3	3			3	1	3	3						1	2	4	2	1		3	4	2	2						1	2	2	4	1		2	4	2	3				3	3	1	1	c						
C4a3	3	3	1	3	3	4	3	3			3	1	3	3			4			1	1	3	2	1		2	4	2	2						1	2	2	3	1		2	4	3	3				2	1	1	1	c						
C4b	3	2	1	3	3	4		3		1	2	1	3		2	2				1	1	3		2		4	2	4	2		3	3				1	2	2		1		4	3	3	2		3	4				2	3	1	1	c		
C4c	3	4	4	3	3	4	4	3	3	1	4	1	4	4						1	2	3	3	2	2	3	3	4	3	4						1	2	3	3	2	2	4	3	3				2	1	1	1	n						
C5a	3	3	1	3	3	4		3			3	1	1	3	3	3				1	3	4		1		3	4	3	2	3	3				1	1	1		3		2	4	4	3	2	3				1	2	1	1	c				
C6a1	3	3	1	3	3	4		3			3	1	1		3	3				1	2	3		1		3	4	4		3	3				2	1	3		2		2	4	4		4	3				1	6	1	1	c				
C6a2	3	1	3	3	3	4		3			1	1	1		2	3				1	2	4		1		3	4	4		3	3				1	1	2		2		4	4	4		4	2				1	10	4	2	c				
C6b	3	3	4	3	3	4		3			3	4	3		3	3				1	2	4		1		2	4	2		3	3				1	1	2		2		2	2	2		3	3				1	10	1	2	c				
C6c1	3	3	1	3	3	4		3			3	1	4	3	3	3				1	2	4		1		3	4	4	2	3	3				1	4	4		3		3	4	2	1	3	3				1	15	1	1	c				
C6c2	3	2	1	3	3			3			2	1	4	3	2	2				1	3			1		3	4	4	2	3	3				1	3		1		3	4	3	2	3	3				1	11	1	1	c					

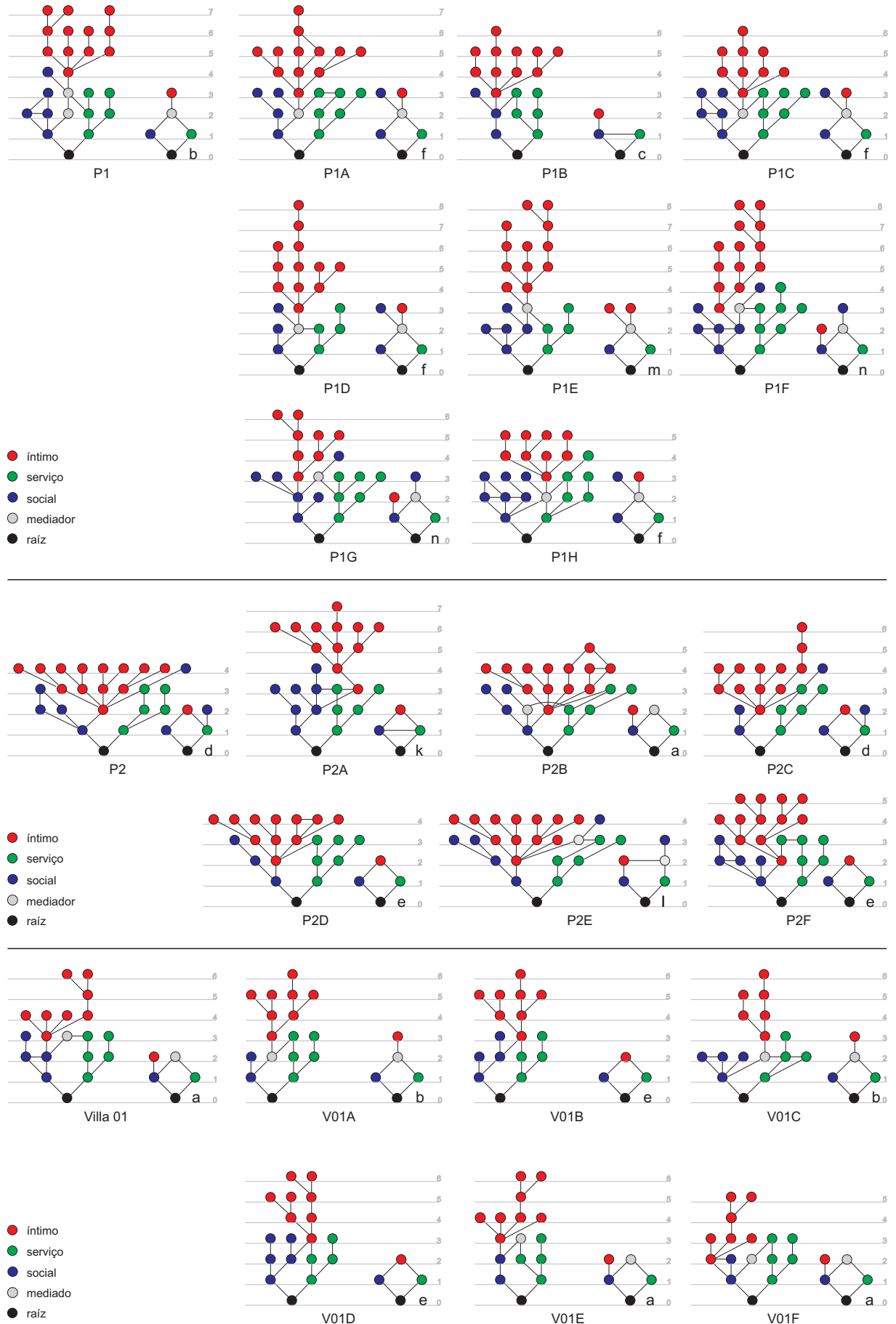
Apêndice 2 (continuação). Dados das variáveis funcional, dimensional e configuracional

Tabela 5 (continuação). Dados configuracionais dos POs																																																							
POs	Quadrante																			Categorias de acessibilidade														Categorias de visibilidade																					
	so	int	ser	J	E	V	LV	C	CO	DE	SE	QS	S	S2	Q	Bso	HT	HOs	HOi	J	E	V	LV	C	CO	DE	SE	Q	S	S2	Q	Bso	HOs	HOi	HT	J	E	V	LV	C	CO	DE	SE	Q	S	S2	Q	Bso	HOs	HOi	HT	PAan	PVan	PAs	PVs
C13e	3	4	3	3	3	4		3			3	1	1		3	3				1	2	4		1			3	4	3		3	3				1	2	3		2		2	4	2		4	3			11	9	2	2	c	
C14a1	3	3	1	3	3	4		3			3	1	3		3	3				1	2	4		1			2	4	2		3	3				1	1	2		2		2	4	3		3	3			1	1	1	1	c	
C14a2	3	3	1	3	3	4		3			3	1	2		3	3				1	2	4		1			3	4	4		3	3				1	1	3		2		2	4	4		4	3			1	9	1	1	c	
C15a1	3	3	4	3	3	4		3			3	1	2		3	3				1	2	4		1			2	4	4		3	3				1	1	3		2		2	4	3		3	4			1	2	1	1	c	
C15a2	3	4	4	3	3	4		3			4	1	1		3	3				1	2	4		1			3	4	4		3	3				1	1	2		2		3	4	4		4	3			1	6	1	2	c	
C16a	3	4	4	3	3	4		4	3	1	3	4	3	4				3		1	1	3		3	2	4	3	4	2	4					1	1	2		3	2	4	2	3	3	4			1	4	12	1	2	o		
C16b1	3	2	4	3	3	4		3	3	2	3	4	2		2	3				1	2	4		2	1	4	3	4	2		4	4				1	2	3		3	2	4	3	3	4		4	2			1	2	1	2	c
C16b2	3	3	3	3	3	4		3	3	3	3	4	3		3	3				1	2	4		2	1	3	2	4	2		3	3				1	3	3		1	2	4	2	3	3		3	4			2	18	1	2	c
C16c1	3	1	2	3	3	4		3			3	1	2		1	1				1	1	4		1			2	4	3		3	3				1	2	2		2		3	4	3		4	4			1	23	2	2	c	
C16c2	3	2	2	3	3	1		3			3	1	2		3	1				1	2	4		1			2	4	2		3	3				1	1	3		2		2	4	3		4	4			1	2	2	2	c	
C17a	3	4	1	3	3	4		3			3	1	3	4	1	4				1	2	4		1			2	4	2	3	3	3				1	1	3		2		3	4	3	2	4	3			1	2	1	1	c	
C20a1	3	3	3	3	3	1	3	3	3		3	1	3	3						2	1	4	3	1	1		3	4	2	2					3	2	4	2	2	1		2	4	3	3			7	28	5	4	n			
C20a2	3	1	1	3	4		3	2			1	1	4	3						1	3		2	2			3	4	3	2					3	1		3	3		3	4	2	3			3	29	1	7	h				
C20b	3	3	4	3	3	4	3	3			4	1	1	1						1	2	4	2	1			3	4	4	4					2	3	2	1	2		3	4	3	4			5	1	1	1	f				
C20c	3	3	1	3	3	4	3	3			1	1	1	3						1	2	4	3	3			3	4	3	2					1	1	3	3	1		3	4	4	2			2	2	1	1	c				
C20d1	3	3	2	3	3	4	3	3			2	1	4	4						1	3	4	2	1			3	4	4	4					1	1	1	3	2		4	4	3	3			5	2	3	1	c				
C20d2	3	3	2	3	3	4	3	3			2	1	2	3						1	2	4	2	1			3	4	4	4					2	1	2	2	2		4	4	4	3			1	2	1	1	h				
C20e	3	4	4	3	3	4	2	3			1	1	4	3	3	3				1	1	3	3	2			4	4	4	2	3	3				1	1	3	4	2		4	4	2	3	3	3			2	2	2	1	n	
C20f	3	3	1	3	4	4	3	3	3		3	1	4	4	2	3				1	3	4	3	2	1		3	4	4	3	4	3				1	1	1	2	3	2		2	4	4	4	4	4			1	2	3	1	b
C20g	3	1	1	3	3	4	3	3			3	1	1	4						1	1	3	2	1			2	3	4	3					1	2	2	2	2		2	3	4	2			1	2	2	7	p				
C20h	3	3	2	3	3	4	3	3		4	2	1	1	3						1	1	3	2	1		4	3	4	4	2					1	1	3	3	1		3	3	4	4	3			1	2	1	1	h			
C20i1 (P1)	3	3	3	3	4	4	3	3	3		3	1	3	3						2	3	4	2	1	3		2	3	1	2					2	2	4	2	2	4		1	4	3	3			7	18	6	1	b			
C20i2 (P2)	3	3	3	3	3	4	3	3	3		3	4	3	3						1	2	4	3	2	1		3	4	4	4					2	3	2	3	2	1		1	4	2	4			1	8	1	1	d			
C21a	3	3	4	3	3	4		3	3		4	4	3	3	3	3				1	3	4		2	1		3	4	3	2		2				1	4	4		3	1		3	3	2	3		3			1	1	3	3	e
C21b	3	3	1	3	3	4		2	3		2	1	1	2	3	3				1	2	3		2	1		3	4	4	2		2				1	2	2		3	1		4	4	4	2		2			1	2	1	1	c
C21c	3	3	1	3	3	4		3		1	3	1	4	2	2	1				1	1	3		1		4	2	4	3	3	3	4				1	2	2		1		4	2	4	2	3	3	3			1	1	1	1	c
C22a1	3	3	4	3	3	4		3			3	4	4		3	3				1	2	4		1			3	4	3		3	3					1	2	3		1		3	3		4	4			1	8	1	2	c	
C22a2	3	3	1	3	3	4		3			3	1	1		2	2				1	2	4		1			3	4	3		3	3					1	1	2		2		3	4	4		3	3			1	9	1	1	c
C22a3	3	4	4	3	3	4		3			3	4	3		3	3				1	2	4		1			3	4	3		2	3				1	2	3		3		2	4	3		3	4		</						

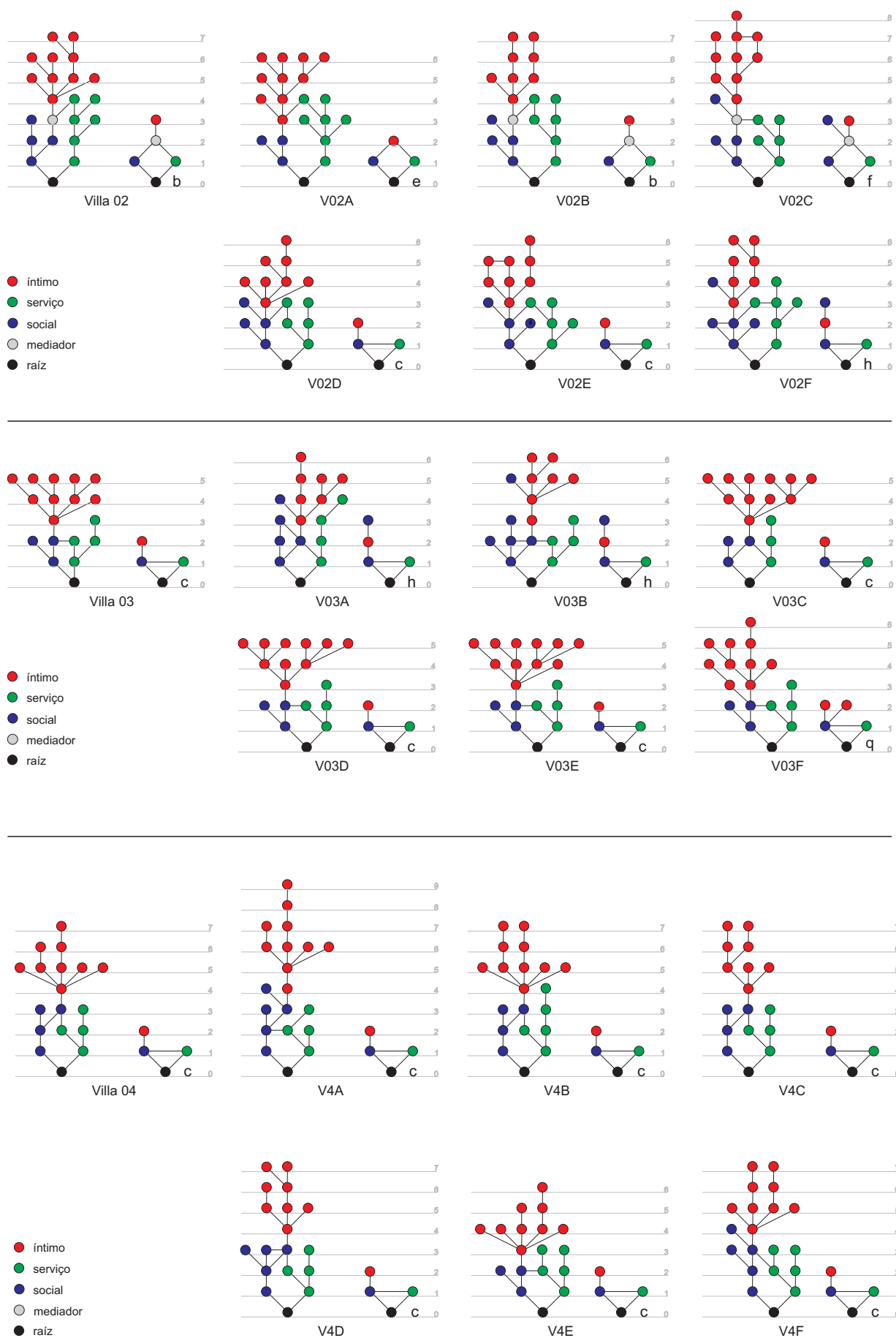
Apêndice 2 (continuação). Dados das variáveis funcional, dimensional e configuracional

PRs	Quadrante																		Categorias de acessibilidade														Categorias de visibilidade																									
	so	int	ser	J	E	V	LV	C	CO	DE	SE	QS	S	S2	Q	Bso	HT	HOs	HOi	J	E	V	LV	C	CO	DE	SE	Q	S	S2	Q	Bso	HOs	HOi	HT	J	E	V	LV	C	CO	DE	SE	Q	S	S2	Q	Bso	HOs	HOi	HT	PAan	PVan	PAs	PVs	grafo		
P1A	3	3	4	3	3	4	3	3	3	3	4	1	3	3						1	2	4	2	2	1		3	4	1	2						1	1	3	1	2	2		2	4	2	2						15	19	1	1	f		
P1B	3	2	1	3	3		2	3	3		1	1	3	3						1	1		2	3	1		3	4	2	2						1	1		3	2	2		3	4	3	3						4	2	1	1	c		
P1C	3	2	1	3	3	4	3	3			3	1	3	3						1	3	4	2	1			3	4	2	2						3			2	1		2	4	3	2						3	1	1	1	f			
P1D	3	4	1	4	3		2	3			1	1	3	3						3	2		2	2			2	4	2	2							2	2		3	2		3	4	3	1						31	20	1	1	f		
P1E	3	4	4	2	1		1	3			3	1	4	3				4		2	3		3	1			2	4	4	2						2	3		3		1	4	2	1						1	2	5	21	2	1	m		
P1F	3	4	1	3	3	4	4	4	3	4	4	1	4	4			4			1	1	2	3	2	2	4	2	3	3	2						3	1	2	2	3	3		3	3	4	2	2					4	19	1	1	n		
P1G	3	1	1	3	3	3	2	2		1	3	1	1	2				3		1	1	3	3	1		3	2	4	3	2						2	1	1	2	3	2		3	2	3	4	3					2	2	2	7	2	n	
P1H	3	3	3	3	3	4	3	3	3		2	4	3	3						1	2	3	2	1	3		3	4	2	3						3			1	2	1		4	2	2						3	1	22	1	1	f		
P2A	3	3	1	3	4	4	4	3	3		3	1	4	4						1	3	4	3	2	1		3	4	3	4						2	2	2	2	3	2	1		4	4	3	3					2	1	20	1	1	k	
P2B	3	3	3	3	3	4	3	3	3		3	1	3	3						1	2	4	4	2	1		2	4	3	3							1	1	1	3	1	1		3	4	3	2						1	14	1	1	a	
P2C	3	3	3	3	3	4	3	3	3		3	1	3	3						1	2	4	3	2	1		3	4	3	4							1	1	1	2	1	1		3	4	2	3						1	20	1	1	d	
P2D	3	3	3	3	3	4		3	3	4	3	4	2	3						1	2	4		2	1	4	2	4	3	4							2	2	2	2	1	1	3	1	4	4	3						1	5	1	1	e	
P2E	3	3	3	3	3	4	3	3	3		3	1	2	3			4			1	2	4	2	3	2		2	4	3	4							1	3	3	1	3	1		3	4	4	3					3	3	2	23	3	1	l
P2F	3	3	3	3	3	4	3	3	3		3	1	3	4			3			1	2	3	2	3	2		2	4	3	4							1	1	2	3	1	1		3	4	2	3					4	2	4	1	1	e	
V01A	3	3	3	3	4			3	3		4	4	4		4	4				1	3			1	2		3	4	3			4	4				2	2			1	1		3	4	3			3	3			1	20	1	1	b	
V01B	3	3	3	3	4		4	3			3	4	3	4						2	4		3	1			2	3	3	4							1	1		2	2		2	4	3	3						8	10	1	1	e		
V01C	3	4	3	3	3		3	3	3		3		4	3						1	3		3	1	3		2		4	2							2	2		4	1	2		3		4	3						3	1	10	2	4	b
V01D	3	4	3	3	4		3	3			3	4	4	4			4			1	3		3	1			2	3	4	4								3	3		2	1		3	4	2	3						4	5	21	7	1	e
V01E	3	4	1	3	3			3			4	1	1		4	4				1	1		2				3	4	4			3	3					1	1		2			3	4	4			2	3			2	2	1	1	a	
V01F	3	4	4	3	3			3	4		3	1	4		3	3				1	1			3	3		2	4	4			3	3					1	1		3	2		3	4	3			4	3			2	6	1	1	a	
V02A	3	3	3	3	3	3		3		1	4		4	4	3	3				1	2	3		1		4	3		4	2	3	2						1	2	4		1		4		4	3	2	3					5	5	1	1	e
V02B	3	4	4	3	3	4		4	3		3	1	4	3		4	4			1	2	3		3	1		3	4	4	2							1	2	2		2	1		3	4	4	4			2		2	9	1	2	b		
V02C	3	4	4	3	3	4	3	3			4		4	4						1	2	4	2	1			3		3	3								1	1	4	4	1		3		2	2						3	5	24	2	1	f
V02D	3	4	1	3	3	4	3	3			4	1	4		3	3				1	1	3	2	1			3	4	4			3	3					1	1	3	3	1		4	4	3			2	2			2	1	1	1	c	
V02E	3	3	4	3	3	4	3	3			3		4	4						1	1	3	3	1			3		4	4								1	1	3	3	1		3		2	3						4	1	2	1	1	c
V02F	3	1	4	3	3	4	3	3			4	1	1	3			3			1	1																																					

Apêndice 3. Grafos de permeabilidade justificados



Apêndice 3 (continuação). Grafos de permeabilidade justificados



Apêndice 3 (continuação). Grafos de permeabilidade justificados

